

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Jefferson Ferreira do Nascimento

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE INTERESSES ORGANIZADOS NA AGENDA DO
ESTADO NO BRASIL E NA ARGENTINA EM PERSPECTIVA COMPARADA: O
CASO DO FUTEBOL (1930-2020)

São Carlos/SP

2022

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Jefferson Ferreira do Nascimento

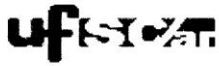
**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE INTERESSES ORGANIZADOS NA AGENDA DO
ESTADO NO BRASIL E NA ARGENTINA EM PERSPECTIVA COMPARADA: O
CASO DO FUTEBOL (1930-2020)**

Tese entregue ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de São
Carlos como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa
Braga

São Carlos/SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Jefferson Ferreira do Nascimento, realizada em 25/06/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR)

Prof. Dr. Miguel Alejandro de Luca (UBA)

Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso (USP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Dedico à memória de meu avô Fábio e àqueles que não perderam a capacidade de indignação nesse contexto de banalização da perversidade.

Em que o futebol se parece com Deus? Na devoção que desperta em muitos crentes e na desconfiança que desperta em muitos intelectuais.

- *Eduardo Galeano*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de São Paulo: a compensação da carga horária possibilitou o cumprimento dos créditos e o Programa de Qualificação permitiu o desenvolvimento desta tese. Sem esses programas institucionais não seria possível compatibilizar o doutorado com os compromissos profissionais.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos pelas condições oferecidas, o corpo docente qualificado, a disponibilidade e gentileza dos secretários acadêmicos – primeiro, o Raphael e, atualmente, o José Olimpio. Agradeço também os debates e as discussões realizados no âmbito do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos – NEPPLA, coordenado pela Dra. Maria do Socorro Sousa Braga com assistência do Dr. Gabriel Casalecchi. As instituições que mencionei neste e no parágrafo anterior são exemplos da importância da educação pública, gratuita e de qualidade que privilegia a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Que seja possível resistir aos sucessivos ataques!

Agradeço imensamente minha orientadora Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga pela atenção, empatia, paciência e dedicação. O efeito dessas qualidades não fica restrito à tese, mas se estende ao meu processo formativo como docente. Agradeço também ao professor Dr. Gabriel Casalecchi pelas sugestões e críticas na qualificação e pela atenção e solidariedade constantes. Aprendi e aprendo muito com vocês!

À distância, tive a oportunidade de me comunicar com o Professor Dr. Miguel De Luca, da Universidade de Buenos Aires, que esteve sempre solícito, indicou textos, filmes, deu sugestões desde o primeiro contato. Além disso, devo ao professor De Luca o encaminhamento para as docentes Luciana Berman e Elsa Llenderozas a fim de obter a carta de aceite para viabilizar a ida à Argentina e realizar entrevistas. Infelizmente, o contexto pandêmico impossibilitou a viagem. MUITÍSSIMO obrigado, professor De Luca!

Agradeço à professora Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, minha primeira orientadora (graduação), por me ajudar mais uma vez, ao intermediar os contatos com o ex-deputado Silvio Torres – a quem agradeço pela gentileza, atenção e o tempo dedicado para me atender. Em minha vida Gilda foi em várias fases um farol e uma mão amiga.

Do mesmo modo, ao amigo José Carlos, o Zeca Teodoro, pela enorme paciência em ouvir minhas angústias relativas ao destino do país e aos percalços desta pesquisa. Além de fantástico interlocutor foi o Zeca quem me apresentou Nicolás Vidal (com quem conversei sobre jornalistas argentinos com o perfil adequado à pesquisa) e quem

intermediou o contato com o jornalista Juca Kfourri. Agradeço ao Nicolás pelas conversas; e agradeço a simpatia, atenção e paciência de Juca Kfourri, esse ícone do jornalismo esportivo brasileiro. Ao Zeca, confesso minha gratidão, minha fraterna afeição e justifico que não declinei dos convites para escrevermos juntos. Será um prazer, companheiro!

Aos amigos Jhonatan Souza e Patricio Talavera, importantes interlocutores ao longo desse processo. Ao camarada Leonardo Sacramento pela leitura e dicas para o andamento desse trabalho. Não sei se conseguirei agradecê-los à altura!

Aos membros da banca avaliadora: os doutores Gabriel Casalecchi, George Coutinho, Miguel De Luca, Renato Perissinotto, Thales Haddad e Wagner Pralon Mancuso. Agradeço a generosidade e paciência em ler um extenso trabalho e indicar caminhos para o aperfeiçoamento da pesquisa aqui apresentada, mesmo em um sábado. A avaliação não é o ponto final, mas uma etapa crucial para a sequência de uma agenda de pesquisa. Minha enorme gratidão a vocês!

Encerro com o reconhecimento àqueles que estiveram presentes o tempo todo e fizeram suas as minhas angústias, sempre com uma palavra ou um gesto de afeto para acalantar o coração. Meus pais – Gerso e Giovana –, meus avós – João, Isabel e Maria José –, minhas irmãs – Silmara, Carol e Júlia – e minha madrinha Gilvânia, pela compreensão e paciência em relação às faltas e à distância nesse período. À minha companheira de luta e vida, Veronica, minha gratidão pelo carinho, colaboração e apoio. Pela coragem de sempre estar pronta para enfrentar novos desafios e pela capacidade de me encorajar e motivar quando meu pessimismo ultrapassava os limites do aceitável. Peço sinceras desculpas à doce Anna Luisa, que não é mais uma criança aos olhos do mundo, mas sempre será minha pequena filhinha; me desculpo também com o Gael, vindo há pouco reforçar que sempre é necessário aprender, e mesmo tão pequeno teve que compreender que, às vezes, minha presença física era a forma mais cruel de ausência. Nenhum tempo volta, mas quero acreditar e me empenhar para compensar as diversas ocasiões de espera, adiamento ou brevidade. Jamais esquecerei da empatia que demonstraram em abraçar mais do que cobrar. Amo vocês!

A todas e todos citados aqui, meu muito obrigado. Que eu possa corresponder ao apoio recebido e que vocês possam encontrar no mundo a ternura e o amparo que me proporcionaram. Vocês fizeram a minha jornada menos árdua!

A institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: o caso do futebol (1930-2020)

RESUMO: O objetivo desta tese foi verificar como ocorreu o processo de institucionalização política dos interesses organizados do futebol no Brasil e na Argentina com base no neoinstitucionalismo histórico e no modelo de causalidade social dependente de trajetória. Para isso, realizamos análise bibliográfica e documental sobre o período 1930-2020 utilizando o método *Comparative Process Tracing* (CPT). As informações foram organizadas em conjunturas críticas e pontos focais, e a análise foi feita *intra-casos* e *entre-casos*. Para o Brasil, realizamos entrevistas semiestruturadas com o ex-deputado Silvio Torres e o jornalista Juca Kfourri. As limitações impostas pela pandemia de Covid-19 impossibilitaram o contato para as entrevistas com políticos e jornalistas argentinos. As entrevistas permitiram maior detalhamento e a comparação da imagem produzida pela pesquisa com as impressões de observadores qualificados do fenômeno analisado, mas não sustentam isoladamente inferências e conclusões. Argumentamos que um processo de institucionalização iniciado antes do sistema partidário eleva os custos para a ruptura da trajetória, tendendo a mudanças institucionais por camada. Como resultado, identificamos que o conjunto de entidades futebolísticas se configurou instituição política informal nos dois países. A entrada dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado está relacionada à crise do liberalismo. No entanto, há especificidades: a disputa entre dirigentes do futebol brasileiro e mobilização trabalhista dos jogadores argentinos provocaram conflitos considerados deletérios. O arranjo concêntrico argentino potencializou os efeitos do contexto da região metropolitana portenha, trazendo para os assuntos do futebol a influência dos conflitos urbanos; o arranjo policêntrico brasileiro deslocou os conflitos para as disputas *intra-elites*. Assim, a entrada do Estado em cena ocorre na mesma época sob justificativa diferentes e geraram consequências presentes até os dias atuais: a relativa importância dos campeonatos e dos clássicos regionais no Brasil; a capacidade de mobilização dos jogadores argentinos e a concentração dos principais clubes em Buenos Aires e arredores. Outro ponto distintivo é o desenho institucional: o Federalismo instituiu relações intergovernamentais que, junto à capacidade do sistema partidário canalizar demandas, impactam na forma como os interesses são organizados e inseridos no sistema político. No Brasil, isso resultou em estratégias para atuação no Legislativo no período pós-redemocratização – vide a formação da “bancada da bola”. Na Argentina, os interesses dependem da participação de líderes provinciais e da atuação sobre o Executivo Federal.

Palavras-chave: Brasil; Argentina; Institucionalismo Histórico; Futebol; Sistema Político.

The institutionalization of organized interests in the State agenda in Brazil and Argentina in a comparative perspective: the soccer case (1930-2020)

ABSTRACT: The objective of this thesis was to verify how the process of political institutionalization of organized soccer interests in Brazil and Argentina took place, based on historical neo-institutionalism and the path dependence. For this, we carried out bibliographic and documentary analysis on the period 1930-2020 using the Comparative Process Tracing (CPT) method. The information was organized in critical junctures and focal points, and the analysis was carried out intra-cases and between-cases. For Brazil, we conducted semi-structured interviews with former deputy Silvio Torres and journalist Juca Kfourri. The limitations imposed by the Covid-19 pandemic made it impossible to contact Argentine politicians and journalists for interviews. The interviews allowed greater detail and comparison of the image produced by the research with the impressions of qualified observers of the analyzed phenomenon, but they do not support inferences and conclusions in isolation. We argue that an institutionalization process initiated before the party system raises the costs of breaking the trajectory, tending to institutional changes by layering. As a result, we identified that the set of football entities was configured as an informal political institution in both countries. The entry of organized football interests into the state agenda is related to the crisis of liberalism. However, there are specificities: the dispute between Brazilian soccer managers and the labor mobilization of the Argentine players provoked conflicts considered deleterious. The Argentine concentric arrangement potentiated the effects of the context of the Buenos Aires metropolitan region, bringing the influence of urban conflicts to soccer matters; the Brazilian polycentric arrangement shifted conflicts to intra-elite disputes. Thus, the entry of the State on the scene occurs at the same time, under different justifications and generated consequences that are still present today: the relative importance of championships and regional classics in Brazil; the mobilization capacity of Argentine players and the concentration of the main clubs in Buenos Aires and surroundings. Another distinctive point is the institutional design: Federalism institutes intergovernmental relations that, together with the party system's ability to channel demands, impact the way interests are organized and inserted into the political system. In Brazil, this resulted in strategies for acting in the Legislature in the post-redemocratization period – see the formation of the “bancada da bola”. In Argentina, interests depend on the participation of provincial leaders and action on the Federal Executive.

Keywords: Brazil; Argentina; Historical Institutionalism; Soccer; Political system.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índice de Dispersão do Poder: Argentina e Brasil	57
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocorrências de matérias sobre a Bancada da Bola	266
Gráfico 2: Interesse pela Bancada da Bola entre 03/2006 e 12/2020	268

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tipos de mudança institucional	96
Figura 2: Esquematização da pesquisa com base no Modelo de Easton (1968)	101
Figura 3: Configuração da coordenação de interesses do futebol no Brasil com base em Olson (1999)	270
Figura 4: Configuração da coordenação de interesses do futebol na Argentina em múltiplas arenas (Tsebelis, 1998)	286

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Aproximações entre Brasil e Argentina	49
Quadro 2: Os sistemas políticos de Brasil e Argentina em linhas gerais	79
Quadro 3: Uma tipologia de instituições informais	87
Quadro 4: Conjunturas Críticas e Pontos Focais no Brasil	105
Quadro 5: Conjunturas Críticas e Pontos Focais na Argentina	107
Quadro 6: Elementos da Análise “entre casos”	109
Quadro 7: Síntese da seção 3	179
Quadro 8: Evolução da destinação de recursos oriundos do PRODE (Perón a Alfonsín)	215
Quadro 9: Evolução da destinação de recursos oriundos do PRODE (Alfonsín a Menem)	226
Quadro 10: Síntese da Seção 4	254
Quadro 11: Apresentando a Análise “entre casos”	294
Quadro 12: Campeonato Argentino	398

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AAAF – *Asociación Amateur Argentina de Football*
- AAFAP – *Asociación Argentina de Football (Amateurs y Profesionales)*
- AAF – *Asociación Argentina de Football*
- AAFL – *The Argentine Association Football League*
- AAmF – *Asociación Amateurs de Football*
- ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AFA – *Argentine Football Association* e, depois em 1934, *Asociación del Football Argentino* e, por fim, após 1946, *Asociación del Fútbol Argentino*
- AI – Ato Institucional
- ALIANZA – *Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación*
- AMEA – Associação Metropolitana de Esportes Atléticos
- APEA/APSA – Associação Paulista de Esportes (ou Sports) Atléticos
- APR – *Acción por la República*
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- ARI – *Argentinos por una República de Iguales*
- BNDigital – Biblioteca Nacional Digital
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CADCOA – Confederação Argentina de Desportos – Comitê Olímpico Argentino
- CBD – Confederação Brasileira de Desportos
- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- CC-ARI – *Coalición Cívica – Afirmación para una República Igualitaria*
- CF88 – Constituição Federal do Brasil de 1988
- CGE – *Confederación General Económica*
- CGT – *Confederación General del Trabajo*
- CN94 – *La Reforma de la Constitución de la Nación Argentina de 1994*
- CND – Conselho Nacional de Desportos
- COB – Comitê Olímpico Brasileiro
- COI – Comitê Olímpico Internacional
- COPEs – *Centro de Opinión y Estudios Sociales*
- CONINAGRO – *Confederación Intercooperativa Agropecuaria Limitada*
- CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
- COSENA – Comissão Seleccionadora Nacional

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – *Comparative Process Tracing*

CRA – *Confederaciones Rurales Argentinas*

CRD – Conselho Regional de Desportos

EAM78 – *Ente Autárquico Mundial 1978*

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.

ENADED – *Ente Nacional de Desarrollo Deportivo*

ENARD - *Ente Nacional de Alto Rendimiento Deportivo*

FA – *Foot-ball Association*

FAA – *Futbolistas Argentinos Asociados*

FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FBE/FBS – Federação Brasileira de Esportes (ou Sports)

FBF – Federação Brasileira de Futebol

FEE-RS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

FMD – Federação Metropolitana de Desportos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP - *Frente Movimiento Popular* (coalizão e ala do *Partido Justicialista*)

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação

FPE – Frente Parlamentar do Esporte

FPF – Federação Paulista de Futebol

FPL – *Frente por la Lealtad* (coalizão e ala do *Partido Justicialista* fundada em 2002)

FpT – *Fútbol para Todos*

FPV – *Frente para la Victoria* (coalizão e ala do *Partido Justicialista* fundada em 2003)

FREPASO – *Frente del País Solidario*

IGJ – *Inspección General de Justicia* (Inspeção Geral de Justiça)

JK – Juscelino Kubitschek

LAF (Brasil) – Liga Amadora de Futebol

LAF (Argentina) – Liga Argentina de Football

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LCF – Liga Carioca de Futebol

LFRJ – Liga de Futebol do Rio de Janeiro

LMEA/LMSA – Liga Metropolitana de Esportes (ou Sports) Atléticos

LPD – Liga Paranaense de Desportos

LPF (fundada em 1901) – Liga Paulista de Foot-Ball

LPF (fundada em 1935) – Liga Paulista de Futebol

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LRFE – Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte

MID - *Movimiento de Integración Democrática*

MODIN – *Movimiento por la Dignidad y la Independencia*

MP (a, da, na, pela MP) – Medida Provisória

MP (o, do, no, pelo MP) – Ministério Público

MPAS – Ministério da Previdência e da Assistência Social

MPN-NEU – *Movimiento Popular Neuquino*

ONG – Organização não-Governamental

PAN – *Partido Autonomista Nacional*

PASO – Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCon - *Partido Conservador*

PDC – *Partido Demócrata Cristiano*

PDP - *Partido Demócrata Progresista*

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PI – *Partido Intransigente*

PJ – *Partido Justicialista*

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (oriundo do MBD – Movimento Democrático Brasileiro da Ditadura Militar brasileira, retornou à MDB)

PIN – Plano de Integração Nacional

PP – Partido Progressista (atual Progressistas)

PRC – Partido Republicano Catarinense

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRP – Partido Republicana Paranaense (em São Paulo, tinha o Partido de Representação Popular, conhecido também como Partido Populista)

PRO – *Propuesta Republicana*

PROFORTE – Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos

PS – Partido Socialista (Argentina)

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático (nome da legenda da direita varguista, 1945-64; e do partido criado em 2011 por Gilberto Kassab)

PSL – Partido Social Liberal

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RECREAR – *Recrear el Crecimiento*

REDE – Rede Sustentabilidade (partido político brasileiro)

SAD – *Sociedad Anónima Deportiva*

SAF – Sociedade Anônima do Futebol

SPAC – São Paulo Athletic Club

SNI – Serviço Nacional de Inteligência

SRA – *Sociedad Rural Argentina*

STF – Supremo Tribunal Federal

Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A.

TSC – *TV Satelital Codificada*

TyC – *Torneos y Competencias*

UBB – União de Bancos Brasileiros

UCeDé – *Unión Del Centro Democrático*

UCR – *Unión Cívica Radical*

UCRI – *Unión Cívica Radical Intransigente* (divisão da UCR entre 1957 e 1972)

UCRP – *Unión Cívica Radical de Pueblo* (divisão da UCR entre 1957 e 1972)

UDN – União Democrática Nacional

UEFA – *Union of European Football Associations*

UIA – *Unión Industrial Argentina*

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

Sumário

INTRODUÇÃO:	19
1 SEÇÃO 1 – PELA COMPREENSÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DO FUTEBOL: ciência política comparada e estudo de caso	41
1.1 PERCURSO HISTÓRICO E DESENHO INSTITUCIONAL: aproximações para comparar Brasil e Argentina	41
1.1.1 <i>Mais que a paixão pelo futebol: as aproximações no percurso histórico</i>	46
1.2 AS ESPECIFICIDADES DO DESENHO INSTITUCIONAL EM CADA UNIDADE DE ANÁLISE.....	51
1.3 AS ESPECIFICIDADES EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: a Argentina, o Brasil e o caso analisado.....	61
1.4 AS RELAÇÕES DE PODER OFUSCADAS PELO GRITO DE GOL: a relação do futebol com as instituições políticas e o potencial explicativo da institucionalização de interesses no Brasil e na Argentina	70
1.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	76
2 SEÇÃO 2 – COMO A HISTÓRIA IMPORTA NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA: neoinstitucionalismo histórico, instituições informais, <i>path dependence</i>, mudança institucional e Comparative Process Tracing (CPT)	82
2.1 AS INSTITUIÇÕES CONSTRAGEM SEM ELIMINAR A AGÊNCIA E OS INCENTIVOS AO COMPORTAMENTO DOS ATORES: sobre o neoinstitucionalismo histórico e as instituições informais	82
2.2 ENTRE A HISTÓRIA, AS INSTITUIÇÕES E A AGÊNCIA: <i>path dependence</i> como modelo de causalidade e a questão da mudança institucional.....	90
2.3 DOIS CASOS DE INSTITUIÇÕES E AGÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA: <i>Comparative Process Tracing</i> (CPT) como ferramenta analítica para estudos de casos comparados na Ciência Política	99
2.4 CONTEXTOS E EVENTOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO FUTEBOL NA AGENDA DO ESTADO: conjunturas críticas, pontos focais e o mapeamento da sequência	104
2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	110
3 SEÇÃO 3 – “NÃO É APENAS UM JOGO”: futebol, <i>path dependence</i> e institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil	112
3.1 ANTECEDENTES, POLICENTRISMO E HETEROGENEIDADE: o potencial explicativo das origens do futebol (1864-1929).....	112
3.2 O INÍCIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ASSUNTOS DO FUTEBOL NA AGENDA DO ESTADO: Da Era Vargas à Ditadura Militar (1930-1964) como conjuntura crítica	119
3.3 OS ANOS DE CHUMBO COMO PONTO FOCAL: o auge da Ditadura Militar e a consolidação do futebol como assunto de Estado (1964-1979)	138
3.4 O GIRO DE UMA NOVA CONJUNTURA CRÍTICA: declínio da Ditadura, Abertura Democrática e neoliberalização como nova camada (1980-2002).....	148

3.5	IDAS E VINDAS ENTRE O ESTADO E O MERCADO: a ambiguidade durante os governos petistas como novo contexto de pontos focais (2003-2016).....	158
3.6	UMA NOVA HEGEMONIA NEOLIBERAL: o futebol na agenda do Estado para a carteira do Mercado – um ponto focal (2017-2020).....	169
3.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	174
4	SEÇÃO 4 – “LA PELOTA NO SE MANCHA”: futebol e institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado na Argentina	181
4.1	ANTECEDENTES COM POTENCIAL EXPLICATIVO: da introdução do futebol na Argentina ao Governo Uriburu passando pela fundação do estilo <i>criollo</i>	181
4.2	DA GREVE DE 1931 AO PERONISMO: a primeira conjuntura crítica e as configurações iniciais do processo de institucionalização.....	187
4.3	DITADURA MILITAR E A COPA DO MUNDO DE 1978: os ecos da grandeza no contexto de ponto focal	203
4.4	UMA NOVA CONJUNTURA CRÍTICA: abertura democrática e neoliberalização (1983-1999)	213
4.5	OUTRO CONTEXTO DE PONTOS FOCALIS: governos Néstor e Cristina Kirchner entre o Estado e o Mercado (2003-2015).....	230
4.6	O RETORNO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL: Governo Macri (2015-2019) como ponto focal.....	239
4.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	249
5	SEÇÃO 5 – NAS TRAJETÓRIAS DE BRASIL E ARGENTINA AS REGRAS ESTRUTURAM, A BOLA APROXIMA E O DRIBLE INDIVIDUALIZA	256
5.1	ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO	258
5.2	ANÁLISE DO CASO ARGENTINO	275
5.3	ANÁLISE COMPARATIVA: das similaridades.....	287
5.4	ANÁLISE COMPARATIVA: das diferenças.....	289
5.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	293
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
	REFERÊNCIAS:	322
	Livros, artigos e demais fontes acadêmicas.....	322
	Legislação e documentos oficiais.....	337
	Entrevistas	344
	Levantamento de dados	344
	Jornais, revistas e sites	345
	Filmes	353
	APÊNDICE 1: Entrevista com o ex-deputado Sílvio Torres (PSDB).....	354
	APÊNDICE 2: Entrevista com o jornalista Juca Kfourri	374
	APÊNDICE 3: Divisões do Campeonato Argentino	398

INTRODUÇÃO:

A sociedade é constituída por segmentos caracterizados por relações sociais objetivas com lógicas próprias e interativas, definidos por Bourdieu como *campos*. Cada campo é “campo de forças”, pois exerce pressão/constrangimento nos agentes envolvidos; é também “campo de lutas”, pois os agentes atuam conforme suas posições no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (Bourdieu, 1996, p.50). O futebol e a política são dotados de dinâmicas sociais, são *campos* e, como tal, se interpenetram e se inter-relacionam.

Apesar disso, o futebol e a política tendem a ser analisados como elementos distintos e excludentes. O futebol dissimulou seu teor político “[...] para se legitimar como prática social”; atores do “[...] campo político negou o futebol como um fenômeno político” (Ribeiro, 2020, p.26). Em termos epistemológicos, as ciências sociais se concentraram, por um tempo, prioritariamente no estudo do Estado e suas relações para analisar a política; esse panorama se alterou no pós-guerra com a compreensão ampliada das relações de poder.

Além das estratégias de legitimação do futebol e o desenvolvimento epistemológico nas ciências sociais há outra questão: quando as análises admitiam a existência de relação entre futebol e política, inclusive entre Estado e futebol, a tendência era tratar o futebol como polo passivo no processo de apropriação do esporte por lideranças políticas (Ribeiro e Souza, 2021). De um modo ou outro, os resultados foram visões incompletas sobre uma relação de mão dupla.

As relações entre futebol e política podem ser verificadas desde o início do esporte tal como o conhecemos na Argentina e no Brasil. Uma trajetória diferente ocorreu na Inglaterra: a primeira federação nacional (*Football Association*, doravante *FA*) nasceu a partir da reunião de clubes privados de futebol entre 1862 e 63. Porém, os ingleses não constam no grupo das sete representações nacionais fundadoras da Federação Internacional de Futebol (doravante *FIFA*) em 1904, bem como o país participava de poucos jogos internacionais de seleções. A relutância em usar o futebol como representação nacional se dava pela desconfiança da elite em relação à forma da profissionalização desse esporte. Cabe registrar que a própria *FIFA* nasceu antes da crise do Liberalismo Político por meio de iniciativas de pessoas e entidades sem vínculos formais com os governos de seus países (Ribeiro, 2020; Giulianotti, 2010).

O futebol chega à América Latina por meio das relações comerciais que estimularam viagens e migrações, bem como pelo intercâmbio de estudantes e pela presença de empresas inglesas. No Brasil Charles Miller, filho de escocês, é apontado como o responsável por trazer

o futebol a São Paulo em 1894, após anos de estudos em Southampton, na Inglaterra. Miller foi fundamental na criação do São Paulo Athletic Club – SPAC, hoje dedicado apenas ao rúgbi, participando da fundação da Liga Paulista de Foot-Ball - LPF, em 1901. Nesse mesmo ano, após anos de estudos na Suíça e de viagens a Londres, o filho de um vice-cônsul inglês, Oscar Cox, teria introduzido o futebol no Rio de Janeiro, depois fundou o Fluminense Football Club, em 1902¹. Porém, é documentada a ocorrência de partidas isoladas e/ou de modo recreativo, nem sempre presas às regras oficiais, a partir de 1864 por meio da influência de marinheiros ingleses, sobretudo no Rio de Janeiro, ou em clubes formados por imigrantes e descendentes de ingleses, em colégios de elite, mas também em áreas periféricas e redutos operários. Na Argentina, os cerca de 45 mil britânicos residentes em Buenos Aires criaram clubes de futebol a partir de suas escolas. Em 1867 o futebol foi mencionado pela primeira vez em um jornal na América do Sul: o *The Standart*, de Buenos Aires, sob encomenda dos irmãos Thomas e James Hogg, convidava para uma reunião interessados em fundar um clube: o *Buenos Aires Football Club* (Giulianotti, 2010; Streapco, 2010; Pereira, 1998; Pasquato, 2019a).

A profissionalização do futebol foi regulamentada nos anos 1930 na Argentina e no Brasil. Antes disso, a defesa do amadorismo seguia a lógica das virtudes cívicas em contraste aos possíveis efeitos negativos da profissionalização – apesar de a remuneração a atletas ser registrada antes da efetiva profissionalização em ambos os países (amadorismo marrom). Outrossim, os clubes brasileiros e argentinos eram privados, mas não eram vinculados a um proprietário ou investidor, nem estruturados e administrados com padrões e regulamentos empresariais²; são entidades, teoricamente, sem fins lucrativos de direito privado regidas por um conjunto de associados e um estatuto. Essa diferença se torna ainda mais evidente na legalização do profissionalismo. Na Inglaterra, a *FA* regulamentou o profissionalismo, em

¹ Mencionar Miller e Cox como pioneiros no futebol em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, não é o mesmo que resumir a inserção do futebol no Brasil a esses dois personagens. Será tratado disso na Seção 1.

² Na Argentina, apesar das experiências do *gerenciamiento*, o modelo clube-empresa não se consolidou. Macri tenta desde os anos 1990 implementar as *Sociedades Anónimas Desportivas* – SAD e não obteve sucesso. No Brasil, a modalidade existe desde os anos 1990, mas não se tornou dominante. Em 2021, eram 656 clubes profissionais, sendo 136 clubes-empresas (20,7%). Porém, a metade dos clubes-empresa estava sem divisão e apenas 15% figurava na primeira divisão de seu estado; em termos nacionais, apenas o RB Bragantino (da multinacional *Red Bull*) e o Cuiabá (da empresa Drebor Borrachas) disputavam a Série A do Campeonato Brasileiro; o Botafogo Futebol S/A, de Ribeirão Preto-SP, estava na série C, e sete clubes disputaram a Série D. Ou seja, cerca de 95% dos clubes-empresa não possuía divisão nacional. Boa parte se concentra em revelar atletas. A regulamentação adotada pela Lei Zico e pela Lei Pelé não foi eficiente para atrair grandes investidores para clubes importantes do Brasil. Daí, o esforço para a aprovação da Lei das Sociedades Anônimas de Futebol – SAF e a defesa de um regime de tributação especial. Mesmo sem a tributação especial, o Cruzeiro Esporte Clube, de Belo Horizonte-MG, e os cariocas Clube de Regatas Vasco da Gama e Botafogo Futebol e Regatas foram os primeiros clubes tradicionais a passar o controle do seu futebol para SAF em 2022 (Capelo, 2022; Gabilondo, 2019).

1885³, junto a seus associados, sem depender de uma decisão estatal. Na Argentina, uma greve pressionou o ditador Urriburu a indicar o prefeito de Buenos Aires para resolver a questão em 1931. Enquanto no Brasil, a aproximação de lideranças do governo Vargas e dirigentes do futebol legalizou o profissionalismo em 1937. Logo, a proximidade do Estado com o futebol em nossas unidades de análises é evidente desde as definições fundamentais ao desenvolvimento do esporte.

Antes de afirmar uma fragilidade das sociedades civis argentina e brasileira é preciso considerar as diferenças contextuais. A não legalização do profissionalismo atendia a interesses importantes: os clubes mais fortes, por meio da inexistência de vínculos formais entre jogadores e equipes, podiam, mediante oferta de remunerações, empregos, bonificações e outros, atrair atletas de clubes menos ricos ou de ligas menos desenvolvidas. Não se tratava, então, de uma série de empresários com necessidade de proteger seus investimentos. O quadro se modificou a partir de fins dos anos 1920, quando a Itália e a Espanha formalizaram o profissionalismo. Com isso, os países da América do Sul são pressionados a profissionalizar o esporte (argentinos e uruguaios foram pioneiros), pois a ausência de vínculos formais profissionais favorecia o êxodo dos melhores atletas rumo aos países com futebol profissional. Essa mudança se deu em um contexto político de grande desconfiança em relação aos preceitos liberais. A crise geral do liberalismo foi se acentuando após a Primeira Guerra Mundial e atingiu o ápice a partir da Crise de 1929. E é em meio a essa crise do liberalismo que emergiram os governos Urriburu (Argentina) e Vargas (Brasil). Os quais, a partir de demandas oriundas da sociedade civil, utilizaram a legitimidade do futebol em troca de atender demandas de dirigentes esportivos, atletas e outros agentes do futebol que desconfiavam da possibilidade de organização do esporte em seus respectivos países pela construção do consenso entre instituições esportivas autônomas (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Ribeiro e Souza, 2021).

³ Antes dessa data já existiam atletas com vínculos profissionais em alguns clubes e, tal como ocorreu na Argentina e no Brasil, a elite inglesa era contrária à profissionalização. Os clubes do Sul eram majoritariamente da elite e defensores do amadorismo, como o *Corinthians Football Club*, que inclusive defendia não serem necessárias as penalidades em um esporte de cavalheiros. No Norte e no Centro da Inglaterra predominavam clubes de industriais, da pequena burguesia e de operários, onde já eram feitos pagamentos aos melhores atletas e treinadores. Essa remuneração informal ou sem regulamentação não era um problema entre os clubes até que a hegemonia sulista passou a ser ameaçada, como ocorreu na chegada do Darwen FC às quartas de finais da *FA Cup* e, principalmente com a conquista do torneio pelo Blackburn Rovers, em 1884. Com isso, clubes da elite pressionaram a *FA* para proibição da remuneração. Em reação, os clubes do Norte ameaçaram criar uma liga independente, provocando o reconhecimento e a regulamentação do profissionalismo a partir de 1885. O predomínio dos clubes profissionais chegou a motivar a criação da Associação de Futebol Amador, em 1907, pelos clubes do Sul. Porém, a experiência durou apenas até 1914, com relatos de que os melhores clubes amadores também recorriam a formas alternativas de remuneração. O modelo econômico mercantilizado provocou a precoce conversão dos clubes ingleses em “companhia limitada cheia de acionistas e com um conselho de diretores” ainda no início do século XX (Giulianotti, 2010, p.20).

No entanto, chama a atenção o fato de que Argentina e Brasil até hoje não passaram por um processo incisivo de distanciamento entre Estado e futebol. Em que pese a autonomia dos clubes e das federações, o Estado foi partícipe das principais mudanças no esporte. Mesmo nas mudanças bruscas de ciclo político (golpes militares, ditaduras, reaberturas democráticas), por mais que tenham promovido mudanças na forma de participação do Estado, os interesses organizados do futebol não foram retirados da agenda estatal. Inclusive, em contextos de hegemonia neoliberal não foram tomadas medidas definitivas de retirada do futebol da agenda. De fato, isso não indica qualquer incoerência. O afastamento do Estado inglês em relação ao futebol, completamente privado e desde muito tempo gerido de modo empresarial, se relaciona com a hegemonia do liberalismo clássico, pautado pelo *laissez-faire*, no momento de oficialização do esporte. O neoliberalismo, além de se tornar hegemônico muito depois da aproximação entre futebol e Estado no Brasil e na Argentina, não nega toda intervenção do Estado. Vejamos como descreve Friedrich Hayek⁴:

A questão de saber se o Estado deve ou não "agir" ou "interferir" apresenta uma alternativa completamente falsa, e a expressão *laissez-faire* descreve de forma muito ambígua e enganosa os princípios em que se baseia uma política liberal. De resto, não há Estado que não tenha que agir, e toda ação do Estado interfere em uma coisa ou outra. Mas esta não é a questão. O importante é se o indivíduo consegue prever a ação do Estado e utilizar esse conhecimento como dado ao estabelecer seus próprios planos, o que significa que o Estado não pode controlar o uso feito de seus instrumentos e que o indivíduo deve saber exatamente até onde vai ser protegido da interferência de outros (Hayek, 2007, p.114-115, tradução nossa).⁵

Katz resume a questão da seguinte forma:

Certamente existe um tipo de política econômica singular do neoliberalismo que se contrapõe ao padrão keynesiano. O sinal determinante desta orientação não é a influência do Estado, mas a hierarquia atribuída às privatizações, a abertura comercial e a flexibilização laboral. Também se dá prioridade ao gerenciamento privado e aos investimentos estrangeiros como substitutos da poupança interna (Katz, 2016, p.90).

Logo, nos períodos de hegemonia neoliberal (anos 1990 e pós-2016), estava em jogo priorizar o “gerenciamento privado” e a abertura “aos investimentos estrangeiros”, e isso se deu

⁴ Também Milton Friedman no texto “*Neo-Liberalism and its Prospects*”, uma das primeiras obras a apresentar o termo neoliberalismo, define a função do Estado (fiscalizar, estabelecer condições favoráveis à competição, impedir monopólio, fornecer estrutura monetária) e defende o livre mercado como o mecanismo de proteção dos cidadãos ante o Estado. Veja essa afirmação: “*The state would police the system, establish conditions favorable to competition and prevent monopoly, provide a stable monetary framework, and relieve acute misery and distress. The citizens would be protected against the state by the existence of a free private market; and against one another by the preservation of competition*” (Friedman, 1951, p.3).

⁵ No original: “La cuestión de si el Estado debe o no debe «actuar» o «interferir» plantea una alternativa completamente falsa, y la expresión *laissez-faire* describe de manera muy ambigua y equívoca los principios sobre los que se basa una política liberal. Por lo demás, no hay Estado que no tenga que actuar, y toda acción del Estado interfiere con una cosa o con otra. Pero ésta no es la cuestión. Lo importante es si el individuo puede prever la acción del Estado y utilizar este conocimiento como un dato al establecer sus propios planes, lo que supone que el Estado no puede controlar el uso que se hace de sus instrumentos y que el individuo sabe con exactitud hasta dónde estará protegido contra la interferencia de los demás”.

com o fim dos valores de “passe” vinculando um atleta ao clube apenas durante a vigência do contrato⁶ em consonância à Lei Bosman (da União Europeia)⁷, pela entrada de empresas multinacionais de material esportivo, de patrocinadores, a comercialização dos direitos de transmissão com crescente participação de empresas estrangeiras, a participação de empresas e fundos estrangeiros em parceria com clubes dos anos 1990 e início dos anos 2000 e, até 2014, a compra direta de jogadores por empresas e fundos de investimentos. Porém, esse engajamento para viabilizar a entrada do capital privado não significou o abandono de outras formas de participação política de agentes do Estado, como as medidas de renegociação de dívidas tributárias, a associação entre membros do governo com dirigentes esportivos e as medidas punitivistas para o enfrentamento da violência no futebol. Assim, cumpre entender a origem e a causa da resiliência dos interesses organizados do futebol na agenda estatal.

O esforço para estudar a relação entre futebol e política não é inédito. Um exemplo é o livro organizado por Giglio e Proni (2020) cuja Parte I é composta de seis capítulos sobre essa relação. Mais especificamente, tratam do Brasil na primeira metade do século XX, da relação entre a Ditadura Militar e o futebol, da relação entre a Copa de 1982 e a democratização no Brasil e na Espanha e o papel do F.C. Barcelona na identidade cultural e na política catalã (Giglio e Proni, 2020).

Como exemplo adicional, podemos destacar o empreendimento de Foer (2005) que demonstra a interdependência do futebol com a geopolítica, evidenciando como um jogo de

⁶ O “passe” vinculava o jogador ao clube além do contrato de trabalho. O atleta não poderia deixar o clube sem autorização, mesmo quando terminava o contrato de trabalho e cessava a remuneração. No geral, a autorização era vendida. É visto que a extinção do “passe” se encaminhava na Argentina desde os anos 1970 (Ley 20.160) em função das greves dos jogadores e da organização em torno da *Futbolistas Argentinos Agremiados* (FAA). Ademais, os acordos coletivos firmados entre a FAA e a AFA junto aos órgãos trabalhistas atualizaram a questão (Convenio Colectivo de Trabajo - CCT 141/73, CCT 430/75 e CCT 557/09). No Brasil, o “passe” foi extinto pela Lei Pelé (9.615/1998). Em comparação com os casos estudados, na Inglaterra a FA encaminhou a questão sem ação estatal: em 1961 o teto salarial foi extinto; a partir da temporada 1963/64, o “passe” foi caracterizado entrave irracional à liberdade de comércio e os clubes detentores do registro teriam a prioridade de permanecer com o atleta oferecendo remuneração igual ou superior à proposta do interessado; após 1977/78, os atletas sem contrato puderam negociar seu destino sem a prioridade do clube detentor do registro. Após essas medidas, as associações de clubes criaram comitês de arbitragem especial em cada nação do Reino Unido para definir formas e valores de compensação financeira aos clubes de origem dos atletas (Barbieri, 2013; Giulianotti, 2010; Mesquita, 2002; Uliana, 2021).

⁷ Em 1995, o Tribunal de Justiça Europeu julgou o caso C-415/93 (*Union Royale Belge des Sociétés de Football Association ASBL and others versus Jean-Marc Bosman and others*). Bosman era um jogador belga vinculado ao Liège e, com o fim do contrato em junho de 1990, o clube ofereceu um contrato com remuneração 75% menor que a anterior. O jogador negociou o empréstimo para um clube francês, o Dunkerque, mas o Liège cancelou o empréstimo e suspendeu o atleta. Bosman pediu o salário mensal pago pelo Liège e a anulação do preço do “passe” até a transferência, recorrendo ao artigo 48 do Tratado de Roma (“livre movimento a todos trabalhadores europeus”). Para viabilizar, pediu a ilegalidade da regra da UEFA que incluía cidadãos da União Europeia no limite de atletas estrangeiros. A vitória do atleta deu origem à Lei Bosman que aumentou a mobilidade e a explosão salarial das maiores estrelas do futebol, favoreceu aos clubes mais ricos, vulnerabilizando os clubes formadores com menos recursos para ofertar nas renovações contratuais e, portanto, aumentou as disparidades entre clubes ricos e pobres e entre os atletas mais consagrados das principais divisões europeias e os demais (Giulianotti, 2010, p.158-165).

relevância na cultura mundial pode ser objeto de análise para compreender a luta pela exclusão ou perpetuação das fronteiras.

O futebol é menos consolidado como objeto da Ciência Política, se comparado à Antropologia, História, Sociologia e às ciências sociais aplicadas. Mesmo assim, pesquisas sobre o tema não são inéditas. Thiago Hinojosa Belmar, orientado por Wagner Pralon Mancuso, analisou o Bom Senso FC⁸ com o intuito de compreender a atuação de grupos de interesse na tramitação das Leis Zico (Lei nº 8.672/1993), Pelé (Lei nº 9.615/1998), Maguito Vilela (Lei nº 9.981/2000) e de Responsabilidade Fiscal do Esporte, doravante LRFE (Lei nº 13.155/2015), nas CPIs do Futebol e na criação Timemania. Segundo Belmar, a despeito de um processo de modernização do futebol rumo a uma visão de mundo dos negócios, a atuação dos grupos de interesse no Congresso Nacional foi decisiva tanto para aprovação quanto para o adiamento ou bloqueio de outras medidas. Para o pesquisador, a “bancada da bola” não é um grupo de interesse, pois não possui coesão e é um grupo que engloba parlamentares oriundo de diversos grupos do futebol (jogadores, dirigentes, políticos ligados à Confederação Brasileira de Futebol, doravante CBF, e federações). No entanto, reconhece a proeminência de representantes dos clubes e da CBF na bancada, que atua para defender grupos de interesse (Belmar, 2016).

Outro trabalho importante é a tese de Alessandra Mendes (2017), orientada por Adriano Codato e coorientada por Barrie Houlihan, cujo objetivo foi compreender o papel da Frente Parlamentar do Esporte (doravante, FPE) e da Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados na formulação de políticas públicas, evidenciando a influência da “bancada da bola” nesse processo. Na referida tese, a “bancada da bola” é o núcleo operativo da FPE, seu surgimento é identificado como reação à tramitação da Lei Zico e a autora recorre ao financiamento de campanha como meio para identificar os membros da “bancada da bola”. Com base nesse estudo resgatamos a definição que nos fundamentará ao longo da tese:

[...] consiste em deputados e senadores que têm sua campanha financiada por clubes de futebol, pela própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ou seus patrocinadores em troca de votação e projetos de lei favoráveis ao futebol e à CBF no Congresso Nacional, conforme investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do contrato entre CBF e Nike (Mendes, 2017, p.28).

Para sustentar a definição anterior, a pesquisadora realizou análise de redes nos membros da FPE, análises de financiamento e emendas de todos os deputados que fizeram parte de Comissões Permanentes relativas ao esporte, dos deputados mencionados como membro da

⁸ Movimento criado por jogadores de grandes clubes para pressionar por melhorias no futebol. Ver sobre em Baibich (2017).

“bancada da bola” e dos deputados envolvidos nos trâmites dos Projetos de Lei nº 5.201/2013 (da LRFE) e nº 6.753/2013 (do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos – PROFORTE), totalizando 237 parlamentares analisados. O conjunto das análises identificou quinze parlamentares como atuantes na bancada na 54ª Legislatura (2011-2015) e catorze na 55ª Legislatura (2015-2019) (Mendes, 2017).

Thiago Moreira da Silva (2015, p.2) estudou o município do Rio de Janeiro para compreender como proximidade entre futebol e política pode propiciar “engajamento e mobilização social” para campanhas políticas que recorrem à identidade clubística, com apoio das torcidas organizadas. Apesar das importantes contribuições que as referidas pesquisas proporcionam para o conhecimento científico, cumpre, além disso, entender a genealogia da presença dos interesses do futebol na agenda do Estado e, por isso, esta tese contribui à medida que pretende esclarecer o processo de institucionalização dos interesses do futebol.

Esta pesquisa, portanto, se justifica pelo potencial explicativo dos modos pelos quais interesses organizados de segmentos da sociedade passam a figurar seguros e constantes na agenda do Estado, em análise de unidades comparáveis por suas similaridades, mas cujos resultados são diferentes dada a existência de peculiaridades no arranjo político.

Detalhamos a seguir nossa problemática de pesquisa. O *objetivo geral* é verificar como ocorreu na Argentina e no Brasil o processo de institucionalização política dos interesses organizados do futebol. Como *objetivos específicos*, em primeiro lugar pretende-se verificar quais os papéis do Peronismo na Argentina, da Era Vargas no Brasil e das Ditaduras Militares, em ambos, na transformação desses interesses em algo assumido como seguro na agenda do Estado. Em segundo lugar averiguar, a partir da reabertura democrática, quais foram as estratégias dos grupos representantes do campo esportivo e do político visando acomodar seus interesses e incentivos seletivos. Terceiro, identificar quais os fatores presentes em cada um dos países desafiaram os atores individuais e institucionais a formular estratégias distintas para realizar os seus objetivos.

Huntington (1968) resume o processo de institucionalização como a aquisição de valor e estabilidade por parte das organizações e dos procedimentos. Definimos institucionalização de interesses na agenda do Estado ou institucionalização política para fins desta tese, como a aquisição da estabilidade de um padrão de presença dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado, ao longo do tempo, em diferentes governos e contextos políticos. A institucionalização está relacionada à existência de uma base social de sustentação para tais

interesses cujos agentes são identificados com a atividade futebol, são capazes de participar das decisões mais importantes para o esporte e de controlar os recursos indispensáveis para a continuidade da referida atividade. Como consequência lógica, a institucionalização dos interesses organizados do futebol está relacionada à representatividade perante à base social. Além disso, se caracteriza pela autonomia relativa desses interesses em relação a outros e em relação à própria base (Huntington, 1968; Jepperson, 1991; Souza, 1976).

As perguntas norteadoras desta pesquisa são: (1) *como* os interesses organizados do futebol se institucionalizaram na agenda do Estado como “[...] normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (*‘taken for granted’*)” no Brasil e na Argentina? (2) *Quais* fatores explicam as diferenças de tratamento desses interesses no sistema político de cada unidade de análise? (Rothstein, 2001, p.216, tradução nossa)⁹.

Coerente com o *Comparative Process Tracing* (doravante CPT), as hipóteses que a tese pretende comprovar foram organizadas em análises *intra-casos* e *entre* os casos.

Hipóteses para o caso argentino. As relações entre futebol e política identificadas desde o início do século XX, por interesse mútuo (atores políticos se aproximando dos clubes que ocupavam papel central nas comunidades; dirigentes esportivos em busca de vantagens para o clube ou ingressando na política a partir do capital possibilitado pela centralidade dos clubes nos bairros), fizeram com que não houvesse coerção cultural que vetasse a entrada das demandas do futebol para decisão e ação política; bem como os reguladores estruturais (partidos políticos, grupos de interesse, líderes de opinião e os meios de comunicação de massa) viam nos interesses organizados do futebol um elemento estratégico para consecução de objetivos. Como antecedentes com potencial explicativo temos a forma de oficialização das entidades esportivas de modo concêntrico em torno de Buenos Aires. Tal concentração abria uma janela de oportunidades em função da proeminência do poder Executivo Federal e da proximidade em relação ao centro do poder dos maiores clubes, seus dirigentes e torcedores. O processo de institucionalização se relaciona com a atuação do Peronismo, sendo esse contexto a consolidação dos elementos definidores das configurações iniciais da trajetória que foram ganhando corpo a partir de 1931. A Ditadura Militar tem o papel de intensificação da institucionalização reforçando as configurações originais. As características do sistema político argentino pós-redemocratização não alteram a dinâmica e o *locus* (Executivo) da entrada dos interesses organizados na agenda do Estado. Logo, as conjunturas críticas, dada a falta de

⁹ No original: “[...] normas no formalizadas, pero asumidas como algo seguro (*‘taken for granted’*)”.

incentivos ou a incapacidade dos atores de alterar a configuração dessa relação política, resultaram em camadas (*layering*) alterando o sentido e não o fundamento da participação.

Uma das modificações que dialoga com a dinâmica dos interesses organizados do futebol é a adoção do modelo chamado por Cao e Rubbins (2007) de Modalidade Gerencial do Estado cujas características são: adoção de ferramentas balizadas pela lógica custo/benefício, valorização das “esferas mercantilizadas da economia e da sociedade”, utilização de parâmetros de eficiência atrelados aos “critérios de rentabilidade” inclusive nas áreas sociais, políticas públicas focalizadas em vez de universalistas abrindo espaço para atuação do mercado como regulador de parte importante da dinâmica social, em conformidade com o “[...] princípio da subsidiariedade do Estado (teorizado extensivamente pelos organismos de créditos multilaterais) e no intento de trazer para a esfera do setor público ferramentas de gestão privada” (Cao e Rubbins, 2007, p.268, tradução nossa).¹⁰

O modelo gerencial mencionado no parágrafo anterior se desenvolveu com mais ênfase nos anos 1990 e marca a hegemonia neoliberal. No entanto, essa nova racionalidade não significou uma redução da proeminência do Executivo face a um possível fortalecimento do Congresso para encaminhar a atuação dos grupos de interesses de modo disperso na esfera legislativa. Ao contrário, *La Reforma de la Constitución de la Nación Argentina de 1994* (doravante CN94)¹¹ não modificou o protagonismo dos presidentes e a grande importância dos ministros. A CN94 instituiu o Chefe de Gabinete de Ministros e, segundo De Luca (2012), em que pese os argumentos de que o cargo ajudaria a desconcentrar o poder, mobilizados na época da reforma, o resultado foi um novo mecanismo de controle à disposição do presidente. O compromisso do Chefe de Gabinete em comparecer no Congresso mensalmente (alternando a câmara) se constituiu uma “mera formalidade”, sem cumprir o intento de elo entre o Executivo e o Legislativo. Isso ocorreu em função do apoio da base governista para bloquear o debate, gerando desinteresse entre os parlamentares e até ausência de Chefes de Gabinete de Ministro nas audiências (De Luca, 2012, p.46).

¹⁰ No original: “esferas mercantilizadas de la economía y la sociedad”; “criterios de rentabilidad”; “principio de subsidiariedad del Estado (teorizado in extenso por los organismos de crédito multilaterales), y en el intento de acercar a la esfera del sector público herramientas del management privado”

¹¹ A CN94 alterou as regras eleitorais nacionais para a escolha do presidente e do vice-presidente e dos senadores. Os presidentes eram eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral para um mandato de seis anos, sem reeleição imediata. Em 1994, instituiu eleições diretas com a necessidade de 45% dos votos ou mais ou de 40% dos votos ou mais com diferença de dez pontos percentuais entre o primeiro e segundo. Os senadores eram eleitos indiretamente pelas legislaturas provinciais para mandato de nove anos com renovação de um terço dos membros a cada três anos. Em 1994, os senadores passaram a ser eleitos diretamente pelo sistema majoritário em lista incompleta fechada e bloqueada para mandatos de seis anos com renovação de um terço dos membros a cada dois anos (CEPAL, 2020a; CEPAL, 2020b; Malamud e De Luca, 2016).

Esse quadro institucional tem impacto no processo de formulação de políticas públicas da seguinte forma:

Legados históricos e as regras do jogo político fazem do Congresso argentino uma instância frágil e carente de profissionalismo para a formulação de políticas. Os legisladores respondem às elites de partidos provinciais, que pouco se importam com a qualidade das políticas nacionais. Ademais, os poderes proativos presidenciais são muito amplos na prática. Como resultado, os atores relevantes da formulação de políticas, por exemplo o presidente, governadores provinciais e os grupos de interesses, carecem de uma arena institucionalizada para realizar possíveis acordos intertemporais de políticas. Adicionalmente, não podem delegar a implementação dos potenciais acordos a uma burocracia profissionalizada devido às fragilidades intrínsecas da burocracia argentina. Tampouco podem depender do *enforcement* dos contratos por meio do poder judicial porque ele é frágil e facilmente influenciado por questões políticas (Spiller e Tommasi, 2010, p.76-77, tradução nossa).¹²

Sem alterar o protagonismo do Executivo, a aguda crise econômica, social e política de 2001 exigiu acordos e pactos para recuperar a governabilidade que revelaram:

[...] a crescente importância dos atores subnacionais na constituição de projetos nacionais. Para entender a política argentina desses últimos anos se tornou imprescindível compreender a política nas províncias argentinas, assim como a vinculação entre a arena eleitoral nacional e arenas eleitorais subnacionais do regime federal argentino (Calvo e Abal Medina, 2007, p.8, tradução nossa).¹³

Ou seja, o sistema político argentino é marcado pela grande influência das lideranças provinciais, pelo protagonismo do Executivo, contando com mecanismos proativos para formulação de políticas e pela ausência de arenas institucionais para a negociação entre grupos de interesses e poderes executivos (nacional e provincial). No entanto, esse quadro não impediu a capacidade dos atores ligados ao futebol obterem êxito no encaminhamento de suas demandas e, portanto, na institucionalização dos interesses organizados. Diferente do Brasil, bancadas temáticas são exceções na Argentina¹⁴ e, no caso do futebol, suas demandas são encaminhadas de modo complexo com importância das lideranças provinciais e do Executivo Federal.

Hipótese para o caso brasileiro. As relações entre futebol e política identificadas desde o início do século XX por interesse mútuo (atores políticos se aproximando dos clubes em busca

¹² No original: “Legados históricos y las reglas del juego político hacen del Congreso argentino un escenario débil y carente de profesionalismo para la formulación de políticas. Los legisladores responden a las elites de partidos provinciales, a quienes les importa poco la calidad de las políticas nacionales. Además, los poderes proactivos presidenciales son demasiado amplios en la práctica. Como resultado, los actores relevantes de la formulación de políticas, por ejemplo el presidente, gobernadores de provincias y los grupos de interés, carecen de una arena institucionalizada en la cual realizar posibles acuerdos intertemporales de políticas. Adicionalmente, no pueden delegar la implementación de los potenciales acuerdos a una burocracia profesionalizada ya que la burocracia argentina tiene debilidades intrínsecas. Tampoco pueden depender del *enforcement* de los contratos por medio del poder judicial porque este es débil y fácilmente influenciado por cuestiones políticas”

¹³ No original: “la creciente importancia de los actores subnacionales en la constitución de proyectos nacionales. Para entender a la política argentina de estos últimos años se ha tornado imprescindible comprender la política en las provincias argentinas, así como la vinculación entre la arena electoral nacional y las arenas electorales subnacionales del régimen federal argentino.”

¹⁴ Até 2008, os deputados vinculados ao movimento sindical (“dipusindicales”) eram “o único grupo setorial definido”. Em 2009, entidades de classe ligadas ao agronegócio emplacaram “um senador e onze deputados (sete eleitos pela UCR)”, dando início aos “parlamentares ruralistas” ou “agrodiputados” (Tula e De Luca, 2012, p.82).

de apoio político e associação de sua imagem aos valores vinculados ao esporte na época; dirigentes esportivos em busca de vantagens para o clube ou ingressando na política a partir do incremento de capital possibilitado pelos clubes e federações, ambos geridos por membros da elite econômica e com relações próximas às elites políticas estaduais), fizeram com que não houvesse coerção cultural vetando a entrada das demandas do futebol para decisão e ação política. Bem como os reguladores estruturais (partidos políticos, grupos de interesse, líderes de opinião e os meios de comunicação de massa) viam nos interesses organizados do futebol um elemento estratégico para consecução de seus objetivos. Um elemento adicional foi a crença no poder modernizador do Estado durante à Era Vargas (1930-1945), em contraste com a desconfiança em relação à capacidade das elites estaduais e dos dirigentes racionalizar o futebol no país (em defasagem organizativa e em resultados esportivos em comparação aos vizinhos Argentina e Uruguai). Como antecedentes com potencial explicativo, encontra-se o pioneirismo da organização futebolística nos estados com ritmo e nível de desenvolvimento distintos (policêntrico). A estrutura do futebol se desenvolveu em termos nacionais de modo similar ao pacto federativo: uma confederação nacional forte e centralizadora e a relevância das federações estaduais, marcada pela heterogeneidade entre elas. Esse arranjo federativo e a existência de um sistema partidário nacionalizado com elevado grau de disciplina (pelo menos até 2016) explicaria o ganho de protagonismo do Congresso Nacional no período pós-redemocratização.

A “bancada da bola” se relaciona com nosso objeto de estudo pela sua importância no Congresso Nacional. Portanto, além da definição de Mendes (2017) apresentada anteriormente, é preciso considerar a coordenação realizada normalmente pela CBF. Ainda que clubes e federações possam cumprir o papel de recrutar candidatos e mobilizar apoio (ou financiar campanhas eleitorais no passado), essas entidades esportivas têm um alcance localizado e, portanto, incapaz de organizar a atuação de uma bancada no Congresso. A atuação coletiva no Congresso Nacional demanda uma articulação em âmbito nacional e uma organização, por um lado centralizada e por outro dotada de capilaridade para alcançar diferentes estados da federação. Rebelo e Torres detalham a descoberta da CPI:

O estudo dos balanços anuais (documentos públicos) da CBF revela um esforço continuado de apoio financeiro a candidatos ao Parlamento, e também as prefeituras de algumas cidades, visando a eleição de candidatos de suas relações. Ao mesmo tempo, a CBF investiu na montagem de uma casa em Brasília, um verdadeiro escritório de representação para dar atendimento a parlamentares. São indicações de que a direção da entidade planejava ampliar sua influência política além do mundo do futebol, criando no Congresso uma “Bancada da CBF”. Além de eticamente discutível, essa prática de fazer doações a políticos configura uma ilegalidade, já que se trata de uma entidade sem fins lucrativos (Rebelo e Torres, 2001, p.94).

Além disso, a capilaridade da CBF se assenta na influência sobre as federações e na articulação dessas federações com o sistema político formal.

A situação nas federações não poderia ser pior. Revela um processo avançado de desagregação da organização confederativa. Entidades dominadas há muitos anos por grupos familiares e de compadrio político, misturando as relações esportivas com relações políticas. Não raro, o dirigente da federação ou de clube é também parlamentar [...] Associado ao continuísmo, viceja o nepotismo [...] A manipulação dos recursos arrecadados pela federação tem como regra geral o descontrole [...] Nem mesmo sobre os recursos enviados pela CBF há qualquer prestação de contas ou indicação do destino dos gastos [...] são situações que vêm de longe, herdadas do “coronelismo” que se implantou nos clubes, mesclado com um mecenato de interesses eleitorais [...] Ricardo Teixeira e seu grupo, ao deixarem de corrigir as irregularidades que proliferam na base confederativa, e ao oferecerem ajuda paternalista a federações falidas, estabeleceram laços de dominação que lhes permitiram, em troca, contar com os votos cativos das federações nas decisões da CBF (Rebelo e Torres, 2001, p.156-157).

Ou seja, se alguns clubes e federações conseguem projetar representantes no sistema político formal o fazem de modo esparso. Além disso, as derrotas de figuras importantes exigem uma reconfiguração constante não se limitando no recrutamento de figuras oriundas do futebol – por mais que sejam destacadas no núcleo da bancada. Por isso a articulação dessas representações vinculadas a clubes ou federações com políticos profissionais que ocasionalmente compõem a “bancada da bola” (como foi o caso de Romero Jucá, Renan Calheiros etc.) depende da coordenação da CBF. Os ex-deputados falavam de “bancada da CBF” para enfatizar que nem todos os parlamentares relacionados ao futebol atuam invariavelmente como um membro da “bancada da bola” e havendo políticos profissionais sem vínculos prévios com o futebol. A ponderação é válida porque existem diversos interesses no futebol. Tratamos, portanto, dos interesses organizados que respondem à coordenação da CBF, como a articuladora do alto escalão do futebol nacional apoiada por alguns clubes e federações. As doações pela CBF, clube e federações se mantiveram em eleições seguintes à 2001, como demonstrou a série de reportagens de Gabardo e Oliveira (2015). No entanto com a proibição expressa desse expediente, Mendes (2017) encontrou outro mecanismo de identificação: doações oriundas de empresas patrocinadoras da CBF e outras entidades do futebol. A proibição da doação empresarial de campanha pelo Supremo Tribunal Federal (doravante STF) passou a ter efeitos práticos em relação à formação do Congresso Nacional desde as eleições de 2018. Pires (2019b) esclarece como a CBF agiu para recompor a bancada:

Embora impossibilitada de patrocinar seus escudeiros na política, a CBF lançou mão de uma estratégia de convencimento a partir da própria estrutura, recorrendo ao apelo popular do futebol para cooptar novos apoiadores com cargos de confiança, mimos e ingressos. Na cúpula da entidade, agora presidida por Rogério Caboclo, sete dirigentes conservam laços políticos. Um dos articuladores da bancada da bola, o secretário-geral Walter Feldman já exerceu mandatos de vereador e deputado em São Paulo, além de ter

sido ideólogo da REDE. Cabe a ele o trabalho institucional de aproximar políticos da confederação [...] O amplo espectro da bancada da bola, que abrange parlamentares da esquerda à extrema direita, era orquestrado até o início do ano por Vandenbergue Machado, lobista da confederação no Congresso por quase duas décadas. Indicado à função, que oficialmente se chamava “diretoria de assuntos legislativos”, pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) [...] sua grande cartada foi convencer dirigentes a convidar políticos para chefiar delegações em torneios e amistosos da seleção. Sinal de prestígio, o cargo temporário oferece benesses como despesas de viagem e hospedagem pagas pela CBF, proximidade com jogadores e acesso liberado a jogos e treinamentos [...] Vandenbergue pediu demissão em maio e, no organograma da CBF, seu cargo foi extinto. Entretanto, o diretor e deputado Marcelo Aro é quem herdou a incumbência de representar os interesses de clubes e cartolas em Brasília, enquanto Feldman continua articulando à distância, na sede carioca. (Pires, 2019b, online).

Como a tese trata de interesses *organizados* e não de interesses do futebol de modo genérico, o nível e o *locus* da análise é definido pela formatação da estrutura política em cada contexto de conjuntura crítica e de pontos focais. Ao longo da tese ficará clara a ênfase na atuação do Executivo como instância central para a efetivação dos interesses organizados do futebol até o fim da Ditadura Militar. No entanto o Legislativo vai ganhando relevância após a redemocratização do Brasil e passa a ser uma instância fundamental para a compreensão da presença desses interesses na agenda estatal, ainda que o Executivo não tenha saído de cena. Além disso, as formas de interação política presentes no parlamento brasileiro conferiu, pelo menos até 2016, centralidade aos partidos. Desse modo, as negociações no Congresso dependem da capacidade de atrair apoio de diferentes partidos para obter maiorias e encaminhar demandas. No caso em tela, a “bancada da bola”, em que pese seu tamanho relativamente pequeno é um ator coletivo, suprapartidário, poliestadual e informal constituído a partir da Lei Zico e com relevância no processo legislativo de medidas relacionadas ao futebol. Essa bancada é a forma visível de como os interesses organizados do futebol são institucionalizados na agenda do Estado e de como se dá a autonomia relativa do alto escalão do futebol em relação aos demais atores do futebol brasileiro.

Hipótese geral. Nas duas unidades de análise, o futebol se constituiu em importante *instituição política informal*. Não só porque seus interesses organizados passaram por um processo de institucionalização que os colocou de modo seguro na agenda estatal, mas também pela capacidade de ofertar bens relevantes para o jogo político. A institucionalização seria decorrente da resposta a contextos institucionais formais, posto que as instituições formais podem ser eficientes para influenciar comportamentos e práticas, mas não podem prever e abranger todas as situações possíveis. Os clubes, desde muito tempo, têm sido utilizados para recrutamento de lideranças políticas (não é por acaso a quantidade de políticos oriundos dos quadros e da direção dos clubes) e têm sido fundamentais para a oferta de bases eleitorais

claramente identificáveis para estratégias políticas, o que estimula a aproximação de atores da política. Não se trata apenas da exposição proporcionada pelo futebol, mas de um recurso potencialmente estratégico para o jogo político dada a possibilidade de socialização política (caráter associativo dos clubes e federações regidos por estatutos e marcados por eleições e disputadas políticas internas, contato com atores políticos). Essa relevância como *instituição política informal* eleva os custos para a retirada dos interesses do futebol da agenda política. Por isso as mudanças de ciclo político ou se constituíram em pontos focais dando sequência à trajetória ou conjunturas críticas onde o sentido se alterou (mais ou menos investimento estatal, mais ou menos neoliberal) sem a retirada dos interesses da agenda do Estado. As diferenças na forma como esses interesses são tratados no sistema político expressam a influência de elementos antecedentes com potencial condicionante na trajetória (portanto, explicativo para a tese) e do desenho do sistema político. Afinal, a configuração das instituições exige dos atores a formulação de estratégias coerentes para a consecução dos objetivos e o processo de aprendizagem institucional amplia a possibilidade de êxito dos atores e, conseqüentemente, aumenta a resistência para aceitar desenhos institucionais completamente diferentes, mesmo nas mudanças de ciclos políticos.

Antes de apresentar o aporte teórico-metodológico, é relevante justificar a comparação entre o Brasil e a Argentina. Ambos superaram regimes autoritários na chamada terceira onda de democratização iniciada nos anos 1970 (Huntington, 1994). O Brasil e a Argentina se organizam em um sistema federal com diversas semelhanças que autorizam e estimulam estudos comparados. Ambos podem ser enquadrados em um modelo de democracia com um desenho institucional a saber, repúblicas federativas que buscam dar conta de uma heterogeneidade cultural, social e política. O Brasil é um país com importantes diferenças étnico-culturais e disparidades econômicas regionais. A Argentina também possui disparidades econômicas regionais e está longe de ser um país com homogeneidade étnico-cultural. Pode-se compreender que “[...] o federalismo teria aparecido como um freio à hegemonia protagonizada por algumas unidades federativas chaves (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por um lado, e Buenos Aires, pelo outro)” (Barrientos, 2009, p.4).

O federalismo ocupa, junto ao sistema partidário, um papel fundamental para esta tese. Ao estudarmos a institucionalização dos interesses organizados do futebol, é indispensável compreender o mecanismo de coordenação de interesse que é central para explicar a produção de políticas públicas num arranjo federativo. As federações precisam equilibrar a competição

inerente ao modelo para obter êxito na coordenação das relações intergovernamentais. O nível de conflito nessas relações é configurado pelo sistema partidário. Desse modo, a comparação entre Brasil e Argentina faz sentido por se tratar de países que estão entre as mais importantes federações latino-americanas, possuindo estruturas institucionais semelhantes (federalismo, presidencialismo, significativa descentralização política e administrativa) e cuja dinâmica dos processos de interações entre as relações intergovernamentais, apesar de distintas entre si, possuem conexões visíveis com os respectivos sistemas partidários (Simpson, 2017).

Analisando o caso brasileiro entre 1946 e 1964, Souza (1976) identificou como a estrutura do Estado possui a capacidade de condicionar o sistema partidário de modo que a sua configuração é influenciada pela existência prévia ou não de uma organização estatal forte. A relevância dos partidos é atestada por Huntington (1968) identificando a estabilidade política como um padrão dependente dos partidos políticos. Para ele, partidos e sistemas partidários são os meios institucionais mais importantes para coordenar o incremento na participação política. Diferente de Huntington que analisa os partidos, esta tese irá considerar prioritariamente as produções sobre o sistema partidário. Recorremos à definição de sistema partidário de Mainwaring e Scully (1995, p.3, tradução nossa): um “[...] um conjunto de interações padronizadas na competição entre os partidos”¹⁵, pressupondo a ampla observância de regras e regularidades nessa competição. Os autores não tratam observância às regras como sinônimo de aceitação unânime, pois as regras podem ser contestadas e modificadas ao longo do tempo, mas devem ser respeitadas na competição partidária (Huntington, 1968; Mainwaring e Scully, 1995; Souza, 1976).

Para adicionar um elemento à análise, Mainwaring e Torcal (2005, p.250) entendem que a institucionalização de um sistema partidário depende da “[...] estabilidade da competição entre partidos e a profundidade das raízes partidárias na democracia”. Esses autores argumentam que as democracias industriais avançadas tendem a contar com sistemas partidários mais institucionalizados do que as democracias e semidemocracias pós-1978 (que se enquadrariam na terceira onda, formulada por Huntington). Essas democracias mais jovens teriam partidos com menores enraizamento social e estabilidade na competição, além de vínculos mais personalistas entre eleitores e candidatos, dificultando o *accountability* eleitoral e sendo mais

¹⁵ No original: “[...] set of patterned interactions in the competition among parties.”

vulneráveis à ascensão de políticos com retórica antipartidos (Huntington, 1994; Mainwaring, 2018, Mainwaring e Torcal, 2005).¹⁶

É importante registrar que não é o intento dessa pesquisa avaliar o grau de institucionalização dos sistemas partidários no Brasil e na Argentina, mas como tais sistemas atuam e influenciam na institucionalização dos interesses organizados do futebol. No entanto, dada a importância dos partidos como um dos reguladores estruturais atuando no *input* das demandas no sistema político (Easton, 1968) e do sistema partidário como um dos principais organizadores das preferências da sociedade, o desenvolvimento destes, sobretudo após a redemocratização da Argentina e do Brasil, adquire relevância explicativa para o processo de institucionalização dos interesses organizados após os anos 1980 nas duas unidades de análises.

Em sua dissertação Rodrigues compara o processo de institucionalização dos sistemas partidários do Brasil e da Argentina, concluindo que, apesar de “[...] toda desconfiança sobre os partidos, há que se ponderar que, no Brasil e na Argentina, eles apresentam satisfatória capacidade de estruturar os sistemas partidários” (Rodrigues, 2015, p.134). O pesquisador salientou diferenças importantes. Os principais partidos argentinos, o Partido Justicialista (doravante PJ) e a União Cívica Radical (doravante UCR) foram criados antes e sobreviveram a ditaduras e são classificados como partidos de massa, apesar das sucessivas perdas de voto da UCR. No Brasil apenas o Partido dos Trabalhadores (doravante PT) dentre as principais legendas pode ser assim classificada. Enquanto os demais partidos relevantes do Brasil são partidos de quadros (Rodrigues, 2015).

Sobre a Argentina, Levitsky (1997) verificou um paradoxo. O governo Menem (1989-1999) demonstrou pouco interesse em fortalecer instituições republicanas e pouco respeito às instituições representativas, mas contribuiu para um processo de reestabilização política favorável à consolidação da democracia devido à superação da crise pelo peronismo e pela conformação do sistema partidário. Lupu (2015), por sua vez identificou que a UCR teve uma maior contribuição histórica para a institucionalização do sistema partidário que o PJ, ambos passaram por momentos de maior ou menor institucionalização em função de proscricções e interrupções da democracia e, nos últimos anos, ressalta a ascensão de partidos provinciais e um processo de desinstitucionalização do PJ e da UCR (Levitsky, 1997; Lupu, 2015).

¹⁶ Importante registrar a relevância dos autores para o estudo da institucionalização de sistemas partidários que referencia este trabalho. No entanto, no desenvolvimento das pesquisas sobre sistemas partidários há autores argumentando o avanço da institucionalização do sistema partidário de Argentina e Brasil.

É preciso mencionar a ascensão do *Propuesta Republicana* (doravante PRO)¹⁷. A crise política de 2001 não pode ser classificada como uma crise de todo o sistema político, mas como uma crise dos grupos “não peronistas”, pois “[...] o peronismo é capaz de gerar padrões bastante estáveis de práticas políticas [...] sem depender somente dos mecanismos partidários para gerar representação e autoridade política”. Portanto, ainda que se afirme uma frágil institucionalização partidária do PJ, o peronismo é “uma identidade política hegemônica e também uma cultura política” (Casullo, 2015, p.21, tradução nossa)¹⁸. A partir dessa crise da parcela “não peronista”, abriu-se um caminho para a projeção de Mauricio Macri e do PRO com “o perfil [...] mais jovem, mais empresarial”¹⁹, com dinheiro, apoio de segmentos sociais importantes e boa vontade de relevantes empresas de comunicação (Casullo, 2015, p.28, tradução nossa). Para alcançar esse perfil, o partido também buscou quadros em empresas e em Organizações Não-Governamentais (doravante ONGs) pró-mercado. A projeção do PRO como partido nacional contou com a capacidade de atrair membros do segundo escalão da UCR e com alianças provinciais com blocos liderados por peronistas antikirchneristas, além de recorrer a figuras de fora do partido que haviam alcançado notoriedade a partir de 2008 nos protestos contra o governo Kirchner em relação a impostos de exportação de produtos agrícolas e/ou personalidades do mundo dos esportes e do entretenimento. No entanto a complexa articulação para se tornar competitivo levou à formação da coalizão *Cambemos* marcada pelas divergências programáticas e um poder eleitoral no legislativo relativamente frágil para a magnitude das reformas pretendidas (Casullo, 2015; Mauro, 2020; Vommaro, 2019).

No Brasil houve um padrão bipartidário na ditadura civil-militar entre 1964 e 1979, retornando ao pluripartidarismo com a criação de novas legendas. A Aliança Renovadora Nacional (doravante ARENA) – partido de sustentação da ditadura civil-militar – deu origem ao Partido Democrático Social (doravante PDS) que, após fusões e alterações de rótulo, resultou no atual Progressistas (PP); antes disso, surgiu no interior do PDS uma dissidência chamada Frente Liberal, originando em 1985 o Partido da Frente Liberal (PFL) – rótulo alterado para

¹⁷ Fundado por Mauricio Macri em 2008. Macri havia articulado a Frente *Compromiso para el Cambio* para as eleições legislativas de 2003 em Buenos Aires. Em 2005, essa frente tornou-se o partido *Compromiso para el Cambio* (rebatizado como PRO em 2008). Da frente criada em 2003, saiu um grupo de lideranças (políticos, intelectuais, agentes do mercado) que fundou, em 2005, a *Fundación Pensar* – uma *think tank* que visava superar um problema: a falta de representação das ideias pró-mercado que limitassem as ações governamentais e tornassem o mercado o motor do desenvolvimento. Em 2010, o PRO transformou a referida fundação em uma *think tank* partidária para formular políticas públicas, coordenar as instâncias internas do partido e formar lideranças com “perfil técnico” (Echt, 2021; Vommaro, 2014)

¹⁸ No original: “el peronismo es capaz de generar patrones bastante estables de prácticas políticas; como veremos, sin depender solamente de los mecanismos partidarios para generar representación y autoridad política.”

¹⁹ No original: “por el perfil más fresco, más juvenil, más empresarial”.

Democratas (DEM), em 2007 – que competirá em 2022 como União Brasil, após a fusão com o Partido Social Liberal (doravante PSL).²⁰ O outro partido do sistema bipartidário, o Movimento Democrático Brasil (doravante MDB) foi batizado PMDB (inserindo o termo “partido”) entre 1980 e 2017, quando retornou ao rótulo original (MDB). Assim, como seu único adversário na ditadura, enfrentou uma cisão interna que resultou no Partido da Social Democracia Brasileira (doravante PSDB) (Brasil, 2022; Guimarães, Rodrigues e Braga, 2019; Jorge, Faria & Silva, 2020; Nicolau, 1996).

Ribeiro e Locatelli (2019) utilizaram o *Political Party Database Project* (PPDP) para analisar o impacto do tempo (considerando duração da democracia e idade dos partidos) e, dentre os analisados, incluiu “[...] os partidos eleitoralmente mais fortes, de sistemas de três partidos [viabilidade ou dominância de três partidos no governo] com níveis relativamente altos de institucionalização”²¹ (Ribeiro e Locatelli, 2019, p.223, tradução nossa). Os autores concluem que a tese da “fraqueza excepcional” não se aplica ao Brasil (e aos demais latino-americanos analisados), pois houve um processo de fortalecimento organizacional a partir do processo de redemocratização, corroborando com os estudos de Braga (2010) e Tarouco (2010). Além disso, a origem em regimes anteriores ao processo de redemocratização também influencia na força organizacional dos partidos, conforme Braga (2006), Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) já haviam demonstrado. No caso brasileiro, apesar de ter sido criado no processo de reabertura democrática, os autores identificam importantes esforços do PT para mobilização em massa.

Em linhas gerais, há diferenças históricas e de configuração entre os partidos e sistemas partidários analisados. No entanto, são sistemas partidários institucionalizados, seja forte ou fracamente de acordo com os analistas e, como tal, operam mais ou menos eficientemente para a canalização de interesses. A diferença na configuração dos sistemas partidários do Brasil e da Argentina e na configuração dos partidos e da competição partidária são fatores relevantes para compreender porque, a despeito de importantes aproximações nos desenhos institucionais, verifica-se resultados diferentes na institucionalização política de interesses organizados nas unidades de análise.

²⁰ Álvaro Valle, deputado da ARENA, participante da dissidência Frente Liberal, fundou o Partido Liberal (doravante PL) em 1985. Em 2006 o PL se fundiu com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) dando origem ao Partido da República (PR). Voltou ao rótulo PL em 2019 e abrigará o presidente Jair Bolsonaro na sua tentativa de reeleição em 2022.

²¹ No original: “the electorally strongest parties, from three party systems with relatively high levels of institutionalization”.

Ademais, cumpre afirmar que Brasil e Argentina são comparáveis por serem potências futebolísticas. O indicador de potência é objetivo, considera os resultados obtidos. Em âmbito mundial, as seleções desses países estiveram em doze das 21 finais de Copas do Mundo disputadas. Em termos de competições de clubes, brasileiros e argentinos dominam as competições sul-americanas, sendo os mais vitoriosos em quantidade total de títulos e em número de clubes com êxitos internacionais na região, bem como são os principais campeões de competições reconhecidas pela FIFA como mundiais de clube (a extinta Intercontinental e a Copa do Mundo de Clubes da FIFA) no continente americano.

A presente tese se filia ao neoinstitucionalismo histórico, detalhado na segunda seção. De modo introdutório esclarecemos os entendimentos centrais: (1) as peculiaridades históricas ocupam lugar fundamental; (2) instituições políticas fazem mais do que distribuir recursos, podendo condicionar estratégias; (3) instituições condicionam o modo em que os distintos grupos definem seus interesses políticos (Rothstein, 2001).

Dada a premissa de que as escolhas tomadas no início pressionam/constrangem o desenvolvimento de um processo, adotamos o modelo de causalidade social dependente de trajetória (*path dependence*). Pela concepção de análise longitudinal envolvendo diferentes arranjos na estrutura político-institucional das unidades analisadas, esclarecemos que a mudança institucional é explicada pelo modelo de camadas (tipo *layering*) em função dos atores nem sempre terem a capacidade para modificar ou fazer novo uso das instituições existentes e, por isso, criaram gradativamente novas políticas ao longo do processo de institucionalização do futebol (Bernardi, 2012).

Por fim, a abordagem utilizada para analisar os elementos constitutivos dos processos de institucionalização nas unidades de análise é o rastreamento comparativo de processos (CPT – *comparative process tracing*) envolvendo um componente histórico substantivo com base em um pequeno número de casos, permitindo um exame detalhado dos processos sustentando a afirmação de mecanismos causais por meio de *tipos ideais*, comparados utilizando os elementos identificados em cada unidade análise e a periodização de *tipos ideais*. Em suma, os elementos centrais para esta abordagem metodológica são *path dependence*, conjunturas críticas, pontos focais, contexto e periodização (Bengtsson e Ruonavaara, 2017; Pierson e Skocpol, 2008).

Como elemento adicional, o projeto incluía a realização de entrevistas semiestruturadas com, pelo menos, duas pessoas em cada unidade de análise para apreender como atores diretamente envolvidos e observadores qualificados com acesso mais direto ao esporte e/ou à

política analisam o fenômeno pesquisado na tese. As entrevistas não visam sustentar isoladamente inferências ou conclusões, mas permitem confrontar se a imagem produzida pela pesquisa se aproxima, se distancia ou complementa a posição dos entrevistados. Definimos dois perfis para os potenciais entrevistados. O primeiro perfil: parlamentar ou ex-parlamentar com atuação relevante e algum vínculo com o futebol, seja anterior ou simultâneo à carreira política, seja em virtude da atuação legislativa. O segundo perfil: um jornalista político ou esportivo que tenha trabalhado em matérias relativas a futebol e política.²²

No Brasil, foi agendada a entrevista com Silvio Torres para o dia 10 de março de 2021 por meio do aplicativo *Zoom*. O ex-deputado autorizou a gravação de áudio e vídeo. Silvio Torres²³ se enquadra no primeiro perfil porque esteve como membro suplente ou titular das Comissões Permanentes do Esporte (CESPO) e de suas antecessoras, tais como a Comissão Permanente da Educação e Cultura e da Educação, Cultura e Desporto, foi autor do Projeto de Lei 4874/01 (Estatuto do Desporto) bem como compôs comissões especiais do Estatuto do Desporto, do Projeto de lei nº 5186/05 (que altera a Lei Pelé) e do PROFORTE. Além disso, foi relator da CPI da CBF/Nike e da Máfia do Futebol. A transcrição integral dessa entrevista está no [Apêndice 1](#).

Também foi entrevistado José Carlos de Amaral Kfourri (Juca Kfourri) no dia 09 de junho de 2021 por meio do aplicativo *Zoom*, com autorização para gravação em áudio e vídeo. A formação e trajetória do jornalista é adequada ao perfil: formado em Ciências Sociais pela USP, atua como jornalista desde os anos 1970 e conquistou o Prêmio Esso em 1982, trabalhou na Editora Abril, em vários jornais, em diversas emissoras de TV e de Rádio. Além disso, publicou

²² *Nota metodológica sobre a Argentina*. Entre os políticos foi identificado: Facundo Moyano (ex-deputado, filiado ao partido *Frente Renovador*, dirigente esportivo e sindicalista), Hector Baldassi (ex-árbitro de futebol e deputado pelo PRO) e Mario Leito (deputado pela *Frente de Todos* e presidente do Clube Atlético Tucumán). Entre os jornalistas: Alejandro Fantino, Victor Hugo Morales e Marcelo Lewandowski (também é ex-senador provincial pelo distrito de Rosário e tomou posse como senador nacional em dezembro pela *Frente de Todos*). Entretanto, os contatos ficaram restritos aos e-mails. Havia previsão para ida à Argentina no segundo semestre de 2020. Em função da pandemia de Covid-19, apenas ao fim de 2021, com o avanço da vacinação, reabriu a possibilidade de viajar para viabilizar outras formas de contato. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) aprovou, em fevereiro de 2022, cinco diárias. Em função do prazo para finalização da tese e da incerteza de conseguir acesso aos potenciais entrevistados em cinco dias, a viagem não ocorreu. Essa lacuna será oportunamente corrigida.

²³ Na página 87, Mendes identifica que, para a Legislatura 2011-15, que parte das empresas doadoras com contrato com o governo também se beneficiaram da atividade legislativa dos deputados que recebem a doação (por exemplo, as emendas individuais). A tese informa que o entrevistado, Silvio Torres, e o deputado Pedro Guerra (PSD-PR) foram exceções ao não fazer emendas orçamentárias individuais e que seis das 10 empresas doadoras aos “deputados do esporte” obtiveram contratos com o governo. A tese identifica os deputados do esporte, centrais na rede, aqueles com mais emendas aprovadas e com maior financiamento. Na página 70 a autora identifica que as empresas que mais eram doadoras comuns entre os deputados do esporte foram empresas patrocinadoras do futebol brasileiro “Fratelli Bebidas (Ambev), Banco Itaú Unibanco S/A, Cerveja Itaipava. E também empresas que financiaram em geral os deputados eleitos em 2010: JBS Friboi S/A, Construtora Camargo Córrea, Engenix, Fibria Celulose, Rossi Residencial, SHV Gás Brasil Ltda.” (Mendes, 2017, p.70-94).

seis livros, o primeiro “*A emoção corintiana*” (1982) e o mais recente “*Confesso que perdi: memórias*” (2017). A íntegra da transcrição dessa entrevista está no [Apêndice 2](#).²⁴

O argumento é que a configuração atual de institucionalização dos interesses do futebol guarda relação direta com a origem da trajetória. Quando um processo de institucionalização de interesses de um grupo social antecede o sistema partidário, aumenta a resiliência das práticas presentes na configuração original²⁵. Nesses casos de restrição da capacidade reformista, o alcance institucional do sistema partidário parece encontrar um *veto player* cuja força é proporcional à antiguidade do fenômeno analisado. Assim, a possibilidade de mudança institucional tende a ser maior por camadas (*layering*) e não pela ruptura completa com os elementos originários da trajetória. Cenários como esse encontram em rupturas bruscas (golpes, trocas de regime político, intervenção estrangeira, etc.) as conjunturas críticas mais favoráveis às reformas substanciais. O que não elimina o custo de tais mudanças perante à opinião pública e à base social de sustentação política das elites políticas do novo marco institucional. Por exemplo, esses custos limitaram o ímpeto transformador das Ditaduras Militares no Brasil e Argentina e os benefícios disponíveis no aprofundamento das relações do Estado com o futebol fizeram os atores das ditaduras militares optarem por novas medidas, não para reverter a trajetória, mas para continuá-la. Esses contextos de pontos focais ajudaram nos processos de institucionalização que transformaram os interesses do futebol em um dos temas presentes na agenda do Estado mais resistentes ao amplo reformismo que os dois países passaram sob a égide da hegemonia neoliberal (anos 1990 e pós-2016). Ademais, no período após a reabertura democrática em ambos os países as reminiscências da formatação do contexto originário estavam refletidas e reforçadas nas próprias características do sistema partidário: o caráter dual e o aprofundamento do conflito centro-interior na Argentina; a relevância da negociação partidária para o encaminhamento de demandas e interesses e o sistema partidário como canal

²⁴ Os potenciais entrevistados com o primeiro perfil eram: o senador Romário Faria (atualmente no PL), o ex-deputado Aldo Rebelo (ex-membro do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, atualmente filiado ao Solidariedade) e o ex-deputado Sílvio Torres (PSDB). Os potenciais entrevistados com o segundo perfil eram: José Cruz, José Trajano e Juca Kfourri.

²⁵ Maria do Carmo Campello de Souza (1976) esclarece em sua obra que a configuração do Estado, sobretudo os dispositivos centralizadores e a ideologia desenvolvidos ao longo da década de 1930, teve poder inibidor – mas não inviabilizou mudanças – no desenvolvimento do sistema partidário vigente entre 1946 e 1964. A autora identifica o papel condicionante do Estado na relação com o sistema partidário e tal argumento tem relação com esta tese, mas as condições originárias propostas pela autora como fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas partidários não são objetos desta tese. Para Souza (1976), o sistema partidário era sua variável dependente; nesta pesquisa a variável dependente é a institucionalização dos interesses organizados. O que se está argumentando é que interesses organizados ingressados na agenda do Estado e com início da institucionalização antes da formação do sistema partidário, são mais resistentes à mudança. Essa resistência é proporcional à antiguidade e tende a tornar mais prováveis mudanças por camadas, que reorientam o sentido de tais interesses sem romper completamente com os elementos da configuração original. A maior probabilidade de manutenção da configuração original não é o mesmo que afirmar a sua imutabilidade. Com o andamento da pesquisa, foi possível detalhar esse argumento, conforme apresentado nas Considerações Finais.

de resolução dos problemas federais de ação coletiva no Brasil, pelo menos até 2016 (Simpson, 2017). Se não pode romper com a configuração de uma trajetória que o antecede, o sistema partidário explica em resultados eleitorais o impacto das clivagens no funcionamento do Estado e na dinâmica da politização de interesses organizados.

Esta tese está organizada em cinco seções. A primeira trata da apresentação de similaridades e especificidades para a comparação e esclarece o marco temporal da pesquisa. A segunda apresenta o referencial teórico sobre o neoinstitucionalismo histórico, esclarece o modelo de causalidade social (*path dependence*) e o *Comparative Process Tracing* – CPT, nossa principal ferramenta metodológica. A terceira seção apresenta um percurso histórico do desenvolvimento do futebol no Brasil, ainda de modo predominantemente descritivo. A quarta seção é sobre a Argentina, apresentando um exercício similar ao realizado para o Brasil na seção anterior. A quinta apresenta as análises *intra-casos* e *entre-casos*, operacionalizando os conteúdos das seções três e quatro com o referencial teórico-metodológico apresentado nas seções um e dois. As considerações finais encerram esta tese.

1 SEÇÃO 1 – PELA COMPREENSÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DO FUTEBOL: ciência política comparada e estudo de caso

Esta seção aponta elementos do percurso histórico da Argentina e do Brasil que embasam este estudo comparativo e disserta sobre a relação entre futebol e política. A primeira subseção apresenta os elementos históricos e institucionais que autorizam estudos comparados; a segunda apresenta as especificidades no desenho institucional; a terceira as especificidades no percurso histórico dos países analisados; e a quarta os elementos que conferem potencial explicativo da institucionalização dos interesses organizados do futebol no Brasil e na Argentina. Finalizamos com as considerações parciais.

1.1 PERCURSO HISTÓRICO E DESENHO INSTITUCIONAL: aproximações para comparar Brasil e Argentina

A relação entre futebol e política não é a mesma em todos os países onde o futebol é popular. A forma como se estruturam os clubes e associações possui impacto no modo como os atores do futebol, por meio de seus representantes, dialogam mais ou menos diretamente com o sistema político e, sobretudo com o Estado. Vejamos:

Na maioria das nações europeias, os clubes de futebol são organizações de propriedade privada, em que um pequeno número de grandes acionistas controla a diretoria. No entanto, na Península Ibérica e na América Latina, os clubes são organizados como associações de esportes privadas, controladas pelos sócios que pagam mensalidade ou anuidade. Com isso, os clubes mantêm uma forte, ainda que arcaica, tradição de democracia econômica e política. Os sócios elegem os diretores do clube (inclusive o presidente) [...] e destituem os que relutam em satisfazer suas demandas. Por isso os clubes raramente beneficiam-se de grandes investimentos pessoais, feitos por proprietários em outros sistemas. Em vez disso, *os diretores eleitos frequentemente usam sua posição no clube como trampolim para eleições políticas mais convencionais* (Giulianotti, p.117, *grifos nossos*).

Essa característica geral pode ser complementada com elementos específicos. Afirmam os ex-deputados que encabeçaram a CPI da CBF/Nike: “Entidades dominadas há muitos anos por grupos familiares e de compadrio político, misturando as relações esportivas com relações políticas. Não raro, o dirigente da federação ou de clube é também parlamentar” (Rebelo e Torres, 2001, p.156). Do mesmo modo, a pesquisadora Verónica Moreira afirma:

Desde que o futebol se converteu no grande espetáculo de massas e no esporte mais popular do país, os políticos argentinos se aproximaram dele para promover seu nome. É comum encontrar essas figuras participando da vida cotidiana dos clubes. Os casos de personalidades da política tradicional que ocuparam ou que ocupam cargos diretivos em instituições esportivas se espalham no espaço e no tempo. Este duplo pertencimento,

como político e dirigente esportivo, não é uma característica exclusiva do futebol argentino (Moreira, 2013b, p.52, tradução nossa).²⁶

A partir do nosso objetivo expresso de verificar o processo de institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado, por meio do estudo de caso do futebol, em perspectiva comparada entre Brasil e Argentina, é fundamental demonstrar aproximações entre os desenhos institucionais de ambas as unidades de análise para além de reafirmar as similaridades no desenvolvimento do futebol e a rivalidade esportiva.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, o regime é federalista com bicameralismo forte. A existência de um bicameralismo forte se dá pela incongruência do sistema eleitoral entre as duas Câmaras em cada país (proporcional para a Câmara Baixa e majoritário para o Senado²⁷) e pela simetria entre as Casas Legislativas (as normas sobre os impasses nas votações não determinam a primazia de nenhuma das Casas Legislativas). Essa incongruência amplia a chance de vetos recíprocos. Por fim, a magnitude dos distritos no sistema eleitoral proporcional para as Câmaras Baixas é definida pela respectiva unidade federativa, isto é, permite um grau considerável de distorção (Oliveira, 2006; Egües, 2017).

Nos dois países, verificamos Legislativos Federais Bicamerais com senadores e deputados eleitos em suas respectivas unidades federativas, o que produz instituições políticas que conferem espaços para interesses regionais. Além disso, os Legislativos brasileiro e argentino não são proporcionais às dimensões populacionais de cada unidade federativa. O *Senado de La Nación* argentina e o Senado Federal brasileiro estão entre as maiores sobre-representações distritais do mundo (1º e 2º, respectivamente, entre 25 analisados); fato que se repete nas Câmaras baixas (a Argentina era o 17º e o Brasil o 12º em 78 países analisados). Essa situação, como mostra Samuels e Snyder (2007) caracteriza a América Latina, que é, em média, mais desproporcional do que a Europa e América do Norte, tanto na Câmara Baixa quanto na Câmara Alta. Os autores também notaram que os países com maiores desproporções

²⁶ No original: “Desde que el fútbol se convirtió en el gran espectáculo de masas y en el deporte más popular del país, los políticos argentinos se han acercado a él para promocionar su nombre. Es común encontrar a estas figuras participando de la vida cotidiana de los clubes. Los casos de personalidades de la política tradicional que han ocupado o que ocupan cargos directivos en instituciones deportivas se extienden en el espacio y el tiempo. Esta doble pertenencia, como político y dirigente deportivo, no es un rasgo exclusivo del fútbol argentino.”

²⁷ Existem diferenças em relação ao Senado nos dois países. No Brasil, o mandato é de oito anos com eleição a cada quatro para todas as unidades federativas, com dois terços das vagas em uma eleição e um terço na seguinte (cada unidade federativa tem três vagas, elegendo ocupantes para dois assentos por unidade em uma eleição e de 1 assento na seguinte, como ocorrerá em 2022). Na Argentina também são três vagas para cada um dos distritos eleitorais, mas o mandato é de seis anos com eleição a cada dois anos, renovando um terço em cada pleito. Diferente do Brasil, a cada eleição são escolhidos os três ocupantes dos assentos destinados a oito (um terço) distritos eleitorais. Nos dois países, o sistema é majoritário. Porém, no Brasil os candidatos com mais votos são eleitos; enquanto na Argentina, o partido mais votado em cada distrito tem direito a duas vagas e o segundo partido mais votado tem direito a uma.

são países que se democratizaram após 1975, como Brasil e Argentina. Esse dado importa porque a desproporção territorial gera sub-representação das unidades federativas mais populosas e que, nos países analisados, são as mais desenvolvidas economicamente; em contrapartida, super-representa unidades federativas menos populosas. Pode-se afirmar, por isso, que há incentivos para partidos concentrarem recursos em unidades federativas super-representadas porque podem obter mais cadeiras no Legislativo Federal com menos investimentos (nas unidades federativas sub-representadas a competição é mais acirrada). Do mesmo modo, o governo federal pode se concentrar em programas, envios de recursos e obras nas unidades federativas super-representadas para conseguir, com menos dispêndio de recursos, o apoio sólido necessário para governabilidade. É possível também realizar reformas impopulares com a adoção da proteção de algumas áreas com cadeiras no legislativo, com a transferência de recursos pontuais para esses distritos. Em termos ideológicos, Samuels e Snyder (2007) assinalam que, a desproporção territorial favorece distritos com tendência política mais conservadora e pode gerar uma tolerância das elites políticas nacionais em relação a enclaves autoritários no nível subnacional, fortalecendo essas elites regionais para barrar reformas políticas democratizantes. Nas palavras dos autores, “[...] a desproporcionalidade territorial pode contribuir para um resultado paradoxal no qual a democracia é simultaneamente fortalecida no centro e fragilizada na periferia”²⁸. Outra aproximação: os respectivos Senados possuem similaridade no alcance de suas atribuições para a elaboração de políticas públicas, tendo potencial restritivo elevado e amplas faculdades para limitar as competências legislativas da Câmara Baixa (Samuels e Snyder, 2007, p.51, tradução nossa).

Também há elementos substanciais que aproximam o federalismo brasileiro e o argentino. Em ambos, os governos federais e das unidades federativas possuem autoridades soberanas diferenciadas, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro e a *Corte Suprema de Justicia de La Nación* argentina como árbitros dos conflitos federais. A eleição dos presidentes requer maioria especial – absoluta no Brasil e relativa com exigência de, ao menos, 45% dos votos na Argentina. Os presidentes desses países possuem discricionariedade para montar e desmontar o gabinete, manejar (com diferentes níveis de discricionariedade) transferência de recursos para governos subnacionais, premiar ou punir atores políticos com liberação de recursos (emendas), possibilidade de vetos parciais e integrais sujeitos a revisão

²⁸ No original: “[...] la desproporcionalidad territorial puede contribuir a un resultado paradójico en el cual la democracia es simultáneamente fortalecida en el centro y debilitada en la periferia.”

do Legislativo e de promulgar Decreto com força de lei, com algumas restrições. Tanto na Argentina quanto no Brasil, as candidaturas avulsas/independentes não são aceitas como ocorre na maior parte das democracias, reservando aos partidos o monopólio da representação. Além disso, em ambos existe definição constitucional sobre os mecanismos de participação popular efetiva. Por exemplos, os respectivos ordenamentos jurídicos preveem a organização de comissões para audiências públicas e as referidas audiências não possuem caráter vinculante para a decisão legislativa; há previsão legal para iniciativa legislativa popular e a referida iniciativa não se estende a todos temas (sendo necessário ao menos 1% no Brasil e entre 1% e 2% na Argentina); também, existe previsão legal na legislação brasileira e argentina para a convocação de plebiscito e referendos por iniciativa do Poder Legislativo; e, apesar de apenas no Brasil ser dotado de poder judicial, em ambos existe a possibilidade de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) (AceProject, [1998-2021]; Bonvecchi e Zelaznik, 2010; 2017; Oliveira, 2006).

No que concerne à capacidade de iniciativa legislativa exclusiva do presidente é importante registrar as seguintes semelhanças: em nenhum dos países, o Legislativo pode iniciar projeto orçamentário; o presidente possui poder de veto em dotações orçamentárias aprovadas no Legislativo; existem percentuais de gastos sociais fixos; não há participação dos segmentos da sociedade na elaboração de lei orçamentária; apenas o presidente tem iniciativa legislativa para definição de salário mínimo, projetos que envolvem gastos públicos e compras de objetos (Oliveira, 2006; Bonvecchi & Zelaznik, 2010; 2017).

Até 2014, o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil poderia ocorrer a partir de três vias: fundos públicos, empresariais e de pessoas físicas. Havia fortes críticas em relação à falta de transparência, pois as doações empresariais poderiam ser destinadas indiretamente às campanhas por meio dos partidos, sem que as legendas detalhassem a origem do recurso. O modelo de financiamento argentino antes de 2019 também era criticado pela falta de transparência porque, apesar de não permitir a doação empresarial em períodos de campanha, a regulamentação para o uso do recurso privado para pagamento de contas de campanha não garantia transparência e possibilitava a doação anônima e a subdeclaração de gastos e de recursos de campanha. Atualmente, os modelos de financiamento se diferem pela possibilidade de doação empresarial na Argentina e pela sua vedação no Brasil. Como desdobramento, o Brasil criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, para compensar a vedação da doação empresarial; enquanto a Argentina regulamentou de modo mais claro o financiamento

privado de campanha, incluindo o empresarial. Mas ainda se aproximam quanto à destinação do fundo partidário permanente: ambos distribuem os recursos públicos majoritariamente observando o desempenho eleitoral dos partidos (95% no Brasil e 80% na Argentina) e minoritariamente às demais legendas registradas e que atingiram o desempenho exigido na eleição anterior (5% no Brasil e 20% na Argentina) (Argentina, 2020a; Di Santi e Gardel, 2016; Mancuso, Horochovski e Camargo, 2018; Reis e Eduardo, 2019).²⁹

Por fim, no que diz respeito ao futebol, Brasil e Argentinas são potências futebolísticas em âmbito mundial. Como indicador de “potência”, podemos mobilizar os títulos obtidos por eles. Começamos pelos títulos em âmbito mundial. São sete títulos e cinco vice-campeonatos em 21 edições de Copa do Mundo. Como não disputaram finais entre si, mais da metade das edições contou com Brasil ou Argentina na final. Desses títulos, o Brasil ganhou cinco e foi vice em duas ocasiões, a Argentina ganhou duas e conta com três vice-campeonatos. São os maiores da América do Sul, uma vez que o Uruguai possui também dois títulos (como a Argentina), mas conta apenas com três quartos lugares completando seus melhores desempenhos. Em termos de clubes, o desempenho das agremiações argentinas e brasileiras também destoam: dos 30 clubes que ganharam títulos reconhecidos como mundiais pela FIFA (Copa Intercontinental e Copa do Mundo de Clubes FIFA), doze são brasileiros ou argentinos. Em 61 edições das referidas competições, brasileiros ou argentinos foram campeões em 19. Os clubes do continente somam 26 títulos, fora os brasileiros e argentinos, foram campeões apenas: Nacional e Peñarol (Uruguai), três vezes cada, e Olímpia (Paraguai), um título (Lozetti, Kestelman e Fernandez, 2018; Folhapress, 2022).

Nas competições da América do Sul são os principais ganhadores. Em 47 edições da Copa América, torneio sul-americano de seleções, Brasil e Argentina conquistaram 24 títulos. Nessa competição, Argentina e Uruguai são os maiores campeões com 15 títulos cada, o Brasil vem em seguida com nove. A Copa Libertadores da América, a principal competição sul-

²⁹ Até 2014, o financiamento empresarial era possível no Brasil com a remessa de recursos aos partidos, que repassavam aos candidatos, assim como os partidos também repassavam os recursos dos fundos públicos. Também, era permitido o financiamento empresarial direto de campanha. No entanto, em 2014, a Resolução nº 23.406/2014 do TSE passa a obrigar a origem de todos os recursos recebidos pelos partidos e pelos candidatos, bem como a discriminação da origem dos valores repassados dos partidos aos candidatos. Em 2016, o financiamento empresarial foi proibido no Brasil (Mancuso, Horochovski e Camargo, 2018; Reis & Eduardo, 2019). A Argentina, até as eleições de 2019, adotou um modelo de financiamento que aceitava financiamento público e o privado, por meio de doações e contribuições de filiados. Os partidos poderiam receber doações privadas, inclusive empresarial. No entanto, a doação empresarial não poderia ocorrer em período eleitoral. Esse modelo foi alterado em 2019, quando foi autorizado o financiamento empresarial limitado a 2% do custo da campanha presidencial para cada doador, mesmo limite fixado para o financiamento de pessoas físicas, desde que a transferência do recurso seja feita por meios bancários. No caso das campanhas para o legislativo, o limite varia de acordo com a população do referido distrito eleitoral (Argentina, 2020a; Di Santi e Gardel, 2016).

americana de clubes, foi disputada 62 vezes com 46 títulos de clubes brasileiros e argentinos. Sendo 25 de clubes argentinos e 21 de clubes brasileiros. Os 16 títulos restantes, foram oito uruguaios (cinco do Penãrol e três do Nacional), três paraguaios (todos do Olímpia), três colombianos (dois do Atlético Nacional e um do Once Caldas), um chileno (Colo Colo) e um equatoriano (LDU de Quito) (Gazeta Esportiva, 2021; Globoesporte.com, 2021).

No entanto esclarecer as aproximações não é o mesmo que afirmar a identidade, sobretudo em relação aos desenhos institucionais. Apresentaremos adiante as diferenças que podem ajudar a explicar porque processos de naturezas parecidas podem ter resultados diferentes. Por enquanto, há mais aproximações para apresentar. As semelhanças nos federalismos dos vizinhos sul-americanos também se verificam ao longo do desenvolvimento histórico desses países como demonstra a subseção a seguir.

1.1.1 Mais que a paixão pelo futebol: as aproximações no percurso histórico

No fim do século XIX, lideranças e interesses regionais protagonizavam a cena política brasileira e argentina. No Brasil, era a Primeira República (1889-1930) cujos governadores eram os “Barões da Federação”. Na Argentina, entre 1880 a 1916, ocorreu “*el orden conservador*” marcado pela concentração do poder político em um partido (Partido Autonomista Nacional, doravante PAN) cujo tripé de sustentação do poder era a “Liga de Gobernadores”, o Exército e oligarquia proprietária de terras. Os sistemas eleitorais no Brasil e na Argentina eram marcados pela restrição do sufrágio e a fraude, além disso a sucessão era definida por acordo internos à elite governante. Economicamente, os dois países adotavam um modelo liberal baseado na agroexportação. A repressão aos movimentos de contestação e a exclusão social foram outros elementos característicos dos dois países no período. Por outro lado, foi nessa época em que ambos adotaram leis secularizantes, em relação à educação, ao registro e casamento civil (Botana, 2019; Carvalho, 2019; Di Tella, 1993).

Além disso, tivemos as experiências marcantes dos movimentos *protopopulistas*, com o yrigoyenismo na Argentina e o primeiro varguismo (1930-45) no Brasil, situados no período entreguerras. E também do populismo clássico, com o peronismo e o segundo varguismo (1951-54) na Argentina e no Brasil respectivamente. Para refinar o uso do termo populismo e suas variações adotamos as definições de Finchelstein (2019) que detalhamos no próximo parágrafo.

O populismo clássico é um tipo de populismo moderno cuja ocorrência é contextualmente datada após a Segunda Guerra Mundial. Antes desse período ocorreram líderes e regimes chamados populistas com características diferentes. Na Rússia, os *Narodnik*³⁰ ficaram conhecidos como populistas russos, atuaram no século de XIX e tinham membros com elevada erudição, inclusive oriundos de elites urbanas, e pregavam um modelo rousseauiano de socialismo agrário gerido por uma democracia direta. No mesmo contexto, nos Estados Unidos surgiu uma formação política de base rural chamado *People's Party* que chegou a obter representantes parlamentares e candidaturas presidenciais. Além desses, historiadores identificam formações pré-populistas de direita: “[...] o boulangismo na França, o movimento Lueger em Viena e as ligas patrióticas sul-americanas”. No entanto a raiz do populismo moderno está na resposta à crise de representação política gerada pelo fascismo, na incorporação de características do fascismo a uma forma autoritária de democracia e nos protopopulismos do período entreguerras: “[...] o cardenismo no México, o yrigoyenismo na Argentina e o primeiro varguismo no Brasil” (Finchelstein, 2019, p.133).

O fator distintivo do populismo moderno para Finchelstein é defesa de uma democracia antiliberal fundamentada pelo processo eleitoral. Essa democracia é autoritária por conferir aos opositores o status de inimigo do povo, não se pautar completamente pelo Estado de Direito, por adotar uma dimensão frágil de separação dos poderes, enxergar o líder como personificação do povo e pela aversão ao pluralismo. No entanto, rejeita a ditadura propriamente dita e apresenta-se comumente como a “[...] defesa da verdadeira democracia em oposição a formas reais ou imaginárias de ditaduras e tirania”. Esse populismo moderno, pós-1945, é composto por fases: o *populismo clássico* (inaugurado por Perón, segundo varguismo 1951-54 e outros); o *populismo neoliberal* (Menem, Collor, Fujimori Berlusconi, e outros); o *populismo neoclássico de esquerda* (kirchnerismo, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, e outros); e o *populismo neoclássico de direita e extrema-direita* (Erdogan na Turquia, Orbán na Hungria, Frente Nacional na França e outros) (Finchelstein, 2019, p.136).

Em ambos os países, os protopopulismos interromperam as repúblicas oligárquicas. Na Argentina, Hipólito Yrigoyen assumiu a presidência da UCR em 1893 e o partido se absteve das eleições presidenciais até a sanção das reformas eleitorais da Lei Sáenz Peña. Eleito em

³⁰ Um dos grupos desse movimento foi o *Narodnaya Volya* ou *Pervomartovtsi* da qual o irmão mais velho de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin), Alexandre Ulianov (Sasha), foi membro e se tornou um dos líderes. Ao grupo foi atribuído o assassinato do czar Alexandre II e a tentativa de assassinato do czar Alexandre III. Sasha, o irmão de Lênin, foi condenado à morte por enforcamento em 1887 acusado de participar da tentativa de assassinato de Alexandre III.

1916, Yrigoyen democratizou a gestão das universidades, nacionalizou e criou novas instituições de ensino superior, criou a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (doravante, YPF) e instituiu o descanso dominical. Apesar da oposição da imprensa, elegeu o sucessor Marcelo Torcuato de Alvear e se manteve politicamente influente como presidente do partido. No Brasil, Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 por meio não-eleitorais (a chamada Revolução de 1930) e sua durabilidade e grau de reformismo estão ligados à capacidade de impor a Ditadura do Estado Novo. No pós-guerra, Juan Domingo Perón, eleito em 1946, deu início ao populismo clássico – posteriormente, o peronismo foi enfrentado e proscrito por ditaduras militares. No Brasil, o maior período de estruturação deu ao protopopulismo do primeiro varguismo (1930-45) forças para se estruturar e projetar a segunda fase do varguismo (1951-54) aos moldes de um populismo clássico (cuja sequência se deu de modo mais evidente pela força do Partido Trabalhista Brasileiro, doravante PTB, e pelo protagonismo de João Goulart, interrompidos pelo Golpe Militar de 1964) (Finchelstein, 2019; Di Tella, 1993; Rapoport, 2003).

Ao longo da história, Brasil e Argentina desenvolveram sistemas federais consolidados de tipo *demos constraining*, se observarmos as definições de Stepan. Isso significa que existem nos dois países ampla capacidade de obstruir a vontade da maioria em âmbito federal dado o alcance do poder do Senado associado à distorção de assentos por unidade federativa e população de cada unidade federativa (Stepan, 1999).

Aqui cumpre esclarecer que o termo *Provincia* será utilizado para designar as unidades federativas argentinas e não é equivalente ao uso do termo em português, pois na língua espanhola a palavra surgiu para nomear as unidades da administração colonial da Espanha que gozavam de histórica autonomia e passou a designar as unidades federativas argentinas diferindo-se, portanto, da utilização empregada originalmente no Brasil para nomear a subdivisão do Império (Barrientos, 2009).

Para relacionar os contextos históricos com o tema estudado, consideramos fundamental o quadro 1, para ilustrar alguns elementos contextuais que justificam a comparação entre os dois países. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1: Aproximações entre Brasil e Argentina

Contexto	Argentina	Brasil
	<i>Ditadura Uriburu e Governo Justo (um radical)</i>	<i>Era Vargas (1930-45): protopopulismo</i>
Início da institucionalização	Profissionalização; empréstimos estatais para construção de estádios e centro esportivos;	Futebol como parte da ideologia nacionalista; resolução do conflito entre federações do RJ e SP e consolidação do comando único na CBD; profissionalização do futebol; e aparato estatal de propaganda junto a seleção na Copa de 1938.
	<i>Peronismo</i>	<i>Segundo Varguismo e seguidores (1946-64)</i>
Populismo	Integração do futebol à agenda política junto a outros símbolos nacionais; influência sobre a AFA; campeonatos nacionais de futebol para jovens.	A continuidade do modelo da Era Vargas: a Copa de 1950 na gestão Dutra, como realização do ideal varguista; Proximidade da CBD aos governos (cessão de empréstimos à CBD e clubes); 1964: reconhecimento de direitos de intervalo entre jogos, férias e percentual do “passe” (João Goulart)
	<i>Militar (1976-1983)</i>	<i>Militar (1964-1984)</i>
Ditaduras	Copa de 1978; Ley de Radiodifusión favorecendo empresas de comunicação alinhadas à ditadura, como <i>Clarín</i> e <i>La Nación</i> ; Grondona na AFA	Copa de 1970 / Campeonato Nacional (1971) / Almirante Barros Nunes na presidência da CBD; prioridade CBF no desmembramento da CBD; Direito de Arena (permitiu que a CBF intermediasse acordos de televisionamento e patrocínios aos clubes e à seleção).
	<i>Carlos Menem, um populista neoliberal</i>	<i>Fernandos: Collor, outro populista neoliberal, e FHC apesar do rótulo social-democrata</i>
Giro Neoliberal	Abertura para investimentos privados nos esportes; modelo de Gerenciamento nos clubes (terceirização da gestão do futebol para uma empresa); permite que empresas gráficas possuam emissoras rádio e TV abrindo o caminho para o conglomerado <i>Clarín</i> ; Direitos de Transmissão para <i>TyC</i> e o <i>Clarín</i> .	Lei Zico (Collor); Lei Pelé; CBF-Nike; gradual concentração das transmissões no Grupo Globo; Tramitação do Estatuto do Torcedor
	<i>Néstor e Cristina Kirchner</i>	<i>Governos Petistas</i>
A centro-esquerda nos anos 2000	Ley de Medios, investimentos no esporte por meio do ENARD e ENADED; <i>Fútbol para Todos</i> : compra dos direitos de transmissão pela TV Pública, sob argumento de democratização do acesso ao futebol; Ações simplista para o combate da violência no futebol;	Patrocínios de Estatais a clubes de futebol, sobretudo Caixa e Eletrobrás; parcelamento de débitos tributários e Timemania (Lei nº 11.345/2006 e o Decreto nº 6.187/2007) e o punitivismo do Novo Estatuto do Torcedor
	<i>Mauricio Macri</i>	<i>Michel Temer e Jair Bolsonaro</i>
O retorno da direita pós-2016	Revisão da Ley de Medios; esvaziamento do <i>Fútbol para Todos</i> e a abertura para o Grupo Fox, oposição do Governo Macri a Hugo Moyano na AFA; Punitivismo no combate à violência no futebol e ações de combate à violência centrada nas <i>barras bravas</i> ; mudança do financiamento para o esporte, reduzindo recursos; encerramento do PRODE.	Punitivismo no combate à violência no futebol e ações centradas nas torcidas organizadas Retirada dos patrocínios das estatais a clubes de futebol e MP nº 984/2020 (MP do Flamengo ou Lei do Mandante), justificada publicamente como “democratização do futebol” ao enfrentar o monopólio da Rede Globo (reduz o repasse do direito de imagem ao atleta, que era feito por meio do sindicato, e dá ao mandante 100% do direito de negociar a transmissão do jogo);

Fonte: elaborado pelo autor com o conteúdo detalhado nas seções 3 e 4 e Finchelstein (2019).

No período de redemocratização da Argentina e do Brasil, a partir dos anos 1980, verificamos mais aproximações que justificam estudos comparados. Ambos, fragilizados pela Crise da Dívida, após os Choques do Petróleo, se abriram para as medidas oriundas do Consenso de Washington. Não se pode afirmar que a implementação foi idêntica. O presidente Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC), sob o rótulo da social-democracia, implementou o receituário neoliberal no Brasil com importantes programas de privatizações e concessões, obtendo êxito em avançar sobre a esfera estadual com privatização de bancos estaduais, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (doravante LRF) limitando a criação de cargos públicos e com as transferências de atribuições aos municípios associadas ao repasse de verbas oriundas da União com vinculação (carimbo), limitando a utilização pelo estado ou município destinatário. Na Argentina, o peronista Carlos Menem reduziu a burocracia nacional com programas de demissão, privatização e concessão, alterou a legislação em matéria fiscal transferindo às *províncias* a maior parte das políticas sociais sem o adequado repasse financeiro. Diferente de FHC, Menem não avançou tanto sobre a esfera provincial: sua base no legislativo era majoritariamente de deputados e senadores de unidades federativas periféricas e super-representada, permitindo reformar em âmbito federal, mas limitou as reformas subnacionais às *províncias* metropolitanas (Eaton, 2005; Rapoport, 2003).

Além das reformas neoliberais, Brasil e Argentina passaram por substanciais reformas no ordenamento jurídico. Ainda nos anos 1980, a redemocratização do Brasil foi consolidada pela aprovação da CF88. Um pouco mais tarde, em 1994, a Argentina realizou sua Reforma Constitucional que resultou na CN94. Isto é, a saída de ditaduras militares não foi próxima apenas em escala temporal, mas também na cadeia de reformas pelas quais Argentina e Brasil passaram em termos político, econômico e legal (Rapoport, 2003; Simpson, 2017).

Em termos da estrutura política, outra aproximação significativa chamou atenção no início dos anos 2000:

Na viragem do século tanto a Argentina como o Brasil deixaram para trás qualquer formato bipartidário (anterior ou não), apresentando, sem exceção, governos de coligação. Contudo, a presidência não parece ter visto diminuído o seu controle sobre a política ou as políticas. Pelo contrário, tem-se assistido ao enfraquecimento do impacto negativo da fragmentação do sistema partidário sobre o poder presidencial, um fenômeno que é consolidado pela dinâmica bipolar da competição partidária (Malamud, 2003, p.738).

Até então, havia importante institucionalização do Brasil e da Argentina como democracia presidencialista. Apesar de alguns bloqueios, as reformas constitucionais, com destaque a que instituiu a reeleição de FHC e a CN94 por Menem, demonstraram “a capacidade

de liderança dos presidentes”. Essa capacidade pode ser explicada pelo fato de que as coalizões são mecanismos para “governar eficientemente”, pois os presidentes no Brasil e na Argentina buscam, “por meio da coordenação”, obter condições para subordinar outros atores políticos. Diferente do parlamentarismo em que a natureza da coalizão é funcional porque permite formar um governo, “[...] na maior parte das democracias presidencialistas as coalizões revestem-se de mais motivações estratégicas do que funcionais, permitindo aos participantes retirar vantagens dos recursos” exclusivos do poder Executivo (Malamud, 2003, p.737-738).

Não se pretende afirmar uma completa identidade entre Brasil e Argentina, embora sejam comuns nas duas unidades de análise a paixão pelo futebol e a capacidade de agência dos atores proeminentes do futebol. Mas há um conjunto de aproximações na trajetória histórica e nos desenhos institucionais que justificam estudos comparados. A seguir, as especificidades que podem ajudar a compreender resultados diferentes para estudos de casos comparados, apesar das similaridades supramencionadas.

1.2 AS ESPECIFICIDADES DO DESENHO INSTITUCIONAL EM CADA UNIDADE DE ANÁLISE

As aproximações no percurso histórico ao longo do século XX e no desenho institucional de Argentina e Brasil conferem motivos consistentes para estudos comparados. No entanto há especificidades importantes que podem ajudar a compreender possíveis resultados diferentes em cada país em processos de natureza similar.

Na Argentina existem “partidos de distrito” – concorrendo apenas em âmbito *provincial* – e partidos nacionais – atuantes em cinco ou mais unidades federativas com o mesmo rótulo, declaração de princípios, carta orgânica, programa e bases. A legislação eleitoral para disputas nas *provincias* é definida em cada unidade federativa. Além disso, a competição partidária era tradicionalmente bipartidária e, a partir dos anos 1990, verifica-se uma modificação nos padrões de interações partidários rumo a um multipartidarismo moderado com baixo nível de polarização ideológica com blocos de centro-direita e de centro-esquerda (Barrientos, 2009; Di Tella, 2008).

Essa mudança aconteceu a partir de 1993 com o “Pacto de Olivos”³¹, visando à CN94, e culminou na organização de uma terceira força, inicialmente chamada de Frente Grande (atual

³¹ O nome faz referência à Quinta de Olivos, residência oficial do presidente da Argentina desde 1941. Olivos é um bairro de Vicente López no subúrbio de Buenos Aires

Frente País Solidário – FREPASO) conquistando já em 1995 o segundo lugar, empurrando de forma inédita a UCR para a terceira colocação. Em 1997, a FREPASO e a UCR se uniram e formaram a *Alianza para el trabajo, la Justicia y la Educación* – ALIANZA que retirou a maioria do PJ e venceu as eleições presidenciais de 1999. Contudo, foi nos anos 2000 que o processo de fragmentação do sistema partidário argentino se impõe com mais clareza: correntes internas do PJ e da UCR formaram novos agrupamentos (Malamud, 2003; Di Tella, 2010; Malamud e De Luca, 2016; Rapoport, 2003).

Impactadas pela grande crise social, econômica e política de 2001, gerando o fim da ALIANZA, as eleições de 2003, pela primeira vez, resultaram em cinco candidatos com mais de 14%, com a UCR marcando apenas 2,34%. A UCR foi superada por antigas correntes: a *Afirmación para una República Igualitaria* – ARI, de centro-esquerda (em 2009, tornou-se CC-ARI com a associação com grupos e partidos da confederação *Coalición Cívica*), e o *Recrear para el Crecimiento* – RECREAR, de centro-direita. Por outro lado, o PJ assistiu a uma competição entre três filiados que utilizaram agrupamentos *ad hoc*: Néstor Kirchner pela *Frente para la Victoria* – FPV, Carlos Menem pela *Frente por la Lealtad* – FPL, e Adolfo Súa pela *Frente Movimiento Popular* – FMP. Esse resultado não pode ser considerado um ponto fora da curva, mas um novo padrão. Do RECREAR em associação com *Compromiso para el Cambio* e *Partido Federal* nasceu o PRO, de Mauricio Macri que venceu as eleições de 2015 pela coligação *Cambemos*, do PRO em aliança com a UCR e o CC-ARI. Além deles, o *Unión del Centro Democrático* – UCeDé e o *Partido Intransigente* – PI, a *Acción por la República* – APR e o *Movimiento por la Dignidad y la Independencia* – MODIN chegaram a figurar como terceiras forças conseguindo alguns bons resultados eleitorais, mas enfrentaram dificuldades para se institucionalizar nacionalmente como a UCR e o PJ (Malamud, 2003; Di Tella, 2010; Malamud e De Luca, 2016).

Além da estrutura partidária é preciso considerar o papel do nível provincial. A Argentina pode ser enquadrada no conceito de *ultrapresidencialismo estadual* originalmente elaborado por Fernando Abrucio (1998), porque a presidência e a alta hierarquia dos partidos em nível provincial são cargos eletivos que simbolizam o poder dos governadores, detentores do poder partidário no distrito. Os governadores são eleitos com maioria simples em vinte províncias e apenas quatro exigem maioria qualificada. Além disso, as reformas dos anos 1990 fortaleceram os atores provinciais como consequência do aumento de repasses federais sem mecanismos federais de supervisão e fiscalização dos repasses. Os governadores possuem

controle direto do orçamento da província e discricionariedade para controlar os programas financiados pelo governo federal. Ademais, os municípios não são considerados entes federais e, por isso dependem de repasses do governo provincial, dando aos governadores a possibilidade de usar até recursos federais para realizar barganha política com os *intendentes*³² e fortalecer sua importância no sistema político. Outrossim, o outro efeito foi a redução da competitividade subnacional (Abrucio, 1998; Calvo e Escolar, 2005; Simpson, 2017).

No geral, os sistemas partidários das províncias possuem baixo número efetivo de partidos e alta disciplina partidária. Comumente os governadores obtêm maiorias próprias nos respectivos legislativos, o que lhes dão condições para realizar reformas. Tal situação é possível devido à representação proporcional com magnitudes baixas e elevada cláusula de barreiras (variando de 3% a 5%, tendo situações anteriores de 22%)³³. Os poderes dos governadores são significativos no jogo provincial e, também no jogo político federal, pois inclui: controle de cargos no setor público provincial, orçamento da unidade federativa, organização do partido em nível provincial e controle sobre a seleção de candidaturas de seu partido para o Legislativo Federal. Além do que, existem acordos tácitos nos principais partidos argentinos (PJ e UCR) dando aos chefes dos poderes executivos a chefia do partido. Desse modo, o presidente tende a ser o chefe nacional, o governador tende a ser o chefe provincial e o intendente o chefe municipal do partido. Considerando a ampla possibilidade de o governador barganhar politicamente com os intendentes a partir do controle de recursos, o chefe do poder provincial controla a formação de coalizões de líderes locais que sustentam a chefia partidária em âmbito provincial. Por outro lado, a chefia nacional depende de uma coalizão de líderes partidários provinciais, em que tais lideranças subnacionais possuem uma grande autonomia. Onde o partido não venceu para governador, normalmente uma pessoa ou um pequeno grupo controla o partido provincial. Essa estrutura dificulta a obtenção de disciplina partidária pelos líderes nacionais e a coesão está vinculada aos resultados eleitorais, sendo comuns realinhamentos

³² Em comparação com o Brasil, o intendente teria aproximadamente o papel do prefeito e os *concejales* teriam papel aproximado ao do vereador. As funções não são exatamente as mesmas, dado o maior vínculo dos municípios argentinos aos ordenamentos *provinciais*, pois não são entes federativos como no Brasil.

³³ Para ter direito ao assento na Câmara (no caso das eleições federais) o partido deve obter, no mínimo, 3% de proporcionalidade ou padrão eleitoral na circunscrição eleitoral ou distrito eleitoral (*provincias* e a capital). A maioria das *provincias* mantém essa cláusula de barreira para suas eleições *provinciais*, mas a Constituição Argentina define a competência provincial para sua legislação eleitoral, de onde surgem *provincias* com cláusula de barreira distintas. Por exemplo, a Capital Federal e Chaco não adotam cláusulas de barreira nas eleições internas. Já Rio Negro, na Patagônia Argentina, realizou uma reforma eleitoral em 1991 instituindo um sistema misto (legislativo unicameral com eleição proporcional e com distritos eleitorais com sistema majoritário em turno único) e fixando um piso de 22% dos votos na arena territorial em cada um dos oito distritos trinômiais e 3% para as 22 vagas cuja *provincia* é distrito único. De 3 passou a 5% para essas vagas, mantendo em 22% para as vagas disputadas regionalmente. Em 2013, fixou apenas o sistema proporcional com piso de 5% (OEAR, [2015-2021]; Gadano e Herrera, 2005).

internos antes e depois das eleições (De Luca, 2004; Malamud, 2003; Malamud & De Luca, 2016; Mustapic, 2000).

No Brasil, os partidos são nacionais de modo que o sistema partidário federal é reproduzido em âmbito estadual com as mesmas regras eleitorais. Segundo Stepan (1999), esse fato tende a gerar partidos altamente disciplinados com forte estrutura organizacional em todo território, fazendo com que o sistema partidário funcione como força centralizadora na federação. Apesar disso, no caso brasileiro há poucos incentivos para uma unidade partidária no plano nacional porque o sistema eleitoral de representação proporcional com escolha individual é combinado com distritos com magnitudes fixados por unidade federativa e com o regime presidencialista, bem como não inclui obrigatoriedade de prévias partidárias e abrem a possibilidade de financiamento independente das campanhas dos candidatos. Os partidos brasileiros podem escolher se priorizam a competição presidencial, as eleições para os governos estaduais ou as disputas proporcionais, sendo possível ser relevante no jogo presidencial sem disputa-lo diretamente, como faz o MDB (Melo, 2010; Stepan, 1999).

O país que não teve nenhum presidente cujo partido conquistou maioria própria e, como reproduz o sistema eleitoral federal, é difícil para os governadores conseguirem vencer sem coligações e contarem com maioria própria do seu partido, diferente dos governadores das províncias argentinas. Outra diferença é que o Brasil experimentou uma tendência de aumento da competitividade subnacional, sobretudo pelo fato de os repasses das verbas para as políticas públicas descentralizadas serem feitos mediante a uma série de condicionalidades e de critérios gerais que os governos envolvidos (federal e estaduais) devem se submeter. O multipartidarismo no Brasil conta com um número efetivo de partidos relativamente alto, tanto em nível federal quanto no âmbito dos estados, porque as regras eleitorais brasileiras, de modo geral, incentivam a fragmentação e confere mais independência aos legisladores em relação ao Executivo. No entanto, isso não significa que os legisladores individuais tenham capacidade de negociação maior que o partido. Ao contrário, o grau de disciplina partidária observado até, ao menos 2016, indicava elevada previsibilidade do processo legislativo. Além disso, não é recomendável a tentativa de construção de maiorias sólidas no Legislativo Federal brasileiro por meio de cooptação de governadores, diferente do que fez, por exemplo, Menem na Argentina, pois as bancadas estaduais dos partidos tendem a seguir a posição dos líderes partidários e não necessariamente a posição do governador – o grau de disciplina varia de acordo com o partido (no geral, é considerável). Apesar disso, os governadores brasileiros têm

alguma influência, Arretche (2007; 2009) identificou que medidas sobre transferências constitucionais são aprovadas, em média, com menor contundência. Esse ponto revela mais o caráter integrador do sistema partidário brasileiro do que a capacidade do governador controlar bancadas no Legislativo federal, que podem ser mais indisciplinadas do que os grupos independentes de sua influência. Mesmo no Senado é a oposição ao Executivo quem defende os interesses federativos, não sendo determinante o estado que o senador representa (Arretche, 2007; 2009; Borges, 2007; 2015; Branco, 2007; Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2002).

Mariana Llanos (2003) pesquisou senadores brasileiros e argentinos e informa que apenas 27,5% dos senadores brasileiros atribuíam a principal diferença entre Senado e Câmara o fato de que o Senado representa a unidade federativa, enquanto 49,4% dos senadores argentinos tem essa percepção. Questionados sobre a importância da opinião do governador de sua unidade federativa, 84,6% dos senadores argentinos e 64,8% dos senadores brasileiros consideravam muito importante. Em caso de conflito de interesses entre a unidade federativa e o partido, 80,4% dos senadores argentinos e 55,4% dos senadores brasileiros consideravam o dever de estar sempre de acordo com a necessidade de sua unidade federativa e, por outro lado, 12,7% dos senadores brasileiros e apenas 5,9% dos senadores argentinos consideravam que devem estar sempre de acordo com a necessidade do partido. No que diz respeito à obtenção de recursos para a unidade federativa, 66,1% dos senadores argentinos e 45% dos senadores atribuem o grau máximo de importância a essa função. Essa posição sobre a relação entre o senador e unidade federativa pode ser comparada com a posição dos senadores acerca das comissões legislativas, isto é, “grupos de trabalhos, temporários ou permanentes, estruturados a partir de áreas temáticas e constituídos por uma parte da assembleia [...] a fim de promover maior eficiência no desempenho dos assuntos próprios da função legislativa”³⁴. Nesse caso, 51,4% dos senadores argentinos e 11,1% dos senadores brasileiros entendem que essas comissões *não* funcionavam como instância de discussão técnica dos projetos de lei. Em decorrência dessa percepção, os senadores argentinos consideravam como os principais critérios para composição das respectivas comissões o interesse do distrito do senador (96%) e o grau de interesse do senador nos temas da comissão (95,2%). Por sua vez, os senadores brasileiros consideravam como os principais critérios para compor as comissões o grau de interesse do senador nos temas da comissão (85,7%) e as disposições do partido (82,9%). Para

³⁴ No original: “[...] grupos de trabajo, temporales o permanentes, estructurados a partir de áreas temáticas y constituídos por una parte de los integrantes de la asamblea, a los que ésta delega parte de sus funciones con el fin de promover mayor eficiencia en el desempeño de los asuntos propios de la función legislativa.”

senadores de ambos os países, o terceiro critério mais importante é a formação profissional e técnica do senador (81,5% dos argentinos e 70,2% dos brasileiros). Apenas 33,3% dos senadores argentinos consideravam as disposições do partido e 55,9% dos senadores brasileiros consideravam os interesses da unidade federativa como um dos critérios fundamentais (Llanos, 2003, p.23, tradução nossa).

O Brasil adota a composição de comissões por proporcionalidade partidária em cada Casa Legislativa, o que permite mais chance de participação à oposição e maior grau de diversidade na composição, sendo um modelo mais consensual que a Argentina, onde há um esquema mais favorável ao partido majoritário. A composição da comissão se dá de modo diferente em cada Casa Legislativa argentina: no Senado a escolha é partidária; na Câmara é por designação do presidente. Além disso, no Brasil o Colégio de Líderes existe formalmente na Câmara e na Argentina existe na Câmara e no Senado, respectivamente, sob o nome de *Comisión de Labor Parlamentaria e Plenario de Labor Parlamentaria*³⁵. Segundo Figueiredo e Limongi (1999), o Colégio de Líderes tende a um entrosamento maior com o presidente da República que dispõe de poderes de agenda para influenciar a produção legislativa e, portanto, ampliar a centralização de poder. A existência de formalização de colégio de líderes nas duas casas torna a Argentina um sistema mais majoritário que o brasileiro (Diputados Argentina, 2020; Figueiredo e Limongi, 1999; Oliveira, 2006; Senado Argentina, 2016).

A legislação da Argentina impõe menos obstáculos à mudança, sendo raros os casos em que se faz necessária uma maioria absoluta ou 2/3 dos votos no Legislativo. No Brasil há mais situações que demandam maioria absoluta e 2/3 dos votos no Legislativo. Adicionalmente, 250 artigos com treze questões recebem tratamento minucioso na constituição brasileira contra 129 artigos e apenas três temas sociais constitucionalizados na Argentina. A alteração ou emenda da Constituição no Brasil demanda proposição pelo presidente ou por 1/3 de uma das Casas Legislativas e precisa de aprovação em dois turnos com, ao menos, 3/5 dos votos em cada casa. Já na Argentina, a emenda ou alteração constitucional exige proposição por 2/3 do Congresso, porém, a maioria simples é suficiente para aprovação. Em suma, há mais itens

³⁵ No Brasil, o Colégio de Líderes existe informalmente no Senado, sem definição de competências e prerrogativas e, portanto, sem a previsibilidade para o alcance de suas decisões. Está em tramitação o Projeto de Resolução do Senado nº 26, de autoria de Eliziane Gama (Cidadania-MA), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e aguardando designação do relator. O que importa para o presente trabalho é que o período analisado, até 2020, não havia o reconhecimento formal de prerrogativas e competências para o órgão (Cf. Brasil, 2019b). Na Argentina, a *Comisión de Labor Parlamentaria* é composta pelo presidente da Câmara, pelo presidente e vice-presidente dos blocos, enquanto no Senado o *Plenario de Labor Parlamentaria* é composto pelo presidente do Senado e pelos presidentes dos blocos parlamentares. Ela se reúne semanalmente durante os períodos de sessão e quando houve necessidade fora desse período, cabe a ela definir os *Planes de Labor*, manter-se informada sobre o andamento dos assuntos nas comissões, agilizar os debates, entre outros (Diputados Argentina, 2020; Senado Argentina, 2016).

constitucionalizados no Brasil, o que reduz a capacidade de reforma por parte do governo e sua coalização e, apesar da exigência para iniciativa de alteração ser menos rigorosa, a exigência de votos para aprovação de emendas/alteração de temas constitucionais é maior que na Argentina, o que permite afirmar uma maior proximidade da Argentina a um modelo concentrador de poder (Oliveira, 2006). Vejamos a tabela 1:

Tabela 1: Índice de Dispersão do Poder: Argentina e Brasil

Indicadores	Argentina*	Brasil*
Participação da Sociedade	0,45	0,60
Incentivos da lei eleitoral	0,48	0,58
Processo Legislativo	0,22	0,62
Exigência de maiorias	0,11	0,40
Questões com status constitucional	0	1,00
Controle do Legislativo sobre o Executivo	0,58	0,46
Lei orçamentária	0,50	0,37
Média Parcial	0,33	0,58
Mecanismos de Controle do Executivo		
Iniciativa exclusiva do Executivo	0,50	0,17
Veto Presidencial	0,06	0,31
Pedido de Urgência	1,00	0,31
Decretos de necessidade de urgência	0,08	0,42
Lei delegada	0,50	0,42
Média total	0,37	0,47

* 0 indica a máxima concentração de poder e 1 máxima desconcentração

Fonte: Tabela 13 do artigo de Oliveira (2006, p.336)

Em linhas gerais, o Senado brasileiro tem maior capacidade de influenciar no desenho de políticas públicas do que o Senado argentino. Os senadores argentinos, por sua vez, enxergam em maior grau seus vínculos com a unidade federativa de origem que os brasileiros, enquanto os senadores brasileiros percebem mais os vínculos partidários. Em termos de desenho institucional, o Brasil conjugou regras eleitorais e pautas semelhantes para o jogo político, tendo a União a competência de árbitro final tanto de questões estaduais, quanto federais ou entre ambas as esferas. A Argentina reconhece amplos graus de autonomia que permite diversas situações e regras para o jogo político nas *provincias* e, nesse caso pode-se aplicar o conceito de ultrafederalismo estadual. Além disso, no modelo do desenho institucional brasileiro há elementos mais próximos do modelo consensual, enquanto na Argentina há elementos que favorecem o partido majoritário que concentram poder decisório e ampliam a autonomia governamental ao ter menos itens constitucionalizados (Abrucio, 1998; Jones, Hwang e Micozzi, 2009; Llanos, 2003; Mustapic, 2002; Oliveira, 2006).

A relação entre o sistema partidário e o modelo de federalismo vigente em cada unidade de análise também geram especificidades relevantes. No Brasil, o Estado Federativo preconizado pela CF88 manteve amplos poderes de agenda para o governo federal e flexibilizou regras institucionais acerca das áreas que produzem mais conflitos nas relações intergovernamentais. O Executivo Federal brasileiro tem a prerrogativa de iniciativa legislativa em todas as áreas relevantes das políticas públicas, incluindo áreas em que a execução é estadual ou municipal. A Constituição não engessou a estrutura de poder e, com isso, uma série de reformas ocorreram, sobretudo ao longo dos anos 1990, consolidando o caráter centralizado da federação brasileira, adaptando-se aos contextos de crise do período. Isso permitiu um processo de aprendizagem dos atores intergovernamentais, ampliando a capacidade de gerar compromissos críveis e duradouros. Com isso, as modificações no sistema partidário caminharam para solidificar uma racionalidade federal expressa pela centralização do processo decisório associada à negociação partidária nacional. Assim, pode-se dizer que o sistema partidário conduziu a relações intergovernamentais mais cooperativas (Simpson, 2013; 2015; 2017). É importante alertar para a necessidade de analisar o caminho seguido pelo Estado Federativo brasileiro e o sistema partidário após 2016. A ruptura provocada pelo processo de impeachment, a ascensão de um sentimento antipolítica, a vitória de *outsiders* e as mudanças inseridas pelo governo eleito em 2018 merecem atenção.

Na Argentina, a relação entre Estado Federativo e sistema partidário é diferente. A CN94 deixou com as províncias o poder decisório sobre questões de interesse fiscal e autonomia total para decidir sobre a gestão e a organização da administração pública provincial. Além disso, as municipalidades não são consideradas unidades federativas, dependendo do repasse das províncias, o que amplia ainda mais o poder dos governadores. Existe uma separação entre recolhimento e gasto: o sistema de arrecadação é rígido e centralizado no governo federal, enquanto as províncias decidem o gasto (com pouca fiscalização até sobre os repasses federais). Portanto, o cenário é de amplo poder político dos governadores, inclusive sobre as bancadas dos partidos nacionais e de elevada dependência das *provincias* em relação a repasses federais. Essa importância do governador estimulou uma territorialização do sistema partidário (em vez de nacionalização) e ampliou a separação do sistema partidário nacional dos sistemas partidários *provinciales*. Desse modo, o sistema partidário argentino não conduz as relações intergovernamentais para um padrão mais cooperativo. Ao contrário, desloca as relações intergovernamentais para fora do Parlamento para negociações entre o Governo Federal e os

governos provinciais. Por outro lado, dada a centralidade do governo nas principais máquinas partidárias, o sucesso da presidência em efetivar sua agenda depende do seu êxito em negociar com os chefes partidários provinciais (os próprios governadores ou, onde o partido não conquistou o governo provincial, um líder ou grupo restrito) (Eaton, 2005; Mustapic, 2002; Simpson, 2013; 2015; 2017).

Mesmo as entidades patronais de importantes segmentos econômicos argentinos tiveram dificuldades históricas para obter apoio legislativo às suas pautas. O problema se agravou com a ação da Junta Militar (a partir de 1976) para eliminar instâncias de coordenação do poder econômico. Os militares realizaram intervenções e agiram para diluir a UIA, sob alegação de que a aliança dessa associação com a *Central General Económica* – CGE (de pequenos e médios empresários) significava uma adesão ao peronismo – a CGE possuía identidade peronista e mantinha bom diálogo com a *Central General del Trabajo* – CGT. Outrossim, a SRA também sofreu revezes durante o período ditatorial, abrindo espaço para a consolidação de outras entidades patronais do agronegócio. O fato é que essas medidas obrigaram os setores econômicos a adotar estratégia de pressões setoriais e a desorganização da cúpula empresarial foi um dos obstáculos para atuação nos governos democráticos pós-1983. Essas afirmações não devem ser usadas para a presunção de fraqueza dos setores empresariais. Ao contrário, alguns êxitos foram obtidos, como a estatização da dívida de agentes privados no exterior. Mas, no geral, principalmente a UIA foi pressionada a adotar uma posição mais defensiva, sobretudo no governo Alfonsín. A SRA, por sua vez, perdeu a capacidade de influenciar politicamente e precisou se aliar a outras organizações do agronegócio, como a *Frente Agrária Argentina* – FAA, a *Confederación Intercooperativa Agropecuária Limitada* – CONINAGRO e a somar esforços no âmbito das *Confederaciones Rurales Argentina* – CRA. No governo Menem, a adoção do receituário neoliberal, em função dos debates sobre convertibilidade Peso/Dólar, paridade cambial e abertura do mercado, aprofundou cisões internas na UIA: grandes grupos empresariais *versus* pequenos e médios empresários, transnacionais *versus* conglomerados locais e exportadores *versus* fornecedores do mercado interno. Néstor e Cristina Kirchner tentaram melhorar o diálogo a partir da nomeação de dirigentes da UIA para diretórios de agências estatais em busca de produzir consenso em políticas setoriais. O que não evitou a oposição encabeçada sobretudo por lideranças do agronegócio, influenciando boa parte dos membros da *Cámara Patronal*. No entanto a dificuldade para construir uma representação no Congresso fez com que o reconhecimento da

legitimidade dessas entidades patronais dependesse da vontade dos atores políticos buscarem consenso. A tentativa de lideranças dos setores patronais concorrerem ao Parlamento, a despeito de algumas vitórias, não resultou na organização de uma representação legislativa temática capaz de dar organicidade a tais interesses. No entanto desde 2008 é possível verificar uma presença significativa de parlamentares ruralistas (*agrodiputados*) como as forças setoriais mais evidentes no legislativo ao lado dos representantes sindicais (*dipusindicales*). As dificuldades de organizar a representação dos setores patronais é um exemplo de como a Ditadura Militar teve impacto nas formas de articulações políticas da sociedade civil. No entanto não é só isso. O quadro institucional argentino também explica o protagonismo do Executivo. E esse protagonismo não é apenas uma construção dos períodos autoritários, uma vez que a CN94 não modificou o protagonismo dos presidentes e a grande importância dos ministros. A reforma constitucional instituiu o Chefe de Gabinete de Ministros que resultou em um novo mecanismo para o controle da equipe pelo presidente (Donatello, 2015; Tula e De Luca, 2012).

Por outro lado, no Brasil as bancadas temáticas vinculadas a interesses setoriais são comuns e de conhecimento público. Como parâmetro de comparação, os dirigentes das entidades patronais, sobretudo da Confederação Nacional da Indústria – CNI e dos setores ruralistas, participam frequentemente do jogo político, obtendo mandatos legislativos, bem como são majoritariamente de famílias com tradição política. Por isso, apesar da força do Executivo brasileiro, a participação ativa de representantes setoriais no Congresso Nacional permite a existência de uma cadeia de acordos que favorecem a criação de consensos. Além da tradição da CNI e dos ruralistas, em termos econômicos, organizações setoriais, os institutos e *think tanks* liberais – hoje, em geral, adeptas ao neoliberalismo – começaram a articular mais efetivamente a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-79) quando viam como ameaça a iniciativa estatal. Historicamente, o MDB foi o partido que melhor conseguiu incorporar os representantes do poder econômico. Essa trajetória de articulação que antecede a redemocratização deu às elites econômicas e políticas uma organicidade, permitindo ao empresariado e outros grupos de interesses ser parte ativa do jogo político com relevante atuação no legislativo (Donatello, 2015).

Em suma, no Brasil a aprovação da agenda do governo federal e a modificação na configuração federativa depende da construção de maiorias sólidas no Congresso. Diferentemente, há uma multiplicação de arenas de negociação na Argentina (*joint-decision traps*) onde, sobretudo na Câmara, a divisão relevante é governo e oposição e as negociações

federativas estão fora do Parlamento. Desse modo, a negociação direta do governo federal com governos provinciais também deve considerar estratégias para obtenção de apoio dos líderes partidários provinciais em busca do aumento da disciplina partidária no Parlamento (Scharpf, 1988; Simpson, 2013; 2015; 2017).

1.3 AS ESPECIFICIDADES EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: a Argentina, o Brasil e o caso analisado

Se a Primeira República (1889-1930) no Brasil possui similaridades a “*El Orden Conservador*” (1880-1916) na Argentina, há também especificidades que precisam ser resgatadas. No Brasil o Partido Republicano não alcançou a unidade e, diferente do PAN na Argentina, também não atingiu a hegemonia. A economia diversificada fazia com que as oligarquias estaduais tivessem interesses diversos, de modo que o pacto para governabilidade não deu a hegemonia ao partido, mas às oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais. A “Política dos Governadores” garantiu aos paulistas e mineiros um importante instrumento de cooptação das oligarquias regionais que, por sua vez, contava com a militarização das forças policiais dos estados para estabilizar e reprimir os movimentos de contestação. Ao contrário na Argentina, ainda que a Liga dos *Gobernadores* servisse como um dos pilares da ordem conservadora, a intervenção federal com nomeação e substituição de governadores era um instrumento à disposição do poder federal e foi uma das características do período. Logo, o caráter policêntrico do Brasil e concêntrico da Argentina ficam claros na formatação política vigente na virada do século XIX para o XX, justamente quando o futebol chegava nos países. Essas características exerceram influência marcante no desenvolvimento do futebol. Além desses fatores, as formas como os respectivos períodos terminam são distintas. Na Argentina o fortalecimento da UCR fundada em 1891 foi um fator de ruptura da ordem conservadora. O partido denunciava as fraudes eleitorais e era impulsionado pelo fortalecimento dos setores médios. A pressão social resultou nas reformas eleitorais de 1912 realizadas no Governo de Roque Sáenz Peña (1910-1916) que introduz o voto obrigatório e secreto. Nas eleições seguintes, em 1916, Hipólito Yrigoyen (UCR) chegou ao poder como alternativa política de uma ordem em crise sobretudo pelo acirramento das tensões entre o movimento operário e o Estado Argentino – iniciando o protopopulismo *yrigoyenista*. De modo distinto, o final da Primeira República brasileira (1888-1930) não resulta de eleições. A elite governante resistiu à implementação de reformas pleiteadas pela sociedade civil, incluindo a cobrança por mudanças

na lei eleitoral com destaque ao Movimento Tenentista. Bem como, o movimento operário também se fortalecia no Brasil, como foi possível verificar pela Greve Geral de 1917 pela ascensão do anarquismo e a criação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 1922 – ainda sem ameaçar realmente o *status quo*. Em função dessa resistência, a Primeira República foi interrompida pela chamada Revolução de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder – iniciando protopopulismo do *primeiro varguismo* (Botana, 2019; Carvalho, 2019; Di Tella, 1993; Finchelstein, 2019; Lessa, 2015).

A Argentina já possuía agrupamentos estruturados no sistema partidário nos anos 1930. Não eram, de fato, partidos nacionais, pois operavam em uma ou outra *provincia*. Por exemplo, o *Partido Demócrata Progresista* – PDP assentava bases em Santa Fé, o Partido Socialista-PS em Buenos Aires. A UCR era uma exceção e contava com uma máquina estruturada com alto grau de penetração territorial, principalmente nas áreas mais urbanizadas das províncias. O principal adversário da UCR era o *Partido Conservador* – PCon, que era uma confederação de partidos provinciais. A vitória de Perón, em 1946, como resultado das mobilizações do Movimento Peronista (ou Movimento Nacional Justicialista), resultou, meses depois, na formação do Partido Peronista (atual Partido Justicialista) oriundo de um movimento massivo e policlassista. O governo Perón realizou um grande programa de políticas públicas em saúde, transporte e moradia, bem como alterou o status do papel do Estado na política esportiva (Di Tella, 1993; 2010; Rapoport, 2003).

Na Argentina o peronismo representou historicamente grande parte da classe trabalhadora urbana com mais peso social atualmente do que o trabalhismo varguista tem no Brasil “e com importantes *capitani del popolo* negociadores, foi sempre um aliado sedutor para qualquer grupo civil ou militar”. Motivo pelo qual, mesmo nos governos militares, o peronismo teve influência significativa nos rumos políticos do país a despeito da intensidade da repressão dos governos militares na Argentina. Essa influência também pode ser percebida na importância do futebol como símbolo nacional, que não deixou definitivamente de aparecer na agenda do Estado (Di Tella, 2010, p.19).

O fato é que o peronismo e o PJ tornaram-se estruturantes da política argentina. Entre 1955-1973 se fez presente a questão sobre o que fazer e como lidar com o PJ e sua base social. Mesmo na ilegalidade do PJ os peronistas foram fundamentais no jogo político, seja apoiando outras forças, votando em branco ou fundando vários partidos provinciais neoperonistas, como *Movimiento Popular Neuquino* – MPN-NEU (*Provincia* de Neuquén). Nesse período, correntes

internas da UCR se alternaram no poder com constantes intervenções e golpes militares. A UCR esteve no poder com os *radicales intransigentes* (UCRI) e com os *radicales del Pueblo* (UCRP). Entretanto, frequentemente os militares assumiram a função de estabelecer a ordem quando as correntes da UCR se mostraram ineficientes para lidar com o poder popular e o movimento sindical, majoritariamente identificado com o peronismo. Em 1973 o PJ foi novamente legalizado e Juan Domingo Perón venceu as eleições. No entanto a morte de Perón no ano seguinte intensificou a instabilidade do país, o que culminou na “luta anti-subversiva” que resultaria na Ditadura Militar (1976-1983) (Di Tella, 1993; 2010; Rapoport, 2003).

O presidencialismo argentino, apesar de inspirado na Constituição estadunidense, foi marcado em sua fundação por garantir ao presidente “[...] poderes para introduzir medidas legislativas, remover ou suspender governos provinciais (*intervención federal*) e declarar o estado de sítio (*estado de sitio*)”. Entre 1930 e 1983 a Argentina conviveu com recorrentes golpes de estado e de utilização do mecanismo do estado de emergência que fortaleceram progressivamente a presidência. No período, o Congresso não funcionou em 22 anos e os golpes militares realizaram destituições dos ministros da Corte Suprema (Malamud, 2003, p.726).

Poucos meses antes da redemocratização voltaram a funcionar legalmente a UCR, o PJ, o PI, o *Partido Demócrata Cristiano*-PDC e o *Movimiento de Integración Democrática*-MID. Mas quem dominou o jogo político até o “Pacto de Olivos” (1993-94) foram o PJ e a UCR. Historicamente, o PJ tem como base as classes trabalhadoras, enquanto a UCR tem como base as classes médias. No entanto ambos se tornaram partidos *catch-all*, tornando centrípeto o padrão de competição (Barrientos, 2009; Rapoport, 2003).

Alguns pesquisadores recorrem ao conceito de hiperpresidencialismo para explicar o sistema político argentino face à concentração de poderes constitucionais e extraconstitucionais pelo Executivo, o que “impedia a legislatura de institucionalizar qualquer supervisão efetiva”. Além disso, mesmo com a abertura democrática a partir de 1983, o país assistiu, sobretudo após 1989, o crescimento do uso da “autoridade de decreto”, que não foi reduzida após a CN94 nascer teoricamente para permitir a reeleição em troca de um enfraquecimento da presidência. Pode-se afirmar que na Argentina há uma primazia presidencial (Malamud, 2003, p.727).

Os grupos de interesses argentinos eram marcados pela fragilidade organizacional. Esse cenário se modificou nos anos 1980 e 1990, quando “[...] o pluralismo de interesses econômicos organizados aumentou” evoluindo para um “[...] sistema pluralista de *lobbying* oligopolista”, cujo foco da pressão é o Poder Executivo (Malamud, 2003, p.730). Ou seja, diferente dos

Estados Unidos onde os alvos prioritários são o Congresso e suas comissões. Diferente também do Brasil em que o Congresso se mostra um espaço importante para o exercício de influências dadas as suas comissões e seus comitês e à existência de bancadas temáticas (formalizadas como frentes parlamentares ou informais, como núcleo operativo de interesses organizados, como é o exemplo da “bancada da bola”, mobilizada pela CBF) (Malamud, 2003; Mendes, 2017).

Quanto ao sistema partidário, a Argentina possui uma combinação de três sistemas simples nacionais (competição presidencial, para o Senado e para Câmara) e um sistema complexo composto por 24 sistemas partidários provinciais. Os partidos argentinos precisam estar registrados no plano local para competir nacionalmente tornando complexas as estratégias partidárias, pois “[...] os partidos competem em múltiplas arenas cujas dinâmicas se influenciam mutuamente”³⁶. Além disso, o modelo de listas fechadas e bloqueadas dá aos partidos, sobretudo às lideranças provinciais, grande controle sobre os parlamentares. Devido a esse sistema de nomeação de candidatos e ao modelo de financiamento partidário, as *provincias* são o espaço decisivo para a carreira das lideranças políticas e o alicerce sistema político argentino (Malamud e De Luca, 2016, p.30, tradução nossa).

O peso social do peronismo ainda está presente, porém a grande novidade é que, ao longo do processo histórico, ocorreu “[...] a conversão do peronismo em um movimento que já não seja ameaçador, mas no máximo distributivista” (Di Tella, 2010, p.19). Mais do que isso:

Na Argentina mantém-se uma versão *aggiornata* do nacionalismo popular, no governo desde 2003, cada vez mais parecida com o Partido Democrata dos Estados Unidos, com tendências a procurar alianças mais à sua esquerda, sem abandonar os redutos fortificados clássicos do peronismo. Pelo lado do centro e da direita, a proliferação e o divisionismo dos partidos continuam fortes, dificultando sua consolidação em uma aliança, embora, a partir de uma perspectiva comparativa, sua formação esteja num horizonte histórico previsível³⁷ (Di Tella, 2010, p.19).

Mesmo com essa conversão, a oposição entre peronistas e não peronistas “[...] persiste como fator de estruturação de identidades políticas”, sendo “[...] o eixo em torno do qual outros atores giram, sejam civis ou militares” (Malamud e De Luca, 2016, p.31, tradução nossa)³⁸.

Nos anos 2000 ocorreu uma fragmentação no sistema partidário argentino. Apesar do surgimento de novas forças eleitorais com importantes quantidade de votos, especialmente na

³⁶ No original: “[...] los partidos compiten en múltiples arenas cuyas dinámicas se influyen mutuamente.”

³⁷ O texto é de 2010 e acerta na informação de que ocorreria a formação dessa aliança no centro e na direita, foi assim que chegou ao poder Mauricio Macri. Ainda que não tenha tido forças para a reeleição, o grupo político de Macri elegeu de forma contundente o prefeito de Buenos de Aires em 2019.

³⁸ No original: “[...] persiste como factor estructurante de las identidades políticas”; “[...] el eje alrededor del cual giran los demás actores, sean civiles o militares”.

região metropolitana de Buenos Aires, até a ascensão do PRO não havia sido rompido “o duopólio peronista-radical”, seja por “limitações organizacionais e programáticas” ou pelo personalismo em torno do fundador dessas novas legendas. O PRO, liderado pelo empresário e ex-presidente do Club Atlético Boca Juniors Mauricio Macri, “[...] exibiu certa capacidade de estender sua organização eleitoral em toda a geografia do país, evitando um destino semelhante ao das terceiras forças precedentes”, a ponto de liderar a coalizão *Cambiamos*, composta também pela UCR e a CC-ARI, que o conduziu à presidência (Malamud e De Luca, 2016, p.32-33, tradução nossa).³⁹

Apesar das mudanças na CN94 e na legislação eleitoral em 2009⁴⁰ e da crise enfrentada em 2001, a precedência do Executivo não foi alterada significativamente na Argentina. A estrutura de competição partidária foi pouco afetada pela mudança de 2009: ocorreu um realinhamento eleitoral marcado pela transformação do *PRO* de partido distrital a nacional, o peso da *UCR* e dos partidos provinciais foi reduzido e houve um impacto eleitoral sobre o peronismo na *provincia* de Buenos Aires. Porém, o caráter de multipartidarismo moderado se manteve. Outrossim, o peronismo atualizou suas estratégias concentrando-se na dimensão eleitoral e partidária e estabelecendo alianças, mas continuou a estruturar identidades políticas no país (Di Tella, 2010; Malamud, 2003; Malamud e De Luca, 2016).

A redemocratização institui “jogos em múltiplas arenas” para a institucionalização política de interesses organizados cuja forma de competição partidária “[...] e as regras informais dão prioridade às iniciativas presidenciais” (Malamud, 2003, p.728).

Por isso os grupos de interesse têm dificuldades para emplacar representantes com atuação parlamentar e quando isso ocorre tais parlamentares estão submetidos a um amplo controle que os vincula com a agenda do partido ou com compromissos com as demandas provinciais e não estão completamente livres para advogar interesses setoriais. Esse controle existe porque, para o êxito da presidência, é preciso uma coerência entre agenda governamental e agenda partidária da base aliada, priorizando acordos acerca de questões mais estruturais do que setoriais (Malamud, 2003; Malamud e De Luca, 2016).

³⁹ Os fragmentos traduzidos e citados estão nessa passagem: “[...] el duopolio peronista-radical. El escenario nacional presenció el súbito surgimiento, apogeo y colapso de fuerzas tales como el PI, la UCeDé, el MODIN, el FREPASO, la APR, RECREAR y la CC-ARI. Estos partidos registraron durante una o dos elecciones un importante caudal de votos —fundamentalmente en la región metropolitana de Buenos Aires— pero luego se diluyeron, en general por limitaciones organizativas y programáticas [...] el PRO exhibió cierta capacidad para extender su organización electoral por la geografía del país, evitando un destino similar al de las terceras fuerzas precedentes.”

⁴⁰ É importante sublinhar a mudança ocasionada pela reforma na lei eleitoral em 2009. Esta lei instituiu as Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias – PASO no lugar das eleições internas e voluntárias para os filiados, com calendário definido pelo partido, a fim de selecionar os seus candidatos (Malamud & De Luca, 2016).

Depois do presidente da República e, talvez, dos membros mais importantes do governo nacional – como o ministro da economia ou do interior –, os governadores são os funcionários mais poderosos do país em razão dos recursos institucionais, políticos e orçamentários que contam (Malamud e De Luca, 2016, p. 56, tradução nossa).⁴¹

Do mesmo modo, a oposição precisa de articulação para constituir acordos que a torne forte o suficiente para ser considerada no cálculo eleitoral do presidente e para representar sua base eleitoral. Essa necessidade de conexão entre presidente e base aliada ou de articulação da oposição não permite que a esfera Legislativa seja negligenciada por esses grupos, demandando sobretudo forte atuação nas *provincias* onde se dá majoritariamente o recrutamento e a seleção de lideranças partidárias. Desse modo, os *payoffs* afetam a possibilidade de cooperação e as alterações do desenho institucional ocorridas na Argentina consolidaram a necessidade de os atores prepararem estratégias para múltiplas arenas. Tais estratégias obrigam considerar os fatores contextuais, tanto nas *provincias* como em âmbito nacional, mesmo em um cenário de proeminência da presidência. Conforme Tsebelis (1998, p. 225), “eventos ou as ações de um terceiro jogador numa arena influenciam os *payoffs* dos jogadores na arena principal, e a magnitude dos *payoffs* determina as estratégias dos jogadores”.

De modo diverso, conforme ressalta Palermo (2000), o sistema político brasileiro é marcado por uma dispersão do poder decisório em uma pluralidade de atores, que é mais sólida e consistente do que algumas vertentes afirmavam. Assim, essa pluralidade de atores relativamente sólidos e consistentes significam maior possibilidade de se constituir *veto players*⁴² e, por isso de forçar a negociação. Um elemento importante dessa compreensão é o comportamento das bancadas dos partidos. Alguns pesquisadores (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 1997; 1999) consideram que a disciplina partidária confere previsibilidade ao processo legislativo e seus altos níveis no Brasil indicaria a capacidade do governo de submeter o Legislativo. No entanto, esse indicador evidencia muito mais a fidelidade dos parlamentares ao líder da bancada nas votações nominais. Portanto, a organização dos partidos em coalizões serve de ponte entre o Executivo e o Legislativo, mas não indicam a submissão deste àquele. O poder efetivo dos líderes partidários indica, ao contrário, o poder localizado no Congresso e, em um cenário de elevado número efetivo de partidos, indica a dispersão do poder decisório.

⁴¹ No original: “Después del presidente de la República y, quizá, de los miembros más importantes del gobierno nacional — como el ministro de economía o el de interior—, los gobernadores son los funcionarios más poderosos del país en razón de los recursos institucionales, políticos y presupuestarios con los que cuentan”

⁴² *Veto players* ou agente de veto é um ator individual ou coletivo cujo acordo e aceitação é imprescindível para alteração de políticas. É mais comum que eles sejam atores coletivos (Tsebelis, 1997)

Nesse sentido, o Executivo é o pivô do sistema político e deve negociar a formulação e implementação de suas políticas (Palermo, 2000).

Não se trata, portanto, de um “presidencialismo imperial”, mas de um presidencialismo fortalecido à medida que consegue dar resposta a dois desafios: (1) formar um gabinete que respalde seus objetivos de políticas públicas geral e setorial; e (2) formar um gabinete que organize o apoio dos partidos no Congresso em bases seguras. Essa prerrogativa de formação de gabinete existente no sistema político brasileiro possui um efeito paradoxal: para obter apoio parlamentar o presidente distribui cargos no gabinete, porém isso torna a figura presidencial mais frágil, uma vez que o cálculo não pode apenas mirar os objetivos de suas políticas públicas (Amorim Neto, 2000).

Além da prerrogativa de formação do gabinete, há outros poderes proativos da presidência. Existem áreas em que a produção legislativa não pode ser por meio de Medidas Provisórias (MPs). Portanto, esse mecanismo não é uma resposta a possíveis bloqueios em muitas matérias, uma vez que grande parte do que poderia ser bloqueado no Congresso não pode ser contornado por MP. O presidente tem a capacidade de criar situações de difícil reversão em algumas e não todas as áreas temáticas. Por isso, em sua emissão, há expressivos ingredientes de negociação. As edições de MPs são, geralmente, negociadas com parlamentares e grupos de interesses, servindo para negociação e monitoramento – podendo ser a opção dos parlamentares para avaliar os efeitos e a aceitação por parte dos cidadãos de determinadas medidas (Palermo, 2000).

Outro poder proativo são os projetos de lei enviados pelo Poder Executivo ao Parlamento para a apreciação no processo legislativo ordinário. Ao enviar um projeto de lei o Executivo encontra *veto players* institucionais (Câmara e Senado) e vários *veto players* partidários (diferentes bancadas parlamentares). Esses poderes de veto não são apenas formais e indicam incerteza. Tal incerteza possui duas dimensões: (I) vertical: fruto da pluralidade dos membros da coalizão (os componentes podem acompanhar ou não o Executivo); e (b) horizontal: tem a ver com a capacidade que cada partido possui para ordenar sua bancada. De fato, o presidente conta com recursos para enfrentar essas incertezas, mas são meios custosos e falíveis. Por exemplo: negociar com partidos não governistas e implementar um processo de negociação individual com deputados que não estão na base de apoio (Palermo, 2000).

Feita tal ponderação, a compreensão do caso brasileiro demonstra que o aparente protagonismo do Legislativo para a institucionalização dos interesses organizados, tendo como

base o caso do futebol, decorre de uma perspectiva incompleta por parte do observador, que está centrado em apenas em um jogo, observando os movimentos mais aparentes dos atores. Essa perspectiva incompleta, por exemplo, tornaria incompreensível a atuação da “bancada da bola” em pautas que contrariam a opinião pública e também torna mais complexa a interpretação sobre a natureza de sua informalidade (não se registra como Frente Parlamentar) e sua aparição irregular.

Com o processo de redemocratização e ampliação da quantidade de jogos a serem observados para a elaboração de estratégias, tivemos, não uma transferência do protagonismo, mas mudanças no número de jogadores e mudanças na sequência dos jogos ordenadas por regras de ordem superior, como os dispositivos constitucionais e os regulamentos que definem a atuação dos atores políticos institucionalizados (Tsebelis, 1998). A ampliação no número de atores relevantes e decisivos aumenta a incerteza do resultado e em um cenário em que a liderança partidária tem a incerteza em ordenar sua bancada e em que existe a incerteza de obtenção de maioria qualificada, abre-se mais espaços para as lideranças partidárias jogarem estrategicamente.

Afinal, é possível ao presidente negociar com deputados e não com partidos. Também é possível negociar individualmente com deputados que não estão na base governista. Porém, isso implica em altíssimos custos e é uma operação que não garante segurança (Palermo, 2000). E é justamente aí que as “bancadas” temáticas, como a “da bola”, como organização informal, atua: seja para garantir mais previsibilidade ao Executivo em cenários incertos, seja para aumentar a incerteza e forçar uma maior disposição do Executivo para negociar ou até mesmo para assumir a frente de temas impopulares em favor do alto comando do futebol e reduzir o desgaste do Executivo cujo *accountability* é mais fácil de ser realizado do que em diversos parlamentares de partidos distintos⁴³.

Em suma, este trabalho defende a tese de que a aparente perda de protagonismo do Executivo na institucionalização de interesses organizados se deve à mudança institucional realizada no processo de democratização cujo desenho institucional produziu um sistema político governável e disperso e, no âmbito dessa dispersão, os grupos de interesse se articularam de maneira formal por meio das frentes parlamentares ou, como no caso do futebol, por meio de uma organização informal, como a “bancada da bola”. A atuação destes

⁴³ Posto que os partidos são os únicos meios que permitem a responsabilização coletiva (Mack, 2010).

agrupamentos não significa que o protagonismo tenha se transferido, mas que o Legislativo se fortaleceu no encaminhamento de interesses na agenda do Estado.

A atuação da “bancada da bola”, definida por Mendes (2017) como núcleo operativo da Frente Parlamentar do Esporte, ocorre na intersecção de interesses dos patrocinadores, CBF, federações e dos principais clubes, mas é articulada pela CBF. A confederação nacional neste caso, é a organização com maior capilaridade por meio de federações estaduais e dos clubes aliados. Essas entidades esportivas são submetidas por laços de dependência financeira e/ou política (Rebelo e Torres, 2001). Além disso, o vínculo dos parlamentares com a “bancada da bola” também alcança o âmbito da vida partidária dos membros e, por tudo isso, se constituiu em elemento estratégico a ser mobilizado tanto pelos atores do futebol para defesa ou conquista de interesses. Sendo assim, o caráter suprapartidário e a composição com parlamentares de diversos estados possibilita uma articulação com potencial para influenciar por meio de partidos e das bancadas estaduais, levando ao Congresso interesses do futebol ou reagindo a alguma iniciativa relacionada ao esporte. A “bancada da bola” é caracterizada pela complexidade na atuação em busca do *payoff*, não sendo, necessariamente uma organização informal propositiva e nem sequer se constituiu, *a priori*, situação ou oposição a quaisquer dos governos eleitos após a redemocratização. Como núcleo operativo a “bancada da bola” é uma organização informal capaz de mobilizar *veto players* institucionais e partidários no que concerne às políticas públicas que tocam os interesses organizados do futebol e, como tal, seu posicionamento é fundamental para uma negociação complexa que se inicia na formulação da política e passa pelas negociações no Congresso com as lideranças do Senado, da Câmara e dos partidos⁴⁴. Nesse cenário, a adesão da “bancada da bola” reduz a disposição de oposição dos agentes de veto, induzindo a colaboração dos parlamentares com sua atuação suprapartidária, bem como sua discordância amplia o poder de atuação de tais agentes transferindo ao Executivo ou aos proponentes a responsabilidade de uma articulação complexa.

⁴⁴ “Há várias outras categorias de *veto players* em diferentes sistemas políticos. Pode-se pensar, por exemplo, nos grandes grupos de interesse como um desses atores, pelo menos nas áreas de política que lhes dizem respeito [...] Os sistemas políticos que contam com poucos desses atores podem delegar a formulação de políticas a diversos grupos adicionais. Por exemplo, nos países corporativistas, as decisões sobre salários (que acarretam conseqüências econômicas mais gerais) são tomadas pelo governo, mas com a aprovação de dois *veto players* adicionais: os representantes dos trabalhadores e das empresas. Os sistemas políticos que contam com muitos *veto players* podem delegar a tomada de decisões a uns poucos deles. Por exemplo, determinados instrumentos de política monetária podem ser delegados a um Banco Central capaz de reagir com maior rapidez e decisão do que o sistema político. Ademais, certos indivíduos situados em posições particularmente sensíveis podem funcionar como efetivos *veto players*” (Tsebelis, 1997, *online*).

1.4 AS RELAÇÕES DE PODER OFUSCADAS PELO GRITO DE GOL: a relação do futebol com as instituições políticas e o potencial explicativo da institucionalização de interesses no Brasil e na Argentina

O que faz do futebol um foco de análise para essa tese? Quase não se questiona a importância de compreender a histórica relação entre religião e política. De modo análogo, é fundamental a compreensão das inter-relações do futebol com outros campos da vida social. O futebol, ainda que não tenha os mesmos elementos de uma religião, também exerce efeitos em outros campos da vida social, inclusive na política. Conforme Giulianotti (2010), inclusive nas sociedades mais desenvolvidas, tanto a religião como o futebol contribuem para os sentimentos de solidariedade internas.

Uma relação histórica e simbólica é identificada entre religião e esportes, principalmente o futebol. Considera-se que o jogo moderno substituiu a religião como instituição que une as pessoas, ao mesmo tempo que deu origem ao estado de êxtase emocional anteriormente associado à cerimônia religiosa. Todavia, o futebol e a religião não precisam ser fenômenos culturais mutuamente excludentes. Os dois interagem de maneira complexa. (Giulianotti, 2010, p. 34).

Após pouco mais de um século e meio o futebol se mostrou uma das grandes instituições culturais a contribuir para a formação e a consolidação de identidades nacionais. Além disso, o futebol também se tornou parte do processo de globalização, ampliando a “[...] circulação geocultural das partes constituintes do futebol: jogadores, técnicos, torcedores e dirigentes, bens e serviços, ou informações e artefatos” (Giulianotti, 2010, p.43).

O futebol exerce atração multicultural, tendo relevância em todos os continentes nos quais é cada vez mais notório o rompimento das fronteiras das classes sociais na prática esportiva e no torcer como já era típico nos países latinos. “Em qualquer lugar, o futebol nos fornece uma espécie de mapa cultural, uma representação metafórica” de uma dada sociedade e isso quer dizer “que o futebol tem uma importância política e simbólica profunda, já que o jogo pode contribuir fundamentalmente para as ações sociais, filosofias práticas e identidades culturais *de muitos e muitos povos*” (Giulianotti, 2010, p.7-8, *grifo nosso*).

Como importante elemento cultural, o futebol mobiliza ações sociais inclusive de cunho político, o que produz efeitos na atuação do Estado em alguns países, como o Brasil e a Argentina. A popularização do futebol, com certa frequência, é analisada pela relação com a alienação social, que favoreceu a expansão do fascismo e do populismo na Itália, na Espanha, em Portugal, na Argentina e no Brasil. O futebol amenizaria as tensões sociais e políticas, favorecendo a emergência de regimes em que as “massas” substituiriam os cidadãos. Além

disso, consolidou-se, desde o início do século, como um meio cultural fundamental para a construção de uma “identidade nacional tradicional e popular” (Giulianotti, 2010, p.50).

[...] é difícil deixar de se assombrar com o poder de megamarcas como o Manchester United e o Real Madrid, patrocinados pela Nike e pela Adidas, que cultivam seu apoio através dos continentes, afastando torcedores de seus antigos clubes. Mas essa homogeneização revelou-se mais exceção que regra. Perambulando entre torcedores lunáticos, dirigentes sem escrúpulos e artilheiros búlgaros ensandecidos, observei as formas como a globalização havia fracassado em reduzir as culturas futebolísticas regionais, as disputas sangrentas e mesmo a corrupção no plano local. Na verdade, comecei a suspeitar que a globalização de fato havia aumentado o poder dessas entidades locais – e nem sempre no bom sentido (Foer, 2005, p.10).

Não se pode, no entanto, reduzir a institucionalização a um processo exclusivamente ancorado na paixão cega das massas, que se justificaria porque a preferência por um esporte automaticamente conduziria a apoio e demanda por decisão e/ou tutela estatal sobre esse esporte. Vejamos essa fala do jornalista Juca Kfourri:

Esse discurso de que esporte e política não se misturam, futebol e política não se misturam, é uma balela para fazer o pior tipo de política que existe. O *sêo* João Havelange fazia esta pregação: “sou presidente da FIFA, uma entidade apartidária, suprapartidária, que só se preocupa com o futebol e isso é tão verdade que, por causa disto, temos mais filiados do que a própria ONU”. Com isto, *sêo* João Havelange praticou sempre o pior tipo de política possível. Andou de braços dados com ditadores da África, com ditadores da América do Sul, fez uma Copa do Mundo na Argentina sob a ditadura Videla, cuja final foi disputada no Estádio Monumental de Nuñez, a 500m da prisão da Escola da Marinha, onde se torturava e matava presos políticos. Dizer que isto é uma maneira apolítica de agir é uma mentira, não tem outro nome, é um engodo, é uma fraude, não é? Todo e qualquer regime, Jefferson - e isto para mim faz uma diferença: não são apenas os regimes autoritários que se utilizam das vitórias esportivas, dos seus ídolos – todo e qualquer regime usa. E dou um exemplo que, para mim, é claro. Você deve conhecer esse episódio. [...] O Brasil ganha o pentacampeonato, em 2002, no Japão. Faz um voo de 26 horas para o Aeroporto de Brasília. Em vez de o presidente Fernando Henrique Cardoso, professor, sociólogo, eleito democraticamente, ir ao aeroporto condecorar os jogadores, abraçá-los e dizer “Muito obrigado gente, vão para suas casas descansar!”; os coloca em caminhões do Corpo de Bombeiros e eles levam sete horas do Aeroporto de Brasília até o Palácio do Planalto [...] se aquilo tivesse sido feito pelo Médiçi, pelo Geisel, a gente diria “A ditadura militar desrespeitava Direitos Humanos até o ponto que nem os Direitos Humanos dos jogadores foram respeitados!”. No entanto, era o professor Fernando Henrique [...] Portanto, a utilização do esporte como ação política é absolutamente clara e que se misturam. O que não significa que haja o determinismo “Ah! O governo ganhou a Copa e vai se reeleger!”. Porque temos casos em que governos ganharam a Copa e se reelegeram, governos que perderam a Copa e se reelegeram da mesma maneira; e outros que ganharam e não se reelegeram [...] não há esse determinismo, há evidentemente influência (Kfourri, 2021).

É, portanto, nesse sentido que a proposta da tese é a investigação de como o futebol ultrapassa a esfera esportiva e influencia outros campos da realidade social: nesse caso, a política. Tal empreendimento encontra eco nas proposições de Tsebelis (1998, p. 22), segundo o qual “o ator está envolvido em toda uma rede de jogos”, isto é, dada essa importante interação entre futebol, cultura, povo e paixão, a presença dos interesses organizados do futebol na agenda

do Estado não pode ser apenas tratada pelo viés da alienação das massas ou por engajamento subótimo e irracional de alguns atores políticos, pois “o que parece subótimo a partir da perspectiva de um único jogo é na verdade ótimo quando é considerada toda a rede de jogos” (Tsebelis, 1998, p.22). Isto é, mesmo na chave conservadora difundida por alguns intelectuais, o futebol se inter-relaciona com a política. Entretanto, não se pode limitar a análise a essa ideia de que passivamente o futebol foi capturado pelos agentes do Estado. Por um lado, é histórico que o futebol passa a figurar na agenda do Estado em suas formas autoritárias em busca de forjar uma identidade e de amenizar tensões. Por outro, os agentes do futebol (jogadores, treinadores, dirigentes, patrocinadores e torcedores) possuem capacidade de agência e isso significa que podem avaliar “a correspondência ótima entre fins e meios” em um dado contexto, que conseguem manter a coerência e decidir (Tsebelis, 1998, p.32). Logo, não se trata de uma institucionalização dos interesses do futebol ocorrida de modo unilateral por parte de agentes do Estado, contando com a passividade dos agentes do futebol. Falamos, por isso, de uma institucionalização de interesses *organizados* do futebol. Sobre o tema uma fala do ex-deputado Silvio Torres é ilustrativa:

Tinha que ter “olha, você vai ganhar esse benefício, mas em compensação você vai ter que agir assim, assado e tal” [...] Porque infelizmente ninguém estava disposto a fazer uma revolução lá, na legislação esportiva do Brasil [...] A minha atitude e de outros que tivessem essa postura não tinha ganho eleitoral, né? Ao contrário, corria muito risco de ser considerado inimigo do futebol e o torcedor, se não fosse informado pela mídia, nunca ia sentir o efeito do trabalho, né? *Estou contando isso porque acho que isso desanimava as pessoas, os companheiros de bancada, em geral, na Câmara, de entrar nessa luta. Eles falavam: “Ah! Esse negócio do futebol não vamos mexer, né? Vamos largar!” Acho que foi um espírito corporativo que prevalecia sobre o interesse público, que se transformou numa corporação dentro do Estado, tanto no Legislativo, como nos Executivos e até no Judiciário [...] era uma corporação destinada a proteger os interesses do futebol e de quem estivesse em torno dele, não só dentro do Estado, como fora do Estado, né?* (Torres, 2021, grifos e *destaques* meus)

Sobre a Argentina, Rein (2016a, *ebook*, p.9-12 de 321, tradução) afirma:

Ainda levando em conta a exceção de Agustín Justo, que frequentava as partidas de futebol e facilitava créditos para a construção dos dois estádios icônicos de Buenos Aires, a Bombonera e o Monumental de Nuñez, Perón é o presidente argentino que ficou mais associado do que qualquer outro com o esporte, recebendo os apelidos de “primeiro sportista”, “presidente do futebol argentino” e “primeiro torcedor”. Em 18 de novembro de 1951 foi exibida na televisão, pela primeira vez, uma partida ao vivo na Argentina, uma semana depois de Perón ganhar seu segundo mandato presidencial. San Lorenzo e River empataram em 1 a 1 no Gasômetro, e na tela da TV era possível ver a propaganda da YPF, que de algum modo refletia a posição do regime: “Sempre presente nas manifestações do esporte argentino” [...] Apesar das novidades, das inovações e das particularidades ocorridas no mundo do futebol durante a década peronista, este conjunto de estudos nos serve como prova adicional de que o primeiro peronismo representou, em muitos aspectos, uma continuidade e não uma ruptura na história política e social argentina [...] Os laços entre os clubes e o mundo político, por exemplo, são anteriores ao surgimento do peronismo [...] Os clubes que sempre tiveram

êxito necessitaram do apoio político de autoridades municipais, provinciais ou nacionais para adquirir terrenos, construir estádios, pagar dívidas e hipotecas ou diminuir o déficit orçamentário. Os políticos, por sua parte, sem distinção de cor ou ideologia, sempre buscam a oportunidade de criar clientelas e mobilizar apoios e votos.⁴⁵

Por isso, é preciso considerar: (1) essa relação que torna os assuntos do futebol como algo seguro na agenda estatal também parte de interesses dos agentes do esporte e de outros segmentos, como o mercado; (2) a coerção cultural: onde essa relação é sistemática, o futebol não é vetado como alvo de decisão política e como parte da agenda estatal, isto é, por motivos culturais, políticos e econômicos não se constituiu na redemocratização do Brasil e da Argentina obstáculo para o futebol ainda constar na agenda estatal, como pode ser visto melhor na seção dois. Daí o intento de compreender o processo histórico de institucionalização política dos interesses organizados do futebol e compreender quais os fatores explicam porquê essa institucionalização não se dá exatamente da mesma forma. Outrossim, o esforço para verificar como os reguladores estruturais (partidos políticos, grupos de interesses, meios de comunicação e líderes de opinião) atuaram e atuam antes e durante a formalização das demandas do futebol em cada uma das unidades de análise para apreender como os atores individuais e institucionais foram e são desafiados de modo diferente na busca de promover a realização de seus objetivos (Easton, 1968; Tsebelis, 1998).

Esclarecidos os motivos para que Brasil e Argentina sejam unidades de análise e a razão de utilizar como caso a institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado, justifica-se o marco temporal. Iremos detalhar, na próxima seção, as conjunturas críticas, justificando historicamente cada seleção. Nessa subseção a explicação fica concentrada no marco temporal, justificando a data inicial e a data final.

A pesquisa bibliográfica englobou a história do futebol no Brasil e na Argentina desde o início da prática em cada unidade de análise. Por consequência, caso o objeto de estudo fosse o desenvolvimento do futebol como esporte em cada país, ter-se-ia que iniciar, de modo

⁴⁵ No original: “Aun teniendo en cuenta la excepción de Agustín Justo, quien frecuentaba los partidos de fútbol y facilitaba créditos para la construcción de los dos estadios icónicos de Buenos Aires, la Bombonera y el Monumental, Perón es el presidente argentino que quedó asociado más que cualquier otro con el deporte, y se ganó los apodos de “primer deportista”, “presidente del fútbol argentino” y “primer hincha”. El 18 de noviembre de 1951 se retransmitió por primera vez un partido por televisión en directo en Argentina, una semana después de que Perón ganara su segundo período presidencial. San Lorenzo y River empataron 1 a 1 en el Gasómetro, y en la pantalla se pudo ver también la publicidad de YPF, que de algún modo reflejaba la posición del régimen: “Siempre presente en las manifestaciones del deporte argentino” [...] A pesar de las novedades, las innovaciones y las particularidades ocurridas en el mundo del fútbol durante la década peronista, este conjunto de estudios nos sirve como una prueba adicional de que el primer peronismo representó, en muchos aspectos, una continuidad y no una ruptura en la historia política y social argentina [...] Los lazos entre los clubes y el mundo político, por ejemplo, son anteriores al surgimiento del peronismo [...] Los clubes que siempre han tenido éxito necesitaron el apoyo político de autoridades municipales, provinciales o nacionales para adquirir terrenos, construir estadios, saldar deudas e hipotecas o disminuir el déficit presupuestario. Los políticos, por su parte, sin distinción de color o ideología, siempre buscan la oportunidad de crear clientelas, movilizar apoyos y votos.”

detalhado, a análise a partir da década de 1860. Os documentos indicam a introdução do futebol na Argentina, de modo centralizado em Buenos Aires, praticado por estudantes britânicos e operários, com o primeiro registro em 1867. No Brasil há registros a partir de 1864 da prática por marinheiros ingleses, sobretudo no Rio de Janeiro, em clubes formados por imigrantes e descendentes de ingleses, em colégios de elite, mas também em áreas periféricas e redutos operários. Destarte, essa diferença na origem concentrada na Argentina e regionalizada no Brasil impacta no desenvolvimento do futebol em cada país, com a distribuição de grandes equipes em diferentes capitais estaduais do Brasil, bem como o tardio reconhecimento do desenvolvimento e fortalecimento do futebol argentino fora da capital Buenos Aires e arredores (Giulianotti, 2010; Streapco, 2010; Pereira, 1998; Pasquato, 2019a).

No entanto, o objeto de estudo é o processo de institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado. Por isso, o tratamento dos primeiros anos do futebol em cada unidade de análise ocorrerá de modo breve. A análise pormenorizada vai se concentrar no período entre 1930 e 2020. Afinal, ampliar o marco temporal permitiu uma gama maior de informações, permitiu identificar fenômenos de interesse cuja ocorrência é pouco frequente, analisar um conjunto maior de arranjos institucionais e compreender melhor as condições dos limites temporais. O espaço longitudinal aparentemente extenso é compensado pelo pequeno número de casos, possibilitando o exame detalhado dos processos em busca de mecanismos causais, por meio do rastreamento comparativo de processos ou *comparative process tracing* (CPT) – detalhado na seção seguinte (Pierson e Skocpol, 2008; Bengtsson e Ruonavaara, 2017).

Feitas as ponderações acima, cumpre explicar o início do marco temporal. Nos anos 1930 no Brasil ocorreu o ingresso sistemático de negros e pobres no futebol *oficial*, inclusive nos clubes de elite⁴⁶. Isto é, já no início da Era Vargas (1930-1945), como uma “nova indústria do lazer”, o futebol foi *oficialmente* unido ao povo como mais um dos instrumentos em busca da unificação das massas, junto ao nacionalismo e ao populismo. Em 1937, no início da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945), o mesmo ano em que o futebol nacional passa a ser controlado pela Confederação Brasileira de Desporto – CBD e se profissionaliza, a situação do esporte começa a mudar graças ao apoio governamental que permitiu a construção de grandes estádios e uma intensa propaganda que mobilizou a população em favor da seleção brasileira (Barboza, Simões e Kieling, 2017, p.28).

⁴⁶ A Associação Atlética Ponte Preta (Campinas-SP), o Clube de Regatas Vasco da Gama (RJ) e as inúmeras experiências de clubes operários em todo o país já desafiavam o ideal do *football* como um esporte branco e de elite. Mas, é a partir de 1930 que essas experiências deixam de ser excepcionais.

Desde a década de 30, quando da profissionalização dos jogadores de futebol, as associações ou clubes têm sido alvo da política esportiva do Estado. Sob essa ótica, os clubes, inicialmente, apesar do seu caráter privado ou sócio-esportivo, estiveram à mercê dos mecanismos de controle, disciplinamento e da instrumentalização pelo “Estado Novo”. Esse período caracterizou-se por uma legislação corporativista contrária à autonomia político-normativa, organizacional e financeira dos clubes (Azevedo, 1999, p.11).

Esse ponto inicial contempla a outra unidade de análise, a Argentina. Onde, em 1931, a profissionalização do futebol ocorre em consequência da Greve de 1931. O presidente ditador José Félix Uriburu, procurado pelos grevistas, orientou que buscassem interlocução com o intendente de Buenos Aires, José Guerrico. Com essa intermediação, a maioria dos dirigentes dos 38 clubes da primeira divisão aceitaram a profissionalização. Além disso, ao longo dos anos 1930, sobretudo a partir do governo de Agustín Pedro Justo⁴⁷, o Estado argentino participa da vida dos clubes com subsídios, créditos mais baratos e/ou cessão de terrenos para construção de estádios. Buenos Aires é um dos poucos locais do mundo com dezenas de clubes e todos eles com estádios próprios (Frydenberg, 2011; Galeano, 2019; Martínez, 2003; Pasquato, 2019b; Rein, 2016a).

Em suma, 1930 marca ascensão de Getúlio Vargas no Brasil e de José Felix Uriburu na Argentina. Uriburu, apoiado pela Legião Cívica Argentina, organização fascista e militarizada, pretendia implementar um projeto antiliberal e corporativista, intento que Vargas foi relativamente bem-sucedido, sobretudo durante o Estado Novo. Apesar da base ideológica comum, há diferenças na implementação do projeto corporativo: Vargas se aproximou e cooptou a classe operária brasileira, tal como Peron o fez na Argentina a partir dos anos 1940; enquanto Uriburu se manteve distante das demandas operárias e foi apoiado por banqueiros e pela oligarquia rural, que se conectavam com os interesses britânicos. Apesar da curta duração do governo Uriburu (finalizado com as convocações das eleições de 1932) e das contradições entre o projeto e a base de apoio, ali iniciava uma aliança entre militares e nacionalismo que favoreceu a disseminação da lógica corporativista melhor implementada sob o governo do coronel Perón (Beired, 2001). Além do exposto, interessa assinalar, principalmente que, a partir dos anos 1930 a presença dos assuntos do futebol na agenda do Estado ocorre de modo sistematizado⁴⁸.

⁴⁷ É comum encontrar a identificação de Justo como um radical. No entanto, é importante entender que a UCR possuía dissidências e havia oposição interna à liderança de Hipólito Yrigoyen. Por isso, cumpre esclarecer que Justo é eleito pela coalização *Concordancia*, composta pela dissidência da UCR chamada Radicais Antipersonalistas, pelo Partido Democrata Nacional e pelo Partido Socialista Independente. O vice-presidente foi Julio Pascal Roca Funes (filho de Julio *Argentino* Roca).

⁴⁸ Por exemplo, a própria CBD, que posteriormente unificaria o comando do futebol e seria ferramenta importante para a relação entre Estado e futebol na Era Vargas, foi criada em 1916, ainda no contexto da chamada República Velha (1889-1930). E já na

Quanto ao fim do marco temporal, assinalamos um retorno da hegemonia neoliberal do Estado e as ações de governantes que, por um lado, demonstram a intenção de regulamentar (ou desregulamentar) para uma maior atuação do capital privado e, por outro, a utilização por parte desses governantes de mecanismos estatais para instrumentalizar a luta política usando os interesses do futebol, com anuência de dirigentes de clubes e/ou federações do esporte. Como referência, o governo Macri na Argentina encerrado em dezembro de 2019 e as medidas do governo Jair Bolsonaro até a tentativa de legislar por meio da MP n° 984, de junho de 2020. Novamente num espaço de poucos meses, acontecimentos que justificam a seleção de 2020 como encerramento do marco temporal.

1.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Conforme detalhado ao longo da seção, o intento é compreender o processo de institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado entre 1930 e 2020, em perspectiva comparada entre as unidades de análise: Brasil e Argentina. Os anos 1930 marcam rupturas políticas e a inclusão sistemática dos assuntos do futebol na agenda do Estado nos dois países. De modo algum foi afirmado que os anos 1930 inauguraram todo tipo de ação político-estatal relacionado ao futebol, falou-se da sistematização dessa relação. Enquanto o ano de 2020 representa o encerramento; marcado pelo retorno da hegemonia neoliberal em ambas as unidades de análise e cuja abertura para o capital privado não pode ser confundida com a retirada do futebol da agenda do Estado.

O futebol se justifica como caso analisado porque é uma importante instituição cultural, que mobiliza ações sociais e políticas, impactando na atuação do Estado. A existência desse impacto não deve induzir a ideia de que passivamente o futebol foi ou é apenas capturado pelos agentes do Estado. Não se trata de uma institucionalização dos interesses do futebol ocorrida

criação ficava evidente esta relação devido à intermediação de Lauro Müller, um chanceler que considerava a reunião “da máxima importância para a diplomacia brasileira”. A reunião ocorrida entre 18 e 19 de junho de 1916 estabeleceu o consenso para a criação da CBD. O esporte naquele momento era visto como “um campo propício para as elites se lançarem à construção simbólica de seus valores civilizatórios” em torno do qual “fundou-se uma linguagem comum que favoreceu o intercâmbio entre as diferentes elites nacionais”, tal visão era compartilhada por Lauro Müller e muitos outros diplomatas e até presidentes, como Julio *Argentino* Roca⁴⁸. Portanto, a gestão esportiva institucionalizada seria “um novo canal formal de operação para a diplomacia das nações” (Sarmiento, 2006, p.1). Julio *Argentino* Rocca foi “um dos símbolos do patriotismo argentino”, cujo segundo nome era motivo de orgulho. Em 1912, quando já era ex-presidente, esteve no Brasil para as comemorações dos 90 anos da proclamação da independência brasileira e trouxe um combinado da então *Asociación Argentina de Football (AAF)* – um dos novos já adotados pela AFA – que venceu um combinado paulista, um combinado carioca e um combinado brasileiro. Na ocasião, Brasil e Argentina enfrentavam “tensões comerciais e militares”. Roca doou no ano seguinte uma copa, “a Copa Roca, que posteriormente seria disputada em entre times do Brasil e da Argentina” (Palacios e Chacra, 2014, p.18). A questão aqui destacada é como o uso político do futebol ocorria, mas com finalidade, regularidade e intensidade distinta do que se verifica a partir dos anos 1930, com a sistematização dos assuntos do futebol na agenda do Estado.

de modo unilateral contando com a passividade dos agentes do futebol, mas de uma institucionalização de interesses *organizados* do futebol.

Na Argentina os clubes são associações civis de livre adesão e o modelo de clube-empresa não se consolidou. Desde os anos 1920 os clubes se tornaram um centro da vida comunitária nos bairros, dada a oferta de atividades e serviços para toda a família, indo além do futebol. E isso se constituiu em um atrativo para lideranças políticas se aproximar dos eleitores, bem como os dirigentes dos clubes viram a possibilidade de se projetar politicamente. Ao longo do tempo, esse atalho se consolidou com a capacidade de projeção política dos clubes de futebol por meio de sua popularidade, e a relação próxima de vários dos dirigentes de futebol com os partidos políticos, seja pela identificação ou pela participação direta nas ações do partido. Por fim, outro elemento chama a atenção na Argentina: as *barras bravas* (agrupamentos organizados de torcedores) também atuam politicamente e se constituem em importantes grupos de apoio para mobilização eleitoral, o recrutamento de militantes e a fiscalização das eleições (Giulianotti, 2010; Levita, 2019; Moreira, 2013a; Rein, 2016a; 2016b).

No Brasil os clubes também são associações civis e ainda não há na literatura uma referência que coloque os clubes de futebol brasileiros como centro da vida comunitária, como na Argentina. No entanto, a exemplo da Argentina, a relação entre os clubes de futebol e a política é antiga, o que fez dos clubes e federações um bom espaço para realização do recrutamento de atores para a vida política, bem como as torcidas se tornaram um atrativo de território de caça, dada a base recrutável para o voto. Por outro lado, as torcidas organizadas não se constituíram em agentes político-partidários em âmbito nacional, como as *barras bravas* (a despeito de algumas torcidas se engajarem em manifestações políticas e terem relevância nos seus estados). Um dos fatores explicativos para essa diferença possa residir no caráter policêntrico e na relevância do regionalismo no futebol brasileiro, em oposição ao caráter concêntrico do futebol argentino. No Brasil, também o modelo do clube-empresa não se tornou dominante, a despeito do esforço empreendido desde os anos 1990 (Giulianotti, 2010; Silva, 2015; Ribeiro e Souza, 2021; Souza, 2016).

A comparação entre Argentina e Brasil é viável pelo conjunto de aproximações na trajetória e nos desenhos institucionais que justificam estudos comparados. Há significativa proximidade na trajetória: o debate sobre o populismo em torno de Vargas e Perón; a existência de Ditaduras Militares; a abertura democrática ao longo dos anos de 1980; a virada neoliberal nos anos 1990 (que varia apenas em termos de grau); o retorno da centro-esquerda com Néstor

e Cristina Kirchner e com Lula e Dilma; bem como o retorno da lógica neoliberal cuja peculiaridade brasileira é a associação deste receituário a uma liderança cujo discurso se vincula ao populismo autoritário de direita, nos termos de Norris & Inglehart (2019).

Sobre o desenho institucional, o Senado brasileiro tem maior capacidade de influenciar no desenho de políticas públicas do que o argentino; e que o modelo do desenho institucional brasileiro é mais consensual, enquanto o da Argentina se aproxima de um partido majoritário com poder decisório concentrado e com menos itens constitucionalizados. No entanto, o que autoriza e estimula a realização de estudos comparados entre Brasil e Argentina é a presença de semelhanças significativas nos desenhos institucionais. Por exemplo, os países podem ser enquadrados em um modelo consensual de democracia (com variação de graus como já mencionado) cuja organização ocorre em repúblicas federativas. Esse enquadramento como modelo consensual se justifica pela existência de um regime federalista com bicameralismo forte e simétrico (sem primazia de nenhuma das Casas), com sistema eleitoral proporcional para a Câmara Baixa e com grau considerável de distorção geradas pelas diferentes magnitudes das unidades federativas. Vejamos o quadro 2 na página a seguir:

Quadro 2: Os sistemas políticos de Brasil e Argentina em linhas gerais

	Argentina	Brasil
Estrutura Política-Administrativa	Forma de governo representativa republicana federal em <i>provincias</i> (23 <i>provincias</i> mais a cidade autônoma de Buenos Aires) que, por sua vez, se dividem em departamentos (378) e, no caso de Buenos Aires, partidos (134). Estes últimos são administrados pelos municípios, comunas e demais entes locais. Cada <i>provincia</i> dita sua própria constituição, conforme o disposto pelo artigo 5º, assegurando a autonomia.	República Federativa que compreende a União, os Estados e o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. Os territórios federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem é regulada por lei complementar. Cada Estado dita sua própria constituição e se encontra regido por um Governador. A nação está subdividida na capital e em 26 Estados e 5.570 municípios.
Parlamento Nacional	Bicameral	Bicameral
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Senado</i> 	O Senado está formado por 72 membros diretamente eleitos para mandatos de 6 anos, ainda que a terça parte seja renovada a cada dois anos.	O Senado é formado por 81 membros diretamente eleitos para mandatos de 8 anos, ainda que um terço e dois terços sejam renovados a cada quatro anos (primeiro 1/3 e depois 2/3)
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Câmara dos Deputados</i> 	A Câmara dos Deputados com 257 membros diretamente eleitos para mandatos de 4 anos (a metade dos membros é renovada a cada 2 anos)	A Câmara dos Deputados com 513 membros eleitos diretamente para mandatos de 4 anos
Duração do Mandato	Executivo: 4 anos com possibilidade de uma reeleição Legislativo: <ul style="list-style-type: none"> • Senado: 6 anos (renovando 1/3 a cada dois anos); Câmara: 4 anos (renovando metade a cada 2 anos) 	Executivo: 4 anos com possibilidade de uma reeleição Legislativo: <ul style="list-style-type: none"> • Senado: 8 anos (renovando alternadamente a cada 4 anos, primeiro 1/3 e depois 2/3); • Câmara: 4 anos
Voto	Obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos. Jovens de 16 a 18 e pessoas acima de 70 anos possuem direito facultativo ao voto.	Obrigatório para pessoas entre 18 e 70 anos. Jovens de 16 a 18, analfabetos e pessoas acima de 70 anos possuem direito facultativo ao voto.
Sistema Representativo	Representação proporcional. Câmara dos Deputados: proporcional. Sistema de listas de partidos, com uma distribuição proporcional de assentos segundo o método d'Hont. Para conseguir um assento, um partido deve obter 3% dos votos emitidos em uma circunscrição, no mínimo. Os assentos vacantes que surjam das eleições gerais são ocupados por substitutos eleitos ao mesmo tempo em que os membros titulares. Senado: voto majoritário em primeiro turno, usando as listas dos partidos. A lista que obtiver maior porcentagem de votos em cada circunscrição terá direito a dois assentos, enquanto a lista com a segunda porcentagem mais alta de votos terá direito ao assento restante. Os assentos vacantes que surgirem entre as eleições gerais	Para o Congresso Nacional, 513 deputados federais são eleitos para a Câmara dos Deputados mediante uma lista aberta com o sistema de representação proporcional; enquanto que os 81 membros do Senado – três para cada um dos Estados e o Distrito Federal – são eleitos por maioria de votos. Majoritário para Governadores dos Estados e Presidente da República.

	<p>são ocupados por substitutos eleitos ao mesmo tempo em que os membros titulares. São eleitos três senadores para cada <i>provincia</i> e três pela cidade de Buenos Aires.</p> <p>Eleitos em listas fechadas mediante sistema de representação proporcional. São nomeados proporcionalmente de acordo com o critério de densidade estabelecido na Constituição Nacional e se possibilitam reeleições indefinidas.</p>	
Tipo de Lista	Listas fechadas no âmbito do Congresso Nacional com sistema de representação proporcional.	<p>Câmara dos Deputados: lista aberta com sistema de representação proporcional.</p> <p>Senado: lista aberta com maioria simples em turno único.</p>
Circunscrição Eleitoral	<p>Câmara dos Deputados: 24 distritos eleitorais plurinominais.</p> <p>Senado: 24 distritos eleitorais plurinominais (3 assentos cada um), correspondentes a 23 <i>provincias</i> do país e a Capital Federal (Buenos Aires).</p>	<p>Câmara dos Deputados: 27 distritos eleitorais plurinominais (são eleitos de 8 a 70 representantes, proporcional à população) correspondentes aos 26 Estados do país e ao Distrito Federal.</p> <p>Senado: 27 distritos eleitorais plurinominais correspondentes aos 26 Estados do país e ao Distrito Federal, no qual se elegem 3 membros para cada distrito eleitoral.</p>
Justiça Eleitoral	A Câmara Nacional Eleitoral (CNE) é parte da justiça eleitoral nacional e está composta por 24 cortes federais de primeira instância com competência em cada um dos distritos eleitorais do país (23 <i>provincias</i> e a Cidade de Buenos Aires).	O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o órgão responsável por assegurar os meios efetivos que garantem à sociedade uma plena manifestação da sua vontade, por meio do exercício do direito a votar e ser votado. Cada estado e o Distrito Federal possui o Tribunal Regional Eleitoral (TREs).

Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL (2020a), CEPAL (2020b) e Malamud & De Luca (2016)

Em síntese, tudo isso remete a uma reflexão: como se deu o processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol no Estado brasileiro e no Estado argentino? Quais as estruturas e regras estavam presentes em cada país e como elas influenciaram para que os atores (agentes políticos, instituições e agentes do futebol) formulassem suas estratégias a fim de garantir a continuidade dos interesses do futebol na agenda estatal em cada país, considerando o pressuposto da racionalidade?

Na seção seguinte serão apresentados os elementos teórico-metodológicos e as técnicas utilizadas para a análise em coerência com o referencial teórico apresentado até aqui. Para isso, a próxima seção apresenta um balanço bibliográfico que justificam a relevância da metodologia e das técnicas mobilizadas ao longo da tese.

2 SEÇÃO 2 – COMO A HISTÓRIA IMPORTA NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA: neoinstitucionalismo histórico, instituições informais, *path dependence*, mudança institucional e Comparative Process Tracing (CPT)

Nesta seção serão tratados os elementos centrais para a análise neoinstitucionalista histórica, enfatizando a *path dependence* como o modelo de causalidade social da pesquisa, esclarecendo como a mudança institucional e a agência foram operacionalizadas nesta tese, bem como as premissas do *comparative process tracing* (CPT). A primeira subseção apresenta os fundamentos teóricos do neoinstitucionalismo e das instituições informais; a segunda apresenta a mudança institucional e *path dependence*; a terceira apresenta o CPT como ferramenta analítica; e a quarta detalha os conceitos centrais do CPT para esta tese, tais como conjunturas críticas, pontos focais e o mapeamento da sequência adotada para o desenvolvimento da tese. Encerra-se com as considerações parciais.

2.1 AS INSTITUIÇÕES CONSTRANGEM SEM ELIMINAR A AGÊNCIA E OS INCENTIVOS AO COMPORTAMENTO DOS ATORES: sobre o neoinstitucionalismo histórico e as instituições informais

Parte-se do pressuposto que as instituições funcionam para regular os conflitos inerentes à divergência dos interesses e da assimetria de poder. Nessa ótica, as instituições constroem e desviam o comportamento humano e, por outro lado, fornecem as bases para a libertação das cadeias sociais. Os atores calculam com base em seus interesses, mas possuem diferentes visões de mundo que varia de acordo com sua posição e com o contexto social. Desse modo, os interesses não são dados e, sim, construídos politicamente. Quer dizer, as decisões coletivas não são meramente a soma das decisões individuais uma vez que os interesses, além de avaliações subjetivas, são formados por cálculo e cultura em um cenário de conflito e disputa (Fernandes, 2002; Théret, 2003).

Segundo Pierson e Skocpol (2008), três características importantes definem a atual vertente histórico-institucionalista na Ciência Política. A primeira é a abordagem de uma *agenda substantiva*, baseada em questões amplas e que interessam a uma diversidade de público e intelectuais. A segunda é a utilização de *argumentos temporais*, especificando sequências e rastreando transformações e processos de distintas escala e temporalidade. Por fim, caracteriza o neoinstitucionalismo histórico a *atenção a contextos e configurações*, formulando hipóteses sobre efeitos combinados de instituições e processos em contextos macros.

Em linhas gerais, a compreensão básica é que a estrutura atual e o funcionamento dos arranjos institucionais devem ser analisados por meio de uma perspectiva histórica. A *path dependence* é a ferramenta analítica utilizada para a compreensão da sequência e do desenvolvimento temporais dos eventos e processos que formam o contexto social e promovem a mediação do efeito das forças operativas impactadas por situações geralmente herdadas do passado. Os indivíduos agem dentro de arranjos institucionais que impactam no seu cálculo e cujas escolhas passadas constroem o desenvolvimento institucional e exercem efeito nas escolhas dos atores (Hall e Taylor, 2003; Kay, 2005).

A institucionalização é, portanto, um processo com raízes normativas porque determina as condutas individuais. Ou seja, a evolução da estrutura social e a trilha de escolha e decisão dos atores moldam a arena política e definem as instituições. Disso decorre o problema central para o neoinstitucionalismo histórico: determinar as normas substantivas para julgar processos políticos e seus resultados. Logo, os atores coletivos que atuam no plano das macroinstituições são formados como efeito de cálculo e cultura, pois os atores históricos selecionam instituições em razão de fins instrumentais e a seleção dessas instituições depende de opções historicamente disponíveis (Fernandes, 2002; Théret, 2003).

Considerar a História permite ampliar o alcance da experiência analisada, aumentando os dados e gerando mais variações nos resultados por ampliar o marco temporal. Muitos fenômenos ocorrem raramente ou apenas parcialmente em uma dada porção de tempo, de modo que a pesquisa orientada pela História amplia a capacidade do pesquisador compreender melhor as condições dos limites temporais ou o efeito dos períodos em questões que são verificadas as relações causais. Além disso, o neoinstitucionalismo histórico permite pesquisar um conjunto maior de cenários institucionais e possibilita a identificação de efeitos supostamente universais que ocorrem, na verdade, em determinadas circunstâncias particulares (Pierson e Skocpol, 2008).

Os institucionalistas históricos analisam as configurações organizacionais enquanto outros observam cenários particulares isolados; prestam atenção em conjunturas críticas e processos de longo prazo, enquanto outros consideram somente porções de tempo e manobras de curto prazo. Desse modo, ao aproximar-se de questões importantes, os institucionalistas históricos tornam visíveis e compreensíveis contextos mais amplos e processos que interagem, dão forma e reformam os Estados, a política e o *design* da política pública (Pierson e Skocpol, 2008, p.7, tradução nossa).⁴⁹

⁴⁹ No original: “Los institucionalistas históricos analizan las configuraciones organizacionales mientras otros observan escenarios particulares aislados; ponen atención en coyunturas críticas y procesos de largo plazo, mientras que otros solamente consideran porciones de tiempo o maniobras de corto plazo. De este modo, al aproximarse a cuestiones importantes, los institucionalistas históricos hacen visibles y comprensibles contextos más amplios y procesos que interactúan, dan forma y reforman los estados, la política y el diseño de la política pública.”

O objetivo dessa vertente é formular teorias de médio alcance que investigue o desenvolvimento político ou econômico das unidades de análise. Nesse caso, como um estudo histórico comparado, as unidades de análise são Brasil e Argentina. Como um estudo de caso histórico-comparado, é analisado o processo de institucionalização dos interesses do futebol no sistema político entre 1930 e 2020, visando um exame detalhado de processos em busca de encontrar mecanismos causais, o que será possível dado o pequeno número de casos. Rastrear processos complexos depende da consideração de componentes históricos substantivos. Para tal, as variáveis independentes utilizadas são instituições intermediárias, nesse caso: o sistema partidário, o federalismo e o processo decisório (Fernandes, 2002; Pierson e Skocpol, 2008).

A virada neoinstitucionalista realiza ainda o resgate dos elementos informais das instituições, isto é, se ocupa das convenções formais e também das convenções informais, pois compreende que as regras informais da política também influenciam o comportamento dos atores. Ou seja, mesmo menos aparentes, as instituições informais influenciam na produção dos resultados formais. Desse modo, o desenvolvimento de teorias e metodologias para a investigação das instituições políticas informais é fundamental para a Ciência Política fornecer uma imagem mais precisa de como a política funciona (Helmke e Levitsky, 2006).

As regras informais moldam como a democracia funciona para o bem e para o mal. Essa influência pode ser verificada na representação política, no *accountability* democrático e na governança democrática. Por exemplo, é frequente a associação do abismo entre cidadãos e políticos na América Latina a instituições informais, tais como: clientelismo, patrimonialismo e corrupção. Além disso, a ausência de mecanismos para os eleitores supervisionar os titulares de cargo abre espaço para o abuso do poder, para a traição aos compromissos do mandato e para ignorar demandas da população. Em relação a governança democrática, o compartilhamento do poder (como as *concertaciones* no México) e coalizões (como a *Concertación* no Chile), são exemplos de instituições informais em sistemas presidencialistas que impactam na probabilidade de governabilidade. Ou seja, no que concerne ao *accountability* democrático, instituições informais podem fornecer bases para um compromisso crível e algum grau de responsabilização ou podem ser menos propensas a fornecer os compromissos necessários para consolidação democrática (Helmke e Levitsky, 2006).

Goodin e Klingemann (1998) alertam para o risco de expandir as regras que definem o que é instituição a fim de cobrir comportamentos que não se enquadram nas regras formais de

instituições. Caso isso ocorra, a teoria não poderia ser falseável, gerando uma tautologia. Assim, tudo poderia ser incorporado nas instituições reduzindo o potencial explicativo.

A fim de evitar o problema supracitado, Helmke e Levitsky definem instituições informais como “[...] *regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e executadas fora dos canais oficialmente*”. Isto é, apesar de não ser escrita, os atores devem crer na existência de sanções em resposta ao não cumprimento da determinação. Assim, ainda que tais sanções não sejam verificadas em regulamentos, os atores reconhecem sua existência, mesmo de modo externo ou indireto, como uma desaprovação social. Também, segundo os autores, “[...] regras informais são muitas vezes aplicadas – ainda que não oficialmente – por atores e instituições dentro do próprio Estado”⁵⁰. Para ampliar o rigor, além de definir, é importante esclarecer o que as instituições informais não são. Instituições informais não devem ser confundidas com instituições fracas, que são ineficazes, as regras estão formalizadas, escritas, mas na prática são contornáveis e podem ser ignoradas. Além disso, uma instituição informal deve ser uma resposta a regras ou diretrizes, cuja violação gera algum tipo de sanção. Ou seja, nem todo comportamento padronizado é limitado por regras ou enraizado em expectativas sobre o comportamento dos outros. Portanto, a regularidade habitual não é suficiente para afirmar a existência de uma instituição informal (Helmke e Levitsky, 2006, p.5-6, tradução nossa, *grifos dos autores*).

As instituições informais são comunicadas geralmente por meio de dois mecanismos de transmissão e aplicação das regras informais. O primeiro é *peçoal*, operando muitas vezes por meio de organizações como partidos políticos – fundamentais para a difusão. O segundo por *alta visibilidade (e talvez, frequência) de episódios de quebras de regras e sanção*, evidenciados pelos esforços para punir os desvios em relação às regras informais, sinalizando os custos da não-conformidade. Em suma, as instituições informais podem ser comunicadas a partir de organizações que buscam difundir as regras informais aos seus membros; ou pela visibilidade e frequência dos esforços para punir os desviantes. (Helmke e Levitsky, 2006).

O entendimento é que o processo de institucionalização aqui analisado se refere a uma estabilidade na presença dos assuntos do futebol na agenda do Estado. Tal estabilidade não responde a regulamentos escritos e nem se verifica por outros elementos formais. No entanto, não se trata apenas de regularidade habitual, pois produz expectativas nos atores políticos e do

⁵⁰ No original: “We define informal institutions as *socially shared rules, usually unwritten, that are created, communicated, and enforced outside officially sanctioned channels* [...] informal rules are often enforced—albeit unofficially—by actors and institutions within the state itself”

“mundo do futebol”, bem como há custos e sanções quando questões fundamentais deste campo não são devidamente tratadas no âmbito político. Dito de outro modo, a institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado é um processo em curso que gera custos e oportunidades aos envolvidos e, ainda que não se verifique no ordenamento jurídico um motivo para a precedência do futebol em detrimentos de outros esportes e elementos culturais, pode ser verificada pelos resultados formais que produz, seja por meio de legislação, de injeção de recursos, de influência política nas e das instituições futebolísticas ou por conversão do capital simbólico construído na atuação no “mundo do futebol” em capital político.

As instituições informais podem emergir *endogenamente de arranjos institucionais formais*, isso quer dizer que suas origens estão ligadas diretamente a regras formais particulares, para subverter ou mitigar os efeitos e para substituir ou aumentar a eficácia das instituições formais. Outra origem possível são as instituições que podem emergir como *resposta ao contexto institucional formal desenvolvendo estruturas institucionais informais*. Também é importante compreender *como* são criadas as instituições informais: algumas são criadas “*top-down*” por um número pequeno de elites e outras são criadas de forma descentralizada, *de baixo para cima*, envolvendo um número muito maior de atores (Helmke e Levitsky, 2006).

É preciso fornecer mais detalhes em relação ao porquê e como surgem as instituições informais. Segundo Helmke e Levitsky (2006), são quatro razões:

- a) *Incompletude das instituições formais*: as regras formais fornecem parâmetros gerais para comportamentos, mas não podem abranger todas as situações e condições possíveis.
- b) *Falta de poder ou alto custo para mudar uma instituição formal*: atores criam regras informais para alcançar resultados que não poderiam ser alcançados nos arranjos formais estabelecidos porque não podem ou não veem como seguro enfrentar os custos de modificar essas regras.
- c) *Fraqueza ou falta de credibilidade das instituições formais*: quando as instituições formais são frágeis ou não geram confiança na sua capacidade de moldar comportamentos, gerar expectativas e sancionar os desvios.
- d) *Busca de metas publicamente inaceitáveis*: a discricção das instituições informais permite que autores busquem atividades impopulares (em alguns casos, ilegais) que não seriam consideradas legítimas pela sociedade.

É analisado um processo de institucionalização iniciado de modo “*top-down*” e *endógeno a arranjos institucionais formais*, em um contexto de crise geral do liberalismo e de crescente descrença na capacidade de resolução dos problemas da livre iniciativa, sendo o Estado, naquele contexto, um conjunto de instituições capaz de orientar, coordenar e liderar processos de desenvolvimento e modernização a partir de sua capacidade de solucionar conflitos, tidos na época como elementos deletérios. Portanto, há respostas ao contexto de mobilização trabalhista na Argentina e de conflitos entre dirigentes no Brasil, mas limitar esse processo de institucionalização como *resposta ao contexto institucional formal desenvolvendo estruturas institucionais informais* é insuficiente. Trata-se de um arranjo das instituições formais para responder ao contexto sociopolítico. Ademais, no pequeno número de atores envolvidos no início não estavam apenas os atores políticos vinculados a instituições formais: os atores do “mundo do futebol” buscavam vantagem competitivas contra seus respectivos concorrentes – seja os demais clubes locais ou naquele contexto os países com futebol já profissionalizado que atraíam os melhores atletas de Brasil e Argentina.

A tipologia de instituições informais emprega duas dimensões: (1) o grau de convergência entre os resultados institucionais formais e informais e a (2) eficácia, que visa apreender até que ponto as regras formais são aplicadas na prática. Quanto a primeira dimensão, as instituições informais *convergem* com as formais quando produzem resultados semelhantes ao esperado pelo cumprimento das regras formais. Elas *divergem* quando os resultados das instituições informais são substancialmente diferentes daquilo que é esperado mediante a adesão às regras formais. Quanto a segunda, instituições formais *eficazes* fazem os atores crerem que a não-conformidade gera grande probabilidade de causar sanção. Por outro lado, instituições formais *ineficazes* fazem os atores acreditar que a probabilidade de sanção é baixa, portanto, o custo da violação é baixo (Helmke e Levitsky, 2006). Essas duas dimensões se combinam formando os diferentes tipos de instituições informais, conforme mostra o quadro 3:

Quadro 3: Uma tipologia de instituições informais

Resultados / Eficácia	Instituições formais eficazes	Instituições formais ineficazes
Convergente	Complementar	Substituta
Divergente	Acomodação	Competição

Fonte: Helmke e Levitsky, 2006, p. 14, tradução nossa.

Para fins desta tese, cabe destacar que a institucionalização dos assuntos do futebol se aproxima das *instituições informais de acomodação*. O modelo de Helmke e Levitsky é claro

em afirmar que instituições informais podem cumprir mais de uma função⁵¹. Porém, neste caso, o tipo ideal *acomodação* descreve o objeto, pois refere-se a incentivos para os atores se comportarem alterando os efeitos substantivos sem violar diretamente qualquer das regras formais. Quando atuam desse modo, elas moldam o comportamento e ajudam a aumentar o alcance da repercussão dos titulares de cargo das instituições formais e catalisam a tomada de decisão política, ao simplificar a complexidade da política desportiva na prioridade ao futebol. No âmbito das políticas desportivas a precedência do futebol no Brasil e na Argentina não viola regras formais e a posição destacada do futebol em relação aos demais esportes advém de uma alta visibilidade desse esporte que, apesar de informal, está inscrita culturalmente nos países analisados. Nesse caso, é possível recorrer ao argumento do aumento da eficácia na política esportiva, que se daria ao *preencher lacunas*, ou seja, ajudando os atores a perseguir objetivos de modo mais eficaz dentro de um determinado quadro institucional formal, facilitando a tomada de decisão. Caberiam nesse possível argumento: a criação da Timemania (em 2007) para atender uma demanda dos clubes de futebol; mas ao criar um novo produto lotérico com base na visibilidade dos clubes, o Comitê Olímpico (COB) e o Paralímpico (CPB) foram beneficiados⁵²; como veremos adiante, o PRODE também usava a visibilidade dos clubes e destinavam recursos para Ministérios e Secretarias responsáveis pelo esporte, ajudando a custear o Pan-Americano de Mar del Plata (1995) (Helmke e Levitski, 2006).

No entanto, nem sempre os resultados substanciais seguem os argumentos mobilizados para sua defesa. Segundo Helmke e Levitsky (2006, p.15, tradução nossa), instituições informais de acomodação “[...] contrariam o espírito e não a letra das regras formais”⁵³. Por isso, considerando que os recursos são limitados, faz sentido questionar os prejuízos que essa primazia pode causar na implementação de uma política esportiva para os países analisados. Esse grau de precedência que os assuntos do futebol assumem em relação a assuntos de outros esportes e outros aspectos culturais no interior do Estado possibilita a aprovação de privilégios, via legislação, ou proteção por meio do sistema político (vide a concentração de recursos no futebol e a diferença de estrutura em relação a outras modalidades).

⁵¹ É importante considerar que: “[...] categorizations of informal institutions are not always mutually exclusive. Indeed, as Brinks points out in his chapter, informal rules may fall into different categories in relation to different formal institutions. For example, mafias directly violate certain state laws, but they may also substitute for ineffective state agencies that fail to deliver public goods (Helmke e Levitsky, 2006, p.17).

⁵² Pela 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva), 2% das arrecadações brutas das loterias federais em operação descontadas as premiações eram repassadas ao COB (85% do valor) e ao CPB (15%), sendo definido que as entidades devem investir 10% do que recebem no desporto escolar e 5% no desporto universitário. A Lei 13.756/2018, que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, reduziu de 2 para 1,7% o valor transferido (Brasil, 2001; Brasil, 2018).

⁵³ No original: “[...] they contradict the spirit, but not the letter, of the formal rules”.

Deve-se ainda considerar que as relações institucionais formais-informais são dinâmicas porque as instituições informais podem, inclusive, servir como catalisadores para a mudança nas instituições formais, seja para formalizar e consolidar as regras informais, seja para fechar as lacunas que permitem a atuação das instituições informais. Há também o risco de as instituições informais provocarem o colapso de instituições formais. Por outro lado, instituições informais podem contribuir para a estabilidade de instituições formais, à medida que podem melhorar o desempenho delas ou aumentar os benefícios de quem atua dentro das regras formais (Helmke e Levitsky, 2006).

Segundo Helmke e Levitsky (2006), grande parte da literatura científica que trata das instituições informais se divide em dois grupos. Um grupo considera as instituições informais como totalmente *funcionais*, pois elas fornecem soluções para problemas de interação social e coordenação de modo a contribuir para a melhoria da qualidade, do desempenho e para a estabilidade da democracia. Outro grupo considera as instituições formais totalmente *disfuncionais*. Isto é, geram normas particularistas como o clientelismo, a corrupção e o patrimonialismo e, portanto, afetaria a qualidade e o desempenho, atentando contra a estabilidade da democracia. Porém, os autores defendem uma tipologia para “ajuda[r] a capturar relações mais complexas e ambivalentes entre as regras formais e informais” (Helmke e Levitsky, 2006, p.17, tradução nossa).⁵⁴

É necessário considerar a ambivalência desse processo de institucionalização, que permite a mobilização dos interesses do futebol com finalidade política e tanto pode se converter em resultados compatíveis com as demandas da sociedade quanto pode se converter em instrumento de favorecimento setorial oposto às demandas sociais. Em linhas gerais, a alta visibilidade do futebol pode servir para amplificar o alcance de políticas esportivas ou podem ser instrumentos para a realização de interesses minoritários. Trata-se de um processo de institucionalização informal de acomodação cuja funcionalidade ou disfuncionalidade não pode ser afirmada *a priori* ou presumida, pois provocou de diferentes resultados em diferentes contextos, daí sua ambivalência.

⁵⁴ No original: “[...] helps capture more complex and double-edged relationships between formal and informal rules.”

2.2 ENTRE A HISTÓRIA, AS INSTITUIÇÕES E A AGÊNCIA: *path dependence* como modelo de causalidade e a questão da mudança institucional

As análises institucionalistas históricas verificam a importância da dependência de trajetória para o modelo de causalidade social, identificando uma incapacidade ou dificuldade para que um processo se descole das condições iniciais, que realizam constrangimentos sobre o desenvolvimento das instituições (Hall e Taylor, 1996).

A *path dependence* permite compreender o estabelecimento de trajetórias políticas ou econômicas nas unidades de análise. Nesse sentido, a lógica da dependência de trajetória é: acontecimentos passados influenciam a situação atual aumentando gradualmente com o tempo o custo para reverter uma trilha iniciada. Ao longo da trilha existirão pontos de escolhas cujos arranjos institucionais normalmente erigirão barreiras que dificultam ou inviabilizam a reversão da escolha inicial. Há proximidade entre *path dependence* e o conceito de retornos crescentes, utilizado na Economia. Ou seja, os benefícios relativos da atividade corrente aumentam com o tempo, se comparada com as outras opções disponíveis (Fernandes, 2002).

Paul Pierson, um dos precursores e disseminadores da *path dependence* na Ciência Política, considera que o desenvolvimento das instituições e das políticas está sujeito à dependência de trajetória e, para ele, isso inclui os mecanismos de retornos crescentes e o *feedback* positivo. Isso ocorre porque os processos de desenvolvimento institucional são sensíveis aos movimentos iniciais e aos primeiros eventos, bem como considera a existência de uma tendência de inércia na reprodução dos arranjos institucionais. Os mecanismos de retornos crescentes e de *feedback* positivo reduzem a probabilidade de mudança radical, pois os resultados institucionais ou políticos iniciais se retroalimentam. O que justifica o *feedback* positivo é o fato de que os processos políticos são dotados de quatro aspectos específicos: (1) a natureza coletiva, (2) a densidade das instituições, (3) a assimetria de poder que estimula a autoridade política a agir para reforçar sua posição e (4) a política é dotada de opacidade e complexidade⁵⁵. Para Pierson, o mecanismo de *feedback* positivo possui quatro características: a imprevisibilidade, a inflexibilidade, a não-ergodicidade e a ineficiência potencial. A imprevisibilidade se dá porque os grandes efeitos das ocorrências iniciais são aleatórias e

⁵⁵ Pierson (2004) detalha cada atributo no capítulo 1. Contudo, é prudente mencionar a alocação da autoridade política e as interpretações sociais de ambientes complexos onde os atores agem com elevada opacidade. A primeira pode desencadear uma retroalimentação positiva, pois a capacidade de certos atores imporem regras reforça a posição inicial. A segunda pode se constituir em fonte de inércia social relativa, pois as identidades e os interesses resultam de interações sociais historicamente construídas e o desenvolvimento de normas e padrões de apropriação cognitiva tendem ao autorreforço coletivo, demandando elevado custo de iniciação e aprendizagem para novas interpretações (Pierson, 2004, p.38-40).

podem resultar diferentes produtos. A inflexibilidade está relacionada à ampliação da dificuldade de reversão de trajetória conforme o processo avança. A não-ergodicidade indica que os efeitos das ocorrências contingentes são amplificados ao longo do tempo. Por fim, a ineficiência potencial da trajetória indica que alternativas plausíveis no início da trajetória poderiam produzir maiores benefícios (Pierson, 2000; 2004).

Apesar do conceito de contingência⁵⁶ não ser considerado invariavelmente central para análise proposta por Pierson (2000; 2004), Mahoney e Schensul (2006) verificam que a noção está presente em três das quatro características do mecanismo de *feedback* positivo elencadas por Pierson. Para os autores, apenas a inflexibilidade potencial, nos termos de Pierson, estaria isenta da contingência. Sem considerar a importância da contingência não é possível aceitar que a imprevisibilidade e a não-ergodicidade dependem de ocorrências contingentes, bem como a ineficiência potencial só é possível ao aceitar a possibilidade de alguma contingência levar a escolha do caminho menos eficiente, que será reforçado durante o processo institucional ou político. Isto é, “[...] a seleção de uma opção específica durante uma conjuntura crítica⁵⁷ é um evento aleatório, um acidente, uma ocorrência não podendo ser explicada ou prevista a partir de um dado quadro teórico” (Mahoney e Schensul, 2006, p. 461, tradução nossa)⁵⁸.

Pierson entende que a ocorrência de contingências é uma característica possível, mas não necessária. “Eventos relativamente pequenos, *se ocorrerem* no momento certo, *podem gerar* consequências grandes e duradouras” (Pierson, 2004, p.44, tradução nossa, *grifo nosso*)⁵⁹. Os fatores que produzem a dependência de trajetória não precisam *necessariamente* ser aleatórios ou serem inexplicáveis pela teoria. Posição compartilhada por Thelen (1999): as diferenças em um processo tendem a ocorrer por *diferenças sistêmicas* na posição inicial ou no decorrer do desenvolvimento institucional e das políticas.

Associar automaticamente *path dependence* e retorno crescentes, como propõe Pierson, é alvo de crítica. Page (2006) recorda que a dependência de trajetória pode estar relacionada a quatro causas com lógicas distintas: retornos crescentes, autorreforço, *feedback* positivos e *lock-in*. Além disso, o autor contesta o foco nas externalidades positivas e a equivalência entre

⁵⁶ Em uma obra solo de Mahoney, se encontra a seguinte definição: “Contingency refers to the inability of theory to predict or explain, either deterministically or probabilistically” (Mahoney, 2000, p. 513). Mas, a despeito de não poder ser predita, pode ser explicada e é uma condição necessária para compreender a *path dependence* (Mahoney, 2000).

⁵⁷ A definição para o autor é a seguinte: “critical junctures are periods when a particular option is selected from a range of alternatives, thereby channeling future movement in a specific direction” (Mahoney e Schensul, 2006, p.460).

⁵⁸ No original: “the selection of a particular option during a critical juncture represents a random happening, an accident, a small occurrence, or an event that cannot be explained or predicted on the basis of a particular theoretical framework”.

⁵⁹ No original: “Relatively small events, if occurring at right moment, can have large and enduring consequences”.

a dependência de trajetória e o aumento da probabilidade de resultados. Segundo Page (2006), a dependência de trajetória não atua na ordem interna do processo institucional e produz também externalidades negativas, bem como o desenvolvimento institucional inclui um processo de aprendizagem e adaptação, podendo possibilitar mudanças. Associar *path dependence* automaticamente com retornos crescentes se baseia na premissa de que, mesmo com o processo de adaptação e aprendizagem, os obstáculos e constrangimentos para uma eventual mudança de direção sempre aumentaria. No entanto, no curso do desenvolvimento institucional são produzidas externalidades negativas e positivas.

Além disso, Mahoney (2001; 2006) apresenta uma alternativa para a lógica da reprodução e *feedback* positivo relacionados pelo mecanismo de retornos crescentes: as escolhas dos atores centrais geram instituições com características para se autorreproduzir e a configuração inicial produz uma lógica de reação e contrarreação que produz os resultados. Ou seja, um evento é uma reação ao acontecimento que o antecede, bem como causa uma contrarreação expressa pelas ocorrências sucedidas. Se o *feedback* positivo reforça o ponto inicial, a lógica da reação e contrarreação, por sua vez, indica a tendência à transformação da ocorrência original e a possibilidade de reversão. Assim, existe uma dependência de trajetória porque as cadeias de eventos são interligadas, ordenadas pelo tempo e conservam nexos causais por meio de relações necessárias e/ou suficientes entre as reações e contrarreações (Mahoney, 2001; 2006).

Nesse modelo, instituições são mecanismos compostos por normas e status que estruturam a agência dos atores políticos nas relações, interações e processos estabelecidos. Ao longo do tempo, o desenvolvimento institucional produz tanto externalidades positivas quanto negativas, diferente da perspectiva que sustenta o mecanismo de retornos crescentes.

É utilizada a *path dependence* para estudar a lógica de contraste de contextos e a análise macrocausal para apresentar os aspectos do caso brasileiro e do caso argentino que afetam os processos gerais, ou seja, sumarizar os detalhes históricos e subsidiar as inferências causais onde for o caso. Para isso, é fundamental a definição das conjunturas críticas (*critical junctures*): “[...] são situações de transição em que os atores têm a possibilidade de fazer escolhas que abrem um novo caminho. Seguir um novo caminho é visto como criar um legado, uma nova dependência de trajetória” (Bengtsson e Ruonavaara, 2017, p.9, tradução nossa).⁶⁰

⁶⁰ No original: “are transitional situations in which actors have the possibility to make choices that would open up a new path. Taking a new path is seen as creating a legacy, a new path dependence”

As conjunturas críticas marcam a transição, por possuírem duração variável (anos e até décadas) e por inaugurar processos de mudanças que geram legados e influenciam decisões dos atores ao longo do tempo com tendência de reprodução. Para isso, é considerada a contingência como parte do processo de institucionalização, mas não como elemento necessário e/ou suficiente para configurar a *path dependence*. Assim, em vez de assumir o mecanismo de retornos crescentes, é adotada a dinâmica de reações e contrarreações (Fernandes, 2002; Pierson, 2004; Mahoney, 2006; Thelen, 1999).

A perspectiva analítica que embasa esta tese considera a capacidade de agência dos atores, mas entende que tal capacidade é estruturada ao longo do processo por elementos oriundos do contexto inicial provocando reações e contrarreações que, ao mesmo tempo reforça o evento inicial, permite a transformação e abre possibilidades para sua reversão (Mahoney, 2001; 2006). Nesse sentido, fala-se em dependência de trajetória como um modelo de causalidade social que reconhece a existência de um processo que estrutura os elementos condicionantes da ação dos atores no curso do desenvolvimento institucional.

Para ser mais direto, recorreu-se à proposição de Bengtsson & Ruonavaara (2017) que concebe uma *ação racional contextualizada*, segundo a qual a ação é orientada por um cálculo racional influenciado por “[...] crenças mais ou menos falíveis e que são amplamente moldadas pela situação em que se encontram” (Bengtsson e Ruonavaara, 2017, p.8, tradução nossa)⁶¹. Logo, o contexto e o desenvolvimento do processo histórico-institucional não anulam o cálculo racional.

[...] nossa proposta é uma *definição fraca*, em que a dependência de trajetória é vista como um padrão histórico em que um determinado resultado pode ser rastreado até um conjunto eventos particular [...] A definição fraca deixa aberta a possibilidade de mudanças institucionais endógenas e permite graus de path dependence [...] Outro benefício da definição fraca é que permite um tipo de análise contrafactual do que poderia ter acontecido com base em observações empíricas de casos semelhantes (Bengtsson e Ruonavaara, 2017, p.7-8, grifo do autor, tradução nossa).⁶²

Assim, a proposição teórica que ampara esta tese nega o caráter determinístico dos padrões causais da dependência de trajetória e, portanto, nega a concepção de que as mudanças são possíveis apenas por fatores exógenos.

⁶¹ No original: “[...] more or less fallible beliefs that are largely shaped by the situation in which they find themselves”.

⁶² No original: “[...] we propose a weak definition, whereby path dependence is seen as a historical pattern in which a certain outcome can be traced back to a particular set of events [...] The weak definition leaves open the possibility of endogenous institutional change and allows for degrees of path dependence [...] Another benefit of the weak definition is that it allows a type of counterfactual analysis of what might have happened, based on empirical observations of similar cases”

Conforme é possível depreender da subseção anterior, para o entendimento como instituição informal, será necessário compreender que os interesses do futebol se consolidaram na agenda do Estado, sendo considerados em detrimento de outros interesses, uma vez que “[...] o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos é central à vida política” (Hall e Taylor, 2003, p.194). Assim, no marco das instituições informais, o institucionalismo histórico desempenha papel importante, pois o objetivo é compreender como “[...] as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” (Hall e Taylor, 2003, p. 200).

A disputa pela distribuição dos recursos se baseia na assimetria de poder e acompanha a diferença na capacidade de arregimentar apoio, o que varia de acordo com a expertise do ator, com o partido e com o trânsito que tais atores, seja representantes dos interesses futebolísticos, membros do Poder Executivo, deputados e/ou senadores possuem (Rothstein, 2001; Helmke e Levitsky, 2006). A despeito de não adotar como inerente ao *path dependence* o mecanismo de retornos crescentes, é importante mencionar a questão da autoridade política e sua relação com a assimetria de poder:

Onde certos atores estão em posição de impor regras aos outros, o exercício do poder pode gerar autorreforço. Atores podem utilizar a autoridade política para mudar regras do jogo (tanto instituições formais quanto várias políticas públicas) para aprimorar seu poder. Essas mudanças podem não apenas modificar as regras a seu favor, mas aumentar sua própria capacidade de ação política enquanto diminuem a de seus rivais (Pierson, 2004, p.36, tradução nossa).⁶³

Nesta tese o mecanismo de retornos crescentes não é necessário ou suficiente, mas não é incompatível. Ou seja, se a atuação pode ser resultado de *feedback* positivo, esse processo de institucionalização pode também oferecer mecanismos defensivos em casos de mudança na condução das políticas do Estado, evitando reversão de ganhos do passado pelos agentes do futebol, bem como os agentes políticos podem vislumbrar um caminho para evitar externalidades negativas, face aos meios de *accountability* realizados pelos eleitores ou aos apoios necessários para o sucesso na carreira política. Deste modo, a informalidade atua também como um elemento adicional: quando se trata de políticas que gozam de apoio popular, a comunicação se dá no sentido de promover a iniciativa e os agentes envolvidos, sem vincular

⁶³ No original: “Where certain actors are in a position to impose rules on the others, the employment of power may be self-reinforcing. Actors may utilize political authority to change the rules of the game (both formal institutions and various public policies) to enhance their power. These changes may not only shift the rules in their favor, but increase their own capacities for political action while diminishing those of their rivals”

publicamente a ação a algo dado como certo na agenda do Estado; quando se trata de medidas impopulares a informalidade fornece meios para dificultar o *accountability* dos cidadãos.

Cumpra assinalar que, face ao processo de institucionalização informal dos assuntos do futebol na agenda do Estado, existem diferentes organizações encarregadas de defender interesses específicos e, para além das estratégias gerais definidas no bojo da institucionalização, há também estratégias específicas formuladas de acordo com o tipo de interesse a ser defendido, como por exemplo: na “bancada da bola” a forma de articulação tende a ser sutil para dificultar o *accountability*, talvez para uma organização informal que defenda interesses gozando de legitimidade perante os cidadãos seja mais interessante uma articulação mais aberta e publicizada para pressionar pelo apoio (Rothstein, 2001).

Além disso, é preciso compreender a mudança institucional. Isso implica considerar a existência de finitos, mas numerosos modos de mudança institucional que podem significativamente ser diferenciados e analiticamente comparados, considerando a complexidade e a versatilidade dos estudos referentes a instituições políticas. Por isso, conceber as mudanças institucionais apenas como resultado de *rupturas convulsivas* ou de *mudanças abertas* não é suficiente para compreender o assunto (Streeck e Thelen, 2005).

Streeck e Thelen demonstram a possibilidade de mudanças transformadoras como resultado de um acúmulo de mudança incremental e gradual. Para isso, os autores consideram três questões fundamentais. Primeira, a mudança não vem de fora apenas. Frequentemente é endógena e em muitos casos é produzida pelo próprio comportamento gerado pela instituição. Segunda, a mudança significativa pode emanar de ambiguidades e *gaps* inerentes às instituições e que existem pelo design ou surgem ao longo do tempo entre instituições formais e sua efetiva implementação. Terceira, o entendimento da relação entre “agência” e “estrutura” deve considerar a maneira como os atores cultivam a mudança dentro do contexto de oportunidades e restrições existentes. Ou seja, atores tentam obter vantagens interpretando ou redirecionando instituições em busca de seus objetivos, também podem subverter ou contornar as regras que colidem com seus interesses (Streeck e Thelen, 2005).

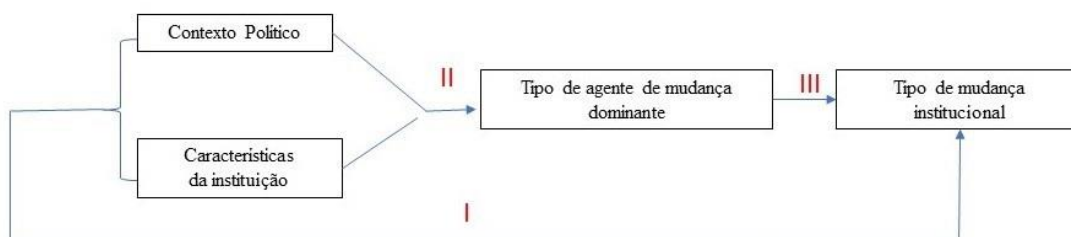
Dessa forma, são cinco modos de mudanças graduais e transformadoras: (1) por *deslocamento*, onde arranjos tradicionais são desacreditados ou empurrados para o lado em favor de novas instituições e lógicas associadas, bem como retirada de regras antigas e introdução de novas regras; (2) por *camadas (layering)*, onde os reformadores aprendem a contornar os elementos de uma instituição que se tornaram imutável, bem como a introdução

de novas regras em cima ou além das existentes; (3) por *deriva ou movimento (drift)*, pois instituições exigem manutenção ativa, ou seja, manter o que precisa ser redefinido e reforçado ou negociar em resposta às mudanças no cenário político e econômico, bem como a alteração dos impactos das regras existentes em função de mudanças no ambiente; (4) por *conversão*, onde as instituições são redirecionadas para novas metas, funções ou propósitos como resultado de novos desafios ambientais, bem como a alteração da aprovação das regras existentes devido à sua redistribuição estratégica; e (5) por *exaustão*, quando o processo culmina em colapso e não mudança, porém o colapso é gradual e não abrupto – nesse caso, os comportamentos invocados ou permitidos sob as regras existentes operam para minar a instituição (Streeck e Thelen, 2005; Mahoney e Thelen, 2010).

Os tipos de mudanças acima podem servir para pensar instituições informais descentralizadas. Essas instituições são altamente resistentes à mudança e quando essas mudanças ocorrem tendem a ser lentas e incrementais. Isso ocorre em função da ausência de um centro que dirige e coordena as ações (Helmke e Levitsky, 2006).

A não conformidade entre atuação e o que prevê as regras podem provocar mudanças institucionais. Nesse caso, é preciso considerar quatro implicações da ambiguidade no interior das instituições: (1) as regras do jogo não são precisas, pois nunca podem cobrir a complexidade de todas as situações reais, abrindo espaço para a mudança visando se adaptar a uma nova demanda da realidade; (2) os membros possuem limitação cognitiva, ou seja, não podem antecipar todas as situações às quais as regras criadas serão implementadas; (3) a estabilidade institucional depende não só da continuidade das próprias regras, mas do modo pelo qual essas regras são instanciadas na prática; e (4) regras são implementadas também por outros atores para além dos seus criadores, o que abre espaços para a mudança ocorrer quando as regras forem colocadas em práticas (Mahoney e Thelen, 2010). A figura 1 evidencia uma síntese sobre os modos da mudança institucional.

Figura 1: Tipos de mudança institucional



Fonte: Mahoney e Thelen (2010, p.7, tradução nossa).

Ou seja, em linhas gerais existem três relações causais: (I) contexto político, características da instituição e tipos de mudança; (II) contexto político e tipos de agentes de mudanças; e (III) agentes de mudança e mudança institucional. Isso significa que a conjunção do contexto político com as características da instituição molda o tipo de mudança institucional, pois o tipo de agente de mudança dominante emerge em um contexto institucional específico e o tipo de estratégias utilizadas por ele para perseguir a mudança conformam o tipo de mudança institucional (Mahoney e Thelen, 2010).

Esta tese opera uma análise de mudança institucional do tipo *layering* (por camadas), dado o fato de que em cada conjuntura crítica os atores, ao perceber as altas possibilidades de veto, não puderam/quiseram mudar por completo as políticas relativas ao futebol, retirá-las simplesmente da agenda do Estado, estimulando tentativas de criar gradativamente novas políticas e práticas institucionais. A baixa discricionariedade combinada com altas possibilidades de veto sugere a necessidade de alta proximidade e alta visibilidade para estimular os atores a criar novas instituições de modo paralelo. Ocorre que a possibilidade de conferir alta visibilidade e relativa proximidade dos assuntos do futebol para determinado público tende a ser feito para reforçar o sentido pretendido pelas novas políticas e/ou práticas institucionais. Por exemplo, no caso do *Fútbol para Todos* a visibilidade e a proximidade eram estimuladas de modo a enfatizar a restrição do futebol, um elemento da cultura popular, a certos públicos privilegiados em função do monopólio *Torneos y Competencias (TyC)/Clarín* para justificar sua necessidade e o investimento de recursos públicos na compra de direitos televisivos durante o governo de Cristina Kirchner, bem como na sua reversão no governo Macri, a crise econômica, permitiu estimular a visibilidade e a proximidade de lado oposto: isto é, num contexto de escassez de recursos não se justificaria o investimento de recursos públicos no futebol, bem como, em coerência com o receituário neoliberal, abrir tais direitos de transmissão à livre concorrência de empresas privadas, permitiria que o mercado conferisse eficiência, melhorando a qualidade das transmissões e estimulando uma atuação mais proativa das entidades futebolísticas. De modo similar, tal subterfúgio é utilizado no caso brasileiro dependendo do contexto. E, em ambos os casos, o fato de ser informal a inclusão dos assuntos do futebol na agenda do Estado, a forma como se dá a utilização do binômio visibilidade-proximidade é versátil.

Some-se a isso o fato de as regras institucionais não poderem antecipar todo o processo e, do mesmo modo, os atores possuem uma racionalidade limitada das possibilidades do

referido processo de institucionalização e da própria utilização da instituição. Com isso, a ambiguidade é uma marca possível da interpretação do que uma instituição é ou não, do que ela requer ou autoriza. A potencial ambiguidade tem como provável consequência o fato de que os atores reinterpretem custos e oportunidades institucionais, bem como tendem a ser estimulados a adaptar e modificar regras. Tais possibilidades são reafirmadas porque as situações institucionais não são fixas e nem dadas objetivamente de modo que os atores podem, ao longo do tempo, aprender e experimentar os custos e oportunidades, bem como os acidentes históricos podem ocorrer. Isto é, as situações institucionais são interpretadas de acordo com a capacidade de ação, que está ligada aos mecanismos cognitivos. Entretanto, o fato de os atores recorrerem a esses mecanismos para tentar reduzir incertezas não significa que o fazem em abstrato, livre de todos os constrangimentos. As estruturas institucionais e organizacionais podem promover ideias, assegurar sua propagação, proteger e conservar tais ideias. É deste modo que falamos de mudança institucional limitada pela dependência de trajetória (Bengtsson & Ruonavaara, 2017; Mahoney, 2006).

Essa mudança institucional limitada pela dependência de trajetória ocorre, como dito anteriormente, por camadas. Os atores aprendem a contornar os elementos de instituições formais que compõem o governo, o Congresso Nacional e o Judiciário quando percebem sua incapacidade ou indisposição de arcar com os custos de mudar essas instituições formais. Desse modo, os resultados puderam ser alterados para atender os objetivos de grupos de interesses por meio da institucionalização informal dos assuntos do futebol no Estado, que confere em cada contexto institucional formal um rol de possibilidades de ação (Mahoney e Thelen, 2010).

Por isso, é fundamental considerar no elenco de conjunturas críticas que a *mudança institucional formal* altera o jogo de forças e a forma de disputa para que os grupos de interesse alcancem seus objetivos e as *mudanças na distribuição poder e recursos* também importam. Cumpre destacar que “[...] quando as mudanças nas regras formais afetam os custos e benefícios relativos de jogar pelas regras informais, elas podem ter um efeito importante na estabilidade das instituições informais” (Helmke e Levitsky, 2006, p.23, tradução nossa).⁶⁴

O neoinstitucionalismo histórico cuja dependência de trajetória não exclui a possibilidade de agência, permite considerar a lógica da *racionalidade contextualizada* por meio da influência do desenvolvimento histórico-institucional nas crenças mobilizadas pelos

⁶⁴ No original: “[...] when changes in the formal rules affect the relative costs and benefits of playing by informal rules, they may have an important effect on the stability of informal institutions.”

atores para realizar o cálculo racional em determinada situação. Assim, o modelo de mudanças institucionais por camadas não está atrelado a uma dependência de trajetória determinística que apenas concebe a mudança resultante de fatores exógenos. A História importa ao influenciar – e não anular – a capacidade de agência.

2.3 DOIS CASOS DE INSTITUIÇÕES E AGÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA: *Comparative Process Tracing* (CPT) como ferramenta analítica para estudos de casos comparados na Ciência Política

No Brasil, a história do futebol (origem, profissionalização, difusão) é policêntrica, isto é, dispersa e conectada aos centros estaduais e regionais – por exemplo, os embates entre dirigentes paulistas e fluminenses culminam na participação de membros do governo Vargas (1930-1945) na centralização do comando do futebol nacional via CBD. Do mesmo modo, ocorreram a centralização e o fortalecimento do governo federal por meio da Constituição de 1934, dando exclusividade de iniciativa legislativa ao executivo em diversos temas e na utilização de interventores, majoritariamente oriundos do movimento tenentista, e de legiões e tropas semimilitares para desmobilizar as oligarquias estaduais, apoiadas por forças policiais locais. Em sequência, o governo na Ditadura Militar atuou na criação do Campeonato Brasileiro, atendendo aos interesses financeiros da CBD com oferta de recursos da recém-criada Loteria Esportiva e, ao assumir direção da CBD, ampliou a quantidade de clubes na competição para cooptar elites regionais (“onde a ARENA vai mal, um time no Nacional”) e fortalecer o apoio parlamentar aos militares no Congresso. A institucionalização como tema político começa com grupos e oligarquias regionais e se nacionaliza conforme o pacto federativo brasileiro fortalece os poderes nacionais e enquadra os governos subnacionais à nova configuração do federalismo. Mais tarde, sem anular essa configuração policêntrica, a reabertura democrática devolveu a relativa autonomia do Legislativo via fortalecimento dos partidos e limitação do poder de negociação individual dos parlamentares, obrigando os representantes políticos dos interesses organizados do futebol atuar em um arranjo estratégico concebido em dois eixos: o regional e o partidário. Assim, a CBF busca parlamentares de vários estados do país e de diferentes partidos para compor as fileiras de defesa da confederação e do alto escalão do futebol. A articulação conhecida como “bancada da bola” é um grupo pequeno, organizado e ativo visando reduzir os riscos aos interesses do futebol oriundos das incertezas

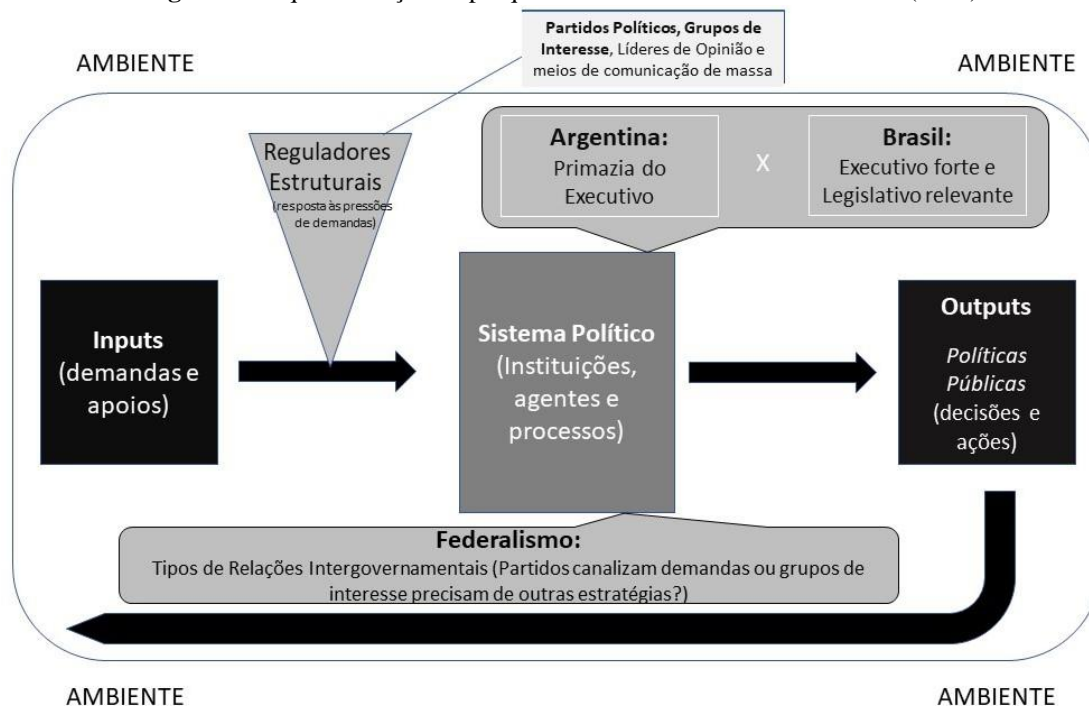
contidas nas mudanças de ciclo político e nas pressões de agentes econômicos sobre o sistema político (Melo, 2010; Mendes, 2017; Olson, 1999; Simpson, 2017).⁶⁵

Na Argentina, o futebol tem origem concentrada em torno da região metropolitana de Buenos Aires. Antes e além do futebol, a formação do Estado argentino também se caracterizou pela existência de clivagens territoriais, sendo o embate entre o interior e Buenos Aires um componente do federalismo daquele país até os dias atuais. A tensão entre as províncias compõe a estrutura sociopolítica superestruturando dicotomias constitutivas da sociedade. Logo, ainda que se praticasse futebol em diversos locais do país, o processo de consolidação do futebol, da AFA e da profissionalização do esporte se deu em torno de Buenos Aires. Sendo a abertura e o fortalecimento de clubes de outras regiões algo lento e controlado. Essa concentração gerou uma dependência significativamente maior dos clubes interioranos e uma diferença de poder (econômico e tamanho de torcida) muito ampla dos clubes do entorno de Buenos Aires para os demais. Esse modo de consolidação do futebol espelha o que aconteceu com a estrutura política. Essa configuração concêntrica deu início a uma trajetória, a exemplo do desenvolvimento político e econômico do país, que tende a eleger o poder Executivo como *locus* da solução dos conflitos de interesses do futebol, pressionado pela proximidade entre centro político, dirigentes e torcedores dos clubes mais ricos e populares – diferente do Brasil, em que a capital está relativamente distante dos principais centros econômicos, dos principais clubes e da maior parte dos torcedores engajados. Existe, ainda, a tendência de sucesso do partido majoritário, sendo o líder dele capaz de dominar o processo legislativo, priorizando as iniciativas de interesse da bancada e bloqueando iniciativas opositoras. Assim, a Câmara dos Deputados tende a se dividir apenas em governo e oposição, ficando a cargo dos Executivos (federal e *provincias*) as negociações. Logo, a agenda do governo federal depende da capacidade do Executivo negociar com os chefes partidários provinciais e obter fidelidade de sua base de sustentação parlamentar. A politização de interesses tem o Executivo como foco e este é desafiado por múltiplas arenas

⁶⁵ A “bancada da bola” é um grupo atuante, como mostram Mendes (2017), Rebelo e Torres (2001), e não uma designação genérica a políticos vinculados ao futebol. É um núcleo operativo da FPE e “tropa de choque” dos interesses organizados do alto escalão do futebol. O conjunto das entidades do futebol forma um grupo grande e latente e, sobretudo, os clubes têm interesses comuns em benefícios coletivos sem a disposição de arcar com os custos da articulação. A CBF, por sua vez, conta com duas prerrogativas que a habilita para coordenar esses interesses no Congresso. (1) A grande arrecadação pela gestão da Seleção e, por enquanto, pela organização das maiores competições nacionais de clubes permite ofertar gratificações e interesses seletivos positivos para atrair apoio de políticos profissionais, recrutar lideranças políticas dentre atores do futebol e, segundo Rebelo e Torres (2001), reduzir a autonomia e minimizar a oposição entre as federações estaduais na Assembleia, nos conselhos e no colégio eleitoral. (2) Os clubes não têm a opção de ser filiado à CBF e, por isso, estão sujeitos a coerções e, pelas normas da FIFA, são vedados de recorrer aos órgãos de justiça comum (sob pena de rebaixamento, suspensão e exclusão de competições nacionais e internacionais). Tais fatores explicam a relativa autonomia da CBF em relação a clubes e federações, o que garante maior discricionariedade para filtrar e demandar políticas junto à “bancada da bola” (Olson, 1999).

de negociação superpostas, com regras específicas e *veto players* (Jones, Hwang e Micozzi, 2009; Calvo e Escolar, 2005, Calvo et al, 2007; Simpson, 2017; Tsebelis, 1997; 1998). Observando a figura 2:

Figura 2: Esquemática da pesquisa com base no Modelo de Easton (1968)



Na figura 2, os reguladores estruturais e a coerção cultural são modos de respostas às pressões de demandas cuja forma e o conteúdo são fortemente influenciados pelo processo histórico. Os reguladores estruturais, como partidos políticos, grupos de interesse, líderes de opinião e os meios de comunicação de massa, atuam antes da formalização das demandas, quando estas começam a se tornar propostas para decisão e ação política. A coerção cultural, por sua vez, ajuda a limitar o número de demandas que chegam ao sistema político já no início da proposição, quando ainda aparecem em forma de necessidades e aspirações. A coerção cultural influencia no que um membro de uma determinada comunidade pode ou não considerar apropriado para ser alvo de uma decisão política e o que permanece no âmbito privado (Easton, 1968). Essa figura ao englobar o tipo de relações intergovernamentais (federalismo) e o *locus* da atuação dos demandantes (primazia do Executivo na Argentina e relevância do Executivo e Legislativo no Brasil) está considerando um aspecto levantado por Sartori:

A comunicação em si consiste de um fluxo bidirecional, isto é, inclui tanto mensagens vindo de baixo (demandas) como mensagens vinda de cima (ordens, ou distribuições autoritárias). A questão é: quem fala, e quem ouve? Quem controla o lado do *input* do funil? Haverá sempre alguns *feedbacks*, é certo, mas a comunicação política não é um

diálogo entre iguais [...] A canalização tem uma direção, e é esta que estabelece como a circulação é manobrada [...] A incapacidade de separar a comunicação expressiva da comunicação autoritária obscurece o ponto crucial (Sartori, 1982, p.79).

O futebol tem lugar na agenda do Estado no Brasil e na Argentina porque as coerções culturais não o vetam como alvo de decisão política e sua resiliência na agenda do Estado está ligada à capacidade de aprendizagem e adaptação dos atores. No Brasil, a abertura democrática exigiu estratégias para um jogo em que o sistema partidário, mal ou bem, canaliza demandas dos grupos de interesse. Na Argentina o modelo federal concentra prerrogativas decisivas nos Executivos federal e provincial, sendo os atores políticos provinciais centrais para a disciplina dos partidos e para a estabilidade do governo federal – mesmo sendo uma democracia, grande parte das demandas são encaminhadas verticalmente na estrutura majoritária, impactando no comportamento parlamentar dos partidos, reduzindo o alcance do sistema partidário como expressão da heterogeneidade social (Easton, 1968; Sartori, 1982; Simpson, 2017).

Como já mencionado na seção anterior, “na Península Ibérica e na América Latina [...] *os diretores eleitos frequentemente usam sua posição no clube como trampolim para eleições mais convencionais* (Giulianotti, 2010, p.117, *grifo nosso*)⁶⁶. Além disso, reforça-se que a associação entre futebol e política não é unilateral, no sentido de uma captura desses interesses pelos agentes políticos no Estado para benefícios exclusivos. Há também um histórico processo em que, nas unidades de análise, a carreira de dirigente esportivo em clubes de destaque pode ser um meio para a conquista de capital político para chegar ao papel de agente político no Estado, em algumas de suas formas, bem como a mobilização que o futebol provoca pode ser uma boa moeda de troca para agentes políticos encaminharem interesses dos atores do futebol em troca de visibilidade. Essas ponderações são importantes para compreender o modo como os interesses do futebol se consolidaram na agenda do Estado em um processo em que os ganhos eram recíprocos. Havia razões e vantagens para o Estado incorporar essa agenda. Por outro lado, a CBF, as federações estaduais no Brasil e a AFA na Argentina se fortaleceram a partir dessa relação. Para operacionalizar a pesquisa e alcançar os objetivos expressos, é preciso aprofundar na análise dos casos, rastreando processos e comparando os mecanismos causais.

Do mesmo modo que os métodos qualitativos, os quantitativos não podem controlar todas as variáveis. O desafio para evitar problemas de inferências causais a partir dos dados não é uma limitação do método, mas a complexidade em elaborar um correto *design* de pesquisa. Nesse sentido, não é demais reiterar que grande parte dos conhecimentos fundamentais para as

⁶⁶ A citação completa está na referida seção.

Ciências Sociais, em seu conjunto, é resultado de inferências a partir de estudo de caso ou de observações de poucos casos, como é a proposta da tese. Enfim, os estudos com poucos casos permitem um grau maior de aprofundamento na observação dos processos causais. Em coerência com o princípio dos métodos qualitativos, são investigadas tendências e explicadas as variações enfatizando a observação dos fenômenos e contextos. Logo, o recurso dos testes estatísticos não se aplica a esse desenho (Collier, Brady e Seawright, 2004; 2010; Yin, 2015).

A ferramenta analítica para esta tese é o *comparative process tracing* (CPT) ou rastreamento comparativo de processos. Essa ferramenta advém do rastreamento de processo (*process tracing*), que é orientado para “[...] identificar um processo causal interveniente entre variáveis independentes e resultados na variável dependente” (George e Bennet, 2005, p.240, tradução nossa).⁶⁷ Essa definição se embasa em três argumentos: (1) essa ferramenta busca identificar mecanismos causais que interligam causa e efeito e não efeitos causais como os métodos estatísticos; (2) não é necessário se concentrar no nível individual; (3) não se trata de aplicação de métodos típicos da historiografia, pois nem sempre a inferência causal é central nesses métodos. O intento é alcançar explicações causais a partir da análise de eventos contíguos e dispostos em sequências temporais (George e Benett, 2005).

A forma comparativa do rastreamento de processos é definida por Bengtsson & Ruonavaara (2017) como uma ferramenta analítica “[...] baseada em *path dependence*, conjunturas críticas e pontos focais políticos⁶⁸, mecanismos sociais, periodização e análises contrafactuais, é útil para a análise comparativa de todos os tipos de processos relacionados a atores políticos” (Bengtsson & Ruonavaara, 2017, p.4, tradução nossa)⁶⁹. A utilização do CPT ocorre em duas etapas para rastrear e comparar processos empíricos. A primeira operação ocorre dentro de cada caso visando identificar as características básicas. Para isso busca: identificar conjunturas críticas e/ou pontos focais políticos, realizar a inferência de *path dependence*, a verificação de mudanças, a identificação dos mecanismos causais, a periodização analítica do processo e a realização de perguntas contrafactuais do tipo “e se” acerca da trajetória. A segunda operação é a análise entre os casos, buscando comparar os modelos de periodizações e os mecanismos causais (Bengtsson & Ruonavaara, 2017).

⁶⁷ No original: “[...] identifying an intervening causal process between independent variables and outcomes on the dependent variable.”

⁶⁸ Pontos focais são momentos de decisões que evidenciam as restrições impostas pelas instituições dominantes e podem “demonstrar, manifestar e consolidar a dependência da trajetória (demonstrate, manifest, and consolidate the path dependence of a direction taken before)” (Bengtsson e Ruonavaara, 2017, p.9, tradução nossa).

⁶⁹ No original: “[...] based on path dependence, critical junctures and political focal points, social mechanisms, periodization, and counterfactual analysis, is fruitful for the comparative analysis of all types of processes related to political actors”.

2.4 CONTEXTOS E EVENTOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO FUTEBOL NA AGENDA DO ESTADO: conjunturas críticas, pontos focais e o mapeamento da sequência

Nesta subseção será apresentado o mapeamento das sequências analíticas a serem mobilizadas para o rastreamento de processos comparativos. Em coerência com a proposição detalhada na subseção anterior e usando o modelo CPT de Bengtsson & Ruonavaara (2017) produziu-se três quadros onde estão apontados a sequência de contextos e eventos em que a investigação dos mecanismos causais deve ser realizada. No quadro 4, é apresentado as conjunturas críticas e os pontos focais da trajetória do caso no Brasil.

Quadro 4: Conjunturas Críticas e Pontos Focais no Brasil

Período	Tipo	Descrição	Motivo da seleção
Origem do Futebol (1864-1929)	Antecedente com potencial explicativo	Regionalizado em torno das capitais estaduais de modo heterogêneo (diferentes períodos e níveis de desenvolvimento)	Desencadeia disputa entre oligarquias regionais que motivam a atuação estatal para solução
Da Era Vargas à Ditadura Militar (1930-1964)	Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1)	- Articulação política para a profissionalização e unificação do comando do futebol; - Apoio para construção de grandes estádios em capitais; - Uso da estrutura oficial de imprensa para a divulgação do futebol – exemplo: Copa de 1938; - Em 1939, a criação do CND e CRDs. O CND passaria a conduzir a política esportiva e a CBD concentra o comando da maior parte das modalidades esportivas; - Decreto-Lei 3199 de 1941; - Decreto-Lei 5.342/43 – princípio da Lei do Passe; - Decreto 53.820/64: reconhece o “passe”, mas institui direitos aos jogadores (férias, intervalo entre os jogos, etc.)	Interesses do futebol começam a ser sistematizados na agenda do Estado; Estabelece as bases da organização desportiva do país tendo a CBD como eixo, justamente o órgão criado com atuação governamental para resolver os embates entre dirigentes estaduais. O resultado foi a priorização do futebol nessa política desportiva
1964-1978: o auge da Ditadura	Contexto de Pontos focais	- Utiliza a propaganda de modo a associar o regime ao êxito do “Planejamento México” para a Copa de 1970; - Aumenta o controle do CND sobre os esportes; - Cria a Loteria Esportiva, a Lei do Passe e cria e utiliza o Campeonato Brasileiro para os fins da integração nacional; - Indica militar para sucessão de João Havelange; - Desmembra a CBD em confederações específicas e manobra para a CBF herdar toda a estrutura da CBD; - Lei 6.354/76: reforça o instituto do “passe” e aumenta a autoridade do clube sobre o atleta (concentração, multas, etc.).	Políticas adotadas no período consolidam a dependência da trajetória iniciada na Era Vargas
1979-2002: Declínio da Ditadura, Abertura democrática e neoliberalização	Conjuntura crítica (CAMADA 2)	- Governo militar coordena a abertura da CBF para lideranças civis aos moldes da abertura lenta e gradual do país; - Movimento de adaptação da lei do direito de arena para regulamentar comercialização da transmissão e patrocínios; - Lei Zico: reduz intervenção estatal e estimula a transformação de clubes em sociedades comerciais; - Lei Pelé: autoriza clube-empresa e extingue a Lei do Passe; - Formação da “bancada da bola”, denúncias quanto ao financiamento de campanhas pela CBF. - CPIs do Futebol e da CBF; - Lei 10.671/2003: o Estatuto do Torcedor com base no Estatuto de Defesa do consumidor;	- O período marca o giro neoliberal do Estado, o que incluiu a forma do tratamento dos assuntos do futebol na agenda, visando a consolidação do futebol como mercado. O giro não significou a separação do futebol em relação ao Estado, rumando inteiramente à esfera privada e ao mercado. Ao contrário, a nova <i>camada</i> no processo altera o modo de atuação, sem romper completamente com a dependência de trajetória, daí o frequente envolvimento por meio de ordenamentos legais e por inquéritos parlamentares.
Continua...			

Período	Tipo	Descrição	Motivo da seleção
2003-2016 – A ambiguidade da atuação da centro-esquerda nos governos do PT	Contexto de Pontos Focais	<p>Reforço da camada 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei 11.345 de 2006 e Decreto 6.187 de 2007: parcelamento de débitos tributários e criação da Timemania (nova loteria usada para abater dívidas de clubes de futebol); - Copa de 2014; - Patrocínios de Estatais a clubes de futebol: Caixa Econômica Federal chegou a patrocinar 24 clubes simultaneamente (total de R\$ 153 milhões por ano); a Eletrobrás patrocinou o Vasco por R\$ 14 milhões ano; <p>Reforço da camada 2 (giro neoliberal):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei 12.299 de 2010, o Novo Estatuto do torcedor; <p>A ambiguidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei 13.155 de 2015: LRFE; 	<p>Período marcado por importante atuação do Estado brasileiro no esporte, sobretudo no futebol. Longe de se comprometer com a agenda neoliberal do período anterior, há preocupação em criação de loteria. A TIMEMANIA em 2006-7 passa a ser usada para parcelar débitos tributários e do FGTS.</p> <p>- Novo ciclo de injeção de recursos públicos, seja BNDES para construção de estádios, seja pelos patrocínios de empresas estatais a clubes de futebol. Há uma tradição de patrocínios de estatais para diversas modalidades, mas a participação no futebol na escala verificada era novidade; No entanto, volta a normatizar direitos de torcedores tendo como base o Estatuto de Defesa do Consumidor e trata da violência no futebol no sentido do populismo penal.</p> <p>Quanto a LRFE 2015), a finalidade foi instituir parcelamento de dívidas tributárias e do FGTS de clubes. No âmbito do parcelamento, cria uma autoridade de governança cuja composição é paritária (Estado e Sociedade Civil). O objetivo de modernização da gestão esportiva contou com a ambiguidade: veto da obrigação dos clubes tornarem-se S/A; e cria mecanismos mais rígidos como penhora de recursos e exclusão do financiamento.</p>
2017-2020: o retorno neoliberal	Contexto de Pontos Focais	- Retirada de patrocínios das estatais para clubes; - Lei nº 13.912/2019: mais endurecimento penal para violência no futebol; - MP nº 984/2020	- Retorno da hegemonia neoliberal, marcando a retirada de recurso público direto, sem a retirada dos interesses do futebol da agenda do Estado.

Fonte: Elaborada pelo autor com base no conjunto das referências apresentadas na tese

No quadro 5, será apresentado um exercício simulador para a trajetória do caso na Argentina.

Quadro 5: Conjunturas Críticas e Pontos Focais na Argentina

Período	Tipo	Descrição	Motivo da seleção
Origem do Futebol à Década Infame (1867-1930)	Antecedente com potencial explicativo	Centralizado em torno de Buenos Aires. Obstáculos para os clubes do interior; - Anos 1920 – Processo de <i>argentinización</i> do futebol é acompanhado pela massificação do futebol.	Ajuda a explicar a primazia financeira e esportiva dos clubes do entorno da capital e a força política dos seus dirigentes. Além de inserir o futebol como elemento cultural relevante na cultura nacional e a popularização do esporte antecedem ao Peronismo.
Da Greve de 1931 ao Peronismo (1931-1946 e - 1974-75)	Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1)	<p><i>Da Greve ao Governo Justo:</i></p> <p>- 1931 – Profissionalização a partir da Greve dos jogadores, que pressiona autoridades políticas e dirigentes; - Governo Agustín Pedro Justo (1932-1938): facilita a liberação de créditos, subsídios e cessão de terrenos para construção dos estádios.</p> <p><i>Peronismo:</i></p> <p>- Lei 12.932 de 1946: empréstimos para viabilizar a construção de estádios; - Nomeação de aliados políticos para presidir a AFA; - Política Desportiva mais ampla, com vistas a grandes eventos, como o Pan-Americano, Grande Prêmio de F1, Mundial de basquete; - Propaganda com utilização de êxitos esportivos e atletas destacados como símbolos do nacionalismo (Ex. Fangio na F1, título mundial de basquete, título mundial de Pascual Perez no boxe); - Não envio da Seleção de Futebol para duas Copas (uma em função da crise com os jogadores que foram para Colômbia e a dificuldade de formar um time forte; outra em retaliação à FIFA por não indicar a Argentina como sede da Copa); - Decreto Nacional nº 34.817 de 1947 cria o Conselho Nacional de Educação Física, vinculado ao Ministério da Guerra, e incorpora o Comitê Olímpico a ele; - Jogos Estudiantis Juan Perón; Campeonatos Infantis Eva; - Ley 20.655 de 1974, ou <i>Ley del Deporte</i>. Além da concepção de esporte como parte da formação, cria o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Esportes;</p>	Interesses do futebol começam a ser sistematizados na agenda do Estado. De fato, há uma mobilização de Perón para diversos esportes, mas a influência para indicar dirigentes para AFA, os empréstimos para construção de estádios, os campeonatos infantis de futebol demonstram o grau de visibilidade deste esporte no período. Também, a <i>Ley Del Deporte</i> institui as bases da política esportiva, exercendo influência em gestão posteriores, inclusive na gestão neoliberal (apesar de membro do PJ) de Menem.
1976-1983: Ditadura Militar	Contexto de Pontos focais	<p>Ditadura Militar (1976-1983):</p> <p>- Empenho na organização da Copa do Mundo de 1978 para melhorar a imagem internacional do país e gerar unidade na população;</p> <p>- Nomeia Julio Grondona para conduzir a AFA;</p>	Dá sequência à trajetória.

Período	Tipo	Descrição	Motivo da seleção
1983-1999: Abertura democrática e neoliberalização	Conjuntura crítica (CAMADA 2)	<ul style="list-style-type: none"> - Cria uma Ley de Radiodifusión que favorece grupos de imprensa aliados. Dentre eles, o <i>Clarín</i>, que posteriormente estará envolvidos na disputa pelos direitos de transmissão; - Grondona permanece na AFA até 2014; - Menem: adapta os princípios esportivos do peronismo ao neoliberalismo; - Empenho pessoal de Menem na aprovação do <i>Gerenciamiento</i>, que regulamentava o clube-empresa - <i>Clarín</i> e <i>Torneos y Competencias - TyC</i> adquirem direitos de transmissão; 	<p>- O período marca o giro neoliberal do Estado, o que incluiu a forma do tratamento dos assuntos do futebol na agenda, visando a consolidação do futebol como mercado. O giro não significou a separação do futebol em relação ao Estado, rumando inteiramente à esfera privada e ao mercado. Ao contrário, na nova <i>camada</i> ocorre a adaptação da <i>Ley del Deporte</i>, sem revogá-la, bem como o próprio presidente passa a se empenhar para a criação de clube-empresa. Mantém a estrutura de comando do futebol intacta, com Grondona na AFA.</p>
2003-2015 – A atuação da centro-esquerda do PJ: Néstor e Cristina Kirchner	Contexto de Pontos Focais	<ul style="list-style-type: none"> - Ley dos Medios; - “<i>Fútbol para todos</i>”; - Não altera os dispositivos neoliberais no esporte, oriundos de Menem. No entanto, amplia o financiamento público no esporte por meio do ENARD e ENADED; - O comando do futebol permanece com Grondona, até a sua morte, em 2014; - Ações simplistas para o combate à violência no futebol. 	<p>Conforme Katz (2016, p. 56-57) analisou para o conjunto dos governos Kirchner, no futebol também é mais evidente “[...] um esquema neodesenvolvimentista com crescente regulação estatal”, retomando “[...] certas modalidades neopopulistas do peronismo clássico”. Em que pese a impossibilidade de romper com toda herança neoliberal oriundo, sobretudo, do Governo Menem, o reformismo foi mais evidente que no Brasil e a ambiguidade é menos perceptível. Enquanto os investimentos no esporte por meio do ENARD e do ENADED e o <i>Fútbol para todos</i> remetem aos movimentos típicos da primeira camada (dinheiro público nos clubes) associados a busca por enfraquecer o grupo de comunicação tido como opositor, os dispositivos neoliberais adaptados por Menem não foram completamente revogados, o combate à violência de modo simplista e punitivista guarda relações com a forma de política pública neoliberal e o comando do futebol permaneceu com a mesma liderança oriunda da Ditadura.</p>
2015-2019: o retorno neoliberal	Contexto de Pontos Focais	<ul style="list-style-type: none"> - Macri acaba com o “<i>Fútbol para Todos</i>” e abre para a compra dos direitos do futebol por empresas privadas. O Grupo Fox adquire. - Apesar da política neoliberal, Macri manobra para impedir a vitória do sindicalista e opositor político Hugo Moyano na AFA. 	<p>O retorno da lógica neoliberal, fortalecendo a camada 2.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor com base no conjunto das referências apresentadas na tese

Por fim, no quadro 6, serão apresentados os elementos de comparação entre as unidades de análise.

Quadro 6: Elementos da Análise “entre casos”

Comparar	Brasil	Argentina	Pergunta para cada período comparado: Quais as semelhanças e diferenças entre os mecanismos causais de cada unidade de análise nesse período?
Antecedente com potencial explicativo	Origem do Futebol (1864-1920)	Origem do Futebol ao Governo Urriburu (1867-1931)	?
Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1)	Era Vargas (1930-1945)	Da Greve de 1931 ao Peronismo (1930-55 e 1974-76)	?
Contexto de Pontos focais	1964-1978: o auge da Ditadura	1976-1983: Ditadura Militar	?
Conjuntura crítica (CAMADA 2)	1979-2002: Declínio da Ditadura, Abertura democrática e neoliberalização	1989-1999: Abertura democrática e neoliberalização	?
Contexto de Pontos Focais	2003-2016 – A ambiguidade da atuação da centro-esquerda nos governos do PT	2003-2015 – A ambiguidade da atuação de Néstor e Cristina Kirchner, a centro-esquerda do PJ	?
Contexto de Pontos Focais	2017-2020: o retorno neoliberal	2015-2019: o retorno neoliberal	?
Resultados (Resposta às seguintes perguntas)	I Como os interesses organizados do futebol no Brasil se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (<i>taken for granted</i>)?”	II Como os interesses organizados do futebol na Argentina se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (<i>taken for granted</i>)?”	III.1) Como os interesses organizados do futebol no Brasil e na Argentina se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (<i>taken for granted</i>)?” III.2) Quais elementos explicam as diferenças de tratamento desses interesses no sistema político de cada unidade de análise?

Fonte: Elaborada pelo autor com base no conjunto das referências apresentadas na tese

2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A pesquisa se fundamenta no neoinstitucionalismo histórico. As variáveis independentes utilizadas são instituições intermediárias (nesse estudo, o sistema partidário, o federalismo e o processo decisório). Entende-se que o processo de institucionalização aqui analisado se refere a uma estabilidade na presença dos assuntos do futebol na agenda do Estado é um processo em curso que gera custos e oportunidades aos envolvidos. O que se é analisado não pode ser encontrado escrito no ordenamento jurídico, mas pode ser verificado pelos resultados formais que produz, seja por meio de legislação, de injeção de recursos, de influência política nas e das instituições futebolísticas ou por conversão do capital simbólico construído na atuação no “mundo do futebol” em capital político. Assim, é necessário considerar a ambivalência desse processo de institucionalização que tanto pode se converter em resultados compatíveis com as demandas da sociedade, quanto pode se converter em instrumento de favorecimento setorial. Em linhas gerais, trata-se de um processo de institucionalização informal de acomodação. Esse processo advém da resposta a contextos institucionais formais e, ao mesmo tempo, nasce no interior de arranjos institucionais formais pela aliança de interesses políticos e do “mundo do futebol” para obtenção de vantagem competitivas contra seus respectivos concorrentes.

Nesta tese, é utilizada a *path dependence*, seguindo o que Bengtsson & Ruonavaara (2017) chama de *definição fraca*, pois esse modelo não nega a contingência e nem recorre a uma concepção determinística de dependência de trajetória. Isto é, a capacidade de agência não é anulada por uma dependência de trajetória impassível a mudanças oriundas do contexto interno do processo de institucionalização. Assume-se a premissa de que as crenças utilizadas para o cálculo racional são moldadas pelo contexto, que é produzido historicamente. Em outras palavras, é considerada a capacidade de agência dos atores estruturada ao longo do processo por elementos oriundos do contexto inicial e que provocam reações e contrarreações que, ao mesmo tempo reforça o evento inicial, permite a transformação e abre possibilidades para sua reversão. É por isso que a concepção de *path dependence* não se filia à tese de que o mecanismo de retornos crescentes é intrínseco (Bengtsson e Ruonavaara, 2017; Page, 2006, Mahoney, 2001; 2006).

A informalidade desse processo atua como um elemento adicional: quando se trata de políticas que gozam de apoio popular, a comunicação se dá no sentido de promover a iniciativa

e os agentes envolvidos, sem vincular publicamente a ação a algo seguro e esperado na agenda do Estado; quando se trata de medidas impopulares a informalidade fornece meios para dificultar o *accountability* dos cidadãos. No presente modelo, instituições são mecanismos compostos por normas e status que estruturam a agência dos atores políticos nas relações, interações e processos estabelecidos.

Como o processo inicial também permite a transformação e abre possibilidades para a reversão e como a informalidade permite uma versatilidade na estratégia da ação racional contextualizada, é concebida a mudança institucional inclusive por elementos endógenos. Nesse caso, a análise de mudança institucional é com base no tipo *layering* (por camadas). Isso quer dizer que, em cada conjuntura crítica, os atores, ao perceberem as altas possibilidades de veto, não puderam/quiseram retirar por completo os interesses organizados relativos ao futebol da agenda do Estado, estimulando tentativas de criar gradativamente novas políticas e práticas institucionais ou de produzir adaptações nas políticas consolidadas.

A ferramenta analítica para esta tese é o *comparative process tracing* (CPT). O que envolve duas etapas: o rastreamento de processos dentro do caso, em cada unidade de análise; e o elemento comparativo que consiste na comparação entre processos identificados em cada unidade análise a fim de confrontar para buscar aproximações e diferenças entre eles. Por isso, rememora-se nessa seção a apresentação da sequência de conjunturas críticas a ser investigada em cada unidade de análise nos quadros 4 e 5 da subseção anterior. Encerra-se com o quadro 6, onde é ilustrado quais períodos os respectivos mecanismos causais são comparáveis entre o Brasil e a Argentina para responder: (III.1) *Como* os interesses organizados do futebol no Brasil e na Argentina se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (*taken for granted*)? (III.2) *Quais* elementos explicam as diferenças de tratamento desses interesses no sistema político de cada unidade de análise?

Na próxima seção, será tratado um histórico do futebol no Brasil, sua relação com a política e o processo de incorporação dos assuntos do futebol na agenda do Estado. O objetivo é apresentar um panorama de como o desenvolvimento do esporte ocorreu com a participação do Estado brasileiro e como são equivocadas as interpretações que concebem essa relação como fruto exclusivo do interesse de governantes autoritários, uma vez que os atores envolvidos no futebol buscaram ou favoreceram essa relação, seja por transitar nos campos esportivo e político, seja por avaliar a relação como vantajosa para consecução de certos objetivos.

3 SEÇÃO 3 – “NÃO É APENAS UM JOGO”: futebol, *path dependence* e institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado no Brasil

Esta seção contém um percurso da história do futebol no Brasil, apresentando as intersecções do campo político com o campo esportivo, com destaque às conjunturas críticas e aos pontos focais. Destaca-se que essas intersecções não começam abruptamente no Estado Novo ou na Ditadura Militar, como pode fazer parecer algumas produções que tratam da apropriação do futebol por regimes autoritários e é visto que não se pode conceber a ideia de que houve uma apropriação operada pelo Estado nos momentos autoritários em detrimento da passividade dos atores do campo esportivo. É preciso identificar a aproximação mútua, partindo de um cálculo *racional contextualizado* dos agentes.

3.1 ANTECEDENTES, POLICENTRISMO E HETEROGENEIDADE: o potencial explicativo das origens do futebol (1864-1929)

Para começar esta análise, é importante fornecer alguns traços relativos ao sistema político brasileiro em consonância com o modelo de causalidade social aqui utilizado: *path dependence*. Esse resgate se faz necessário porque “[...] as escolhas dos principais atores em conjunturas críticas levam a formação de instituições com propriedades autorreprodutivas” (Mahoney, 2001, p.111, tradução nossa)⁷⁰. Ou seja, abordar como aspectos originários do nosso sistema político e da chegada e desenvolvimento do futebol no Brasil cumprem o papel de indicar as instituições e configurações presentes na origem da trajetória, que “[...] são importantes para o desenvolvimento político subsequente porque sua persistência produz uma série de reações e contrarreações que culminam na criação dos principais resultados do regime” (Mahoney, 2001, p.112, tradução nossa)⁷¹.

Durante o regime monárquico:

[...] houve certa rotação de grupos políticos sob os rótulos dos partidos Conservador e Liberal, que atuavam em um ambiente muito restrito. A participação na guerra contra o Paraguai (1864-1871) ativou as Forças Armadas, até ali muito controladas pelo governo e as classes altas. Finalmente, a proclamação da República em 1889 foi resultado de uma intervenção militar, apoiada por setores da intelectualidade embasados pelas novas ideias desenvolvimentistas de cunho comtiano (Di Tella, 1993, p.28-29, tradução nossa)⁷².

⁷⁰ No original: “[...] the choices of key actors at critical juncture points lead to the formation of institutions that have self-reproducing properties”.

⁷¹ No original: “[...] are important to subsequent political development because their persistence produces a series of reactions and counterreactions that culminate in the creation of major regime outcomes”.

⁷² No original: “[...] hubo una cierta rotación de equipos políticos con las etiquetas de los partidos Conservador y Liberal, que actuaban en un ambiente muy restringido. La participación en la guerra contra el Paraguay (1865-1871) activó a las Fuerzas Armadas, hasta ese entonces muy controladas por el gobierno y las clases altas. Finalmente, la proclamación de la república en

Segundo José Murilo de Carvalho, a Primeira República (1889-1930) foi inaugurada e encerrada por intervenções militares. Durante o período algumas intervenções de menor grau foram registradas sem, no entanto, provocar uma crise irreversível no arranjo político republicano devido à atuação política dos militares. Porém, essas intervenções de menor grau provocaram fraturas internas nas Forças Armadas. Em contrapartida, “[...] o crescimento da urbanização e da industrialização no período tendia a reduzir a influência política e econômica das oligarquias rurais e forneceu importantes aliados para as Forças Armadas”. Nesse processo, ainda que os interesses não fossem exatamente os mesmos, tenentes, turcos⁷³ e moderadores expressavam “[...] ideias centralizadoras que eram antirurais e antiestados” e participaram de alianças com grupos econômicos mais urbanos, fundando a Liga de Defesa Nacional, em 1916, e o Conselho de Defesa Nacional, em 1927, “[...] que enfatizava as dimensões econômicas e industriais da defesa”. Por outro lado, as oligarquias regionais contavam com o amparo das forças policiais organizadas também como militares e isso contribuiu para a extinção do “controle semiprivado da força armada”, como ocorria com a Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que afetou o objetivo de nacionalização do Exército e de sua centralidade no planejamento e execução da política de defesa (Carvalho, 2019, p.92).

Além disso, a força das oligarquias estaduais no período barrou a nacionalização e a proeminência do Partido Republicano, pois:

[...] no Brasil o federalismo era mais forte devido à existência de quatro ou cinco grandes centros rivais de poder: o antigo Nordeste açucareiro, Minas Gerais, com sua economia agrária diversificada, Rio de Janeiro, São Paulo, cada vez mais cafeicultor e Rio Grande do Sul, militarista com uma sociedade de fronteira. Em cada estado se formou um partido republicano local, apenas teoricamente filiado ao republicanismo nacional. Tratava-se de uma constelação de sistemas locais muito autônomos, baseados em partidos que, na prática, eram únicos em cada estado” (Di Tella, 1993, p.29, tradução nossa).⁷⁴

Ou seja, com forças policiais militarizadas em condições de dificultar os objetivos de organização nacional do Exército, impactando a atuação política das Forças Armadas no período e com partidos locais autônomos, as oligarquias regionais concentravam importantes recursos e poderes para se imporem no jogo político nacional. O que exigiu pactos para o

1889 fue un resultado de una intervención militar, apoyada por sectores de la intelectualidad volcados a las nuevas ideas desarrollistas de cuño comtiano”.

⁷³ Jovens oficiais do Exército brasileiro que receberam formação militar na Alemanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

⁷⁴ No original: “[...] en Brasil el federalismo era más fuerte debido a la existencia de cuatro o cinco grandes centros rivales de poder: el antiguo Nordeste azucarero, Minas Gerais con su economía agraria diversificada, Rio de Janeiro, San Pablo cada vez más cafetalero, y Rio Grande do Sul militarista y con una sociedad de frontera. En cada estado se formó un Partido Republicano local, sólo teóricamente afiliado al republicanismo nacional. Se trataba de una constelación de sistemas locales muy autónomos, basados en partidos que en práctica eran únicos en cada estado.”

governo federal funcionar após a queda dos presidentes militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), em 1894, com concessões para as elites regionais.

Um dos mecanismos de governabilidade ficou conhecido como Política dos Governadores, iniciada pelo presidente Campos Sales que a chamava de política dos estados. Esse mecanismo consistia em um pacto de apoio mútuo entre o governo federal e as oligarquias estaduais e possibilitou, a um só tempo, uma menor competitividade para o governo federal e “[...] congelou a competição regional, permitindo a eternização no poder das facções que naquele momento possuíam vantagens comparativas”. O pacto foi bem-sucedido sem que ocorresse deposição de presidentes que o adotou (Lessa, 2015, p.258-259).

Foi a partir da Política dos Governadores e sua capacidade de limitar os grupos postulantes ao governo federal que surgiu:

[...] uma espécie de pacto não escrito de alternância na presidência entre os estados mais fortes, São Paulo e Minas, na chamada ‘política do café com leite’. Não havia no país importantes enclaves mineiros de mineração e os agroindustriais, baseados no açúcar – diluídos dentro da grande extensão e população do país – constituíam uma fonte de conflito de classes muito menor que em Cuba ou no Peru [...] A política de cooptação exercida pelas elites dirigentes somada à canalização de conflitos pela via da tensão interestadual, dificultou também a formação de algum partido de expressão liberal progressista ou radical. Nesse sentido, o sistema político brasileiro era muito resistente às inovações ideológicas e partidárias que iam se impondo em outras regiões do mundo (Di Tella, 1993, p.29-30, tradução nossa).⁷⁵

O futebol também compartilha dessa origem policêntrica com bases regionais fortes e com conflitos entre federações e elites do esporte. Não por acaso, as rivalidades mais fortes entre os clubes brasileiros são os chamados clássicos, no geral entre times do mesmo Estado (majoritariamente das capitais estaduais), e os campeonatos estaduais são tradicionais no Brasil, diferente de outros países relevantes no futebol. O acirramento da rivalidade nacional, entre clubes de diferentes Estados, bem como o questionamento sobre a importância dos campeonatos estaduais, são fenômenos recentes. E a explicação do enraizamento das rivalidades regionais remonta à origem do futebol no Brasil. Estudos históricos alertam para as práticas recreativas e não organizadas do futebol sobretudo em cidades portuárias brasileiras, com destaque para o Rio Janeiro, por marinheiros europeus, especialmente ingleses. Essa forma de jogar, que hoje conhecemos por “pelada” é registrada no país a partir de 1864 e foi

⁷⁵ No original: “[...] una especie de pacto no escrito de alternancia en la presidencia entre los dos estados contiene más fuertes, San Pablo y Minas, en la llamada ‘política del café con leche’. No había en el país importantes enclaves mineros, y agroindustriales, basados en el azúcar – diluidos dentro de la gran extensión y población del país – constituían una fuente de confrontación clasista mucho menor que en Cuba o en Perú [...] La política de cooptación ejercida por las elites dirigentes, sumada a la canalización de conflictos por vía de la tensión interestadual, dificultó también la formación de algún partido de expresión liberal progresista, o radical. En ese sentido, el sistema político brasileño era muy resistente a las innovaciones ideológicas y partidistas que se iban imponiendo en otras regiones del mundo.”

paulatinamente atraindo praticantes das classes populares, ao passo que a maior parte dos clubes eram restritos a uma elite. As “peladas” não se pautavam pelas regras da *FA*, que eram a base do jogo praticado nos clubes (Pereira, 1998; Galeano, 2019).

Em São Paulo, Charles Miller teria sido o pioneiro em organizar jogos que respeitavam as regras da *FA*. Miller, filho de escocês, passou a adolescência estudando em Southampton, Inglaterra. Lá aprendeu as regras do futebol, utilizando para ensinar o esporte na *São Paulo Railway Company* onde trabalhou a partir de 1894, e para fundar o time de futebol do *São Paulo Athletic Club – SPAC* ou Clube dos Ingleses. Dali, até 1899, ainda foram fundados: a Associação Atlética Mackenzie College e o Sport Club Internacional, por estudantes do Mackenzie, bem como o Sport Club Germânia – atual Clube Pinheiros, por alemães e descendentes de alemães (Pereira, 1998; Streapco, 2010).

A introdução do futebol com bases nas regras oficiais no Rio de Janeiro é atribuída à Oscar Cox, brasileiro com ascendência inglesa. Em 1901, após retornar de uma viagem à Londres onde teve contato com as atualizações das regras do futebol, organizou jogos entre paulistas e cariocas e, em 1902, participou da fundação do Fluminense Football Club. Cox foi o primeiro presidente do Fluminense, clube onde atuou até 1908. Por outro lado, o futebol atingia também as camadas populares, apesar das restrições econômicas e, em alguns casos, legais. Em 1904, por exemplo, os funcionários da Companhia Progresso Industrial fundaram o Bangu Athletic Club. Em 1915, o Clube de Regatas Vasco da Gama, pioneiro na eleição de um presidente negro dez anos antes, iniciou sua trajetória no futebol admitindo atletas sem distinção étnica (Pereira, 1998; Rocha, 1975).

Outro exemplo de suposto pioneirismo é o do empresário Frederico Fernando Essenfelder, conhecido como Fritz Essenfelder, nascido na Argentina e filho de alemães. Essenfelder começou no futebol aos 14 anos, em 1905, em Pelotas, e é atribuído a ele o fato de ensinar e popularizar o esporte em Curitiba. Foi no Clube Ginástico Teuto-Brasileiro que ele conseguiu adeptos para fundar, em 1909, o *Coritiba Foot Ball Club*. Porém, há documentos indicando a prática de futebol em Curitiba entre 1904 e 1906 – portanto, antes da chegada de Essenfelder. Em 1904, saiu no jornal *Diário da Tarde* o registro de que jovens fundaram o *Sport Club* para a prática de esporte, dentre eles o futebol (posteriormente abandonado pelo clube). Há também, no mesmo *Diário da Tarde*, a notícia de uma reunião entre os sócios do *Clube Tivoli*, da comunidade italiana, em 1904, para tratar do futebol (Souza, 2014).

Ou seja, não é fácil apontar uma data de início da prática do futebol no país e estabelecer personagens responsáveis por isso. O que se tem é a herança de uma tradição memorialista centrada no papel das elites como dirigentes do processo de implantação e desenvolvimento do futebol, bem como de narrativas construídas por jornalistas e, ambas padecem pela fragilidade documental. Com isso,

[...] o preço da aplicação de modelos etapistas e unidirecionais, seria a exclusão, na narrativa histórica, de uma série de contradições e apropriações conflitantes de símbolos de modernidade, como o futebol, por grupos subalternos, por diferentes contingentes étnicos e instituições sociais (Souza, 2014, p.44).

Tal narrativa não foi estruturada inocentemente. Buscava “[...] legitimar a atuação desses grupos como atores dirigentes do espetáculo quando o futebol começou a ganhar contornos de espetáculo de massa muito rentável, entre os anos 1910 e 1920” (Streapco, 2010, p.51). Desse modo, o futebol começou a ser inserido de forma oficial no país entre 1890 e 1910 e foi se massificando entre os anos 1910 e 1920. Apesar disso, a prática recreativa e a presença de segmentos populares no esporte ocorriam antes dos clubes.

No trabalho de Souza (2014) é possível encontrar indicações de que esse sequestro do futebol ocorreu em vários lugares do país. Mais precisamente, o autor aponta estudos sobre Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo que “problematizam alguns pressupostos de obras clássicas, como a de Mario Filho⁷⁶, apontando especificidades regionais no processo de popularização do futebol e indicando uma apropriação mais prematura desse esporte pelos segmentos mais empobrecidos da população brasileira” (Souza, 2014, p.23).

Essa origem policêntrica e heterogênea resulta em disputa intensa de poder entre os grandes centros regionais, impactando no desenvolvimento do futebol e ajudando a explicar a tardia organização do esporte em bases nacionais, com um Campeonato Brasileiro apenas em 1971. Recentemente, antigas competições com clubes dos grandes centros de diferentes regiões do país foram reconhecidas como “títulos brasileiros”. É o caso da Taça Brasil, do Torneio Roberto Gomes Pedrosa e da Taça de Prata. Porém, mesmo esses torneios, só ocorreram a partir de 1959. Antes disso, o regionalismo bastante acentuado retardou a existência de uma federação ou confederação nacional que gozasse de legitimidade para encaminhar os assuntos do futebol até 1937. Isto é, mesmo para a estruturação de um comando que espelhasse algo como um

⁷⁶ Refere-se à obra *O Negro no Futebol* (FILHO, 2003), que é leitura fundamental para esse debate no país. No entanto, conforme ressalta Souza (2014, p. 22), essa obra, cuja primeira edição foi publicada em 1947, que parte “do caso específico do Rio de Janeiro, estabeleceu uma periodização rígida para o desenvolvimento do futebol brasileiro, enfatizando o pioneirismo das elites nessa modalidade e a posterior, gradual e conflituosa inserção dos setores subalternizados da população”.

“federalismo forte” houve um processo de intensa disputa entre as elites regionais. É o que se relata a seguir.

A Liga Paulista de Foot-Ball – LPF e a Liga Metropolitana de Futebol (posteriormente Liga Metropolitana de Esportes Atléticos – LMEA), do Rio de Janeiro, mantinham um distanciamento. Os paulistas temiam que a proximidade do governo federal resultasse em fortalecimento político dos cariocas. Porém, um desentendimento do Paulistano com a LPF gerou a criação da Associação Paulista de Esportes (Sports) Atléticos – APEA/APSA, provocando uma dualidade institucional no comando do futebol paulista. A APEA/APSA se aproximou da LMEA e, com o apoio de deputados e senadores, encabeçaram o projeto de uma federação olímpica. Desse processo nascem, em 1914, o Comitê Olímpico do Brasil – COB, para preparar e gerir as delegações esportivas para as Olimpíadas, e a Federação Brasileira de Sports – FBS⁷⁷, que organizaria o esporte e cuidaria da organização de torneios. O objetivo inicial eram os Jogos Olímpicos de 1916, daí a prioridade ao COB (Sarmiento, 2006).

Em 1915 a LPF, desconfiada de que ali se daria uma hegemonia carioca, contando com o apoio de times paranaenses e gaúchos e com a proximidade de dirigentes da Argentina e do Uruguai, criou a Federação Brasileira de Futebol – FBF e tentou o reconhecimento da FIFA, que exigia entidades nacionais específicas para o futebol. Em reação, os membros aceleraram a formalização e os documentos institucionais da FBE/FBS e essa celeridade foi possível pela suspensão dos Jogos Olímpicos de 1916, em virtude da Primeira Guerra Mundial. O objetivo era encaminhar também o pedido de reconhecimento da FBE/FBS. Em função do impasse, a FIFA recuou no reconhecimento da FBF para a que a questão fosse encaminhada nacionalmente (Sarmiento, 2006, p.5).

O chanceler Lauro Müller, com apoio de deputados, pretendia resolver a cisão entre a LPF e a LMEA e, para isso, articulou a reunião de fundação da Confederação Brasileira de Desporto – CBD – “[...] da máxima importância para a diplomacia brasileira” porque compartilhava da visão do esporte como “[...] campo propício para as elites se lançarem à construção simbólica de seus valores civilizatórios”, favorecendo “[...] o intercâmbio entre as diferentes elites nacionais”. Portanto, a gestão esportiva institucionalizada seria “um novo canal formal de operação para a diplomacia das nações” (Sarmiento, 2006, p.1). A reunião iniciada na

⁷⁷ No texto, aparece como Federação Brasileira de Esportes – FBE. Entretanto, oficialmente, como consta no registro da instituição o nome, à época era como está no corpo do texto. No documento de criação da FBS já apareciam princípios eugênicos associados ao esporte na ideia de que a prática esportiva transformaria “a então questionada ‘raça’ brasileira em um contingente étnica e fisicamente mais forte e adaptado” (Sarmiento, 2006, p.6). Essa crença foi consolidada Era Vargas.

noite do dia 18 se encerrou na madrugada do dia 19 de junho de 1916, quando aparentemente se estabeleceu o consenso para a criação da CBD. Num primeiro momento o esforço pareceu bem-sucedido no sentido de unificar o controle e organização do esporte nacional, uma vez que participara da reunião de fundação da CBD os representantes da FBE/FBS, da FBF, da LPF, da LMEA e da APEA/APSA. Após esse acordo, a LPF encerrou as suas atividades em 1917 e o futebol paulista voltou a ter um só comando – a APEA/APSA – e um só campeonato, o que poderia sedimentar ainda mais a unidade institucional em torno da CBD (Sarmiento, 2006; Streapco, 2010).

No entanto, uma nova cisão entre paulistas e cariocas afetou a estabilidade da CBD: a discordância na transferência do zagueiro Palamonte do Mackenzie para o Botafogo fez com que a APEA/APSA recorresse à CBD contra a filiação do atleta na LMEA. A permissão para a filiação por parte da CBD novamente dividiu paulistas e cariocas, desta vez separando os antigos aliados na fundação do COB e da FBE/FBS. O atrito levou a APEA/APSA a negar atletas para a seleção brasileira por um tempo. Para piorar, a filiação do Vasco da Gama gerou insatisfação entre clubes-membros da LMEA e essa insatisfação evoluiu para a ruptura com o título do Vasco no Campeonato Carioca de 1923. Fluminense, Botafogo, América, Flamengo e Bangu criaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos – AMEA e contou com o apoio da CBD, que a filiou e desligou a LMEA. Esses clubes passaram a exigir que o Vasco excluísse do seu time 12 atletas negros cuja condição social era considerada inadequada ao esporte, alegadamente por serem analfabetos⁷⁸ (Sarmiento, 2006, Pires, 2019a).

O ápice desses embates foi a divisão em torno da questão amadorismo *versus* profissionalismo. Alguns clubes já firmavam contratos remunerados no país e frequentemente essa prática era questionada por valores alimentados por setores conservadores da elite, pela disputa entre paulistas e cariocas pelo controle do futebol nacional ou pelo temor da CBD que outras modalidades demandassem a profissionalização (Sarmiento, 2006).

⁷⁸ Na chamada “Resposta Histórica”, o Clube de Regatas Vasco da Gama se recusa a excluir os atletas, preferindo se manter fora da AMEA. Em ascensão perante às classes populares, contudo, o Vasco foi admitido pela AMEA em 1925 (Pires, 2019a).

3.2 O INÍCIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ASSUNTOS DO FUTEBOL NA AGENDA DO ESTADO: Da Era Vargas à Ditadura Militar (1930-1964) como conjuntura crítica

Foi visto anteriormente que o futebol era praticado antes mesmo da organização do esporte com base nas regras da FA. Porém, apesar da prática anterior, o processo de oficialização começou com a criação de clubes e federações cujos dirigentes, oriundos da elite econômica, tinham acesso privilegiado aos altos círculos do poder político. É por isso que os primeiros relatos sobre o futebol enfatizam o futebol *oficial* em detrimento de práticas anteriores e mais disseminadas do esporte. Notadamente, esses clubes e federações possuíam vínculos com as oligarquias que compunham a elite econômica e que detinha o poder político em cada Estado. Um exemplo é a criação do Club Athletico Paulistano, liderada por famílias vinculadas à cafeicultura, inclusive a família Silva Prado. Além de ser um dos primeiros clubes, o Paulistano foi um dos fundadores da Liga Paulista e um dos principais opositores à profissionalização (Drumond, 2020; Gambeta, 2015).

Esses vínculos envolviam tanto os interesses políticos quanto relações pessoais próximas (amizade ou laços familiares) que permitia acesso facilitado para os dirigentes de futebol encaminharem seus interesses. Como interesses políticos assinala-se a constante presença de políticos em eventos esportivos buscando mais visibilidade ou tentando demonstrar adesão aos valores atrelados ao esporte na época⁷⁹. Dessa forma, as solicitações dos clubes, inclusive financeiras e de isenções fiscais, não foram exceções entre 1911 e 1929. Em suma: “[...] políticos locais retribuía as gentilezas dos clubes e ligas patrocinando seus eventos”, enquanto os agentes do futebol pleiteavam seus interesses, inclusive em âmbito federal, como ocorreu em 1918, quando “[...] a ASP [Associação Sportiva Paranaense] solicitou ao Congresso Nacional, por meio do deputado Luiz Bartholomeu⁸⁰, a compra de outra taça, a ser entregue ao campeão estadual” (Souza, 2016, p.128). Outras fontes também mencionam a prática:

Além de dividir os brasileiros, o *bolapé* (como Lima Barreto preferia chamar o futebol), provocava dissensões entre trabalhadores, minando-lhes a unidade. Era por isso que os governos municipais incentivam o esporte, isentando os clubes e os campos de impostos, liberando os que eram funcionários nas horas de jogos; os jornais, a cada dia, noticiavam mais o *ludopédio* (outra denominação nativista que não pegou), elaborando, a partir da Grande Guerra, um linguajar cada vez mais técnico (Santos, 1981, p.30, *grifos do autor*).

⁷⁹ “[...] valores então associados à prática esportiva, como modernidade, civilidade, higiene e civismo” (Souza, 2016, p.127)

⁸⁰ Refere-se a Luiz Bartholomeu de Souza e Silva, deputado federal pelo Partido Republicano Paranaense (PRP).

Se os incentivos aos clubes visavam essa fragmentação dos trabalhadores, só é possível afirmar mediante uma pesquisa específica. Esse não é o caso, a questão é a reafirmação de relações políticas e de incentivos oriundos do Estado desde o Congresso até o município. Além disso, nesse período, o esporte se relacionava com valores de modernidade, civilidade, higiene, civismo, portanto guardava coerência com projetos eugênicos e se adequava aos objetivos diplomáticos da época. As representações nacionais esportivas deveriam difundir uma imagem do país, alimentada por suas elites políticas. É nesse contexto a reunião entre o então presidente Epitácio Pessoa e os dirigentes da CBD em 1921, resultando na recomendação para que a seleção nacional fosse composta apenas por atletas brancos para zelar pela imagem do país no exterior. A medida era uma reação à matéria do periódico argentino *Crítica* intitulada “Macacos em Buenos Aires”⁸¹. O assunto tornou-se público, sendo alvo de debate até no Congresso Nacional. A decisão do presidente da república junto à CBD, vigente até 1922, gerou críticas do Jornal *O País* e do escritor Lima Barreto (Galeano, 2019; Martel, 2021; Santos, 1981).

Devíamos ou não convocar crioulos para a seleção que ia à Argentina? A discussão transbordou para o Parlamento, chegou às esquinas. Os brasileiros dividiam-se, o futebol servia para humilhar os pretos – que pagavam impostos, serviam nos quartéis, mas não prestavam para representar o Brasil. Foi quando Lima Barreto tomou ódio de morte ao “esporte bretão”. Do seu canto em *Careta – o Pasquim* daquele tempo – ele propôs uma solução: o governo continuava com sua política de matar o povo de fome, os pretos desapareciam e o futebol permanecia branco (Santos, 1981, p.29-30).

Candidaturas buscando representar o esporte também não são fenômenos recentes. Um exemplo é a candidatura de Antônio Jorge Machado Lima⁸² para deputado estadual paranaense em 1921. Lima foi presidente da Liga Sportiva Paranaense em 1916 e da Associação Sportiva/Esportiva Paranaense, entre 1920-22. O candidato recebeu apoio dos presidentes de todos os clubes de Curitiba e dos “[...] cronistas esportivos do Comercio do Paraná e da Gazeta do Povo”, que criaram o slogan “*Candidatura Sportiva*”. A campanha se baseava na luta das associações esportivas por isenções fiscais por meio do reconhecimento como instituições de utilidade pública. Apesar de não ter sido deputado estadual, a candidatura impulsionou a pauta apresentada no Congresso Legislativo pelo deputado estadual Manoel de

⁸¹ No original: “Monos en Buenos Aires”.

⁸² Na política, era conhecido como Antônio Jorge e foi filiado ao PRP, mas em 1914 se uniu aos dissidentes do partido descontentes com Carlos Cavalcante, que governava o Paraná. Havia sido também diretor esportivo do Internacional Foot-ball Club, de Curitiba. Foi na sua gestão na ASP que o Campeonato Paranaense deixou de ser restrito aos clubes da capital, incorporando clubes do interior e do litoral (medida tomada já em campanha para deputado estadual). Posteriormente, apoiou Getúlio Vargas, sendo um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) do Paraná, foi eleito por este partido para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, e foi eleito Senador, em 1935. Em 1937, participou do lançamento da candidatura à presidência de José Américo de Almeida pelo Partido Social Nacionalista e teve seu mandato de senador encerrado com a instauração do Estado Novo (Capraro, 2002; Lima, 2010; Souza, 2016).

Oliveira Franco e promoveu uma articulação destacando o futebol como importante ator político (Souza, 2016, p.141).

Em suma, a atuação em partidos e movimentos sociais, candidaturas e participação em órgãos legislativo, bem como relações com o Estado, era parte das estratégias dos atores do campo esportivo. Inclusive, no movimento de criação do COB e da FBE/FBS, bem como na criação e consolidação da CBD, é evidente a participação de atores políticos realizando interesses de atores do campo esportivo (Sarmiento, 2006; Souza, 2016). Ou seja, aceitar a tese de que a relação entre futebol e política tenha começado na Era Vargas ou na Ditadura Militar exclusivamente por iniciativa e interesse dos atores políticos é legitimar:

[...] estas narrativas [que] enfatizam o Estado como o único agente de politização do campo esportivo, como se os clubes e ligas fossem instituições passivas, vitimadas pela sanha controladora de um Estado corporativo, numa flagrante negligência dos interesses dos próprios esportistas na aproximação de suas entidades com o poder público (Souza, 2016, p.125)

Se o envolvimento de políticos com clubes e federações, assim como as candidaturas antecederam a chamada Era Vargas (1930-1945), por que esse período é identificado nesta tese como o início da institucionalização dos interesses do futebol na agenda do Estado?

Para responder à questão é preciso contextualizar o quadro institucional. A Era Vargas promove uma reforma no arranjo federativo brasileiro submetendo às oligarquias estaduais a um processo de fortalecimento do governo federal. Para isso, foram realizadas as intervenções nos estados⁸³ com apoio de forças semimilitarizadas e foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, com seus braços estaduais conhecidos como “daspinhos” (Simpson, 2017; Souza, 1976). Além disso:

[...] a inventividade institucional centralizante manifestou-se também na criação de uma vasta gama de órgãos técnico-econômicos que iremos tratar sob a rubrica genérica de *institutos, autarquias, e grupos técnicos*. Enquanto as interventorias e o DASP – representado nos estados pelos departamentos estaduais, os “daspinhos” – eram parte bem definida do quadro formal de governo, com jurisdição geográfica, os grupos e agências aqui mencionados têm em comum somente seu caráter fundamentalmente *funcional*: dedicam-se ao estudo de matérias específicas ou a ramos particulares da atividade econômica [...] [Houve] a expansão da máquina de governo propriamente dita, seja pela criação de novos ministérios – notadamente o do Trabalho, Indústria e Comércio – seja pelo crescimento e remodelação das Forças Armadas [...] [Também o] exército, que, embora jamais reduzido ao papel de mero braço do poder getulista, registrou notável ampliação durante o período, além de adquirir decidida ascendência sobre os processos decisórios relacionados com os setores de infra-estrutura, siderurgia e o petróleo (Souza, 1976, p.86-87, *grifos da autora*).

⁸³ Os interventores nomeados pelo Governo Federal, via de regra, eram nascidos no estado, oriundo das elites locais e invariavelmente eram pessoas alinhados ao governo Vargas. Não tinham o intuito de alterar os pilares econômicos dos estados, mas de enfraquecer *politicamente* as oligarquias, ampliar a presença institucional do Governo Federal e, assim, viabilizar as condições para as reformas pretendidas (Souza, 1976).

Foi no bojo desse processo de centralização que os interesses organizados do futebol deixaram de aparecer de modo pontual e passaram a ser sistematizados na agenda do Estado. Nessa época se estabeleceu as bases da organização desportiva no Brasil tendo a CBD como entidade central. A CBD, que havia sido criada com intermediações de agentes públicos, conseguiu legitimidade para superar as rivalidades estaduais entre dirigentes esportivos por meio do engajamento direto de atores políticos ligados à Vargas. Além disso, foi na Era Vargas que ocorreu a priorização do futebol na organização e nas políticas desportivas estabelecidas para o país. É, portanto, nesse período que se definiu a primeira *camada* – da consolidação do Estado como *locus* para decisão e solução de questões estruturais do futebol – dessa institucionalização.

Portanto, a lógica deste trabalho ao compreender o papel da Era Vargas como período inicial para institucionalização política dos interesses organizados do futebol, não é que ela tenha inaugurado a aproximação entre campo político e campo esportivo, ou que o processo foi resultado da fragilidade e passividade dos atores do campo esportivo. O fato de a Era Vargas constar como um marco da modernização do Estado brasileiro, é justamente por captar e capturar as lutas sociais, cooptando alguns dos seus principais atores para represar os conflitos sociais e arrogar para o Estado e para a figura de Vargas, sobretudo no Estado Novo, o papel de provedor das necessidades e demandas do povo. Por exemplo, a promulgação das leis trabalhistas apresentada pela propaganda oficial como uma concessão de Vargas não deve ser analisada sem reconhecer a articulação do movimento operário no país, das ações do Partido Comunista Brasileiro - PCB, dos anarquistas, da Greve Geral de 1917 e de diversos outros segmentos e lutas. O voto feminino não pode ser visto como mera concessão ignorando os esforços de movimentos de mulheres, como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1919 por Bertha Lutz. Mesmo a instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral não deve ignorar que essa conquista já era preconizada por exemplo, pelo movimento tenentista. De modo análogo, o ponto chave para compreender a sistemática aproximação do Estado com o futebol na Era Vargas é como se resolve o embate entre amadorismo e profissionalismo. Embate que resulta na profissionalização, mas cujo resultado começa a se construir antes do peso do Estado Varguista, com a mobilização de atletas e dirigentes e com a adesão de instituições da sociedade civil, que existiam antes da Era Vargas, como a APEA/APSA, de São Paulo, ou que foram concebidas no início da Era Vargas por iniciativas não-governamentais de

clubes, atletas e dirigentes, como a LCF, do Rio de Janeiro e a nova FBF em âmbito nacional. É isso que se verá a seguir.

O início dos anos 1930 é marcado por “dois processos autônomos que acelerariam uma tomada de decisão: o interesse manifesto de clubes estrangeiros em contratar atletas brasileiros e a política de valorização dos trabalhadores governo Vargas” (Sarmiento, 2006, p.44). Sobre o primeiro aspecto, a Argentina autoriza a profissionalização no futebol em 1931 e o Uruguai em 1932 acompanhando uma tendência em curso na Europa. Tal situação provocou em 1931 a saída dos principais jogadores do Corinthians para a Lazio da Itália⁸⁴, a saída de cinco jogadores do São Paulo Futebol Clube para o San Lorenzo de Almagro da Argentina e a saída de dois jogadores do Vasco da Gama para o Barcelona⁸⁵. Nos anos seguintes, jogadores de outros clubes também saíram para o futebol europeu principalmente italiano e espanhol e para clubes do Uruguai e Argentina.⁸⁶ Como a FIFA autorizava livremente a transferência de atletas sem contrato vigente, esse êxodo ocorria com certa facilidade (Sarmiento, 2006).

Quanto à política de valorização dos trabalhadores levada à cabo pelo governo Vargas não atingiu o futebol de imediato: a CBD e os tribunais de justiça não reconheciam vínculos profissionais entre jogadores e clubes (Sarmiento, 2006). Há, ainda, outro fator que pesava em favor da profissionalização:

[...] enquanto os clubes brasileiros aliciavam craques de outros menores, a defesa do amadorismo era mantida em nível discursivo, já que na prática, essas relações semiprofissionais permitiam aos grandes qualificar seus elencos sem a necessidade de firmar contratos. No entanto, quando o êxodo para o exterior começou, estes clubes se viram na iminência de se tornarem alvos da mesma prática que executavam dentro das fronteiras do país. Além disso, também corriam esse risco nas relações com outros clubes brasileiros, criando uma situação que terminaria por exigir como solução o estabelecimento de vínculos mais formais com os seus atletas, que impedissem a transferência livre destes, mediante promessas de maior remuneração em outros clubes, ou contratos profissionais em clubes estrangeiros (Pereira, 2014, p.34).

Em função desse debate, clubes e associações do futebol se dividiram. A APEA/APSA apoiou a profissionalização e já aceitava remuneração por prêmio desde meados dos anos 1920 o que causou o desligamento do Paulistano que, antes de abandonar a modalidade por discordar

⁸⁴ O futebol italiano durante o regime fascista de Mussolini era o que melhor remunerava, com destaque para a Lazio, clube identificado com Mussolini. Tal situação provocou o êxodo de jogadores para clubes desse país e a naturalização em massa de atletas para defender a seleção italiana. A seleção italiana, campeã do mundo em 1934, jogando em casa, contava com quatro argentinos (Monti, Demaria, Guaita e Orsi) e com o brasileiro Filó (Amphilóquio Guarisi Marques) – um dos cinco jogadores contratados pela Lazio junto ao Corinthians em 1931 (Palacios e Chacra, 2014; Galeano, 2019; Pereira, 2014).

⁸⁵ O goleiro Jaguaré e o meio-campista Fausto, a *Maravilha Negra*. Jaguaré voltou ao Brasil em 1932, para o Corinthians, mas retornou à Europa onde permaneceu entre 1935 e 1940, jogando em clubes de Portugal e no Marselha, da França. Fausto permaneceu lá até 1933, quando foi para o *Sport Club Young Fellows Zürich*, da Suíça e, em 1934, foi ao Nacional, do Uruguai (Sarmiento, 2006; Filho, 2003; Pereira, 1998; Rocha, 1975).

⁸⁶ Um exemplo foi Domingos da Guia, um dos maiores zagueiros da história do Brasil, jogou no Nacional do Uruguai e no Boca Juniors da Argentina, entre 1934 e 1936. Sendo campeão nacional em ambos (Galeano, 2019; Filho, 2003; Pereira, 1998).

da profissionalização em 1930, fundou a Liga Amadora de Futebol - LAF. No Rio de Janeiro, com o título carioca de 1932 vencido pelo Botafogo que utilizou o pagamento de gratificação, o Fluminense e o Vasco passam a liderar o processo de profissionalização. Esse processo foi apoiado por América e Bangu, culminando na criação da Liga Carioca de Futebol – LCF, em 1933. Em oposição e com o apoio da CBD, Botafogo, Flamengo e São Cristóvão permaneceram na AMEA (Sarmiento, 2006; Barboza, Simões e Kieling, 2017).

Em 1933, ano da instituição da Carteira de Trabalho, apesar da relutância da CBD, o novo Ministério do Trabalho reconheceu o status de empregado ao atleta de futebol, ratificando o movimento encabeçado por América, Bangu, Fluminense e Vasco, na LCF do Rio de Janeiro, e dos clubes filiados à APEA/APSA em São Paulo. Porém, o governo federal não regulamentou o vínculo profissional de clubes e jogadores, o que começou a ocorrer dez anos depois com o Decreto-Lei nº 5.342/43 (Mesquita, 2002; Sarmiento, 2006, p.45).

A CBD, apoiada pela AMEA, ignorou essas pressões internas, mesmo com a FIFA ratificando as decisões das entidades que profissionalizaram o futebol. Naquele ano, o profissionalismo atingiu todo o Estado do Rio de Janeiro (e não só o Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro que contava com a LCF e sua rival AMEA), Minas Gerais e o Paraná, por meio da Liga Paranaense de Desportos – LPD. No mesmo ano essas entidades a favor da profissionalização se uniram e criaram a nova Federação Brasileira de Futebol – FBF, o que novamente dividiu o comando do futebol no país. (Pereira, 2014; Sarmiento, 2006).

A CBD era a entidade nacional reconhecida internacionalmente como a responsável por organizar e enviar as equipes e atletas que representavam o país nas competições esportivas internacionais e, com essa nova divisão do comando do futebol nacional, a seleção brasileira montada para a Copa do Mundo de 1934 foi composta apenas por atletas amadores. Afinal, os jogadores profissionais estavam filiados à nova FBF. Tal decisão acarretou em um 14º lugar entre 16 participantes. A dualidade institucional seguiu até 1937 junto ao embate entre profissionalização e amadorismo (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Sarmiento, 2006).

Esse percurso demonstra que a atuação de atores políticos ainda que ligados ao governo ou de atores do campo esportivo na política não é sinônimo de Política de Estado ou de política nacional. Tal qual ocorria antes dos anos 1930, no Governo Provisório (1930-1934) e no Governo Constitucional (1934-1937) liderado por Getúlio Vargas, não ocorreu a implementação de “uma política nacional com contornos bem definidos” para o esporte. Até

então, “a atuação do governo manteve-se no nível operacional, concedendo apoios financeiros esporádicos, ou ainda, atuando sobre questões bastante específicas”. (Pereira, 2014, p.84).

Outro exemplo que extrapola o âmbito do futebol, mas ajuda a compreender o argumento. A reorganização do Comitê Olímpico do Brasil – COB em 1935 contou com a iniciativa de Raul Paranhos do Rio Branco, Arnaldo Guinle e José Ferreira dos Santos.⁸⁷ Essa reorganização, que resultou na inscrição dos atletas brasileiros para as Olimpíadas de Berlim (1936), contou com a oposição da CBD que até então era reconhecida oficialmente por organizar e enviar delegações que representavam o país nas competições esportivas internacionais. Mas o apoio de diversas modalidades insatisfeitas com o fato de a CBD agir quase que exclusivamente para o futebol, e a articulação política internacional garantiram a vitória do COB nesta contenda. Na ocasião a CBD era presidida por Álvaro Catão, várias vezes deputado estadual em Santa Catarina pelo Partido Republicano Catarinense - PRC. Porém, a figura mais poderosa da CBD já era Luiz Aranha, amigo pessoal de Getúlio Vargas e irmão de Oswaldo Aranha. Luiz Aranha presidia o Conselho de Administração da CBD e assumiu a presidência da instituição em 1936. A vitória do COB junto ao Comitê Olímpico Internacional - COI deveu-se ao empenho de Raul Paranhos do Rio Branco, filho do Barão do Rio Branco, com atuação diplomática na Europa, notadamente na Suíça, sede do COI. Apesar do grupo da CBD ter maior proximidade com o governo federal (Souza, 2008).

Ou seja, este exemplo, apesar de extrapolar a questão do futebol, é importante por demonstrar que a proximidade e o apoio do governo federal, até ali, não garantia por si só o controle sobre as instituições esportivas e, também, não era sinônimo da existência de uma política de Estado, sobretudo na complexa composição do governo Vargas para se estabelecer após a Revolução de 1930. Essas ações funcionavam como incentivos, que já eram dados desde a República Velha, diferente de uma ação estatal sistemática.

É, portanto, na Ditadura Varguista do Estado Novo (1937-1945) que as coisas se alteraram. O Estado Novo (1937-1945) dá início à fase da “participação organizacional-burocrática” do Estado Brasileiro no futebol por meio do governo Vargas (Gonçalves, 1985, p.22). Durante o Estado Novo com Getúlio Vargas:

[...] o futebol brasileiro adquiriu uma estrutura institucional e esportiva sólida, fenômeno que compreende o reconhecimento da Confederação Brasileira de Desportos

⁸⁷ Raul Paranhos do Rio Branco era diplomata, foi o Primeiro Secretário da Legação Brasileira em Berlim, Secretário do Ministro das Relações Exteriores e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Berna, foi convidado pelo Barão de Coubertin para ser membro do COI em 1913. Arnaldo Guinle foi um importante dirigente do Fluminense e presidiu a CBD, entre 1916 e 1920, e a AMEA, entre 1924 e 1933 e foi eleito membro do COI em 1923. José Ferreira dos Santos era médico, foi presidente do COB, eleito membro do COI em 1923 e chegou a compor a Comissão Executiva do COI.

(CBD) como entidade principal do desporto nacional, a legalização da profissão de jogador de futebol e a instituição de uma política de Estado para os esportes, com a criação, em 1941, do Conselho Nacional de Desporto (Ribeiro e Souza, 2021, p.161).

A percepção do Governo Vargas era a de que o esporte deveria ser “parte integrante de uma ideologia nacionalista, enquadrado num esquema maior, de conformação do Estado Nação brasileiro”. Além disso, os êxitos da Itália de Mussolini na Copa de 1934 e da Alemanha na Olimpíada de 1936 fez com que alguns atores políticos ligados a Getúlio Vargas vissem nesses êxitos “o resultado direto da transformação do esporte em política de Estado por aqueles países”. (Pereira, 2014, p.83).

A propaganda da Era Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, estava pautada numa ideologia “[...] que se auto-representava como um movimento de ruptura abrupta com o passado de caos liberal, um tempo de recriação do país e de suas instituições” (Souza, 2016, p.125).

E, para isso, as medidas desse período foram comunicadas como concessão de um Estado, mas o conteúdo dessa recriação do país e de suas instituições muitas vezes advinha do reconhecimento dos anseios populares difundidos por movimentos sociais, por instituições políticas e por diversos meios de manifestação da sociedade civil. Era, portanto, um reconhecimento das demandas comunicado como concessão. Pois, “mesmo no novo período de exceção, as ações do governo federal se pautavam por um processo de maturação, de convencimento e legitimação na esfera pública, em muitos casos, com a colaboração da imprensa” (Pereira, 2014, p.84).

Além disso, ecoava na imprensa esportiva a mesma ideia de que o futebol representava a nacionalidade brasileira e “a ausência de planejamento, recursos materiais e/ou orientação técnica, era vista como resultado do atraso brasileiro”. As posições de cronistas esportivos em favor da intervenção estatal no comando do esporte, principalmente do futebol, já eram comuns desde 1934, quando ocorreu o fracasso do time brasileiro composto por atletas amadores. Mas a “autonomia suficiente para estabelecer uma política geral para os esportes” só se estabeleceu com a ditadura varguista do Estado Novo (Pereira, 2014, p.84-85).

A consequência do relativo sucesso dessa propaganda significou apoio popular suficiente para submeter os demandantes de outrora. Além da força da repressão disponível, a cooptação de lideranças de diversos segmentos sociais conduzidas a cargos ou retribuídos por comendas e outras formas de favorecimento também auxiliava na autonomia conquistada pelo governo. Portanto a intervenção e a direção estatais eram vistas pelos apoiadores como mecanismos necessários.

O futebol tinha espaço destacado entre os esportes. Por isso, um passo decisivo seria superar a dualidade institucional do futebol, bem como fortalecer uma estrutura nacional centralizada que não estivesse vulnerável a embates entre grupos políticos, como o caso da reorganização do COB revelava, ou àquelas motivadas por rivalidades regionais, como a histórica tensão entre Rio e São Paulo.

No caso dos esportes, sobretudo do futebol, a crônica esportiva contribuiu decisivamente para que se cristalizasse a ideia de que as disputas políticas do campo esportivo só poderiam ser resolvidas definitivamente, com uma “intervenção” direta de Vargas. O acordo de pacificação entre CBD e FBF em fins de 1937, era então, apenas um passo neste mesmo sentido, pois boa parte dos cronistas acreditavam que, a depender apenas do campo esportivo, o histórico de cisões e pacificações, fundações e refundações de entidades concorrentes, continuaria indefinidamente (Pereira, 2014, p.84).

Luiz Aranha é figura central nesse processo. Amigo pessoal do presidente, irmão de Oswaldo Aranha, expoente da Revolução de 1930 e Ministro da Justiça no governo Vargas, Luiz não possuía uma trajetória no campo esportivo, tinha sido secretário do ministério chefiado por seu irmão e se destacou na criação e condução do Clube 3 de Outubro, que visava inserir tenentes no Governo Vargas. Ele se destacou no Rio de Janeiro adquirindo prestígio com políticos e empresários. Foi também um dos primeiros participantes do tenentismo a apoiar a centralização realizada por Vargas e recusou por duas vezes o convite de Vargas para concorrer à prefeitura do Rio de Janeiro. Defendia o “esporte oficializado”⁸⁸ e se destacou em 1933 representando a Federação de Atletismo do Rio Grande do Sul na Assembleia Geral da CBD. Nessa assembleia contribuiu para o veto à filiação de jogadores profissionais, como sugeriu o dirigente do Fluminense que acabara de romper com a AMEA, Arnaldo Guinle. A demanda era apoiada por Renato Pacheco, então presidente da CBD. A Assembleia terminou concedendo mais poderes ao Conselho de Administração do que propriamente ao presidente da CBD. E, por articulação do ex-dirigente do Botafogo e presidente da AMEA, Rivadávia Meyer, Luiz Aranha foi eleito para o Conselho de Administração da CBD. Meses depois Renato Pacheco renunciou e Álvaro Catão presidiu a instituição de 1933 ao fim de 1935. A gestão de Catão, como visto, ficou marcada pelo fracasso da seleção na Copa de 1934 e pela revanche de Arnaldo Guinle, Raul do Rio Branco e José Ferreira dos Santos, que desbancaram a CBD em favor do COB como instituição oficial para a delegação brasileira nas Olimpíadas de 1936 (Sarmiento, 2006; Souza, 2008).

⁸⁸ “[...] significa que os clubes permaneceriam em poder da iniciativa particular, e que o papel do Estado seria de dar reconhecimento e apoio econômico às práticas desportivas. Em contrapartida, o Estado iria fiscalizar os clubes e cobrar deles uma colaboração mais patriótica” (Souza, 2008, p.47)

Em 1936 Luiz Aranha se tornou presidente da CBD e estava ciente de que diversas federações de diferentes modalidades haviam apoiado o COB no ano anterior. Estrategicamente, assumia a posição pública a favor da “especialização das entidades esportivas” em uma estrutura de gestão centralizada. Além disso, a CBD teria o papel de regulamentar e fiscalizar o futebol profissional⁸⁹, sem que isso significasse apoio à profissionalização de outras modalidades. Cumpre salientar que a eleição de Luiz Aranha para o Conselho de Administração e a manobra que deu ao presidente deste conselho mais poderes do que o presidente da CBD foi capitaneada por Rivadávia Meyer. Gaúcho como Aranha, Meyer presidia o Botafogo e a AMEA do Rio de Janeiro. Como tal, tinha apoio do Flamengo e demais opositores da profissionalização. Por curioso que possa parecer, foi um dos expoentes da elite esportiva tradicional e ferrenho defensor do amadorismo que cacifou Luiz Aranha, que regulamentaria a profissionalização, para presidência da CBD. No entanto, a estratégia de Meyer foi recompensada. Por uma série de fatores a profissionalização era inevitável e a forma como Meyer jogou lhe aproximou dos atores políticos, pavimentando o caminho para que sucedesse a Luiz Aranha na CBD, permanecendo por 12 anos (1943-1955) na presidência da instituição. Ademais, como pode-se ver adiante, a profissionalização foi mantida sob suspeição e vigilância por anos (Souza, 2008).⁹⁰

Além da questão da profissionalização, a divisão da gestão do futebol do Rio de Janeiro tinha viabilizado a nova FBF. Do mesmo modo, a reunificação significou a conquista que faltava para que a CBD retomasse o controle unificado do futebol. Em 1933 a AMEA e a LCF organizavam, cada uma, suas competições. Em 1935 a AMEA foi substituída pela Federação Metropolitana de Desportos – FMD- e continuava a divisão no Rio de Janeiro. Em 1937 ocorreu a suspensão das duas competições cariocas em função das excursões internacionais do Fluminense e do São Cristóvão. Essas excursões reabriram o diálogo entre dirigentes das diferentes ligas. Liderados pelo presidente do Vasco e do América e com apoio da CBD esse diálogo provocou importantes mudanças no futebol brasileiro. Os clubes cariocas criaram a

⁸⁹ A contrariedade da elite em relação ao profissionalismo permanecia, mas “[...] devido à constituição efetiva de um mercado internacional reconhecido pela FIFA, [o futebol] passaria a ser essencialmente uma modalidade desportiva profissional” (Sarmiento, 2006, p.58).

⁹⁰ Como assinalava Maria do Carmo Campello de Souza (1976, p.103), a recomposição das oligarquias regionais ocorreu rapidamente e se processou com uma “significativa mudança do eixo” a partir da vinculação destes grupos “ao sistema burocrático-governamental”. Isto é, o arranjo centrado no estado dá lugar a um arranjo cuja busca por interesses mira a burocracia federal. A autora lembra que um dos frutos da recomposição da oligarquia e sua vinculação ao novo padrão político foi a criação do PSD. Ou seja, atores políticos importantes do período anterior reorientam sua atuação e se projetam politicamente no período posterior. Do mesmo modo, mencionar a figura de Rivadávia Meyer para o caso do futebol tem a pretensão de lançar luz sobre um exemplo de recomposição: um ator dominante no arranjo estadualista se aproxima das elites políticas na Era Vargas e se projeta como liderança do seu respectivo campo de atuação.

Liga de Futebol do Rio de Janeiro – LFRJ e seriam filiados à FBF. A CBD reconhecia a existência da FBF mediante ao acordo: caberia à CBD representar internacionalmente o esporte do país e à FBF a direção do futebol internamente. A solução foi facilitada porque em São Paulo, a criação da Liga Paulista de Futebol – LPF em 1935 acabou atraindo clubes da antiga Liga Amadora de Futebol – LAF e clubes da APEA/APSA, culminando numa unificação do comando do futebol também em São Paulo (Sarmiento, 2006; Strepco, 2010).⁹¹

[...] ao se submeter a FBF à estrutura institucional da CBD, assegurava-se o respeito às decisões soberanas da diretoria desta última, que se tornava um organismo central. Muitos problemas ocorreriam no processo de absorção da FBF pela CBD, mas não há dúvida de que o planejamento estabelecido por Luís Aranha, com nítido aval do governo federal, estava sendo cumprido em todos os seus aspectos: reconhecimento legal do profissionalismo no futebol, pacificação através da submissão de todos a uma entidade central e especialização do gerenciamento de certas modalidades como meio de obter melhorias operacionais (Sarmiento, 2006, p.59-60).

O acordo permitiu o envio da seleção para a Copa do Mundo de 1938, na França. A seleção contou com jogadores profissionais e com o apoio governamental que permitiu uma temporada de treinos em Caxambu-MG e uma viagem confortável em um transatlântico. O time embarcou com a presença de Alzira Vargas, filha do presidente e madrinha da Seleção, e acompanhado de “[...] Leonardo Gagliano Neto, locutor da Rádio Cruzeiro do Sul, que, sob orientação da estrutura de propaganda estadonovista, seria responsável pela transmissão integral das partidas” (Sarmiento, 2006, p.60).

Na França a Itália foi campeã mundial pela segunda vez consecutiva, favorecendo a propaganda do regime fascista. Mas o Brasil fez boa campanha, sendo eliminada pela equipe italiana nas semifinais com derrota por 2x1. Os atletas e a imprensa do Brasil reclamaram de um dos gols italianos, que teria saído de um pênalti duvidoso. Leônidas da Silva⁹², o *Diamante Negro*, foi artilheiro da competição. Ele e Domingos da Guia, ambos negros, foram escolhidos entre os melhores do torneio, reforçando a defesa da mestiçagem e do mulatismo como projeção da identidade nacional varguista (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Galeano, 2019).⁹³

⁹¹ Em 1901, por iniciativa de Charles Miller foi fundada a Liga Paulista de Foot-Ball – LPF. A cisão dessa primeira LPF por desentendimentos com o Paulista gerou a fundação da APEA/APSA, em 1913, que organizou o Campeonato Paulista de 1913 a 1936. A LAF foi criada em 1926 em defesa do amadorismo e durou até 1929. Em dezembro de 1934, Corinthians e Palestra Itália (atual Palmeiras) fundam a Liga Bandeirante de Futebol – LBF, rebatizada Liga Paulista de Futebol. Com a entrada de São Paulo, Santos e Portuguesa, mais a adesão de antigos membros da LAF e de membros da APEA, a LPF unifica o comando do futebol paulista e passou a organizar o Campeonato Paulista a partir de 1936. Até a fundação da atual mandatária, a Federação Paulista de Futebol, em 1941 (Strepco, 2010).

⁹² Leônidas foi o primeiro jogador de futebol com grande apelo de marketing. A empresa de chocolates, a Lacta negociou com o atleta e lançou o *Diamante Negro*, vendido até hoje. Ele foi o primeiro jogador brasileiro que se tem registro com assessor de imprensa. Ele ainda faturou como marca de relógio e nome de cigarro, foi pioneiro entre os atletas ao trabalhar como comentarista de rádio e TV após se aposentar dos gramados (CBF, 2018; Reis, 2013).

⁹³ A participação do Brasil nessa edição da Copa do Mundo ocorreu após o país recusar um acordo com a Argentina. A FIFA não cumpriu a proposta de revezamento das sedes entre países da Europa e da América. A Copa de 1934 havia sido realizada

Assim como o Samba da Legitimidade que exaltava o operário em vez do malandro, o esporte como elemento de fortalecimento da raça estava ligado à disciplina, à organização e aos recursos materiais. O bom desempenho esportivo da seleção brasileira, como símbolo do engrandecimento da Nação foi difundido pelo país a partir do rádio, contando com o apoio do Departamento Imprensa e Propaganda – DIP (Barboza, Simões e Kieling, 2017).

Em 1939 o governo Vargas criou a Comissão Nacional de Desportos para analisar o esporte nacional e elaborar um plano de desenvolvimento. Dois anos depois, com o Decreto-Lei nº 3.199, o órgão se tornou permanente e foi nomeado Conselho Nacional de Desportos – CND. O mesmo decreto criou os Conselhos Regionais de Desportos (Pereira, 2014).

O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, estabeleceu “as bases da organização dos desportos em todo país”. Esse decreto instituiu o Conselho Nacional de Desporto – CND, que estaria no âmbito do Ministério da Educação e Saúde com a função de “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos no país”. O CND seria composto por cinco membros nomeados pelo presidente “dentre pessoas de elevada expressão cívica, e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional” (Brasil, 1941, *online*). Na atribuição das competências do CND, destacam-se:

- a) [...] assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;
- c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;
- d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções (Brasil, 1941, *online*).

Além disso, estabeleceu que a administração de cada ramo do esporte ocorria com “alta superintendência” do CND sobre as confederações. No decreto era definida a autoridade da CBD sobre o futebol, tênis, atletismo, remo, natação, saltos, polo aquático, vôlei, handebol e “outros desportos que não entrem a ser dirigidos por outra confederação especializada ou

na Itália e a Argentina esperava sediar a Copa de 1938, por ser a única candidatura fora da Europa. Como a competição foi realizada na França, vários países do continente apoiaram a proposta de boicote formulada pelos argentinos, inclusive o Uruguai. Cuba e Brasil não participaram do boicote e nem precisaram disputar eliminatórias. O Brasil foi à Copa movido pelo interesse de sediar a edição seguinte da Copa (prevista para 1942) e na utilização da seleção como propaganda (Reis, 2022).

eclética”⁹⁴. Além da CBD, o decreto reconhecia a Confederação Brasileira de Basquete, a Confederação Brasileira de Pugilismo, a Confederação Brasileira de Vela e Motor, a Confederação Brasileira de Esgrima e a Confederação Brasileira de Xadrez. E fixava com clareza que o critério para criação de uma confederação seria a adesão de, no mínimo, três federações e só entraria em funcionamento mediante à filiação internacional. Cabia também ao CND avaliar a cada triênio as confederações existentes, podendo propor a criação de novas ou supressão que seria ratificada por decreto presidencial (Brasil, 1941, *online*).

Qualquer entidade brasileira precisava de autorização do CND para participar de competições internacionais, bem como o CND poderia convocar atletas amadores para competições sem que o empregador realizasse desconto dos dias em que se ausentasse do trabalho. No caso de empregados da iniciativa privada a confederação responsável pelo esporte daquele atleta deveria ressarcir o empregador. Por outro lado, nenhuma entidade desportiva poderia exigir a indenização em caso de atletas convocados para representar o país. O CND também tinha o papel de determinar os símbolos desportivos nacionais comuns para a delegação brasileira nos jogos olímpicos (Brasil, 1941).

Com esse decreto, o Estado Novo consolidou o processo de centralização da gestão esportiva e o Estado, por meio do CND, assumiu o papel de financiador e fiscalizador do esporte nacional. Mais do que isso, o decreto reafirmou o papel do Estado Novo como o operador de um projeto de renovação do Estado Nacional onde o esporte teria o papel de expressar a cultura e o potencial nacional, bem como a função eugênica de fortalecimento físico e de elevação moral dos jovens. Além disso, a despeito da legalização do profissionalismo no futebol, o decreto colocou o CND como um órgão para fomentar o esporte amador e, expressando a desconfiança em relação ao profissionalismo que marcou a demora na sua oficialização, o conselho deveria exercer “rigorosa vigilância” sobre o esporte profissional.

Outra medida sobre a profissionalização foi o Decreto-Lei nº 5.342/1943, que fixou, entre os artigos 5º ao 7º, princípios para o registro do atleta profissional e para a transferência: os contratos deveriam seguir as normas desportivas internacionais e do Conselho Nacional dos Desportos; serem registrados no CND ou no respectivo CRD - sem o registro o atleta não estaria habilitado para a prática esportiva; o atleta deveria obter uma carteira desportiva; e a transferência só poderia ocorrer mediante “indenizações ou restituições devidas”, em

⁹⁴ Confederação Eclética, segundo o decreto, seria a Confederação constituída para “grupo de ramos esportivos” (Brasil, 1941, *online*). Isto é, não se destina a um único esporte (o futebol é um esporte) ou a modalidades de um mesmo esporte (a natação é um esporte com várias modalidades)

consonância com as normas internacionais (Brasil, 1943, *online*). Como não há fixação de vigência contratual, há a interpretação de que esse decreto inaugurou as bases para o “passe”, que vinculava o atleta ao clube até a aquisição por outra agremiação.

A Era Vargas, mais precisamente o Estado Novo, é uma das conjunturas críticas para a compreensão do processo de politização que redundou em institucionalização política dos interesses organizados. É nesse período que os interesses desse esporte passam a fazer parte da agenda estatal de modo sistemático e seguro. É possível afirmar isso mesmo reconhecendo que a aproximação entre esporte e política antecede ao Estado Novo também reconhecendo que a tomada da direção pelo Estado Novo de modo algum pode ser visto como sinal da passividade dos atores do campo esportivo.

É preciso ressaltar, de início, que a maioria dos dirigentes dos grandes clubes e entidades esportivas desse período pertenciam às elites dirigentes. Eram, na sua maioria, empresários dos mais variados ramos ou políticos ocupando funções diversas, tanto no poder legislativo quanto no executivo. Por vezes, esses indivíduos ocupavam cargos tanto no campo privado das instituições esportivas quanto na esfera dos poderes públicos. De tal modo que devemos tratar as esferas esportiva e político-institucional como distintas e autônomas, mas não antinômicas. Ao inverso, elas se apresentam profundamente imbricadas e a circularidade entre os agentes entre elas é considerável [...] a construção do autoritarismo corporativo do governo Vargas só foi possível com a participação ativa de diversos segmentos da sociedade, incluindo agentes esportivos (Ribeiro e Souza, 2021, p.163)

A partir do Estado Novo, por meio de uma “participação negociada”, verificou-se que a intervenção estatal contou com a colaboração de agentes da sociedade civil e “muitas dessas ações foram produzidas pela expertise dos agentes do próprio campo esportivo” (Ribeiro e Souza, 2021, p.163). Em outras palavras, a “participação organizacional-burocrática” não se explica sem considerar a relevância da sociedade civil (Gonçalves, 1985, p.22).

O futebol e os demais esportes não foram exceções. Sobretudo durante o Estado Novo, a Era Vargas foi marcada pela:

[...] progressiva “ocupação” do espaço organizacional e decisórios por agências burocrático-estatais [...] significou, de fato, *não* a marginalização dos interesses econômicos dominantes no período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central [...] Como a Primeira República, o Estado Novo é também um sistema elitista, mas seu *modus operandis* é inteiramente diverso: enquanto aquela se baseava no princípio da autonomia estadual e no mecanismo da política dos governadores, este procura a unificação, intervindo nos estados e implantando uma extensa rede de órgãos burocráticos, ao mesmo tempo que suspende o funcionamento de todas as organizações partidárias (Souza, 1976, p.84-85, *grifos da autora*).

O último dos atos foi a participação do Brasil no Campeonato Sul-Americano de Futebol, em 1945. A relação entre a CBD e o governo era muito boa, sobretudo por meio do presidente do CND, João Lyra Filho – filho do senador João Lyra Tavares. Lyra Filho, tido

como precursor e patrono do direito desportivo do país, foi peça-chave para a formulação do Decreto-Lei nº 3.199. A situação financeira da CBD era ruim, porém ainda assim, Rivadávia Meyer atendeu a proposta de Lyra Filho de utilizar a seleção brasileira para homenagear a família dos expedicionários brasileiros, enviados à Segunda Guerra Mundial. Além do pedido do presidente do CND, estava a estratégia de Meyer de manter um bom relacionamento com as entidades esportivas internacionais. Sem dinheiro, a participação da seleção no Campeonato Sul-Americano de 1945 era complicada, mas Meyer assumiu o compromisso de enviar o time e justificou conforme consta no Relatório Anual da CBD, de 1944:

De todos, também, já são conhecidos os motivos por que a diretoria entendeu de aceitar o convite e entre eles devem ser ressaltados o propósito de não nos alhearmos no continente das demais nações com as quais mantemos intercâmbio desportivo e, também, o desejo que temos de pleitear o reconhecimento ao nosso direito de realizarmos o primeiro campeonato mundial a ser efetuado depois da guerra, na América do Sul (apud Sarmiento, 2006, p.70).

Como se vê, apesar da Copa ter sido realizada em pleno governo Dutra, o caminho foi pavimentado durante o Estado Novo. Para tais intentos a Seleção Brasileira foi à Copa de 1938, rompendo o boicote dos países do continente americano, conquistando o terceiro lugar (Reis, 2022); posteriormente, a CBD foi agraciada com a abertura de “linhas especiais de financiamento” concedida pelo governo federal e enviou a seleção ao Sul-Americano de 1945, onde conquistou o vice-campeonato (Sarmiento, 2006, p.70).

O período entre 1946 e 1964 não apresentou mudanças ou inovações expressivas ao objeto de estudo. Apesar das eleições e da liberação para atuação dos partidos, o Executivo se sobrepôs em relação ao Legislativo de um modo mais evidente do que havia ocorrido antes do Estado Novo, isso ocorreu devido a manutenção de uma característica da ditadura varguista: “[...] a reserva de poder nas mãos do poder executivo e suas agências centralizadoras, visto que a legislação mais importante continuou a ser produzida sob a forma de portarias, regulamentos, decretos e instruções” (Souza, 1976, p.107).

Em contraposição ao que pode ser verificado no período pós-Ditadura Militar, na Nova República, a fraqueza do Legislativo estava relacionada à fraqueza do sistema partidário.

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de grande capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado (Souza, 1976, p.105-106)

Tal cenário se desenhou com a projeção do PSD, impulsionado pelo quadro partidário ter absorvido interventorias e lideranças municipais; com o PTB e sua base social urbana, sobretudo trabalhadores sindicalizados; e a “[...] oposição liberal e suas raízes sociais elitistas e conservadores” organizada na UDN. Os três partidos concentraram, no mínimo, 65% da Câmara dos Deputados no período. No entanto, a oposição udenista não se caracterizou pela coesão partidária. Coube a legendas menores, como o Partido Comunista, as críticas mais enfáticas aos dispositivos que fragilizaram o Congresso e os partidos perante à centralização de poder, a dificuldade de o Congresso exercer o veto ao presidente, a continuidade da prerrogativa na intervenção nos estados determinada pelo Executivo Federal e o controle das Forças Armadas exclusivamente do presidente (Souza, 1976, p.135). Daí que é lícito afirmar que este período considerado democrático não nasceu de uma ruptura abrupta com a Era Vargas.

No período, Souza (1976) identificou uma nacionalização sem uma consequente institucionalização do sistema partidário brasileiro. Em função do processo de centralização e fortalecimento do Poder Executivo federal durante a Era Vargas (1930-1945). Esse processo resultou em uma tendência de atuação dos grupos de interesses diretamente junto à burocracia federal em detrimento da utilização do sistema partidário como elemento de canalização de interesses. Além da configuração centralizada do Estado, a Era Vargas também teve impacto na legitimação de ideologias que desqualificavam a função dos partidos. No entanto, tais elementos limitantes não significavam uma inviabilidade originária do sistema partidário brasileiro que, inclusive, incorporou um sistema de incentivos baseado no padrão personalístico-plebiscitário nas grandes áreas urbanas – deixando de funcionar exclusivamente pelo padrão clientelístico. No entanto, se não era inviável, os mecanismos autoritários legados da Era Vargas fragilizavam os mecanismos formalmente democráticos incorporados pela Constituição de 1946, o que ajuda a explicar a persistência de uma lógica parasitário-clientelística e de mecanismos de *policy-making* antipartidários (Souza, 1976).

Também no futebol, o período entre 1946 e 1964 foi marcado mais por continuidades do que por ruptura em relação à Era Vargas.

[...] se a queda de Vargas significava a possibilidade de redemocratização do país, as relações Estado e futebol permaneceram como antes. O enfoque paternalista que sempre permeou essas relações foi reforçado por Eurico Dutra, um militar escolhido para a presidência, em 1946, que por meio da bajulação aos grandes clubes privados almejava receber dividendos políticos em troca (Azevedo, 1999, p.60).

No que concerne ao marco legal do esporte, apenas uma alteração: no governo Dutra, o Decreto-Lei nº 9.875, de 1946, aumentou para sete (em vez de cinco) os membros do CND,

mas mantinha a prerrogativa de designação no Presidente da República e mantinha a menção “elevada expressão cívica” dada pelo texto original para qualificar os escolhidos. Na prática, estava mantida a centralização (Brasil, 1946, *online*).

Dutra doou um terreno ao Flamengo e foi em seu governo que ocorreu a construção do Maracanã, que teria abrigado cerca de 200 mil pessoas na final da Copa do Mundo de 1950. A Copa de 1950 marcava o retorno da competição após sua suspensão na década de 1940 em virtude da Segunda Guerra Mundial. O caráter grandioso da organização do evento remetia aos fundamentos do Estado Novo, mas não deixava de ser também uma realização para Dutra (Azevedo, 1999; Barboza, Simões e Kieling, 2017).

O retorno de Vargas à presidência deu sequência à prática, chegando a emprestar dinheiro a juros baixos ao Flamengo. O seu apoio à seleção brasileira para a Copa de 1954 era acompanhado de um otimismo de que teria chegado a vez de o país ser campeão mundial, após o vice-campeonato na Copa de 1950. Sobretudo, pelo fato da geração uruguaia campeã de 1950 não estar mais na ativa. Além disso, com a campanha “O Petróleo é nosso”, o nacionalismo e o orgulho nacional também foram fomentados em outras frentes, culminando na fundação da Petrobrás, em 1953. A situação política de Vargas era complicada, apesar do maciço apoio popular, sobretudo com a política de valorização do salário mínimo, levada a cabo pelo então ministro João Goulart. No ano de 1954, a oposição, encabeçada pela União Democrática Nacional – UDN, intensificou os ataques com apoio de importantes veículos de informação e destaque para Carlos Lacerda. Apesar do otimismo em relação à seleção brasileira e da estreia em mundiais do uniforme canarinho (predominante amarelo e azul), o time brasileiro foi eliminado em 27 de junho pela Hungria, que conquistaria o vice-campeonato. Menos de dois meses depois, em 24 de agosto, Vargas cometeu suicídio (Barboza, Simões e Kieling, 2017).

Entre 1955 e 1958, o presidente da CBD foi Sylvio Correa Pacheco, sucessor de Rivadávia Meyer, que assumiu a instituição com sérios problemas de caixa e implementou os princípios da gestão estratégica para o esporte. Apesar de Juscelino Kubitschek-JK, ainda governador, ter apoiado Geraldo Starling, que foi chefe de polícia no seu governo em Minas Gerais, para presidente da CBD, a relação da confederação com o governo federal foi amistosa e as inovações de Pacheco se aproximavam do Brasil moderno preconizado pelos “50 anos em

5” e da lógica do planejamento representado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek⁹⁵ (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Pacheco, 2015).

Em 1958, João Havelange foi eleito para presidir a CBD. Havelange combinava uma boa trajetória no campo esportivo, tendo presidido federações esportivas paulista e carioca e sido membro do COB. Também compreendia bem as relações de poder envolvidas no desempenho da função, pois tinha sido conselheiro do CND. Havelange era jovem para o cargo, tinha 41 anos, e dava continuidade ao “gradual processo de renovação das lideranças esportivas que tinha sido iniciado na gestão de Sylvio Pacheco” (Sarmiento, 2006, p.96). Ao contrário de Pacheco, que permaneceu apenas um mandato de três anos, Havelange permaneceu por 17 anos no comando da CBD, de onde saiu para ocupar a presidência FIFA. Em entrevista concedida para fins desta tese, o ex-deputado Silvio Torres comenta sobre o período:

[...] os recursos estavam na mão dos clubes e eles se acertavam ou não. Não havia, assim, uma centralização do comando do futebol. O que foi acontecer realmente depois que o Havelange assumiu [...] e acho que ele é quem teve um papel preponderante, teve a visão do que o futebol poderia representar, o que poderia ser. Especialmente, na área econômica, também. Mas, vamos dizer assim, a textura política já estava pronta. Os presidentes de clubes, diretores, o pessoal ligado ao futebol já tinha uma influência política no Congresso, seja diretamente com os próprios dirigentes sendo eleitos, como através de terceiros que tinham o apoio do mundo do futebol nas eleições e com isso retribuía (Torres, 2021).

A preparação para a Copa do Mundo de 1958, na Suécia, contou com uma preparação nova, incluindo dentista e psicólogo. A conquista do primeiro título mundial naquele ano realizava o ideal varguista. Da preparação até o título, novamente os atores políticos reiteraram a importância do futebol para fins nacionalistas. O presidente JK soube muito bem capitalizar a conquista, com direito à recepção dos campeões no Palácio do Catete. Ato que seria repetido nas conquistas posteriores (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Pacheco, 2015).

O bicampeonato mundial veio em 1962, na Copa do Mundo realizada no Chile. A situação do país já era tensa após a renúncia de Jânio Quadros. Entre 1961 e 1963, vivemos um modelo parlamentar por decisão do Congresso. João Goulart, o Jango, governava, mas não com os poderes que seus antecessores possuíam (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Sarmiento, 2006).

Um dos últimos atos de João Goulart foi o Decreto nº 53.820 de 24 de março de 1964. O decreto versa sobre o passe, 21 anos após o Decreto-Lei nº 5.342/1943. Esse novo instrumento reconheceu a existência do “passe”, mas fixou alguns direitos aos atletas e alguns limites a serem observados pelo clube, em consonância com sua política trabalhista. Quanto

⁹⁵ Starling, com apoio de JK, foi para o CND. Consta um encontro em janeiro de 1956, no aniversário de um ano da posse de Pacheco. Neste encontro JK se comprometeu a ampliar o apoio ao esporte, em geral, incluindo a CBD (Pacheco, 2015)

aos direitos, impôs a anuência do atleta como prerrogativa para a validade da transferência, o direito do atleta receber de 15% do valor do “passe”, intervalo mínimo de 60 horas entre as partidas (salvo autorização do CND), assistência médico-hospitalar, direito de atletas estudantes se ausentarem para provas e exames, férias anuais de 18 de dezembro a 7 de janeiro, idade mínima de 16 anos com a assistência do pai ou responsável e ser alfabetizado para a validade do contrato. Quanto aos limites, o decreto determina que o CND deve fixar o valor máximo para as transferências nacionais, sem limite de valor para transferências para clubes estrangeiros e os contratos deveriam ter vigência entre três e 24 meses (o fim do contrato não significava ainda o direito de transferência sem pagamento do passe, era um período para negociações salariais e dos termos da relação entre clube e atleta) (Brasil, 1964, *online*).

Nesse período, “[...] entre 1946 e 1964, o futebol já era compreendido como manifestação cultural autêntica, embora marcado pela dependência econômica do país e pela legislação corporativista do Estado Novo”. Em 1964, um novo período foi inaugurado. Esta nova etapa foi marcada pela forma como “a ‘indústria cultural’, em particular a televisão, se apropria de temas que figuram no cotidiano nacional, por meio de mensagens ideológicas de trânsito fácil. Fato que se acirrou com a conquista da Copa do Mundo de 1970” (Azevedo, 1999, p.60).

Em todo caso, foi na Era Vargas a operacionalização das mudanças responsáveis pela “nacionalização da estrutura política” e que, ao mesmo, obstaram uma “institucionalização partidária” no período subsequente democrático entre 1946 e 1964 (Souza, 1976, p.104). Isso ocorreu porque o quadro institucional erigido durante a Era Vargas:

[...] institucionalizou e legitimou a atuação direta dos interesses econômicos junto à burocracia [federal] [...] esse procedimento tornou-se a regra, e a atuação em associações representativas de caráter autônomo e público, como a que em princípio se supõe que ocorra através dos partidos, a exceção (Souza, 1976, p.103-104).

No caso do futebol, essa centralização não significou a falência do arranjo com bases estaduais, bem como nas outras áreas o que se verifica é a remodelação do sistema federativo e não sua substituição. Por décadas, os campeonatos estaduais continuaram sendo as principais competições de clubes e consolidam a centralidade das rivalidades locais (clássicos regionais). No entanto, a CBD como estrutura nacional, passa a cuidar da Seleção Brasileira de Futebol, a organizar competições nacionais entre Seleções Estaduais, operar pela profissionalização do futebol em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, o Decreto-Lei nº 3.199/1941 confere ao Governo Federal a centralidade na formulação da política desportiva. Essa base nacional acomoda as divergências entre dirigentes de federações estaduais, oportuniza melhores

condições de preparação para a Seleção Brasileira e amplifica a capacidade do alto escalão do esporte demandar a atuação estatal ao criar um órgão capaz de coordenar os interesses do futebol e de dialogar com o Poder Executivo Federal.

3.3 OS ANOS DE CHUMBO COMO PONTO FOCAL: o auge da Ditadura Militar e a consolidação do futebol como assunto de Estado (1964-1979)

Em 31 de março de 1964 ocorreu o golpe militar liderado pelo general Humberto Castelo Branco. Os militares passaram a governar o país por meio de Atos Institucionais (doravante AI) que autorizaram desde a suspensão do *habeas corpus* até a extinção dos partidos políticos. Esses AIs foram a base da Constituição de 1967. Entre 1964 e 1969 foram aprovados dezessete AIs. O AI-2 determinou as formalidades para a suspensão de direitos políticos, o poder do presidente decretar recesso do Congresso e fixou a obrigatoriedade a partidos nacionais com, no mínimo, 120 deputados e 20 senadores⁹⁶. Tal requisito permitia apenas a formação de dois partidos políticos que foram reconhecidos no Ato Complementar 4: a situação estava vinculada à Aliança Renovadora Nacional (doravante ARENA) e a oposição ao Movimento Democrático Brasileiro (doravante MDB). A ARENA absorveu praticamente todos os parlamentares da UDN, a maioria do PSD e alguns partidos regionais, como Partido Social Progressista – PSP, de Adhemar de Barros atuante em São Paulo. O presidente e os governadores eram escolhidos por eleições. Com o decorrer do regime militar foram criados mecanismos para cassar governadores não-alinhados e indicar governadores de confiança dos militares. Além disso, as capitais estaduais, instâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional tinham seus prefeitos indicados pelo regime militar e ratificado pelas Assembleia Legislativa do respectivo estado (Di Tella, 1993; Visentini, 1997).

De modo geral, o novo período foi marcado pelo abandono do multilateralismo em favor do alinhamento automático aos Estados Unidos, a devolução das empresas encampadas por João Goulart, o fim da estabilidade adquirida após 10 anos de trabalho e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (doravante FGTS) para indenizar os trabalhadores demitidos, a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH que serviria para financiar moradias populares (na prática atendeu a classe média, projetos urbanos e infraestrutura de empresas). Além disso, os primeiros anos foram marcados pela exclusão e/ou subordinação de civis apoiadores do

⁹⁶ O Senado era composto por 66 assentos e a Câmara dos Deputados por 409.

golpe e pela insatisfação de segmentos da burguesia nacional prejudicados pela linha liberal pró-Estados Unidos da gestão Castelo Branco (1964-67), o que culmina na eleição do general Arthur Costa e Silva (1967-69), vinculado ao grupo chamado “linha dura” (favorável à repressão e de orientação nacional-desenvolvimentista) (Visentini, 1997).

A Ditadura Militar iniciou uma progressiva “militarização” do futebol. Antes, o Estado Novo (1937-1945) implementou uma “participação organizacional-burocrática” no futebol (Gonçalves, 1985, p.22). No entanto, essa militarização não anulou o modelo implementado a partir do Estado Novo e também não ocorreu sobre uma completa passividade da sociedade civil. É um contexto de pontos focais, que reafirma as bases do processo iniciado na Era Vargas.

O Decreto-Lei nº 3.199 foi modificado pela Lei nº 4.638, de 1965. O efeito foi ampliar o poder do Estado sobre o esporte. O artigo 14 sofre modificação. Este artigo definia que uma confederação dependeria de três federações do esporte, caso fosse uma confederação especializada, ou três federações de cada esporte, em caso de confederação eclética; e definia que o funcionamento dependeria de filiação internacional. A lei de 1965 mantém os requisitos para a formação, porém substitui a “filiação internacional” pela autorização do CND – que é importante lembrar, era composto por sete membros nomeados pelo presidente da República. Além disso, insere como parágrafo deste artigo a obrigatoriedade da aprovação pelo CND e da homologação pelo Ministério da Educação e Cultura dos Códigos Desportivos que regulamentassem as atividades das confederações (Brasil, 1965, *online*). Isto é, a Ditadura Militar intensifica a centralização e o controle preconizado por Vargas e reduz de maneira inequívoca a força do critério esportivo em favor do endurecimento do controle estatal

Além disso, com o olhar no que Vargas tinha feito em termos de utilização simbólica e política do futebol, os militares, desde o início, trataram de se aproximar dos esportes, principalmente do futebol. O time era bi e último campeão mundial naquele momento, a CBD era presidida por João Havelange, que aceitou essa aproximação e capitalizou com ela, se cacifando para presidir a FIFA. Em comum acordo com o governo militar, a CBD instituiu na preparação para a Copa de 1966, na Inglaterra, a seleção B, convocou mais de 40 jogadores e excursionou pelo país “para que de forma estratégica fosse mostrado o apoio dos militares a seleção brasileira e a equipe treinasse em locais diferentes como capitais e cidades importantes do interior, tais cidades eram vistas sempre como potenciais lugares de conquista para apoio militar” (Barboza, Simões e Kieling, 2017, p. 95).

A seleção brasileira fracassou na Copa de 1966. Para alguns, a seleção estava envelhecida e para muitos a preparação ruim foi responsável pelo resultado: a equipe caiu na primeira fase, amargando um 11º lugar – segundo pior desempenho da história. No retorno da Copa do Mundo, João Havelange e a comissão técnica da seleção passaram a ser monitorados pelo Serviço Nacional de Inteligência – SNI; além disso, ocorreu uma movimentação para instalação de Inquérito Parlamentar para investigar o mau desempenho e membros do governo militar pressionavam para que os jogadores fossem forçados a uma retratação pública (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Sarmiento, 2006).

Como resposta, Havelange instituiu a Comissão Seleccionadora Nacional (Cosená) para a escolha do treinador da Seleção e o aval para os atletas convocados, mas “[...] dirigentes de federações, em sua maioria *doublés* de lideranças políticas ou representantes das forças militares, passaram a exercer uma pressão constante e desagregadora”. Com a experiência ruim, Havelange dissolveu este órgão em fevereiro de 1969, mesmo com a contrariedade de militares. Contratou João Saldanha para ser o técnico responsável por montar a Seleção para a Copa do Mundo de 1970 no México. Saldanha tinha mais experiência como comentarista esportivo e mantinha posições políticas à esquerda. Por isso, “seu nome representava um grande incômodo para as lideranças militares” (Sarmiento, 2006, p.123-125).

O novo técnico operou uma renovação no elenco e venceu todos os nove jogos disputados em 1969, o que lhe deu apoio popular. A aparente contradição de um técnico comunista na Seleção Brasileira coincidiu com a aparente contradição pela relativa liberdade que as editorias esportivas possuíam em relação às demais. Sobre isso, Juca Kfoury argumenta:

Quer dizer, como é que o João Saldanha é chamado? É para atender uma crise. A seleção brasileira perdendo, perdendo, perdendo, perdendo, tinha lá tinha feito a COSENA que era um conselho... “É aí, bom, vamos chamar o João Saldanha, que é um cara querido pela imprensa porque é jornalista. E aí a imprensa se aquieta e a gente para de apanhar, né? E vamos esperar que o João Saldanha se comporte.” Ledo engano, né? É óbvio que o João Saldanha não ia se comportar, o temperamento dele, de uma vida inteira, nunca foi de uma pessoa que se comportasse, né? E aí tocou o terror [não detalha se na CBD, nos militares ou ambos] dele [Saldanha] voltar tricampeão do mundo. Um comunista que tinha ido ver o sorteio da Copa do México e entregue uma lista para a imprensa estrangeira de presos políticos do Brasil. Aí, bom, tem que tirar, né? Então, agora, não tinha evidentemente sobre as editorias de esporte o controle que havia sobre a área política, econômica, de saúde pública – não se esqueça que houve uma epidemia de meningite em São Paulo que não pode ser noticiada, né? – Mas futebol deixava. Então, na Placar a gente fez uma porção de “contrabandos” [*no sentido de driblar as restrições impostas pela censura*]. A gente botou até Dom Paulo na capa. Tá bom, Dom Helder não dava para pôr, mas Dom Paulo dava e passava (Kfoury, 2021).

Além dessa medida, Havelange articulava junto ao empresariado brasileiro para o chamado “Planejamento México”, que incluía a construção de uma sede para a CBD, início de

concentração em Caxambu-MG, longa estadia no México para adaptação à altitude, capacitação profissional com cursos de formação e ida de técnicos brasileiros ao exterior para coletar informações dos adversários (Placar, 1970). Segundo Rocha (2019, p.657), o plano estava de acordo com o “espírito tecnocrático vigente, a crença que sustentava o plano era a de que, por meio do bom uso da ciência, do planejamento meticuloso e da organização técnica, seria possível alcançar a vitória na Copa do Mundo de 1970”.

Este planejamento teria custado NCr\$ 9,5 milhões (de cruzeiros novos)⁹⁷. A CBD não possuía recursos, a captação de recursos começou em 1969, quando Havelange estava com o capital político desgastado para arrecadar recursos com os militares e sabia que aumentaria a pressão sobre si em caso de insucesso. Com o apoio de Walther Moreira Salles⁹⁸, dono da União de Bancos Brasileiros - UBB, Havelange conseguiu NCr\$ 1 milhão⁹⁹ com os empresários e bancou o resto com recursos da CBD, oriundos da renda de amistosos e excursões da seleção. Salles havia sido Ministro da Fazenda em 1946 no Governo Dutra, mas não ocupou cargo político na Ditadura Militar. Porém, “[...] a política econômica do regime militar favoreceu a concentração em várias áreas da economia, em particular o setor bancário”, o que lhe dava boas condições para apoiar a Seleção, que “se tornou um ativo de marketing bastante valioso” (Rocha, 2019, p.659).

Além da UBB, a Shell teve papel destacado. Campanhas de marketing e de arrecadação foram realizadas. A população poderia adquirir o diploma de “Amigos da Seleção”, com opções de NCr\$ 500 ou 200 (cruzeiros novos)¹⁰⁰. Várias empresas, empresários e figuras públicas doaram ouro que virou moedas da Seleção Brasileira, cunhadas gratuitamente pelo Governo na Casa da Moeda e vendida por NCr\$ 2 mil (cruzeiros novos)¹⁰¹. O garoto-propaganda era o treinador João Saldanha. Seu projeto de renovação se baseou na convocação das chamadas

⁹⁷ De acordo com a ferramenta “Calculadora do Cidadão” do Banco Central do Brasil – BCB, esse valor atualizado pelo IGP-DI, equivaleria à cerca de R\$ 96,7 milhões em abril de 2022. Ver: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>.

Por outro lado, a Revista Placar (1970) falava em um cálculo inicial, feito em outubro de 1969, de cerca de NCr\$ 4,5 milhões, que equivaleria a cerca de R\$ 50,5 milhões, em abril de 2022. A diferença é considerável. Mas, Rocha (2019) fala do custo final com base em fontes que incluem documentos do Instituto Moreira Salles, o relatório anual da CBD de 1970 e outros.

⁹⁸ Salles era embaixador do Brasil e dono da União de Bancos Brasileiros (UBB). Em 1975, todas as empresas da UBB passaram a ser chamadas de Unibanco. Em 2008, o grupo detentor do Unibanco se fundiu com o Banco Itaú.

⁹⁹ Com base no IGP-DI pela ferramenta do BCB, o valor equivaleria a cerca de R\$ 11,2 milhões, em abril de 2022.

¹⁰⁰ Com base no IGP-DI pela ferramenta do BCB, os valores equivaleriam a cerca de R\$ 5,6 mil e R\$ 2,2 mil, respectivamente, em abril de 2022.

¹⁰¹ O custo era de NCr\$ 1 mil, o lucro para CBD era de 100%. O valor de venda equivaleria a cerca de R\$ 22,4 mil, em abril de 2022, com base no IGP-DI pela ferramenta da BCB. Ver um exemplar da moeda em: <<http://www.bauhausleiloes.com.br/peca.asp?ID=3875601>>.

“feras”. O termo foi utilizado como slogan da propaganda custeada pela Shell: “Pra frente, com as feras”¹⁰² (Rocha, 2019).

Dois pontos fragilizavam João Saldanha: não se deixava influenciar pela pressão dos militares nas convocações e levava às últimas consequências a ideia de renovação, pressionando jogadores consagrados. Em 1970, uma derrota para a Argentina, outra para o Atlético Mineiro e um empate com o Bangu durante a preparação, provocou a dissolução da Comissão Técnica (Sarmiento, 2006).

Sobre a relação ambígua de permitir Saldanha e dar relativa liberdade à imprensa esportiva em oposição às constantes intervenções, Juca Kfouri diz:

[...] eu acho que é exatamente por não considerar que fosse uma coisa tão importante. Mas, ao mesmo tempo, por uma tentativa de manipulação. De fazer, de fato, uma coisa que fosse o circo, que fosse o ópio, né? “Vamos fazer esse povo feliz, vamos ganhar a Copa do Mundo!” *Tanto que militarizaram a seleção da maneira como militarizaram, né?* (Kfouri, 2021).

A ousadia de Havelange em busca de maior autonomia ruiu. Os militares passaram a ter mais condições para influenciar e, assim evitar que os recursos levantados não fossem perdidos. Vinculado ao SNI e presidente do CND, o major-brigadeiro Jerônimo Bastos foi nomeado para chefiar a delegação, assessorado pelo major Ipiranga Guarany (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Rocha, 2019).

A escolha de Guarany não era uma simples coincidência, ele era extremamente de confiança do governo e provou isso anos antes no curioso caso *Parasar*¹⁰³ [...] A frieza de Guarany era tudo o que os militares precisavam para obrigar sorrisos e acenos para a multidão louca pelo futebol [...] o clima era de total respeito dentro das federações e dos clubes e isso se deve a posição de Guarany dentro do cargo de chefia de uma grande seleção de futebol, que inclusive serviu de modelo para outros clubes do exterior. Quando o ônibus da Seleção chegava ao estádio ou à concentração, Major Guarany descia e ia à frente do coletivo a pé, como forma de força! (Barboza, Simões e Kieling, 2017, p.99-100).

Com essa composição, os militares passaram a ter poder decisório sobre a Seleção Brasileira e encabeçar ações que complementaram o “Planejamento México” (Rocha, 2019).

A preparação física dos jogadores foi entregue aos cuidados de oficiais formados pela Escola de Educação Física do Exército, com destaque para Raul Carlesso e Cláudio Coutinho, que traçaram um programa calcado em técnicas atualizadas e estruturadas a

¹⁰² O hino extraoficial da Seleção na Copa de 1970 foi a música “Pra frente Brasil”. Composta por Miguel Gustavo, virou o hino mais popular da seleção após ser a música escolhida em um concurso realizado pela Globo e patrocinado por Esso, Souza Cruz e Gillette (Damante, 2006). Como é possível verificar no artigo de Rocha (2019), a Gillette também era doadora para a campanha do “Planejamento México”. Como se vê, até mesmo na construção da música que simbolizava o ufanismo da época, o empresariado estava presente. Desta vez, em parceria com a Rede Globo, que transmitiria a Copa de 1970.

¹⁰³ Também conhecido como Atentado ao Gasômetro, planejado pelo brigadeiro João Paulo Burnier para incriminar opositoristas da Ditadura e encobrir assassinatos de lideranças políticas e militares com os tumultos que seriam gerados pelo atentado. O plano foi abortado após as denúncias do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho (Sérgio Macaco). Guarany apoiou Burnier e enfraqueceu o grupo liderado por seu então amigo e confidente Sérgio Macaco, que perdeu a patente e foi reformado pelo AI-5. Os demais dissidentes foram punidos com afastamentos e prisões.

partir de estudos médicos e fisiológicos. Para se chegar ao nome do técnico ainda seriam gastos alguns dias em deliberações. Finalmente, um nome que agradava tanto a CBD quanto aos interventores militares foi anunciado: o jogador bicampeão mundial Mario Zagallo. Embora, para muitos analistas, o trabalho de Zagallo tenha se resumido a uma mera continuidade do modelo construído por Saldanha, o novo técnico fez alterações sensíveis na formação de seu time-base (Sarmiento, 2006, p.127).

Essa militarização não se restringiu à Seleção Brasileira:

Uma tropa de elite formada por civis e militares assumia, no início da década de 1970, a nobre missão de difundir nas agremiações esportivas a metodologia científica do futebol-força. Compunham-na, dentre outros, os preparadores físicos Admildo Chirol e Carlos Alberto Parreira, o tenente Raul Carlesso e os capitães João Bonetti e Cláudio Coutinho. Ocupando posições estratégicas no campo esportivo, ela marcava presença tanto no selecionado nacional quanto nos principais times do país [...] Com o objetivo declarado de replicar o modelo consagrado pelo selecionado nacional, inúmeros agentes de modernização autoritária, como, por exemplo, o coronel Floriano Peixoto, no Corinthians, e o major Mário Doernt, no Grêmio, passaram a propor o internamento na concentração dos atletas contundidos; a vigilância do elenco durante o período de férias; a disciplina da caserna nos clubes de futebol [...] Essas práticas repressoras, no entanto, suscitavam inúmeras estratégias de enfrentamento dos jogadores profissionais, desde o confronto aberto com a classe dirigente, passando pela reivindicação judicial do passe livre, até a sabotagem velada ao exercício do poder. A luta de resistência à militarização, por sua vez, dar-se-ia em nome do futebol-arte (Florenzano, 2020, p.82).

Além disso, é importante ressaltar que o “Planejamento México” deu um grande exemplo do que Havelange faria na FIFA: atrair o capital privado para financiar o futebol. Nos seus 24 anos na FIFA, o futebol se globalizou e se tornou um enorme mercado, bem como um rentável produto. O mesmo seria feito no Brasil, já com o advento da CBF, a partir dos anos 1980 com Giulite Coutinho¹⁰⁴ e Ricardo Teixeira nos 1990 – apoiados por João Havelange. No entanto, para esse momento, cumpre assinalar que a relação entre “[...] entre Havelange e os empresários, representado por Salles, era tão ou mais forte do que aquele construído entre a CBD e o núcleo burocrático do Estado brasileiro”. E o título mundial “[...] fez com que esses grupos [os empresários] lucrassem tanto simbólica quanto politicamente junto à sociedade civil” (Rocha, 2019, p.670).

Cumpre destacar como esses setores empresariais fomentaram campanhas que ampliaram o potencial da exaltação do patriotismo, a partir da simbologia da Seleção Brasileira. Essa amplificação ainda que não tenha sido levada a cabo apenas pelos militares permitiram que estes capitalizassem a partir do título. Sobretudo, quando assumem a preparação física do selecionado e emplacam Jerônimo Bastos e Ipiranga Guarany para chefiar a delegação. Neste jogo complexo, Havelange ampliou para além das fronteiras a imagem de habilidoso dirigente

¹⁰⁴ Empresário importante do ramo do café, presidiu a CBF nos anos 1980. Junto ao ex-secretário de esportes do município do Rio Janeiro na gestão Carlos Lacerda, elaborou os estudos que demonstrava a capacidade de arrecadar 1 milhão de cruzeiros novos (cerca de R\$ 11,2 mil em abril de 2022) para a Campanha Nacional Pró-Seleção Brasileira, que viabilizou o “Planejamento México” (Rocha, 2019).

esportivo, os empresários puderam colaborar e colar sua imagem num movimento de exaltação de símbolos nacionais, fortalecendo suas marcas, e o Governo Militar no momento de ampliação da repressão passava a ter na seleção um símbolo da grandeza nacional e da modernização técnico-burocrática em curso em diversos setores da sociedade brasileira¹⁰⁵. Ou seja, tal qual na Era Vargas, os atores do campo esportivo não foram passivos no processo e, nesse caso, além de sua agência contaram com a estratégica colaboração do empresariado brasileiro, a partir do protagonismo de Walther Salles e do Grupo Shell.

Pouco se fala dessa participação do empresariado e os múltiplos beneficiários do título mundial de 1970, sugerindo uma apropriação passiva do esporte pelo Estado. Tal narrativa muito repetida poderia difundir a suposta neutralidade política do futebol e redimir o empresariado da colaboração no processo simbólico de fortalecimento do autoritarismo. Isto é:

Fundamental na construção de um clima de euforia em 1970, a vitória na Copa do Mundo e seus usos políticos deveriam ser associados à figura do presidente Médici — a face, por definição, do regime autoritário. A colaboração do empresariado na campanha e seus eventuais ganhos econômicos, políticos ou simbólicos pareciam não ter lugar nessa narrativa (Rocha, 2019, p.672).

O esporte interligado ao governo federal, até então com sentidos simbólicos, visando à consolidação de uma identidade nacional, passa a ocupar espaço na agenda política nacional a partir da lógica de integração nacional, em coerência com o Plano de Integração - PIN¹⁰⁶. Paralelamente, às Copas do Mundo de Seleção, a CBD vinha enfatizando a organização de torneios interestaduais de clubes. Desde 1959 acontecia Taça Brasil com os clubes campeões estaduais. A competição foi criada para indicar o representante brasileiro na Copa Libertadores da América, iniciada em 1960 e substituía o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais. Porém, a partir de 1967 foi criado o Torneio Roberto Gomes Pedrosa que reunia os times que disputavam a Taça Rio-São Paulo e equipes convidadas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Em 1967, foram disputadas as duas competições. Entre 1968 e 1970 ocorria apenas o Torneio Roberto Gomes Pedrosa e os campeões recebiam a chamada “Taça de Prata”. Em 1970 clubes do Nordeste passaram a disputar a competição. No ano seguinte foi criado o Campeonato Brasileiro (Barboza, Simões e Kieling, 2017; Sarmiento, 2006; Velho, 2009).

¹⁰⁵ A edição 95 da Revista Veja, publicada na semana seguinte ao título mundial, tinha como capa o General Médici, com o título “A Nova Imagem de Médici”, a reportagem referente à capa era intitulada “A Imagem do Sucesso” acompanhada da foto de Médici com a bandeira nacional (Fino e Hintze, 2017, p.271).

¹⁰⁶ Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970. Permite ao governo “mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista ao mesmo tempo em que permanecia basicamente cosmopolita no seu caráter, já que inclusive essa colonização da Amazônia implicaria numa maciça participação estrangeira” (Velho, 2009, p.201-202).

Desse modo, o uso político sistemático e a politização de interesses do futebol não era uma novidade, mas uma ampliação: além de símbolo da nação e do seu povo, o futebol teria simbolicamente a mesma função que desempenharia tecnologicamente a Embratel e a Telebrás, fisicamente a pretensa construção da Rodovia Transamazônica e demograficamente os esforços para a colonização da Amazônia, graças a capilaridade da estrutura esportiva CBD-federações-clubes (Sarmiento, 2006; Velho, 2009).

Para subsidiar esse intento foi promulgado o Decreto-Lei n° 594, de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal (Brasil, 1969b). O decreto de 1969 foi regulamentado pelo Decreto n° 66.118, em janeiro de 1970. No artigo 15 desse decreto fica especificada a distribuição da renda líquida (renda bruta menos premiação e despesas) da Loteria Esportiva: 40% seria administrado pela Legião Brasileira de Assistência-LBA¹⁰⁷ para programas assistenciais para famílias, crianças e adolescentes; 30% para o CND fomentar programas de educação física e atividades esportivas; e 30% para programas de alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. Pelo artigo 17, caberia ao CND informar as tabelas das competições nacionais e internacionais que seriam objetos dos concursos. E o artigo 18 determina a suspensão das federações e entidades nacionais cuja alteração do calendário e das tabelas de jogos e provas prejudicasse ou impedisse a execução dos concursos (Brasil, 1970). No ano seguinte, o Decreto n° 68.702, de junho de 1971, alterou a destinação. Os 30% destinados ao CND passaram ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE, criado em 1968. Deste valor, 2/3 seria destinado ao Departamento de Desportos e Educação Física, para programas de educação física e atividades esportivas estudantis; e 1/3 para o CND aplicar em atividades esportiva (Brasil, 1971a). O Decreto n° 68.703, também de junho de 1971, definia que o recurso destinado ao CND seria destinado para o “desenvolvimento das atividades esportivas de iniciativa das entidades sujeitas à sua indicação” (Brasil, 1971b, *online*).

Segundo Chaim (2014), a principal fonte de financiamento da CBD a partir de 1970 era o recurso proveniente da Loteria Esportiva repassado pelo CND. A parte da CBD no “Planejamento México”, viria da loteria e da promoção de excursões da Seleção Brasileira e até do Santos, à época clube brasileiro mais vitorioso e reconhecido pelo sucesso de Pelé e companhia limitada. Além disso, as excursões da seleção e do Santos nos anos seguintes à Copa do Mundo de 1970 foram utilizadas para promover a imagem de João Havelange e obter apoio

¹⁰⁷ Órgão fundado em 1942 para auxiliar as famílias de soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Em 1969, passou ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social. A partir de 1969, o objetivo “prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência” (Brasil, 1969a, *online*)

de dirigentes esportivos, sobretudo de países mais pobres, principalmente na América Latina, Ásia e África.

Em 1975, João Havelange renunciou à presidência da CBD para se dedicar à presidência da FIFA para a qual fora eleito em 1974. Para trás, deixou a CBD endividada¹⁰⁸. Para cobrir as dívidas, além do dinheiro da Loteria Esportiva Geisel, sucessor de Médici, injetou cerca de US\$ 4,4 milhões¹⁰⁹, em valores da época. A pedido de Geisel, o valor foi retirado pela Caixa Econômica Federal do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS¹¹⁰ (Chaim, 2014).

Assumiu a CBD o Almirante Heleno de Barros Nunes, conhecido nacionalmente por presidir a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Na gestão de Barros Nunes o campeonato brasileiro ultrapassou os 40 clubes previstos, chegando a 94 agremiações participantes na edição de 1979. “Fazendo jus a uma frase atribuída a Nunes, que teria dito que seu interesse na reforma constante do campeonato atendia à simples diretriz “*onde a Arena vai mal, um time no Nacional*” (Sarmiento, 2006, p.141).

Paralelamente ao conceito de um campeonato nacional de futebol como integração nacional e fortalecimento do partido governista, a expansão dos meios de comunicação de massa impactou na relação do público com o futebol e com a política, pois “[...] além de a ditadura ter fomentado de forma avassaladora a distribuição de concessões públicas de rádios e televisões, ela ainda ocupava boa parte da mídia com a divulgação das suas realizações, tivessem ou não correspondência com a verdade” (Oliveira, 2012, p.162). Assim:

Não somente o governo militar, mas também significativas parcelas da sociedade civil, sobretudo a grande imprensa, queriam fazer crer que o esporte era condição básica da modernização social e pairava acima das diferenças políticas que, em qualquer democracia significam a própria oxigenação da vida pública [...] A ditadura não inventou o esporte. Mas ele parece feito sob medida para fomentar um conjunto de símbolos que remetiam à eficiência, ao desempenho, à vitória, à superação, à ação, temas recorrentes no léxico da sociedade brasileira daqueles anos, sob a batuta dos

¹⁰⁸ O rombo foi identificado por uma investigação conduzida pelo Almirante Adalberto Nunes. Na mesma investigação, o relatório apontou mais irregularidades. O preço de um amistoso da seleção era de US\$ 50 mil, mas em países em que Havelange negociava apoio era cobrado apenas US\$ 30 mil. Do mesmo modo, em jogos em que o Santos visitava países em que Havelange buscava apoio havia descontos: Pelé tinha um acordo com Havelange e dava um desconto de US\$ 4 mil no seu cachê. Nunes defendia a abertura de processo contra Havelange. Geisel foi contra (Chaim, 2014).

¹⁰⁹ Esse valor equivaleria a cerca US\$ 24,5 milhões (R\$ 114,2 milhões), em 20 de abril de 2022, de acordo com a ferramenta de conversão FXTOP. Ver: <<https://fxtop.com/pt/calculadora-de-inflacao.php>>.

¹¹⁰ Chaim (2014) cita a reportagem da Folha de São Paulo que menciona Fundo de Assistência Social: “Geisel pediu, de próprio punho, que a Caixa Econômica Federal debitasse a quantia do Fundo de Assistência Social” referindo-se ao valor de US\$ 4,4 milhões (Chaim, 2014, p.149). De acordo com as investigações que subsidiam esta tese, é provável que ambos estejam se referindo ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS. Pois, não havia um órgão específico denominado Fundo de Assistência Social, havia a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) e fundos de assistência social, como Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Porém, a renda líquida da Loteria Esportiva passou integralmente ao FAS, criado pela Lei 6.168, de 1974. Esse fundo foi regulamentado pelo Decreto 75.508, de 1975, que definia seu custeio por meio da Loteria Esportiva e pelas Loterias Federais e por orçamentos operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF (Brasil, 1975a). A criação do FAS está associada à criação do Ministério da Previdência e da Assistência Social-MPAS, que marca a constituição da Previdência Social no país. Ver também: Brasil (1983).

militares. O enfrentamento à subversão se fazia à bala, tortura e morte. O esporte cumpria um papel menos físico ou atlético, e mais simbólico. Menos anestésico das consciências e mais fomentador de sentimento comum de pertencimento (Oliveira, 2012, p.164).

Outra significativa mudança durante a gestão de Barros Nunes, com o apoio do Congresso Nacional, foi a aprovação Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que estabeleceu novos dispositivos regulatórios para a atividade desportiva, fortalecendo o CND e a CBD. Essa lei redefine a origem do financiamento do desporto nacional: os recursos serão provenientes do FNDE¹¹¹ e do FAS, custeado pelas Loterias. Essa lei embasou também uma mudança no regulamento eleitoral da CBD, conforme o artigo 18: “Sob pena de nulidade, os estatutos das confederações, das federações e das ligas desportivas, obedecerão ao sistema de voto unitário na representação das filiadas em quaisquer reuniões dos seus poderes” (Brasil, 1975b).

Com isso, o colégio eleitoral da CBD passou a ser composto apenas pelas federações estaduais, os clubes perdiam o direito ao voto “[...] e se viam submetidos a acordos urdidos por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua grande maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país” (Sarmiento, 2006, p.142). Esse regulamento foi herdado pela CBF e intensificou a concentração de poder no controle do futebol nacional.

Outra mudança ocorreu com a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976. Por ela, o governo militar definia a carga horária semanal dos jogadores em 48 horas, ajustada “[...] de maneira a bem servir o *adestramento* e à exibição do atleta”; formalizava a concentração (por até 3 dias da semana); regulamentava o “empréstimo” de atletas; reafirma a existência do passe e flexibiliza o direito de 15% do passe (perde o direito se tiver dado causa à rescisão ou se tiver recebido algum valor a título de participação do passe); inseriu a possibilidade dos clubes multarem os atletas em até 40% dos vencimentos; a possibilidade do clube contratante não pagar as remunerações caso não possa contar com o atleta por responsabilidade “própria e exclusiva” dele; retirou as 60h de intervalo entre as partidas, deixando o CND responsável por fixar o período; retirou as datas das férias, mas reconhece o direito a 30 dias anuais; e, por fim, definiu que os atletas com 32 anos e dez anos de serviço efetivo no último clube receberiam o passe livre (Brasil, 1976, *online, grifo nosso*). Além de consolidar o “passe”, a lei ampliou os poderes do clube sobre os jogadores.

¹¹¹ Com o custeio do FAS pela renda líquida das Loterias, o FNDE passou a ser custeado pelo salário-educação, recursos oriundos da Petrobrás, as contrapartidas dos Estados e Municípios às assistências financeiras da União, doações, receitas patrimoniais, juros bancários sobre sua conta, recursos destinados, recursos oriundos de incentivos fiscais (Brasil, 1969c).

3.4 O GIRO DE UMA NOVA CONJUNTURA CRÍTICA: declínio da Ditadura, Abertura Democrática e neoliberalização como nova camada (1980-2002)

Em setembro de 1979, no último ato de Heleno Nunes, a CBD foi desmembrada em várias confederações esportivas e sua estrutura foi integralmente transferida à CBF, que teve sua eleição para presidente três meses depois, em meio à abertura política do regime ditatorial, caracterizada pela “nova imagem pública do regime militar, que procurava atrair as chamadas ‘lideranças civis responsáveis’” (Sarmiento, 2006, p.145).¹¹²

Os anos 1980 foram marcados pelas consequências da “Crise da Dívida”. A inflação e o empobrecimento relativo da população eram efeitos de “[...] uma reversão da direção dos fluxos de capital”, levando à saída de recursos dos países mais pobres para os ricos (Rapoport, 2003, p.858, tradução nossa)¹¹³. Cumpre assinalar a pressão pela interrupção da Ditadura Militar brasileira exercida por dois processos. Internamente, as eleições de 1974, com maciça vitória do MDB, indicava a falta de base social para o projeto civil-militar iniciado com o Golpe de 1964. Externamente além da crise econômica, o governo Jimmy Carter (1977-1981) nos Estados Unidos, passou a encampar a defesa dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e de associação, as denúncias de maus-tratos aos dissidentes na América Latina e, principalmente, a redução da atuação do Estado sobre a economia. Culminando na abertura do poder militar por meio do projeto de distensão de Golbery e Geisel (1974-1979) (Mathias, 1995; Silva, 2019).

O presidente Ernesto Geisel (1974-1979) deu os primeiros passos até a liberalização, depois dos duros anos de Garrastazu Médici (1969-1974). O abrandamento do sistema repressivo, que contemplou praticamente a eliminação da censura prévia, reavivou o interesse político da população. As maiorias que o partido do regime, a ARENA, conseguia começaram a enfraquecer, e se previa uma rápida reversão dos números, em boa parte devido ao retorno da direita varguista a uma posição de aliança com os antigos trabalhistas, agora refugiados no MDB (Di Tella, 1993, p.296, tradução nossa).¹¹⁴

Esse processo de transição coincide com o movimento rumo à mercadorização do futebol (Nicolau Netto e Cavalcante, 2020). A partir daí, o papel do Estado passa a ser de regulamentar e criar condições para a consolidação do futebol como produto e, ao mesmo tempo, mercado sem romper com a dependência da trajetória porque confirma o Estado como *locus* dos interesses organizados do futebol. Apesar do alegado caráter privado, mesmo na

¹¹² Por exigência da FIFA, que passou a reconhecer apenas federações nacionais especializadas no futebol.

¹¹³ No original: “[...] una reversión de la dirección de los flujos de capitales”.

¹¹⁴ No original: “El presidente Ernesto Geisel (1974-1979) dio los primeros pasos hacia la liberalización, después de los duros años de Garrastazu Médici (1969-1974). El ablandamiento del sistema represivo, que contemplo prácticamente la eliminación de la censura previa, reavivó el interés político de la población. Las mayorías que fácilmente conseguía la oficialista ARENA comenzaron a debilitarse, y se preveía una pronta reversión de los guarismos, en buena parte debida al retorno de la derecha varguista a una posición de alianza con los antiguos trabalhistas, ahora refugiados en el MDB”

busca por atrair o capital privado, coube ao Estado brasileiro tomar as medidas. O período marcou também o fortalecimento do Legislativo no tema. Em suma, é uma conjuntura crítica onde uma segunda *camada* – da neoliberalização – foi sendo elaborada na institucionalização dos interesses do futebol na agenda do Estado.

Esse contexto, aliado ao descontentamento de dirigentes de clubes e de algumas federações, resultou na saída de Barros Nunes e na eleição do empresário Giulite Coutinho. Apoiado por João Havelange, Coutinho assumiu a recém-nomeada CBF com um grande plano de marketing, pavimentando o caminho para a entrada de empresas privadas como parceiras e patrocinadoras da seleção brasileira e dos clubes e intermediou acordos entre federações, emissoras, clubes e jogadores para estabelecer os valores e adequar horários para televisionamento das competições em consonância com a Lei nº 5.988/1973, cujos artigos 100 e 101 definiam o chamado direito de arena¹¹⁵ (Sarmiento, 2006; Brasil, 1973).

A gestão de Coutinho foi marcada pela irregularidade da seleção, do encantamento sem título da Seleção no Mundial 1982 aos problemas na preparação e eliminação nas quartas-de-finais na Copa de 1986. A imagem de bom gestor não foi suficiente para garantir a continuidade com João Maria Medrado Dias. Na eleição da CBF de 1986, a oposição veio com a candidatura à presidente de Nabi Abi Chedid, deputado estadual em São Paulo e ex-presidente da Federação Paulista de Futebol, com o vice Octávio Pinto Guimarães, ex-presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro. A chapa parecia superar a histórica rivalidade entre Rio e São Paulo para desafiar o candidato à sucessão, apoiado por João Havelange. Com a disputa acirrada, minutos antes da votação, Guimarães passou a candidato à presidência, pois o código eleitoral da CBF definia apenas os presidentes de federações estaduais como eleitores e, em caso de empate, o candidato mais velho seria eleito. Com uma abstenção, o pleito ficou empatado em treze votos cada e Guimarães foi eleito presidente, com Nabi Abi Chedid na vice (Azevedo, 2021). Juca Kfoury faz uma afirmação relativa ao período que corrobora com nosso modelo de causalidade baseado na dependência da trajetória:

Mas, quando eu me refiro às capitâneas hereditárias, veja: *a estruturação por meio das federações estaduais antecede* [a questão se tratava da capilaridade de políticos vinculados à CBF e a relação com o “onde a Arena vai mal, um time no Nacional”] Não se esqueça do seguinte: *a nossa legislação esportiva data do Estado Novo, inspirada na Carta del Lavoro*. Quer dizer, o esporte como prática da eugenia e o escambau. Eu acho, Jefferson – até justiça seja feita, veja como são as coisas nesse país – que um cara

¹¹⁵ A utilização de até três minutos, com finalidade exclusivamente informativa pela imprensa, cinema ou televisão, é livre. Fora isso, caberia à entidade a que o atleta esteja vinculado “autorizar, ou proibir, a fixação, transmissão ou retransmissão, por quaisquer meios ou processos de espetáculo desportivo público, com entrada paga”. A lei definia que 20% da autorização paga à entidade seria distribuída igualmente aos atletas participantes (Brasil, 1973, *online*).

como Giulite Coutinho, que era um empresário conservador, um “Delfim Boy”, mas honesto; ele, de certa maneira, deu uma quebrada nisso quando conseguiu fazer com que o Campeonato Brasileiro tivesse “só” 40 clubes [risos], porque tinha passado de “90 e picos”. E já foi um progresso. Infelizmente, ele não conseguiu fazer o sucessor porque *a ideia, com Medrado Dias, se tivesse vencido, seria continuar essa transformação. Mas, ele indicava um caminho que dependeria menos dessas federações, seria menos herdeira desse período do “Arena vai mal, um time Nacional”*. Mas, *que essa herança está aí até hoje, ela está*. Porque não é só no futebol, né Jefferson? É você olhar o Senado Brasileiro, é você olhar a Câmara dos Deputados. Quer dizer, nós somos ainda um país de coronéis (Kfour, 2021).

A passagem de Juca Kfour é coerente com a análise: a origem policêntrica baseada em organizações estaduais e conflitos regionais são antecedentes com potencial explicativo; a estruturação da Legislação esportiva ocorreu no Estado Novo, enfatizando nossa afirmação de que esse foi o período em que primeira camada de institucionalização se deu; as práticas durante a Ditadura Militar (“onde a Arena vai mal...”) reforçam essa camada; e ao mencionar, Giulite Coutinho corrobora com o argumento de que o período 1980-2003 é uma conjuntura crítica em que uma nova camada é instituída sem, no entanto, anular ou romper com o padrão implementado no início da trajetória. Mas há outros pontos a serem analisados logo adiante.

A composição para eleição durou pouco, Chedid trabalhou para ser presidente e aceitou a inversão estrategicamente por ser mais jovem que Medrado Dias. Acreditava-se à época que os problemas de saúde de Guimarães levassem ao afastamento precoce. Isso não ocorreu. Chedid tentou se descolar da contestada gestão de Guimarães. Assim, em 1989 Ricardo Teixeira chegava fortalecido: o então genro de João Havelange enfrentou Nabi Abi Chedid, oriundo de um grupo político dividido (Azevedo, 2021).

A partir da posse de Ricardo Teixeira na CBF, da CF88 e do governo de Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN)¹¹⁶, o movimento rumo à mercadorização completa do futebol se acelerou, adquirindo caráter claramente neoliberal.

A base esportiva nacional, impulsionada pelo processo de mundialização do futebol e pela busca de uma nova ordem esportiva, tendo como modelo o desenvolvimento do futebol forjado na Europa, empreendeu uma luta pela maior autonomia de organização e funcionamento das entidades nacionais, que só se tornou efetiva com a inclusão do artigo 217 na constituição federal de 1988. A partir desse momento, estavam colocadas as condições necessárias para uma aproximação definitiva entre o futebol e o mercado (Ouriques, 1999, p.43).

Nesse contexto, o neoliberalismo alcançou sua “hegemonia ideológica mundial” (Katz 2016, p.79) e os pressupostos de Hayek (2007) podem ser mobilizados para análise: o Estado deve atuar para garantir obediência às normas gerais de conduta visando à liberdade econômica

¹¹⁶ Finchelstein (2019) classifica Collor, ao lado de Menem, como representantes do populismo neoliberal.

e ao desenvolvimento do mercado. O período marcado pela internacionalização da economia incluiu o futebol no rol dessas transformações. No Brasil, o debate sobre a extinção da Lei do Passe¹¹⁷ estava em consonância com a Lei Bosman na Europa e com a redução dos obstáculos à “exportação” de atletas, que agradava aos empresários e aumentava a capacidade de montagem de elencos fortes das grandes equipes europeias, enquanto diminuía a possibilidade da longa permanência de ídolos nas equipes brasileiras. Junto a isso, cresceu o debate sobre a transformação dos clubes brasileiros em empresas e sobre os mecanismos para valorizar o torcedor consumidor, como o sócio torcedor, enquanto paulatinamente ocorria a estigmatização das torcidas organizadas e a redução do acesso das classes populares aos estádios. Fora do futebol, é um período que “[...] transformou o capitalismo mediante privatizações, aberturas comerciais e flexibilização de contratos de trabalho [...] aumentando todas as tensões da produção, do consumo e das finanças” (Katz, 2016, p.80).

A primeira medida a ser avaliada é a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, elaborada a pedido do secretário do Desporto do Governo Collor, Arthur Antunes Coimbra, o ex-jogador Zico. Conhecida como Lei Zico, ela começou a tramitar em 1991 e foi concebida alinhada ao ideário neoliberal ao qual o governo era adepto, criando normas gerais para o Direito Desportivo, com base na redução da intervenção estatal, estabelecendo linhas gerais para que os clubes passassem a se organizar como sociedade comercial, além de prometer o fortalecimento dos clubes e atletas em detrimento das federações e confederações. Tal demanda estava em consonância com os anseios de maior independência econômica das instituições esportivas, visto que a crise fiscal dos anos 1980 apontava os limites da tutela estatal sobre o esporte (Brasil, 1993; Freitas Júnior e Hirata, 2014).

Também define a descentralização da gestão esportiva e regras para eleições em federações e confederações esportivas em consonância com a contestação do poder centralizado da CBF e outras confederações esportivas. À época a lei era tratada como um avanço e como um marco na organização do esporte de modo mais adequado à participação da iniciativa privada e à finalidade lucrativa (Brasil, 1993; Freitas Júnior e Hirata, 2014). Apesar do peso de ser uma proposição de iniciativa do Executivo e da popularidade de Zico, a tramitação dessa lei foi lenta devido à oposição da “bancada da bola”, que começava a se organizar. Sobre essa bancada o ex-deputado Sílvio Torres comentou:

¹¹⁷ Nas subseções anteriores mencionamos o instituto do “passe”, cujo princípio advém do Decreto-Lei 5.342/1943, o termo aparece literalmente no Decreto 53.820/1964 e foi, finalmente, regulamentado pela Lei 6.354/1976.

[...] o fato também é que não se dava muita importância ao futebol dentro do Congresso [...] os congressistas, na grande maioria, não se importavam com essas coisas, deixavam e terceirizavam “isso daí Fulano cuida”, não se preocupavam em discutir e refletir sobre os efeitos de tudo o que acontecia no futebol, dentro e fora do Congresso. E acho que isso veio desde sempre. Quando o Zico começa a mexer em alguma coisa [...] isso acabou se institucionalizando [...] o pessoal que não estava interessado, muita gente que antigamente não se interessava, começou a se interessar mais pelo futebol. Os dirigentes começaram a se organizar dentro do congresso como se fosse uma bancada informal [...] E a chamada “bancada da bola” eu acho que teve origem nessa reação a alguma tentativa de alguém mexer nos interesses estabelecidos [...] e ela se mostrou visível, essa organização interna em termo de bancada, realmente na CPI. Aí eles tiveram que “sair do armário”, digamos assim. E atuaram com muita influência (Torres, 2021).

No fim, a lei foi bastante alterada, abrindo espaço inclusive para modificações polêmicas, como a inclusão de bingos de clubes e, na esfera meramente esportiva, a criação de tribunais especiais e do efeito suspensivo (em que suspensões disciplinares, inclusive as automáticas por cartão vermelho, poderiam aguardar a decisão do julgamento do tribunal especial competente para o início do cumprimento). Além disso, a mudança para clube-empresa passou como facultativa. Tais dificuldades na tramitação, não eram uma exceção, afinal o governo Collor foi marcado pela dificuldade de articulação com o Congresso e por derrotas importantes¹¹⁸. Entretanto, marcou a influência do mercado, que era crescente no futebol brasileiro, no processo decisório e, principalmente, como parte da redemocratização, inseriu a maior necessidade de articulação com o Congresso (Brasil, 1993; Freitas Júnior e Hirata, 2014). Assim, vemos uma mudança nas regras do jogo: o conjunto de jogadores não era mais tão limitado e coeso para as decisões acerca dos interesses organizados do futebol. Sobre esse assunto, Juca Kfourri comenta:

[...] desde a Lei Zico, você faz uma lei que tinha um escopo e, de repente, metem um contrabando, o Bingo, que explode tudo e vira escândalo. Onde você punha que era obrigatório mudar o modelo de gestão, você torna facultativo e dá dinheiro para os clubes que não mudam o modelo de gestão. Entendeu? (Kfourri, 2021).

De modo diverso, a Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998) foi aprovada por unanimidade nas duas casas do Congresso¹¹⁹. Essa lei foi apresentada sob o argumento de garantir mais transparência e profissionalismo ao esporte nacional, além de extinguir o passe e, por isso, garantir aos atletas maior independência, revertendo a total submissão instituída pela

¹¹⁸ Sobre as dificuldades de articulações e a quantidade de derrotas do Governo Collor na sua relação com o Congresso ver Figueiredo e Limongi (1999).

¹¹⁹ Apesar da unanimidade, a Lei foi bastante alterada na Comissão Especial da Câmara de Deputados. O projeto com alteração foi aprovado e encaminhado ao Senado. Para a aprovação sem novas alterações, o que obrigaria o projeto de lei voltar à Câmara, Pelé e o Governo Federal se comprometeram com senadores a considerar as sugestões e a resolver pelo veto as discordâncias apontadas pelo Senado. Ver mais sobre a diferença entre o projeto original e o projeto sancionado em Damato (1998): a matéria relata os acordos e esclarece a existência de vetos sobre temas esportivos e não só sobre a questão dos bingos que foi inserida na Câmara dos Deputados.

Lei do Passe (6.354/76).¹²⁰ Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, era Ministro Extraordinário dos Esportes do governo Fernando Henrique Cardoso e presidente do Conselho do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP)¹²¹, repetindo a estratégia de Collor de indicar uma figura popular para a pasta (Brasil, 1998; Freitas Júnior e Hirata, 2014).

Apesar de alterar a Lei Zico, a Lei Pelé não era a sua antítese: mantinha o caráter neoliberal da consolidação do esporte como mercado. O direito do consumidor foi instituído no esporte, os clubes seriam obrigados a se converter em clube-empresa, a prestação de contas por parte dos dirigentes, para além do clamor, era uma forma de tornar o esporte um espaço com maior credibilidade para investimentos e o mesmo se aplica à definição de verbas para o incentivo do esporte olímpico e paralímpico, dando maior previsibilidade na ação do Estado. Além disso, o fim da lei do passe abriu as portas para o fortalecimento dos empresários ou agentes (o atleta pode firmar pré-contrato com outro clube seis meses antes do término do contrato vigente sem indenização ao clube atual).¹²² Houve um relativo sucesso em comparação com a Lei Zico apesar da manutenção do caráter neoliberal. Sobre a Lei Pelé, Sílvio Torres comenta:

[...] o Fernando [Henrique Cardoso] não estava muito preocupado com a questão do futebol. O governo dele estava voltado para aquelas reformas, que foram realmente emblemáticas, muito difíceis, a gente passou por um momento muito difícil para quebrar monopólio, para fazer reforma administrativa, uma parte da reforma da Previdência, que acabou se perdendo, e ele meio que não dava tanta importância [...] A Lei Pelé, eu acho que o Fernando Henrique entrou com um ímpeto reformador, de renovação da estrutura, e acho que por isso que o Pelé teve esse espaço. Pra poder mudar alguma coisa. Mas, o Pelé também sempre teve uma postura meio polêmica. Nunca foi de assumir posição [...] Mas, enfim, *a lei eu acho que veio fazer alguma mudança na Lei do Zico*. E nem sempre foi seguida, também foi contestada em muitas das suas propostas [...] *Eu acho que, em certo ponto, a Lei Zico foi mais importante porque ela abriu o caminho*. (Torres, 2021, *grifos meus*).

Por outro lado, conforme assinalado por Freitas Júnior e Hirata, “[...] os parlamentares citaram inúmeras vezes que o mérito maior foi dos acordos” que foram firmados “[...] entre

¹²⁰ Apesar da promessa de maior independência, não revogou elementos presentes na Lei 6.354/76 que submetem os atletas, como a “concentração” de até três dias à critério exclusivo da entidade esportiva.

¹²¹ Logo no início do mandato, Pelé indicou Hélio Viana, seu sócio na Pelé Sports & Marketing para tocar o INDESP. Não foram poucas as críticas em relação a um possível choque de interesses, uma vez que Pelé e Viana eram proprietários de uma agência interessada em contratos de comercialização do esporte (Freitas Júnior e Hirata, 2014).

¹²² O vínculo esportivo passa a ser acessório ao vínculo trabalhista. A Lei Pelé fixou o fim do passe a partir de 2001, assim o vínculo do atleta com o clube se encerra com o término da vigência do contrato. A Lei nº 9.981/2000 instituiu a preferência do clube formador ao primeiro contrato profissional de atleta com pelo menos dois anos de vínculo de formação. Essa lei limita a multa rescisória em cem vezes a remuneração anual para transferência interna e sem limite para transferência internacional. A Lei 10.672/2003 inclui o pagamento da multa rescisória e a inadimplência por parte do clube como fator de encerramento do vínculo. A Lei 12.395/2011 estabelece o limite de 400 salários mensais para a multa rescisória em transferência nacional (ainda sem limite para transferência internacional) e se o atleta jovem quiser se transferir sem firmar o primeiro contrato profissional com o clube formador, caso o clube formador iguale a proposta do interessado, pode ser exigido a multa de 200 vezes o salário mensal (Brasil, 1998; 2000; 2003b; 2011).

bancadas, partidos ou por troca de favores”, mesmo com alguns parlamentares se pronunciando “[...] para tentar minimizar a pressão da opinião pública”. Muitos discursos iam ao encontro dos anseios da base eleitoral do referido parlamentar enquanto o voto contrariava. Os autores também citam a ação da “bancada da bola” como difícil de mensurar pela discrição da articulação e pela atuação nas “sombras do campo” no decorrer da tramitação da Lei Pelé¹²³ (Freitas Júnior e Hirata, 2014, p.150-151).

Além da repercussão da “bancada da bola”¹²⁴ na tramitação da Lei Zico e da sua discrição na Lei Pelé, meses depois, o esforço para implantar CPI em relação ao futebol avançou após a derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1998¹²⁵. Por essa razão, além da repercussão sobre a “bancada da bola” na tramitação das leis, ela é muito lembrada em ações de blindagem que viabilizaram a longevidade de Teixeira frente ao comando da CBF. Silvio Torres descreve a relação do governo com a CPI do seguinte modo:

No segundo [mandato de FHC], quando eu virei relator da CPI o líder da bancada [do PSDB] era o Aécio Neves. A única coisa que ele perguntou: “Olha, você tem alguma ligação com o futebol?” E eu falei: “Não. Eu não tenho nada assim”. “Você gostaria de ser relator?” “Ah... deixa eu pensar, eu acho que sim”. “Pensa logo que eu preciso nomear”. Então foi meio assim. Só que, à medida que avançou, o pessoal começou a ficar preocupado, porque talvez eles não imaginassem que ia ser com a profundidade que foi. E o Teixeira fez muita pressão em cima do Aécio, a turma da cartolagem fez muita pressão. O Aécio queria ser presidente da Câmara, como de fato acabou conseguindo, e sofria assim, então, a influência da “bancada da bola” que poderia ser um obstáculo a mais. Tanto é que ele não ficou muito feliz com a minha atuação, foi um momento meio complicado, mas não dava para recuar, eu não tinha intenção de fazer concessão nenhuma [...] porque, quanto mais você se aprofundava no assunto, mais você se envolvia. Mas, enfim, não teve nenhuma retaliação, nada. Estou dizendo que o governo Fernando Henrique nessa questão da CPI ele não atuou (Torres, 2021).

Teixeira foi alvo de denúncia na CPI da CBF/Nike na Câmara dos Deputados e na CPI do Futebol no Senado (Rebello e Torres, 2001). Destaca-se:

[...] além das doações às federações, a CBF renunciou voluntariamente a várias taxas e contribuições devidas pelas filiadas. Umas e outras, apresentadas como uma generosidade da CBF, têm um significado real muito diverso. Criaram laços de dependência, subordinação e cumplicidade das federações frente à entidade nacional. O que lhes tirou poder de contestação nas votações na assembleia geral da CBF, de cujas decisões passaram a ser meras subscritoras passivas. Em troca, a CBF não pede prestação de contas das federações pelo uso que fazem das doações [...] Entre os

¹²³ A Lei Maguito Vilela (9.981/2000) promoveu alterações na Lei Pelé e instituiu: autonomia dos órgãos de Justiça Desportiva, formação em Direito ou o notório saber para os membros dos tribunais desportivos, proibição de membros da administração de entidades esportivas nos órgãos de Justiça Desportiva, obrigação de transmissão em TV aberta dos jogos oficiais da Seleção Brasileira (em, pelo menos, uma emissora), pessoa física ou jurídica com parcela de capital ou direito a voto não pode participar do capital ou da gestão de outra entidade que dispute a mesma competição (Brasil, 2000).

¹²⁴ O termo “bancada da bola” se consolidou e se popularizou definitivamente na imprensa durante a CPI da CBF/Nike, não sendo um termo popular e presente na imprensa durante a tramitação da Lei Zico (Correio Braziliense, [1960-2014]; Jornal do Brasil, [1891-2010]). Porém, a atuação na tramitação da Lei Zico é atestada, como mencionaram Silvio Torres e Juca Kfourri em trechos das entrevistas citados anteriormente e apresentado na pesquisa de Belmar (2016).

¹²⁵ Ver mais em Dias (1999).

beneficiários de vultosas doações aparecem também, em período eleitoral, inúmeros candidatos a eleições parlamentares e majoritárias. O que evidencia o plano dos dirigentes da CBF estabelecer pontos de apoio no Parlamento e em governos para fazer *lobby* das posições da CBF (Rebello e Torres, 2001, p.36).

A chamada “bancada da bola” conseguiu evitar a votação do relatório final da CPI da CBF/Nike, presidida pelo ex-deputado e ex-ministro Aldo Rebello (à época, no Partido Comunista do Brasil – PCdoB) e relatada por Silvio Torres (PSDB). Sobre a atuação da “bancada da bola” na referida CPI, Juca Kfourri lembra que sua origem não era recente:

[...] nós tivemos uma ditadura *sui generis* com eleição para deputado, com eleição para senador – tinha lá seus senadores biônicos – Mas, enfim, a CBF, a CBD sempre teve as suas pontas de lança no Congresso Nacional por razões óbvias, né? A ação da Bancada da Bola na CPI da Nike foi uma coisa absolutamente descarada, eles não fizeram nenhuma questão de disfarçar. Ciro Nogueira, Eurico Miranda, essa gente... tanto que, quando viram que seria aprovado um texto que seria absolutamente calamitoso para a estrutura do futebol, melaram. Não conseguiram melar no Senado, que acabou se apropriando, inclusive, de boa parte da CPI da Câmara (Kfourri, 2021).

Sobre a articulação da CBF frente à CPI, o ex-deputado Sílvio Torres acrescentou:

[...] montaram uma casa em Brasília e, nessa casa, contrataram pessoal de mídia influente, contrataram assessores para trabalhar dentro do Congresso e fizeram realmente um *lobby* muito grande, porque sabiam da vulnerabilidade dos negócios que estavam metidos. Se houvesse alguma influência maior do Estado, aconteceria o que eles não queriam, que era modificar e tirar o poder deles, principalmente. E, também, [revelar] todo esquema de corrupção que o futebol já tinha montado. *O foco, a grande linha de defesa deles que a gente quebrou quando constituiu a CPI, era [que se tratava] uma atividade privada, o futebol era privado e o Estado não tinha que se meter. E isso, tinha jurista que defendia, jurista que não defendia.* Era ainda uma questão muito polêmica e que permeou toda briga pelo futebol [...] O ápice disso foi a influência de Ministro do Supremo, que foi o caso do Jobim¹²⁶, que chegou um momento em que impediu o acesso da gente a um monte de coisa. Isso mostrou o quanto o futebol estava forte naquela época, o poder futebol dentro do Congresso e das instituições de uma forma geral. Foi o auge da influência deles. E aí a gente tem que considerar uma coisa que não se fala muito, que é a cumplicidade da mídia, da grande mídia, inclusive da própria Rede Globo. Que tinha uma força tremenda dentro futebol, porque ela era a maior beneficiária da nova fase do futebol e de toda a visibilidade da transmissão de jogos em nível nacional, latino-americano, mundial. E a gente nunca chegou ao ponto de estabelecer uma conexão real, nunca teve uma “delação premiada”, assim digamos entre aspas. Mas, com certeza o pessoal da Globo tinha total influência, a tal ponto que, quando chegou o Teixeira [refere-se à Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF] e, em determinado momento, quis mudar as regras dos direitos de televisão, a Globo entrou com tudo na CPI do Futebol e estava dando uma cobertura até que o Teixeira se entregou e isso ficou muito claro (Torres, 2021).

A partir de então, sobretudo na gestão Ricardo Teixeira (1989-2012) consolidou-se a apropriação do futebol, como capital cultural, para atender interesses políticos e econômicos –

¹²⁶ Refere-se a Nelson Jobim que concedeu liminar à defesa da CBF e de Ricardo Teixeira, paralisando as eventuais ações com base no relatório da CPI, a guarda de documentos e dados sigilosos sob a mesa da Câmara e a proibição de qualquer informação presente no relatório (Agência Estado, 2001).

por vezes, seguindo uma dinâmica do capital cultural legitimando o capital político e favorecendo o acúmulo do capital econômico.

Após assumir uma CBF que vivia graves problemas financeiros, Ricardo Teixeira conseguiu transformar a entidade em superavitária através de contratos milionários envolvendo a seleção brasileira. O mais emblemático deles, com a Nike, originou a abertura de uma CPI na Câmara dos Deputados, pouco depois da perda da Copa do Mundo de 1998, na França. Em paralelo, outra CPI, esta no Senado, investigava crimes ligados a dirigentes de futebol. A CPI da Nike questionou o relacionamento entre a entidade e a empresa. Em 2002, o contrato foi revisto e a fornecedora de material esportivo da seleção perdeu direitos, como o de marcar até 50 amistosos para o time nacional e a exigência de jogadores denominados "nível A" nas partidas. Ao mesmo tempo, a CBF era acusada de financiar campanhas políticas. A chamada "bancada da bola" impediu a votação de um relatório final da CPI. Os deputados Silvio Torres, então relator da CPI, e Aldo Rebelo, então presidente, entregaram o resultado das apurações à procuradoria geral da república e ao Ministério Público. O relatório pedia o indiciamento de 31 pessoas ligadas ao futebol, entre elas Ricardo Teixeira, e apontava crimes como sonegação fiscal e evasão de divisas (O Globo, 2012).

Desde a gestão João Havelange, ainda nos tempos da CBD, é possível verificar certas facilidades conseguidas juntas ao Congresso Nacional, como no caso da Loteria Esportiva e, posteriormente, com Heleno Barros Nunes, a aprovação da lei consolidou o “passe” e a lei que permitiu a concentração do comando do futebol brasileiro. Porém, não se pode ignorar que foi nos 23 anos da gestão de Ricardo Teixeira que essa proximidade ganha contornos mais claros aos olhos da imprensa e da sociedade brasileira. Sobre isso, Silvio Torres comenta:

[...] a partir do contrato com a Nike abriu-se um campo ilimitado para [a CBF] ganhar dinheiro e usava isso só para ela. A nossa grande luta sempre foi derrubar essa história do monopólio da CBF sobre a seleção brasileira, que não tem sentido uma entidade ter o monopólio, era como se ela fosse a dona da Seleção Brasileira e a Seleção Brasileira, na nossa visão, é o resultado de tudo que se pratica de futebol no Brasil, desde a várzea, na periferia, até os grandes clubes. De uma forma ou de outra, o Estado tem alguma influência nisso e precisa ter... precisava ter. A grande luta sempre foi essa: é privada ou não é privada? E isso que blindou durante muito tempo e blindou até mesmo com o interesse do próprio Executivo [...] Eu acho que a CPI ela conseguiu abrir uma brecha, registrou isso, apesar de terem impedido que o relatório fosse aprovado oficialmente, ele se tornou efetivamente público não só porque a gente colocou na Internet, mas porque o [...] o livro deu visibilidade a isso aí. E você sabe que o livro ficou proibido por vinte anos, sei lá quinze ou vinte anos? Ele foi censurado durante todo esse tempo com a conivência do Judiciário do Rio [de Janeiro]?¹²⁷ (Torres, 2021).

O último ato desse período a ser analisado é a aprovação do Estatuto do Torcedor, a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Em que pese a aprovação no Congresso e a sanção terem sido concluídas já no mandato de Luís Inácio Lula da Silva, a iniciativa partiu do governo anterior pelo Ministro do Desporto e Turismo Caio Carvalho, bem como a tramitação se iniciou

¹²⁷ Refere-se ao livro *CBF-Nike* (Rebelo e Torres, 2001). A Justiça do Rio de Janeiro, respondendo à iniciativa de Ricardo Teixeira, proibiu a venda do livro em 2001 e retirou-o de circulação em 2002. Em 2015, os autores conseguiram divulgar a obra na internet por capítulos. Apenas em junho de 2016 os autores conseguiram autorização na Justiça para retomada das vendas (PSDB, 2016).

ainda durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Essa lei revela o sentido vigente no período e teve impactos na ambiguidade do período seguinte, uma vez que o Novo Estatuto do Torcedor (Lei nº 12.299 de 2010) não rompeu com os princípios básicos lançados pela lei de 2003 (Avancini Neto e Manssur, 2003).

O Estatuto do Torcedor tem como base a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que trata da proteção ao consumidor. Por essa base, o Estatuto equipara “[...] a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo” ao fornecedor e, portanto, o torcedor ao consumidor. Sendo torcedor “[...] toda pessoa que *aprecie*, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva” (Brasil, 2003a, *grifo meu*). Sem cair numa petição de princípios sobre vantagens e desvantagens do Estatuto, o fato é que ele consolidou a concepção do esporte como mercado e produto, sendo inclusive extensa a definição de quem pode ser ou não torcedor consumidor. O estatuto foi aprovado sem resistência no Congresso, pois, segundo Silvio Torres: “O Estatuto do Torcedor de alguma forma, até interessava aos clubes em alguns pontos, estabelecia algum controle, tinha [...] o torcedor consumidor que em algum ponto sensibilizava e tal” (Torres, 2021).

Em linhas gerais, o Estatuto definiu o prazo de 60 dias antes do início da competição a divulgação de regulamento e tabela, exige a elaboração de um calendário anual, proibiu a alteração de regulamento após o início da competição, responsabilizou a equipe mandante pela segurança dos torcedores presentes no evento e definiu procedimentos a serem seguidos pela equipe mandante relativos à segurança, tais como: solicitação de agentes de segurança, serviço de atendimento aos torcedores, contratação de seguros para acidentes pessoais, plano de ação para segurança e transporte, monitoramento por câmeras em estádios com capacidade superior a 20 mil torcedores etc. (Brasil, 2003a). Além disso, define que

As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 [clubes mandantes] e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo (Brasil, 2003a).

Após a aprovação no Legislativo praticamente sem resistência da “bancada da bola”, vieram os questionamentos sobre a questão da autonomia das entidades esportivas e, principalmente, acerca desse artigo 19, que trata da responsabilidade objetiva.

Registra-se ainda, com relação ao artigo em tela que, estamos diante de uma responsabilidade solidária entre as entidades e seus dirigentes. Consoante noção cediça que com a solidariedade independentemente de culpa, o torcedor que se sentir lesado,

pode acionar diretamente o dirigente, mesmo sendo culpa do organizador, por exemplo. Este dirigente será condenado, respondendo com seus próprios bens, para depois, entrar com uma ação de regresso em face de quem efetivamente teve culpa (Sesma, 2003).

Em reação, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIn 2397 foi impetrada pelo Partido Progressista (PP), com o aval de 20 clubes de futebol, e foi julgada em plenário apenas em 2012 (Oliveira, 2013). Sobre esse julgamento, Juca Kfourri comenta o seguinte:

[...] o artigo 217 da Constituição garante autonomia das entidades dirigentes. Aí, um belo dia, a gente começou a bater que autonomia não significava soberania, que não significava terra de ninguém, que o mundo futebol não ia fazer o que quisesse, que autonomia também tem a Universidade e nem por isso ela não se submete à legislação do país. Que o futebol não estava se submetendo. Aí vem o Estatuto do Torcedor e um partido desses entra com uma ADIn arguindo a inconstitucionalidade. Eu me bato de São Paulo, com meu pobre dinheirinho, para conversar com o ministro Cezar Peluso [*ministro do STF e relator da referida ADIn*], que foi com quem caiu o parecer, o relatório sobre essa ADIn. Passo duas horas com ele, explicando para ele porque a autonomia do jeito que estava sendo entendida estava fazendo mal, saí de lá com a sensação que ele tinha entendido e, meses depois, constatei que, de fato, ele tinha entendido. E, por unanimidade, o STF decide que autonomia não é sinônimo de soberania e que o Estatuto do Torcedor não tinha nada de inconstitucional. Jefferson, acredite você ou não, ainda hoje o mais frequente em primeira instância pelo país afora é a autonomia ser arguida, ser levantada como argumento para absolver ou para dar continuidade às estruturas da cartolagem. Os juízes simplesmente desconhecem ou fazem tábula rasa do que decidiu o STF (Kfourri, 2021).

O Estatuto do Torcedor passou a ter efeitos no período subsequente. Mas a sua concepção está em consonância com o ímpeto chamado de “reformador” ou “modernizador” com o sentido de maior mercadorização do futebol que, a partir de meados dos anos 1990, se estende aos torcedores: enquanto as torcidas organizadas e uniformizadas passam a ser tratadas predominantemente pelo viés da produção e difusão de violência, o torcedor consumidor passa a ser estimulado e exaltado, incluindo a defesa da figura do sócio-torcedor (Toledo, 2000).

O período seguinte não rompeu completamente com o viés neoliberalizante, mas ao mesmo tempo se caracterizou por medidas, de certo modo, contraditórias a esse sentido geral pelo fato de recolocar o Estado no jogo de um modo diferente do que vimos entre 1980 e 2002.

3.5 IDAS E VINDAS ENTRE O ESTADO E O MERCADO: a ambiguidade durante os governos petistas como novo contexto de pontos focais (2003-2016)

O período entre 2003 e 2016 em que o país foi governado pelos governos petistas foi marcado por medidas em relação ao futebol que sinalizam a ambiguidade do período. Foram implementadas medidas que reforçaram a primeira *camada* – do Estado como *locus* e com participação econômica mais direta – e medidas que reforçaram a *camada* da neoliberalização

– a segunda. São exemplos das primeiras: a Lei nº 11.345/2006 e o Decreto nº 6.187/2007, que tratam respectivamente do parcelamento de débitos tributários e da criação da Timemania (nova modalidade de loteria usada para abater dívidas de clubes de futebol); o empenho para a realização da Copa do Mundo de 2014 com marcante participação do Estado brasileiro; e os patrocínios de empresas estatais a clubes de futebol. Por outro lado, a Lei nº 12.299/2010, conhecida como Novo Estatuto do Torcedor, mantém a lógica do primeiro Estatuto do Torcedor de normatizar as questões dos torcedores com base no Estatuto de Defesa do Consumidor (futebol como mercado e produto), incorporando um viés punitivista, para alguns o chamado populismo penal. A Lei nº 12.395/11 exemplifica a ambiguidade: ao mesmo tempo em que institui mecanismos de fomento aos atletas de modalidades olímpicas (Bolsa-Atleta), confirma a “concentração” dos atletas por até três dias por conveniência da entidade esportiva. Por fim, a Lei nº 13.155/2015, chamada LRF, ao mesmo tempo em que institui novas formas de parcelamento de dívidas tributárias e de FGTS dos clubes também inclui mecanismo mais rígidos para o descumprimento, como penhora de recursos e exclusão do financiamento¹²⁸.

Apontar essa ambiguidade na forma como o futebol esteve na agenda do Estado nos governos petistas não é forçar uma interpretação que procure neoliberalismo em tudo para, artificialmente, afirmar os pressupostos da tese. Os próprios Hayek (2007) e Friedman (1951) fazem questão de diferenciar a liberdade econômica ou economia de mercado livre do *laissez-faire* do Liberalismo Clássico da Escola de Manchester e de uma inibição do Estado, como visto na introdução. Para reforçar, ressalta-se Hayek e a defesa de que o objetivo:

[...] não deve ser nem a extrema descentralização da livre concorrência nem a centralização completa de um único plano, mas uma mistura judiciosa dos dois métodos [...] Embora a concorrência possa suportar alguma mistura de intervenção, ela não pode ser combinada com planejamento em nenhum grau para que, como queremos, possa continuar a funcionar como um guia eficaz para a atividade produtiva (Hayek, 2007, p.73, tradução nossa).¹²⁹

Ademais, Saad Filho e Morais (2018) lembram que, no primeiro mandato de Lula (2003-2006), a marca foi “[...] governar dentro das regras estabelecidas, ou seja, acomodando o neoliberalismo e o tripé de política econômica”. Enquanto isso, o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma são caracterizados pelos autores como um “neoliberalismo desenvolvimentista” ao implementar políticas que remetem a “[...] uma variedade híbrida de

¹²⁸ Diferente da Timemania, essa forma de financiamento não pode ser tratada apenas como mais uma benesse estatal.

¹²⁹ No original: “[...] no debe ser ni la descentralización extrema de la libre competencia ni la centralización completa de un plan único, sino alguna prudente mezcla de los dos métodos [...] Aunque la competencia puede soportar cierta mezcla de intervención, no puede combinarse con la planificación en cualquier grado que deseemos si ha de seguir operando como una guía eficaz de la actividad productiva”.

neoliberalismo [que] incluiu algumas políticas econômicas novo-desenvolvimentistas, ao mesmo tempo, que era preservada a estrutura de políticas econômicas neoliberais, sintetizada no tripé”. Outrossim, no avanço da crise política e econômica que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, à medida que “[...] a economia desacelerava, o governo abraçou a ortodoxia neoliberal em uma vã tentativa de chegar a uma acomodação com burguesia” (Saad Filho e Moraes, 2018, p.31-32). Porém, não é uma especificidade brasileira: a ambiguidade resultou de um ajuste de estratégia da própria direita face aos protestos e rebeliões ocorridos na América Latina em reação à deterioração da renda da população, da baixa atividade econômica e da desintegração das indústrias na região. Com isso, naquele período, se desenvolveu:

[...] uma variante mais moderada do mesmo modelo. Essa fórmula inclui discursos éticos e certa intervenção do Estado [...] Os informes dos organismos internacionais já não apresentam a radicalização neoclássica dos anos 1980 e 1990 [...] Essas mensagens combinam o discurso ortodoxo com a intervenção pública e propõem novos remédios para a estabilidade dos preços e os entraves na circulação da informação. Este neoliberalismo mais atenuado também enfatiza a importância do assistencialismo. Aceita a despesa pública para conter a explosão da pobreza como um preço a pagar durante o processo de transição. Acredita que essa política de distribuição de renda será passageira e deverá se extinguir quando o modelo conseguir gerar mais emprego (Katz, 2016, p.86-87).

Esse período começou em um clima de bastante euforia que pode ser exemplificado nessa passagem da entrevista concedida por Juca Kfourri:

[...] o Lula quando teve a generosidade de assinar [...] *a única lei aprovada por unanimidade em oito anos do Fernando Henrique, por acordo de lideranças, o chamado Estatuto do Torcedor*¹³⁰, o Gilberto Carvalho telefonou me perguntando se eu iria para assinatura [...] Quando eu cheguei no Palácio do Planalto, veio alguém do cerimonial e me levou para a primeira fila. [...] O Lula começou o discurso, isso tem gravado [...] “Nunca mais vamos ouvir o jornalista Juca Kfourri dizer que, no Brasil, o torcedor é tratado feito gado”. E vieram aplausos. Eu não sabia onde eu enfiava a gravata, Jefferson, de sem graça. Não tinha um cartola. Era uma lei enfiada goela abaixo dos cartolas, tá? [...] o João Havelange e o Teixeira tinham tentado não me dar a credencial para Copa do Mundo de 98 e acabaram dando. Mas, o Lula virou no final e disse: “A presença do jornalista Juca Kfourri aqui é a minha homenagem a todos os jornalistas que, durante esses anos todos, foram perseguidos, processados, tiveram credenciais negadas... parará, parará, parará [sons para dar a entender que houve a continuidade] por esta cartolagem que nos infelicitam há tantos anos”, coisa que o valha. Ô Jefferson, eu então já tinha 52 anos, 53 anos, sem o direito da ingenuidade. Eu tomei um táxi do Palácio para o aeroporto e eu esmurrava o ar dentro do táxi, dizia: “Pegamos os caras! Esses caras vão ter a vida complicada com Lula.” Seis meses depois, ele estava de braço dado com o Ricardo Teixeira naquele jogo do Haiti. E, logo depois, deu a Timemania. E logo depois fez um discurso dizendo: “Olha, a imprensa critica muito cartola de futebol porque não sabe das dificuldades que é dirigir um clube, bé bé bé”. A ponto de eu escrever uma coluna no Diário Lance! – que era onde eu trabalhava na época – o chamando de traidor, Lula é um cartola, o que azedou nossa relação por muitos anos, tá? Ahn... é isso, o futebol tem esse poder. Entendeu? Que o presidente do Bradesco não tem, com o presidente do Bradesco é outra conversa [...] mas não tem

¹³⁰ Juca Kfourri provavelmente não considera nessa contagem a Lei Pelé dado processo de alteração e negociações feitas para acelerar a tramitação culminando em compromisso de o Governo corrigir as diferenças pelo veto. Ver mais em Damato (1998).

essa... não tem esse glamour. O futebol tem! Só o Ricardo Teixeira põe o Ronaldo na minha sala (Kfourri, 2021, *grifos nossos*).

Ou seja, a ambiguidade do período não se limitava ao polos Estado-Mercado, mas também ao tipo de relacionamento entre governantes do país e autoridades do futebol, culminando em um outro par antitético: distanciamento-proximidade. Essa relação foi descrita assim por Silvio Torres:

Nós fizemos a CPI, durante a CPI, os membros do PT tinham uma atuação, discurso anticorrupção contra os cartolas e, quando o Lula ganhou a eleição, eles mudaram de posição. O próprio Aldo Rebelo virou ministro – meu amigo, companheiro – mas, ele virou ministro e se viu numa posição de ter que conviver com esse pessoal. O Lula estendeu o tapete, eu acho assim, o Lula estava com a cabeça em sediar o mundial, achou que para ele ia ser o auge, ele também [era] muito ligado ao futebol e acabou sendo envolvido [pelo futebol, Torres não menciona relação de Lula com as denúncias de corrupção apuradas] [...] O Lula foi total envolvimento com o futebol, clube, CBF. Ele foi assim companheiro, recebia camisa, o Ricardo Teixeira era recebido no Palácio constantemente, tem a história da Copa, tal. Mas, eu acho que a Dilma, a relação dela foi um pouco mais difícil com o Ricardo Teixeira e com esse pessoal, ela não dava esse espaço todo, não. Então, mas no tempo do Lula, o Orlando Silva era bem aberto ao pessoal do futebol, fazia bastante média com eles e tal. Agora, isso tinha um objetivo que era sediar a Copa. Então justificava muita coisa também com isso (Torres, 2021).

No mesmo sentido, outra continuidade pode ser identificada com a reportagem do ano de 2015, intitulada “As doações eleitorais e a formação da Bancada da Bola”, da série de “Coronéis do Futebol” de Eduardo Gabardo e Rodrigo de Oliveira, da Rádio Gaúcha (Gabardo e Oliveira, 2015), que denunciou o uso de recursos financeiros da CBF para financiamento de campanhas eleitorais: entre 2004 e 2008 foram declarados gastos de R\$ 1,3 milhões em financiamento de campanhas para prefeito, vereador, deputado estadual e deputado federal. Esse montante foi direcionado para diversas campanhas.¹³¹

Sobre tais doações. Silvio Torres comenta:

[...] eu fui autor da emenda que proibiu doação eleitoral de clubes de futebol [proíbe doações para campanhas eleitorais por clubes, federações e pela confederação]. Consegui fazer com que isso – e olha que não foi fácil – a gente conseguiu impedir que continuassem doando. O que... a legislação eleitoral avançou e isso foi proibido [...] o pessoal recebia recurso mesmo e muito provavelmente tinha recurso por fora também. Não tenho dúvida. Não era só aquilo que estava declarado. As empresas doariam, outras empresas doariam, a CBF doava R\$ 40 mil, mas o cara recebia de outra forma (Torres, 2021).

¹³¹ Em 2004, na eleição para prefeito de São Luís, capital do Maranhão, R\$ 100 mil foram destinados a Ricardo Murad (ex-prefeito de São Luís e cunhado de Roseana Sarney). Já, em 2006, Marcus Vicente, atualmente deputado federal (PP) recebeu R\$ 100 mil; o ex-senador e atual presidente da Federação Tocantinense Leomar Quintanilha (à época no PCdoB) recebeu R\$ 50 mil em sua campanha para o governo de Tocantins; Roseana Sarney (ex-governadora do Maranhão) recebeu R\$ 100 mil (seu irmão, Fernando Sarney, é um dos vice-presidentes da CBF); o deputado federal Darcício Perondi (PMDB), irmão do ex-presidente da Federação Gaúcha de Futebol e ex-vice-presidente da CBF, Emídio Perondi, também recebeu R\$100 mil; o ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB), recebeu R\$ 50 mil. Em 2008, o presidente da Federação de Futebol do Amapá Roberto Goes, que foi eleito prefeito de Macapá (PDT), recebeu R\$ 100 mil (Gabardo e Oliveira, 2015).

A construção de uma rede ramificada e articulada evitou a instauração das CPIs do Futebol /CBF iniciada pelo então deputado Anthony Garotinho (na época, no Partido da República – PR), em 2011 e 2012, e de Romário Faria (na época, deputado pelo Partido Socialista Brasileiro), em 2012; e do senador Mario Couto (PSDB), em 2013.

[...] o Senador Mário Couto (PSDB-PA) deu início aos planos de instaurar nova Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, novamente, a Confederação Brasileira de Futebol. Não obstante, tal tratativa sucumbiu-se antes mesmo da leitura do texto, uma vez que não alcançou o número de assinaturas necessárias (27). Um dia antes do prazo para a divulgação nominal final dos senadores favoráveis ao inquérito, Zezé Perrella, senador pelo PDT-MG, convenceu nove senadores a desistirem de assinar a promulgação da investigação. O ex-presidente do Cruzeiro Esporte Clube ofereceu-se para ajudar o presidente da CBF José Maria Marin. Demonstrando, dessa forma, a quais interesses a bancada da bola serve (Souza Neto e Pereira, 2015).

No caso das CPIs na Câmara dos Deputados em 2007, 2011 e 2012, vários deputados retiraram a assinatura. É possível citar outro exemplo dessa rede, além da “bancada da bola”:

[...] eu propus uma CPI logo no começo do mandato [refere-se ao caso MSI/Corinthians em 2007] e obtive as assinaturas necessárias. Aí, quando eu fui entregar – porque você tem prazo, né? – Os governadores trabalharam contra, aí [os parlamentares] retiraram [as assinaturas], inviabilizaram a CPI porque retiraram na última hora. E foi, assim, bem típico dessa institucionalização que você estuda, começou lá embaixo, Assembleias Legislativas, Câmara e tal. E depois atingiu o poder Executivo em todos os Estados do Brasil. Não havia um Estado que não: os governadores iam lá pedir pros deputados não assinar, foi uma coisa tão escandalosa, mas não havia, a mídia não dava cobertura [...] E aí essa CPI não se instalou (Torres, 2021).

Em 14 de setembro de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.345, que autoriza um novo concurso lotérico destinado aos clubes de futebol e o parcelamento de débitos dessas entidades com a Receita Federal e com o FGTS. O primeiro artigo da lei define que o clube de futebol participante deveria: ceder o direito para utilização de seu nome, símbolos, marca e hino; até o último dia útil de abril, deveria elaborar demonstrações financeiras tratando separadamente o futebol profissional de atividades recreativas e sociais; e essas demonstrações financeiras deveriam passar por auditoria independente. Inicialmente ficou estabelecido, conforme o segundo artigo, que a arrecadação do concurso seria dividida em: 46% para o valor do prêmio; 22% para remunerar os clubes participantes que cumpriram os requisitos definidos no primeiro artigo; 20% para custeio e manutenção do serviço; 3% para o Ministério do Esporte, sendo 1/3 desse valor destinado à CBF; 3% para o Fundo Nacional da Saúde; 2% para atender finalidades definidas na Lei Pelé; e 1% para a seguridade social. No artigo quarto, fica estabelecido que os clubes de futebol poderiam parcelar os débitos vencidos até 30 de setembro de 2005 com o INSS, a Secretária da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o FGTS e que a concessão do parcelamento *independera* “[...] de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens”. Além disso, conforme o artigo

sexto, a remuneração obtida pelos clubes no concurso deve ser depositada em uma conta de livre movimentação, em caso de regularidade fiscal, ou para quitação dos parcelamentos e débitos não parcelados (Brasil, 2006).

Essa lei é conhecida como Lei da Timemania e foi regulamentada pelo Decreto nº 6.187 de 14 de agosto de 2007. O decreto estabelece ainda prazo de 240 meses para os parcelamentos e, com exceção dos débitos destinados aos trabalhadores, como o FGTS, os demais tiveram redução de 50% nas multas (Brasil, 2007).

Como se vê, a Timemania, que só foi alterada na distribuição dos percentuais com a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública em 2018, possibilitou uma arrecadação de recursos via loteria para pagamento de dívidas tributárias com desconto nas multas, e com o FGTS sem descontos, parcelados em vinte anos, sem exigência de garantias. Para solucionar ou minimizar os problemas relativos às dívidas de clubes, o próprio Estado se encarregou de elaborar um mecanismo para auxiliar o pagamento. Sobre esse tema, Juca Kfourri comentou:

E aí, esse cara [refere-se aos representantes do futebol] pede para ele [o presidente] o Profut, pede a Lotomania, como é que chama aquilo? Timemania. E vai dando e vai dando sem exigir contrapartida de modelo de gestão. Permanece tudo como está e se dá dinheiro para quem construiu as dívidas pagar dívidas, não paga as dívidas e se faz um novo financiamento [...] Então, não abstraia este poder de sedução que o futebol tem. Principalmente, para quem gosta de futebol (Kfourri, 2021).

Por sua vez, o ex-deputado Silvio Torres analisa um outro lado:

[...] todo mundo, no sentido de autoproteção, [era] contra qualquer interferência do Estado. Alguma coisa começou a mudar quando o Estado instituiu mecanismos de financiamento também para o esporte de uma forma geral, a Timemania que acabou sendo um financiamento indireto para o esporte, porque os clubes começaram a entrar em dificuldade, a CBF milionária, bilionária [...] Porque a partir do contrato com a Nike ela abriu um campo ilimitado para ganhar dinheiro e usava isso só para ela [...] a questão da Timemania, loteria e tal, seriam maneiras indiretas de ajudar e teriam que ter contrapartidas. Não era só dar por dar. Tinha que ter “olha, você vai ganhar esse benefício, mas em compensação você vai ter que agir assim”. Com o tempo, isso foi acontecendo, né? Foi acontecendo. Porque infelizmente ninguém estava disposto a fazer uma revolução na legislação esportiva do Brasil [...] não tinha ganho eleitoral. Ao contrário, corria muito risco de ser considerado inimigo do futebol (Torres, 2021).

Quando falamos de uma instituição, um dos elementos que a compõe é a capacidade de exercer coação para que os atores atuem conforme as normas estabelecidas temendo eventuais sanções em caso de desvio. A institucionalização dos interesses do futebol na agenda do Estado, ainda que de modo informal, produziu essa capacidade de coagir os atores a não se desviarem. A fala de Silvio Torres demonstra isso. Além de explicar as eventuais contrapartidas para os clubes se inscreverem na Timemania (demonstrações financeiras e um modo de pagar, ao menos um pouco, das dívidas dos clubes com a União, tidas como impagáveis pelos meios de

comunicação), Torres explica como as possíveis reações limitavam a atuação dos atores políticos que quisessem mudar completamente a legislação esportiva. Passagens como “foi acontecendo” e “infelizmente ninguém estava disposto a fazer uma revolução na legislação esportiva do Brasil” demonstram duas premissas do trabalho: as alterações por camada e os custos elevados para romper a trajetória.

Outro ponto a ser abordado é a aprovação da Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, conhecida como Novo Estatuto do Torcedor, de iniciativa do deputado Arlindo Chinaglia (PT). O princípio geral de tratar os eventos de futebol como produto, clube e federações como fornecedores e os torcedores como consumidores foi mantido. As alterações foram a publicização de tabelas, nome do Ouvidor, divulgação de borderôs, da escala de arbitragem, dos torcedores proibidos de entrar em estádios, monitoramento por câmeras em estádios com capacidade para 10 mil pessoas (anteriormente, era 20 mil) e a emissão de ingressos e acesso aos estádios das séries A e B do Campeonato Brasileiro por meio eletrônico. Por outro lado, a nova lei insere 14 dispositivos relativos à violência, às torcidas organizadas, atos de manipulação de resultados e penalização da atividade dos “cambistas” (que compram ingresso e revendem por um valor maior nas imediações dos estádios), incluindo enquadramento penal com possibilidade de prisão de 1 a 6 anos mais multa, dependendo do ato. Por esses dispositivos, as torcidas organizadas devem manter atualizado o cadastro de seus membros, com documentos, fotos, endereço etc.; a invasão a locais proibidos aos torcedores e a prática de tumulto ou violência passam a ser tipificado crime com detenção de 1 a 2 anos. Um adendo é a inclusão como condição de acesso e permanência “não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos” (Brasil, 2010).¹³² Exceto esse último dispositivo, que diz respeito a acesso e permanência, os anteriores ganham um tratamento específico e de tipo penal. Ou seja:

[...] acabou criminalizando várias condutas (fraude nos resultados esportivos, corrupção visando a alterar esses resultados não há espaço nas relações sociais em que o direito penal já não chegou ou não vai chegar) [...] e redefinindo o delito do cambista (Gomes, 2010).

Para Gomes (2010), os Poderes do Estado brasileiro trataram de “[...] de incrementar nosso peculiar populismo penal”. Além disso, lembrou que, desde a Lei Pelé, no processo de consolidação de leis gerais do esporte, “[...] nenhuma política séria (e contínua) de prevenção da violência foi implementada”. Com isso, apesar do endurecimento das leis, o resultado foi

¹³² A Lei 12.395/11 é outro exemplo de ambiguidade. Por um lado, institui incentivos ao esporte olímpico (Bolsa Atleta, Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva). Por outro, revoga o que restava da Lei 6.354/76, mas altera a Lei Pelé, inserindo a possibilidade de as entidades esportivas definirem unilateralmente sobre a concentração, como na Lei 6.354/76 (Brasil, 2011).

o aumento da violência, dando início a um círculo vicioso: com o aumento da violência, aumentam “os apelos populares e midiáticos” sobre o poder público que, pressionado, cede novamente à “política populista brasileira” (Gomes, 2010).

Segundo Dal Santo (2020), o populismo penal está, na ótica de diversos criminólogos, relacionado ao encarceramento em massa no Brasil, porque se trata da utilização de uma lógica punitivista de aumento das penas implementada por políticos com vistas aos fins eleitorais. Apesar de ser um conceito importado de países anglo-saxões, é possível verificar seu crescente uso na criminologia brasileira (Dal Santo, 2020). Além disso, existe uma vinculação desse endurecimento das penas com o projeto e o ideário neoliberal:

O que está a acontecer na atual fase do capitalismo globalizado – a globalização neoliberal – todos sabem: desemprego estrutural, radicalização da pobreza e da exclusão social (ademais do aumento da complexidade dos problemas sociais). E é precisamente porque, em parte, os produz, e porque este tem sido o preço da extensão do capital e do mercado sem fronteiras, que não pode resolvê-los, sequer enfrenta-os diretamente. E é justamente neste vazio de respostas que se deve compreender o agigantamento da resposta penal, a preferida do poder globalizado e de cuja funcionalidade passa a depender um igual agigantamento midiático na relegitimação do sistema penal (teórica e empiricamente deslegitimado). A mídia encarrega-se de encenar, entre o misto do drama e do espetáculo, uma sociedade comandada pelo banditismo da criminalidade, e de construir um imaginário social amedrontado. À mídia incumbe acender os holofotes, seletivamente, sobre a expansão da criminalidade e firmar o jargão da segurança pública como o senso mais comum do nosso tempo (Andrade, 2003, p.24).

Wacquant faz a mesma interpretação ao analisar o populismo penal nos Estados Unidos: “Na medida que se desfaz a rede de segurança (*safety net*) do Estado caritativo, vai se tecendo a malha do Estado disciplinar (*dragnet*)” (Wacquant, 2003, p.27). O sociólogo é ainda mais enfático na passagem a seguir:

E nessa luta é o grande patronato e as frações “modernizadoras da burguesia” e da nobreza de Estado que, aliadas sob a bandeira do neoliberalismo, tomaram a frente e iniciaram uma vasta campanha de sabotagem da potência pública. Desregulação social, ascensão do salariado precário (sobre um fundo de desemprego de massa na Europa e de “miséria laboriosa” na América) e retomada do Estado punitivo seguem juntos: a “mão invisível” do mercado de trabalho precarizado encontra seu complemento institucional no “punho de ferro” do Estado (Wacquant, 2003, p.147).

Além disso, durante os governos do PT, houve um grande esforço para que o país sediasse grandes eventos, culminando na realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Esse esforço não foi apenas mobilizado no sentido simbólico do nacionalismo, mas grande parte do debate foi sobre o legado que esses grandes eventos poderiam significar para a infraestrutura das cidades envolvidas, sobretudo, aeroportos e obras de mobilidade urbana. A realização desses eventos ficou marcada também por diversas críticas em relação aos custos dos estádios para a Copa e dos equipamentos esportivos para as

Olímpiadas. Nesses casos, o papel do Estado também foi determinante, inclusive com financiamento com juros subsidiados para a construção dos estádios que foram obras privadas. Além disso, os estádios para a Copa de 2014 contaram com isenções fiscais. Do mesmo modo, as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro contaram com linhas de créditos de R\$ 4,6 bilhões (Costas, 2013; Exame, 2016).

A Copa foi realizada em um momento de queda na popularidade de Dilma Rousseff, em função das diversas manifestações chamadas de Jornadas de Junho, em 2013. Mesmo assim, Dilma foi reeleita. As Olimpíadas ocorreram em meio ao processo de *impeachment*, quando Dilma já estava afastada. Sobre esses grandes eventos, Juca Kfourri comentou:

[...] é importante você lembrar que, para o Lula, era essencial fazer Olimpíadas e a Copa do Mundo no Brasil na luta do Brasil por um lugar no Comitê de Segurança da ONU. Como é que chama? Não é comitê [...] No Conselho de Segurança da ONU, né? E aí ele engoliu qualquer coisa e foram duas vitórias pessoalíssimas dele, as Olimpíadas mais ainda, né? Ganhou do Obama, que queria a cidade dele [...] O Obama queria fazer em Chicago; o Lula, sem falar inglês, foi lá e seduziu aquela gente toda, né? Mas, depois pagou um preço alto (Kfourri, 2021).

O ex-deputado Silvio Torres tratou do assunto da seguinte maneira:

[...] eu acabei sendo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, criei uma subcomissão só para acompanhar as coisas da Copa, a campanha pela Copa e tudo que viria depois [refere-se à Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas 2016, vinculada à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle]. Essa subcomissão atuou bastante, a gente conseguiu abertura para visitar, eu fui até no exterior, em países que já tinham sediado para ver como tinha sido a Comissão, para ver como tinham funcionado as comissões organizadoras da Copa, quanto o país tinha gasto e tal e isso me deu uma oportunidade de falar muito sobre isso. Porque aí boa parte da mídia dava cobertura, eu tenho bastante material da imprensa sobre isso, porque [nas vésperas da Copa] as pessoas já estavam bem conscientes do que significava o Ricardo Teixeira e todos esses esquemas no Brasil. Bom, é óbvio que a despeito do que eu fiz, não mudou nada, né? Construíram os doze estádios, fizeram como quiseram, mas era assim uma profecia anunciada, um caos anunciado [...] a Copa aconteceu e os resultados todos sabemos (Torres, 2021).

Ainda nos governos do PT, as empresas estatais intensificaram sua participação no patrocínio de diversas modalidades esportivas. Caixa, Petrobrás e Eletrobrás fomentaram uma série de modalidades. Mas, a opinião pública concentrou suas críticas aos contratos de patrocínio da Caixa e da Eletrobrás para clubes de futebol. A maior exposição e o maior custo do patrocínio para o futebol geraram uma série de questionamentos à estratégia, inclusive tornando-se parte da retórica de campanha de Jair Bolsonaro a promessa de acabar com esses patrocínios. O fato é que apenas a Caixa Econômica Federal chegou a patrocinar 25 clubes de alguma divisão do Campeonato Brasileiro no ano de 2018. Entre 2012 e 2018, foram gastos com patrocínios a clubes de futebol cerca de R\$ 663 milhões, sendo 2017 o ano com o maior valor gasto – R\$ 145,8 milhões. Outra estatal, a Eletrobrás, patrocinou o Vasco da Gama entre

2009 e 2013 com pagamentos anuais, em média, de R\$ 14 milhões. A Eletrobrás desembolsou cerca de R\$ 56 milhões ao todo e o patrocínio foi alvo de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório do TCU solicitava que o Vasco devolvesse R\$ 73 milhões por falta de prestação de contas e recebimento indevido de recursos públicos: o clube deveria usar o valor do patrocínio para quitação de débitos trabalhistas, previdenciários e civis e usar R\$ 1,3 milhões ao ano em ações de Responsabilidade Social e esportes olímpicos, o que, segundo o TCU, não ocorreu. É importante salientar que, em termos absolutos, R\$ 719 milhões pagos em patrocínios por empresas estatais para clubes de futebol em sete anos é um valor alto. No entanto, é importante colocar em perspectiva tais valores: o valor destinado apenas pela Caixa a patrocínios e publicidade no período foi de R\$ 5,2 bilhões; no ano de 2014, em que a Caixa mais gastou, foram R\$ 887,7 milhões. Em que pese o elevado valor, os patrocínios para o futebol nunca chegaram à metade dos gastos com patrocínio em geral e, apenas em 2017 e 2018, os gastos totais com patrocínio superaram os gastos com publicidade. Não se trata de minimizar os valores, mas enfatizar que a abordagem negativa aos patrocínios com futebol cresceu justamente quando o valor relativo em publicidade caiu e chamar a atenção para o fato de que, além do futebol, a Caixa era uma empresa ativa em patrocínios esportivos e culturais (Globoesporte.com, 2015; Sutto, 2019).

Também nas gestões petistas houve um intenso debate sobre a LRFE – MP nº 671/2015 que deu origem à Lei nº 13.155 de 2015, também chamada de PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol. Todo processo de tramitação foi conturbado, com forte embate entre parlamentares da “bancada da bola” e o Bom Senso FC, que apoiou a proposição do Governo Dilma Rousseff.¹³³ O programa visava a regularização tributária dos clubes de futebol oferecendo o refinanciamento das dívidas por 20 anos com redução de 70% das multas e 40% dos juros; em troca exigia a profissionalização da gestão, acompanhada da responsabilização objetiva do dirigente que praticasse irregularidades ou irresponsabilidades fiscais. Apesar da aparente vitória do Bom Senso FC em incluir dispositivos para o *fair play* financeiro (rebaixamento de clubes por má gestão financeira) e a penalização de dirigentes que incorressem em gastos irresponsáveis, a lei passou a ser questionada no STF

¹³³ Por ironia da história, o governo Dilma Rousseff apoiou a lei que trazia para as associações esportivas os fundamentos que embasaram o pedido de impeachment meses depois: a “[...] Lei da Responsabilidade Fiscal, que é parte da legislação que procura perpetuar a política econômica e social do neoliberalismo” (Boito, 2020, p.10).

por iniciativa do deputado Marcelo Aro (na época no Partido Humanista Social – PHS)¹³⁴, diretor de Ética e Transparência da CBF (Baibich, 2017; Brasil, 2015; Iandoli, 2017).

Com a saída de Ricardo Teixeira, José Maria Marin presidiu a CBF até o fim de 2014, posteriormente foi preso nos Estados Unidos em virtude da investigação do FBI sobre a FIFA. Marin foi jogador de futebol, formou-se em Direito e ingressou na política como vereador pelo Partido de Representação Popular na cidade de São Paulo. Em 1966, migrou para a ARENA. No partido oficial da Ditadura Militar foi vice-governador (1978-1982) e governador paulista, substituindo Paulo Maluf entre 1982 e 1983. Também, foi presidente da Federação Paulista de Futebol entre 1982 e 1988 e, como vice-presidente mais velho da CBF, sucedeu a Ricardo Teixeira. Desde 1983 não foi mais eleito para outro cargo eletivo, mas permaneceu filiado ao PTB, onde foi presidente de honra (Melito, 2015).

Após Marin ser banido do futebol¹³⁵, assumiu a CBF o ex-presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero, sócio do deputado federal Vicente Cândido (PT) em um escritório de advocacia.¹³⁶ Entre 2015 e 2016, Romário Faria (à época no PSB) presidiu a CPI do Futebol/CBF no Senado para apurar os contratos para realização de jogos da seleção. A CPI foi encerrada sem indiciamentos, reafirmando a capacidade dos atores do futebol fazer valer seus interesses no Legislativo¹³⁷ (Magalhães, 2015; Agência Senado, 2016).

Esse contexto se encerrou de maneira abrupta, com a posse de Michel Temer. Os traços de ambiguidade foram apagados e a nova fase da hegemonia neoliberal se evidenciou:

[...] o impeachment de Dilma Rousseff foi mais que o fim doloroso de um governo sem rumo ou um ataque selvagem contra o PT; ele expressou as contradições entre o *neoliberalismo como sistema de acumulação e a democracia como sua forma política*, que incluem a ruptura do frágil equilíbrio entre cidadania e privilégio embutido na Constituição, o encolhimento do espaço para políticas econômicas híbridas e o colapso do projeto político do Partido dos Trabalhadores [...] Essas contradições evoluíram para um impasse histórico, no qual nenhuma composição viável de forças políticas pode estabelecer sua hegemonia, garantir a estabilidade política ou restaurar o crescimento econômico (Saad Filho e Moraes, 2018, p.33, *grifos dos autores*).

Essa nova fase de hegemonia neoliberal avançou com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, em consórcio com o empresário e Ministro da Economia Paulo Guedes.

¹³⁴ Desde 2019, está filiado ao Progressistas (PP).

¹³⁵ Ver mais em G1 (2015).

¹³⁶ O deputado recebeu desse escritório R\$ 100 mil para a campanha eleitoral em 2014 (Gabardo e Oliveira, 2015).

¹³⁷ O relatório oficial propõe quatro projetos de lei e nenhum indiciamento. Romário e Randolphe Rodrigues apresentaram outro relatório, como voto em separado, pedindo nove indiciamentos, incluindo Teixeira, Marin, Del Nero e o deputado federal Marcus Vicente (PP/ES) – um dos vice-presidentes da CBF (Agência Senado, 2016).

3.6 UMA NOVA HEGEMONIA NEOLIBERAL: o futebol na agenda do Estado para a carteira do Mercado – um ponto focal (2017-2020)

O último período é um contexto de pontos focais que reforçam a camada da neoliberalização. O retorno da hegemonia neoliberal fica evidente não só em medidas oriundas do Legislativo e do Executivo. O primeiro sinal vem ainda no governo Michel Temer (2016-2018), com a redução dos patrocínios da Caixa para o futebol decidida em 2017 para pagamentos em 2018. Além disso, o deputado federal e dirigente da CBF Marcelo Aro (à época, no PHS) recebeu, em 18 de setembro de 2017, liminar favorável do Ministro Alexandre de Moraes – indicado ao STF por Michel Temer, derrubando o *fair play* financeiro (um clube não poderia mais ser rebaixado por má gestão financeira/dívidas), um pré-requisito ao clube interessado em aderir ao parcelamento oportunizado. Essa liminar permitiu que os clubes se inscrevassem nas competições sem apresentar a Certidão Negativa de Débitos Federais e sem que sejam punidos por atrasos no FGTS, remunerações e direito de imagem (Baibich, 2017; Brasil, 2015; Iandoli, 2017; Sutto, 2019).

No governo Jair Bolsonaro (2019-2022) ocorreu a recomposição da “bancada da bola” após o primeiro pleito sem doação empresarial de campanha; a retirada dos patrocínios de empresas estatais no futebol; a Lei nº 13.912/2019 cujo teor é mais punitivismo em relação à violência no futebol; e, por fim, a MP nº 984/2020, conhecida como MP do Mandante ou MP do Flamengo. A MP expirou sem ser votada. No entanto, o Executivo Federal enviou o Projeto de lei nº 2336/2021¹³⁸ com poucas alterações em relação à MP. Caso esta tese avançasse até o fim de 2021, seria possível ainda mencionar a Lei nº 14.193/2021¹³⁹, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, que instituiu a Sociedade Anônima de Futebol (SAF) e regulamentou outra modalidade de clube-empresa, alvo de debate desde a Lei Zico (Brasil, 2019a; 2020; 2021a).

Em 2019 assumiu a presidência da CBF Rogério Caboclo visando recompor a “bancada da bola” após a primeira eleição nacional com a vedação da doação empresarial (fim do financiamento indireto por meio dos patrocinadores de futebol). A anterior proibição das doações de campanha por clubes e federações já havia levado à CBF a ofertar cargos, como ocorreu com o ex-deputado Walter Feldman, com assessores parlamentares e com o deputado Marcelo Aro (saiu do PHS para o Progressistas – PP), chefias de delegação e outros. A nova

¹³⁸ Aprovado e sancionado como Lei nº 14.205, de 17 de setembro de 2021.

¹³⁹ A lei foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, que vetou os dispositivos de tributação específica sob a alegação de que eles provocariam renúncia fiscal sem previsão de despesas obrigatórias, o que seria incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Agência Senado, 2021).

composição contou com Fabio Mitidieri (PSD), presidente da Comissão do Esporte na Câmara (2019-2020); o ex-goleiro Danrlei Hinterholz (PSD); o ex-árbitro Evandro Rogério Roman (PSD); Darcísio Perondi (MDB), irmão do ex-presidente da Federação Gaúcha; o ex-presidente do Vitória EC, José Rocha (Partido Liberal – PL); e o ex-presidente do Sport Recife, Luciano Bivar – presidiu o Partido Social Liberal (ex-partido de Bolsonaro) e preside o União Brasil (fusão PSL/Democratas) (Carazza, 2020; Mendes, 2017; Pires, 2019b).

A Lei nº 13.912, de 25 de novembro de 2019, insere no Estatuto do Torcedor que as torcidas organizadas e seus membros ficarão proibidos de comparecer em eventos esportivos por cinco anos em caso de envolvimento em tumulto, violência ou invasão a locais restritos aos atletas, dirigentes, árbitros e jornalistas. A proibição se aplica a atos realizados em outros locais, como invasão a centro de treinamentos, confrontos com outras torcidas e atos contra atletas, jornalistas e dirigentes (Brasil, 2019a). A referida lei advém do Projeto de Lei da Câmara – PLC 12/2017 proposto pelo deputado André Moura (PSC-SE). Segundo o deputado, essa lei:

[...] torna cristalina a possibilidade de aplicação das penalidades às torcidas em qualquer episódio de violência ou de vandalismo em que estejam envolvidos seus integrantes. A inclusão do novo artigo aprimora a legislação, ampliando a sensação de segurança jurídica e reduzindo a margem de discricionariedade do Poder Judiciário ao interpretar o Estatuto do Torcedor. A lei gera uma certeza da incidência das penalidades *a todos os casos violentos que são verificados no cotidiano do nosso desporto*” (Agência Senado, 2019, *grifos nossos*).

A medida reforçou o tratamento às torcidas organizadas e uniformizadas como associações destacadas principalmente pela produção e difusão de violência, exaltando o torcedor consumidor, como vimos ocorrer nos anos 1990 (Toledo, 2000). A lei regulamenta a responsabilização objetiva civil das torcidas organizadas, mas reproduz o viés punitivista ao presumir que mais formas de punição sobre as torcidas organizadas, dentro e fora do estádio, cobriria “[...] a todos os casos violentos que são verificados no cotidiano do nosso desporto”, conforme palavras do autor da lei (Agência Senado, 2019). Sobre o tratamento da violência no futebol, cumpre trazer ao debate o professor Felipe Tavares Paes Lopes:

A primeira crítica a ser feita diz respeito ao fato de a violência, em geral, não ser interpretada como o resultado de um acontecimento social, histórico e cultural, mas atribuída a um defeito moral ou de caráter [...] essa abordagem dificulta a possibilidade de construção de iniciativas de aproximação, diálogo, confiança e convivência para evitar mais violência [...] talvez, ainda mais grave seja o fato de tal estigma atingir diretamente a identidade social dos torcedores organizados. Em primeiro lugar, porque ajuda a legitimar mecanismos legais de controle e penalização específicos para esses torcedores, convertendo-os em sujeitos com menos direitos do que outros [...] atualmente existe uma série de dispositivos legais que contribuem para a sua criminalização. Estes, todavia, em nenhum momento foram criticados pelos artigos jornalísticos. Pelo contrário, em geral, quando abordados, foram avaliados positivamente. O estigma opera justamente desta forma: desumaniza e, ao fazer isto,

autoriza o controle social sobre aquele que é desumanizado [...] e, conseqüentemente, reduzir sua capacidade de mobilizar apoio e de interferir nos processos decisórios acerca das políticas de contenção da violência no futebol, em particular, e nos arranjos institucionais do futebol profissional, de uma maneira geral (Lopes, 2013, p.607-608).

Não se trata de ignorar a participação de torcedores organizados em eventos violentos no futebol, mas identificar a lógica que “[...] encobre a responsabilidade do Estado” (Lopes, 2013, p.607). Atribuir *exclusivamente* aos torcedores organizados a responsabilidade pela violência no futebol cumpre uma estratégia mercantil. O apelo pela volta da família aos estádios (obstada pelo temor às torcidas organizadas), bem como a lógica das arenas instituídas em boa parte dos estádios brasileiros desde o contexto de preparação para a Copa do Mundo de 2014 tem um importante fundamento econômico de potencializar o consumo¹⁴⁰. E esse fundamento econômico é atendido sem uma contrapartida significativa na qual as entidades esportivas (CBF, clubes e federações estaduais) e as demais organizações interessadas no futebol como mercado sejam chamadas às suas responsabilidades, como por exemplo ocorre na maioria dos países europeus em que a responsabilidade pela segurança nas ruas é dos órgãos de segurança pública, mas a segurança interna aos estádios é feita por segurança particular, sendo atribuição do clube mandante. Ademais, o engajamento das torcidas organizadas por vezes se constitui em resistência ao processo de mercadorização:

Os torcedores organizados também tendem, em diferentes níveis, a denunciar práticas de exclusão e opressão como formas de violência. Não são raros, por exemplo, os protestos contra o preço dos ingressos ou contra a repressão nas arquibancadas. Apenas para ilustrar, em 2016, a torcida organizada Gaviões da Fiel, do Corinthians, realizou uma série de protestos, dentro e fora das arquibancadas, contra as forças dominantes do futebol brasileiro (Rede Globo, Confederação Brasileira de Futebol, Federação Paulista de Futebol, Polícia Militar e Ministério Público), bem como contra o “escândalo da merenda”, relativo aos desvios de verbas para a alimentação nas escolas públicas da rede de ensino do estado de São Paulo [...] Ao denunciarem essas práticas, as torcidas organizadas tornam-se um ator central na luta contra a exclusão do torcedor pobre do espetáculo futebolístico. Por essa razão, entendo que o estigma da violência lançado sobre elas tende a trazer conseqüências negativas (Lopes F., 2020, p.697-698).

O sociólogo Maurício Murad vai além e afirma que “[...] práticas de violência em nosso futebol e as mortes são operadas por minorias, entre 5% e 7%, das torcidas organizadas, de acordo com nossas pesquisas (Uerj/Universo, 2013), levadas a efeito desde maio de 1990” (Murad, 2013, p.147). Por ser operado por minorias:

[...] a violência no futebol é periférica e não estrutural, grave, mas inferior à sua dimensão não violenta e sociopedagógica; são práticas de violência no futebol e não do futebol. Nosso princípio é o de que esse desporto não é “violento em si”, ao contrário

¹⁴⁰ O objetivo é o modelo de venda/consumo total no esporte, inspirado nos esportes estadunidenses, voltado a grupos a partir da classe média com variação de preços para ingressos, produtos alimentícios e esportivos, *tours* em instalações dos clubes e até viagens para jogos e eventos junto a delegações da equipe esportiva.

daquilo que muitas vezes transparece na espetacularização da mídia [...] Entretanto, as distintas práticas de violência no mundo do futebol [...] muitas vezes se sobrepõem ao espetáculo [...] É em defesa dessa modalidade esportiva, por tudo o que ela é e pelo que pode ser, que se coloca nossa investigação sobre as práticas de violências e mortes de torcedores no futebol brasileiro. E do mesmo modo colocamos a proposta de um *projeto estratégico nacional de segurança pública* para o futebol brasileiro, com indiscutíveis efeitos para a segurança global de nosso país. Projeto contínuo e aprofundado, *compromisso coletivo de um conjunto de instituições federais, estaduais e municipais*, adequado às culturas dos diferentes lugares e *constituído por planos e programas integrados de curto, médio e longo prazos, respectivamente de repressão, de prevenção e de reeducação* (Murad, 2013, p.152, *grifos meus*).

Portanto, a Lei nº 13.912/2019, apoiada pelo ex-Ministro da Justiça Sérgio Moro, sancionada pelo presidente Bolsonaro, reforçou o rol de políticas esportivas com sentido neoliberalizantes. De certo modo, ao tornar toda a questão “caso de polícia” essas políticas suprimem o papel preventivo e reeducativo do Poder Público, mas agradam aos clubes e federações por mirar uma suposta pacificação adequada ao torcedor consumidor, em detrimento dos torcedores organizados, sem contrapartida das entidades do futebol.

Além disso, em meio à pandemia de Covid-19, o presidente Bolsonaro editou a MP nº 984/2020, conhecida como MP do Mandante. A principal alteração ocorreu em seu artigo 1º, alterando o artigo 42 da Lei Pelé (Lei nº 9.615 de 1998): o direito de arena ou “[...] prerrogativa de negociar os direitos de reprodução e de transmissão dos espetáculos esportivos” passou a ser da “entidade de prática desportiva mandante”. Pela Lei Pelé, o direito de arena era das duas entidades desportivas de prática envolvidas na partida. Além disso, o percentual de 5% a que os atletas têm direito sobre o direito de arena passaria a ser pago diretamente, em vez de ser feito por intermédios dos sindicatos, como preconiza Lei Pelé. Por fim, quando uma partida não possuir um mandante definido, a negociação dos direitos de arena depende da anuência das duas entidades de prática envolvidas (Brasil, 2020).¹⁴¹

São medidas pautadas pela lógica neoliberal. O primeiro, com base na livre negociação, concede aos clubes mandantes a prerrogativa de comercializar seus direitos de transmissão sem depender da anuência dos adversários. Pela Lei Pelé, a necessidade de que os dois clubes envolvidos negociem seus direitos para uma partida ser exibida, demanda coordenação entre eles: um clube negocia seus direitos com uma empresa de comunicação e depende de que seu

¹⁴¹ A MP provocou divergências e Rodrigo Maia (à época, no Democratas e presidente da Câmara), não colocou em votação alegando a necessidade de debate entre os clubes, mesma posição do deputado Danrlei Hinterholz (PSD), apontado como membro da “bancada da bola”. O governo apresentou o Projeto de Lei nº 2336/2021. Nele, o pagamento do direito de arena ou imagem permanece, como na Lei Pelé, sendo feito aos sindicatos para repasse aos atletas, diferente da MP. A novidade é a fixação do prazo de 72 horas para o repasse ocorrer. Em relação à MP, a lei mantém o mandante com 100% dos direitos de transmissões; mas, diferente da medida expirada, a Lei é clara ao preservar intacto os contratos vigentes (Brasil, 2021b; Lopes P., 2020; Pires, 2019b).

adversário tenha negociado com a mesma empresa para exibição da partida. No outro ponto, com a retirada da intermediação sindical, os atletas teriam que fazer a cobrança do valor individualmente, em coerência com os pressupostos das últimas reformas trabalhistas, a partir de 2017, pautadas por essa lógica de negociação direta entre empregador e empregado.¹⁴²

Alguns interpretavam que seus efeitos seriam imediatos inclusive nas competições em andamento e outros entendiam que a prerrogativa do mandante não poderia ferir contratos vigentes. Essas divergências foram usadas pelo Flamengo, sem contrato vigente no Campeonato Carioca de 2020, para transmitir e negociar individualmente seus jogos, independente de anuência dos adversários. Em reação, o Grupo Globo rescindiu o contrato com todos os clubes da competição. A polêmica reforçou a impressão de parte dos clubes, de parte da imprensa e de políticos, de que os encontros de Bolsonaro com o presidente do Flamengo Rodolfo Landim antes da edição da MP não foram mera coincidência. Daí que a outra alcunha dada à MP foi “MP do Flamengo”.¹⁴³ Outro clube interessado na MP era o Atlético Paranaense, cujo principal dirigente, Mario Celso Petraglia, é apoiador de Jair Bolsonaro. (Athletico, 2020; Kaseker e Cordeiro, 2018).

No que concerne à CBF, Del Nero, também implicado em casos de corrupção foi banido do futebol em abril de 2018 e, em seu lugar, assumiu, aos 80 anos de idade, o cartola paraense coronel Antônio Carlos Nunes, seguindo as regras da CBF em nomear o vice-presidente mais velho. Em 2019, assumiu Rogério Caboclo, aclamado em eleição de candidato único. Sua gestão foi interrompida em 2021 por denúncias de assédio moral e sexual, marcando o retorno de Coronel Nunes como presidente interino da entidade. (Aleixo, 2018; Uol, 2021).

Bolsonaro e Rogério Caboclo demonstraram proximidade. Em 2021, o presidente e alguns ministros auxiliaram a CBF na transferência da Copa América para o Brasil, em meio à

¹⁴² Os sindicatos de atletas no Brasil, no geral, são poucos combativos, sem o histórico de grandes mobilizações contra CBF, federações e clubes e são caracterizados pela baixa rotatividade de lideranças e baixa adesão dos atletas. Essa postura pode ser vista na falta de reação organizada aos atrasos salariais e à situação crítica da maioria dos atletas de futebol no país. Outro exemplo: uma das lideranças sindicais da categoria, Rinaldo Martorelli, acusou a mobilização do Bom Senso FC de fragilizar a categoria, ao defender mecanismos de controle financeiro mais rígidos sobre entidades esportivas – contrariando interesses da CBF, das federações e da maior parte dos clubes. Além disso, o Sindicato de Atletas de São Paulo comemorou a negativa da Secretaria do Trabalho e da Previdência do registro sindical a um sindicato ligado aos ex-membros do Bom Senso FC, em 2021. Se a ação sobre sindicatos é uma das possibilidades teóricas de atuação estatal no neoliberalismo, a experiência da CBF orienta a permanência da atual estrutura sindical, conferindo previsibilidade nas relações trabalhistas. Inclusive, a unicidade sindical é um limite legal à constituição de novos sindicatos, ao impedir mais de um sindicato de uma categoria em uma mesma base territorial. Com a MP, esses sindicatos de atletas teriam dificuldades para se manter, pois uma das principais fontes de renda dos sindicatos é a taxa de administração desse recurso. Logo, trata-se de interditar ou dificultar a entrada de novos agentes que possam romper o equilíbrio vigente (Martins, 2016; Sindicato de Atletas São Paulo, 2021).

¹⁴³ A aproximação entre Bolsonaro e Landim não se limitou à edição da MP: Bolsonaro era presença constante em jogos do Flamengo e Landim foi cogitado como “vice-presidente dos sonhos” para Bolsonaro em 2022 (Gois, 2021a). Em março de 2022, Landim foi indicado pelo governo à presidência do conselho de administração da Petrobras (Lima, 2022).

pandemia de Covid-19. Além disso, Bolsonaro se incomodou com a possibilidade de os principais jogadores da seleção não disputarem a Copa América em protesto e obteve a promessa de Rogério Caboclo de substituir o técnico Tite por Renato Gaúcho, apoiador confesso do presidente. Caboclo caiu antes, mesmo com a atuação nos bastidores do secretário nacional de futebol do governo Bolsonaro, Ronaldo Lima, para mantê-lo na presidência da CBF (Gois, 2021b; Lance!, 2021; Rizek, 2021; Teófilo, 2021). Não se pode confundir o esforço neoliberalizante com a retirada dos assuntos do futebol da agenda.

3.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em coerência com o modelo de causalidade social *path dependence*, esta seção discorre sobre o desenvolvimento do futebol no Brasil com indicações do contexto político.

A passagem do Império para a República, em fins do século XIX, foi caracterizada pela organização das oligarquias regionais, contando com o respaldo das forças policiais organizadas sob princípios militares, resultando em um federalismo forte, com protagonismo das oligarquias do Nordeste açucareiro, do Rio de Janeiro, São Paulo e do Rio Grande do Sul. Esse federalismo forte tinha como uma das marcas do poder regionalizado a existência de um partido republicano local em cada unidade federativa. Tal formatação exigiu pactos para obtenção da governabilidade durante a Primeira República (1889-1930), como a chamada Política dos Governadores (ou dos estados), em que o grupo ocupante do poder federal fazia concessões para as oligarquias regionais em troca de apoio político. Esse arranjo abriu caminho para o acordo conhecido como Política do Café com Leite, que garantiu a alternância entre paulistas e mineiros no comando da Federação.

É nesse contexto de transição para a República que o futebol se estruturou em clubes e federações no Brasil. Há pesquisas que registram a prática do futebol a partir de 1864, mas a organização em clubes e federações ocorre a partir dos anos 1890. A criação do São Paulo Athletic Club, por Charles Miller, se dá no mesmo ano em que ascende ao comando da federação Prudente de Moraes, o primeiro dos presidentes civis, em 1894. Essa organização é majoritariamente operada pelas elites econômicas e com grande proximidade com os detentores do poder político. O referido processo, assim como a transição política para República, se dá com proeminência das bases regionais. Desse modo, o federalismo forte da Primeira República encontra seu referencial no futebol cujo desenvolvimento ocorre em base policêntrica. Isto é,

com relativa autonomia dos Estados e dos seus principais centros urbanos em relação aos demais. O desenvolvimento do futebol de modo nacionalizado ocorre posteriormente. Nesses antecedentes com potencial explicativo, o arranjo regionalizado é explicativo tanto para a República quanto para o futebol.

Outro destaque do período é a evidência de relações entre atores do futebol e autoridades políticas. Essa relação se dá a partir da proximidade dos dirigentes do futebol em relação às lideranças políticas. Também se identifica no começo do século as candidaturas de pessoas ligadas ao esporte, a presença em partidos e movimentos sociais, bem como o uso estratégico das associações esportivas por atores políticos. Assim, os interesses de clubes e federações de futebol são encaminhados politicamente. Por exemplo, é verificável a participação de atores políticos na criação do COB, da FBE/FBS e na criação e consolidação da CBD em consonância com os interesses de atores do campo esportivo.

É verdade que antes da Era Vargas (1930-1945) não se tratava de uma presença dos interesses organizados do futebol como algo seguro e sistematizado na agenda do Estado. No entanto, identificar tais relações é fundamental para evitar reducionismos que apontem para uma politização abrupta em períodos autoritários ou para uma passividade dos atores do futebol diante de um avanço unilateral de lideranças políticas autoritárias. A Era Vargas se constituiu um marco para esta pesquisa porque a presença dos interesses do futebol na agenda do Estado passa a ser sistemática. E essa mudança começa com a unificação do comando nacional do futebol por meio da sobreposição da CBD aos conflitos entre as lideranças estaduais e com a resolução dos impasses que atrapalhavam a profissionalização do futebol no país. A centralização do comando no governo federal em detrimento das oligarquias regionais teve seu paralelo no futebol: atores ligados ao governo e, pessoalmente ao presidente Vargas atuaram para instituir um comando nacional no futebol brasileiro. É também nesse período que se estabeleceu as bases da organização desportiva a partir do Decreto nº 3.199/1941. Por esse decreto, a CBD foi reconhecida como entidade central que comandava a maior parte dos esportes no Brasil¹⁴⁴, o CND foi criado sendo composto por membros nomeados pelo presidente e os CRDs foram criados de modo análogo ao CND em cada unidade federativa. Esse período é a primeira camada no processo de institucionalização do futebol na agenda do Estado, por marcar uma participação organizacional-burocrática sistemática do Estado no futebol.

¹⁴⁴ Exceção do basquete, do boxe, dos esportes náuticos de vela e motor, da esgrima e do xadrez.

Entre 1946 e 1964, foi possível verificar mais continuidades do que rupturas em relação à Era Vargas referente à questão Estado e futebol. A novidade foi a realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil, efetivando esforços iniciados com Vargas e o título mundial de 1958, coroando um projeto de modernização da CBD consonante ao projeto geral de modernização do governo Juscelino Kubitschek. Em 1959 começa o esforço de organização de competições nacionais, mas o grau de nacionalização permaneceu limitado até 1971. O bicampeonato mundial em 1962 veio num momento de crise política em que João Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros e enfrentou resistências de parte significativa do Congresso. Em meio à crise, Goulart promulgou o Decreto nº 53.820/64 reconhecendo o “passe” (cujo fundamento remete ao Decreto-Lei nº 5.342/43) e garantindo direitos aos jogadores (15% do valor do passe, férias, intervalo entre os jogos etc.).

A Ditadura Militar (1964-1985) compreendeu um período de pontos focais, em que o sentido da participação organizacional-burocrática do Estado no futebol foi reafirmado e complementado pela progressiva militarização do esporte. Nesse período, passou a ser disputado anualmente um campeonato efetivamente nacional, iniciado em 1971, elevando para o nível simbólico os intentos de integração nacional empreendidos pelo regime militar. Não só simbólico, a nacionalização do futebol foi movida também por interesses eleitorais da ARENA em busca de ampliar seu alcance por meio da inclusão de clubes de todas as regiões do país no Campeonato Brasileiro e a consequente aproximação a lideranças políticas locais. Para subsidiar esses objetivos, a Loteria Esportiva é criada com parte dos recursos destinados à CBD. Além disso, o tricampeonato mundial em 1970, conferiu significativa margem de propaganda ao regime militar, que emplacou a chefia da delegação e a preparação física da Seleção Brasileira. Simbolicamente, o título foi marcado pelos “craques” de times de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, compondo o meio campo e o ataque, bem como difundiu a ideia que influenciou os clubes brasileiros a buscar profissionais oriundos de instituições militares: o talento prevaleceu graças à organização e disciplina em termos táticos e físicos que foram possíveis graças ao caráter científico da atuação de militares. Outrossim, graças ao Planejamento México, apoiado por grandes empresários, foi possível custear a preparação da seleção, o envio de técnicos brasileiros ao exterior para estudar os adversários do Brasil e a construção da nova sede da CBD. O título e as excursões da Seleção e do Santos de Pelé impulsionaram a candidatura de João Havelange para a presidência da FIFA. Para assumir a federação internacional, Havelange deixou a CBD com dívidas que foram pagas com recursos

públicos durante o governo Geisel. Para o lugar de Havelange, os militares emplacaram o ex-presidente da ARENA, o Almirante Heleno de Barros Nunes para presidir a CBD. Barros Nunes aumentou progressivamente a quantidade de clubes no Campeonato Brasileiro, ultrapassando 90 clubes na edição de 1979.

A partir de 1980 ocorreram mudanças importantes no contexto sociopolítico e econômico. A abertura política se intensificou em meio à crise econômica conhecida como Crise da Dívida nos anos 1980. Com isso, aumenta a pressão pela redução do controle estatal sobre a economia. O avanço da neoliberalização no Brasil coincide com um processo mais incisivo de mercadorização do futebol que ocorre gradualmente: começa pelo acordo em torno do Direito de Arena, costurado pelo presidente da CBF Giulite Coutinho, e se intensifica com os debates acerca da Lei Zico e a tentativa de regulamentar o clube-empresa, com a aprovação da Lei Pelé extinguindo o passe e com a aprovação do Estatuto do Torcedor, consagrando o conceito de torcedor-consumidor. Nesse período, a presença dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado é mais visível nas movimentações de parlamentares no Congresso, o que não significa ausência ou fraqueza do Executivo. Não à toa, é nesse período que ganha espaço na imprensa a chamada “bancada da bola”, a despeito da presença de parlamentares ligados ao futebol ser antiga no Brasil. Chama atenção a forma como essa articulação informal é destacada: normalmente sua atuação foi destacada quando se opôs às medidas com viés neoliberalizante. Outro destaque recorrente é a sua atuação nas CPIs, quando buscou defender os dirigentes esportivos implicados. Em resumo, na redemocratização, a consolidação dos interesses do futebol na agenda do Estado demandou novas de articulação política. Então, para a manutenção da capacidade de influência e pressão do alto comando do futebol brasileiro, foi necessário atuar também no Legislativo para defender o *status* conquistado. Isso, conforme Helmke & Levitsky, significa considerar que as regras são menos o produto do design de um ator, mas a consequência de uma experiência histórica particular, que gera certas expectativas socialmente compartilhadas (Sarmiento, 2006; Oliveira, 2012; Helmke e Levitsky, 2006).

De modo geral, esse período entre 1980 e 2002 marcou um processo de mercadorização do futebol que se constituiu como produto, ao mesmo tempo, mercado e ganhou claro sentido neoliberal nos anos 1990. Por essa razão, afirmamos o período mencionado como uma nova conjuntura crítica: os interesses organizados do futebol não saem da agenda do Estado, mas o sentido da participação estatal é criar condições para atrair e dar previsibilidade à iniciativa

privada e, para isso, o caráter associativo dos clubes brasileiros precisou ser debatido, bem como a legislação que regulamenta o futebol precisou ser alterada.

O período entre 2003 e 2016 foi um período de pontos focais à medida que não rompeu com as medidas com sentido neoliberal e, ao mesmo tempo retomou práticas em que o Estado participa inclusive financeiramente da promoção do futebol (investimento para a Copa, patrocínio de estatais a clubes de futebol, novas modalidades de parcelamento e de loterias). Essa ambiguidade demonstrou a relevância da dependência de trajetória: conforme avança um processo de institucionalização os custos para sua reversão são maiores – não por conferir invariavelmente retornos crescentes, mas pelo fato de que a configuração inicial provoca reações e contrarreações, bem como existe a aprendizagem institucional por parte dos atores. Desse modo, nem na neoliberalização os atores puderam retirar o Estado de cena enquanto abriam caminho para mercadorização do esporte, nem a ascensão de governos de centro-esquerda reverteram a tendência de consolidação do mercado e do produto futebol. Inclusive, em certas medidas reforçaram esse processo, por exemplo, com o Novo Estatuto do Futebol.

O período entre 2017 e 2020 marcou outro contexto de pontos focais em que a hegemonia neoliberal se impõe no futebol intensificando as medidas do período 1980-2002. Desde a questão punitivista no tratamento da violência no futebol até a consagração da livre negociação e livre concorrência nas negociações dos direitos de transmissão apresentada inicialmente como MP e, após a perda da validade, apresentada e aprovada como lei.¹⁴⁵ Isto é, o discurso neoliberal de despolitizar para reduzir a participação do Estado em diversas esferas da vida, na prática significou uma série de decisões governamentais visando consolidar o futebol como produto e mercado e, assim, permitiu uma maior atuação de empresas e de empresários (patrocínios, direitos de transmissão, agenciamento na comercialização dos direitos econômicos dos jogadores). Diante dessa constatação e da explanação apresentada ao longo dessa seção é apresentado o Quadro 7 para sintetizar os pontos centrais.

¹⁴⁵ Caso a tese analisasse 2021 seria necessário analisar a aprovação da SAF, retomando esforços das Leis Zico e Pelé para viabilizar o clube-empresa.

Quadro 7: Síntese da seção 3

Períodos	Brasil
Antecedentes com potencial explicativo: início do futebol	Regionalizado em torno das capitais estaduais de modo heterogêneo (diferentes períodos e diferentes níveis de desenvolvimento)
Início do Processo de Institucionalização Política (Conjuntura crítica 1)	Era Vargas: <ul style="list-style-type: none"> - Articulação política para a profissionalização e unificação do comando do futebol; - Apoio para construção de grandes estádios em capitais; - Uso da estrutura oficial de imprensa para a divulgação do futebol – o caso da Copa de 1938; - 1939: a criação do CND e CRDs. O CND passaria a conduzir a política esportiva e a CBD concentra o comando da maior parte das modalidades esportivas; - Decreto-Lei nº 3199 de 1941: estabelece as bases da organização do desporto nacional, bem como regulamenta o CND e os CRDs; - Decreto-Lei 5.342/43 – fundamentos do “passe”; - Decreto 53.820/64: reconhece o “passe” e garante direitos aos jogadores.
Ditadura Militar (Ponto focal I)	Ditadura Militar (1964-1985): <ul style="list-style-type: none"> - Utiliza a propaganda de modo a associar o regime ao êxito do “Planejamento México” para a Copa de 1970; - Aumenta o controle do CND sobre os esportes; - Cria a Loteria Esportiva, a Lei do Passe e utiliza o Campeonato Brasileiro para os fins da integração nacional; - Indica militar para sucessão de João Havelange;
Abertura Democrática e a neoliberalização (Conjuntura crítica 2)	Desmembra a CBD em confederações específicas e manobra para a CBF herdar toda a estrutura da CBD; <ul style="list-style-type: none"> - Coordena a abertura da CBF para lideranças civis, aos moldes da abertura lenta e gradual do país - Lei Zico: reduz intervenção estatal e estimula a transformação de clubes em sociedades comerciais; - Lei Pelé: revoga a Lei Zico, direito do consumidor foi instituído no esporte, os clubes seriam obrigados a tornar-se clube-empresa e extingue a Lei do Passe, o que fortalece o papel dos empresários. - Formação da Bancada da Bola, denúncias quanto ao financiamento de campanhas pela CBF; - CPI CBF/Nike - Estatuto do Torcedor;
Entre o Estado e o Mercado (Ponto focal II)	<ul style="list-style-type: none"> - Timemania e parcelamento de débitos tributários; - Novo Estatuto do Torcedor: punitivismo e a lógica do consumo; - Participação do Estado na realização da Copa de 2014; - CPIs do Futebol e da CBF; - Queda de Ricardo Teixeira, José Maria Marín e Marco Polo del Nero por corrupção. - LRFE (Lei 13.155/2015).
Nova Hegemonia Neoliberal (Ponto Focal III)	<ul style="list-style-type: none"> - Retirada dos patrocínios de empresas estatais no futebol; - Lei 13.912 de 2019: mais punitivismo; - MP984/2020 (MP do Mandante ou MP do Flamengo);

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos referenciais usados e citados ao longo da seção

É, portanto possível verificar a estabilidade dos interesses do futebol no âmbito das instituições e das decisões do Estado. Mesmo em alguns governos cuja retórica neoliberal prometia a *retirada* do “peso do Estado” e, na prática, procuraram gerar condições para potencializar a utilidade econômica do futebol, sem efetivamente se retirar da cena. São exemplos: a atuação da “bancada da bola”; as repetidas CPIs do Futebol no Brasil; a Lei Zico no Governo Collor; a Lei Pelé no governo FHC; e o Programa de Modernização da Gestão dos clubes, no governo Dilma, que apesar de ser publicamente justificado pelo esforço de profissionalização da gestão e de intensificar os esforços iniciados na Lei Zico e Lei Pelé para regulamentar o clube-empresa, incluiu perdão e refinanciamento de dívidas tributárias dos clubes.

4 SEÇÃO 4 – “LA PELOTA NO SE MANCHA”: futebol e institucionalização de interesses organizados na agenda do Estado na Argentina

A presente seção apresenta um percurso da história do futebol na Argentina e enfatizará os momentos mais relevantes em que o campo político e o campo esportivo se aproximaram. O pesquisador Pablo Alabarces (2002) organiza a história e o desenvolvimento do futebol na Argentina em quatro períodos: (1) fundação do estilo *criollo* (anos 1920); (2) Peronismo; (3) ciclo heroico de Maradona; (4) Contemporaneidade. Entretanto, foi organizado com subdivisões coerentes com o referencial teórico. Desse modo, esta seção contará com seis subseções e as considerações parciais. A primeira apresenta a chegada do futebol à Argentina até 1930, considerando esse período como um antecedente com potencial explicativo. A segunda trata do início do marco analítico o processo de profissionalização do futebol em 1931, até o final do último governo Perón (1976); quando se busca compreender o Peronismo como fenômeno político e social e sua relação com o esporte, notadamente o futebol, destacando que, a relação entre Estado e futebol foi ressignificada e não inaugurada naquele contexto. A terceira analisa como a relação entre futebol e política se deu durante a Ditadura Militar. A quarta analisa o período que engloba o processo de redemocratização, após a Guerra das Malvinas até o fim do governo Menem, incluindo a promulgação da CN94, o auge do ciclo heroico de Maradona na Seleção Argentina e a hegemonia neoliberal. A penúltima subseção trata dos governos de Néstor e Cristina Kirchner como um novo período de presença econômica mais robusta do Estado no futebol sem a reversão do legado neoliberal implementado no período anterior. Por fim, o governo Maurício Macri será período de análise com vistas a compreender o retorno da hegemonia neoliberal e suas implicações sobre a relação do Estado com o futebol.

4.1 ANTECEDENTES COM POTENCIAL EXPLICATIVO: da introdução do futebol na Argentina ao Governo Uriburu passando pela fundação do estilo *criollo*

A subseção começa contextualizando o sistema político argentino. Esse exercício é necessário para fornecer o quadro geral das instituições e das configurações políticas presentes na origem da trajetória e que, portanto estão relacionadas ao desenvolvimento político posterior, tomando por base o modelo de causalidade de *path dependence* ancorado na lógica de reações e contrarreações (Mahoney, 2001; 2006).

No período em que o futebol começou a ser praticado na Argentina começava a se desenvolver “[...] o marco institucional e a estrutura política de um Estado Nacional, processo que mais tarde seria concluído sob o governo de [Julio Argentino] Roca”. Em 1862, foi superada a cisão entre Buenos Aires e Confederação Argentina, permitindo a unificação do território argentino. Após a unificação, o governo nacional enfrentou com sucesso duas décadas de levantes desencadeados por caudilhos de áreas rurais do interior (Rapoport, 2003, p.10, tradução nossa)¹⁴⁶.

Sob a gestão de Julio Argentino Roca (1880-1886), a consolidação do Estado Nacional passou pelas seguintes etapas: (1) “[...] o monopólio legítimo da violência frente a toda dissidência interior ou perigo exterior que ameaçava a soberania territorial”¹⁴⁷; (2) “[...] a formação de um aparato administrativo que implicou na expansão da burocracia central”, resultando no aumento de funcionários públicos, num sistema de arrecadação e distribuição de tributos nacionais, no controle da saúde pública pelo governo e na instituição de um modelo público e laico de educação; além disso a administração pública operou a laicização de serviços como cemitérios, a criação do Registro Civil e do Casamento Civil; por fim, (3) “[...] a constituição de uma burocracia governamental limitou de fato as autonomias provinciais apesar da fórmula federal”, formando uma estrutura de justiça federal e reforçando o Executivo federal (Rapoport, 2003, p.14-15, tradução nossa).¹⁴⁸

O futebol chegou à Argentina nesse contexto em que havia um marco institucional visando à unificação territorial, mas ainda persistiam os conflitos em que o governo nacional enfrentava insurreições de caudilhos do interior. Tal contexto refletiu a proeminência de Buenos Aires e entorno e na inclusão tardia dos clubes do interior. Segundo Pasquato (2019a), chegou intrinsecamente ligado ao processo de surgimento do esporte na Inglaterra. As primeiras menções à prática do futebol na Argentina dão conta de marinheiros que jogavam em terrenos próximos ao Porto do Buenos de Aires. Além disso, o processo de interiorização do futebol se

¹⁴⁶ No original: “[...] el marco institucional y la estructura política propia de un Estado nacional, proceso que se completaría luego bajo el gobierno de Roca.”

¹⁴⁷ Nesse primeiro mandato de Roca (1880-1886) resultou em acordos com países vizinhos, como ocorreu com o Chile na questão da Patagônia e o Brasil na questão dos territórios a oeste dos Rios San Antonio e Pepiri Guazú, além de campanhas militares contra povos indígenas que asseguraram a posse de território no Chaco e em Formosa; também resultou em mudanças internas: a derrota das forças provinciais de Buenos Aires resulta no reconhecimento do Exército como a única força militar e na proibição de formação de corpos militares provinciais. No segundo mandato (1898-1904), foram instituídos o serviço militar obrigatório e a profissionalização das Forças Armadas, bem como foram criadas uma polícia com atuação nacional e as polícias provinciais (Rapoport, 2003).

¹⁴⁸ No original: (1) “[...] el monopolio legítimo de la violencia frente a toda disidencia interior o peligro exterior que amenazara la soberanía territorial”; (2) “[...] la formación de un aparato administrativo que implicó la expansión de la burocracia central”; (3) “[...] la constitución de una burocracia gubernamental recortó de hecho las autonomías provinciales pese a la proclamación de la fórmula federal”.

relacionou à expansão das linhas férreas no país. Lembrando o pioneirismo de ingleses, escoceses e irlandeses e seus descendentes na prática e na organização primitiva do futebol. Com isso, os primeiros clubes foram surgindo às margens do Rio da Prata ou nas cercanias das estradas de ferro (Pasquato, 2019a; Galeano, 2019).

Em 1867 a Argentina estava em meio a Guerra do Paraguai (1864-1870) e se insurgia contra povos indígenas pelo controle de territórios; em maio daquele ano, o jornal *The Standart* divulgou o convite dos irmãos Thomas e James Hogg para a fundação de um clube destinado à prática do futebol. Assim, nasceu o *Buenos Aires Foot-Ball Club*. A primeira partida foi jogada no mês seguinte no campo do *Buenos Aires Cricket Club*. O esporte não foi sucesso imediato. Mas em 1882 – no primeiro governo Roca –, chegou ao país o professor Alejandro Watson Hutton para dirigir o colégio escocês San Andrés com o intuito de inserir no currículo a prática esportiva e a educação física, incluindo o ensino do futebol aos alunos. Depois, fundou a *English High School*. Além dessas, outras escolas da comunidade britânica se destacaram na difusão do futebol. (Pasquato, 2019a).¹⁴⁹

Entretanto, identificar esses personagens não significa que o surgimento do futebol na Argentina foi uma iniciativa restrita a uma elite. De acordo com Galeano (2019, p.36), foram “cidadãos ingleses, diplomatas e funcionários da estrada de ferro e da companhia de gás, que formaram as primeiras equipes locais”. O futebol começou a “se popularizar e a se nacionalizar, nas margens do Rio da Prata” nos primeiros anos do século XX. Como a prática do futebol não exige muitos recursos materiais e as regras são relativamente simples, sua popularização foi rápida (Galeano, 2019, p.38).

Segundo Frydenberg (2011), a adoção do futebol pela elite ocorreu ao mesmo tempo em que o esporte se popularizava na Argentina, permitindo o contato entre pessoas de grupos sociais diferentes. Mas havia uma diferença importante: a escola pública argentina não compartilhava do pressuposto comum às escolas britânicas de que haveria um aspecto moral importante no esporte. Essas escolas viam nos esportes uma ferramenta de sua missão civilizadora e missionária, o que explica a sua dedicação na difusão dos esportes bretões, como o futebol, o rúgbi, o cricket, dentre outros. A imprensa de Buenos Aires também teve um papel central na difusão do esporte para além da comunidade britânica. Os jornais, já no início do

¹⁴⁹ Como foi tratado na seção 1.2, os documentos indicam a introdução do futebol na Argentina, de modo centralizado, em Buenos Aires praticados por estudantes britânicos e operários, com o primeiro registro em 1867.

século XX, cobriam a liga oficial e excursões de equipes estrangeiras à Argentina e organizavam ligas amadoras nos bairros da capital argentina (Frydenberg, 2011).

Galeano (2019) destaca a fundação de dois clubes vizinhos e de origem operária em dois dias 1º de maio. Em homenagem aos trabalhadores mortos em 1º de maio de 1886¹⁵⁰, o *Argentino Juniors*¹⁵¹ foi fundado sob o nome *Club Mártires de Chicago*. Em 1906, nasceu o *Club Atlético Chacaritas Juniors*¹⁵². O primeiro nasceu por iniciativa de jovens da Villa Crespo (bairro cuja origem está associada à *Fábrica Nacional de Calzados*, em 1888 e seus operários que se fixaram nas proximidades); o segundo era sediado no bairro de Chacaritas (conhecido pela via férrea e pelo cemitério para as vítimas da epidemia de febre amarela a partir de 1871). Os dois clubes continuam ativos, o *Argentinos Juniors*, com mais destaque, disputa a Superliga e disputou a Copa Libertadores da América em 2021; enquanto o *Chacaritas* disputou a segunda divisão no referido ano – *Primera Nacional* (Ceconello, 2014; Galeano, 2019).

Havia uma “militância pelo futebol” entre os jovens de classes populares no início do século XX, que consistia em assistir os jogos e criar clubes para atuar como “jogador-sócio-dirigente” nas ligas independentes. Esse fenômeno é marcado pela associação de ideais de beleza, masculinidade e vida *criolla* nos códigos de rivalidade e honra vigentes na prática do futebol daquela época. Desse modo, o futebol se relaciona ao processo de *argentinização* das classes populares (Frydenberg, 2011).

A nacionalização do futebol foi marcada pela sua rápida apropriação pelos imigrantes italianos e espanhóis e seus filhos. O que fez circular nos anos 1920 a teoria de que “[...] o futebol no país havia passado por duas fundações: a primeira inglesa; a segunda argentina.” (Palacios e Chacra, 2014, p.64).

Por outro lado, diferentemente do caso brasileiro, na Argentina a organização centralizada do futebol surgiu em 1893, com a criação da *The Argentine Association Foot-Ball League* – *AAFL*. Essa associação criada sob liderança inglesa, inicialmente, bloqueava o acesso

¹⁵⁰ O Dia Mundial do Trabalhador decorre dos acontecimentos de 1º de maio de 1886: a mobilização de trabalhadores da Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá em busca da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias – estima-se a adesão de cerca de 190 mil. Em Chicago, a greve foi duramente reprimida pela polícia, causando confrontos e resultando em prisões, trabalhadores feridos e mortos. No ano seguinte, operários de países europeus pararam as atividades para protestar em memória dos “mártires de Chicago”. Em 1889, agrupamentos anarquistas e sindicatos proclamaram a data como Dia Dos Mártires de Chicago e dos Trabalhadores, oficializada no Congresso Socialista realizado em Paris. A prática se disseminou por vários países do mundo (Silva e Ribeiro, 1995, p.177).

¹⁵¹ Um dos apelidos é *Bicho Colorado*, pelo uniforme predominantemente vermelho. A escolha da cor teria sido motivada pela adesão ao Partido Socialista por alguns de seus fundadores. O clube revelou décadas depois Diego Armando Maradona Franco.

¹⁵² O clube é conhecido também como *Los Funebreros* ou *Tricolores*. Os relatos históricos afirmam que a cor vermelha também está ligada ao Partido Socialista, que alguns de seus fundadores eram adeptos; o preto ao cemitério, que também teria rendido o apelido de *Funebreros*; e o branco simbolizaria a paz.

de clubes *criollos* e limitava as partidas e competições a um raio de 80 quilômetros de Buenos Aires. Em 1913, rebatizada como *Asociación Argentina de Football – AAF*, o modelo de competição baseado nas proximidades de Buenos Aires foi mantido. Desse modo, mesmo sob liderança *criolla*, os clubes de localidades distantes de Buenos Aires não possuíam acesso. Conforme clubes e ligas foram surgindo distantes da capital, a associação nacional só aceitava o registro como “indiretamente filiado”, pois esses clubes deveriam se filiar às ligas regionais. O problema é que esse status lhes afastavam das competições oficiais. Apenas na temporada 1985-86, com a criação da divisão “*B Nacional*”¹⁵³, a associação nacional permitiu o ingresso de clubes “indiretamente filiados” no campeonato argentino¹⁵⁴ (Albano Abreu, 2012). Sobre a complexa organização do futebol argentino, ver o [Apêndice 3](#).

Possivelmente, a concentração da prática futebolística argentina em torno de Buenos Aires ajuda a explicar o caráter precoce – se comparado ao Brasil – da construção do estilo próprio de jogar. Não à toa, até pouco tempo era muito comum se falar no Brasil sobre os estilos regionais de futebol, como o *estilo gaúcho* (influenciado pelo futebol argentino e uruguaio) e o *estilo carioca* (mais irreverente, artístico e permeado pela “*malandragem*”), bem como por um bom tempo era hábito a formação de seleções estaduais. Enquanto, o “*toco y me voy*” definia uma forma nacional argentina de jogar futebol.

O primeiro período do futebol argentino diz respeito ao processo de incorporação do futebol à cultura argentina. A ideia por trás do futebol *criollo* é a exaltação de uma formação étnica e social que envolve a herança latina, principalmente da Itália e da Espanha, com a cultura *gaúcha*. De acordo com Galeano (2019, p.38), nos gramados “de Buenos Aires e de Montevideu nascia um estilo. Um jeito próprio de jogar o futebol ia abrindo caminho [...] os futebolistas inventavam sua linguagem no minúsculo espaço onde a bola não era chutada, mas retida e possuída [...] a bola *tocada* como se fosse violão, fonte de música”. Ao toque (“*toco y me voy*”) somava-se a habilidade e a rapidez em oposição ao jogo de imposição física dos ingleses e de parte significativa dos europeus. Consolidava-se uma tradição e um estilo que, a despeito das variações e atualizações do jogo, ainda é definido como *modo argentino de jogar*. Nesse

¹⁵³ Chamada hoje de *Primera Nacional* (antes, chamada de *Primera B Nacional* ou *B Nacional*), corresponde à segunda divisão argentina. A primeira divisão é a Superliga (antes, chamada de *Primera*).

¹⁵⁴ Em 10 de fevereiro de 2020, na Superliga 2019/20, 20 dos 24 participantes eram clubes “Diretamente Filiados”. Dos quatro clubes “indiretamente filiados”, o Club Atlético Tucumán, de São Miguel de Tucumán, era o melhor colocado na 12ª colocação. Os outros três clubes “indiretamente filiados” ocupavam as três últimas posições: (22º) Patronato, de Paraná; (23º) Aldovisi, de Mar del Plata; e (24º) Godoy Cruz, da cidade com mesmo nome em Mendoza.

período, ao lado do Uruguai, a Argentina desbancava países europeus nas competições futebolísticas de seleções¹⁵⁵ (Galeano, 2019; Giulianotti, 2010).

Porém, paralelamente ao processo de *argentinizacão*, o pesquisador Julio Frydenberg afirma em entrevista ao jornal Página 12:

Na década de 1920, o futebol argentino era um caos total para todos os atores do fenômeno social. Além da divisão em ligas e da questão da violência – muitas partidas eram suspensas –, o outro tema é o falso amadorismo: era proibido pagar aos jogadores, mas todos pagavam. Nos diários saía quanto se pagava a tal ou qual jogador. Pagavam também os passes, e os dirigentes empregavam os jogadores em suas empresas. Tudo isso já aparecia antes dos anos 1920, mas durante essa década essas práticas se acentuam e passam a ser um escândalo (apud Martínez, 2003, *online*, tradução nossa)¹⁵⁶

Esse fenômeno, conhecido como “amadorismo marrom”, consiste na dissimulação de pagamentos e compra de passes, antes da profissionalização.¹⁵⁷ Tal prática se acentuou nos anos 1920, produziu um mercado de talentos e alterou a relação dos atletas com o futebol. Da experiência coletiva do futebol surgiu a estratégia individual para ascensão social que foi possível ao atingir algum clube da primeira divisão. Além dessa estratégia mobilizada pelo atleta, havia a estratégia mobilizada por alguns atores políticos com interesse no cenário local, sobretudo em bases de apoio em bairros da região metropolitana da capital. Essa estratégia dos atores políticos era possível em função da construção das rivalidades futebolísticas a partir da identidade do território, enfatizando discursos sobre o verdadeiro estilo de jogo argentino reivindicado a partir de um imaginário bairrista. Daí a busca de atores políticos para conquistar legitimidade com base no futebol, o que encontrava eco na pretensão dos dirigentes dos clubes de obter legitimidade associada à política institucional (Frydenberg, 2011).

Entre 1870 e o fim dos anos 1920 foi um período marcado por um contínuo crescimento econômico e pela melhoria da qualidade de vida.¹⁵⁸ Com isso, sobretudo nos anos 1920, o

¹⁵⁵ A Argentina não disputou as Olimpíadas de 1924, vencida pelo Uruguai. No entanto, enfrentou o Uruguai na final da Olimpíada de 1928 – até então a principal competição do futebol. O Uruguai foi bicampeão olímpico, recebendo a alcunha de “Celeste Olímpica”, e consolidaria sua hegemonia sendo campeão mundial, também sobre a Argentina, já na primeira Copa do Mundo aconteceu em 1930 (Galeano, 2019).

¹⁵⁶ No original: “En la década del ‘20 el fútbol argentino es un caos total para todos los actores del fenómeno social. Además de la división en ligas y de la cuestión de la violencia –se suspendían muchos partidos–, el otro tema es el falso amateurismo: es ilegal pagarles a los jugadores, pero todos les pagan. En los diarios salía cuánto se le pagaba a tal o cual jugador. Los pases también se pagaban, y los dirigentes empleaban a los jugadores en sus empresas. Si bien todo esto ya aparece antes de los ‘20, durante esta década se acentúa y pasa a ser un escándalo”

¹⁵⁷ Apesar de ter enfrentado menos cisões no comando do futebol que Brasil – devido à concentração do comando – a Argentina não ficou imune à divisão no embate entre profissionalismo e amadorismo. Em 1919, a AAF viu surgir a dissidente *Asociación Amateurs de Football – AAmF*. Essa cisão foi resolvida em 1926, e a AAF virou *Asociación Amateurs Argentina de Football – AA AF*. Apesar da presença do termo “*amateurs*”, a remunerações a atletas eram comuns.

¹⁵⁸ O economista José Luis Fiori destaca que, nesse período, a Argentina passou por uma expansão territorial, crescimento populacional, expansão da rede ferroviária (de 500 para 31 mil quilômetros de extensão), crescimento médio do PIB de 6% ao ano e da renda per capita de 3,8% ao ano. O crescimento foi impulsionado pela exportação de bens primários, mas ocorria a industrialização (64% da força de trabalho estava na indústria, comércio ou serviços) e a integração do mercado consumidor nacional pelas vias férreas. Fiori menciona a explicação de Raul Prebisch para o esgotamento desse ciclo virtuoso: mudança

processo de *argentinización* do futebol foi acompanhado pela massificação do futebol. Sobretudo em Buenos Aires, mais gente passou a frequentar estádios e ter condições econômicas para acompanhar a imprensa, que cumpria desde os primeiros anos do século o papel de divulgadora do futebol e, em alguns casos, de patrocinadora de competições amadoras. Como um facilitador, a partir de 1928 surgem os *autocolectivos* e as *bañaderas* que, junto aos ônibus e aos *tramways* ou *tranvías* (parecido com bondinhos no Brasil), vão ampliar a capacidade de deslocamento dos habitantes da capital¹⁵⁹ (Frydenberg, 2011; Martínez, 2003).

4.2 DA GREVE DE 1931 AO PERONISMO: a primeira conjuntura crítica e as configurações iniciais do processo de institucionalização

A profissionalização ocorreu antes na Argentina que no Brasil. Em 1931, o vice-campeão olímpico (1928) e mundial (1930) profissionalizou seu futebol. Segundo Galeano, o pioneirismo da Itália de Mussolini, entre 1923 e 1924, gerava pressões no Brasil, no Uruguai e na Argentina, uma vez que “[...] navios levavam jogadores de Buenos Aires, Montevideú, São Paulo e Rio de Janeiro; se não tinham pais ou avós italianos, em Roma havia quem os fabricava no ato e sob medida, para documentar sua rápida naturalização” (Galeano, 2019, p.66).

O contexto em que ocorre a profissionalização do futebol argentino é de transição. Os anos 1920 haviam sido de crescimento econômico e de melhoria na qualidade de vida. A *Década Infame* (1930) foi diferente. Em setembro de 1930, o general José Félix Uriburu, com apoio da oligarquia, empreendeu um golpe e derrubou o governo constitucional de Hipólito Yrigoyen, apoiado pelas camadas populares (Pasquato, 2019b).

Segundo Frydenberg (2011), o advento do profissionalismo no futebol ocorreu na Argentina como consequência da Greve de 1931. A referida greve começou em reação à expulsão de sete jogadores acusados de transgredir a “*Ley (ou Cláusula) Candado*”¹⁶⁰ determinada pela *Asociación Amateur Argentina de Footbal – AAAF*. Os jogadores, reunidos

do centro da economia mundial da Europa para os Estados Unidos somada à fragilidade da indústria dos países primário-exportadores para competir no novo cenário. Fiori também menciona que os neoliberais atribuem o fim do ciclo ao populismo de Perón e adiciona outro elemento: a deposição de Hipólito Yrigoyen provocou uma desorganização periódica do Estado e deu início à polarização da sociedade argentina, iniciando a chamada “*década infame*” (Fiori, 2012).

¹⁵⁹ Os *autocolectivos* surgiram de táxis que carregavam mais de um passageiro e definia uma rota com pontos, os primeiros carregavam cinco e foram se ampliando, lembra uma van ou microônibus. As *bañaderas* eram ônibus, geralmente conversíveis (daí o nome, por lembrar banheiras) contratados para fins comerciais e turísticos, como se funcionassem por fretamento. Sobre o transporte de Buenos Aires. Cf. BusARG (2002).

¹⁶⁰ Desde 1929, estava vigente a chamada “*Ley (ou Cláusula) Candado*” que obrigava um jogador a ficar um ou dois anos entre os aspirantes, caso quisessem mudar de clubes na primeira divisão sem a liberação do clube de origem. Não se tratava de uma lei aprovada por algum órgão do Estado, mas um acordo firmado entre os dirigentes (Pasquato, 2019b).

na *Asociación Mutualista de Footballers* cujo secretário-geral era Hugo Roque Settis, jogador do *Huracán*, defendiam os colegas e exigiam o passe livre ao final do campeonato. Mas, o momento era oportuno para aqueles dirigentes defensores da profissionalização. Afinal, como mencionado no parágrafo anterior, a profissionalização do futebol na Espanha (1924) e na Itália (1923) pressionava os países sul-americanos e os demais europeus, principalmente àqueles cuja comunidade italiana era significativa dentre os praticantes do futebol. Na Itália, além dos clubes pagarem bem, houve facilitação para a naturalização de descendentes italianos nascidos mundo afora. O futebol argentino minimizou o risco do êxodo, ao longo dos anos 1920, a partir do “amadorismo marrom”. Neste contexto, a greve pressionou por uma solução em relação ao atleta preso ao clube ao fim da temporada pelo passe, ao mesmo tempo em que abria uma oportunidade para legalizar os pagamentos (Galeano, 2019; Pasquato, 2019b; Frydenberg, 2011).

Apesar do estado de sítio, os jogadores se manifestaram nas ruas da capital até às escadarias da Casa Rosada. O ditador José Félix Uriburu foi procurado pelos grevistas e orientou-os a procurar o intendente de Buenos Aires, José Guerrico, para intermediar a situação. Com a atuação do intendente na negociação, a maioria dos dirigentes dos 38 clubes da primeira divisão aceitaram a profissionalização. Essa disputa também gerou divisão no futebol argentino. Os 18 maiores clubes (por bilheteria e quantidade de associados) se uniram e formaram a Liga Argentina de Football – LAF. Esses clubes de maior apelo popular de Buenos Aires, Rosário, Avellaneda e La Plata defendiam a profissionalização sem passe livre. Já a AAAF¹⁶¹, a antiga liga e única reconhecida pela FIFA, aceitou também abolir imediatamente a “Ley Candado”. A liga profissional começou com a suspensão temporária da “Ley Candado”, válida apenas para a montagem dos elencos para a competição subsequente (Martínez, 2003; Pasquato, 2019b).

Essa separação foi superada definitivamente em 1934 com a criação da *Asociación del Football Argentino – AFA*.

A divisão do futebol argentino tornou-se intolerável. A liga havia crescido, seus campeonatos geravam paixão nos torcedores, suas partidas produziam arrecadações milionárias, enquanto a Associação Amadora agonizava e caminhava para sua extinção. Como resultado irreversível ocorreu a fusão em 1934. (Pasquato, 2019c, *online*, tradução nossa).¹⁶²

¹⁶¹ No mês seguinte à cisão, em junho, o nome foi modificado para *Asociación Argentina de Football (Amateurs y Profesionales)* – AAFAP. Enquanto permanecia a LAF com os clubes mais poderosos.

¹⁶² No original: “La división del fútbol se torna intolerable. La Liga ha crecido, sus campeonatos apasionan, sus partidos producen recaudaciones millonarias, en tanto la Asociación Amateur agoniza y camina a su extinción. Como resultado irreversible se logra la fusión ese año 1934”

Na ocasião, os clubes de futebol já haviam alcançado uma importância destacada na sociedade argentina:

O futebol chegou à Argentina com os ingleses e se vinculava com sua pequena colônia durante as últimas décadas do século XIX. Com a virada de século, foi adotado pelos setores populares portenhos. Até o final da segunda década do século, o futebol já era uma prática quase universal para os homens. Nesse processo, os jovens que se apropriavam do futebol o faziam fundando clubes, em um tempo em que a sociedade civil emergente criava uma grande variedade de escolas, centros trabalhistas, estabelecimentos religiosos, sindicatos, sociedades recreativas e de fomento, mútuas ou cooperativas [...] Os clubes, como associações civis sem fins lucrativos, nasceram em boa medida em torno da prática do futebol, mas paulatinamente foram se transformando em espaços de sociabilidade, eixos de constituição de identidades locais fortes e de espetáculo. Os clubes, que estavam entre as maiores associações cívicas do país, foram espaços de integração social e cultural para uma grande variedade de grupos sociais e étnicos. Além de incorporar outras atividades esportivas – como basquete, hóquei, natação e atletismo – também iniciaram exibições de espetáculos teatrais e cinema, bailes, festivais para o entretenimento e a instalação de bibliotecas nas sedes, o que atraía mulheres, crianças e famílias inteiras do bairro. Nos anos 1930, vários dos clubes mais poderosos já contavam com milhares de associados. (Rein, 2016a, *ebook*, p.9 de 321, tradução nossa).¹⁶³

Além disso, o aumento dos espectadores provocou, ao longo dos anos 1930, a discussão no país, sobretudo por meio da imprensa, em relação à necessidade de construção de estádios. Nesse contexto, o presidente Agustín Pedro Justo (1932-1938), frequentador de jogos de futebol, facilitou a liberação de créditos para construção dos estádios, inclusive foi desse modo que Boca Juniors e River Plate construíram seus históricos *La Bombonera* e *Monumental de Nuñez*, respectivamente. Mas não só: o Estado argentino entrou em cena também com subsídios e/ou cessão de terrenos. Em poucos locais do mundo existe um centro urbano com dezenas de clubes e todos eles com estádios próprios como Buenos Aires (Frydenberg, 2011; Martínez, 2003; Rein, 2016a).

Nos anos 1940 o futebol *criollo* atingiu a chamada “*Década de Oro*”. Devido a Segunda Guerra Mundial as competições esportivas internacionais mais relevantes estavam suspensas. Na época, a Argentina contou com equipes marcantes e com a revelação de atletas que ocupam o imaginário sobre o futebol *criollo*. Tal como no futebol, a economia argentina passava por

¹⁶³ No original: “El fútbol llegó a la Argentina con los ingleses y se vinculaba con su pequeña colonia durante las últimas décadas del siglo XIX. Con el cambio de siglo fue adoptado por los sectores populares porteños. Hacia fines de la segunda década del siglo, el fútbol ya era una práctica casi universal para los varones. En ese proceso, los jóvenes que se adueñaban del fútbol lo hacían fundando clubes, en un tiempo en el que la sociedad civil emergente creaba una gran variedad de escuelas, centros laborales, establecimientos religiosos, sindicatos, sociedades recreativas y de fomento, y mutuales o cooperativas [...] Los clubes, como asociaciones civiles sin fines de lucro, nacieron en buena medida en torno a la práctica del fútbol pero paulatinamente se fueron transformando en espacios de sociabilidad, ejes de constitución de identidades locales fuertes, y del espectáculo. Los clubes, que estaban entre las asociaciones cívicas más grandes del país, fueron espacios de integración social y cultural para una gran variedad de grupos sociales y étnicos. Además de incorporar otras actividades deportivas –como básquetbol, hockey, natación y atletismo– también iniciaron funciones teatrales y de cine, bailes, festivales para el entretenimiento y la instalación de bibliotecas en las sedes, lo que atraía a mujeres, niños y familias enteras del barrio. En los años 30, varios de los clubes más poderosos ya contaban con miles de socios”.

um período de grande crescimento. Mas o ano de 1944 é marcante por alguns aspectos negativos: o êxodo de jogadores, a tragédia no estádio do River Plate e a greve de árbitros. A saída de jogadores do futebol argentino para o exterior já ocorria desde os anos 1920, mas em 1944 foram 17 jogadores negociados com o futebol mexicano. No mesmo ano, sete pessoas morreram prensadas e 18 ficaram feridas, em julho, no jogo entre River Plate e San Lorenzo. No mês seguinte, uma greve de árbitros afetou o campeonato nacional (Pasquato, 2019c).

Em 1945 o campeonato argentino foi marcado por um intenso movimento de mercado. Alguns jogadores retornaram do México e internamente as transações também ocorreram. Após a tragédia no campo do River Plate, alguns jogos passaram a ser suspensos por excesso de público. A década de 1940, terminaria com enorme supremacia argentina nos torneios continentais: foram quatro títulos sul-americanos em cinco torneios disputados, ao todo foram 27 partidas com 23 vitórias, três empates e apenas uma derrota para o Uruguai em 1942, no único torneio não vencido (Pasquato, 2019d).

Diferente do Brasil em que o fortalecimento do futebol serviu de metáfora para o processo de fortalecimento da nação operado pelo Estado Novo, o governo de Juan Domingo Perón (1946-55) se iniciou no auge do futebol *criollo*, num momento em que os jogos ocorriam para grandes públicos em que o povo argentino, com apoio da imprensa, já via no futebol uma manifestação cultural e fonte de orgulho importantes e em que já existia um modo argentino de jogar. Em resumo:

A partir dos anos 1920 e em especial nos anos 1930 o espetáculo futebolístico se desenvolveu. Vários de seus elementos constitutivos preexistiam ao peronismo: as transformações urbanas [inclui desenvolvimento da infraestrutura e serviços urbanos, como a rede de transporte coletivo] que permitiram, por exemplo, o deslocamento de milhares de espectadores entre diferentes bairros; a construção de estádios para dezenas de milhares de espectadores, com suas consequências no desenvolvimento da própria cidade; o pleno desenvolvimento da imprensa escrita de massa, a qual se somou a rádio durante os anos 1930; a alta estima e valorização social dos jogadores da primeira divisão, sua realidade e percepção – com fundamento na realidade – por ser via de ascensão social e a profissionalização do futebol em 1931; assim como a cristalização de vários costumes por parte do público, entre elas o hábito dominical de ir ao estádio e o consumo dos meios de comunicação [...] o primeiro peronismo representou, em muitos aspectos, uma continuidade e não uma ruptura na história política e social argentina. Usando o esporte como lente, notamos que em alguns aspectos o peronismo apenas atuou como dinamizador de certos processos que já estavam em marcha, acentuando seus mecanismos. Os laços entre os clubes de futebol e o mundo político, por exemplo, são anteriores ao surgimento do peronismo. Os clubes de futebol se caracterizavam por uma grande capacidade de se adaptar às mudanças nas circunstâncias políticas e para tentar aproveitar ao máximo a conjuntura política, o que explica também, em parte, sua grande capacidade de sobreviver durante mais de um século (Rein, 2016a, *ebook*, p.9 de 321, tradução nossa).¹⁶⁴

¹⁶⁴ No original: “A partir de los años 20 y en especial en los 30 se desplegó el espectáculo futbolístico. Varios de sus elementos constitutivos preexistían al peronismo: los cambios urbanos que permitieron por ejemplo el desplazamiento interbarrial de

Perón foi eleito em 1946 pelo Partido Laborista, fundado para essas eleições no fim de 1945 e formado por diversos dirigentes sindicais – o apoio a Perón havia se mostrado forte entre os trabalhadores em 17 de outubro de 1945¹⁶⁵. Nas eleições, Perón teve apoio do nacionalismo católico, do conservadorismo e de grupos oriundos da UCR, como a UCR Junta Renovadora e militantes da FORJA (*Fuerza Orientadora Radical de La Joven Argentina*). Os forjistas reinterpretabam o legado de Hipólito Yrigoyen, propunham radicalizar e revolucionar as posições da UCR e sustentavam um projeto nacionalista e anti-imperialista manifestando desconfiança em relação ao regime político liberal (Gimenez, 2013; Lucca, 2011; Rapoport, 2003).

Logo após a eleição, Perón determinou a dissolução dos partidos aliados e a formação do *Partido Único de la Revolución Nacional*. Apesar da oposição inicial das lideranças sindicais, Perón se impôs e, meses depois, essas lideranças aceitaram a fusão com a UCR Junta Renovadora e o Partido Independiente. Desse modo, nasceu o Partido Peronista¹⁶⁶ em 21 de novembro de 1946 (Lucca, 2011; Mustapic, 2002; Rapoport, 2003). Segundo Lucca,

[...] o Partido Peronista conformou-se como um movimento ou partido carismático em que a participação sindical se inseria de maneira institucionalizada, mesmo que não formalizada. Entretanto, esse *movimentismo* peronista não limitou a tradição organizativa intrassindical de longa data que, como será visto, ocorreu no Brasil (Lucca, 2011, p.290).

miles de espectadores; la construcción de estadios para decenas de miles de espectadores, con sus coletazos en el despliegue de la propia ciudad; el pleno desarrollo de la prensa escrita masiva, a la cual se sumará la radio durante los años 30; la alta estima y evaluación social de los jugadores de primera división, su realidad y percepción –con fundamento en la realidad– por ser vía de ascenso social y la profesionalización del fútbol en 1931; así como la cristalización de varias costumbres por parte del público, entre ellas el hábito dominguero de concurrir a la cancha y el consumo de los medios de comunicación [...] el primer peronismo representó, en muchos aspectos, una continuidad y no una ruptura en la historia política y social argentina. Tomando el deporte como una lente, notamos que en algunos aspectos el peronismo solo operó como dinamizador de ciertos procesos que estaban ya en marcha, acentuando sus mecanismos. Los lazos entre los clubes y el mundo político, por ejemplo, son anteriores al surgimiento del peronismo. Los clubes de fútbol se caracterizaban por una gran capacidad para adaptarse a circunstancias políticas cambiantes y para intentar aprovechar al máximo la coyuntura política, lo que explica también, en parte, su gran capacidad para sobrevivir durante más de un siglo”.

¹⁶⁵ 17 de outubro de 1945 é conhecido como “dia de la Lealtad Peronista” e marca o nascimento do movimento peronista. Perón ocupava o cargo de *Secretario do Trabajo y Previsión* no governo militar iniciado em 1943, cujos presidentes foram Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro Farrel. Na gestão de Farrel, Perón foi também vice-presidente e Ministro da Guerra, cargos que acumulou com a *Secretaría do Trabajo e Previsión*. Após a pressão da oposição militar e de uma série de complôs, Perón foi deposto dos cargos em 9 de outubro de 1945 e preso quatro dias depois. No dia 17, milhares de trabalhadores se mobilizaram com greves em apoio a Perón, resultando em sua libertação e retorno aos cargos (Rapoport, 2003).

¹⁶⁶ O Partido Justicialista (PJ) se apresenta como integrante do Movimento Peronista organizado por Juan e Evita Perón ao lado de movimentos sociais, sindicatos e organizações de base. Essa descrição também constava na Carta Orgânica do Partido Peronista, em 1954. Com o golpe de 1955 e o exílio de Perón, o Partido Peronista foi proscrito. No entanto, o movimento peronista permaneceu atuante e fundou partidos provinciais neoperonistas. Eleito presidente em 1958, Arturo Frondizi da *UCR Intransigente* reduziu a perseguição aos peronistas e autorizou a organização do PJ, como continuidade e reestabelecendo o caráter orgânico do peronismo. Além de reaglutinar os movimentos e lideranças, o PJ manteve as características do Partido Peronista (dinâmica do poder descendente e do polo nacional em Buenos Aires para o interior do país). Trata-se da continuidade e não da criação de uma nova organização partidária (Marcilese, 2015; Mustapic, 2002).

No Peronismo, o futebol “tornou-se importante instrumento populista durante o primeiro período do governo peronista (1946-1955)”. Nesse período, o futebol foi integrado à agenda política do peronismo com objetivos políticos “junto a outros símbolos nacionais míticos, como o gaúcho, o tango e o churrasco” (Giulianotti, 2010, p.50). Por exemplo:

Através da Lei 12.932, sancionada por Perón em 1946, que autorizava empréstimos para a construção de estádios, campos e instalações a centros esportivos através da Comissão Nacional Honorária de Fomento ao Esporte (Lupo, 2004: 38), o Estado argentino liberava vultosas somas para os clubes profissionais. O futebol não era o único esporte agraciado, mas no topo da lista se encontrava o Racing Club, que recebera do governo 16.700.000 pesos. Outros clubes populares receberam também elevadas quantias, como o Club Atlético Boca Juniores, \$10.000.000, o River Plate, \$7.000.000, Vélez Sarsfield, \$6.000.000, entre muitos outros. O total da verba de governo destinada aos clubes teria sido, de acordo com os números do semanário *Mundo Deportivo* (22/04/1954: 52-54), de 111.923.000 pesos (Drumond, 2009, p.414).¹⁶⁷

Perón era conhecido também como “*El Primer Deportista*”, não só pela sua relação com esporte enquanto presidente: foi campeão argentino de esgrima e convocado para as Olimpíadas de 1924. O presidente costumava afirmar ter praticado diversos esportes na juventude – dentre eles, o futebol. Sua proximidade com o esporte se tornou mais visível por meio da Fundação Eva Perón (*La Fundación*) a partir de 1948 – em tese, tratava-se de uma entidade não-governamental com fortes vínculos com o Partido Peronista e o governo. Isso contribuiu para que Eva Perón obtivesse um nível de popularidade comparável ao de Juan Perón. Uma das práticas da fundação era a organização dos *Campeonatos Infantis Evita*, uma competição futebolística iniciada na região Metropolitana de Buenos Aires e disseminada por várias províncias com o nome *Campeonato Argentino de Futbol Infantil Evita*. Mas, esses jogos não se limitaram ao futebol, sendo realizadas competições de outras modalidades. Nos anos 1950, começaram a ser disputados os *Jogos Estudiantis Juan Perón*, visando tanto a exaltação nacionalista quanto a publicidade das lideranças políticas. O intuito da competição era “[...] além da associação do regime com a prática esportiva infantil, buscava-se enaltecer um sentimento de identificação e integração nacional” (Melo e Drumond, 2009, p.60).

Com o auxílio de recursos públicos, o Racing inaugurou o seu estádio em 1950 e batizou-o em homenagem ao presidente, o mesmo aconteceu com outras praças esportivas, além

¹⁶⁷ Por não encontrar uma ferramenta de atualização monetária em peso para todo o período, usou-se um site de valores históricos do câmbio peso argentino/dólar (<https://www.billetesargentinos.com.ar/articulos/cotizacion.htm>). Em abril de 1954, US\$ 1 custava \$ 25. O valor total dos empréstimos aos clubes equivalia a cerca de US\$ 4,5 milhões de dólares na época, sendo os maiores beneficiários o Racing com US\$ 668 mil, o Boca com US\$ 400 mil, o River com US\$ 280 mil e o Velez com US\$ 240 mil. Para ter uma dimensão, foi feita a atualização monetária do dólar, considerando o dia 22/04/2022, pela ferramenta <https://fxtop.com/pt/calculadora-de-inflacao.php>. O total seria equivalente a US\$ 48,6 milhões (cerca de R\$ 233 milhões), sendo US\$ 7,2 milhões para o Racing (cerca de R\$ 34,5 milhões), US\$ 4,3 milhões para o Boca (cerca de R\$ 20,6 milhões), US\$ 3,02 milhões para o River (cerca de R\$ 14,5 milhões) e US\$ 2,6 milhões para o Velez (cerca de R\$ 12,5 milhões).

de diversas competições que homenageavam lideranças do movimento justicialista. O país, durante o governo Perón, sediou competições esportivas: o Campeonato Mundial de Basquete de 1950, que terminou com o título da anfitriã sobre os Estados Unidos; e os Jogos Pan-Americanos de 1951, que terminaram com a Argentina liderando o quadro de medalhas. No mesmo sentido, a construção do autódromo 17 de outubro¹⁶⁸ para a sediar o Grande Prêmio da Argentina de Fórmula 1, a partir de 1953. Na ocasião, o argentino Juan Manuel Fangio já havia sido campeão mundial de Fórmula 1 em 1951 e repetiu o feito outras quatro vezes. O boxe também era popular, rendeu oito medalhas no Pan-Americano de 1951 e o título mundial de Pascual Perez, em 1954. Essas ocorrências permitiram exaltar “as virtudes do esporte argentino sob a tutela de Perón”, servindo de “confirmação pública do sucesso da política esportiva peronista” (Melo e Drumond, 2009, p.61-62).

Mas a relação não era restrita ao apoio financeiro para estádios, ao fomento de grandes eventos e a utilização dos êxitos, Perón, tal qual Vargas na criação do CND, tratou de estabelecer uma forma institucional de controle sobre o esporte:

Na Argentina, foi com a criação do Conselho Nacional de Educação Física, com o Decreto Nacional nº 34.817, de 6 de novembro de 1947, que o governo ampliou ainda mais sua interferência nos assuntos esportivos. Atrelado diretamente ao Ministério da Guerra, esse conselho tinha a função de “dirigir, orientar, fomentar e fiscalizar tudo referente à Educação Física oficial e privada”, compreendendo “a ginástica, os jogos e esportes, a recreação, o tiro esportivo, as colônias e acampamentos educativos e de férias e tudo o referente à medicina aplicada a Educação Física” (Lupo, 2004: 38). O mesmo Decreto Nacional nº 34.817 incorporou a Confederação Argentina de Desportos – Comitê Olímpico Argentino (CADCOA) ao Conselho Nacional de Educação Física. Foi através do CADCOA que o governo peronista controlou os esportes profissionais (Drumond, 2009, p.415).

No futebol profissional, as coisas foram mais complexas. Em 1948, os jogadores organizados na *Futbolistas Argentinos Asociados* – FAA realizaram uma paralisação simbólica na 25ª rodada contra os clubes que deviam dinheiro aos jogadores. A AFA havia determinado que, em caso de paralisação de jogadores, os campeonatos profissionais seriam suspensos. Dez dias depois, a AFA suspendeu a negociação com a FAA e reiniciou o campeonato com atletas amadores. Apenas o Racing decidiu não continuar a competição. Nesse mesmo ano, a AFA havia surpreendido na importação de oito árbitros britânicos. O campeonato do ano seguinte começa com atletas amadores e alguns poucos profissionais que aceitaram as condições da AFA. A exigência dos atletas era a definição de um salário-base, a extinção do vínculo com o clube terminado o período contratual (fim do passe) e o reconhecimento formal da *Futbolistas*

¹⁶⁸ O autódromo foi batizado em homenagem ao “día de la Lealtad Peronista”, que marca o nascimento do movimento peronista.

Argentinos Agremiados (FAA) como representante dos atletas. A greve terminou seis meses depois com a atuação do Ministério do Trabalho.¹⁶⁹ O resultado é que, entre 1948 e 1951, o país enfrentou novo êxodo de jogadores. Dessa vez, maior e mais duradouro. O destino passou a ser a Colômbia, cuja federação não era afiliada à FIFA, livrando os clubes colombianos de pagar aos clubes de origem dos atletas contratados. Tal situação fez com que a Argentina não participasse do Campeonato Sul-Americano de 1949 e da Copa do Mundo de 1950 (Melo e Drumond, 2009; Pasquato, 2019d).

Apesar dessas dificuldades enfrentadas pelo futebol, Perón teve influência direta sobre o comando da AFA. Foi, inclusive, durante seu governo que a *Asociación de Football Argentino* se tornou *Asociación de Fútbol Argentino – AFA*. Mais do que isso:

A Associação do Futebol Argentino (AFA) teve diversos presidentes ligados ao regime durante os anos do governo de Perón [...] Assim, em 1947, assumiu Oscar L. Nicolini, administrador geral de Correios da Nação, que permaneceu no cargo até 1949, quando assumiu a pasta de ministro de Comunicações do governo. Algumas semanas após sua saída, assumiu a presidência da AFA Valentin Suarez, dirigente do Independiente e subdiretor nacional de Trabalho, outra figura ligada ao movimento peronista (Drumond, 2009, p.416)

A ligação com o peronismo e com o alto escalão do governo foram traços comuns aos presidentes da AFA do período. No entanto, mesmo com tais vínculos, os presidentes da associação de futebol necessitavam dialogar e obter consenso junto aos clubes e aos atletas. Por exemplo, Oscar Nicolini perdeu apoio dos clubes em decorrência da Greve de 1948 e sua gestão foi interrompida; o sucessor Cayetano Giardulli, filiado ao peronismo e membro do Supremo Tribunal de Justiça, não conseguiu apoio para se manter no cargo e abriu caminho para Valentin Suarez. A necessária coordenação, no entanto não anula a relação institucional entre governo e AFA que conferiu – se não o controle – influência do governo Perón sobre a associação (Hémeury, 2013). Desse modo, era possível integrar os êxitos esportivos à mobilização do orgulho nacional também no futebol. Além disso, tornaram-se críveis as especulações do papel de Perón na ausência da Argentina nas Copas do Mundo de 1950 e 1954:

A Argentina não participou da Copa de 1950, realizada no Brasil. Tal ausência não encontra uma explicação de consenso entre os historiadores. Mas, entre as especulações, está o fato de naquele ano a maioria dos bons jogadores argentinos havia partido para terras colombianas [...] Além disso, *os jogadores fugiam da perseguição política do governo de Juan Domingos Perón* (alguns deles eram militantes de esquerda, comunistas, no alvo do presidente argentino) [...] *Perón não queria arriscar-se a uma*

¹⁶⁹ Os representantes dos jogadores expressaram o desejo de participação de representantes do Ministério do Trabalho. A tarefa do governo era complexa: os dirigentes de clubes tinham grande autonomia e o crescente público espectador de futebol produzia impacto político. O apoio aos jogadores resultou em alguns benefícios (como o salário-base), mas a negativa do passe livre e a manutenção do teto salarial demonstrou a força e autonomia dos dirigentes. Ou seja, “[...] a capacidade de intervenção do governo peronista em certas áreas da sociedade civil teve limites mais marcados do que geralmente é reconhecido” (Frydenberg e Szabon, 2016, *ebook*, p.94 de 321, tradução nossa).

copa para a qual não poderia levar os melhores jogadores. [...] Na Copa de 1954, a Argentina tampouco foi, porque Perón estava zangado com a FIFA, que não havia designado a Argentina como sede (Palacios e Chacra, 2014, p.66, grifos nossos).

De modo geral, pode-se afirmar que foi a partir da década de Perón (1946-1955) que se promoveu uma política estatal “[...] sistemática e direcionada para a relação entre esporte e nação” em que o “[...] esporte se inscreveu de múltiplos modos em diferentes dependências do Estado” (Levoratti e Moreira, 2018, *online*, tradução nossa).¹⁷⁰

O peronismo fomentou o esporte competitivo e o popular em distintos ramos, com a participação de crianças e adultos, homens e mulheres, tanto no centro como na periferia, quer dizer, tanto na cidade de Buenos Aires como nas províncias e nos territórios nacionais [...] A década peronista com sua “democratização do bem-estar” e do tempo livre e do consumo foi o período de maior expansão do futebol profissional. Esta se expressou no número mais alto de vendas de entradas aos estádios na história do futebol argentino, cifra que sobressai também em comparação com estatísticas posteriores. Sem embargo, a crescente popularidade desse esporte ficou evidente no cinema, outra paixão dos argentinos. Entre os sucessos de bilheterias nos anos do governo justicialista pode-se mencionar *Pelota de Trapo* (Leopoldo Torres Ríos, 1948) que exaltava os garotos e os campos de várzea [no sentido popular do futebol] como representantes do que o país tinha de melhor a oferecer. No filme, um grupo de jovens funda em um dos bairros da capital o clube Sacachispas. Na obra destaca-se o sonho dessas crianças de ter uma bola de couro e de tornaram-se os futuros craques. A imagem de um menino segurando uma bola em um cartaz publicitário dos Campeonatos Infantis Evita foi retirado de uma cena de *Pelota de Trapo*. Este foi um dos vários filmes da Era Peronista que reforçaram, segundo Pablo Alabarces, o mito da criação de uma Nova Argentina¹⁷¹, com uma argentinidade baseada no povo *criollo* e humilde (Rein, 2016a, *ebook*, p.14 de 321, tradução nossa).¹⁷²

Um exemplo é o filme *El Hinch* (1951) dirigido por Manuel Romero e produzido por meio de fomento estatal (Ley 12.999, modificada pela Ley 13.651). O filme estrelado por Enrique Santos Discépolo, Diana Maggi e Mario Passano ajuda a contextualizar a importância

¹⁷⁰ No original: “[...] sistemática y direcionada hacia la relación entre deporte y nación”; “[...] El deporte se inscribió de múltiples modos en distintas dependencias del Estado.”

¹⁷¹ Acreditava-se que “através dos filmes poder-se-ia educar o cidadão argentino dentro dos ideais justicialistas”. É neste contexto em que esporte e cinema ocupam papel central nas estratégias peronistas. Notadamente, o já popular futebol, se tornou, ao lado do cinema, o entretenimento preferido dos argentinos. Até, por isso, 19 filmes argentinos tinham a temática esportiva como central, sendo oito sobre futebol. A presença do futebol também era comum em outras manifestações culturais, como a música – “futebol e tango eram expressões típicas argentinas, reconhecidas e admiradas por todo o mundo” (Melo e Drumond, 2009, p.66-67).

¹⁷² No original: “El peronismo fomentó el deporte competitivo y el popular en distintos ramos, con la participación de niños y adultos, hombres y mujeres, tanto en el centro como en la periferia, es decir tanto en la Ciudad de Buenos Aires como en las provincias y en los territorios nacionales [...] La década peronista con su “democratización del bienestar” y del tiempo libre y del consumo fue el período de mayor expansión del fútbol profesional. Esta se expresó en el número más alto de ventas de entradas a las canchas en la historia del fútbol argentino, cifra que sobrepasa también en comparación con estadísticas posteriores. Sin embargo, la creciente popularidad de este deporte se notó en forma clara en el cine, otra pasión de los argentinos. Entre los éxitos de taquilla en los años de gobierno justicialista se puede mencionar *Pelota de trapo* (Leopoldo Torres Ríos, 1948) que glorificaba a los pibes y los potreros como representantes de lo mejor que tenía para ofrecer el país. En la película, un grupo de jóvenes funda en uno de los barrios de la Capital el club Sacachispas. En el film se destaca el sueño de estos chicos de tener una pelota de cuero y de convertirse en los próximos “cracks”. La imagen de un niño que sostiene una pelota en un afiche publicitario de los Campeonatos Infantiles Evita fue tomada de una escena de *Pelota de trapo*. Esta fue una de varias películas de la era peronista que reforzaron, según Pablo Alabarces, el mito de la creación de una Nueva Argentina, con una argentinidad basada en la gente humilde y criolla”

do futebol e os valores que o regime peronista exaltava no esporte. As imagens de estádios lotados reforçam que o futebol já havia se tornado um esporte de massas. Para esta tese, alguns pontos são essenciais: (1) a confirmação do forte vínculo entre clube e a comunidade do bairro (a equipe do filme, o *Club Deportivo Victoria*, contou inclusive com coleta de dinheiro para que Suárez, jogador das divisões inferiores, pudesse deixar o trabalho para jogar futebol); (2) a questão da associação civil e a importância do status de “sócio do clube” na vida das pessoas (o personagem Ñato, orgulhava-se de ser “o socio número 17”); (3) uma abordagem negativa em relação aos dirigentes (indiferença em relação aos torcedores e associados, insinuação da falta de conhecimento deles em relação ao futebol e às categorias menores, atitude predatória dos dirigentes de clubes maiores para contratar jogadores de clubes menores) – tal abordagem aproxima o caso ao que verificamos na origem do termo “cartola” no Brasil; (4) a desconfiança em relação ao profissionalismo (exemplos: falta de empenho de Varella, o centroavante veterano do *Victoria*, reclamação dos dirigentes e torcedores à falta de “amor à camisa” da maioria dos jogadores, mudanças de comportamento do jovem Ricardo Suárez e as más influências ao se transferir para um clube grande) – elemento presente também no ideário varguista no Brasil com desdobramentos no Decreto-Lei nº 3.199/1941; (5) a exaltação de valores como “honra”, “amor à camisa”, “lealdade” em oposição ao interesse econômico; e, por fim, (6) a valorização dos jovens jogadores oriundos dos “potreros” (algo como os campos de várzea no Brasil onde se dava a iniciação do futebol), tanto na figura de Ricardo Suárez, que salvou o *Victoria* do rebaixamento na primeira temporada, quanto no encerramento do filme com a descoberta do garoto Cardoso (*El Hincha*, 1951).

Ao final do primeiro governo de Peron em que diversas manifestações culturais eram vistas como instrumentos políticos, ocorreu uma grande mobilização de atletas em favor do presidente:

Em abril de 1954, a Avenida Corrientes, uma das principais vias públicas de Buenos Aires, foi palco de um majestoso desfile que envolveu os principais esportistas argentinos, aproximadamente 50 mil atletas das mais variadas modalidades. Até mesmo o grande astro do automobilismo, Juan Manuel Fangio, participou pilotando sua Ferrari, assim como algumas estrelas do futebol argentino, como Labruna e Loustau, entre tantos. A multidão, formada por jovens e adultos, todos vestindo trajes esportivos, lotou a avenida. O evento contou ainda com discursos de autoridades políticas e exibições de aviões da aeronáutica que formavam com fumaça o nome do presidente nos céus da capital. O evento fora uma iniciativa da CADCOA (Confederação Argentina de Desportes – Comitê Olímpico Argentino), uma demonstração do reconhecimento e um agradecimento a Perón por suas contribuições para o desenvolvimento do esporte nacional. Em um período no qual já eram sentidas dissidências e seu governo dava sinais de enfraquecimento, o mundo esportivo explicitava seu apoio ao grande líder (Melo e Drumond, 2009, p.58).

Entre 1946 e 1955, verificou-se que a associação de atletas e dirigentes ao governo Perón era um fundamento estratégico: os atores do campo esportivo poderiam capitalizar com o importante aparato de imprensa e propaganda, com os recursos para financiar a construção de praças esportivas, grandes eventos ou pela possibilidade de impulsionar a imagem de certos atores do campo esportivo. Por outro lado, os esportes serviam para a promoção de fins nacionalistas, exaltando a noção de pátria, bem como de divulgação de lideranças do movimento justicialista. Essa aproximação se dá, sobretudo no caso do futebol, em um momento em que esse esporte já tinha uma significativa popularização, sobretudo na região metropolitana de Buenos Aires. De modo que a propaganda peronista, seja pela imprensa escrita alinhada ao movimento justicialista, seja pela popularização do rádio, ou pelo cinema, integra o esporte a uma dada narrativa coerente com os intuítos justicialistas. Assim,

O fomento ao esporte pelo peronismo deve ser visto como parte dos esforços para reabilitar a cultura popular, característicos dos movimentos populistas latino-americanos. Deve lembrar-se que o esporte, particularmente em algumas de suas disciplinas, como por exemplo o futebol, era parte de uma cultura de massas, do tipo que goza de um amplíssimo denominador comum. O esporte serviu também como um meio para disseminar a concepção de mobilidade social, tão importante na Argentina peronista. Atletas destacados com origem social humilde permitiam reforçar, mediante os próprios êxitos, que na Nova Argentina era a habilidade, a destreza e a capacidade de cada indivíduo que determinavam seu status, não sua origem social (Rein, 2016b, *ebook*, p.21 de 321, tradução nossa).¹⁷³

De modo resumido, a política esportiva na década peronistas ajudou a aumentar a quantidade praticantes de esportes e a obter vitórias, contribuindo positivamente para a popularidade de Juan Perón entre importantes segmentos sociais (Rein, 2016b).

As condições políticas para a manutenção do governo começaram a se tornar críticas na ruptura entre o peronismo e a Igreja, culminando na criação do Partido Demócrata Cristiano. A ruptura começou com críticas de membros do governo às atividades políticas de membros da Igreja e culminou na legalização do divórcio absoluto, na equiparação de filhos legítimos e filhos de relações extraconjugais, na transferência para as províncias autorizar ou não o funcionamento de prostíbulos, na retirada do ensino religioso das escolas públicas e na suspensão das subvenções ao ensino confessional privado. O partido recém-criado conseguiu formar um bloco heterogêneo de oposição, contando com nacionalistas, liberais, grupos de

¹⁷³ No original: “El fomento al deporte por parte del peronismo debe ser visto como parte de los esfuerzos por rehabilitar la cultura popular, característicos de los movimientos populistas latinoamericanos. Debe recordarse que el deporte, particularmente en algunas de sus disciplinas como por ejemplo el fútbol, era parte de la cultura de masas, del tipo que goza de un amplísimo denominador común. El deporte sirvió también como un medio para enarbolar la concepción de movilidad social, tan importante en la Argentina peronista. Atletas sobresalientes con antecedentes sociales humildes permitían recalcar, mediante los propios logros, que en la Nueva Argentina eran la habilidad, la destreza y la capacidad de cada individuo las que determinaban su estatus, no su extracción social”

esquerda e direita e obteve apoio da opinião pública a partir de setores da classe média e da intensificação da retórica antiperonista de segmentos da elite argentina. Além disso, Perón enfrentou problemas com setores nacionalistas, sobretudo nas Forças Armadas, ao abrir a possibilidade da atuação de grupos estrangeiros na exploração do petróleo, sob argumento da queda de performance da estatal YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) e do custo da importação de combustíveis e outros derivados de petróleo. Assim, em setembro de 1955, Juan Domingo Perón foi deposto por um golpe cívico-militar autodenominado “*Revolución Libertadora*” e viveu exilado até 1973 (Rapoport, 2003).

A queda de Perón em 1955 deu início a um longo período de convulsão social e instabilidade política que culminou na Ditadura Militar Argentina (1976-1983). Após a deposição, o Partido Peronista permaneceu proscrito das eleições gerais até 1973, quando voltou a competir, reelegeu Juan Perón e consolidou o rótulo Partido Justicialista (Marcilese, 2015; Mustapic, 2002).

Os anos 1960 foram marcados por golpes de Estado (Arturo Frondizi foi derrubado em 1962 e Arturo Umberto Illia em 1966) e por um período negativo para o futebol argentino. Mas nos anos 1960, o tradicional futebol argentino passou a ter o seu Campeonato Nacional. Em 1967 a temporada passou a contar com duas competições: o Campeonato Metropolitano, composto pelas equipes tradicionais e o Campeonato Nacional com a participação de algumas das principais equipes do interior (Pasquato, 2019e; 2019f).

Importante recordar que a AFA inicialmente organizava apenas o Campeonato Metropolitano com as grandes equipes de Buenos Aires e algumas de Santa Fé. A inclusão das equipes do interior, iniciada em 1967, ocorreu em resposta à exigência da FIFA: para que uma associação nacional fosse reconhecida internacionalmente deveria fomentar o futebol em *âmbito nacional*. Esse processo de federalização culminou no *Torneo Nacional* realizado no segundo semestre de cada ano. A primeira edição contou com apenas quatro equipes indiretamente afiliadas à AFA (equipes fora da jurisdição de Buenos Aires e Santa Fé), membros do Conselho Federal do Futebol. Essa quantidade foi aumentando e essas equipes acessavam o *Torneo Nacional* por meio dos diversos *Torneos Regionales* realizados em todo o país, disputados no primeiro semestre de cada ano. Em 1970, as competições regionais de Córdoba, Jujuy, Mar del Plata, Mendoza, Salta, San Juan e Tucumán ganharam vagas fixas para o Nacional devido à relevância esportiva e populacional (campeões se classificavam sem disputar vaga com vencedores de outras regiões) (Reyna, 2019).

Nesse período, ocorreu uma das intervenções militares, a autoproclamada *Revolución Argentina* (1966-1973). A primeira fase dessa ditadura cívico-militar foi chefiada por Juan Carlos Onganía, que fechou os partidos políticos, dissolveu o parlamento, destituiu membros do Poder Executivo em nível federal, provincial e municipal e os membros da Suprema Corte, instituindo um governo antiliberal na política e economicamente liberal. Após a curta presidência do ditador Roberto Marcelo Levingston Laborda, a segunda fase foi liderada pelo ditador Alejandro Agustín Lanusse, que permitiu a reabertura dos partidos, assumiu o compromisso de realizar eleições livres e realizou reformas na Lei Eleitoral e instituiu o sistema de maioria qualificada, o que impõe a necessidade de segundo turno, caso nenhum dos candidatos receba a maioria absoluta dos votos. Entretanto, esse foi o período em que se registrou os primeiros sequestros de militantes de esquerda, os desaparecimentos e o terrorismo de Estado, como o Massacre de Trelew. Em termos econômicos, esse período, sobretudo nos anos 1970, foi marcado por inflação elevada, desvalorização do peso e forte redução do consumo (Rapoport, 2003).

Diante da intensa crise econômica, os preços dos ingressos para o futebol eram baixos (cerca de um dólar), tornando os jogos de futebol um dos principais meios de sociabilidade da época (Pasquato, 2019g). E num contexto em que a nacionalização das competições coincidia com a crise econômica, novas formas de financiamento seriam necessárias. Por isso, Lanusse instituiu o concurso de *Pronósticos Deportivos* (PRODE) vinculado à *Lotería Nacional*, por meio de decreto com força de lei (Ley 19.336), em 5 de novembro de 1971, com início determinado para 27 de fevereiro de 1972. O PRODE possuía periodicidade semanal e sua arrecadação ajudaria fomentar o Ministerio de Bienestar Social¹⁷⁴ e o futebol. Inicialmente, 7% da tarifa de cada cartela seria destinada às entidades que regiam a atividade esportiva exploradas no PRODE (leia-se, majoritariamente a AFA para distribuir aos clubes sem critérios fixados por lei); meses depois, pela Ley 19.661, passou a 10% da tarifa de cada cartela (ARGENTINA, 1971; 1972). Tal como a Loteria Esportiva no Brasil criada dois anos antes, o PRODE nasceu em um governo militar para, dentre outros objetivos, subsidiar o futebol e se tornou um concurso muito popular no país, além de relevante fonte de recursos.¹⁷⁵

¹⁷⁴ O referido ministério ficaria com o produto líquido do PRODE, descontando as previsões legais definidas por percentuais sobre a arrecadação do seguinte modo: 33% para a premiação, 8% para pagar as comissões dos agentes (passou a 9% com a Ley 19661), 8% para exploração comercial e outros custos (Argentina, 1971;1972).

¹⁷⁵ O filme “*Yo gané el Prode, ¿y usted?*” (1973), dirigido por Emilio Vieyra, é uma comédia de costume que revela o impacto que o PRODE exerceu na sociedade argentina em curto espaço de tempo, antes mesmo do retorno do Perón ao poder. Exageros à parte, comuns ao gênero, o filme ilustra o mercado que surgiu a partir do jogo lotérico: revista de dicas para prognósticos de resultados, comércio ambulante nas longas filas das bancas ou casas lotéricas, programa de televisão cuja cobertura do concurso

Diferente do Brasil, mobilizações dos jogadores argentinos foram historicamente recorrentes. Já mencionamos as Greves de 1931 e de 1948 (durou até 1949) em que, apesar da força dos clubes, os jogadores obtiveram a regulamentação da profissionalização na primeira, e a fixação de um salário-base e o reconhecimento de direitos trabalhistas na segunda. Apesar disso, a *Ley Candado* (fixava o passe) não foi extinta em 1931 e o passe livre também não foi conquistado em 1948 (apesar do êxodo de atletas para países não-filiados à FIFA demonstrar a capacidade de negociação dos jogadores argentinos). Em 1969 uma decisão judicial sobre o caso *Silvio Ruiz versus Club Atlético Platense* abriu a jurisprudência em favor dos atletas na luta contra a existência do passe ao estabelecer que o jogador de futebol não é um “bem” do clube, a atividade do jogador é uma prestação de serviço. A partir desse caso, os processos judiciais passaram a ser comuns e a articulação dos clubes tenta reverter. Nesse contexto, ocorreram duas greves em 1971. A primeira em março, contra a limitação de vinte profissionais por clube. A segunda em novembro, contra a tentativa de a AFA revogar o acordo da Greve de 1948. Ambas vitoriosas, caiu a limitação de atletas profissionais e a *Secretaria de Trabajo* reconheceu a validade do acordo firmado em 1949 (Barbieri, 2013; Uliana, 2021).

Esse histórico de mobilização, a força adquirida pela FAA e, principalmente, a jurisprudência forçaram a gestão do ditador Lanusse promulgar a Ley 20.160 (Estatuto do jogador profissional de futebol). Essa lei reconheceu o direito da livre transferência do atleta ao término do vínculo, fixou o prazo dos contratos entre clubes e jogadores em, no mínimo 12 e no máximo 48 meses e determinou o direito de o clube prorrogar os contratos de 12 até os 36 meses. Além disso, o artigo 13 fixou a prioridade do clube na renovação: ao término do contrato, caso não haja proposta superior à apresentada pela agremiação do vínculo, mesmo diante da negativa, o atleta permanece preso ao clube até o fim da temporada com o valor de um salário mínimo estando obrigado a registrar o novo contrato com a oferta de um salário equivalente à 60% do atleta melhor remunerado do plantel. A lei autorizou os clubes a fixar multas em até 20% da remuneração mensal e fixou o direito de o atleta receber 10% do valor de transferência (Argentina, 1973).¹⁷⁶

lotérico tinha lugar destacado, os assaltos às bancas ou casas lotéricas dado aumento de arrecadação com o PRODE. O filme retrata também mudanças comportamentais impactadas pelo concurso lotérico que estimulava ilusões de ascensão social, como o impacto na forma de acompanhar a rodada do campeonato argentino e a projeção dos *movileros* (jornalistas exteriores de rádio e TV que se locomovem nas cidades em busca de reportagens em primeira mão).

¹⁷⁶ Em 1975, após a AFA negar um acordo coletivo de trabalho, os atletas realizaram uma greve de quatro dias. Na ocasião, já na gestão de Isabelita Perón, foram publicadas normas que complementam a Ley 20.160, estabelecendo que, nas questões trabalhistas, a FAA é a entidade representante dos atletas e a AFA dos clubes. Além disso, os atletas passam a ter direito a 15% do valor da transferência (Uliana, 2021).

As eleições de 1973 foram vencidas pelo peronista Héctor Cámpora, que ocupou a presidência apenas entre maio e julho daquele ano. Cámpora anistiou os presos políticos, inclusive Juan Domingo Perón, convocou novas eleições e renunciou junto com o vice Vicente Solano Lima. Entre julho e outubro de 1973 o país foi presidido por Raúl Alberto Lastiri (presidente da Câmara dos Deputados) até a conclusão das eleições. Perón voltou do exílio para ser presidente nesse contexto socioeconômico turbulento e de grande destaque para o futebol como manifestação cultural de massas. Nesse terceiro mandato foi aprovada a Ley 20.655, ou *Ley del Deporte* (“Promoção das atividades desportivas em todo o país”) que, tal como o decreto sancionado na Era Vargas no Brasil, fundamentou as políticas esportivas argentinas (Argentina, 1974; Levoratti, 2016, p.1096).

A *Ley del Deporte n° 20.655* definiu que o Estado atenderia as diversas manifestações esportivas com objetivo de utilizar “o esporte como fator educativo”, visando a “formação integral do homem”, “como fator de saúde física e moral da população”. Caberia ao Estado desenvolver sua ação “orientando, promovendo, assistindo, ordenando e fiscalizando as atividades esportivas”, por meio do Ministério do Bem-Estar Social. Tal como no Brasil de Vargas, a lei criou o Conselho Nacional do Esporte (*Consejo Nacional Del Deporte*) e os Conselhos Regionais (*Consejo de las Regiones*), cujo objetivo era “equilibrar o potencial das distintas províncias”. Além disso, criou um Conselho de Coordenação composto por “representantes das Forças Armadas, do Ministério da Cultura e da Educação, da Confederação Geral dos Trabalhadores e demais órgãos que determine a regulamentação”. Na mesma lei, instituiu o Fundo Nacional do Esporte e, a despeito do reconhecimento da autonomia das instituições esportivas, determinou a criação do Registro Nacional de Instituições Esportivas como “requisito para participar do esporte organizado amador e profissional e para gozar dos benefícios da lei”. As províncias deveriam coordenar junto ao Ministério do Bem-Estar Social o funcionamento do registro em consonância com as jurisdições provinciais. Por fim, a referida lei define alguns crimes no esporte e a respectiva penalidade (Argentina, 1974, *online*).

Perón morreu em julho de 1974. A Ley 20.655 foi completamente regulamentada apenas no Governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), da UCR. Mas, tal instrumento legal expressa a visão de mundo peronista, em muito coincidente com a visão varguista: o esporte como elemento físico e moral capaz de elevar as potencialidades de um povo e que, por isso, deveria ser fomentado, orientado e fiscalizado pelo Estado, além de ser estimulado nas escolas. Como legado de um fenômeno social e político estruturante da sociedade argentina, essa lei até hoje

é base para a política esportiva na Argentina. Apesar de algumas modificações, a lei continua orientando a relação entre Estado e esporte¹⁷⁷ (Magalhães, 2019).

Após a morte de Perón, assumiu a vice-presidente e cônjuge desde 1961, María Estela Martínez de Perón, conhecida como Isabelita. A Argentina havia sido eleita para sede da Copa do Mundo de 1978 no 35º Congresso da FIFA, realizado em Londres, em 1966. Em 1974, após a Copa do Mundo na Alemanha, a presidente em exercício reafirmou o compromisso da Argentina em sediar a Copa (Magalhães, 2019; Rapoport, 2003).

Apesar do período turbulento enfrentado por Isabelita Perón foi possível encaminhar outra medida para o futebol, a Ley 21.133, que modificava o PRODE. A partir dessa lei, os percentuais passavam a ser: 40% para o prêmio; 12% para comissão dos agentes; 7% para exploração comercial e outros custos; 5% da arrecadação bruta para as instituições vinculadas às atividades do futebol e 1% para as ligas do interior afiliadas à AFA; o produto líquido continuava sendo destinado ao *Ministerio del Bienestar Social*. A mudança mais significativa dessa lei é a fixação de como o valor destinado às instituições de futebol deveriam ser distribuídos. O montante correspondente aos 5% da arrecadação bruta deveria ser destinado da seguinte forma: 5% para a AFA; 2% para as obras sociais e culturais da FAA¹⁷⁸; 0,7% para as obras sociais e culturais da *Asociación de Argentinas de Arbitros*; 0,5% às obras sociais e culturais da *Asociación de Técnicos del Fútbol Argentino*; 0,5% para as obras sociais e culturais do *Círculo de Periodistas Deportivos Argentinos*; 0,3% para as obras sociais da *Casa del Futbolista*; 3,5% para distribuir entre os clubes da Primera “C”; 2,5% para distribuir entre os clubes da divisional “D”; 65% para distribuir entre os clubes da AFA que competem na Primera A; 20% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos da Primera B. Outra regulamentação da lei define que: 40% dos recursos recebidos pelos clubes deveriam ser usados para amortização de financiamento ou empréstimos oficiais e para pagamentos de dívidas trabalhistas e fiscais (municipais, provinciais e/ou federais); e 60% para construção ou reformas de instalações esportivas aprovadas pelo órgão competente do Poder Executivo Nacional (Argentina, 1975). A mudança implementada na gestão de Isabelita Perón definiu critérios mais claros para a distribuição dos recursos e incluiu associações de classe dentre os beneficiários

¹⁷⁷ Como exemplos recentes de alterações, tivemos a Ley 26.573 de 2009 e, em 2015, a Ley 27.201 e Ley 27.202 (Levoratti e Moreira, 2018).

¹⁷⁸ Uma das demandas dos atletas era o reconhecimento da FAA como representante legítima dos jogadores, esse repasse do PRODE era mais uma demonstração de êxito das mobilizações.

do PRODE, marcando uma característica evidente do peronismo: fomentar entidades da sociedade civil que poderiam se consolidar como importante base social.

A gestão de Isabelita Perón foi interrompida por um Golpe Militar, que instaurou a ditadura mais marcante da história recente da Argentina. Será tratado esse período e sua relação com o futebol na subseção a seguir.

4.3 DITADURA MILITAR E A COPA DO MUNDO DE 1978: os ecos da grandeza no contexto de ponto focal

Em 24 de março de 1976 ocorreu um golpe cívico-militar, levando ao poder a Junta Militar composta pelo tenente general Jorge Rafael Videla (Exército), pelo almirante Emilio Eduardo Massera (Armada) e pelo comandante Orlando Ramón Agosti (Força Aérea). O argumento não fugia da habitual retórica dos golpes militares latino-americanos: combater a corrupção e a subversão (Rapoport, 2003).

A Junta Militar elaborou um estatuto em que definia que a chefia do Poder Executivo (presidência) seria atribuição de um “oficial superior” das Forças Armadas, escolhido pela própria Junta – Videla foi escolhido – e que seria dotado de poderes legislativos com assessoria de uma comissão para fins legislativos composta por nove oficiais das forças armadas; além disso, caberia à Junta a nomeação dos membros da Corte Suprema, do procurador geral e do fiscal de investigações administrativas (Rapoport, 2003, p.739). Para colocar em prática esse estatuto, as primeiras medidas foram:

Declarou-se a caducidade dos mandatos das autoridades constitucionais em âmbito nacional, provincial e municipal, a cessação das funções dos deputados e senadores e dos conselhos deliberativos comunais em todo o país, a destituição dos membros do Supremo Tribunal de Justiça e a suspensão indefinida das atividades políticas e sindicais [...] O pessoal das Forças Armadas assumiu o comando dos governos provinciais e municipais, enquanto ocorreram prisões em massa de funcionários do governo deposto. A ex-presidenta foi levada para Neuquén como detida e vários ex-ministros, legisladores, governadores e funcionários foram presos (Rapoport, 2003, p.739, tradução nossa).¹⁷⁹

No âmbito da administração, o Ministro da Economia escolhido foi José Martínez de Hoz (permaneceu até 1981), defensor de um plano econômico liberal para a saída da crise. Tal

¹⁷⁹ No original: “Se declaro la caducidad de los mandatos de las autoridades constitucionales en los ámbitos nacional, provincial y municipal, la cesación de las funciones de diputados y senadores y de los concejos deliberantes comunales de todo el país, la remoción de los miembros de la Corte Suprema de Justicia y la suspensión por tiempo indeterminado de las actividades políticas y gremiales [...] Personal de las Fuerzas Armadas se hizo cargo de los gobiernos provinciales y municipales, al tiempo que se producían arrestos masivos de funcionarios del gobierno depuesto. La ex presidenta fue llevada a Neuquén en carácter de detenida, y numerosos ex ministros, legisladores, gobernadores y funcionarios fueron encarcelados”

plano contava com o apoio dos EUA. Em um documento, o embaixador Robert Hill afirmou: “[...] a liberalização econômica era propícia aos interesses norte-americanos motivo pelo qual propunha o apoio do Eximbank e o respaldo para renegociar a dívida argentina”. (Rapoport, 2003, p.740, tradução nossa)¹⁸⁰. Cumpre assinalar que o modelo de liberalismo econômico argentino do pós-guerra foi substituído já em 1977 pelo receituário neoliberal da Escola de Chicago. (Rapoport, 2003).

O regime ditatorial enfrentou, inclusive, entidades patronais como a União Industrial Argentina e a Sociedade Rural Argentina (doravante UIA e SRA, respectivamente), visando enfraquecer ou eliminar instâncias de coordenação das elites econômicas em favor de um modelo baseado nas pressões setoriais de agentes econômicos. Ao dificultar a capacidade de articulação intersetorial, os militares deram a Hoz mais condições para tentar implementar um modelo baseado na retirada de subsídios de setores menos competitivos (afetando principalmente a indústria), na abertura do mercado a produtos e ao capital estrangeiro, na utilização do crédito internacional e na aposta na reprimarização da economia. Com o desgaste oriundo da persistência da crise econômica, os militares tentaram com pouco sucesso estimular a organização de uma nova UIA, sem a presença de lideranças ligadas aos atores políticos das décadas anteriores (principalmente, peronistas) (Donatello, 2015).

Além disso, o direito de greve foi suspenso e a jurisdição dos sindicatos foi extinta; empresas demitiram trabalhadores com ativismo sindical e participantes de greves anteriores, bem como ocorreu a prisão de muitos trabalhadores citados em uma “lista negra” de supostos subversivos. Em termos gerais, foram implementadas uma série de medidas que restringiam a cidadania, como as cassações de direitos políticos e a instituição da pena de morte após 48 horas da sentença judicial. Entretanto, milhares de pessoas foram mortas e desaparecidas de modo clandestino, uma vez que não houve nenhuma sentença judicial de pena de morte no período¹⁸¹. Esse conjunto de arbitrariedades estimulou campanhas de boicote à Copa e ao turismo na Argentina, lideradas por organizações internacionais de defesa dos direitos humanos¹⁸². Mesmo

¹⁸⁰ No original: “[...] la liberalización económica era propicia para los intereses norteamericanos por lo que proponía el apoyo del Eximbank y el respaldo para reprogramar la deuda argentina”

¹⁸¹ O Regime Militar Argentino era denunciado internacionalmente pelos sequestros, execuções e desaparecimento de pessoas, e tais práticas eram conhecidas internamente. Terminado o ano de 1976, a Anistia Internacional contava “quinze execuções diárias. Quase diariamente, havia informações sobre a aparição de cadáveres em lugares não frequentados. Em geral, eram corpos sem identificação, jovens, baleados e com sinais de tortura” (Rapoport, 2003, p.742).

¹⁸² Videla costumava reagir a essas campanhas com a frase “Los argentinos somos derechos y humanos”. A frase foi repetida pelo narrador “Gordo” Muñoz quando a seleção sub-21 foi campeã mundial da categoria no Japão, em 1979. Muñoz proferiu a frase de Videla na mesma época em que famílias de vítimas da Ditadura se reuniam na Plaza de Mayo para reclamar a violência política junto à Organização dos Estados Americanos – OEA (Castillo, 2012, *ebook*, posição 452 de 3338).

assim, os dirigentes da FIFA não demonstraram rejeição ao regime ditatorial argentino (Magalhães, 2019; Rapoport, 2003).

Nos arquivos da Fifa em Zurique há diversos planos de construção e reforma de estádios, além de trocas de correspondências entre a federação internacional e a Associação do Futebol Argentino (AFA). Entre os muitos documentos, há uma carta do então chefe de Relações Públicas da Fifa, Renné Courtes, a um jornalista argentino de maio de 1976, dois meses após o golpe de Estado: “Vamos ver como mudam as coisas na Argentina. Aqui na Fifa nós temos o pressentimento geral de que, com a mudança para o governo militar, as coisas serão mais fáceis para a Fifa do que antes” (Arquivo Fifa, tradução livre). Era a primeira Copa do Mundo organizada por João Havelange desde sua chegada à presidência da federação, em julho de 1974, o que nos ajuda a compreender sua obstinação em entregar um evento considerado de alto nível e de que modo os conflitos internos argentinos eram entendidos como prejudiciais a esse projeto (Magalhães, 2019, p.679).

A organização do evento ficou definida pelo Decreto de Ley 21.349, que declara “de interesse nacional a organização e realização do *XI Campeonato de Fútbol por la Copa Mundial de la F.I.F.A. 1978*” e cria, a partir de março de 1976, o *Ente Autárquico Mundial de 1978* (doravante EAM78). Nesse documento, a origem dos recursos estava detalhada no artigo 14:

ARTIGO 14.- Para o cumprimento de sua missão o Ente Autárquico Mundial 1978, contará com os seguintes recursos: a) Uma participação equivalente a cinco por cento (5%) das receitas do *Concurso de Pronósticos Deportivos (PRODE)*; b) As porcentagens que a FIFA pagará sobre a receita da venda de entradas e aluguel de estádio; c) Os fundos que a Associação do Futebol Argentino (AFA) receberá pela sua participação nos benefícios econômicos que o evento esportivo produzir; d) A porcentagem que corresponde à exploração comercial do logotipo, mascotes e propaganda estática nos estádios; e) Os fundos que o Estado Nacional atribui em cada orçamento para o desenvolvimento das obras de infraestrutura e aquisição de equipamento, pagamentos de serviços de segurança, etc.; f) Os rendimentos e contribuições privadas e/ou de qualquer natureza que venham a ser recebidos no futuro; g) os fundos provenientes de taxas e impostos que o Estado Nacional estabeleça e destine para o desenvolvimento e a execução da infraestrutura (Argentina, 1976, *online*, tradução nossa).¹⁸³

A composição do EAM78 era o presidente, o vice-presidente e quatro gerentes (quantidade poderia ser ampliada, caso o presidente julgasse necessário). Presidente e vice eram nomeados pela Junta e administraria, desde os recursos oriundos da FIFA até os recursos

¹⁸³ No original: “ARTICULO 14.- Para el cumplimiento de su misión el Ente Autárquico Mundial 1978, dispondrá de los siguientes recursos: a) Una participación equivalente al cinco por ciento (5%) del producido del Concurso de Pronósticos Deportivos (PRODE); b) Los porcentajes que F.I.F.A. abone sobre los ingresos por venta de entradas y en concepto de alquileres de estadio; c) Los fondos que la Asociación del Fútbol Argentino (AFA) reconozca a su favor sobre su participación en los beneficios económicos que arroje el evento deportivo; d) El porcentaje que correspondiere sobre la explotación comercial del logotipo, mascotas y propaganda estática en los estadios; e) Los fondos que el Estado Nacional asigne en cada presupuesto para el desarrollo de las obras de infraestructura y adquisición de equipamiento, pago de servicios de seguridad, etc.; f) Los ingresos y aportes de origen privado y/o de cualquier otra naturaleza que se puedan percibir en el futuro; g) Los fondos provenientes de tasa e impuestos que el Estado Nacional establezca y destine para el desarrollo y la ejecución de la infraestructura”.

públicos destinados à infraestrutura, passando pelos fundos destinados à AFA que, ao menos juridicamente, era uma associação civil sem vínculo formal com o Estado. O primeiro a presidir o órgão foi o general de brigada Omar Actis seguido na linha sucessória pelo vice-almirante Carlos Alberto Lacoste. Actis assumiu em julho de 1976 e foi assassinado em agosto do mesmo ano – a Armada Argentina é suspeita nesse episódio. Assim, de imediato, Lacoste passou a presidente do EAM78 e, por conseguinte, responsável por toda a organização do Mundial (Argentina, 1976; Galeano, 2019).

A construção de três novos estádios e a remodelação de outros três, a criação de um centro de imprensa, os investimentos em tecnologia para a transmissão a cores etc. foram feitos pelo EAM 78 praticamente sem controle oficial, e “a distribuição dos fundos do EAM 78 era decisão da própria entidade, que não precisava prestar contas sobre suas decisões, (...) o que ajuda a entender o elevado custo final que teve o evento para o Estado argentino: 700 milhões de dólares, segundo os meios de comunicação da época” [...] Em 1982, após a Copa do Mundo da Espanha, o ex-Ministro Roberto Teodoro Alemann não hesitou em afirmar que o valor fora ao menos dez vezes maior do que o proposto inicialmente (Magalhães, 2019, p.680).

Em relação ao PRODE, além da previsão de 5% da arrecadação do concurso para o Ente Autárquico mencionada anteriormente, o governo militar, por meio da Ley 21.709, revogou o artigo 2º da Ley 21.133 no qual o governo de Isabelita Perón fixou critérios para a distribuição dos recursos oriundos do PRODE para as associações esportivas. Desse modo, volta a regulamentação de 10% da tarifa de cada cartela para as entidades que regem o futebol sem detalhamento do destino e do percentual. Ou seja, a AFA volta a receber o recurso sem critérios para a distribuição (Argentina, 1971; 1972; 1977).

Até o ano da competição as medidas econômicas não haviam surtido efeito e o país vivia uma recessão com produção industrial em queda, elevada inflação, depreciação real dos salários. Tal fato colocava como crítico do evento o ministro da economia José Martínez de Hoz. Porém, a Copa de 1978 serviria para melhorar a imagem internacional da Argentina e seu governo e internamente buscava-se apoio popular para a “guerra contra a subversão interna”. O projeto incluía a contratação de uma empresa estadunidense para divulgar a imagem do país no exterior e resgatar o papel da Seleção Argentina como símbolo da identidade nacional. O país vinha de sucessivas frustrações em Copas do Mundo, de mudança para um estilo mais aguerrido do que técnico mas, mesmo na crise que desaguou no golpe militar, o futebol continuava mobilizando multidões e se constituindo em uma importante manifestação cultural popular (Breitkeitz, 2012; Magalhães, 2019; Pasquato, 2019g, Rapoport, 2003).

Sobre a Copa de 1978, Eduardo Galeano (2019, p.150-151) afirma:

Participaram dez países europeus, quatro americanos, Irã e Tunísia. O Papa enviou sua bênção de Roma. Ao som da marcha militar, o general Videla condecorou Havelange na cerimônia de inauguração, celebrada no Estádio Monumental de Buenos Aires. A poucos passos dali, estava em pleno funcionamento o Auschwitz argentino, o centro de tortura e extermínio da Escola Mecânica Armada [...] Cinco mil jornalistas de todo o mundo, um faustoso centro de imprensa e televisão, estádios impecáveis, aeroportos novos, um modelo de eficiência. Os jornalistas alemães mais veteranos confessaram que o Mundial de 78 lhes recordava as Olimpíadas de 36, que Hitler tinha celebrado, com toda pompa em Berlim. O balanço virou segredo de Estado. Houve muitos milhões de gastos e de perdas, quem sabe quantos?

Era o primeiro sinal de “aprovação em massa da Ditadura”. Naquele ano os jornalistas esportivos sentiram o peso da censura já instaurada aos outros ramos: “um mero ‘porém’ à seleção comandada pelo técnico César Menotti implicava em desaparecimento assegurado do jornalista e seu envio a um centro de torturas” (Palacios e Chacra, 2014, p.148).

Um recurso para exaltar a organização da competição e associar o êxito ao orgulho nacional foi o filme “*La fiesta de todos*” (1979), um documentário ilustrado com alguns esquetes de comédia produzido pelo EAM78 e dirigido por Sergio Renán. O início do filme ressalta a construção de aeroportos, rodovias e estádios modernos entregues antes do prazo e o objetivo de usar a competição para demonstrar a capacidade do país (“demonstrar o que podemos”). A produção contou com fragmentos de entrevistas do técnico César Luis Menotti¹⁸⁴ e a ênfase a frases como “jogar limpo” (associada a defender o espetáculo) e “a seleção será de todos ou de ninguém” (associada à ideia de que o time nacional seria uma embaixada do país atuando internamente junto aos seus cidadãos). O filme faz questão de enfatizar que a Copa começou predominantemente masculina, mas que as mulheres foram se integrando ao longo da competição – registre-se a abordagem feminina estereotipada – e destaca algumas qualidades atribuídas ao povo argentino: maduro, movido por um sentimento comum, que grita com toda alma e todo coração e que a competição foi uma festa de todos. Algumas cenas com esquetes dão pistas de como o Mundial teria atingido a todos: o vendedor ambulante e suas estratégias para comercializar bandeiras aos torcedores, a revenda paralela de ingressos (chamada no Brasil de cambismo), o encontro nos transportes coletivos e a festa no Obelisco. Por fim, cumpre ressaltar um ponto fundamental para compreender a Copa do Mundo de 1978 como a inauguração de um novo paradigma no futebol: a transmissão para todo o mundo (aonde a TV não chegava, o rádio chegou) (*La Fiesta de Todos*, 1979).

¹⁸⁴ Menotti negou que os jogadores e a comissão técnica poderiam ser associados ao Governo Militar de Videla. Além disso, nos eventos de comemoração dos 30 anos da conquista do título mundial, em 1978, a versão mais frequente passou a difundir outra imagem: “A própria Copa se tornava, nessa lógica, uma vítima da ditadura” (Magalhães, 2019, p.690).

A primeira Copa organizada pela gestão do brasileiro João Havelange com o compromisso de mundialização do futebol por meio do aumento do número de seleções filiadas à FIFA e do investimento para o desenvolvimento do futebol na África, América Central e do Norte, na Ásia e Oceania. Para viabilizar essas promessas, Havelange precisava aumentar a arrecadação da FIFA. Por isso, a Copa do Mundo de 1978 marca o início de uma nova forma de negociação das cotas de patrocínio: os patrocinadores passaram a firmar o contrato de publicidade com a FIFA e não mais com os comitês organizadores locais. O primeiro contrato desse modo foi com a Coca-Cola por um valor entre US\$ 8 e 12 milhões para a Copa realizada na Argentina¹⁸⁵. Um contrato desse valor, na época, só fazia sentido pelo alcance da transmissão, sobretudo televisiva, da competição – conforme exaltada pelo Ente Autárquico no filme mencionado anteriormente (Nicolau Netto e Cavalcante, 2020).¹⁸⁶

Não há bases para associar diretamente os membros da seleção à Ditadura, mas não resta dúvidas de que o intento do regime foi associar o êxito esportivo à recuperação do orgulho nacional e a boa organização à recuperação da imagem internacional, reduzindo o peso das violações dos direitos humanos e associando ao país a imagem de modernidade transmitida pela Copa. Nesse sentido, a presença de Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos (1973-1977) nos governos Richard Nixon e Gerald Ford, respaldava o evento e a Ditadura. Apesar de boicotes por parte de ativistas de direitos humanos europeus, o evento aconteceu, o nacionalismo contagiou os argentinos e a Ditadura Militar usou o título mundial como expressão da altivez argentina – imagem frustrada anos depois com a derrota na Guerra das Malvinas (Galeano, 2019; Palacios e Chacra, 2014).

A partir de 1976 Lacoste passou a tomar as principais decisões na AFA. Segundo Castillo (2012), assim que se efetivou o golpe em março de 1976, Lacoste fez uma reunião com Alberto J. Armando, presidente do Boca representando os clubes, para informar que toda a direção da AFA deveria renunciar. O presidente era David Bracutto, dirigente do Huracán e médico da Unión Obrera Metalúrgica. Bracutto só cedeu quando as contas da AFA foram

¹⁸⁵ Segundo a ferramenta <https://fxtop.com/pt/calculadora-de-inflacao.php>, o valor corresponderia a algo entre US\$ 36,3 e US\$ 54,5 milhões de dólares em 22 de abril 2022.

¹⁸⁶ O contrato FIFA/Coca-Cola foi intermediado de Horst Dassler, da Adidas, e Patrick Nally, da empresa WestNally. Esses intermediários fundaram nos anos 1980 a *International Sport and Leisure* – ISL, especializada em marketing esportivo, que trabalhou com a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional – COI até seu fechamento, em 2001, por escândalos de corrupção. A referida empresa conduziu o processo que padronizou e patenteou o nome e os símbolos da Copa do Mundo para a FIFA, a partir de 1994; e a parceria que garante a transmissão integral de todas as partidas com imagens geradas apenas pela HBS desde 2002 (as demais TVs com direito de transmissão não escolhem as imagens e seguem a padronização da entrada e das entrevistas na área mista, o que garante foco nos patrocinadores) (Nicolau Netto e Cavalcante, 2020).

bloqueadas. Ernesto Wiedrich assumiu interinamente até a conclusão das eleições, que resultaram na vitória do advogado Alfredo Cantilo (Castillo, 2012).

Em relação aos clubes, o período ditatorial foi de ampliação do quadro de associados e de queda na média de ingressos vendidos. A hipótese sobre essa situação é que o aumento de associados ocorreu em decorrência da busca por um espaço de sociabilidade, uma vez que já era comum esses clubes oferecessem atividades de lazer e uma diversidade de esportes, algo que tendia a ser mais atrativo em períodos de maior preocupação com a violência e a criminalidade. Além disso, a outra hipótese é que o aumento na quantidade de partidas tenha tido impacto sobre a média de ingressos vendidos (Gruschetsky, 2019).

Um dos fatores a contribuir para o aumento do número de jogos foi a intervenção de autoridades ligadas à Ditadura Militar no “[...] futebol provincial com o fim de se alinhar às principais entidades federativas e assim incorporar os clubes mais populares e rentáveis do interior do país dentro das estruturas esportivas do poderoso torneio metropolitano”¹⁸⁷. O objetivo era explorar o futebol como esporte de massa e projetar a partir dele uma representação nacional, buscando integrar o país e obter legitimidade para o regime junto à população. Um exemplo dessa intervenção foi a Resolução 1.309 da AFA, de 15 de agosto de 1979, que tentava combater a ameaça de cisma no futebol argentino representado pela *Liga del Interior* por meio de uma abertura federalista de um futebol ainda muito concentrado em Buenos Aires e seu entorno. No entanto, apenas o Club Atlético Talleres de Córdoba reunia imediatamente os requisitos exigidos pela resolução.¹⁸⁸ (Reyna, 2019, *libro digital*, p.64 de 336, tradução nossa). O Talleres ingressou no Metropolitano a despeito dos protestos de outros clubes e de ligas do interior:

[...] se reuniram na Capital Federal representantes de diferentes ligas do interior e apresentaram um comunicado à AFA mostrando seu descontentamento com a resolução, considerando-a de dissociadora e avassaladora dos direitos e interesses institucionais e sociais do futebol do interior; asseguravam que atentava contra o Nacional, uma vez que acabaria fortalecendo o torneio Metropolitano com o aporte das equipes mais poderosas do interior. Desse conclave inicial surgiu um movimento de ligas das capitais provinciais cujo objetivo era regionalizar definitivamente o futebol do país e realizar um campeonato nacional com bases igualitárias. Participaram desse movimento representantes de ligas de Salta, Jujuy, Mendoza, San Luís, Tucumán, Chaco, Corrientes, Santiago del Estero, Misiones, Santa Fe, La Pampa, Catamarca, Formosa, Entre Ríos, La Rioja, Chubut, Río Negro, Neuquén, La Plata e Rosário. Além de confirmar sua oposição às modificações impostas pela AFA, propuseram uma série

¹⁸⁷ No original: “[...] el fútbol provincial con el fin de alinear a sus principales entidades federativas y así incorporar a los clubes más populares y rentables del interior del país dentro de las estructuras deportivas del poderoso torneo metropolitano”.

¹⁸⁸ Ter disputado a fase final dos Nacionais de 1977 e 1978; para participar dos anos seguintes, as equipes interioranas deveriam ter disputado a fase final de dois dos três últimos nacionais; serem de cidades com, no mínimo, 300 mil habitantes que tenham estádios em condições regulamentares para o mínimo de 30 mil habitantes. Isso não alterava o status de “indiretamente afiliado à AFA” (Reyna, 2019).

de mudanças nas formas de representação do interior. Nesse sentido, promoveram a modificação do regime do Conselho Federal para que passasse a ser composto por todas as províncias e exigiram mudanças no sistema para eleição do representante do interior no Comitê Executivo da AFA. Da mesma forma, solicitaram audiência no Ministério do Bem-Estar Social da Nação para levar em consideração as problemáticas do interior e esclarecer as opiniões expressas pelo delegado do Talleres, Manuel Belisle, que os acusou de “terroristas esportivos”. Sabe-se que, no contexto repressivo da ditadura, o termo “terrorista” era utilizado para designar os “inimigos subversivos” e assim justificar sua eliminação. Daí que a utilização do referido termo tinha conotações contra as quais era necessário se defender (Reyna, 2019, *libro digital*, p.72 de 336, tradução nossa).¹⁸⁹

Mesmo sendo fundador da *Liga del Interior*, a direção do Talleres alegava ser o campeonato insuficiente para custear o elenco que contava com quatro integrantes da Seleção Argentina campeã mundial de 1978. A AFA, por sua vez, alegava que a medida:

[...] significou um primeiro passo no objetivo da entidade de alcançar a integração permanente dos representantes do interior no futebol nacional, algo pelo qual vinha defendendo há tempos. Nesse caminho de reorganização do futebol, o número de rebaixamentos no torneio Metropolitano naquele mesmo ano foi aumentado para três. Seu principal ideólogo foi o presidente da organização Julio Grondona, eleito com aprovação do vice-almirante Carlos Lacoste, ex-vice-presidente de Ente Autárquico Mundial 1978, um dos mais influentes personagens do futebol no país e braço direito do membro da Junta Militar no poder, Emilio Massera. Segundo Grondona, a abertura para o interior não se limitou à incorporação do Talleres, mas foi complementada com o aumento de vagas fixas para as equipes provinciais para a Nacional de 1980 e com o acordo feito com o Ministério da Previdência Social para aumentar em 2% o percentual do PRODE (o jogo oficial de previsões esportivas organizado pelas Loterias e Cassinos da Nação) à AFA para cobrir as despesas da seleção nacional e ajudar o futebol do interior no pagamento das passagens para aqueles que jogam o Nacional. Além disso, foi esclarecido que Córdoba não perderia uma de suas duas vagas no Nacional, já que o Talleres jogaria diretamente por ser membro do campeonato metropolitano [...] Lacoste, por sua vez, afirmou que a abertura para o interior era necessária para revitalizar o futebol e que serviria ao “bem-estar geral”, garantindo ao mesmo tempo que o Talleres tinha méritos para estar na elite do futebol argentino (Reyna, 2019, *libro digital*, p.69 de 336, tradução nossa).¹⁹⁰

¹⁸⁹ No original: “[...] se reunieron en Capital Federal representantes de diferentes ligas del interior y elevaron un comunicado a la AFA en el que mostraban su descontento con la resolución por disociadora y avasalladora de los derechos e intereses institucionales y sociales del fútbol del interior; aseguraban que atentaba contra el Nacional, ya que se terminaría robusteciendo el torneo Metropolitano con el aporte de los equipos más poderosos del interior. De ese cónclave inicial surgió un movimiento de ligas capitalinas que se puso como objetivos regionalizar definitivamente el fútbol del país y lograr un campeonato nacional sobre bases igualitarias. Del mismo participaban representantes de ligas de Salta, Jujuy, Mendoza, San Luis, Tucumán, Chaco, Corrientes, Santiago del Estero, Misiones, Santa Fe, La Pampa, Catamarca, Formosa, Entre Ríos, La Rioja, Chubut, Río Negro, Neuquén, La Plata y Rosario. Además de confirmar su rechazo a las modificaciones impuestas desde la AFA, propusieron una serie de cambios en las formas de representación del interior. Al respecto, propiciaron la modificación del régimen del Consejo Federal para que pasara a estar compuesto por todas las provincias y exigieron cambios en el sistema para la elección del representante del interior ante el Comité Ejecutivo de la AFA. Asimismo, solicitaron audiencia ante el Ministerio de Bienestar Social de la Nación para poner en consideración las problemáticas del interior y para aclarar las opiniones vertidas por el delegado de Talleres, Manuel Belisle, quien los había acusado de “terroristas deportivos”. Es sabido que, en el contexto represivo de la dictadura, el término “terrorista” era utilizado para denominar a los “enemigos subversivos” y así poder justificar su eliminación. De ahí que la utilización de dicho término tuviera connotaciones de las que era necesario defenderse.”

¹⁹⁰ No original: “[...] significaba un primer paso en el objetivo del ente de lograr la integración permanente al marco nacional del fútbol del interior, algo por lo que este venía abogando desde mucho tiempo atrás. En ese camino de reordenamiento del fútbol, se había aumentado a tres la cantidad de descensos en el torneo Metropolitano ese mismo año. Su principal ideólogo era el presidente del organismo Julio Grondona, quien contaba con el beneplácito de la mano derecha del miembro de la junta militar gobernante, Emilio Massera, el contralmirante Carlos Lacoste, exvicepresidente del Ente Autárquico Mundial 78 y uno de los personajes de mayor influencia en el fútbol del país. Según Grondona, la apertura hacia el interior no se limitaba a la incorporación de Talleres, sino que se complementaba con el incremento de las plazas fijas de equipos provincianos al Nacional

Os clubes mantiveram, pelo apoio popular, sua autonomia para marcar posição, mesmo quando contrariavam os interesses do governo militar. Constituíram-se em exceções no período, mantendo características democráticas, como eleições e debates. Apesar das restrições, era relativamente mais comum a postura oposicionista de dirigentes do futebol ao regime do que em outros campos da sociedade, como expresso na situação descrita anteriormente. (REYNA, 2019). Por isso, os agentes da ditadura eram desafiados a tomar medidas mais enfáticas para valer suas pretensões, como ocorreu na intervenção sobre a Liga e a Federação Cordobalesa de Futebol.

As federações conseguiram preservar certas margens de autonomia para estabelecer posições e garantir o seu desenvolvimento devido ao grau de massividade e transcendência identitária alcançado pela prática do futebol e sua capacidade de impor uma redefinição ampliada da nacionalidade. Assim, embora o potencial do espetáculo esportivo tenha servido para encobrir os crimes da ditadura, também permitiu aquelas licenças democráticas em tempos que foram bloqueados em outras áreas, embora no final os critérios governamentais sempre acabassem se impondo: a intervenção era um risco latente para aqueles que não se alinharam com o pensamento dominante (Reyna, 2019, *libro digital*, p.83 de 336, tradução nossa).¹⁹¹

Tal como a ditadura militar brasileira, o governo militar argentino atuou para integrar clubes do interior no Nacional: de quatro clubes do interior indiretamente filiados à AFA, vinculados ao Conselho Federal do Futebol, no Nacional de 1967 chegou a 12 na competição de 1979. Esse processo de nacionalização não pode ser visto apenas a partir da ação do governo militar. Havia uma importante mobilização dos clubes interioranos alegando possuir importante quantidade de sócios, estrutura, poder econômico, esportivo e capacidade de mobilização não consideradas adequadamente e denunciando a falta de competições em todo ano, provocando graves prejuízos, impedindo um planejamento maior e se refletindo em desequilíbrios nas competições nacionais (Reyna, 2019).

É possível, então, depreender que essa autonomia dos clubes e a necessidade de ações mais enfáticas do governo militar expliquem a seguinte passagem:

de 1980 y con el acuerdo hecho con el Ministerio de Bienestar Social de aumentar en un 2% del porcentaje del PRODE (el juego oficial de los pronósticos deportivos organizado por Lotería y Casinos de la Nación) a la AFA para afrontar los gastos de la selección nacional y ayudar al fútbol del interior en el pago de los pasajes a los que jueguen el Nacional. Además, se aclaraba que Córdoba no perdería una de sus dos plazas en el Nacional, ya que Talleres lo jugaría directamente por ser integrante del campeonato metropolitano [...] Lacoste, por su parte, afirmaba que la apertura hacia el interior era necesaria para revitalizar el fútbol y que servía al “bienestar general”, al tiempo que aseguraba que Talleres había hecho sobrados méritos para estar en el fútbol grande de la Argentina”

¹⁹¹ No original: “Las asociaciones pudieron conservar ciertos márgenes de autonomía para fijar posiciones y asegurar su desarrollo debido al grado de masividad y trascendencia identitaria alcanzada por la práctica del fútbol y a su capacidad para imponer una redefinición ampliada de la nacionalidad. Así, si bien el potencial del espectáculo deportivo servía a fines de encubrir los crímenes de la dictadura, también permitía esas licencias democráticas en tiempos que eran obtenidas en otros ámbitos, aunque al final siempre se terminaran imponiendo los criterios gubernamentales: la intervención era un riesgo latente para los que no se alineaban al pensamiento dominante”

Quando Cantilo deixou de ser levado em conta por que todos sabiam que quem decidia era outro, o vice-almirante deduziu que devia mudar de presidente para poder dedicar-se plenamente ao seu maior sonho e que ninguém o desviaria de seu desejo de desembarcar na FIFA (Castillo, 2012, *EBook*, posição 370-379 de 3338, tradução nossa).¹⁹²

Assim, em 1979 Julio Humberto Grondona foi eleito presidente da AFA. Eduardo Galeano (2019) interpretou o ocorrido como uma nomeação de Lacoste. Não foi assim diretamente. Grondona tinha uma história importante no futebol: foi um dos fundadores do Arsenal Fútbol Club, o Arsenal de Sarandí, em 1957; e foi dirigente do Club Atlético Independiente, de Avellaneda, onde foi membro da Comissão de Futebol e presidente. Como parte da Comissão de Futebol, participou de títulos da Libertadores da América; como presidente, foi bicampeão argentino (1977 e 1978). Esse histórico o levou à *Secretaría de Finanzas y Hacienda* da AFA. Nesse cargo teve atuação destacada na renovação do contrato de César Menotti, o técnico campeão de 1978 – agradando aos militares dada a popularidade de Menotti. Grondona se apegou a esse histórico e repetia que fora eleito pelos clubes e não pelos militares, bem como dizia ter rejeitado a intendência de Avellaneda por duas ocasiões: em 1976, oferecida pelos militares e 1983, oferecida pelo presidente Raúl Alfonsín, do mesmo partido de Grondona (UCR). No entanto, indiretamente Eduardo Galeano tem alguma razão: segundo Castillo (2012), Lacoste foi responsável pela desistência das candidaturas de Ignacio Ercoli e Rafael Aragón Cabrera¹⁹³. Como candidato único, Grondona foi eleito por unanimidade e se manteve como máximo mandatário do futebol argentino até sua morte, em 2014. Além disso, Lacoste passou a ser um dos vice-presidentes da FIFA, em 1980, por meio da nomeação do brasileiro João Havelange com apoio da AFA, de Grondona (Castillo, 2012; Galeano, 2019).

Fosse uma história institucional do futebol argentino, Grondona demandaria uma seção à parte pela sua longevidade, resultados esportivos e capacidade de adaptação aos diferentes governos e contextos políticos e socioeconômicos. No entanto, o objetivo desta tese é outro, Grondona não terá uma seção exclusiva, mas suas relações mais destacadas com os atores políticos vão aparecer nas subseções seguintes.

¹⁹² No original: “Cuando Cantilo dejó de ser tenido en cuenta porque ya todos sabían que el que decidía era otro y no él, el vicealmirante dedujo que debía cambiar de presidente para poder dedicarse de lleno a su máximo sueño y que nadie lo desviara de su aspiración de desembarcar en la FIFA”

¹⁹³ Lacoste, sócio do River Plate, demonstrava proximidade de Rafael Aragón Cabrera, então presidente do clube. No entanto, o longo período sem título da agremiação pesava contra Aragón Cabrera, que não tinha forte apoio nem internamente. Ignacio Ercoli, por sua vez, era presidente do Estudiantes de La Plata e Lacoste não o conhecia. Esses fatores fizeram o vice-almirante, presidente do EAM78, trabalhar pela desistência dos dois, abrindo o caminho para Grondona (Castillo, 2012).

4.4 UMA NOVA CONJUNTURA CRÍTICA: abertura democrática e neoliberalização (1983-1999)

A ditadura militar não se institucionalizou na Argentina como no Brasil e no Chile e não logrou êxito na busca pela estabilização. A proposta de um regime livre de uma imagem de personalismo não prosperou dada a proeminência de Videla na Junta Militar. Além disso, não houve consenso para a escolha do sucessor: a Armada apoiava o almirante Emílio Massera, mas o escolhido foi o comandante em chefe do Exército Roberto Viola. Além da insatisfação da Armada, outros fatores precipitaram o drástico encerramento da ditadura. O país foi derrotado pela Inglaterra na Guerra das Malvinas e a crise econômica se intensificou, impactando a estrutura produtiva do país e causando desequilíbrio fiscal. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, os Choques do Petróleo afetaram a oferta de crédito internacional, fazendo com que os países desenvolvidos adotassem medidas de austeridade e invertessem o sentido do fluxo de capital: agora os países menos desenvolvidos devedores passavam por uma fuga de capitais rumo aos credores. Como agravante, a falência do Banco de Intercâmbio Regional (BIR) iniciou uma quebra no setor bancário que afetou mais três bancos de grande porte e outros menores. O governo militar terminou com uma inflação de mais de 400% ao ano e uma dívida externa que correspondia a 70% do Produto Interno Bruto – PIB (Di Tella, 1993; Rapoport, 2003).

Neste cenário, assumiu em dezembro de 1983 o presidente Raúl Alfonsín, da UCR, firmando compromisso com os direitos humanos e com a subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Essa vitória facilitou a transição por ser, na ocasião, o partido com maior tradição democrática da Argentina e por representar uma ameaça menor que os peronistas do PJ para a cúpula militar (Di Tella, 1993). Alfonsín permaneceu na presidência até 1989 quando foi sucedido por Carlos Menem, do PJ. É importante assinalar:

O governo radical, desde o início, decidiu definir suas políticas, com a aprovação do Parlamento, sem a necessidade de pactuá-las com nenhum grupo de interesse. Dentro de sua concepção, em um sistema democrático, a definição das orientações gerais do Estado correspondia ao partido vitorioso nas eleições. Nesse sentido, o governo deu pouco reconhecimento ao caráter democrático dos demais atores políticos e descartou a possibilidade de pactuar políticas governamentais, tornando o Parlamento o cenário estratégico para os partidos majoritários negociarem seus conflitos. Por outro lado, qualquer compromisso com organizações setoriais foi interpretado como expressão do corporativismo, considerado uma patologia social. Essa oposição a qualquer tipo de acordo ou pacto, por um lado, superestimou a capacidade decisória do governo e, por outro, subestimou o peso do sistema da representação empresarial na Argentina. Embora as corporações estivessem mergulhadas em uma profunda crise, elas ainda mantinham, ao contrário dos partidos, grande parte de sua capacidade de pactuar e

pressionar o Estado. Nessas condições, a perspectiva governamental abriu o caminho incerto para o conflito (Rapoport, 2003, p.886-887, tradução nossa).¹⁹⁴

Essa passagem é importante para compreendermos algumas distinções em relação ao Brasil. O caráter mais majoritário da Argentina, como descrevemos na primeira seção, aparece de modo mais claro nessa forma de articular a governabilidade por Alfonsín e a UCR. A concepção mais consensual no Brasil abre mais espaço para que os grupos de interesses atuem para encaminhar seus interesses, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Por outro lado, essa resistência aos grupos de interesses ajuda a explicar o processo de fragilização do governo Alfonsín, que se agravou com a derrota nas eleições legislativas de 1987.

Economicamente, uma das medidas foi a declaração da moratória até junho de 1984 visando renegociar a dívida para que os pagamentos não superassem 15% das exportações. Mas, devido às pressões dos credores, a Argentina precisou intensificar as medidas de austeridade, afetando a política monetária e fiscal e resultando na elevação das tarifas públicas. Além disso, apesar da tentativa de utilizar a moratória para evitar as exigências do Fundo Monetário Internacional – FMI, o governo Alfonsín foi pressionado a aceitar o acordo de *Stand By* com o FMI e abrir caminho para o receituário neoliberal – ou reabrir, considerando que a ditadura militar argentina tentou implementar os princípios da Escola de Chicago (Rapoport, 2003).

Alfonsín nomeou Rodolfo O’Reilly, com importante história no rúgbi argentino, para a *Secretaría de Deportes de la Nación Argentina*. A relação de O’Reilly com Grondona e a AFA não foi das mais harmônicas, inicialmente. Segundo Castillo (2012), O’Reilly repetia a frase: “Não é possível que hoje exista uma AFA rica e clubes pobres”, o que justificaria a Ley 23.648 de 1988 revendo a distribuição do PRODE. O secretário nacional de esportes se movimentou para reestruturar o futebol argentino, rumo à maior nacionalização. Antecipando essa movimentação, Grondona criou a *Primera Nacional B* que serviria como uma segunda divisão federal (ver estrutura do futebol argentino no [Apêndice 3](#)). Castillo (2012) narra que O’Reilly fazia críticas públicas à Seleção Argentina às vésperas da Copa de 1986 e que teria tentado uma

¹⁹⁴ No original: “El gobierno radical, desde sus comienzos, decidió fijar sus políticas, con el aval del Parlamento, sin necesidad de acordarlas con ningún sector de interés. Dentro de su concepción, en un sistema democrático correspondía al partido triunfante en las elecciones la definición de las orientaciones generales del Estado. En este sentido, el gobierno otorgo un bajo reconocimiento al carácter democrático del resto de los actores políticos y descartó la posibilidad de consensuar las políticas gubernamentales. En consecuencia, el Parlamento se transformó en el escenario estratégico para que los partidos mayoritarios negociaran sus conflictos. Por otra parte, todo compromiso con las organizaciones sectoriales era interpretado como una expresión del corporativismo, considerado una patología social. Esta oposición a cualquier tipo de acuerdos o pactos, por un lado, sobrestimaba la capacidad decisional del gobierno y, por el otro, subestimaba el peso del sistema de representación corporativa en la Argentina. Aunque las corporaciones estaban sumidas en una profunda crisis aun conservaban, a diferencia de los partidos, gran parte de su capacidad para pactar y presionar sobre el Estado. En estas condiciones, la perspectiva gubernamental abría el incierto camino a la confrontación”

operação política para apoiar Hugo Santilli, então presidente do River, para substituir Grondona na presidência da AFA. Santilli teria negado a oferta e comunicado aos diretores da AFA. Santilli era, inclusive, um peronista posteriormente nomeado presidente do Banco Nación por Carlos Menem. E, apesar da desconfiança, a Argentina conquistou o bicampeonato mundial na Copa do Mundo de 1986, no México (Castillo, 2012).

Foi durante o governo Alfonsín que a Ley 20.655 foi finalmente regulamentada. Outra mudança esportiva relevante foi a reinserção dos percentuais para a destinação dos recursos do PRODE às instituições esportivas pela Ley 23.648, tal como fizera Isabelita Perón. Desse modo, a lei aprovada sob o governo Alfonsín guardava importantes semelhanças com a lei de 1975, inclusive ao determinar que: 40% dos recursos recebidos pelos clubes deveriam ser usados para amortização de financiamento ou empréstimos oficiais e para pagamentos de dívidas trabalhistas e fiscais (municipais, provinciais e/ou federais); e 60% para construção ou reformas de instalações esportivas aprovadas pelo órgão competente do Poder Executivo Nacional. A nova regulamentação fixou o que esclarece o quadro 8, a seguir.

Quadro 8: Evolução da destinação de recursos oriundos do PRODE (Perón a Alfonsín)

	Governo Isabelita Perón (1974-76)	Governo Raúl Alfonsín (1983-89)
Prêmio	40%	37%
Comissão dos agentes	12%	12%
Exploração comercial e outros custos	7%	7%
Associações do futebol	(6%) 1% para as ligas do interior filiadas à AFA + 5% com distribuição definida: - 5% para a AFA; - 2% para as obras sociais e culturais da <i>Futbolistas Argentinos Agremiados</i> ; - 0,7% para as obras sociais e culturais da <i>Asociación de Argentinas de Arbitros</i> ; - 0,5% às obras sociais e culturais da <i>Asociación de Técnicos del Fútbol Argentino</i> ; - 0,5% para as obras sociais e culturais do <i>Círculo de Periodistas Deportivos Argentinos</i> ; - 0,3% para as obras sociais da <i>Casa del Futbolista</i> ; - 3,5% para distribuir entre os clubes da Primera "C"; - 2,5% para distribuir entre os clubes da divisional "D"; - 65% para distribuir entre os clubes da AFA que cometem na Primera A; - 20% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos da Primera B.	(9%) 1% para as ligas do interior filiadas à AFA + 1% para as obras sociais e culturais da <i>Futbolistas Argentinos Agremiados</i> + 7% com distribuição definida: - 7% para a AFA; - 0,7% para as obras sociais e culturais da <i>Asociación de Argentinas de Arbitros</i> ; - 0,5% às obras sociais e culturais da <i>Asociación de Técnicos del Fútbol Argentino</i> ; - 0,5% para as obras sociais e culturais do <i>Círculo de Periodistas Deportivos Argentinos</i> ; - 0,3% para as obras sociais da <i>Casa del Futbolista</i> ; - 3,5% para distribuir entre os clubes da Primera "C"; - 2,5% para distribuir entre os clubes da divisional "D"; - 55% para clubes que disputam competições da AFA na Primera A; - 15% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos da Primera Nacional B; - 15% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos de Primera B.

Fonte: Elaboração própria com base na Ley 21.133 e Ley 23.648 (Argentina, 1975; 1988)

Em relação ao quadro 8, após descontar os percentuais discriminados, o produto líquido do PRODE ficaria para o *Ministerio do Bienestar Social*, em ambas as leis. Na prática, além da previsibilidade na aplicação do recurso, a lei do governo Alfonsín reduziu o repasse do PRODE à AFA em relação ao estabelecido pela Junta Militar, tal como fizera Isabelita Perón em relação à lei do governo ditatorial de Lanusse: dos 10% sobre o valor do bilhete sem definição de destino passou para 7% da arrecadação com definição legal da destinação (restando apenas cerca de 0,49% da arrecadação livremente à AFA).

Comparativamente ao Brasil, a Argentina começou antes a regulamentação relativa à violência no futebol. No Brasil, o debate sobre a violência no futebol ganhou mais espaço na imprensa nos anos 1990, com um relativo protagonismo do Ministério Público e tentativas de banimento das torcidas organizadas. Porém, a responsabilização objetiva de dirigentes, independente de culpa, e de entidades organizadoras de eventos esportivos foram dispositivos regulamentados apenas no Estatuto do Torcedor (2003) e implementada anos depois, após longo embate judicial. Na Argentina, foi durante a Gestão Alfonsín que tais mudanças apareceram no ordenamento jurídico. Não por obra direta do Executivo, mas por iniciativa de parlamentares situacionistas. Em 7 de abril de 1985, em uma partida entre Independiente e Boca Juniors, em Avellaneda, após confusão iniciada pela *barra brava* do Boca, chamada “*La Doce*”, Juan Ángel Scasserra resolveu sair do estádio com seu filho Adrián Silvio Scasserra, de catorze anos – pai e filho eram torcedores xenezes (do Boca). Apesar da impressão de que os confrontos teriam acabado, o garoto morreu baleado na saída do estádio. O projétil usado era um 9mm, idêntico aos utilizados pelas forças de segurança bonaerenses. Ao longo do processo judicial, que gerou grande comoção no país e forte pressão sobre o governo, o senhor Juan Ángel, militante radical, sempre acusou as forças de segurança pelo disparo. O caso mudou a questão do futebol em dois pontos. Primeiro, a Comissão de Esportes do Senado presidida por Antonio Napoli, com atuação destacada do então senador e futuro presidente Fernando De la Rúa, elaborou e conseguiu a aprovação da Ley 23.184, conhecida como “*Ley De la Rúa*”. O segundo ponto foi considerado um revés para a AFA, a Corte Suprema de Justiça confirmou uma sentença até então inédita: a Província de Buenos Aires, a AFA e o Independiente foram responsabilizados de forma solidária e tiveram que indenizar a família Scasserra. Em termos penais, não houve a condenação individual porque não foi possível precisar o autor do disparo (Diario Popular, 2015; Infobae, 2007; Souza, 2021).

A Ley 23.184 estabelece tratamento penal e contravenucional para os casos de violência no futebol. Em termos penais, acrescenta um terço sobre os delitos previstos no Código Penal, caso realizados em eventos esportivos (desde que não ultrapasse a pena máxima fixada no Código Penal); estabelece penas que variavam de 1 a 6 anos (posse de armas, associação para atitudes delituosas ou contravenacionais) e outras penas de até 3 anos (por exemplo, para dirigentes de clubes e associações que portar ou guardar armas em instalações esportivas), em casos de não houver delito. Define uma série de contravenções, como tumultos em filas, invasão, práticas de “avalanches” e outros. Além disso, a *Ley De la Rúa* estabelece a responsabilidade civil das entidades esportivas e demais órgãos responsáveis pela realização do evento e a responsabilização objetiva de dirigentes ao instituir que associações responsabilizadas podem “[...] exercer ação de reintegração contra os co-devedores solidários, conforme o grau de responsabilidade”. No entanto, o artigo 33 exime as entidades esportivas dessa responsabilidade, quando a vítima for considerada culpada (Argentina, 1985, *online*).

Por um lado, a lei definiu parâmetros para punição em casos de violência no futebol e inaugurou um paradigma de endurecimento penal sem definições de medidas preventivas. Algo que se repetiu em legislações posteriores, como a Ley 24.192, e é notado também nas leis brasileiras sobre o tema. Essa ação posterior do Brasil pode ser entendida como consequência da demora para serem tratados de modo intensivo na imprensa nacional, retardando a comoção da opinião pública. Não cabe especular as motivações da imprensa brasileira naquele momento, mas alertar para o caráter policêntrico do futebol associado à descentralização dos jornais, emissoras de TV e de rádio, que podem ter contido a repercussão dos casos em termos regionais. Um ano antes da morte do jovem Adrián Scasserra, houve uma morte em um jogo pela segunda divisão brasileira. Após a vitória e acesso do Uberlândia Esporte Clube (de Minas Gerais), dois jogadores desse time agrediram Emanuel Joaquim da Silva, de 52 anos, torcedor do Clube do Remo (de Belém, capital do Pará). O torcedor morreu (alguns veículos apontam como causa da morte aneurisma cerebral; outros, parada cardíaca). Não é possível afirmar que tenha sido a primeira morte no futebol brasileiro, mas foi a primeira dentro do estádio tratada nacionalmente. Entretanto, o primeiro caso qualificado claramente como morte em decorrência da violência no futebol foi o assassinato de Cleo Sóstenes Dantas, palmeirense morto a tiros supostamente por corintianos, em 1988. Na década de 1990, a cobertura sobre a violência no futebol se intensificou, com foco prioritário na atuação dos torcedores organizados. Porém, a primeira lei

específica com enquadramento sobre as questões da violência foi o Estatuto do Torcedor, em 2003 (Globoesporte.com, 2019; Souza, 2021)

Referente aos desafios econômicos, após as frustradas tentativas de estabilização, por meio dos Planos Austral e Primavera, e da mudança no cenário internacional com a suspensão das remessas de recursos pelo Banco Mundial, as perspectivas eram negativas em relação à hiperinflação. O cenário turbulento culminou no acordo para antecipar em seis meses a posse do novo presidente, Carlos Saul Menem (1989-1999), do PJ. Os seis primeiros meses seriam, ainda, com os parlamentares da Legislatura anterior, já que os parlamentares recém-eleitos – maioria PJ – assumiram em 10 de dezembro de 1989. A nomeação de Miguel Angel Roig, executivo da multinacional Bunge & Born, indicava o caráter neoliberal do governo. Roig, faleceu dias após a posse, mas teve tempo de apresentar seu plano econômico: fixar o valor do dólar, criar uma moeda, dar autonomia ao Banco Central, refinanciar a dívida interna, emitir linha de crédito barata e dar um choque produtivo (privatização, prioridade às exportações e flexibilização para atrair investimento estrangeiro). Nomeou, ainda, o presidente do Banco Central, Javier González Fraga. A morte precoce de Roig não mudou a diretriz econômica: o sucessor foi Néstor Rapanelli, vice-presidente da Bunge & Born. Rapanelli deu continuidade ao plano que ficou conhecido como “Plan BB”, que resultou em uma nova onda de hiperinflação. Rapanelli renunciou em dezembro de 1989 (Rapoport, 2003).

Entre 1989 e 1991, o Ministro da Economia foi Antonio Erman González, que implementou o Plan Bonex (Bonos Externos). O objetivo era reduzir a liquidez dos poupadores, substituindo o recurso efetivo por bônus. O bônus poderia ser negociado no mercado. Mas o objetivo era gerar mais demanda por bens e serviços e compra de dólares para reduzir a inflação. Além disso, González implementou medidas de redução do Estado, reduzindo secretárias, diretorias e suspendendo contratações e licitações. Denúncias de corrupções impactaram negativamente na economia e o escândalo chamado *Swiftgate* provocou a substituição de González por Domingo Cavallo¹⁹⁵, que havia sido presidente do Banco Central em 1982, ainda na ditadura militar. Cavallo permaneceu no ministério até 1996. Sua primeira medida foi a Lei de Convertibilidade que dolarizou a economia argentina, fixando o dólar a 1 peso, obrigando o Estado a vender a quantidade de divisas solicitadas pelo mercado, proibindo a emissão da

¹⁹⁵ A nomeação de Cavallo para presidente do Banco Central pelos militares (1982), ministro da Economia pelo peronista Menem (1991) e pelo radical De la Rúa (2001) foram vitórias da *Fundación Mediterránea*, uma *think tank* sediada em Córdoba. Essa *think tank* foi fundada no primeiro ano da Ditadura Militar e seus objetivos expressos convergiam com a retórica do ministro da Economia do regime militar, José Martínez de Hoz (Donatello, 2015; Gambina, 2010).

moeda para cobrir gastos e indexando os contratos em peso. Tais medidas foram eficazes para controlar a inflação e renderam elogios do FMI e os prêmios *Finance Minister of the Year* (Revista Euromoney) e *Man of the Year* (LatinFinance). Além disso, impulsionou as privatizações, elevou impostos e o salário obteve aumento real de 29%. No entanto, o desemprego aumentou de 6% para 18%. Além disso, buscava-se implementar uma lógica mercantilista no Estado cuja atuação nas áreas sociais se baseava em políticas públicas focalizadas, as quais determinadas populações eram consideradas público-alvo, abandonando a lógica universalista (Levoratti, 2016; Rapoport, 2003). Como consequência:

[...] a Argentina experimentou, com a chegada de Carlos Menem à presidência (1989-1999), uma onda de privatização de serviços públicos entregues em quase todos os casos a capitais privados transnacionais ou estatais europeus. Essa política transformou a estrutura econômica argentina para colocá-la, junto com a brasileira, como a mais desnacionalizada do planeta. Para chegar a essa situação, a retórica da globalização se impôs como discurso hegemônico (Gil, 2003, p.340, tradução nossa).¹⁹⁶

Em relação aos fatos ocorridos na ditadura:

[...] Menem também concedeu indulto a 216 militares, processados ou condenados por causas como a Guerra das Malvinas, violações aos direitos humanos e pelas sublevações da Semana Santa, Monte Caseros e Villa Martelli. Também concedeu indulto a 64 civis, entre eles, os ex-dirigentes de Montoneros, Fernando Vaca Narvaja e Roberto Perdía (Rapoport, 2003, p.934, tradução nossa).¹⁹⁷

No que diz respeito ao esporte, mantendo uma lógica de justificar as ações políticas em termos morais, em busca de uma lógica mercantil para combater a ineficiência da burocracia estatal, a gestão Menem modificou a estrutura de funcionamento da administração pública, reduzindo suas áreas de atuação sob o argumento de redução dos gastos. A expressão do projeto pode ser lida nas entrevistas e publicação de Fernando Galmarini, o primeiro secretário de esportes de Menem: “[...] o Estado não é o único responsável pelo financiamento do esporte nacional, por isso propõe que é necessária a participação do setor empresarial e da sociedade civil” (Levoratti, 2016, p.1098, tradução nossa).¹⁹⁸

Nessa gestão, a Secretaria de Esportes passou do Ministério do Bem-Estar Social ou da Ação Social ao vínculo direto à Presidência. A forma de tratamento do esporte foi dividida em

¹⁹⁶ No original: “[...] la Argentina experimentó com el arribo de Carlos Menem a la presidencia (1989-1999) una oleada de privatizaciones de los servicios públicos, entregadas en casi todos los casos a capitales privados transnacionales o estatales europeos. Esta política transformó la estructura económica argentina para colocarla, junto con la brasileña, como la más desnacionalizada del planeta. Para llegar a esta situación, la retórica de la globalización se impuso como discurso hegemónico”

¹⁹⁷ No original: “[...] Menem indulto también a 216 militares, procesados o condenados por causas como la Guerra de Malvinas, violaciones a los derechos humanos y por las sublevaciones de Semana Santa, Monte Caseros y Villa Martelli. También se indultó a 64 civiles, entre ellos, a los ex dirigentes de Montoneros, Fernando Vaca Narvaja y Roberto Perdía”

¹⁹⁸ No original: “[...] ello se expresa en los principios de su propuesta donde el Estado no es el único responsable por el financiamiento del deporte nacional, por eso plantea como necesaria la participación del sector empresarial y de la sociedad civil, empleando para ello una retórica similar a la del presidente.”

duas frentes de atuação: o esporte social e o esporte de alto rendimento. O esporte social contempla a “iniciação esportiva”, “esporte e o desenvolvimento econômico” (capacidade de impacto socioeconômico e inclusão social), “esporte e as relações internacionais” (sua função como uma “diplomacia informal”), “esporte e saúde” (cuidado do corpo) e o “espetáculo esportivo” (competições que não se enquadra no alto rendimento, como torneios colegiais, militares etc.). O esporte social foi definido nos moldes do que preconizou e implementou, na Ley 20.655, Juan Domingo Perón. Mas, diferente de Perón, a gestão Menem preconizou participação do capital privado, a terceirização e incluiu como *responsabilidade social* e o objetivo de o esporte auxiliar na formação de *recursos humanos* (Levoratti, 2016, p.1099).

Para tal, o esporte foi incorporado ao sistema educativo, algo que fica institucionalizado com *Ley Federal de Educación*, sancionada em 1993 que “faz menção para os três primeiros níveis educacionais (Inicial, Educação Geral Básica e Polimodal) a incorporação da *educação física* e o *esporte* para o desenvolvimento integral da pessoa e a preservação da saúde psicofísica”. A escolarização do esporte seria o primeiro degrau para o desenvolvimento da política esportiva menemista. (Levoratti, 2016, p.1095, tradução nossa, *grifos do autor*)¹⁹⁹.

Ainda que o ideal de formação humana por meio do esporte permaneça, o Estado deixa de ser o único responsável por estimular e fomentar. Além disso, o ideal de formação humana foi ressignificado para incluir objetivos comuns ao neoliberalismo, como a Teoria do Capital Humano. Desse modo, a marca dessa gestão foi a gradual retirada dos investimentos estatais. A abertura para a iniciativa privada e a redução dos investimentos não pode ser confundida com o distanciamento entre Estado e política esportiva. A postura *laissez-faire* própria do modelo neoliberal de gestão ressignifica e não extingue o esporte da agenda estatal. Essa ressignificação ocorreu:

[...] manifestando de forma reiterada a *ineficiência* que caracterizou o Estado na administração dos recursos econômicos em matéria esportiva, dando ênfase na *discrecionalidade* e nas *práticas clientelistas* que haviam sido feitas tanto por civis como por militares na distribuição dos recursos (Levoratti, 2016, p.1098, tradução nossa).²⁰⁰

Em relação ao futebol, Castillo (2012) menciona o interesse do governo Menem em *peronizar* a AFA apoiando o presidente do Racing, Juan De Stéfano, para o lugar do radical

¹⁹⁹ No original: “[...] se hace mención para los tres primeros niveles educativos (Inicial, Educación General Básica y Polimodal) la incorporación de la educación física y el deporte para el desarrollo integral de la persona y la preservación de la salud psicofísica”

²⁰⁰ No original: “[...] manifestando en forma reiterada la *ineficiencia* que caracterizó al Estado en la administración de los recursos económicos en materia deportiva, haciendo énfasis en la *discrecionalidad* y en las *prácticas clientelares* que habrían realizado tanto civiles como militares en la distribución de los fondos”

Julio Grondona. Consta que Menem encontrou João Havelange, presidente da FIFA, em 1989, e teria ouvido elogios a Grondona que ingressara na FIFA em 1988, e o esclarecimento de que a FIFA não admite intervenção de governos em federações de futebol, sob pena de suspensão do país das competições internacionais. Abortada a ideia, as relações entre Menem e Grondona se estabilizaram. Apesar da diferença de posições para o futebol não houve enfrentamento. Menem defendia o *gerenciamiento* privado para o futebol (modalidade de clube-empresa), Grondona era contrário (Castillo, 2012).

Após o primeiro título mundial, a Argentina passou por um período cuja principal estrela era Diego Armando Maradona. Cortado da seleção argentina para a Copa do Mundo de 1978, Maradona foi marcante para o país, entre 1982 e 1994. O contexto foi marcado pela Crise da Dívida, pela humilhação sofrida na Guerra das Malvinas e pela emergência para uma reabertura que passasse a limpo os crimes da ditadura em contraste com a fragilidade do governo de Raúl Alfonsín frente às pressões dos militares e depois, por um Governo Menem que, apesar de membro do PJ, se comprometeu abertamente com a agenda neoliberal. Todos esses fatores poderiam fazer parecer o futebol algo menor. Não foi isso que se viu na prática. Ao eliminar a Inglaterra no caminho do título da Copa de 1986 Maradona, com um gol de mão (*la mano de Dios*), lavava a alma argentina. Depois, o inesperado vice-campeonato de 1990, com uma seleção desacreditada e Maradona jogando contundido (Galeano, 2019). Todos esses resultados esportivos em um cenário de:

[...] partidos democráticos cedendo a pressões autoritárias e partidos populistas reciclados como conservadores e antipopulares, descreve[ndo] um contexto de instabilidade e fratura de todas as histórias que explicaram a Argentina no século XX. Maradona, então, poderia ser colocado como a última grande história de duplo sentido: por um lado, como a sobrevivência do velho vínculo entre futebol e nação; e, por outro, como portadora de uma série de marcas de ídolos populares: a origem pobre e a fidelidade a essa origem, o modelo de chegada da pobreza; travessuras, rebeliões, denúncias, perseguições, solidariedade com os seus. Maradona, então, tornou-se a última âncora desses sentidos, uma âncora plebeia do país (Alabarces, 2005, *online*, tradução nossa).²⁰¹

Em 1993, foi aprovada a Ley 24.192 estendendo o enquadramento penal e contravencional, com as penas definidas pela Ley 23.184, em qualquer local público relacionado ao evento esportivo, como áreas próximas aos estádios ou aos trajetos para o local.

²⁰¹ No original: “[...] partidos democráticos claudicando frente a presiones autoritarias y a partidos populistas reciclados como conservadores y antipopulares, describe un contexto de inestabilidad y fractura de todos los relatos que habían explicado la Argentina del siglo XX. Maradona, entonces, podía ubicarse como un último gran relato de doble significación: por un lado, como la supervivencia de la añeja vinculación entre fútbol y nación; y por el otro, como portador de una serie de marcas de ídolo popular: el origen pobre y la fidelidad a ese origen, el modelo de llegada desde la pobreza; la picardía, la rebeldía, la denuncia, la persecución, la solidaridad con los suyos. Maradona, entonces, se transformaba en el último anclaje de esos sentidos, un anclaje plebeyo de la patria.”

Esse alcance do caput do primeiro artigo fica claro com as definições do artigo 45.²⁰² Essa lei também modifica o dispositivo que eximia as entidades esportivas de responsabilidade quando ficasse caracterizado a culpa da vítima, pautada pela lógica da segurança do espetáculo como obrigação dos organizadores. Assim, o resultado (existência da vítima da violência) é o elemento que torna a aplicação da lei mais objetiva (Argentina, 1993a).

O endurecimento legal respondia à pressão após a morte do torcedor do *Boca Juniors* Saturnino Cabrera, de 37 anos, em dezembro de 1990, em *La Bombonera*. Cabrera se protegia de um incidente entre as torcidas e foi atingido no piso inferior por um tubo de ferro atirado do segundo piso pela torcida visitante e morreu na hora. A *barra* do Boca pretendia recuperar uma bandeira roubada pela torcida do San Lorenzo, que revidou. A vítima não era membro de nenhuma *barra* e estava na área ocupada por sócios do Boca. O jogo foi interrompido e o confronto continuou fora do estádio, 34 pessoas foram detidas e alguns feridos deram entradas em hospitais, incluindo um jovem de dezesseis anos baleado no braço. Na ocasião, o Ministro do Interior Julio Mera Figueroa e o Secretário de Esportes Fernando Galmarini expressaram a decisão de “[...] acabar com as *barras bravas*, acabar com os violentos, acabar com a impossibilidade de as famílias frequentarem os estádios de futebol”²⁰³ (Geddes, 2021, *online*). Apesar da exposição midiática, com foto do cadáver de Cabrera na primeira página de jornais importantes do país, apenas uma pessoa foi condenada. Porém, a comoção impulsionou a aprovação da Ley 24.192 (Ares, 1990; Clarín, 1997; Geddes, 2021). Além do habitual recurso ao endurecimento penal, que se conecta com o ideário neoliberal, como vimos na seção anterior sobre o Brasil, essa nova lei marca a continuidade de legislações sem efetivas medidas de prevenção e evidencia, no posicionamento das autoridades, a delimitação de um inimigo público (as *barras bravas*), que afugentaria as famílias dos estádios.

Tal como no Brasil, os anos 1990 ficaram marcados pela grande repercussão da violência no futebol – não só nos estádios – pressionando a atuação dos agentes do Estado. Em resposta, o Decreto 1.466 de 1997 criou o Regime de Segurança no Futebol, o Comitê de Segurança no Futebol e o Conselho Nacional para a prevenção da Violência e Segurança no Futebol. O Regime de Segurança, definido pelo Capítulo III do decreto, prevê sistema de câmeras e circuito fechado de TV, sistema de áudio, comunicação com a Polícia, sinalização e

²⁰² O primeiro artigo define o seguinte: “El presente capítulo se aplicará a los hechos previstos en él, cuando se cometan con motivo o en ocasión de un espectáculo desportivo, sea en el ámbito de concurrencia pública en que se realizare o en sus inmediaciones, antes durante o después de él.” (Argentina, 1993a, *online*).

²⁰³ No original: “[...] terminar con las barrabravas, terminar con los violentos, terminar la imposibilidad de que la familia concurra a los estadios de fútbol”

iluminação adequada em estádios com capacidade acima de 25 mil pessoas. O comitê é responsável pela execução do Regime de Segurança e é composto por um membro da Polícia Federal, um representante da Secretaria Nacional de Esportes, um representante do Governo Autônomo de Buenos Aires, um representante da Secretaria de Segurança Interior e o convite a um representante da AFA. O decreto criou o conselho cuja composição prevê representantes dos órgãos participantes do comitê, além de membros da Secretaria de Prevenção da Drogadição e Luta contra o Narcotráfico, do Comitê Olímpico Argentino e seis representantes eleitos oriundos da Procuradoria Geral e de diversas entidades de classe (jornalistas, árbitros, técnicos de futebol, de jogadores, de direito desportivo). Esse conselho deve assessorar o comitê, compilar dados sobre a violência, orientar e recomendar medidas a serem tomadas na organização dos eventos esportivos, formular e divulgar ações de prevenção. Por fim, o Capítulo IV prevê a interdição temporária e definitiva dos estádios que não se adequarem ao Regime de Segurança e oferecer riscos à segurança, sendo a liberação possível apenas após o cumprimento de todas as condições que culminaram na interdição (Argentina, 1997).

Mais uma vez, na questão de legislações acerca da violência nos estádios, a Argentina estava adiantada em relação ao Brasil. A questão do monitoramento e das medidas para o funcionamento do estádio também vão compor o Estatuto do Torcedor (2003) e serão atualizados no Novo Estatuto do Torcedor (2010). A chamada prevenção à violência ficou restrita à inserção de tecnologias no estádio e de aperfeiçoamento do diálogo entre as entidades esportivas e as autoridades. No caso argentino, ficou como função do Conselho realizar campanhas de prevenção, o que de algum modo ocorreu depois no Brasil por iniciativa do Ministério Público. No entanto, a interdição do diálogo com as *barras bravas* e os torcedores organizados limitaram o alcance das medidas na Argentina e no Brasil, respectivamente. Bem como o Decreto 1.466 reforça as medidas nas praças esportivas, não alcançando a violência em decorrência do futebol, realizado ou não pelas *barras*, fora das praças esportivas.

Paralelamente, a era de Maradona se encerrou de modo melancólico, suspenso da Copa de 1994 por doping (Galeano, 2019).

A representação nacional de Maradona teve seu clímax –e seu encerramento– na Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos. Porém, por sua exclusão por doping após o segundo jogo mais do que pelo seu desempenho. As reações do público ao anúncio instalaram nas ruas um sentimento de luto geral [...] um luto que desencadeou a memória para a última experiência coletiva semelhante: a morte de Perón, exatamente vinte anos antes. Não se chorou uma derrota –o que só aconteceria horas depois– uma

morte foi lamentada, simbólica, mas a morte no final: a da relação entre o ídolo e a pátria (Alabarces, 2005, *online*, tradução nossa).²⁰⁴

O período de Maradona com grandes êxitos esportivos obscureceu a transição do Estado que fomentou o esporte para a gestão neoliberal. Nesse processo, o futebol, como expressão político-cultural, reduziu o apelo à nação de modo similar ao que se viu em termos socioeconômicos com o recuo do Estado. Do mesmo modo, ocorreu em termos teóricos nas ciências sociais com o avanço da fragmentação teórica. A entrada dos patrocinadores, o fortalecimento das emissoras de TV e a crise da identidade nacional aproximou os torcedores dos clubes e foi reduzindo gradativamente o apego aos símbolos pátrios.

Reconstrói-se a Nação, mas com novas narrativas, porque hoje elas se ligam unicamente ao consumo: os produtos anunciados por jogadores da seleção, os novos desenhos da camisa argentina, algum “patrocinador exclusivo da seleção argentina” [...] o futebol não é exatamente uma máquina de nacionalidade pós-moderna, essa máquina é a televisão. Em outras palavras, o futebol é apenas um de seus gêneros, ainda que seja o mais bem-sucedido (Alabarces, 2002, p.31-32).

Em todos os centros importantes do futebol, a negociação dos direitos de transmissões significou um contínuo aumento de dinheiro destinado aos clubes e federações. Mas isso também significou cada vez mais poder para as empresas de comunicação pressionarem as associações internacionais para a adaptação dos calendários das competições nacionais e internacionais de acordo com os seus interesses comerciais. Em alguns casos, conglomerados de comunicação participaram da gestão de clubes de futebol: na Inglaterra, Rupert Murdoch, proprietário da News Corporation, foi impedido por órgãos do governo britânico de assumir o controle do Manchester United; na Argentina, a *Torneos y Competencias – TyC*, detentora dos direitos de transmissão do futebol argentino entre 1991 e 2009, começou a gerir o futebol do Argentinos Juniors em 1995 (Gil, 2003).

A Argentina teve suas peculiaridades no processo porque a *TyC* era uma empresa nacional e “representa as características do empresariado dominante no país: subsidiado e monopolista”²⁰⁵. Esta empresa cresceu de forma marcante nos anos 1990 com os direitos televisivos do futebol se associando ao grupo *Clarín*, que é o grupo de comunicação mais forte da Argentina (Gil, 2003, p.343, *tradução nossa*).

²⁰⁴ No original: “La representación nacional de Maradona tuvo su clímax –y su cierre– en el Mundial de 1994 en Estados Unidos. Pero, más que por su desempeño, por su exclusión por doping, luego del segundo partido. Las reacciones públicas ante el anuncio instalaban en las calles una sensación de duelo generalizado [...] un duelo que disparaba el recuerdo hacia la última experiencia colectiva similar: la muerte de Perón, exactamente veinte años antes. No se lloraba una derrota –que ocurriría sólo horas después–; se lloraba una muerte, simbólica, pero muerte al fin: la de la relación entre el ídolo y la patria”

²⁰⁵ No original: “[...] representa las características del empresariado dominante en el país: subsidiado y monopolístico.”

O *Clarín* se desenvolveu a partir dos anos 1970, devido a sua proximidade com a Ditadura Militar (1976-1983). Mesmo a Ley de Radiodifusión (Ley 22.285, de 1977), que impedia a concentração econômica dos meios de comunicação, favoreceu o fortalecimento de grupos com perfis ideológicos de proximidade ao regime militar, como era o caso de *Clarín*, *La Razón* e *La Nación*. Mas o impulso para o desenvolvimento do *Clarín* foi dado pelo Governo Menem. Por meio da Reforma do Estado (Ley 23.696, de 1989) e pelo tratado econômico com os Estados Unidos (firmados pela Ley 24.124, de 1992), o governo Menem derrubou a restrição para concentração econômica dos meios de comunicação, como definiu a Ley de Radiodifusión da Ditadura Militar. Somente no primeiro governo Menem foram privatizados os canais de televisão 11 e 13 e as rádios Belgrano e Excelsior. O grupo *Clarín* foi o comprador do canal 13. Além disso, o Decreto 1.005/99 modificou o artigo 43 da Ley 22.285, passando a autorizar até 24 licenças para uma mesma pessoa física ou jurídica em localidades diferentes, sendo permitido em uma mesma localidade acumular uma licença de televisão, uma de radiodifusão e uma de serviços complementares. Com isso, o *Clarín* passou a contar com jornal impresso e online, o Canal 13, canais de TV a cabo e emissoras de rádios retransmitidas em todo o país (Rauschenberg, 2016).

O histórico do *Clarín* e a sua associação com a *TyC* ajudarão a compreender o quão estratégico era para o *kirchnerismo* o “*Fútbol para todos*”. A *TyC*, criada nos anos 1980, cuja história começa com um programa sobre golfe e com a produção e exibição de séries sobre diversos esportes, vai crescer a partir da parceria com o *Clarín*. Da parceria nasce a *TV Satelital Codificada (TSC)* e os jogos em TV aberta passam a ser transmitidos no Canal 13, bem como na modalidade *pay-per-view* no canal de TV a cabo *TyC Sports*. A propriedade dos direitos de transmissão durou de 1991 a 2009 (Alabarces e Duek, 2010; Gil, 2003). Além dessa parceria, a *TyC* recebeu aporte de capital estrangeiro, uma vez que a CN94 permitiu que o capital transnacional tivesse propriedade de empresas de meios de comunicação na Argentina:

[...] *TyC* conseguiu juntar-se à onda de investimento estrangeiro, nesse caso norte-americano, através da venda de uma parte importante do pacote de ações à *TCI*, agora pertencente à *AT&T* e obter condições favoráveis para continuar a sua atividade com o *Grupo Clarín* e com o então novo centro de mídia oligopólio *CEI-TISA*, formado principalmente pelo *Citibank* e *Telefónica* da Espanha. Ao mesmo tempo, o proprietário original da *TyC*, Carlos Ávila (junto com seu sócio Luis Nofal), conseguiu assumir a *El Gráfico*, a tradicional revista esportiva da Argentina, que constituiu a primeira multimídia esportiva nacional, juntamente com *AM La Red*, uma estação de rádio que na época era quase exclusivamente dedicada ao futebol. Ele também estabeleceu uma

parceria com Rupert Murdoch através do canal de esportes a cabo *Fox Sports* (Gil, 2003, p.344, tradução nossa).²⁰⁶

Além disso, em 1993, o governo Menem aprovou a Ley 24.199, alterando a distribuição do PRODE, conforme detalha o quadro 9, a seguir.

Quadro 9: Evolução da destinação de recursos oriundos do PRODE (Alfonsín a Menem)

	Governo Raúl Alfonsín (1983-89)	Governo Carlos Menem
Prêmio	37%	35%
Comissão dos agentes	12%	12%
Exploração comercial e outros custos	7%	7%
Associações do futebol	(9%) 1% para as ligas do interior filiadas à AFA + 1% para as obras sociais e culturais da <i>Futbolistas Argentinos Agremiados</i> + 7% com distribuição definida: - 7% para a AFA; - 0,7% para as obras sociais e culturais da <i>Asociación de Argentinas de Arbitros</i> ; - 0,5% às obras sociais e culturais da <i>Asociación de Técnicos del Fútbol Argentino</i> ; - 0,5% para as obras sociais e culturais do <i>Círculo de Periodistas Deportivos Argentinos</i> ; - 0,3% para as obras sociais da <i>Casa del Futbolista</i> ; - 3,5% para distribuir entre os clubes da Primera "C"; - 2,5% para distribuir entre os clubes da divisional "D"; - 55% para clubes que disputam competições da AFA na Primera A; - 15% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos da Primera Nacional B; - 15% para distribuir entre os clubes que disputam os campeonatos da Primera B.	(32%) 13% para Secretaría de Deportes; + 2,3% para as ligas do interior filiadas à AFA + 1% para infraestrutura e obras sociais e culturais da <i>Futbolistas Argentinos Agremiados</i> + 0,05% para infraestrutura e obras sociais e culturais da <i>Asociación de Argentinas de Arbitros</i> ; + 0,05% para infraestrutura e obras sociais e culturais do Sindicato de Árbitros Deportivos de la República Argentina; + 0,5% para União de Trabajadores de Entidades Esportivas e Civis; + 0,03% para infraestrutura e obras sociais e culturais da <i>Asociación de Técnicos del Fútbol Argentino</i> ; 0,03% para as obras sociais e culturais do <i>Círculo de Periodistas Deportivos Argentinos</i> ; + 0,02% para as obras sociais da <i>Casa del Futbolista</i> ; + 15,02% para entidades filiadas à AFA, com distribuição definida: - 53% para os clubes da Primeira divisão; - 23% aos clubes da Primera Nacional "B" e equivalentes; - 13% aos clubes da Primera B; 1,5% aos clubes da Primera C; 1% aos clubes da Primera D; 5,5% para AFA organizar torneios; 3% para custear a preparação das seleções.

Fonte: Elaboração própria com base na Ley 23.648 e na Ley 24.199 (Argentina, 1988; 1993b)

²⁰⁶ No original "[...] TyC logró sumarse a la oleada de inversiones extranjeras, en este caso norteamericana, mediante la venta de una parte importante del paquete accionario a TCI, ahora perteneciente a AT&T y conseguir condiciones favorables para continuar sus negocios con el Grupo Clarín y con el entonces nuevo oligopolio mediático CEI-TISA, conformado de manera principal por el Citibank y Telefónica de España. Paralelamente, el dueño original de TyC, Carlos Ávila (junto con su socio Luis Nofal) consiguió hacerse cargo de *El Gráfico*, la revista deportiva tradicional en la Argentina, lo que constituyó el primer multimedia deportivo nacional, junto con *AM La Red*, una emisora que en su momento estaba casi exclusivamente dedicada al fútbol. Además montó una sociedad con Rupert Murdoch a través del canal deportivo de cable *Fox Sports*".

A Ley 24.199 definiu ainda 7% para as obras de infraestruturas e equipamentos esportivos para o XII Jogos Panamericanos de 1995, realizado em Mar Del Plata na Argentina. Desse modo, ficou definido que os 7% restantes (considerando os valores do quadro e o valor para o Pan) deve ser destinado ao Ministério da Saúde e Ação Social. O valor destinado às instituições de futebol aumentou e o percentual destinado exclusivamente à AFA passou de cerca de 0,49% para aproximadamente 1,27% da arrecadação total do PRODE. Além disso, o percentual do recurso destinado aos clubes reservados para pagamentos dívidas (fiscais e trabalhistas) e amortizações de empréstimos passou de 40% para 50% do valor recebido, o restante pode ser utilizado para o funcionamento e a manutenção da infraestrutura (não só construção e reformas como anteriormente) (Argentina, 1993b). No entanto, em 1998, ainda sob o governo Menem, esse concurso lotérico foi suspenso. Em comum acordo, a *Lotería Nacional*, a AFA e a *Secretaría de Deportes*, justificavam a suspensão afirmando que o jogo perdera lucratividade (La Nación, 2018).

De modo geral, pode-se afirmar que a política levada a cabo na gestão Menem preconizou o esporte de alto rendimento com o Pan-Americano de Mar Del Plata em 1995 e a contratação de vários treinadores estrangeiros para desenvolver diversas modalidades do esporte argentino (Vicente, 2000).

Do mesmo modo, a postura em relação ao futebol carregou essa característica de uma mercadorização com sentido neoliberal, sem necessariamente significar a retirada do esporte da agenda estatal. Em 1999, no auge da crise e das greves, Menem se propôs a intermediar junto à Julio Grondona, presidente da AFA, uma solução para o Racing Club, ameaçado de extinção. Além disso, em 1994 foi Menem quem negociou com o dirigente Roberto Cruz²⁰⁷ para Maradona iniciar a carreira como técnico no pequeno *Deportivo Mandiyú*, de Corrientes. Em 2001 era a vez de Maradona retribuir o gesto de aproximação: se ofereceu publicamente para ser vice de Menem, caso o ex-presidente decidisse concorrer em 2003 (Folha de São Paulo, 2001; La Nación, 1999; 2016).

Mas as ações não se restringiram ao empenho pessoal de Carlos Saul Menem. A implementação da agenda neoliberal atingiu os clubes de futebol. A retórica da ineficiência dos serviços públicos face à eficiência do setor privado também foi adaptada para o futebol cujo

²⁰⁷ Roberto Cruz, além de amigo de Menem e ex-candidato à prefeito de La Matanza, tentava implementar no Mandiyú um projeto de gerenciamento (uma modalidade de clube-empresa, como veremos a seguir). O projeto não foi bem-sucedido e Cruz trabalhou para *Torneos y Competencias* – TyC no projeto de gerenciamento do Argentinos Juniors (La Nación, 2016).

modelo tradicional de associados para a manutenção dos clubes era visto como sinônimo de atraso frente ao modelo empresarial e privado comum no futebol europeu (Gil, 2003).

[...] as novas narrativas abrem espaço para que novos mitos fundadores apareçam protagonizados por alguns dirigentes e empresários que se encontram envolvidos em uma etapa de refundação institucional dos clubes diante da crise econômica. Isso abriu espaço para se cristalizar a figura dos novos empreendedores, encarnados em personagens como *Mauricio Macri* e Fernando Marín. Macri é presidente do Boca Juniors e filho de um dos empresários mais famosos da Argentina, membro de "la patria contratista", ou seja, o empresariado dedicado a fazer negócios com o Estado (especialmente por meio de licitações ou concessões diretas). Marín é o proeminente chefe da *Blanquiceleste Sociedad Anónima*, que ficou com o controle absoluto do Racing Club após a falência da entidade, em meio a uma transferência realizada pela justiça, sobre a qual pesam graves denúncias de irregularidades. Esses dois personagens aparecem como campeões da modernização como uma nova geração de empresários dispostos a reformular a relação entre o clube e seus associados. Esses personagens postulam uma relação empresa-cliente, disposta a conquistar novos mercados e maximizar lucros (Gil, 2003, p.345-346, *grifo nosso*, tradução nossa).²⁰⁸

Na Argentina o modelo adotado ficou conhecido como *gerenciamiento*²⁰⁹, que consiste na terceirização da gestão do futebol profissional para um grupo empresarial. O grupo empresarial, em troca de dinheiro ou da liquidação das dívidas, cuida do futebol profissional, enquanto o clube e seus associados ficam com as outras modalidades, e/ou com a parte social (como clubes de lazer e outros), quando houver.

Em algumas ocasiões, a empresa paga ao clube o direito de comercializar o futebol profissional e em troca fica com parte de seu patrimônio (o grupo *Excell* com Quilmes durante 2000-2001), em outras o clube lhe dá o controle absoluto do futebol profissional (mesmo com uma mudança de cidade para os jogos em casa) para um grupo de investimento que enriquece o elenco (Argentinos Juniors a *Torneos y Competencias* em 1995) e outra possibilidade é que a sociedade empresária assuma a gestão completa da instituição (*Albiceleste SA* com o falido Racing Club). Existem muitas outras opções que têm sido utilizadas nos últimos anos, mas nenhuma delas (nem as anteriores) se estabilizou como modelo a seguir (Gil, 2003, p.341, tradução nossa).²¹⁰

²⁰⁸ No original: “[...] las nuevas narrativas abren espacios para que aparezcan nuevos mitos fundadores protagonizados por algunos dirigentes y empresarios que se encuentran involucrados en una etapa de refundación institucional de los clubes frente a la crisis económica. Esto ha generado el espacio propicio para que se cristalice la figura de los nuevos empresarios, encarnados en personajes como *Mauricio Macri* y Fernando Marín. Macri es el presidente de Boca Juniors y el hijo de uno de los empresarios más famosos de la Argentina, integrante de “la patria contratista”, es decir, del empresariado dedicado a hacer negocios con el estado (especialmente a través de licitaciones o concesiones directas). Marín es la cabeza visible de *Blanquiceleste Sociedad Anónima*, que se quedó con el control absoluto de Racing Club luego de la quiebra de la entidad, en medio de un traspaso efectuado por la justicia, sobre el que pesan serias denuncias sobre irregularidades. Estos dos personajes aparecen como adalides de la modernización, como una nueva generación de hombres de negocios dispuestos a reformular las relaciones entre el club y los socios. Estos personajes postulan una relación empresa-cliente, dispuestos a captar nuevos mercados y maximizar las ganancias”

²⁰⁹ As primeiras tentativas ocorreram no final dos anos 1980. Antes, a magnata do setor de cimentos, Amalita Fortabat, investiu no Club Social y Deportivo Loma Negra. A experiência durou pouco, mas o clube chegou à primeira divisão em 1982. Em 1989, já durante a presidência de Menem, a *Excellens S/A* assumiu o *Defensa y Justicia*. Nos anos 1990, as iniciativas se ampliaram. Em função disto, a AFA aprovou um regulamento chamado “Plano de Recuperação Mediante Investimentos Privados no Futebol Profissional”, regulamentando a entrada de capital privado já em curso no país (La Nación, 2016).

²¹⁰ No original: “En algunas ocasiones, la empresa paga un derecho al club por comercializar el fútbol profesional y a cambio se queda con parte de su patrimonio (el grupo *Excell* con Quilmes durante 2000-2001), en otros el club le cede el control absoluto del fútbol profesional (incluso con cambio de ciudad para los partidos como local) a un grupo inversor que enriquece el plantel (Argentinos Juniors a *Torneos y Competencias* en 1995) y otra de la posibilidades es que la corporación empresaria asuma la gestión completa de la institución (*Albiceleste S. A.* con el quebrado Racing Club). Existen otras muchas opciones

Ou seja, o empenho pessoal de Menem em relação à possível falência do Racing em 1999 resultou na adoção da modalidade clube-empresa. Das principais experiências, essa foi a única que não resultou em prejuízos econômicos associados a fracassos nas competições futebolísticas. Entretanto, como se pode ver, a tendência engendrada pelas práticas neoliberalizantes atingiu diversos setores da sociedade, inclusive os clubes que não se tornaram empresa. A figura do dirigente esportivo tradicional (dirigente caudilho) passou a ser negativamente valorada e, dentro do amplo imaginário neoliberal em construção, abriu-se uma valorização do gestor. Foi assim que Maurício Macri ingressou no Boca Juniors, nos anos 1990.

Grondona era contrário ao *gerenciamiento*, mas não impôs obstáculos para a alternativa apoiada pelo presidente da república. José Luiz Meiszner, aliado de Grondona, adotou o *gerenciamiento* no *Quilmes* e outros clubes fizeram o mesmo, como o *Mandiyú*, *Atlanta*, *Defensa y Justicia* e *Argentinos Junior*. Consta que Mauricio Macri teria levado à AFA um projeto para criação de *Sociedade Anónimas Deportivas* -SADs, em 1998. Grondona não vetou a apresentação da proposta para a assembleia com participação de 80 clubes de todas as divisões, realizada em 1999. A assembleia contou com 40 votantes e o projeto perdeu por 38 a 1. Contrário ao modelo, após a rejeição da proposta pela assembleia teria dito, ironicamente, ao então presidente do Boca e futuro presidente da República: “*Perdimos, Mauricio*” (Castillo, 2012; Morales, 2021).²¹¹

Apesar das modalidades de clube-empresa (*gerenciamiento* e SAD) não terem prosperado, o sentido geral do período Menem foi de neoliberalização também no âmbito esportivo. Isso significa o esforço para a ampliação da participação iniciativa privada no fomento dos esportes. Além disso, o foco do governo passou a ser o esporte de alto rendimento. No caso do futebol, a parceria do grupo *Clarín* com a *TyC* permitiu um volume maior de dinheiro na aquisição dos direitos de transmissão. No entanto, do mesmo modo em que houve concentração dos meios de comunicação, houve também a monopolização das transmissões de futebol e a gradual retirada desses jogos da TV aberta para modalidades pagas de televisionamento. Tal como no Brasil, o movimento de neoliberalização dos interesses do futebol não teve relação com a retirada desses interesses da agenda estatal, ao contrário disso,

que se han manejado en los últimos años, pero ninguna de ellas (tampoco las anteriores) se ha estabilizado como el modelo a seguir”.

²¹¹ Registre-se que Macri, como presidente do Boca, levou o projeto para a gestão do presidente Fernando De la Rúa, em 2001, por meio do Ministro da Economia Domingo Cavallo e da Ministra do Trabalho Patricia Bullrich. O então senador José Yayo Carbonell também apresentou a proposta em 2002. Por fim, Macri defendeu o modelo na presidência, mas o projeto não vingou por nenhuma via (Diputados Bonaerenses, 2018; Veiga, 2016).

o Estado e os governantes foram bem atuantes na politização desses interesses. O sentido dessa neoliberalização foi a regulamentação para ampliação do papel da iniciativa privada para consolidar o futebol como mercado e como produto. Na subseção a seguir, será discutido como os interesses do futebol passaram a ser inseridos na agenda do Estado argentino durante os governos de centro-esquerda de Néstor e Cristina Kirchner.

4.5 OUTRO CONTEXTO DE PONTOS FOCALIS: governos Néstor e Cristina Kirchner entre o Estado e o Mercado (2003-2015)

Os levantes de 2001 pressionaram Néstor e Cristina Kirchner a governar com atenção às demandas populares. Tal situação resultou numa combinação peculiar: um governo inovador na arena social articulado ao redor do tradicional PJ. Desse modo, o esforço inicial foi recuperar o sistema político tradicional fortemente impactado pelos levantes populares em reação a aguda crise econômica que afetou a Argentina entre 1998 e 2002 (Katz, 2016; Zelaznik, 2012). A saída foi implementar uma série de “concessões democráticas e sociais à maioria da população” para garantir “o poder dos privilegiados”. Comparativamente ao Brasil, onde o governo Lula “operou num cenário de poucas reformas e sem nenhuma pressão da base” mantendo “quase intacta a estrutura transferida por [Fernando Henrique] Cardoso”, os governos de Néstor e Cristina Kirchner precisaram reconstruir “um Estado colapsado” (Katz, 2016, p.56). Por isso:

[...] se ensaiou um esquema neodesenvolvimentista com crescente regulação estatal, para recompor um mercado interno devastado [...] O kirchnerismo liderou um regime baseado na liderança presidencial, na arbitragem do Poder Executivo e na influência de organismos para-institucionais. Este modelo político informal retomou certas modalidades neopopulistas do peronismo clássico, em contraposição ao institucionalismo negociado que continuou imperando no Brasil (Katz, 2016, p.56-57).

O kirchnerismo se pautou pela lógica da inclusão e, nessa linha, retomam a Ley 20.655 a partir de uma lógica de que o esporte é um direito de todos e possui valor em si mesmo. Por isso, a *Secretaría Nacional de Deportes* tratou de classificar a prática esportiva em: *deporte social* (atividade física e esportiva para todos, sem distinção), *desarrollo deportivo* (preparação de atletas rumo ao alto rendimento esportivo) e *deporte de representación nacional* (atividade competitiva organizada, sob regulamentos de federações e os selecionados que representavam o país). Cada uma dessas áreas do esporte contou com um plano de desenvolvimento partindo da lógica da atividade física e esportiva como parte da formação integral, passando pelo *Juegos Nacionales Evita Perón* e chegando às estratégias para o alto rendimento (Levoratti, 2016).

Assim, em 2009 o Congresso aprovou a Ley 26.573, criando o *Ente Nacional de Alto Rendimiento Deportivo* (ENARD), um órgão instituído como “pessoa jurídica de direito público não estatal” responsável por administrar subsídios econômicos voltados à garantia das “políticas de alto rendimento”. O órgão tinha a função de conceder bolsas a atletas e competições, complementar os recursos da *Secretaría de Deporte de la Nación* destinados ao custeio da participação em competições internacionais prevista no calendário da respectiva federação internacional, custear honorários de treinadores, contratar especialistas para o desenvolvimento esportivo, bancar assistência médica aos atletas e treinadores, manter o laboratório de controle antidopagem, definir medidas para o custeio de modalidades paralímpicas e implementar programas por meio de entidades públicas ou privadas que executem ações para alto rendimento em âmbitos subnacionais. A origem do recurso seria: (a) 1% do valor das assinaturas que as empresas de telefonia celular cobram de seus clientes sem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA); e (b) recursos públicos ou privados, de pessoas físicas ou jurídicas e todas as formas de financiamento oriundas do Estado. A gestão do ENARD é compartilhada entre Comitê Olímpico Argentino e a Agência de Deporte Nacional (Argentina, 2009b). Já em 2011, após o desempenho argentino no Pan Americano, realizado em Guadalajara, a avaliação era a seguinte:

Onde estão as razões para este crescimento, se antes só se ouvia sobre apoio insuficiente, falta de contato internacional e revolta dos atletas com os dirigentes? Tudo parece levar a uma declaração espontânea de atletas e treinadores, cada vez que termina uma entrevista: “*E permita-me mais uma coisa, deixe-me agradecer ao Enard*”. Referem-se ao Ente Nacional do Desporto de Alto Rendimiento, projeto aprovado no final de 2009 para financiamento de atletas. De acordo com a regra, o dinheiro arrecadado é de 1% aplicado ao preço dos serviços e assinaturas que as operadoras de telefonia celular cobram de seus clientes, descontados o IVA. Pode-se ou não concordar politicamente com essa lei aprovada pelo Senado (55 votos a favor e um contra), mas não há dúvida de que o efeito da distribuição do orçamento do Enard significou maná para cada modalidade, por mais humilde que fosse (Saiz, 2011, *online*, tradução nossa).²¹²

O ENARD não está diretamente relacionado ao futebol, mas a apreciação dessa lei demonstra um elemento crucial para entender a visão do kirchnerismo sobre o esporte: a retomada do papel do Estado para fomentar o esporte, algo presente no justicialismo desde Perón. A principal fonte de recurso advém da intermediação do Estado destinando 1% das

²¹² No original: “¿En dónde están las razones de este crecimiento, si antes sólo se oía sobre apoyos insuficientes, falta de roce internacional y enojos de los deportistas con los dirigentes? Todo parece desembocar en una declaración espontánea de los atletas y entrenadores, cada vez que finaliza una entrevista: “*Y permítame una cosa más, dejame agradecerle al Enard*”. Se refieren al Ente Nacional de Alto Rendimiento Deportivo, proyecto aprobado a fines de 2009 para financiar a los atletas. Según la norma, el dinero recaudado proviene del 1% aplicado sobre el precio de los servicios y abonos que las empresas de telefonía celular facturan a sus clientes, neto de IVA. Se podrá estar políticamente de acuerdo o no con esta ley sancionada por el Senado (55 votos a favor y uno en contra), pero es indudable que el efecto derrame surgido del presupuesto del Enard significó un maná para cada disciplina, por más humilde que fuera”

assinaturas cobradas pelas empresas de telefonia móvel e renunciando a incidência do IVA sobre esse valor.

Em 2015, a Ley 27.2020 criou o *Ente Nacional de Desarrollo Deportivo* (ENADED) que tinha implicações: (a) nacional com “uma estrutura de administração, coordenação e apoio ao esporte e à atividade física”; (b) provinciais para empreender esforços em harmonia com os governos *provinciales* para que seja bem sucedida a criação da estrutura supramencionada; e (c) municipais para dar suporte às estruturas esportivas locais, atender os princípios da Ley 20.655. (Note: a reafirmação dos princípios peronistas). Esse ente deve assessorar e garantir subsídios econômicos para desenvolver a estrutura esportiva. A mesma lei define um auxílio financeiro para estimular a prática esportiva de crianças e pessoas com deficiência, também cria o *Programa Nacional de Empoderamiento de la Mujer en el Deporte*, visando o “acesso equitativo da mulher no esporte”. Outro ponto que merece destaque é o artigo 10 que, dentre outros, define que o ENADED deve garantir a realização dos “*Juegos Nacionales Evita*” (previstos na Ley 26.462). Tal como o ENARD, o ENADED é uma “pessoa jurídica de direito público não estatal” (Argentina, 2015a).

No mesmo ano, a Ley 27.202 estabelece como papéis do Estado “promover, assistir, ordenar e fiscalizar as atividades físicas e esportivas desenvolvidas no país” visando universalizar o esporte e a atividade física, concebendo-os como fator integrante da formação e da saúde integrais das pessoas. O Estado deve, ainda, fomentar a participação de representações argentinas em competições internacionais, garantir a igualdade de gênero nas oportunidades esportivas, oferecer oportunidades especiais a todas as pessoas e faixas etárias visando inclusão e integração social, dentre outros. Essa lei, junto à criação do ENARD e do ENADED, resgata princípio peronista do esporte como ferramenta de formação integral do cidadão e o alto rendimento como meio de representação nacional (Argentina, 2015b).²¹³

A Ley 27.202, em seu artigo 15, prevê o PRODE como origem de recursos para o esporte e a atividade física (refere-se ao valor destinado à *Secretaría de Deportes*). O PRODE havia sido suspenso em 1998, durante o governo Menem. Em 2000, por iniciativa do deputado peronista Daniel Scioli, o concurso lotérico foi retomado, conforme a Ley 25.295. O concurso retornou diferente, incluindo quatro modalidades: a volta do PRODE tradicional (acertar

²¹³ A política esportiva das gestões de Nestor e Cristina Kirchner retomam os princípios peronistas do *deporte social* e, apesar da identificação com a centro-esquerda e da incorporação da crítica ao legado de Menem, no esporte ocorreram mudanças sem o completo rompimento com esse legado. Mesmo orientando as ações do Estado no esporte visando a inclusão, boa parte dos documentos oficiais mantinha a premissa da “ineficiência do Estado” (Levoratti, 2017, *online*)

vencedores ou empate em ao menos 13 dos 15 jogos da rodada); a modalidade “Resultados”, em que o apostador tenta acertar os placares de, pelo menos, cinco partidas da rodada; a modalidade “*Primer Gol*”, em que um jogo é escolhido e o apostador tentará acertar qual equipe marcará o primeiro gol e em que minuto; e, por fim, a modalidade “*Banca*”, na mesma partida escolhida para a modalidade “*Primer Gol*”, a loteria informa quantas vezes o valor da aposta será pago para a vitória de cada uma das equipes e para o empate e o apostador escolhe o resultado que pretende apostar. Além da incorporação de novas modalidades no PRODE, ficou fixado o mínimo de 45% para pagamento dos prêmios e a distribuição do saldo da seguinte forma: 47% para a *Lotería Nacional* (incluindo pagamento de comissões aos agentes); 30% para *Lotería Nacional* custear a operação, o processamento das apostas e a publicidade (este item não pode exceder 40% do montante); 11,5% para a *Secretaría de Deportes*; e 11,5% para a respectiva associação ou federação (no caso, a AFA). O projeto previa a incorporação de outras modalidades, por isso menciona “respectiva associação ou federação”; porém isso não ocorreu. Consta que a AFA teria o compromisso de empregar esse recurso na melhoria da segurança nos estádios. Em 2014, passou de 13 para 14 a quantidade necessária de acerto no PRODE tradicional (Argentina, 2000; La Nación, 2018; Página/12, 2001).

Um passo adiante na retomada da participação estatal foi o *Fútbol para Todos (FpT)*, em agosto de 2009. Um programa cujo governo argentino, na gestão de Cristina Kirchner, adquiriu os direitos de transmissão das competições futebolísticas no país. Para isso, foram injetados recursos públicos na ordem de “[...] 600 milhões de peso anuais para [...] a abertura das transmissões que garantiria a gratuidade e a transmissão de todas as partidas dos torneios locais da primeira divisão através da TV Pública” (Alabarces e Duek, 2010, p.26, tradução nossa)²¹⁴. O valor chegou a 1,8 bilhão de peso em 2016 e representou metade do faturamento anual da AFA (Associação do Futebol Argentino).²¹⁵

O programa sela uma aliança (ou um armistício) entre o grupo kirchnerista e Grondona/AFA. Antes disso, em 2007, órgãos do Governo Néstor Kirchner investigavam Julio Grondona por suposta lavagem de dinheiro, pressão a juízes (de futebol), revenda ilegal de

²¹⁴ Citação traduzida extraída do seguinte trecho original: “[...] 600 millones de pesos anuales para transformar el fútbol codificado y monopólico en lo que llamaron “Fútbol para todos”: una apertura de las transmisiones que garantizaría la gratuidad y transmisión de todos los partidos de los torneos locales de primera división a través de la Televisión Pública”.

²¹⁵ Os \$ 600 milhões de 2009 equivalem a \$ 25,1 bilhões (US\$ 220 milhões) e a renovação (\$ 1,8 bilhão), em 2016, a \$ 13,3 bilhões (US\$ 120 milhões) em abril de 2022. Para ter uma base, o valor da venda dos direitos de transmissão para Fox Sports (\$ 3,2 bilhões), no final de 2016, equivalia a \$ 22 bilhões (US\$ 192 milhões) também em abril. Para valores em peso após 1992, é possível fazer a atualização monetária pela ferramenta <https://calculadoradeinflacion.com/>. Foi atualizado em peso até 22 de abril de 2022 e convertido pela ferramenta: <https://www.xe.com/currencyconverter/>.

ingressos, suspensão forçada de jogos e acordos com os *barra bravas*. Grondona tinha sido absolvido em 2003 das acusações contidas na Causa nº 61.484, iniciada em 2000, por iniciativa do deputado peronista Mario das Neves (posteriormente, governador de Chubut). A acusação de administração fraudulenta envolvia denúncias de subornos a dirigentes de futebol que, em tese, envolviam o consórcio *Clarín / TyC*. Durante as investigações, fatos estranhos ocorreram, como o sumiço de computadores da *Administración Federal de Ingresos Públicos*. Além disso, os dirigentes se mantiveram em silêncio. O juiz que absolveu Grondona por falta de provas, Juan José Mahdjoubián, foi removido do cargo pelo *Consejo de la Magistratura de la Nación* pouco tempo depois, por irregularidades em outro caso. Castillo (2012) afirma que as investigações teriam aumentado a disposição de Grondona romper com o consórcio *Clarín / TyC* para aceitar a proposta do governo Cristina Kirchner, como se, pela primeira vez, buscasse a proteção governamental. Mas algumas ponderações devem ser feitas: o valor proposto pelo governo era mais que o dobro do contrato com o consórcio privado, os clubes foram amplamente favoráveis e, apesar da ruptura de contrato, o *Clarín* teceu críticas à Grondona, mas não se aprofundou em denúncias contra o dirigente. Ao contrário, divulgou nota explicando a impossibilidade de cobrir a proposta e afirmando que o valor pago não seguia uma lógica mercantil devido a impossibilidade do mercado publicitário e dos meios de comunicação na Argentina gerar recursos para custear o valor do *Fútbol para Todos* (Castillo, 2012).

Além de disponibilizar transmissão de futebol por meio da TV pública, o objetivo era quebrar o monopólio do consórcio *Clarín/TyC* e com permissão para que qualquer canal pudesse reproduzir o que acontecia em cada partida instantaneamente. O programa foi executado em parceria com empresas privadas. Inicialmente, a produção e os serviços para as transmissões na TV pública eram realizados pela empresa *La Corte SRL* (até dezembro de 2015) e contou com anúncios da *Iveco* (fabricante de caminhões com matriz na Itália) e da *New Holland* (fabricante de maquinários agrícolas com sede nos Estados Unidos). Antes de prosseguir analisando esse programa, cumpre informar as mudanças realizadas pela Ley 26.522, que alterou a *Ley de Radiodifusión* (Ley 22.285).

Em 2009 a *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (Ley 26.522) regulou empresas de comunicação audiovisual visando a desconcentração e a concorrência para democratizar e universalizar o acesso. Para isso, a lei definiu uma série de princípios e objetivos, além de criar a *Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual* com o papel de, entre outros, “aplicar, interpretar e fazer cumprir” a lei e as normas regulamentares, bem como

cuidar para a ocorrência de uma “competição saudável e a promoção da existência dos mais diversos meios de comunicação” (Argentina, 2009a). Para compreender o contexto do “*Fútbol para todos*” como meio para enfrentar o monopólio da TyC, é preciso considerar:

ARTIGO 77. – Direito de acesso. É garantido o direito de acesso universal —através de serviços de comunicação audiovisual— a conteúdos informativos relevantes e eventos esportivos, partidas de futebol ou outros gêneros ou especialidades. Eventos de interesse geral. O Poder Executivo Nacional adotará as medidas regulamentares para que o exercício dos direitos exclusivos de retransmissão ou transmissão televisiva de determinados eventos de interesse geral de qualquer natureza, como os eventos esportivos, não prejudique o direito dos cidadãos de acompanharem ao vivo os referidos eventos e gratuitamente em todo o território nacional (Argentina, 2009a, grifos *nossos*, tradução nossa).²¹⁶

Ou seja, o programa nasceu articulado com a lei de regulação econômica dos meios de comunicação e em um momento de forte crise dos clubes argentinos, significando uma boa injeção de recursos e garantindo uma recuperação imediata (Alabarces e Duek, 2010). A utilização do esporte mais popular para enfrentar os monopólios de imprensa fazia sentido na medida em que:

[...] com uma progressiva universalização da Internet, os processos de intensificação das democracias latino-americanas fizeram com que essa concentração de mídia fosse questionada legal, social e politicamente. O bloco hegemônico de oposição ao neoliberalismo ganhou força graças às terríveis consequências sociais deixadas por seus antecessores [...] No entanto, ao perder o controle majoritário da opinião pública, a mídia concentrada assumiu um papel político de oposição, buscando desestabilizar e subjugar governos democráticos “acusando-os” de populistas, autoritários e corruptos. (Rauschenberg, 2016, p.3, tradução nossa).²¹⁷

Portanto, esse modo de inserção do futebol na agenda política estatal carrega um significado simbólico, dada a popularidade desse esporte na Argentina, para se aproximar do povo. No contexto em que a identificação clubística vem ganhando precedência no futebol sobre a nacional, a influência sobre a AFA para mobilizar o público por meio da Seleção Argentina poderia ter poder limitado. Logo, a influência do governo sobre a AFA foi mobilizada pela disputa pelos direitos de transmissão do futebol local, trazendo para parte do grande público o seu clube, como resposta às restrições impostas às classes menos favorecidas pelo

²¹⁶ No original: “ARTICULO 77. — *Derecho de acceso*. Se garantiza el derecho al acceso universal —a través de los servicios de comunicación audiovisual— a los contenidos informativos de interés relevante y de *acontecimientos deportivos, de encuentros futbolísticos u otro género o especialidad*. Acontecimientos de interés general. El Poder Ejecutivo nacional adoptará las medidas reglamentarias para que el ejercicio de los derechos exclusivos para la retransmisión o emisión televisiva de determinados acontecimientos de interés general de cualquier naturaleza, *como los deportivos, no perjudique el derecho de los ciudadanos a seguir dichos acontecimientos en directo y de manera gratuita, en todo el territorio nacional*”

²¹⁷ No original: “[...] con una progresiva universalización de internet, los procesos de intensificación de las democracias latinoamericanas llevaron a que esa concentración de medios de comunicación fuera cuestionada jurídica, social y políticamente. El bloque hegemónico de oposición al neoliberalismo ganó fuerza gracias a las terribles consecuencias sociales dejadas por sus antecesores [...] Sin embargo, al perder el control mayoritario de la opinión pública política, los medios concentrados asumieron un rol político opositor, buscando desestabilizar y someter a los gobiernos democráticos “acusándolos” de populistas, autoritarios y corruptos”

avanço da TV à cabo e do *pay-per-view* durante a posse dos direitos de televisionamento pelo *Clarín/TyC*. Mas não se trata apenas de futebol. A retirada dos direitos de transmissão do grupo formado pela associação da *TyC* com o *Clarín* também gerou um contragolpe econômico no conglomerado midiático empenhado na oposição ao governo.

O *FpT* foi alvo de críticas dos meios de comunicação face aos interesses econômicos nos direitos de transmissão do futebol. Mesmo assim, houve apoio popular. Uma pesquisa realizada pela Poliarquia Consultores com 10 mil entrevistados em todo país indicava que o “*Fútbol para todos*” aumentou em 22% a quantidade de pessoas que viam partidas de futebol pela televisão e, apesar de 56% acreditar numa gestão ineficiente dos recursos do programa, a maioria não o via exclusivamente visando à promoção oficial do governo: 60% negava que toda publicidade exibida nas transmissões era estatal. Além disso, a pesquisa indicava melhora da popularidade de Cristina Kirchner em 19% no interior e 24% na grande Buenos Aires, sobretudo entre os homens de 30 a 49 anos (Bullrich, 2013).

Em 2014, uma pesquisa do *Centro de Opinión Pública y Estudios Sociales* (COPEs) ouviu 888 pessoas na cidade de Buenos Aires e na Grande Buenos Aires e verificou que cerca de 65,7% dos entrevistados assistiam futebol pela TV. Sendo que 58,7% viam várias partidas por fim de semana. Além disso, 51% estavam de acordo com o financiamento do “*Fútbol para todos*” pelo Estado. Entre aqueles que eram contra o financiamento estatal para o programa, 57% não consideraram que se deve voltar a pagar por futebol na TV. Os números são expressivos e não se pode afirmar que esse percentual se explique pelo apoio ao governo. No momento dessa pesquisa o desgaste de Cristina Kirchner já era crescente e levaria à derrota do candidato peronista no ano seguinte (COPEs, 2014).

Desse modo, o *FpT* não foi uma ação isolada do kirchnerismo. Houve um esforço para resgatar os sentidos que o peronismo deu ao esporte adaptado ao novo contexto político e socioeconômico da Argentina e articulado com a regulação econômica dos meios de comunicação. Não por acaso, o “*Deportes para todos*” veio depois incluindo as transmissões de basquete, vôlei, tênis, rúgbi e o futebol da segunda e terceira divisão na TV pública (Marques e Conceição, 2017).

Outro elemento a ser mencionado são as medidas de enfrentamento à violência no futebol. Uma dessas medidas foi a Ley 26.358, que altera a Ley 23.184, incluindo as seguintes medidas: em processos penais, relativos à violência no esporte ou outros crimes, o juiz pode prever que o réu tenha que permanecer em um raio de, pelo menos, 500m de distância do estádio

ou de qualquer arena onde houver evento esportivo (interdição); caso a condenação seja a de inabilitação²¹⁸, será computado um dia de interdição aos eventos esportivos para cada dia de inabilitação; a criação do Registro Nacional de Infratores do Direito do Desporto, vinculado ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. O Registro Nacional de Infratores da Ley Del Deporte foi criado no âmbito de uma Subsecretaria de Segurança nos Espetáculos Futebolísticos (que compõe a Secretaria de Segurança Interior), conforme a Resolução 1065/2010 do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Além disso, a Resolução 625/2011 do Ministério de Segurança instruiu o chefe da Polícia Federal a formular as ações de segurança nos espetáculos de futebol e definiu a zona de segurança em quatro setores (A-D, do campo ao entorno) e adjacências (E) dos estádios (Argentina, 2008; 2010; 2011).

A referida lei e suas resoluções atuam do mesmo modo que o Novo Estatuto do Torcedor, num sentido punitivista e ausente de medidas mais efetivas de prevenção. Se as ações de fomento ao esporte estão em coerência com o caráter neodesenvolvimentista do kirchnerismo, as medidas de segurança revelam um caráter conservador no enfrentamento à criminalidade, respondendo à pressão popular prioritariamente com o endurecimento das leis.

Outra medida foi a proibição de torcedores visitantes nos estádios. Algo que ocorre em alguns estados do Brasil, como São Paulo, onde o Ministério Público realizou acordos com clubes e federações. Na Argentina, a medida começou em 2007 para jogos da divisão de acesso e em 2013 para medidas da primeira divisão. A decisão partiu da AFA, que afirmou ter sido uma medida sensata negociada com o governo federal (La Capital, 2013). Essa resposta guarda importantes similaridades: a redução do problema da violência no futebol às *barras bravas*, como ocorre no Brasil em relação aos torcedores organizados. Veja essa passagem:

A promotora da Instrução platense responsável pelo caso, Ana Medina, pediu à juíza de garantias, Marcela Garmendia, para focar na identificação de qual dos três policiais detidos, os capitães Roberto Lezcano e Víctor Bacuco e o primeiro-tenente Jorge López, realizaram o disparo fatal. Sobre o desenrolar dos fatos, [o Ministro Provincial de Segurança e Justiça do governo Daniel Scioli na província de Buenos Aires, Ricardo] Casal afirmou que as tropas foram cercadas por torcedores agressivos que tentavam entrar no estádio e outros que já haviam entrado e saíram para apoiar os torcedores de fora. *As barras, o verdadeiro flagelo, continuarão nos clubes apesar desta proibição*

²¹⁸ O Código Penal Argentino prevê dois tipos de inabilitação: a absoluta e a especial. A inabilitação absoluta determina a privação de cargo ou emprego público (caso o inabilitado exerça) e incapacidade para obter cargos públicos, inclusive eletivos; privação do direito eleitoral; suspensão de aposentadoria, pensão, afastamento cujo valor possa ser pago aos dependentes (o juiz pode determinar o pagamento da metade do valor em caráter assistencial). A inabilitação especial determina a privação do cargo ou emprego público e incapacidade de obtenção de outro cargo do mesmo gênero enquanto durar a pena (por exemplo: inabilitação de direitos políticos impede qualquer candidatura). As formas de inabilitação, quanto à duração, podem ser perpétua ou temporal (magistrado determina um período) (Argentina, 1984).

que os afeta. Ir decididamente para cima deles é a única solução (La Capital, 2013, online, grifos nossos, tradução nossa).²¹⁹

Não se trata de dizer que os *barra bravas* não produzem violência, mas de alertar que não são os únicos a produzi-la. De acordo com Murzi e Trejo (2018), ao analisar os 623 casos de violência no futebol identificados entre 2006 e 2017, os *barra bravas* foram identificados como participantes em cerca de 60% dos casos de violência, mas a participação de outros atores do futebol (torcedores comuns, jogadores, dirigentes, etc.) é significativa, o que nos permite estimar cerca de 250 episódios sem o envolvimento de *barras bravas*. Além disso, o zoneamento preconizado pela *Resolución* 625/2011 estaria sendo ineficiente: há um aumento da violência em locais distantes da partida, onde a fiscalização é menor ou inexistente, e esses locais corresponderam no período a cerca de um terço dos casos. A julgar pelo crescimento desses conflitos mais distantes, a Ley 23.658 e a interdição obrigando aos acusados/processados um distanciamento mínimo de um raio de 500 metros do local do evento esportivo tampouco pode ser eficaz. Ademais, houve um progressivo aumento dos enfrentamentos e das práticas de violência entre torcedores do mesmo clube. Foram 154 casos dessa modalidade de violência acarretando em 56% das mortes no período. Com isso, pode-se inferir que a proibição da torcida visitante não teve efeito na contenção da violência: quando começou a proibição em divisões inferiores (2007) foram registrados 25 casos no ano de violência no futebol; quando a proibição se estendeu às partidas da primeira divisão (2013) foram registrados 72 casos no ano de violência; e, em 2016, três anos após a proibição de torcida visitante foram registrados 70 casos no ano de violência, indicando que não houve redução significativa (Murzi e Trejo, 2018).

O enquadramento simplista já era problematizado e tratado por Pablo Alabarces (2014): a imprensa demanda soluções políticas a partir de noções estereotipadas limitando o problema às *barras bravas*, omitindo outras formas de violência e uma série de negligência que igualmente produzem morte, como as condições dos estádios, a abordagem violenta da polícia aos torcedores, a aceitação de cantos e gritos machistas, xenófobos e racistas nos estádios, entre outros. Desse modo, o “reducionismo estigmatizante” em relação às *barras bravas* obscurece as condutas violentas realizadas por outros indivíduos. Como as torcidas organizadas no Brasil,

²¹⁹ No original: “La fiscal de Instrucción platense a cargo de la causa, Ana Medina, le pidió a la jueza de garantías Marcela Garmendia, está abocada ahora a determinar cuál de los tres policías detenidos, los capitanes Roberto Lezcano y Víctor Bacuco, y el teniente primero Jorge López, efectuó el disparo fatal. Respecto a cómo fueron los hechos, [el ministro provincial de Seguridad y Justicia de la gestión Daniel Scioli en la provincia de Buenos Aires, Ricardo] Casal planteó que los efectivos habrían sido encerrados por hinchas agresivos que intentaban entrar al estadio y otros que ya habían entrado y salieron a apoyarlos. *Los barras, el verdadero flagelo, seguirán en los clubes pese a esta prohibición que los afecta. Ir decididamente por ellos es la única solución*”

as *barras bravas* são tratadas como algo externo à sociedade e, portanto, um inimigo facilmente demarcado. Neste assunto, em específico, mesmo sendo caracterizado como progressista, os governos petistas no Brasil e o kirchnerismo na Argentina não escaparam de uma atuação com fundamento simplista, tendência conservadora e carente de comprovação quanto à sua eficácia no enfrentamento à violência no futebol.²²⁰

Em geral, é necessário registrar que a atuação dos governos Kirchner foi mais enfática em premissas neodesenvolvimentistas do que ocorreu nos governos petistas no Brasil. De fato, não rompeu com todas as medidas neoliberais das políticas esportivas oriundas do governo Menem e se acomodou na produção de leis punitivista para tratar a questão da violência no futebol. Porém, assume diretamente o enfrentamento com o *Clarín*, que é o maior conglomerado de mídia da Argentina, investindo recursos públicos para a compra dos direitos de transmissão, o que permitiu a transmissão dos jogos em TV aberta, sustentando a premissa da democratização ao acesso do futebol. A medida não foi isolada, veio acompanhada da regulação econômica das empresas de comunicação, coisa que não avançou no Brasil, e de estímulo ao esporte social (e não só o de alto rendimento, que recebeu estímulos como também ocorreu no Brasil). De certo, as experiências brasileiras e argentinas demonstram a capacidade das políticas neoliberais e dos segmentos que a apoiam de produzir uma oclusão política. Isto é, por mais que a correlação de força mude, permanece elementos básicos desse ideário, que podem ser notados na capacidade que o endividamento tem de direcionar a ação dos governos, na focalização de políticas públicas (em detrimento da universalidade) e no reforço da capacidade punitiva do Estado.

4.6 O RETORNO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL: Governo Macri (2015-2019) como ponto focal

Macri representou uma novidade por não ser um político peronista, não ter construído sua carreira política como um clássico antiperonista (nomeou ex-peronistas em cargos importantes quando governou Buenos Aires) e por gradualmente conseguir atrair o voto de radicais. A ascensão política de Macri é marcada pelo esforço em se conectar com elementos populares, desde a presidência do Boca Junior à oferta de candidaturas provinciais a

²²⁰ Esse enquadramento limitante é mais evidente no Brasil durante os governos de centro-esquerda. O Novo Estatuto do Torcedor, proposto por um parlamentar do PT, incluía literalmente o termo “torcidas organizadas” em algumas medidas para o enfrentamento à violência. Apesar desse sentido no enquadramento da imprensa e na execução das medidas de combate à violência, o foco está implícito e não consta literalmente nas medidas kirchneristas.

comediantes, esportistas, modelos e outros ícones da cultura pop, passando pela constante presença em programas de televisão de orientação popular. Essa postura é diferente da posição histórica de líderes da UCR. Além disso, o PRO conseguiu atrair intendentes, *concejales*²²¹ e membros de segundo e terceiro escalão da UCR nas *provincias*, bem como se aliou aos chamados peronistas dissidentes (peronistas antikirchneristas) em algumas *provincias*. O partido também se associou a lideranças dos protestos de 2008, em reação à modificação nos impostos para as exportações agrícolas. Desse modo, o PRO substituiu a UCR como principal força opositora aos peronistas (Casullo, 2015; Mauro, 2020).

O caminho de Mauricio Macri até à presidência contou com novas estratégias de marketing político (uso da cor amarela, bailes, música pop, cumbia), recorrendo aos slogans “Revolução com alegria” e a “Unidade de todos os argentinos”. Essa estratégia despolitizante era acompanhada de termos recorrentes no neoliberalismo: combater o populismo, a corrupção política, a herança negativa, a falta de credibilidade das instituições políticas, o Estado inchado, a falta de crescimento, a dívida e a irresponsabilidade, todos eles associados ao kirchnerismo. Assim se justificava a premissa de que os trabalhadores deveriam se sacrificar economicamente, aguentando o peso do ajuste e das reformas neoliberais para a recuperação econômica e a melhoria de vida em um futuro indeterminado²²² (Fair, 2021, p. 230, tradução nossa).

A estratégia neodesenvolvimentista do kirchnerismo foi limitada por ser “[...] exclusivamente baseada no empurrão da demanda” sem enfrentar problemas estruturais, permitindo à burguesia argentina retirar o capital do país e ajustar os preços sem um correspondente investimento (Katz, 2016, p. 54). Com isso, a população passou a sentir os efeitos inflacionários, a desvalorização do peso e os impactos do déficit fiscal. Tais limites ofereceram campo fértil para ascensão de Macri com a coalizão *Cambiamos* (PRO de Macri, UCR liderada por Ernesto Sanz e CC-ARI liderada por Elisa Carrió).

O contexto favoreceu a incorporação de outros elementos retóricos típicos do neoliberalismo. Por exemplo, a aposta nas vantagens comparativas com um discurso alusivo ao “modelo de reprimarização centrado no agro” relacionando a Argentina a termos como “*Granero del Mundo*” e “*Supermercado del Mundo*”, algo consolidado no imaginário argentino desde o fim do século XIX, com a atualização da posituação da globalização no sentido de que

²²¹ Os *concejales* têm papel aproximado ao do vereador no Brasil, mas os municípios argentinos não são entes federativos como os brasileiros.

²²² Fair (2021, p.231) identifica essa estratégia como um “mito fundante do neoliberalismo”, já usado na Argentina por Carlos Menem e Fernando de la Rúa.

tal modelo seria suficiente para dar à Argentina protagonismo regional e mundial (Fair, 2021, p.233-235, tradução nossa). Com isso,

[...] Macri procurou justificar a mudança das políticas públicas para um modelo de liberalização e abertura econômica ao capital internacional, enfraquecendo as funções de proteção da indústria nacional e do mercado interno e aplicação de medidas de endividamento externo e ajuste para redução no investimento público em educação, saúde, ciência e tecnologia para o desenvolvimento produtivo e industrial de alto valor agregado (desnecessário no modelo de reprimarização da soja e da mineração) (Fair, 2021, p.235, tradução nossa).²²³

Também recorria reiteradamente às narrativas meritocráticas, segundo a qual o Estado seria um entrave por tolher a liberdade dos agentes econômicos individuais, que produziriam riquezas pelo esforço e mérito próprios. Tal retórica se articulava com a exaltação dos imigrantes europeus que chegaram ao país no século XIX sem recursos e conseguiram a ascensão social (Fair, 2021).

O ideário neoliberal era coerentemente representado na composição do gabinete formado por executivos oriundos de grandes empresas privadas para implementar um modelo de gestão empresarial justificado pelo “desinteresse” econômico desses gestores bem-sucedidos, imbuídos da boa vontade em implementar critérios técnicos na gestão pública. A campanha de Macri difundiu a lógica neoliberal (e antidemocrática) de que o Estado deve ser gerido sem interferência dos embates políticos e dos conflitos sociais comuns em uma sociedade diversa (Fair, 2021).

Macri assumiu a presidência argentina em dezembro de 2015. Uma das primeiras medidas que destacamos foi a demissão de Martín Sabatella e Norberto Berner das agências reguladoras dos meios de comunicação, interrompendo os mandatos que iriam até 2017 (Rebassio, 2015). Em seguida, no dia 29 de dezembro, sancionou o Decreto 267/2015, modificando a Ley de 26.522 (*Servicios de Comunicación Audiovisual*) e a Ley 27.078 (Argentina Digital) alegando:

[...] os setores de telecomunicações e radiodifusão estão gradualmente eliminando as barreiras tecnológicas que originalmente os separavam, o regime de regulação econômica “setorial” pré-existente entra em crise, ou seja, com regulações e reguladores separados para empresas de mídia, por um lado, e para telecomunicações, no outro. Surgem, assim, novos desafios, não apenas para as empresas de telecomunicações e mídia, mas também para os reguladores, pois setores anteriormente separados convergem em um único setor, tornando necessário adaptar os marcos regulatórios e unificar as agências reguladoras, como mostra a trajetória institucional dos países

²²³ No original: “[...] Macri procuraba justificar el cambio en las políticas públicas hacia un modelo de liberalización y apertura económica al capital internacional, debilitamiento de las funciones de protección de la industria nacional y el mercado interno y aplicación de medidas de endeudamiento externo y ajuste a la baja en la inversión pública en educación, salud, ciencia y tecnología para el desarrollo productivo e industrial de alto valor agregado (innecesarias en el modelo de reprimarización sojero y minero)”

líderes do setor [...] Que nada disso está refletido nas Leis nº 26.522 e 27.078, pois, apesar de constituírem instrumentos regulatórios recentes, não contemplaram elementos fundamentais da realidade atual da indústria dos meios de comunicação e telecomunicações, e distancia o país da fronteira tecnológica do setor, gerando distorções na concorrência, custos significativos para o interesse geral e danos aos usuários e consumidores (Argentina, 2015c, *online*, tradução nossa).²²⁴

O decreto criou o *Ente Nacional de Comunicaciones* (ENACOM) vinculado ao *Ministerio de Comunicaciones*. O órgão assumiu todas as competências da *Autoridad Federal de Servicios de Comunicaciones* e da *Autoridad Federal de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones* (criada pela Ley 27.078). No caso da Ley 26.522, analisada na subseção anterior, o decreto alterou os dispositivos que combatiam a concentração econômica dos meios de comunicação e prevê que o Poder Executivo adote medidas regulamentares para garantir as transmissões ao vivo de modo gratuito, garantindo discricionariedade ao novo governo para definir tais medidas: o artigo não estipulava quantos e quais eventos esportivos deveriam estar acessível desse modo. O novo decreto ainda permitiu ao presidente a destituição de quaisquer membros da ENACOM sem justa causa, ao contrário dos mandatos fixos das Autoridades criadas pelas leis anteriores (Argentina, 2015c).

Em 2017, com a Ley 27.430, a reforma tributária de Macri (*impuesto a las ganancias*), o financiamento fixo do ENARD foi revogado. O artigo 127 da Ley 27.430 (era artigo 124 no projeto de lei) retira o inciso que garantia 1% das assinaturas cobradas pelas empresas de telefonia móvel e institui o financiamento do ENARD exclusivamente definido pelo governo federal em seu orçamento. O valor de \$900 milhões foi definido para 2018 e, para os anos seguintes, esse valor seria atualizado pela “taxa anual de crescimento dos gastos primários da Administração Nacional incluída em cada projeto de lei de orçamento” (Argentina, 2017b, tradução nossa)²²⁵. Essa modificação, inicialmente defendida pelo presidente do Comitê Olímpico Argentino – COA, Gerardo Werthein, foi um duro golpe no esporte argentino. Tempos depois, o próprio Werthein afirmou que o financiamento por meio do percentual das

²²⁴ No original: “[...] los sectores de telecomunicaciones y de radiodifusión se van eliminando las barreras tecnológicas que originalmente los separaban, entra en crisis el régimen de regulación económica “sectorial” preexistente, es decir, con regulaciones y reguladores separados para las empresas de medios, por un lado, y para las telecomunicaciones, por el otro. Emergen así nuevos desafíos, no solo para las empresas de telecomunicaciones y medios, sino también para los reguladores, pues industrias antes separadas convergen en una sola industria, resultando necesario así adaptar los marcos regulatorios y unificar las agencias reguladoras, tal como lo demuestra el sendero institucional de los países líderes en el sector [...] Que nada de ello se refleja en las Leyes Nros. 26.522 y 27.078 pues si bien constituyen instrumentos regulatorios de factura relativamente reciente, no contemplaron elementos fundamentales de la realidad actual de la industria de los medios y las telecomunicaciones, y alejan al país de la frontera tecnológica del sector, generando distorsiones en la competencia, costos significativos para el interés general y perjuicios para los usuarios y consumidores”

²²⁵ Para se ter uma ideia, essa taxa caiu de 24 para 18,4% entre 2015 e 2019, enquanto a inflação menor no período foi cerca de 30%, passando de 50% em 2019 (Argentina, 2020b).

cobranças de assinaturas de telefonia móvel era incrementado, no mínimo, pela inflação anual. A taxa de crescimento dos gastos primários da Administração Nacional tem sido sempre inferior à inflação (Vergara, 2020). Em que pese a tendência governista de Werthein, que havia sido defensor e difusor da criação do ENARD no governo Kirchner e que passou a criticar a medida de Macri já no governo de Alberto Fernández, a crítica dos atletas era pública desde a tramitação do projeto:

O artigo 124 do projeto de Reforma Tributária apresentado ao Congresso pelo Poder Executivo põe em risco a natureza, a independência e a própria existência do Ente Nacional de Alto Rendimiento (Enard) [...] Por que propor essa volta ao passado? Quem se beneficia? [...] Não entendemos como se propõe semelhante modificação sem consultar NINGUÉM da comunidade esportiva (apud Leza, 2017, *online*, tradução nossa).²²⁶

Macri publicou os Decretos 743/2016 e 138/2017. O primeiro transfere da Federação à Cidade Autônoma de Buenos Aires a responsabilidade pela operação e administração das apostas realizadas em seu território. O decreto complementou o processo de retirada do governo federal da gestão dos referidos jogos. No caso do PRODE, por exemplo, as legislações anteriores já reconheciam a competência das províncias para administrar as apostas em seu território, fixando inclusive regulamentos para o repasse de recursos da *Lotería Nacional* para os órgãos provinciais. Com o decreto a *Lotería Nacional* permaneceu com jurisdição apenas sobre o jogo “*La grande de la nacional*”. O segundo decreto fixou a previsão de que o *Ministerio de Desarrollo Social* fizesse avaliação da viabilidade funcional da *Lotería Nacional*. Para complementar, o Decreto 95/2018, justificado pelos anteriores, resultou da avaliação de que a *Lotería Nacional* teria permanecido apenas com “atividades residuais” insuficientes para gerar recursos necessários para o custeio e, por isso, o artigo 17 determina a liquidação do órgão. Essa liquidação significou a suspensão do PRODE tal como foi concebido porque, em que pese a possibilidade de administração provincial, a legislação em torno do concurso concebia papel fundamental da *Lotería Nacional* na gestão e repasses dos recursos, além do concurso explorar campeonatos nacionais de futebol, o que demandava a intermediação junto à AFA para autorização do uso das marcas (Argentina, 2016; 2017a; 2018a; Infobae, 2018).

O governo Macri, desse modo, suspendeu um mecanismo de financiamento do futebol argentino em que o Estado geria e a sociedade civil custeava com as apostas. Ainda que não

²²⁶ No original: “El artículo 124 del proyecto de Reforma Tributaria elevado por el Poder Ejecutivo al Congreso pone en riesgo la naturaleza, la independencia y la existencia misma del Ente Nacional de Alto Rendimiento (Enard) [...] ¿Por qué se propone esta vuelta al pasado? ¿Quién se beneficia? [...] No entendemos cómo se propone semejante modificación sin haber consultado a NADIE del ámbito de la comunidad deportiva”.

seja um financiamento com recursos oriundos do tesouro (impostos, tributos, taxas, contribuições etc.), a suspensão do concurso amplia a necessidade de captação de recursos na iniciativa privada. Apesar de ter reduzida sua importância relativa ao longo tempo nas contas da AFA e dos clubes (aumento do custo do futebol, novas fontes de receita etc.), a medida também afeta clubes menores e suspende uma fonte de receita auxiliar no pagamento de dívidas, inclusive fiscais.

Outra mudança foi o Decreto 92/2019, publicado no *Boletín Oficial* de 30 de janeiro de 2019 que alterou a Lei 27.201. A primeira modificação foi a revogação da criação do ENADED, transferindo “*Programa Nacional de Empoderamiento de la Mujer en Deporte*” para a *Agencia de Deporte Nacional*. O Decreto revogou também a garantia de realização dos “*Juegos Nacionales Evita*” e os dispositivos que previam assessorar e garantir subsídios econômicos para desenvolver a estrutura esportiva (Argentina, 2019). Com essas mudanças, apesar de não revogar a Ley 27.202 e a responsabilidade do Estado em promover e assistir as atividades físicas e esportivas desenvolvidas no país, houve supressão de programas e eventos coerentes com essa responsabilidade, bem como ocorreu a retirada dos dispositivos que definia o papel de financiamento subsidiário de estruturas em âmbito provincial e municipal. Desse modo, é possível verificar o caráter neoliberal das mudanças no próprio decreto:

Que uma das premissas do Gobierno Nacional é realizar a *utilización racional dos recursos públicos para potencializar uma gestão mais eficiente* [...] Que nesse contexto o objetivo é fortalecer e *concentrar as políticas destinadas ao desenvolvimento e fomento do esporte através de um organismo gestor especializado na materia* [...] se faz necessário criar a AGÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE, como organismo descentralizado e autárquico atuante na órbita da SECRETARIA GERAL da PRESIDÊNCIA DA NAÇÃO, obedecendo à necessidade de *auxiliar a eficiência operativa e a agilidade requerida no âmbito esportivo*, contemplando mecanismos que permitam otimizar e simplificar seu desenvolvimento [...] propiciando uma política baseada nos pilares de transparência, desenvolvimento sustentável e sustentado do *capital humano* para a atual e futuras gerações de esportistas (Argentina, 2019, *grifos nossos*, tradução nossa).²²⁷

Os grifos destacam termos recorrentes em documentos e discursos do ideário neoliberal: primeiro, a utilização *racional* dos recursos só se aplica quando está de acordo com receituário, isto é, o conceito de “gestão eficiente” frequentemente vem associado à redução de recursos

²²⁷ No original: “Que una de las premisas del Gobierno Nacional es lograr la utilización racional de los recursos públicos para potenciar una gestión más eficiente [...] Que en dicho contexto se pretende fortalecer y concentrar las políticas destinadas al desarrollo y fomento del deporte a través de un organismo rector especializado en la materia [...] resulta necesario crear la AGENCIA DE DEPORTE NACIONAL, como organismo descentralizado y autárquico actuante en la órbita de la SECRETARÍA GENERAL de la PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, obedeciendo ello a la necesidad de coadyuvar a la eficiencia operativa y a la agilidad que se requiere en el ámbito deportivo, contemplando mecanismos que le permitan optimizar y simplificar su desarrollo [...] propiciando una política basada en los pilares de transparencia, desarrollo sustentable y sostenible del capital humano para la actual y futuras generaciones de deportistas”

para as funções sociais do Estado e a gestão empresarial das políticas públicas como sinônimo de “boa governança” (Dardot e Laval, 2016, p.276 e 283); apesar do recurso constante à liberdade, o decreto de Macri substituiu um Ente com participação da sociedade civil por uma agência que está sob jurisdição do Executivo e, portanto, “concentrar as políticas” tem o efeito de reduzir a capacidade dos cidadãos demandarem políticas, em prol dessa “eficiência operativa”; por fim, a teoria do capital humano é um dos pilares das teses neoliberais sobre educação, definindo uma visão instrumental dos indivíduos que, mediante a um investimento estatal *eficiente* em educação, podem incrementar a produtividade e ampliar o potencial de lucro e, portanto, de crescimento econômico (Becker, 1994).

É coerente com a racionalidade neoliberal as críticas de Mauricio Macri ao *FpT*. Enquanto presidente, seguindo seu discurso neoliberal, Macri acabou com o *FpT*, ao fim de 2016, e os direitos de transmissão foram comprados pela Fox Sports (comprada recentemente pelo Grupo Disney) por 3,2 bilhões de pesos anuais, mais um bônus de 1,2 bilhão de pesos na assinatura do acordo²²⁸. O aparente afastamento do governo em relação ao futebol, sinalizava apenas a implementação da doutrina neoliberal na administração pública. Afinal, Macri, ex-dirigente do Boca Junior, reagiu negativamente ao favoritismo de Hugo Moyano, presidente do Independiente e secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores, para vencer as eleições para presidente da AFA, em 2016. Alegando irregularidades no programa “*Fútbol para todos*”, a *Inspección General de Justicia* – IGJ, ligada ao Ministério de Justiça e Direitos Humanos, usou do artigo 10 da lei 22.315 que permite ação do governo em caso de violação de leis por entidades esportivas e determinou por 90 dias o adiamento das eleições. Tal medida contrariava as normativas da FIFA – proíbe intervenção de governos nas federações de futebol – gerando especulações sobre a suspensão da AFA, resultando em exclusão de clubes e da seleção argentina de competições internacionais. Isso não ocorreu, mas a FIFA interveio na AFA, criando um comitê de regularização liderado por Damián Dupiellet. Em março de 2017, o único candidato, Claudio Tapia, dirigente do modesto Club Atlético Barracas Central da terceira divisão local, foi eleito presidente, tendo como vice Daniel Angelici ex-presidente do Boca Juniors aliado de Macri (Bonsanti, 2017; Brasil de Fato, 2016).

Macri negociou para o retorno gradual da torcida visitante nos jogos. A questão mudou de rumo no jogo válido pela Copa Libertadores da América de 2018, entre Boca Junior e River

²²⁸ Como apontado na subseção anterior, o valor corrigido é inferior ao primeiro contrato do *FpT*, mas é superior ao valor da renovação do programa governamental em 2016.

Plate. Ali o debate sobre a violência no estádio retornou à pauta com um componente adicional: tal como vimos no Brasil, o populismo penal ou punitivismo entra em cena, guardando coerência com o ideário neoliberal. O governo Macri enviou para o Congresso o projeto de lei “*Régime Penal e Processual para a Prevenção y Repressão de Delitos em Espectáculos Futebolísticos*”, nomeado pela mídia e por membros do governo como “*ley antibarras*”. Na apresentação do projeto, constante na *Mensaje* nº 241/2018 consta:

É imperativo que este Gobierno enfrente este flagelo e recupere as condições de tranquilidade, ordem e segurança necessárias para que a sociedade recupere o hábito de desfrutar de um esporte tão enraizado na idiosincrasia do país. No espírito deste projeto de lei, há uma vontade subjacente de pôr fim especificamente ao que é comumente conhecido como “*barrasbravas*” [...] Embora o problema das “*barras bravas*” não seja novo na REPÚBLICA ARGENTINA, não é apenas um problema local e muitos países tiveram que enfrentá-lo, conseguindo obter resultados exitosos. No entanto, o fenômeno das *barras bravas* no país tem origens e características próprias que merecem tratamento individual [...] O objetivo do projeto aqui proposto aponta para a persecução criminal e o desfinanciamento desses grupos para inviabilizar suas ações (Argentina, 2018b, *online*, tradução nossa).²²⁹

No texto é literal em revelar a “vontade férrea de terminar” com os chamados *barra bravas*. Como vimos na subseção anterior essa forma de abordar o problema é insuficiente, uma vez que as *barras bravas* não são os únicos produtores e reprodutores de violência no futebol (Murzi e Trejo, 2018). Porém, em coerência com as diversas experiências neoliberais, inclusive a brasileira, o punitivismo e o populismo penal se fizeram presentes:

A lei faz parte da proposta geral da *Alianza Cambiemos* para reduzir e prevenir a violência no futebol, importante espaço para essa gestão. A *Cambiemos* e o presidente Macri, em particular, têm um vínculo amplo com o futebol e seus dirigentes. Em um quadro de consolidação do problema da violência no futebol como problema público e de ampla intervenção estatal nesse sentido, a responsabilidade assumida pelo governo funciona como uma mercadoria política significativa. A lógica geral de intervenção governamental desde o final de 2015 marcou um aprofundamento dos dispositivos de controle e repressão, com especial ênfase no uso de novas tecnologias. Por sua vez, esse processo foi acompanhado pela busca de expor os resultados e efeitos da atividade repressiva, com foco centrado na acusação das *barras bravas* como bodes expiatórios e os únicos responsáveis pelas múltiplas violências no futebol, enquanto ocultavam seus vínculos com esses grupos (Rosa, 2019, p.2, tradução nossa).²³⁰

²²⁹ No original: “Resulta imperioso para este Gobierno enfrentar dicho flagelo y recuperar las condiciones de tranquilidad, orden y seguridad necesarias a fin de que la sociedad recobre el hábito de disfrutar de un deporte tan arraigado en la idiosincrasia del país. En el espíritu del presente proyecto de ley, subyace la férrea voluntad de terminar específicamente con lo que se conoce comúnmente como “barrasbravas” [...] Si bien la problemática de las “barrasbravas” no es nueva en la REPÚBLICA ARGENTINA, no es una problemática únicamente local sino que, numerosos países han tenido que enfrentarla pudiendo lograr resultados exitosos. Sin embargo, el fenómeno de las “barrasbravas” en el país presenta orígenes y características propias que ameritan su tratamiento individual. El objetivo del proyecto aquí propuesto apunta a la persecución penal y al desfinanciamiento de dichos grupos a fin de imposibilitar su accionar”

²³⁰ No original: “La ley es parte de la propuesta general de la Alianza Cambiemos para reducir y prevenir violencias en el fútbol, un espacio importante para la gestión. Es que Cambiemos, y el presidente Macri en particular, tienen un amplio vínculo con el fútbol y su dirigencia. En un marco de consolidación de la problemática de la violencia en el fútbol como un problema público y de una amplia intervención estatal al respecto, la responsabilización hacia el gobierno por este problema lo establece como una mercancía política significativa. La lógica general de intervención del gobierno desde finales de 2015 marcó una profundización de los dispositivos de control y represión, con un especial énfasis en la utilización de nuevas tecnologías. A su

O projeto de lei era composto de 30 artigos. O primeiro artigo descreve o âmbito de aplicação, o segundo detalha as definições e o terceiro eleva a pena em dois terços da pena mínima e um terço da pena máxima quando os delitos descritos em leis anteriores ocorrerem nas circunstâncias de eventos futebolísticos, conforme descrito na primeira seção. Do 4.º ao artigo 13, todos os crimes descritos são punidos com prisão (portar armas, inclusive armas brancas, agressão ou intimidação em grupo, doação de ingressos a grupos com histórico de violência, venda de ingressos sem autorização oficial, falsificação de ingressos, permissão de entrada de pessoas sem ingresso, com agravante se a pessoa que adentrou for membro de grupos com histórico de violência, assim como cuidar de carros sem autorização oficial, atrapalhar a circulação de veículos e produzir aglomerações que representem perigo ou avalanches²³¹). Isto é, em termos brasileiros, desde o cambista e o “flanelinha”, os delitos relacionados ao futebol seriam passíveis de prisão (Argentina, 2018b). Ou seja:

A maioria das ações tipificadas como crimes no novo projeto tem a ver com atividades que o governo entende como típicas das *barras bravas*. Estes incluem especialmente a venda de bilhetes falsos ou não autorizados, a obstrução de transporte, agressão e intimidação, o uso de armas e o cuidado com os veículos. Esses elementos exigem maior controle de entrada nos estádios e punição severa para atividades que permitem, entre outras coisas, o financiamento das *barras bravas*, como revenda de ingressos ou assistência a carros. Embora não se trate de atividades exclusivamente realizadas pelas *barras*, geralmente são regulamentadas por eles, muitas vezes cobrando uma taxa para permitir o seu desenvolvimento. Quanto aos “guardadores de carros” [no Brasil, flanelinha], também acompanha uma busca geral do governo, principalmente na cidade de Buenos Aires, de perseguir a atividade com a mesma lógica de criminalizar e punir, em vez de regulamentar. No mesmo sentido, determina-se a figura de “ação coletiva” [artigo 13º], indicando associação de três ou mais pessoas destinadas a cometer regularmente qualquer dos crimes elencados nesta lei. Isso mudaria o tratamento judicial desses grupos, que até agora eram acusados do crime de “associação ilícita”, o que só foi comprovado em alguns casos (Rosa, 2019, p.14, tradução nossa).²³²

vez, este proceso se fue acompañado por la búsqueda de exponer resultados y efectos de la actividad represiva, con un enfoque centrado en la acusación a las barras bravas como chivo expiatorio y únicas responsables de las múltiples violencias en el fútbol, al tiempo que ocultan sus vínculos con estos grupos”.

²³¹ “Las avalanchas, generalmente, son producto de las prácticas culturales de los y las hinchas y de las condiciones estructurales de los estadios en el país. Esto se emparenta más con la búsqueda por establecer un orden similar al europeo o al de las competiciones organizadas por FIFA, pero de un modo difícil de practicar. Una avalancha suele producirse principalmente por la acumulación exacerbada de hinchas en una tribuna popular y el movimiento de esos hinchas en un canto o un grito de gol” (Rosa, 2019, p.13-14).

²³² No original: “La mayoría de las acciones tipificadas como delitos en el nuevo proyecto tienen que ver con las actividades que el gobierno entiende como propias de las barras bravas. Estas incluyen especialmente la venta de entradas falsas o no autorizadas, el entorpecimiento del transporte, la agresión e intimidación, la utilización de armas y el cuidado de vehículos. Estos elementos apelan a un mayor control del ingreso a los estadios y un castigo severo a las actividades que permiten, entre otras cosas el financiamiento de las barras bravas, como la reventa de entradas o el cuidado de autos. Si bien estas no suelen ser actividades exclusivamente realizadas por las barras, si suelen ser reguladas por las mismas, cobrando muchas veces un canon por permitir su desarrollo. En cuanto a los “cuidacoches” [no Brasil, flanelinha], acompaña además una búsqueda general del gobierno, particularmente en la Ciudad de Buenos Aires, donde realiza una persecución a su actividad con la misma lógica de criminalizar y castigar, en lugar de regular. En ese mismo sentido, se determina la figura de “accionar de grupo” [artigo 13], señalando una asociación de tres o más personas destinado a cometer con asiduidad alguno de los delitos apuntados en esta ley. Esto cambiaría el tratamiento judicial de estos grupos, que hasta ahora han sido imputados por el delito de “asociación ilícita”, que sólo ha sido comprobado en pocos casos”.

Do projeto “Tribuna Segura”, iniciado em 2016, da utilização na segurança dos eventos futebolísticos de “*La Gendarmería Nacional Argentina*” (uma força militar vinculada ao *Ministerio de Seguridad de La Nación*), à tentativa de tipificação penal de antigas contravenções e de práticas tradicionais dos torcedores argentinos servem como meios para prestar contas aos eleitores, ainda que a ausência de medidas preventivas coloque em dúvida a eficácia. Tal como o Estatuto do Torcedor e suas modificações no Brasil, essas práticas priorizam um ambiente voltado ao torcedor consumidor.

O governo Macri ainda desengavetou o projeto da *Sociedad Anónima Deportivas* (SAD) por meio do deputado governista Nicolás Massot e com participação do *Secretario General de la Presidencia* Fernando De Andreis. Segundo órgãos de imprensa, em reunião com empresários membros do governo trataram com empresas multinacionais e nacionais interessadas em investir no modelo apresentando sete clubes que estariam abertos a iniciar a SAD: Arsenal, Olimpo, Newells Old Boys, Quilmes (já havia experimentado o *gerenciamiento*), All Boys, Sarmiento de Junín e Independiente Rivadavia de Mendoza. Novamente, a posição da maioria dos clubes foi contrária ao projeto, como ocorreu em 1999. O presidente da Superliga argentina, Mariano Elizondo, afirmou que a SAD não era tema de debate no futebol argentino, reiterou a inexistência de lei que regulamente o modelo e o fato de que os estatutos da Superliga não permitem a SAD. Além disso, em caso de uma aprovação das leis haveria a necessidade de alteração dos estatutos dos clubes para a adoção da sociedade anônima e o consequente debate no âmbito da AFA e da Superliga (442, 2018; Gabilondo, 2019; Jiménez e Golletti, 2018; Santos, 2018).

Logo, a adesão ao neoliberalismo não significou automaticamente uma separação entre Estado e futebol na Argentina, pois o pensamento neoliberal não aponta para uma minimização ou extinção do Estado. Inclusive, Macri nomeou pessoas ligadas ao futebol para cargos importantes. Oscar Moscariello, que foi presidente do Boca Juniors na chapa com Angelici apoiada por Macri, foi nomeado embaixador da Argentina em Portugal. Diego Santilli, filho do dirigente do River Plate e empresário Hugo Santilli e irmão do dirigente do mesmo clube, Dario Santilli, foi Ministro de Ambiente e Espaço Público na gestão de Macri em Buenos Aires e Ministro da Justiça e Segurança da Argentina durante a presidência de Macri – depois, fez parte da chapa do PRO que venceu o governo de Buenos Aires como vice chefe de governo. Como Secretário Nacional de Segurança, vinculado ao ministério de Santilli, esteve Eugenio Burzaco, responsável pelo Setor de Segurança do River Plate (Burgo, 2019).

Do mesmo modo, foi coerente ao ideário neoliberal, sob argumento da virtuosa ação técnica suplantando as vicissitudes da política, mobilizando uma série de mudanças por meio de decretos, reduzindo os canais de participação da sociedade por seus representantes eleitos, bem como alterando entes públicos e realocando-os ou substituindo-os por órgãos vinculados ao Poder Executivo, de modo a limitar a capacidade da sociedade civil demandar políticas públicas. Em que pese possíveis e necessários debates para compreender a qual corrente neoliberal o macrismo se filia, há uma coerência com os pressupostos de Friedrich August von Hayek: a democracia não é um objetivo central nessa ideologia; ao contrário é uma forma política que impõe um método de seleção de dirigentes que tende a desvirtuar o projeto neoliberal. Portanto, não é a soberania popular quem confere legitimidade às decisões, mas as normas gerais de condutas advindas do mercado. Desse modo, restringir o alcance da soberania popular é desejável à medida que impede uma democracia danosa ao desenvolvimento espontâneo do mercado (Hayek, 2017).

4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Também na Argentina, as versões mais conhecidas sobre a introdução do futebol no país enfatizam o papel de personagens associados de algum modo à elite econômica, destacando o papel dos britânicos e das escolas dessa comunidade no estímulo aos esportes bretões como, por exemplo, o rúgbi e o futebol. No entanto, tal como no Brasil, há relatos de jogos entre marinheiros nas proximidades do porto, antes mesmo da difusão em colégios britânicos. Também faz parte dos registros a presença de operários nas primeiras partidas em Buenos Aires. Além disso, apesar da proeminência de membros da elite nessa formalização do futebol em clubes e associações, o esporte se popularizou rapidamente no início do século XX e se tornou responsável por parte da imagem internacional da Argentina, por meio dos êxitos e dos ídolos ligados ao futebol.

É preciso destacar que o caráter concêntrico do início do desenvolvimento do futebol na Argentina antecede o marco temporal, mas possui potencial explicativo ao se converter em um processo inicial que elevou os custos de reversão. Ou seja, o futebol argentino se desenvolve oficialmente por meio de clubes e associações a partir de Buenos Aires e seu entorno. Isso não significa que não se praticava futebol em outros locais da Argentina. Em que pese a importância das estradas de ferro para o processo de difusão e interiorização da prática do esporte e do

surgimento de clubes às margens das ferrovias, a precoce constituição de uma federação argentina apresentada como entidade nacional, não acompanhou esse processo.

Além disso, o processo de popularização do esporte e de argentinização (apropriação do esporte pelos argentinos, pelos descendentes de espanhóis e italianos e a constituição de jeito próprio de jogar) foi intenso nos primeiros anos do século XX, sendo acelerado nos anos 1920, quando o país viveu um período de desenvolvimento econômico e a capital passou a disponibilizar diferentes opções de transporte público. Esse período de estádios lotados e de popularização da imprensa escrita (cujas empresas divulgavam e às vezes patrocinavam competições) favoreceu uma entrada de recursos no futebol, e a concorrência das equipes pelos melhores jogadores significou pagamentos aos atletas antes da profissionalização (amadorismo marrom), contribuindo para que o futebol se consolidasse como um meio de ascensão social.

O marco inicial da pesquisa não indica o começo das relações entre futebol e política e o início das medidas do Estado em favor do futebol. Inicialmente, a aproximação de atores políticos aos clubes era uma estratégia para a constituição de uma base de apoio aproveitando-se dos fortes vínculos dos clubes com seus respectivos bairros. Como discutido anteriormente, a incorporação de atividades culturais e de lazer, além do esporte competitivo, se configurou em um meio atrativo para toda a família. Por isso, além da capacidade de mobilizar torcedores e vinculá-los pela “identidade clubística”, boa parte dos clubes argentinos daquele período possuía uma grande importância para as comunidades dos bairros e das cidades da região metropolitana de Buenos Aires. Essa relação se acentuou quando, com a ampliação da renda média dos argentinos, os clubes experimentaram um crescimento do quadro de associados durante as décadas de 1920 e 1930. Ou seja, o bairrismo (*identidad barrial*) foi um fator importante para a identidade clubística e essa vinculação conferiu aos atores políticos uma base geográfica – que serviria como “território de caça” – cuja identidade clubística era um atalho para as estratégias políticas e a estrutura física facilitava o acesso à parcela do eleitorado.

Os dirigentes dos clubes tinham diversos interesses na aproximação com lideranças políticas, desde interesses materiais (subsídios, incentivos etc.) até interesses simbólicos, como a obtenção de legitimidade ao possuir interlocução com autoridades políticas. Os fatores descritos até aqui auxiliam a compreensão de um processo que culminou em incorporação dos interesses do futebol como assunto seguro e constante na agenda do Estado.

O marco inicial é o ano de 1931, quando ocorreu a profissionalização do futebol argentino. A greve dos atletas pressionou os dirigentes dos clubes e a paralisação da competição

demandou intervenção de autoridades políticas. O ditador José Félix Uriburu orientou que os líderes dos futebolistas procurassem José Guerrico, a quem nomeou intendente de Buenos Aires. Afinal, a suspensão do futebol retirava de cena um importante atrativo popular, o que geraria mais insatisfação e maior espaço para difusão e debate sobre as práticas ditatoriais. O intendente intermediou junto aos dirigentes dos clubes a profissionalização. Além da profissionalização, ocorreu a divisão dos clubes entre os signatários do acordo, organizados na Liga Argentina de Fútbol – LAF, e os clubes menores (não aceitaram o acordo ou não foram convidados para a Liga) permaneceram a AAF – renomeada como AAAF. A divisão acentuou a disparidade entre os clubes de Buenos Aires e proximidades e os demais clubes, reforçando as configurações concêntricas do início do desenvolvimento do futebol. Além da greve com o envolvimento de duas importantes autoridades políticas (presidente e intendente), o ano marca o início de uma década em que a aproximação entre futebol e política se torna sistemática e a presença dos interesses dos atores do futebol se torna constante. Entre 1932 e 1938, o presidente Agustín Pedro Justo adotou uma política de subsídios para a construção de estádios. É, portanto, importante ressaltar que na ascensão de Juan Domingo Perón cuja alcunha era “primeiro esportista”, as condições básicas para essa relação sistemática e para a consolidação já estavam dadas: os laços entre clubes e mundo político já ocorria; o desenvolvimento do transporte público permitia a mobilidade de pessoas para acompanhar seus times; já existiam estádios para milhares de pessoas (viabilizados com estímulo estatal); o desenvolvimento da imprensa escrita e o início do desenvolvimento das rádios facilitavam a circulação das informações e a promoção do esporte; e os jogadores já gozavam de prestígio social, sendo o futebol reconhecido como meio de ascensão social (primeiro o amadorismo marrom e, depois, o profissionalismo).

Apesar desses fatores já estarem presentes, Perón fomentou o esporte com a continuidade de incentivos financeiros (não restritos ao futebol) e usou uma série de manifestações culturais, como o cinema para consolidar a relação entre esporte e nacionalidade no imaginário social, inclusive na consolidação da imagem do esportista como exemplo de superação. Durante a autoproclamada *Revolución Argentina* (1966-1973) entre os governos de Perón, a gestão Lanusse instituiu o PRODE e definiu essa modalidade de loteria como uma fonte de recursos à AFA. O retorno de Juan e Isabelita Perón foi o período em que o PRODE ganhou regulamentação para o destino dos recursos, contemplando a AFA e os clubes de diferentes divisões, a Ley 20.655 foi aprovada fundamentando o esporte e sua relação com o

Estado argentino e definindo-o como ferramenta indispensável para a formação integral do cidadão. Essa lei só foi efetivamente regulamentada no governo Alfonsín na década de 1980.

O golpe de 1976 conduziu ao poder a Junta Militar liderada por Videla. No que concerne ao futebol, a preocupação central era a organização da Copa do Mundo com injeção de recursos para realização de um evento exemplar. O controle sobre a AFA era a chave para influenciar nos rumos da seleção e das competições futebolísticas. A retirada da regulamentação que fixou o destino do recurso do PRODE deu à AFA a possibilidade de utilização do recurso de modo mais alinhado aos seus interesses e, portanto, mais permeável à influência da Junta Militar. O êxito na Copa cacifou o vice-almirante Lacoste como a grande autoridade, de fato, no futebol argentino com direito à vaga na direção da FIFA e articulação para uma eleição de candidato único na AFA, que conduziu Grondona à presidência em 1979.

A reabertura democrática na Argentina marca o protagonismo de Grondona no futebol e sua capacidade de adaptação às mudanças contextuais. Apesar de sobressaltos, como a redução do percentual e a regulamentação do destino dos recursos do PRODE no governo Alfonsín, o período foi de ampliação do dinheiro no futebol. Esse processo foi caracterizado pela marcha em direção da mercantilização do futebol (consolidando-o como produto e como mercado). São exemplos: a venda dos direitos de transmissão para o consórcio *Clarín / TyC*, o aumento de recursos por meio do *Fútbol para Todos (FpT)* e, posteriormente, o retorno da iniciativa privada com o Grupo Fox como proprietária desses direitos. Mas a redemocratização não pode ser tratada como um período monolítico.

Enquanto o governo Alfonsín enfrentou turbulências e ficou marcado como transição, o governo Menem teve um caráter claramente neoliberal, inclusive nos esportes, priorizando o alto rendimento com redução do financiamento público se empenhando (inclusive pessoalmente) para viabilizar o *gerenciamiento* privado nos clubes e, finalmente, suspendendo o PRODE em 1998. Menem não foi voz isolada naquele período. Mauricio Macri, então presidente do Boca Juniors, explicitava o seu viés neoliberal ao somar esforços pelo clube-empresa, apresentando o modelo da *Sociedades Anónimas Deportivas (SAD)*. O *gerenciamiento*, defendido por Menem, saiu do papel sem chegar à maioria dos principais clubes e sem grandes êxitos esportivos. A SAD, defendida por Macri, foi derrotada em assembleia na AFA.

Após o governo Menem, o deputado peronista Daniel Scioli apresentou um projeto responsável pela reativação do PRODE dois anos antes da vitória de Néstor.

A ascensão da centro-esquerda peronista, com Néstor e Cristina Kirchner, significou a revitalização da lógica do esporte com função social, incluindo os Jogos Evita Perón, bem como intensificou esforços para o aperfeiçoamento do esporte de alto rendimento com fixação de receita e renúncia fiscal. Esse período também marca o passo mais ousado: o *FpT* viabilizou a compra dos direitos de transmissão pelo Estado para transmissão em TVs Públicas, significando de uma só vez uma reação ao Grupo *Clarín*, adversário declarado dos kirchneristas, a democratização das transmissões e uma boa injeção de recursos aos clubes. Porém, além de não reverter as políticas neoliberais na relação com os esportes, o tratamento ao tema da violência no futebol não fugiu do punitivismo e do tratamento simplista do tema.

A vitória de Mauricio Macri marcou a retomada da hegemonia neoliberal com interrupção de programas, eventos e formas de financiamento público para o esporte. Sempre recorrendo aos decretos, Macri descaracterizou a lei de regulamentação econômica das empresas de comunicação, acabou com o *FpT*, adotou um valor base sem correção pela inflação para fomentar o esporte de alto rendimento e acabou com o PRODE. Longe de significar a retirada do Estado dos assuntos do futebol, Macri usou de instituições estatais para impedir a vitória de Hugo Moyano para sucessão a Grondona na AFA, recorreu ao populismo penal para o enfrentamento da violência no futebol e tentou resgatar o projeto das SADs.

A forma como ocorreu a institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado, revela mais continuidades que mudanças. Dos anos 1930 para cá, governos de diferentes matizes ideológicas, mesmo com ênfases diversas, mantiveram o futebol como parte de sua agenda. Ao mesmo tempo, verificou-se a capacidade dos clubes de se adaptarem às mudanças nas circunstâncias políticas e extraírem vantagens nas diferentes conjunturas. Algo que a AFA também demonstrou no período de redemocratização. Como se viu, em períodos autoritários essa relação foi mais clara aos observadores. No entanto, após a redemocratização e a emergência de uma hegemonia neoliberal, o discurso de despolitizar para reduzir a participação do Estado em diversas esferas da vida, na prática significou uma série de decisões governamentais no sentido de consolidar o futebol como produto e mercado e, assim, permitir maior atuação econômica da iniciativa privada.

É possível afirmar um processo de institucionalização dos interesses do futebol na agenda do Estado. Como no caso brasileiro, cumpre alertar que esse processo não ocorreu por iniciativas unilaterais dos atores políticos. Diante dessas constatações e da explanação apresentada ao longo da seção segue abaixo o Quadro 10 para sintetizar os pontos centrais.

Quadro 10: Síntese da Seção 4

Períodos	Argentina
Desenvolvimento do futebol	Centralizado em torno de Buenos Aires. Obstáculos para os clubes do interior
Profissionalização e Início do Processo de Institucionalização (Conjuntura Crítica I)	<p>1931 – a partir da Greve dos jogadores, que pressiona autoridades políticas e dirigentes; -Governo Justo (1932-38): créditos, subsídios e cessão de terrenos para construção dos estádios.</p> <p><i>Peronismo I:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei 12.932 de 1946: empréstimos para viabilizar a construção de estádios; - Nomeação de aliados políticos para presidir a AFA; - Política Desportiva mais ampla, com vistas a grandes eventos, como o Pan-Americano, Grande Prêmio de F1, Mundial de basquete; - Propaganda com utilização de êxitos esportivas e atletas destacados como símbolos do nacionalismo (Ex. Fangio na F1, título mundial de basquete, título mundial de Pascual Perez no boxe); - Não envio da Seleção de Futebol para duas Copas (uma em função da crise com os jogadores que foram para Colômbia e a dificuldade de formar um time forte; outra em retaliação à FIFA por não indicar a Argentina como sede da Copa); - Decreto Nacional nº 34.817 de 1947 cria o Conselho Nacional de Educação Física, vinculado ao Ministério da Guerra, e incorpora o Comitê Olímpico a ele; - Jogos Estudiantis Juan Perón; - Campeonatos Infantis Eva; <p><i>Ditadura:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação do PRODE (1972); - Ley 20.160 (“passe” em 1973); <p><i>Peronismo II:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Altera a Ley do PRODE inserindo regulamentação da destinação, com recursos para a AFA e recursos previstos para os clubes de diferentes divisões, incluindo o reconhecimento da FAA (com recursos para obras sociais e culturais da entidade de classe dos jogadores); - Ley 20.655 de 1974, ou <i>Ley del Deporte</i>. Além da concepção de esporte como parte da formação, cria o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Esportes;
Ditadura Militar (Ponto Focal I)	<p>Ditadura Militar (1976-1983):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empenho na organização da Copa do Mundo de 1978 para melhorar a imagem internacional do país e gerar unidade na população; - Julio Grondona eleito para presidir AFA e Lacoste obtém cargo na FIFA; - Cria uma Ley de Radiodifusión que favorece grupos de imprensa aliados. Dentre eles, o <i>Clarín</i>, que posteriormente estará envolvidos na disputa pelos direitos de transmissão;
Abertura Democrática e a hegemonia neoliberal (Conjuntura Crítica II)	<ul style="list-style-type: none"> - Grondona permanece na AFA até 2014; <p><i>Alfonsín:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - regulamenta a Ley 20.655 e regulamenta o destino dos recursos do PRODE, com redução do valor destinado livremente à AFA, e fixação de destinação tal como fizera o governo de Isabelita Perón <p><i>Menem:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - adapta os princípios esportivos do peronismo ao neoliberalismo; - <i>Clarín</i> e <i>TyC</i> adquirem direitos de transmissão; - Estímulo ao <i>gerenciamiento privado</i> nos clubes de futebol; - Suspende o PRODE em 1998.
A atuação de Néstor e Cristina Kirchner, a centro-esquerda do PJ (Ponto Focal II)	<ul style="list-style-type: none"> - Governos Kirchner não rompem completamente o caráter neoliberal na política esportiva, mas enfrenta os grupos de comunicação com o “<i>Fútbol para todos</i>”, fomenta o esporte de alto rendimento, retoma a concepção do <i>deporte social</i>, cria mecanismos de financiamentos para o esporte (oriundos da sociedade e de renúncia fiscal) e que foram geridos por Entes Autônomos com participação da sociedade civil.

	<ul style="list-style-type: none"> - O <i>Fútbol para Todos</i> foi uma medida coerente com a Ley de Medios, que promoveu uma regulamentação econômica sobre os grupos de mídia. - No entanto, o enfrentamento à violência no futebol ficou marcado pelo punitivismo e por adoção de medidas simplistas. - O comando do futebol permanece com Grondona, até a sua morte, em 2014.
O retorno da hegemonia neoliberal (Ponto Focal III)	<ul style="list-style-type: none"> - A despeito da política neoliberal, Macri manobra para impedir a vitória do sindicalista e opositor político Hugo Moyano na AFA, acaba com os Entes Autônomos e os substitui por órgãos vinculados ao Executivo, acaba com o PRODE e utiliza para tais mudanças Decretos. - Macri acaba com o “<i>Fútbol para Todos</i>” e abre para a compra dos direitos do futebol por empresas privadas. O Grupo Fox adquire. - Adota o populismo penal no enfrentamento à violência nos estádios, sem medidas de prevenção.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos referenciais usados e citados ao longo da seção

É possível verificar a estabilidade dos interesses do futebol no âmbito das instituições e das decisões do Estado, mesmo em governos cuja promessa era *retirar* o “peso do Estado”. Apesar da inexistência de uma bancada temática, há uma série de pessoas relacionadas ao futebol com importante atuação política, como Maurício Macri, Mario Leito, Matías Lammens, Hugo e Diego Santilli, Carlos Heller, Eugenio Burzaco, Oscar Moscariello, Antonio Caselli, Hugo Moyano, Horacio Usandizaga, Nicolás Russo, Daniel Angelici e outros.

Na próxima seção será analisado os fatos apresentados nas seções 3 e 4, à luz do referencial teórico-metodológico apresentado nas duas primeiras seções, bem como será realizado a comparação das trajetórias das duas unidades de análise.

5 SEÇÃO 5 – NAS TRAJETÓRIAS DE BRASIL E ARGENTINA AS REGRAS ESTRUTURAM, A BOLA APROXIMA E O DRIBLE INDIVIDUALIZA

O objetivo desta seção é analisar os conteúdos descritos nos capítulos 3 e 4, à luz do referencial teórico-metodológico apresentado nas seções 1 e 2, ou seja, com base no neoinstitucionalismo histórico, recorrendo ao sistema partidário, ao federalismo e ao processo decisório do Brasil e da Argentina, é analisado o processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado por meio do modelo causalidade social dependente de trajetória utilizando o *Comparative Process Tracing* – CPT.

Nesta tese, instituições são mecanismos compostos por normas e status que estruturam a agência dos atores políticos nas relações, interações e processos estabelecidos. O que chamamos de processo de institucionalização é a aquisição de estabilidade dos assuntos/interesses do futebol na agenda do Estado. Tal processo gera custos e oportunidades aos atores envolvidos e, por isso, é um relacionamento baseado na reciprocidade entre agentes políticos e do campo esportivo, mesmo nos períodos autoritários. A institucionalização analisada não é formal, não está inscrita no ordenamento jurídico e nas normas institucionais formais, mas produz resultados formais (legislação, investimentos, prioridade na política esportiva em detrimento de outros esportes, relação constante entre entidades do futebol e mundo político, incluindo intercâmbio de autoridades que circulam ou circularam nos dois campos) sendo importante para uma melhor compreensão do sistema político. Caso contrário, “[...] a análise acadêmica perde a oportunidade de discutir o fato de que a aludida negação à política [dos agentes do futebol] é, na verdade, uma forma dissimulada de fazer política” (Ribeiro, 2020, p.35).

Esse processo de institucionalização informal não deve ser avaliado em termos maniqueístas. O processo é ambivalente e pode se traduzir em resultados compatíveis com as demandas da sociedade ou não. Foi identificado um processo de institucionalização informal de acomodação oriundo da resposta a contextos institucionais formais nascido dentro de arranjos institucionais formais e viabilizado pela interação dos interesses de agentes do campo político e agentes do alto escalão do futebol em busca de vantagens competitivas. Dito de modo mais direto, a alta visibilidade do futebol pode impactar elevando o alcance e a eficiência das políticas esportivas, bem como podem resultar em decisões que atendem interesses setoriais. É, portanto, um processo cujos resultados tiveram sentidos diferentes em diferentes contextos.

A informalidade no processo de institucionalização nasce como uma consequência dessa busca por autonomia e do exercício do poder inicialmente fora do Estado e, com o passar do tempo, mesmo em contextos em que a proximidade entre futebol e Estado se tornou evidente, a informalidade serviu como elemento estratégico. Os atores do campo esportivo puderam evitar a responsabilização pública quando estiveram próximos de governos autoritários, colaborando para a reprodução da versão de uma captura do futebol por certos regimes. Além disso, quando se trata de algum resultado político convergente com as demandas populares, a retórica se concentra na iniciativa dos agentes envolvidos, sem contextualizar a presença segura e esperada de tais interesses na agenda do Estado; ao contrário, quando resultam em medidas impopulares, a informalidade fornece meios para dificultar o *accountability* por parte dos cidadãos. Esse último recurso pode ser identificado na cobertura midiática sobre a “bancada da bola”: discrição quando a atuação desse agrupamento suprapartidário informal converge com demandas populares ou interesses do mercado e acusação de “interesses corporativos da cartolagem” limitantes da modernização/desenvolvimento do esporte, principalmente quando a atuação da bancada frustra certos interesses.

Para a análise desse processo, foi mobilizado uma *definição fraca* de *path dependence* (Bengtsson e Ruonavaara, 2017). No modelo de causalidade social, rejeita-se o determinismo da dependência de trajetória e a lógica dos retornos crescentes intrínsecos. A contingência e a capacidade de agência não são aprioristicamente excluídas, pois o processo de institucionalização está sujeito a mudanças contextuais. Ao considerar a capacidade de agência, entende-se que o cálculo racional é atravessado por crenças moldadas pelo contexto e, portanto, as crenças são produtos históricos. No entanto, a *path dependence* faz sentido ao se entender que os componentes do contexto inicial provocam reações e contrarreações que reforçam o evento inicial, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para a transformação e a reversão. Desse modo, a capacidade de agência equipada por crenças historicamente construídas, é desafiada a reagir e contrarregar às configurações iniciais do processo (Bengtsson e Ruonavaara, 2017; Mahoney, 2001; 2006; Page, 2006).

Desde o início, os dirigentes do futebol agiram para vincular a imagem de neutralidade política ao futebol. Sobretudo no início do desenvolvimento do esporte, com clubes e federações nascidas de mobilizações na sociedade civil, as relações próximas entre dirigentes e atores políticos sem a chancela oficial de uma atuação estatal permitiu a consolidação dessa imagem de neutralidade política.

Assim, se o Estado era, por excelência, o lugar da política, o distanciamento em relação a este reforçou o imaginário do futebol como um não lugar da política. Distanciamento que de forma alguma despolitiza a modalidade. A disputa de poder se faz de outro modo, na sociedade civil, como entidade privada... mas sempre como política (Ribeiro, 2020, p.32).

Portanto, o processo inicial permite reforço, transformação e abre possibilidades para a reversão. A informalidade é tanto uma consequência como um recurso que permite versatilidade na estratégia da ação racional contextualizada. Por isso, a mudança institucional pode ocorrer por elementos endógenos. Sendo assim, a análise de mudança institucional considera nesta tese o tipo *layering* (por camadas). Em termos mais diretos: os atores não puderam ou não viram viabilidade para simplesmente retirar os interesses do alto escalão do futebol da agenda estatal e, assim, em conjunturas críticas agiram para criar políticas e práticas institucionais mais coerentes com seus objetivos contextuais ou mesmo produzindo modificações em práticas ou políticas consolidadas.

As análises que foi apresentada ao longo desta seção foram feitas a partir do rastreamento comparativo de processos (CPT). Nas duas primeiras subseções, será visto o rastreamento de processos dentro do caso, em cada unidade de análise. Nas terceira e quarta subseções, será visto a comparação entre processos identificados nas unidades de análise, tratando das similaridades e aproximações na terceira e das diferenças entre elas na quarta.

5.1 ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Para análise do caso, conforme o CPT, foi dividida a institucionalização dos interesses organizados do futebol brasileiro em: (1) antecedentes com potencial explicativo (da chegada do futebol até 1930); (2) conjuntura crítica I – configuração inicial da trajetória, a primeira camada (Era Vargas, 1930-1945); (3) ponto focal I – reforço da configuração inicial (auge da Ditadura Militar, 1964-1979); (4) conjuntura crítica II – neoliberalização dos interesses do futebol, a segunda camada (da Abertura aos governos FHC, 1980-2002); (5) ponto focal II – medidas reforçando a configuração inicial e a camada da neoliberalização (Governos Petistas, 2003-2016); e (6) ponto focal III – retomada da neoliberalização, reforço da segunda camada (nova hegemonia neoliberal pós-2016).

A trajetória da politização de interesses do futebol na agenda do Estado, tornando segura a presença de tais interesses, se inicia em um cenário em que o desenvolvimento e a

regulamentação do esporte, a estruturação das entidades esportivas e a legitimidade da autoridade dos dirigentes se dava em um cenário regionalizado e heterogêneo. Por isso, afirma-se que a trajetória do futebol brasileiro se inicia de modo policêntrico, refletido ainda hoje na importância dos campeonatos estaduais e na valorização das rivalidades regionais. Tal início não foi algo peculiar ao futebol; ao contrário, o próprio desenvolvimento político-institucional da República brasileira seguia a esse perfil, demandando dos presidentes da Primeira República (1889-1930) uma série de acordos e práticas que objetivavam a governabilidade e que tinham como base o eixo regional via cooptação das oligarquias estaduais. Esse período antecede o marco temporal, mas suas características possuem potencial explicativo para o fenômeno pesquisado.

Conjuntura crítica I. A Era Vargas (1930-1945) é identificada como o período em que as relações entre o futebol e o Estado se tornaram sistemáticas, é reconhecido o papel desse contexto na centralização do comando e na gestação de uma lógica nacionalizada para o futebol. Isso ocorre com a participação direta de políticos, em consórcio com dirigentes esportivos, superando a dualidade institucional. Além disso, a imagem da Era Vargas como modernizadora da política e da sociedade brasileiras estava também atrelada às expectativas daqueles que clamaram ou operaram pela intervenção do Estado a fim de superar os limites para o desenvolvimento do futebol. Isto é, as rivalidades e as disparidades entre as entidades esportivas dos estados alertavam para a ineficiência dos arranjos regionalizados do futebol e do contexto de desregulamentação do esporte em termos nacionais. O principal exemplo foi o fracasso da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1934. Não é coincidência que, apesar de uma visão negativa das elites do período sobre a profissionalização, uma das medidas modernizadoras é justamente reconhecer o profissionalismo no futebol com vistas a evitar o êxodo de talentos para ligas profissionais na América do Sul como Argentina e Uruguai e na Europa aonde Espanha e Itália eram os destinos preferenciais. Em resumo, certa elite de dirigentes esportivos – Rivadávia Meyer é um exemplo – opera para que o Estado participe como foro de resolução de conflitos e como agente modernizador que seria capaz de organizar e racionalizar o esporte enfrentando a proeminência e a rivalidade de determinadas federações estaduais. Uma das respostas a essa imagem alimentada na época foi o Decreto-Lei nº 3.199/1941 que define as bases organizacionais e burocráticas para os esportes no Brasil.

Novamente a questão não é restrita ao futebol. Na Era Vargas, a Constituição de 1934 impõe a primazia presidencial com a definição de uma série de temas cuja iniciativa era

exclusiva ou reservada ao Executivo Federal. Essa primazia não foi só em relação ao Congresso Nacional. Não se pode esquecer que, para desmobilizar as oligarquias estaduais, Vargas impôs interventores à maioria dos estados brasileiros – boa parte tenentes auxiliados por alguma força semimilitarizada, alguma legião ou clube militar como o Clube Três de Outubro²³³, para viabilizar as reformas com alcance nacional superando as barreiras que seriam impostas pelo arranjo federalista vigente até então (Di Tella, 1993; Simpson, 2017).

As reformas da Era Vargas possibilitaram um ajuste no federalismo brasileiro, conferindo ao Executivo Federal a capacidade de orientar o processo político. Além disso, circulava a partir do grupo político dominante no período uma retórica contrária ao “[...] instinto personalista e clientelístico” da elite política brasileira em favor da “modernização institucional” por meio da centralização do poder (Souza, 1976, p.65). Coerente com a premissa da “modernização institucional” a proximidade do governo com a CBD e o Decreto-Lei nº 3.199/1941 conferem a primazia às confederações nacionais no comando do esporte nacional, bem como ao governo federal na formulação de políticas desportivas.

Equivalente à desconfiança em relação à elite política brasileira, a oposição entre Estado e os dirigentes esportivos funcionava assim: o Estado seria modernizador e agente de organização e racionalização do futebol, enquanto a imagem estigmatizada dos dirigentes de futebol como sinônimo do atraso era difundida. O termo “cartola” para designar o dirigente do clube ou federação ganhou conotação pejorativa. Segundo Queiroz (2005), cartolagem refere-se ao conjunto “[...] de dirigentes esportivos, que tem por objetivo descumprir a legislação vigente mediante o uso de recursos pouco éticos, em benefício de seu clube ou de vantagens de ordem pessoal” (Queiroz, 2005, p.297).

Ponto focal I. A Ditadura Militar (1964-1985) foi um período em que a participação do Estado no futebol se manteve no nível organizacional e instituiu uma lógica de militarização no esporte. São exemplos: a presidência de almirante Heleno Barros Nunes, ex-presidente da ARENA, na sucessão a João Havelange na CBD; e o ímpeto disciplinador e ordenador que deu projeção a uma série de técnicos e preparadores físicos com alguma relação com os militares – consagrando o futebol disciplinado²³⁴ como meio de organizar e valorizar os talentos. Além

²³³ Clube fundado por pessoas oriundas do Movimento Tenentista em apoio a Getúlio Vargas. Luiz Aranha esteve entre os fundadores e seu irmão, Oswaldo Aranha, foi o terceiro vice-presidente da primeira administração.

²³⁴ Nesse contexto, surge o conceito “futebol-força”, baseado na intensificação do preparo e da imposição física e da obediência tática. Apesar de abrir as portas para esse conceito, pouco se fala dele na Seleção de 1970 devido aos diversos atletas talentosos no elenco. Essa forma de pensar o futebol ficou mais clara nas Seleções para a Copa de 1974 e, principalmente, para a de 1978. No entanto, esse movimento se dissemina pelos clubes a partir da Copa de 1970 e possibilitou a formação de elencos afinados com tais premissas (Florenzano, 2020).

disso, é na Ditadura Militar que um campeonato de fato nacional se realiza guardando importante conexões com o intuito do PIN. Além dessa conexão, havia um sentido estratégico: por meio da abertura a clubes periféricos a ARENA se aproximava de lideranças políticas em todas as regiões do país para tentar enfrentar o crescimento do MDB. O fim da Ditadura Militar abre o caminho para retorno de lideranças civis às principais instituições do país, incluindo a CBD (se torna CBF em 1979) e, a partir daí, um sentido mais claro de mercantilização do esporte com a negociação dos direitos de transmissão e a abertura aos patrocinadores.

Cumprido ressaltar a ausência do protagonismo dos partidos do início da análise (1930) até o ocaso da Ditadura Militar (pós-1979). Não é coincidência ou esquecimento. Além das duas ditaduras Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985), vivenciou-se um período democrático em que os mecanismos de centralização política elaborados ao longo da década de 1930 e início dos anos 1940 foram, em sua maioria, preservados. Desse modo, o retorno às eleições diretas e livres se dá por meio de superposição de mecanismos formalmente democráticos inseridos pela Constituição de 1946 e heranças autoritárias oriundas do Estado Novo. Esse período, entre uma ditadura e outra, foi marcado por uma nacionalização da estrutura política sem institucionalização partidária. Tal cenário se caracterizou pela ação direta dos grupos de interesse junto à burocracia estatal, prioritariamente federal. A ação para encaminhar interesses junto aos partidos políticos era excepcional. Seria incorreto supor que esse fortalecimento da esfera federal e concentração do poder nas mãos do Executivo é a prova da fragilidade das elites estaduais. Na verdade, os grupos chamados durante a Primeira República (1889-1930) de “oligarquias regionais” se rearticularam rapidamente após os mecanismos de centralização do poder implementados durante a Era Vargas. No entanto, essa rearticulação ocorre com a mudança de esfera de atuação ao se vincular e por isso legitimar a burocracia governamental em vez da representação eleitoral (Souza, 1976).

Conjuntura crítica II. O fechamento dos partidos após o Golpe Militar e a instituição do bipartidarismo (ARENA *versus* MDB) vieram acompanhados de uma série de prerrogativas do Executivo, inclusive a possibilidade de cassação de políticos, de suspensão de direitos políticos e de decretar recesso parlamentar. Sartori (1982), no prefácio à edição brasileira, afirma:

[...] perdura a conclusão de que o sistema partidário brasileiro (e, concretamente, sua sequência de sistemas) não revela uma consolidação estrutural, e isso por duas razões conjuntas: os partidos brasileiros não podem ser qualificados como um subsistema autônomo e, segundo, eles não tiveram um desenvolvimento espontâneo. Assim sendo, o observador só pode registrar um estado de coisas volátil que não pode ser incluído [...] nas categorias que se aplicam aos sistemas partidários estruturados. O Brasil tem partidos que realmente mobilizam eleitorados, que realmente estabelecem elos importantes, que realmente desempenham funções expressivas e legítimas e que

realmente representam (embora sob rótulos e recombinações variáveis) tradições políticas antigas e arraigadas. Não obstante, seu sistema partidário, como *sistema*, permanece em estado de fluxo. Contínuo, portanto, incapaz de examiná-lo sob o enfoque sistemático (Sartori, 1982, p.18-19, *grifo do autor*).

O conceito de consolidação estrutural em Sartori refere-se a sistemas partidários com partidos de massa fortificados e estabelecidos. A existência de partidos de massas estrutura o sistema partidário ao legar legadas dotadas de viscosidade e resiliência. Sartori (1982) verifica que eram raros os partidos sul-americanos que alcançaram a consolidação estrutural, sobretudo, pela intermitência dos ciclos políticos. Portanto, a exemplo do período democrático entre 1946 e 1964, o sistema partidário vigente durante a Ditadura Militar não se estabeleceu como canal de expressão como instrumento de representação do povo capaz de expressar e defender suas reivindicações (Sartori, 1982).

É na conjuntura crítica 1980-2002 (institui a camada de neoliberalização) que o sistema partidário se torna um fator capaz de atuar *sobre e pelos* interesses organizados do futebol com relativa autonomia, ainda que a capacidade de produzir alterações significativas tenha sido por camadas. Logo, nesse novo período, o processo de neoliberalização do Estado e dos interesses organizados do futebol não estabeleceu uma separação completa entre Estado e interesses de futebol, como se verifica na Inglaterra há tempos. A dependência de trajetória, nesse caso, indica que quanto mais antiga a inserção do interesse de um grupo na agenda do Estado mais difícil é a sua retirada, bem como indica que interesses organizados que se tornaram seguro na agenda estatal antes da institucionalização do sistema partidário são pouco prováveis de serem retirados da agenda pela ação partidária. Nesses casos, seja por falta de disposição ou incapacidade para a mudança, os atores políticos vinculados ao jogo partidário parecem encontrar um *veto player*. Relembremos a afirmação do ex-deputado Silvio Torres:

Foi acontecendo. Porque infelizmente ninguém estava disposto a fazer uma revolução na legislação esportiva do Brasil e, *gradativamente*, foi... Agora o que aconteceu, tem um fato que eu avalio, o futebol era um elemento assim: a proximidade com o futebol, com os clubes, a ligação com os torcedores, era um estímulo para dirigentes e outras pessoas entrarem na política, ou continuarem nela. Para quem era contra isso, era ruim. Uma pessoa como eu era boicotado. A minha atitude e de outros que tivessem essa postura não tinha ganho eleitoral. Ao contrário, *corria muito risco de ser considerado inimigo do futebol* e o torcedor, se não fosse informado pela mídia, nunca ia sentir o efeito do trabalho. Estou contando isso porque acho que isso desanimava as pessoas, os companheiros de bancada, em geral, na Câmara, de entrar nessa luta. Eles falavam: “Ah! Esse negócio do futebol não vamos mexer, né? Vamos largar!” Acho que foi *um espírito corporativo que prevalecia sobre o interesse público, que se transformou numa corporação dentro do Estado, tanto no Legislativo, como nos Executivos e até no Judiciário* (Torres, 2021, grifos nossos).

O jornalista Juca Kfourri explica de outro modo:

[...] eu tenho uma teoria, que é apenas uma teoria, tá? [...] Eu advogo a tese de que o futebol no Brasil se mantém com essa estrutura arcaica, não democrática, essa superestrutura reacionária, corrupta, muito em função do poder de sedução que o futebol tem [...] não abstraia este poder de sedução que o futebol tem. Principalmente, para quem gosta de futebol (Kfoury, 2021).

As duas passagens se complementam. Como esporte mais praticado e mais assistido no Brasil, a atração que o futebol exerce é evidente. E essa atração (ou poder de sedução) independe de classe, origem, gênero, credo ou cor da pele. Porém, a permanência na agenda do Estado não se explica apenas pela paixão. Os ingleses também são vistos como apaixonados pelo futebol. Nesse ponto, a institucionalização dos interesses organizados do futebol, colocada em perspectiva histórica, nos apresenta outros elementos. Instituições definem regras que constroem os atores e o Silvio Torres explica esse constrangimento em dois sentidos: o “risco de ser considerado inimigo do futebol” desencoraja deputados a se engajarem no tema; e a existência de mecanismos informais de atuação política (“corporação dentro do Estado”) que subsidiam a defesa desses interesses. O primeiro ponto se relaciona com esse “poder de sedução” e a paixão, ao se tornar esporte de massas, gerando esse medo de receber sanções sobretudo eleitorais, ao contrariar os interesses em caso de um esclarecimento insuficiente do eleitorado por parte da imprensa. O segundo ponto se relaciona com a resiliência desses interesses organizados graças ao processo de institucionalização que, ao se transformar em “corporação dentro do Estado” favorece a continuidade e a reprodução dos mecanismos de defesa. Por fim, a mudança gradativa e a indisposição em “fazer revolução” reforçam o caráter de mudança institucional em camadas (a mudança “foi acontecendo”).

A primeira etapa do período pós-Ditadura Militar foi entre 1980 e 2002, sendo mais notáveis as alterações realizadas entre 1989 e 2002. Antes disso, a gestão de Giulite Coutinho (1980-1986) na recém rebatizada CBF foi crucial para abertura do futebol ao capital privado. Tanto clubes como a seleção receberam patrocinadores, inclusive empresas de materiais esportivos, e os direitos de arena (transmissão), definidos pela Lei nº 5.988/1973, passaram a ser efetivamente negociados entre clubes, patrocinadores, atletas e emissoras de televisão. A mercadorização do futebol passa a ganhar contornos claros, bem como, começa o empenho de atores políticos ligados ao Estado para reorganização do campeonato nacional de clubes, que havia chegado a mais de 90 participantes em uma mesma edição para atender os interesses políticos da ARENA.

Foi, no entanto, na gestão Ricardo Teixeira (1989-2012) na CBF que a mercadorização do futebol fica evidente, bem como a articulação parlamentar para a defesa dos interesses

organizados do futebol se consolida. Já no governo Collor (1990-1992), a Lei Zico foi apresentada e continha o objetivo de, entre outros, regulamentar o clube-empresa, com obrigatoriedade de conversão. Na tramitação dessa lei começou a se organizar a “bancada da bola”, obtendo êxito em evitar a obrigatoriedade de adoção do status jurídico de empresa aos clubes de futebol, mantendo a possibilidade da permanência como associação civil sem fins lucrativos. A temática voltou à tona nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No entanto, um acordo entre as lideranças retirou a obrigatoriedade da conversão dos clubes em empresas e a Lei Pelé passou sem sobressaltos. A grande mudança da Lei Pelé foi a extinção do passe, que prendia os jogadores aos clubes mesmo após o fim do contrato, substituído por direitos federativos e direitos econômicos cuja vigência é a do contrato. Assim, a relação entre clube e atleta se aproxima do padrão da União Europeia a partir da Lei Bosman. É, no entanto, depois da Lei Pelé, no desenrolar da CPI CBF/Nike, sobretudo a partir de 2001, que o termo “bancada da bola” vem a público. Apesar da utilização muitas vezes genéricas na imprensa, dando a entender que todo e qualquer parlamentar com vínculo no futebol se organiza na “bancada da bola” com interesses convergentes. No relatório da referida CPI e no livro de Rebelo e Torres (2001), o termo passa por uma definição clara: trata-se de uma bancada da CBF no sentido em que é a confederação quem financiava e quem recruta, organiza e direciona o grupo. Ainda nesse período de claro sentido de neoliberalização, foram apresentados e estabelecidos os acordos para aprovação sem sobressaltos do Estatuto do Torcedor (2003), que seria votado já no mandato do presidente Lula (2003-2006). Trata-se de uma conjuntura crítica à medida que uma nova camada foi adicionada no processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol. É a camada da neoliberalização que foi inserida sem, no entanto, retirar da agenda do Estado, em favor de uma gestão e organização totalmente privada, dos interesses organizados do futebol.

Ponto focal II. Essa camada da neoliberalização não foi retirada nos governos petistas (2003-2016): os elementos neoliberais não foram revogados e alguns foram até reforçados, como o Estatuto do Torcedor que ganha atualização com o Novo Estatuto do Torcedor. Porém, medidas de participação econômica do Estado no futebol e outros esportes, como os patrocínios por meio de estatais, reforçam a permanência do futebol na agenda do Estado e resgata essa função de fomento experimentada sobretudo até a Ditadura Militar. O período relativo aos governos petistas pode ser caracterizado como um contexto de pontos focais.

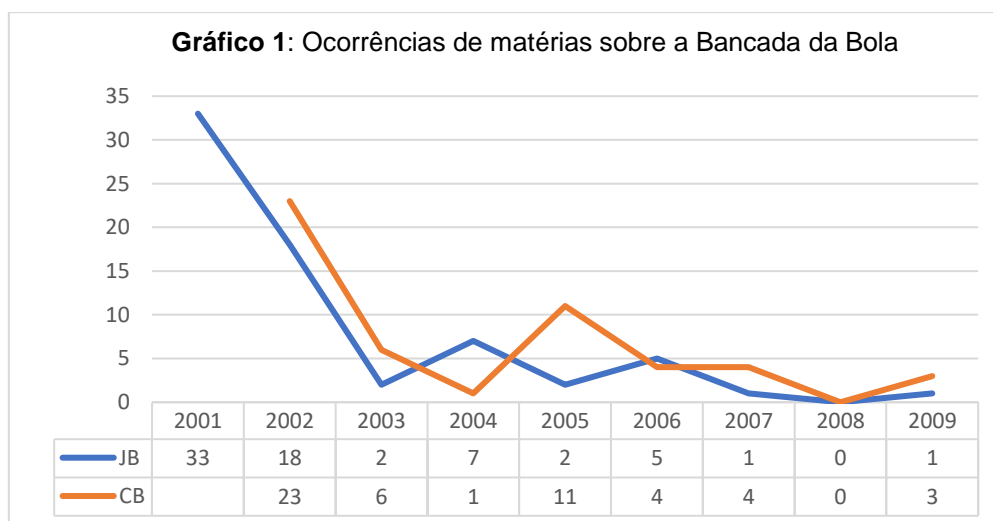
Ponto focal III. Após o impeachment de Dilma Rousseff (2016), acompanhou-se uma nova hegemonia neoliberal, tal como a verificada nos anos 1990. Essa hegemonia se verifica nos interesses organizados, já em decisões tomadas ainda no governo Temer (2016-2018) como a redução de patrocínios das estatais e a liminar do STF contra a LRFE, retirando a regulamentação do fair play financeiro. No entanto, é principalmente no governo Bolsonaro (2018-2022) que essa hegemonia se evidencia: desde a retirada total de patrocínios pagos por empresas estatais até a MP nº 984 (do Mandante), passando pela ampliação do Estatuto do Torcedor focando nas torcidas organizadas. O novo contexto de pontos focais consolidou o sentido neoliberal dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado.

De certo modo, a partir dos anos 1980, a defesa desses interesses organizados se adaptou ao jogo democrático e ao fortalecimento dos partidos ocorridos após a redemocratização. Por um lado, apesar de gradual, ocorrem algumas mudanças com sentido neoliberalizantes (Lei Zico, Lei Pelé, Estatuto do Torcedor). No entanto, foram as oposições a tais medidas que ganharam destaque na imprensa e, por isso, reforçaram aquela utilização do termo “cartola” como uma designação geral aos dirigentes com conotação pejorativa. Com isso, reforçou a oposição imagética: o Estado modernizou, organizou e racionalizou; os cartolas e a cartolagem são sinônimos de desorganização e irracionalidade, uma vez que são tomados por interesses particulares e setoriais que atrapalhariam o desenvolvimento do futebol. A oposição imagética permanece até os dias atuais: mesmo em medidas com viés neoliberalizantes, a participação do Estado é requerida, seja para regulamentar em favor da mercantilização, seja para medidas de saneamento de dívidas dos clubes e federações, seja ainda para orientar o longo embate para a criação do clube-empresa. Isto é, se faz necessária a intervenção do Estado mesmo para reafirmar o caráter privado das entidades esportivas e autorizar o modelo de gerenciamento empresarial. Não obstante, as diversas CPIs realizadas pelo Congresso trazem para o Parlamento investigações relativas ao futebol – não só envolvendo a CBF, houve tentativa de instaurar a CPI Corinthians/MSI sobre lavagem de dinheiro no futebol.

Na verdade, essa oposição entre Estado modernizador *versus* cartolagem simbolizando o atraso ajuda legitimar a manutenção dos assuntos do futebol na agenda do Estado. É apenas imagética porque historicamente os dirigentes (ou parte deles) demandam tais decisões, seja pela possibilidade de pressionar os deputados – devido à popularidade do esporte –, seja diretamente pela eleição de representantes vinculados a clubes e federações ou indiretamente pelo financiamento de campanha. Portanto, o Estado, nesse caso, funciona como agência em

disputa²³⁵ para consecução de certos interesses, cuja coordenação é complexa devido à incerteza contida no processo eleitoral, a renovação de lideranças políticas, a quantidade de clubes relevantes e de federações. No entanto, a partir da tramitação da Lei Zico, o problema da complexidade foi amenizado a partir da coordenação da CBF.

Por isso, a dinâmica de estigmatização do “cartola” é similar ao enquadramento referente à “bancada da bola”. Para ilustrar o argumento foram mobilizados os seguintes dados²³⁶. É mensurado o grau de interesse entre 2006 e 2020 em relação à bancada por meio da ferramenta *Google Trends*[®] e foi complementado com outro recurso: utilizou-se o acervo do *Correio Braziliense* (Distrito Federal) e do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) na Hemeroteca Digital Brasileira gerida pela Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital) para rastrear as ocorrências de matérias jornalísticas sobre a “bancada da bola”. Esses jornais foram escolhidos por serem os mais relevantes em termos nacionais para o período 1991 a 2004, disponíveis para a pesquisa na *BNDigital*, uma vez que outros jornais importantes mantêm acervos próprios e com acesso limitado (*Correio Braziliense*, [1960-2014]; *Google Trends*[®], 2022; *Jornal do Brasil*, [1891-2010]). Segue o gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Correio Braziliense* ([1960-2014]) e do *Jornal do Brasil* ([1891-2010]).²³⁷

²³⁵ Agência em disputa porque o Estado não é um objeto monolítico com interesses homogêneos.

²³⁶ Não interessa aqui comparar o interesse ou exposição midiática das questões relativas ao futebol e à agenda do Estado com outros temas e demandas políticas. O objetivo é apontar a variação da exposição midiática e, conseqüentemente, do interesse despertado pela relação futebol e política. Acredita-se ser possível esclarecer as causas dessas variações.

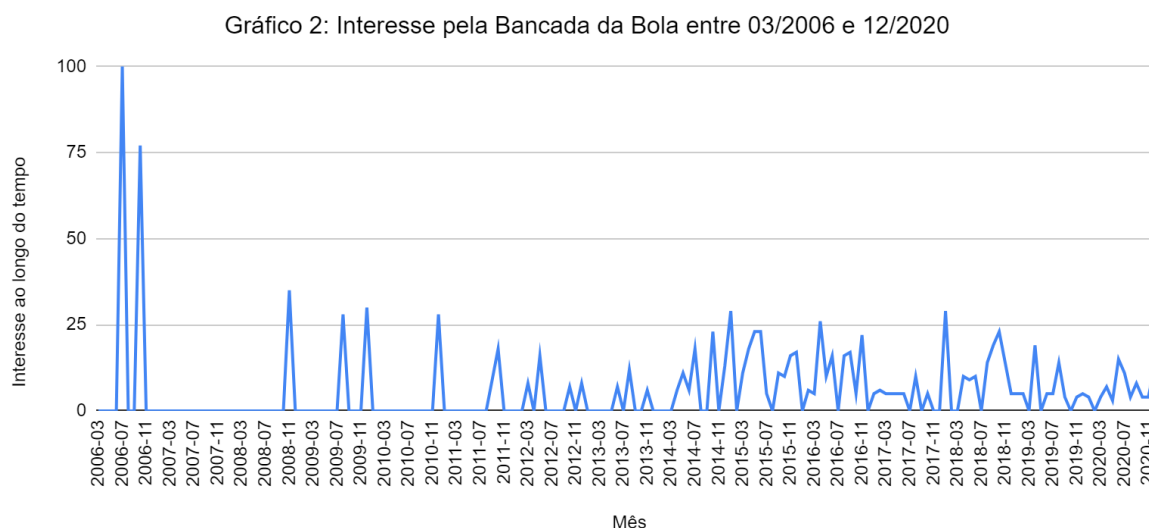
²³⁷ Não estão disponíveis no *Correio Braziliense* (CB) o período 1990 a 2001. Para o *Jornal do Brasil* (JB) foram excluídas 5 menções: uma na década de 1990 sobre um evento sem relação com a pesquisa; quatro nos anos 2000 relativas a “bancadas da bola” na Assembleia Legislativa fluminense e na Câmara Municipal carioca.

As ocorrências nos dois jornais são bastante regulares, com exceção de 2004 e 2005, em que há uma discrepância notória. Apesar dos registros, o termo ganha utilização na imprensa nos embates da CPI CBF/Nike (2001) em que a “bancada da bola” atua como defensora da CBF e dos interesses da multinacional de materiais esportivos com sede nos Estados Unidos. Nos outros períodos, a ocorrência cai consideravelmente com a predominância de matérias sobre candidaturas e resultados eleitorais de membros da bancada, o Jornal do Brasil deu bastante espaço para a relação desse agrupamento suprapartidário e a Timemania (destacando o apoio à medida provisória e o relativo êxito da bancada na tramitação da lei). Uma peculiaridade no Correio Braziliense é a presença do jornalista José Cruz²³⁸. Além de uma visível regularidade na variação das ocorrências, o sentido da crítica também converge entre os jornais analisados. Novamente, a exceção é 2004, quando o Jornal do Brasil apresentou uma série de matérias sobre as dívidas fiscais e previdenciárias dos clubes, a queda dos valores da Loteria Esportiva e a necessidade de articulação dos clubes. Em 2006, o outro ano em que ocorrência de matérias sobre a bancada se inverteu (apesar do equilíbrio da quantidade de reportagens sobre o tema nos jornais), há também outra diferença: o Correio Braziliense tratou de eleições do interesse do PMDB no Ministério do Esporte e sobre Luciano Bivar, enquanto o Jornal do Brasil tratou da Timemania e do sucesso da “bancada da bola” em salvaguardar as demandas da CBF e dos grandes clubes. Uma hipótese para as inversões é o Jornal do Brasil ser sediado no Rio Janeiro onde se localizam o Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco, que figuram entre os doze clubes de futebol considerados maiores e mais tradicionais no Brasil. Era um período de aguda crise dos clubes cariocas, aumentando o interesse dos torcedores por matérias relativas à receita.

A partir de 2006, o *índice de interesse* do Google Trends[®] serve como uma *proxy* fornecendo um panorama para compreender o grau de circulação e de curiosidade acerca da “bancada da bola”. A ferramenta dispõe de dados a partir de 2004, mas o *índice de interesse ao longo do tempo* sobre a “bancada da bola” só começa a ter dados suficientes a partir de meados de 2006. O indicador não mede a quantidade de notícias e não é um número absoluto de buscas, mas uma proporção das consultas. O valor 100 representa o pico de popularidade de um termo e valor 0 indica a insuficiência dos dados (menor que 1% do pico de interesse). Valores abaixo de 100 representam a proporção do pico de popularidade: 50 indica metade do interesse

²³⁸ Ele foi um dos principais jornalistas esportivos a apurar e analisar a “bancada da bola” e chegou a ser o subeditor de esporte do jornal. Cruz permaneceu no Correio Braziliense até 2009. Entre 2002 e 2009 apenas em 2004 e 2006 a ocorrência de matérias sobre a bancada foi menor que no outro jornal analisado. O jornalista saiu do Correio Braziliense e trabalhou no UOL (2009-2015) e é assessor no gabinete do senador Romário Faria desde 2016, onde foi contratado para o acompanhamento jornalístico da CPI, presidida pelo referido deputado.

máximo, 10 a décima parte desse interesse e assim sucessivamente. É possível inferir que o interesse para pesquisa de um termo é estimulado pela exposição que o assunto ganha no debate público. Desse modo, a baixa procura pela “bancada da bola” guarda uma relação com a baixa cobertura midiática sobre suas ações (Google Trends®, 2022). Segue o gráfico 2:



Fonte: Google Trends® (2022).

Entre abril e dezembro de 2006, a “bancada da bola” atingiu os valores de interesse mais altos da série e coincide com a atuação dela em favor do financiamento dos débitos por meio da Timemania, gerando um posicionamento crítico da imprensa. A Copa de 2014 realizada no Brasil com diversos questionamentos aos gastos também provocou menções à bancada. De abril de 2014 e dezembro de 2016, o interesse se aproximou a 25 durante o embate da “bancada da bola” com o Bom Senso FC na tramitação da LRFE (como foi mencionado anteriormente) e também o avanço da CPI do Futebol, presidida pelo senador e ex-jogador Romário Faria (à época no PSB, hoje no PL). Na CPI, o relatório da comissão não orientou indiciamentos graças à mobilização desse agrupamento parlamentar. Os senadores Romário Faria e Randolfe Rodrigues (partido Rede Sustentabilidade) apresentaram um relatório alternativo solicitando o indiciamento de nove pessoas, incluindo parlamentares da bancada e dirigentes como Marco Polo Del Nero (então presidente da CBF). No bimestre dezembro de 2017 e janeiro de 2018 ocorreu a suspensão de Del Nero do futebol por decisão do Comitê de Ética da FIFA. Del Nero era sócio do ex-deputado Vicente Cândido (PT)²³⁹, destacado membro da “bancada da bola” e

²³⁹ Sobre Vicente Cândido, ver mais em Venceslau e Hupsel Filho (2017).

que ocupou cargos na CBF e no SC Corinthians. Entre março e julho de 2018, um pequeno aumento, época em que a FIFA confirmou o banimento de Del Nero (abril de 2018), e voltam as notícias relacionando o dirigente com a bancada. Além disso, diversas reportagens que denunciavam o não cumprimento do acordo firmado entre a CBF e a CPI da Exploração Sexual para combater o assédio sexual e a pedofilia nas divisões de base do futebol. Algumas dessas reportagens faziam um apanhado das ações de blindagem oferecida pela “bancada da bola” à CBF e a dirigentes como José Maria Marin e Del Nero durante seus respectivos depoimentos em 2014.²⁴⁰ Por fim, entre agosto e dezembro de 2018, durante o processo eleitoral as notícias mencionavam membros da “bancada da bola” que concorriam, as derrotas de integrantes importantes como Romero Jucá e, após o pleito, analisaram os rumos do agrupamento com a nova composição. Em 2019, circularam notícias sobre a reorganização, os novos membros e a aproximação da bancada ao governo. Notem que a partir de agosto de 2019 o interesse cai. Mesmo estando em tramitação a Lei nº 13.912 que inclui dispositivos sobre as torcidas organizadas no Estado do Torcedor. E o interesse não se reaproximou aos 25 pontos mesmo diante da posição da bancada contra a MP nº 984²⁴¹ (Blois, 2018; Campos & Burlamaqui, 2018; Mattos, 2006; Pires, 2018; 2019b; Rangel, 2016).

É importante considerar que os atores políticos vinculados aos interesses organizados do futebol participaram das medidas neoliberais de modo ambíguo ao longo do tempo, aderindo algumas e limitando outras. Essa ambiguidade se refletiu no jornalismo: a articulação contrária dos atores políticos vinculados ao futebol tendia a ser caracterizada como expressão de interesses corporativos, enfatizando a “bancada da bola” e qualificando-a mais negativamente. Do mesmo modo, os dados confirmam o argumento de maior exposição durante os processos de CPIs do Futebol e na articulação para limitar a LRFE. No entanto, foi pouco mencionada quando o posicionamento convergiu com as alterações legais que implicaram em punitivismo (Estatuto, Novo Estatuto, etc.) ou mercadorização (Lei Pelé – Lei nº 9.615/1998) a exemplo do que se percebe após 2016.

Tratar da “bancada da bola” tem relevância para esta tese por ser a expressão visível do futebol como instituição política informal no Brasil. Esse agrupamento suprapartidário que atua como um núcleo operativo (Mendes, 2017) da Frente Parlamentar do Esporte é fundamental

²⁴⁰ A deputada Liliam Sá (Democratas), relatora da CPI, teve atuação questionada nesses depoimentos após chefiar a delegação da seleção brasileira feminina de futebol nos Jogos Olímpicos de Londres (2012)

²⁴¹ A MP nº 984 caducou com engajamento dessa bancada e a menção a ela foi secundária. A revisão da medida atendia interesses do Grupo Globo e de outras empresas de comunicação. Acertados os pontos de impasse, a Lei do Mandante passou sem sobressaltos, com anuência da “bancada da bola”.

para a organização e defesa dos interesses das entidades do alto escalão do futebol, e essa articulação ajuda a compreender o status prioritário do futebol dentre as medidas para o esporte.

Figura 3:

Figura 3: Configuração da coordenação de interesses do futebol no Brasil com base em Olson (1999)



Uma questão contrafactual: se a bancada da bola possui a alegada importância, por que os interesses organizados do futebol se tornaram seguros na agenda do Estado mesmo diante da inexistência ou falta de registro desse agrupamento partidário antes dos anos 1990?

A primeira ponderação é que existem parlamentares ligados ao futebol desde o início do século XX (Souza, 2014; 2016). Logo, se o termo ganhasse uma aplicação genérica seria possível identificar bancadas da bola em diversos momentos da história. Porém, respeitando o significado expresso pelo termo "bancada da bola" na academia e no relatório da CPI CBF/Nike é importante admitir a inexistência de registro de um agrupamento similar antes. Na Era Vargas (1930-1945), o Executivo Federal assume o papel de modernizador e isso se intensifica no chamado Estado Novo (1937-1945), a ditadura varguista. Entre 1964 e 1985, o país esteve sob a gestão da Ditadura Militar a qual controla a administração do Estado Nacional, seja pelos Atos Institucionais, seja pelos mecanismos utilizados para garantir maioria legislativa à ARENA na maior parte do período. Nesses contextos, de modo mais visível na Ditadura Militar, o futebol esteve na agenda do Estado por iniciativa do Executivo, o que não significa imposição, uma vez que os dirigentes de futebol na CBD e nas Federações Estaduais estiveram próximos ao governo militar e, para reduzir o impacto de possíveis opositores entre os dirigentes dos clubes, o colégio eleitoral das confederações nacionais passou a ser apenas as federações. O período 1946 a 1964, porém carece de explicações.

Entre 1946 e 1964, o país vivenciou um período democrático com eleições regulares e alternância de lideranças políticas. Por que nesse período não há registros de uma “bancada da bola” como um núcleo operativo ou facilitador da defesa dos interesses organizados do futebol?

Em primeiro lugar, a formação da “bancada da bola” respondeu a uma ameaça ao *status quo*, o que não se fazia presente naquele período. Foi visto que os governos do período, incluindo o Governo Dutra (1946-1951), adotaram um sentido de continuidade às políticas esportivas, de proximidade à CBD e até de liberação de recursos para entidades de futebol. Logo, não havia uma ameaça aos interesses organizados do futebol. Em segundo lugar, há um elemento característico do sistema político do período: “[...] a atrofia do legislativo explica-se, em boa parte pela atrofia do sistema partidário” (Souza, 1976, p. 107). Desse modo, o Executivo Federal tinha a proeminência pelo uso de agências centralizadoras e pela capacidade de legislar (portarias, regulamentos decretos e instruções), e poderia lidar com o Legislativo a partir da bancada do seu partido. Isso era possível, apesar do caráter multipartidário do sistema porque pelo menos 65% da Câmara Federal esteve concentrada nos três principais partidos (Partido Social Democrata, Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional) em todo o período, bem como os parlamentares contavam com a possibilidade de negociação individual direta em busca de encaminhar as demandas de sua base eleitoral, caso o Executivo demonstrasse interesse em se aproximar da referida base (Souza, 1976; Simpson, 2017).

Portanto, a organização de agrupamentos suprapartidários aos moldes da “bancada da bola” é uma estratégia racional para o contexto pós-redemocratização, sobretudo após a Constituição de 1988 e a eleição do primeiro presidente por eleição direta, em 1989. Nesse período, os partidos passam a ter mais capacidade de negociação do que os legisladores individuais. Essa capacidade também é maior do que as bancadas estaduais (Cheibub, Figueiredo e Limongi, 2009; Simpson, 2015; Santos, 2002). A eleição de parlamentares representantes do futebol passaria a ter pouca efetividade para encaminhar os interesses organizados se a atuação fosse esparsa. A alternância de poder impôs um elevado grau de incerteza de que os interesses organizados do futebol estivessem no rol de prioridades do Executivo. Mais do que isso, a proposição da Lei Zico, já no Governo Collor, demonstrava que a linha supostamente reformista de um determinado governo poderia significar ameaças ao *status quo* do futebol. Em pouco tempo de configuração da Nova República, estava materializado o primeiro grande desafio para os representantes de futebol, oriundo de diferentes unidades federativas, dispersos em partidos distintos e em quantidade muito aquém da

necessidade para constituir uma maioria parlamentar. Assim, uma saída foi sendo ajustada ao longo da tramitação da Lei Zico, em um processo de aprendizagem dos atores em relação às configurações institucionais e se mostrou pronta na CPI CBF/Nike: a articulação de um bloco suprapartidário informal, que teria a possibilidade de influenciar bancadas de diferentes partidos e, pela coesão, de direcionar os rumos das Frentes Parlamentares do Esporte.

Essa solução estratégica é ilustrativa de como interesses organizados de campos relevantes de uma dada sociedade, mesmo que operados por organizações e instituições informais, impactam na distribuição do poder em um sistema federativo. Não à toa, a CBF distribuiu recursos a membros de diferentes partidos de diversos estados enquanto podia financiar eleições. Como argumenta Stepan (1999): o resultado das políticas públicas em um sistema federal depende da capacidade de gerar consenso necessário para implementar políticas nacionais. A “bancada da bola” atua para facilitar ou bloquear esse consenso e atua em dois níveis: no nível das bancadas estaduais e, principalmente no nível das bancadas partidárias. O processo de aprendizagem dos atores alertou para a centralidade dos partidos para solucionar problemas de ação coletiva (Simpson, 2017), o que diz muito sobre sua efetividade, mesmo sendo composta por um número relativamente pequeno de parlamentares.

Um exemplo disso foi a MP e a lei da Timemania. A MP foi lançada em acordo com a “bancada da bola” e o Projeto de Lei foi exatamente do modo defendido pelo grupo de parlamentares que atuaram para evitar as emendas que atrasariam a tramitação. Ao fim, o texto aprovado e sancionado conseguiu manter o teor desejado, evitando a nova tentativa de inclusão da obrigatoriedade de se converter em clube-empresa (nesse caso, como critério para adesão do parcelamento). A MP, no caso em tela, serviu como um mecanismo negociado com a “bancada da bola” para o atendimento das demandas setoriais e pautou a negociação com o conjunto do Congresso. Antes disso, uma série de reportagens sobre o tamanho da dívida tributária e fiscal dos clubes brasileiros circulavam, ao mesmo tempo em que informavam a queda dos valores destinados aos clubes oriundos da tradicional Loteria Esportiva, introduzindo a opinião pública no debate.

Em sentido contrário, o exemplo foi a MP nº 984 (do Mandante). Ao levar em consideração interesses de alguns clubes específicos cujos dirigentes tinham trânsito no governo federal sem uma participação mais ampla, a medida ficou paralisada no Congresso Nacional. Ela foi pactuada com um conjunto de atores relevantes, mas incapazes de representar os interesses organizados das principais entidades do futebol (CBF, federações e principais

clubes). Em que pese o teor agradar a maior parte dos clubes relevantes, a “bancada da bola” teve influência na opção do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deixar caducar a medida sem a votação em plenário. A Lei do Mandante foi aprovada com a exclusão de dois pontos (proteção dos contratos de transmissão vigentes e manutenção da intermediação dos sindicatos no repasse dos direitos de imagens aos jogadores), mas com a manutenção do princípio de garantir ao clube mandante a propriedade do direito de transmissão avançou sem sobressaltos. As emendas poderiam ser feitas, mediante a formação de comissões mistas e fixação de prazos de tramitação. No entanto, a rejeição impunha uma derrota temporária ao governo com evidente caráter de alerta: lembrar qual o conjunto de jogadores decisivos deveriam ser considerados para que a MP fosse, de fato, considerada negociada com os representantes dos interesses organizados do futebol e, então pudesse pautar a negociação com o conjunto do parlamento.

A suposta timidez ou falta de cobertura sobre a “bancada da bola” não é uma exceção. Espera-se que a relação entre federalismo e desempenho econômico seja pautada pelo comprometimento dos atores políticos da federação em aceitar os acordos pactuados. Esse compromisso deve ser crível e cabe às instituições promoverem um ambiente de credibilidade para firmar acordos de longo prazo e interações estáveis. Em períodos de transição é mais comum que haja o desajuste entre as ações empreendidas e as expectativas sobre o desempenho dos atores políticos. A emergência de uma cobertura sobre a “bancada da bola” não se dá no surgimento de uma representação suprapartidária para os interesses do futebol, mas nos momentos em que os membros da “bancada da bola” se posicionam de modo a dificultar as práticas institucionais do Congresso em favor da estabilização das interações entre estrutura política e desempenho econômico, comprometendo os acordos de longo prazo (Simpson, 2017). Não à toa, o ápice das notícias – com enquadramento prioritariamente negativo – é o período final do mandato de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1999 com acirramento dos impactos das crises internacionais na Rússia e nos Tigres Asiáticos e com mobilizações populares contrárias à política de privatizações, apesar do apoio de parte das empresas de comunicação. O esgotamento desse apoio popular, sobretudo a queda da aprovação das privatizações noticiadas como “agenda de reformas”, modernização, racionalização etc., afetavam o governo e encorajaram uma oposição mais aberta à CPI e, de certo modo, mais resiliente à imposição da obrigatoriedade do clube-empresa como parte de um projeto apresentado na imprensa como “moralizador” e “modernizante”.

Os demais momentos em que a cobertura sobre a “bancada da bola” aumenta é também quando os interesses hegemônicos dos grandes clubes e da CBF eram contrários aos interesses imediatos para o processo de mercadorização. Nesses momentos de oposição mais aberta aumenta a capacidade do eleitorado realizar o *accountability* e é consequência disso a derrota de figuras destacadas da “bancada da bola”, dada a cobertura negativa e comprometida em qualificar a atuação como um entrave à moralização ou modernização. Por isso, é possível encontrar nas notícias após as eleições de 2002 e de 2018 uma série de informações de derrotados (Eurico Miranda em 2002 e Romero Jucá em 2018 são exemplos) e especulações sobre o enfraquecimento da bancada.

De modo diverso, quando tais interesses coincidiam, a “bancada da bola”, como parte de uma engrenagem, colaborando para a capacidade do sistema político produzir comprometimento coerente com o padrão ou etapa do sistema capitalista vigente em torno dos pactos (formais e informais) estabelecidos e esperados para um determinado desempenho econômico, a cobertura midiática tende a ser menor, uma vez que o sentido de “moralização” e “modernização” seguiu o curso esperado pelos agentes econômicos e seus representantes na imprensa. Essa dinâmica tende a dificultar o *accountability* por parte dos eleitores. Cumprir registrar a manutenção dos interesses organizados do futebol na agenda mesmo em períodos em que governos deram uma direção neoliberal ao Estado. E, como foi visto na introdução e na seção três, não há contradição alguma em afirmar a atuação do Estado para viabilizar medidas favoráveis ao neoliberalismo.

Como encerramento, urge destacar duas mudanças que, caso se consolidem, afetarão o processo de encaminhamento de interesses, o *input* das demandas no sistema político: o federalismo bolsonarista (Abrucio et al, 2020) e os indicativos de realinhamento no sistema partidário (Abranches, 2019). As relações intergovernamentais – fatores explicativos relevantes – podem estar em processo de alteração. A proposta “Mais Brasil e Menos Brasília” da campanha de Jair Bolsonaro e seu Ministro da Economia Paulo Guedes, pelo que consta já produziu alguns efeitos. O “federalismo bolsonarista” é fundamentado em um tripé: ausência de diálogo e coordenação nos programas federais (inclusive aqueles que afetam os entes subnacionais), divisão rígida de funções entre os níveis (reduzindo a participação complementar da União, por exemplo, na redução da desigualdade) e o confronto intergovernamental. Tal tripé confronta a lógica cooperativa da CF88, que fomenta uma atuação federal coordenativa. Apesar de se mostrar mais evidente nas ações de combate à pandemia, esse modelo já vinha

sendo implementado como prática governamental antes e em outros campos (vide a exclusão de governadores do Conselho Nacional da Amazônia Legal). Isso não é trivial, à medida que as relações intergovernamentais influenciam o comportamento dos atores políticos, inclusive o comportamento partidário e dos parlamentares no Congresso, com potencial de impacto sobre a dinâmica da interação no sistema partidário, podendo, assim, acelerar as alterações no sistema partidário, que podem ser observadas desde 2010 e se evidencia a partir da redução do PSDB nas eleições de 2018 (Abranches, 2019; Abrucio et al, 2020; Simpson, 2017).²⁴²

5.2 ANÁLISE DO CASO ARGENTINO

Para análise do caso, conforme o CPT, dividiu-se a institucionalização dos interesses organizados do futebol argentino em: (1) antecedentes com potencial explicativo (da chegada do futebol até 1930); (2) conjuntura crítica I – configuração inicial da trajetória, a primeira camada (Uriburu, Justo e o Peronismo, 1930-1974); (3) ponto focal I – reforço da configuração inicial (Ditadura Militar, 1976-1983); (4) conjuntura crítica II – neoliberalização dos interesses do futebol, a segunda camada (Redemocratização e Governo Menem, 1989-1999); (5) ponto focal II – medidas reforçando, prioritariamente, a configuração inicial sem ruptura completa da camada da neoliberalização (Governos Kirchner, 2003-2015); e (6) ponto focal III – retomada da neoliberalização, reforço da segunda camada (Governo Macri, 2015-2019).

A política argentina é historicamente estruturada pela clivagem centro (Buenos Aires) *versus* periferia (interior). Tal elemento aparece na configuração e desenvolvimento do futebol. A constituição da federação nacional de futebol se deu a partir da iniciativa e do reconhecimento dos clubes e dirigentes esportivos localizados em Buenos Aires e entorno. Apesar de a interiorização do futebol ter sido influenciada pela expansão das linhas férreas no século XIX, a ampliação dos praticantes e a constituição de clubes no interior não foram suficientes para que a oficialização do futebol argentino fosse, de fato, nacionalizada. É por esse fator que se considera o caráter concêntrico da estruturação do futebol na Argentina, o que ao longo do tempo significou disparidade financeira, de número de torcedores e de capacidade competitiva em favor dos clubes portenhos em detrimento dos pares interioranos. Esse elemento localizado

²⁴² Simpson (2017) tratava da base partidária nacional e das relações intergovernamentais cooperativas. Cabe observar como a mudança na atuação federativa, implementada por Bolsonaro, e a relação com o Congresso ancorada na liberação de vultosas emendas parlamentares terão efeito sobre o processo legislativo e a implementação de políticas públicas – o que afetará o encaminhamento de interesses ao sistema político.

temporalmente antes do nosso marco analítico configura um antecedente com potencial explicativo.

É fundamental lembrar que antes dos anos 1930 os clubes de futebol, por sua centralidade na vida comunitária dos bairros, já se constituíam em importantes mecanismos para a sociedade civil, contando com um número expressivo de associados já nos anos 1920 e assumindo o protagonismo para oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer. Por essa razão, esses clubes já possibilitavam a obtenção de capital político pelos seus dirigentes, bem como atraíam o interesse de lideranças políticas para consolidar bases eleitorais relevantes nos bairros bonaerenses e nas municipalidades ao redor da capital. Essa vivacidade da sociedade civil se refletia também numa importante capacidade de organização e mobilização dos jogadores de futebol, que já possuíam a sua *Asociación Mutualista de Footballers*. Na época, jogar futebol já era visto como uma estratégia para ascensão social e o *status* do futebolista já era relativamente positivo perante a sociedade.

Conjuntura crítica I. No entanto, a virada para os anos 1930 marca uma mudança na política e na sociedade argentina. Após os prósperos anos 1920, marcados pelo aumento na qualidade de vida, incremento no potencial de consumo e intensificação da urbanização, veio a *Década Infame* (anos 1930) inaugurada com uma crise política que culmina no golpe de estado contra o governo de Hipólito Yrigoyen da UCR, liderado pelo general José Felix Uriburu, apoiado pela oligarquia agrária. Essa intervenção marca também um processo mais enfático de atuação estatal nos interesses organizados do futebol a partir da Greve dos jogadores de futebol de 1931. Na ocasião, o general Uriburu encaminha os atletas para o intendente de Buenos Aires, José Guerrico, em busca de uma solução para a greve. Como o futebol já mobilizava um número expressivo de associados nos clubes e o hábito de assistir jogos nos estádios já mobilizava milhares de espectadores, a continuidade da greve poderia implicar em custos políticos consideráveis para a ditadura Uriburu. Esse não é um fato isolado. No ano seguinte, as eleições levam à presidência Agustín Pedro Justo pela coligação *Concordancia* cujo governo deu início a uma política sistemática de concessões de créditos e subsídios para construção de estádios (com destaque aos estádios de River Plate e Boca Juniors). Assim, como meio de consecução de apoio popular, a incorporação dos interesses do futebol na agenda do estado é sistematizada, diferente da aproximação esporádica e operacionalizada por determinados atores políticos de modo individual. Trata-se agora de governos dirigindo o Estado para participar dos rumos do futebol e conduzindo o futebol *criollo* à sua *Década de Oro* nos anos 1940.

Nota-se que o início do processo de institucionalização dos interesses do futebol ocorre antes da ascensão de Juan Domingo Perón, em 1946. Isso não significa que os governos peronistas não tenham importância na configuração dessa relação, mas sua importância está na intensificação da atuação estatal sistemática nos interesses do futebol e não no início dessa sistematização. Mesmo em termos de resultados esportivos, quando Perón assume, o futebol argentino vivia o seu auge, tanto na presença de público quanto nos resultados da seleção nacional: a Argentina venceu quatro Copa América em cinco disputadas; a derrota na final da competição de 1942 foi a única em 27 jogos ao longo dos anos 1940. O futebol já era, portanto, uma manifestação importante na cultura argentina.

Perón deu continuidade à concessão de empréstimos para construção de estádios e centros esportivos (com destaque ao estádio do Racing), além disso criou os Campeonatos Infantis Evita, os Jogos Estudiantis Juan Perón, criou o Conselho Nacional de Educação Física que passou a controlar a Confederação Argentina de Deportes – Comitê Olímpico Argentino (CADCOA), fez do país a sede do Mundial de Basquete (1950), dos Jogos Pan-Americanos de 1951 (competições em que a Argentina foi campeã e líder do quadro de medalhas, respectivamente, superando os Estados Unidos em ambas), do Mundial de Boxe de 1954 que terminou com o título do pugilista local, Pascual Perez, e do Grande Prêmio da Argentina de Fórmula 1 após a construção do autódromo 17 de Outubro – época em que o piloto Juan Manuel Fangio era a estrela do automobilismo. Apesar do auge da seleção argentina e do comando peronista na AFA, a década terminou com problemas entre clubes e jogadores, culminando no êxodo de jogadores argentinos, sobretudo para a Colômbia, após a Greve de 1948. Essa greve provocou descontentamento nos clubes e a queda de dois presidentes peronistas da AFA, demonstrando a autonomia relativa dos clubes. Portanto, apesar da concessão de créditos aos clubes de futebol, do fomento aos esportes em geral, das manifestações de atletas em favor de Perón e do comando da AFA, não há sustentação histórica para a tese de que Perón controlava o futebol argentino com capacidade de impor seu projeto de modo unilateral. Esse exemplo ilustra que, tal como no Brasil, a presença dos interesses do futebol na agenda do Estado é decorrente de uma relação mútua cuja atuação dos atores desse esporte não é passiva. Por isso, trata-se de interesses *organizados* do futebol.

A exaltação dos êxitos esportivos simbolizando as virtudes da “Nova Argentina” era um recurso muito explorado pelo peronismo, inclusive evidente na produção cinematográfica do país. A chamada década peronista (1946-1955) foi um período de uma política esportiva voltada

para relação esporte e nação, com grande investimento público. Desse modo, o peronismo tem o papel de promover a relação sistemática entre Estado e esporte no geral e, no futebol em particular teve o papel de aprofundar e consolidar uma relação iniciada anteriormente e de fortalecer os vínculos já existentes entre futebol e identidade nacional. O peronismo, portanto, opera para conformar a configuração inicial do processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol, que continuou a ser constituída nos governos subseqüentes e foi concluída com o retorno ao poder de Juan, dessa vez, com Isabelita Perón.

A queda de Perón em 1955 deu início a uma instabilidade política com a recorrência de golpes de Estado encabeçados por militares. Em onze anos, Perón, Frondizi e Illia foram destituídos da presidência. O futebol argentino também viveu seu período de crise. No entanto, duas mudanças significativas ocorreram: a criação do Campeonato Nacional (1967) e, para subsidiar a nacionalização do futebol em tempos de crise, do concurso lotérico de prognósticos de futebol chamado PRODE, que teve grande impacto na vida esportiva (recursos injetados no futebol) e nos costumes dos argentinos.

No entanto, é no retorno do Peronismo, em um dos últimos atos de Juan Perón, a aprovação da *Ley del Deporte* (Ley 20.655), que define o papel do Estado argentino no fomento do esporte e cria o *Consejo Nacional* e os *Consejos de las Regiones* para equilibrar o desenvolvimento esportivo nas diferentes *provincias*. Além disso, nesse retorno, mais precisamente sob o governo de Isabelita Perón, a regulamentação do PRODE passou a ser mais clara em relação à distribuição dos recursos às entidades de futebol, reduzindo o poder discricionário da AFA. Percebe-se nessas medidas mais um passo para a efetiva nacionalização do futebol e dos demais esportes. Não se pode falar em concretização dessa nacionalização, sobretudo pelo fato de a Ley 20.655 só ter sido regulamentada nos anos 1980 após a Ditadura. No entanto, o quadro institucional do início da trajetória é esse: como elemento estruturante da sociedade argentina, o peronismo acentua um sentido nacionalizante ao esporte, sobretudo ao futebol, define mecanismos regulamentares e de fomento no sentido de amenizar as disparidades resultantes da vivacidade da clivagem centro (Buenos Aires) *versus* periferia (interior). É por isso que o peronismo é estruturante também na relação entre Estado e futebol e não por iniciar tal relação ou por conferir um sentido cultural nacionalista a esse esporte.

Ponto focal I. A Ditadura Militar instaurada em 1976 viu na realização da Copa do Mundo de 1978 no país uma oportunidade para fomentar um sentimento de unidade e, para isso, mobilizou uma série de mecanismos. Para a organização do evento instituiu o EAM78

cuja administração acabou nas mãos do vice-almirante Carlos Alberto Lacoste. O ente administrou todos os recursos necessários para implementar a infraestrutura para o evento. Outra mudança foi a devolução da total discricionariedade da AFA sobre os recursos do PRODE destinados às entidades de futebol, retirando a fixação de critérios instituídos no governo de Isabelita Perón. Lacoste avançou na influência sobre a AFA ao bloquear as contas da entidade para inviabilizar a gestão de David Bracutto (presidente do Huracán e médico da União Obrera Metalúrgica) favorecendo a eleição de Alfredo Cantilo. Logo, além dos recursos do EAM 78, incluindo 5% do PRODE, o vice-almirante influenciava na destinação dos recursos direcionados à AFA e, pela lei de criação do EAM, o ente liderado por Lacoste faria jus à parte inicialmente prevista para AFA dos resultados do mundial. O empenho da FIFA na Copa de 1978 também foi visível, não houve qualquer problema em se associar a uma ditadura denunciada internacionalmente. O primeiro mundial da gestão João Havelange precisava ser bem-sucedido para as pretensões do cartola brasileiro e para o projeto econômico de mercadorização do futebol implementado por essa gestão. O alcance dos jogos da competição pela TV e o rádio, além do primeiro patrocinador global (Coca-Cola) inauguravam um novo padrão de desnacionalização das competições esportivas, que foi se acentuando ano após ano. Não é coincidência que essa mudança de paradigma tenha ocorrido a partir do Mundial realizado na Argentina, o empenho na política econômica liberal e os ensaios neoliberais da gestão do ministro Hoz também rendiam acenos estadunidenses por meio das declarações do embaixador Robert Hill e da presença de Henry Kissinger na Copa do Mundo.

A capacidade de atuação dos militares era muito grande sobre a organização da Copa e, pela influência na AFA, esse poder se estendia à seleção nacional. Isso não significa que o futebol argentino como um todo se deixou dominar passivamente. A submissão de Cantilo à Lacoste motivou atos que demonstravam a relativa autonomia dos clubes de futebol em relação à ditadura. A inclusão do Talleres de Córdoba no Metropolitano, por influência militar na AFA não foi aceita passivamente pelos clubes, que protestaram publicamente obrigando ações enfáticas e públicas dos militares como intervenções em ligas e federações. Essa relativa autonomia dos clubes estava ligada ao enraizamento social e, no geral, a manutenção dos ritos democráticos foi fundamental para a participação social. Além disso, o período foi marcado pelo aumento no número de associados a essas entidades. Portanto, apesar da queda na média

de público nos estádios, o papel cívico dos clubes nos bairros e municipalidades se fortaleceu, seja pela busca por esporte, cultura e lazer, seja pela manutenção dos ritos democráticos.²⁴³

Como alternativa, a forma de ampliar sua influência – além da inclusão do Talleres no Metropolitano – foi o aumento de vagas garantidas aos clubes indiretamente filiados à AFA no Campeonato Nacional (de quatro para doze). Tal medida significava aumentar a presença de clubes interioranos no Nacional, ao mesmo tempo que se constituía um aceno a dirigentes e comunidades interioranas. Outra estratégia foi a atuação de Lacoste para a desistência de Ignacio Ercoli e Rafael Cabrera das eleições para presidir a AFA em 1979. Sem condições de interferir diretamente e com os olhos em um cargo na FIFA, Lacoste agiu para que o radical Julio Grondona fosse candidato único. Grondona tinha o respeito dos militares por ter liderado a negociação para a renovação contratual do técnico campeão do mundo, César Menotti, com a seleção e o respeito entre os dirigentes por ser um dos fundadores do Arsenal de Sarandí e pelos cargos na direção do Club Atlético Independiente em uma época vitoriosa.

Conjuntura crítica II. O processo de redemocratização adiciona elementos à análise, sobretudo o impacto da estrutura federativa e o papel do sistema partidário no processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol. Esses elementos não se fizeram presentes até o momento, dada concentração de poder no Executivo e a constante interrupção de governos democraticamente eleitos. A redemocratização obriga uma repactuação entre as elites políticas e os entes federativos. Além disso, diferente do Brasil, os partidos que estruturaram o sistema partidário argentino foram criados em contextos democráticos anteriores e atravessaram não só a Ditadura Militar (1976-1983), mas os recorrentes golpes que afetaram o país desde 1930 – quando o alvo foi a UCR e se intensifica a partir de 1955, quando os peronistas passam a ser os principais inimigos das elites argentinas e dos militares a seu serviço.

Após a queda brusca do regime militar, Raúl Alfonsín da UCR foi eleito presidente da Argentina para o mandato 1983-1989. Apesar de adversário dos peronistas, foi esse governo que completou a regulamentação da Ley 20.655, definindo o marco legal para o esporte do país, a partir do *Consejo Nacional* e dos *Consejos de las Regiones*, sem alterar o princípio do esporte como ferramenta para a formação integral dos cidadãos. Outra continuidade foi o retorno dos critérios para a destinação dos recursos do PRODE às entidades de futebol, limitando a discricionariedade da AFA tal como fizera Isabelita Perón. Essa maior regulamentação dos recursos do PRODE estava relacionada ao intuito de nacionalização do futebol a partir do

²⁴³ Note que falou-se de autonomia em relação ao governo e não a outros interesses e à base.

estabelecimento de critérios mais transparentes para o financiamento dos clubes interioranos. A AFA, sob a gestão Grondona, antecipou o governo e criou a segunda divisão (*Primera Nacional* ou *Primera B Nacional*).

Foi também na gestão Alfonsín que a Argentina aprova sua primeira lei voltada ao combate à violência no futebol – a Ley 23.184 (*Ley De la Rúa*). Essa lei representou um aparente revés aos agentes do futebol ao prever a responsabilização das entidades promotoras do evento e a responsabilidade objetiva dos dirigentes dessas instituições. O aparente revés não se efetivou em função do artigo 33 que eximia as entidades quando a vítima fosse considerada culpada pelas ocorrências, inserindo um importante grau de subjetividade no julgamento.

Em 1989 tomou posse o presidente Carlos Menem do PJ. Os peronistas se recuperavam da crise que enfrentavam desde o Golpe Militar de 1976. No entanto, Menem chega ao poder com uma agenda neoliberal coerente com os princípios do Consenso de Washington. Em relação ao futebol Menem tentou emplacar na AFA um dirigente mais próximo ao peronismo, apoiando Juan De Stéfano, presidente do Racing, para substituir Grondona. Desistiu após ouvir do presidente da FIFA as consequências esportivas à intervenção política nas federações de futebol. Menem defendeu o *gerenciamiento privado* – modalidade de clube-empresa – nos clubes de futebol em coerência com seu projeto neoliberal. Apesar da oposição de Grondona a esse projeto, não houve conflito importante entre a gestão Menem e a AFA. Em relação ao conjunto dos esportes, foi adaptado a lógica da formação humana aos fundamentos neoliberais da teoria do capital humano, priorizou o esporte de alto rendimento e promoveu a retirada dos investimentos estatais associada à abertura para atuação da iniciativa privada.

A gestão Menem realizou também uma atualização na *Ley De la Rúa* com a Ley 24.192, revogando o artigo 33 que isentava as entidades esportivas em caso de culpa da vítima, tornando mais objetiva a punição aos casos de violência no futebol. As manifestações públicas de membros do governo Menem adicionaram um elemento no combate à violência: delimitar as *barras bravas* como inimigas públicas. Além disso, promulgou o Decreto 1.466 de 1997, que instituiu exigências para dotar os estádios de futebol de sistema de monitoramento por câmeras, sistema de áudio e de iluminação, além de parâmetros para comunicação com as autoridades.

A queda de arrecadação do PRODE impactava as receitas destinadas ao futebol e foi parcialmente compensada com a elevação do percentual destinado aos clubes em 1993 pela Ley 24.199. A mesma Ley também destinou recursos para a realização dos Jogos Pan-Americanos de Mar del Plata (1995). Em 1998 o PRODE foi suspenso.

Durante essa gestão o consórcio *Clarín/TyC* adquiriu os direitos de transmissão do futebol, também, assumiu o controle do futebol do Argentinos Juniors no modelo de *gerenciamiento privado* defendido por Menem, adotado ainda por outros grupos que assumiram Quilmes, Deportivo Mandiyú, Racing e outros. O modelo não foi dominante e os clubes não atingiram grande sucesso esportivo. Na tentativa de aumentar o investimento privado nos clubes de futebol o então presidente do Boca Juniors, Maurício Macri, apresentou a proposta das *SADs* para a AFA. A proposta foi rejeitada pelos clubes, mas exemplifica a tendência daquela hegemonia neoliberal e anuncia um dos projetos de Macri para o futebol. Esse projeto foi alvo de negociação junto aos ministros Domingo Cavallo e Patricia Bullrich na gestão Fernando De la Rúa em 2001, de projeto de lei apresentado pelo senador José Yayo Carbonell sendo discutida novamente na gestão de Macri na presidência, encabeçado pelo parlamentar governista Nicolás Massot com apoio de Fernando De Andreis, secretário-geral da presidência.

Ponto focal II. A crise de 2001 afetou o sistema político argentino, principalmente os grupos antiperonistas e os intensos protestos forçaram os governos seguintes a considerar mais as demandas populares. A gestão Kirchner encarou o esporte como direito de todos e elaborou um plano de desenvolvimento adequado a cada finalidade: *deporte social* (para todos os cidadãos), *desarrollo deportivo* (formação de atletas) e *deporte de representación nacional* (atividade de alto rendimento para competições internacionais). Criou o ENARD e o ENADED para fomentar o alto rendimento e o desenvolvimento esportivo, respectivamente. Além disso, o PRODE – suspenso no governo Menem e retomado por iniciativa do deputado peronista Daniel Scioli – foi aperfeiçoado destinando valores à *Secretaría Nacional de Deportes* e AFA.

Outra medida, essa já na gestão de Cristina Kirchner, foi o programa *Fútbol para Todos*. Por esse programa o Estado comprou os direitos de transmissão do futebol argentino para transmissão na TV pública com acesso gratuito para a população. A aquisição injetava muito dinheiro no futebol argentino – que estava em crise – e retirava das mãos do grupo *Clarín* um dos produtos mais rentáveis. Essa era a segunda medida dos Kirchner que afetava os grandes grupos de comunicação. Antes, a *Ley de Medios* (Ley 26.522) realizou a regulamentação econômica das empresas de comunicação audiovisual a fim de evitar monopólios de imprensa e promover a concorrência e a diversificação no setor.

Outra característica do período foi a série de medidas para o enfrentamento à violência no futebol (Ley 26.358, Resolução 1065/2010 e Resolução 625/2011), além da proibição de torcida visitante. As medidas incluem a interdição (veda a aproximação de torcedores aos locais

do jogo) no processo penal relativo à violência no futebol, bem como o zoneamento para ações de segurança. Sem grandes propostas para prevenção, as medidas possuíam um caráter conservador no enfrentamento à criminalidade, respondendo à pressão popular prioritariamente com o endurecimento das leis.

Ponto focal III. Por fim, um novo período de pontos focais, nesse caso com sentido unívoco em reforço à camada de neoliberalização adicionada nos anos 1990 no processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol. O marco desse novo período foi a eleição do empresário e ex-presidente do Boca Juniors, Mauricio Macri, membro do PRO pela coligação *Cambiamos*. O projeto neoliberal de Macri foi implementado por um gabinete formado por empresários e gestores da iniciativa privada visando uma administração técnica que traria eficiência ao setor público. Um dos pilares econômicos era a centralidade do agronegócio, indicando a aposta na reprimarização da economia argentina. Dentre as primeiras medidas está a alteração por decreto da Ley de 26.522 (*Servicios de Comunicación Audiovisual*) e a Ley 27.078 (*Argentina Digital*) substituindo as respectivas Autoridades Federais, com participação da sociedade civil pelo ENACOM vinculado ao *Ministerio de Comunicaciones*. Além disso revoga os artigos que evitava a concentração econômica, modifica o artigo 77 que definia a transmissão ao vivo e de acesso gratuito de eventos esportivos, dando ao Poder Executivo a prerrogativa de indicar quais eventos deveriam ser transmitidos desse modo, abrindo as brechas necessárias para o retorno das transmissões pagas (*pay per view*, canais por assinatura e afins) e para o fim do *Fútbol para Todos*, que foi sacramentado em 2016.

Outra medida do governo Macri foi a substituição do financiamento do ENARD definido pelo percentual sobre as assinaturas da telefonia móvel por um valor fixo (\$900 milhões) corrigido pela taxa anual de crescimento dos gastos primários – indicador menor que a inflação. A medida significou perda da capacidade real de investimento nos esportes de alto rendimento. Em outra medida, o governo revoga o ENADED e suspende a garantia de realização dos “*Juegos Nacionales Evita*” e os dispositivos que previam assessorar e garantir subsídios econômicos para desenvolver a estrutura esportiva. Em razão da extinção do ENADED, transfere “*Programa Nacional de Empoderamiento de la Mujer en Deporte*” para a *Agencia de Deporte Nacional*. Também suspendeu o PRODE, tal como foi concebido, com a liquidação da *Lotería Nacional*.

Medidas em relação à violência no futebol também foram tomadas. Em um primeiro ato Macri negociou para liberar o retorno da torcida visitante aos principais jogos no país, o que foi

revertido em 2018. Naquele ano enviou para o Congresso o projeto de lei “*Régimen Penal e Processual para Prevención y Represión de Delitos en Espectáculos Futbolísticos*”, nomeado pela mídia e por membros do governo como “*ley antibarras*”. Novamente um governo neoliberal concentrava as ações de combate à violência às *barras*. Outra constante é a ausência de proposições preventivas para o tema. Macri recorreu a um recurso muito associado ao neoliberalismo: o populismo penal.

O sentido neoliberal do governo Macri não significou o distanciamento do Estado em relação aos interesses do futebol. Em 2018 o então presidente retomou a defesa das SADs e, novamente a oposição dos clubes impediu o avanço do projeto. No entanto, mais do que essas medidas, o caráter estratégico do futebol para os grupos políticos ficou evidente no empenho do governo Macri para impedir que Hugo Moyano fosse o sucessor de Grondona na presidência da AFA, favorecendo a vitória da chapa que contava com o aliado de Macri, Daniel Angelici na vice-presidência.

Um dos fatores importantes para compreender o processo de institucionalização dos interesses organizados é o sistema partidário argentino. Até o fim dos anos 1990, o PJ e a UCR estruturavam o sistema partidário com maior contribuição da UCR no processo de institucionalização. O peronismo tem um papel estruturante nas identidades políticas na sociedade argentina, mas como partido o PJ não chegou a uma forte institucionalização. A intensa crise de 2001 e manifestações populares decorrentes afetaram principalmente os agrupamentos políticos não peronistas. Desde então, é possível verificar um processo de desinstitucionalização do sistema partidário e o enfraquecimento da UCR, iniciado em meados dos anos 1990. A partir desse enfraquecimento, ocorreu o crescimento de alguns partidos provinciais e o ensaio de algumas legendas como terceiras forças. Porém, foi o surgimento do PRO – uma oposição política ao peronismo sem a adoção de elementos estéticos e discursivos antiperonistas – encabeçando a coalizão *Cambiamos*, que provocou a derrota dos peronistas em 2015. É cedo para afirmar que o PRO ocupará de modo duradouro o papel de maior adversário do PJ; ao menos até aqui, o PRO foi bem-sucedido, inclusive no esforço de atrair para suas fileiras alguns membros do segundo escalão e lideranças provinciais da UCR bem como peronistas antikirchneristas em algumas *provincias*.

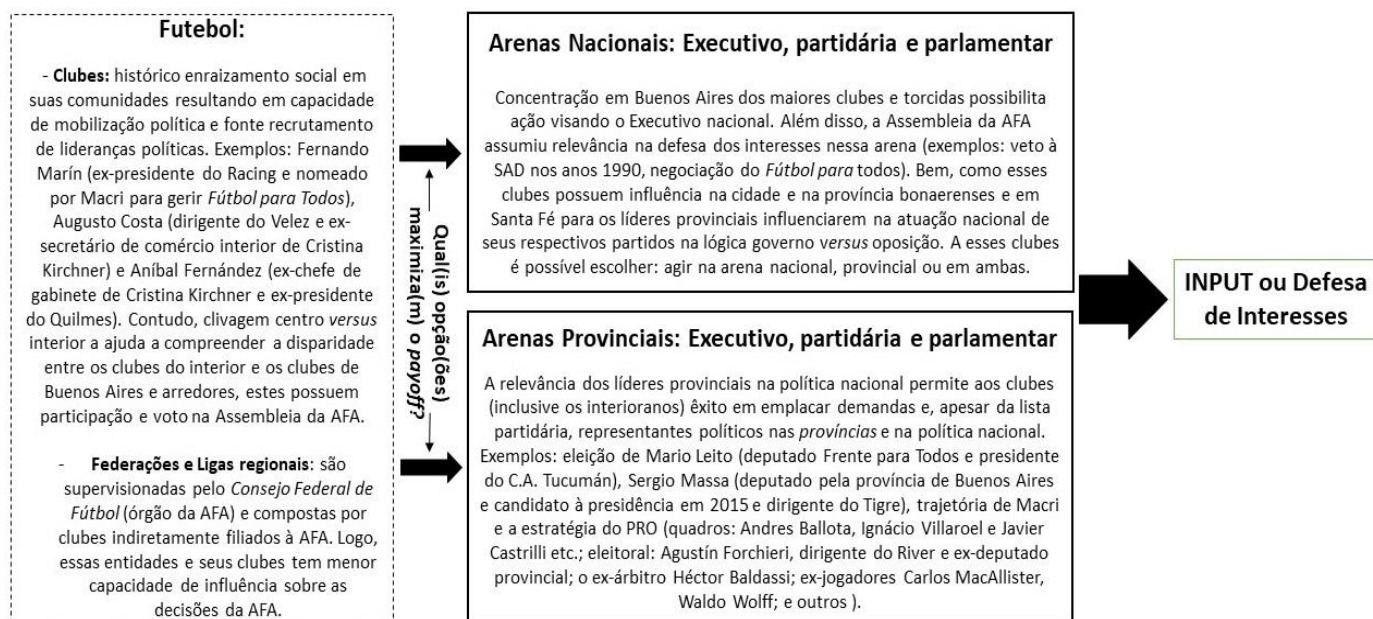
Além do sistema partidário, é importante assinalar o Executivo como destino preferencial e mais promissor para os grupos de interesse. Para se ter uma ideia, mesmo as entidades patronais de importantes segmentos econômicos tiveram dificuldades históricas para

emplacar uma base parlamentar. O problema se agravou com a ação da Junta Militar (a partir de 1976) para eliminar instâncias de coordenação do poder econômico. Com isso, os setores econômicos precisaram adotar estratégia de pressões setoriais, chegando desorganizados para atuação mais efetiva nos governos democráticos pós-1983. No governo Menem, a adoção do receituário neoliberal ampliou as cisões internas às entidades patronais, em função dos debates sobre convertibilidade Peso/Dólar, paridade cambial e abertura do mercado e aprofundou cisões internas na UIA. Apesar de Nestor e Cristina Kirchner nomear dirigentes de entidades patronais para diretórios de agências estatais, não evitaram a oposição liderada sobretudo por atores do agronegócio. No entanto, a dificuldade para construir uma representação sólida no Congresso fez com que essas entidades patronais dependessem da vontade dos atores políticos para estabelecer negociações e produzirem consensos em torno de seus interesses. A tentativa de lideranças dos setores patronais concorrerem ao Parlamento, a despeito de algumas vitórias, não resultou na organização de uma representação legislativa temática capaz de dar organicidade a tais interesses. No entanto, desde 2008 é possível verificar uma presença significativa de parlamentares ruralistas.

As dificuldades de organizar a representação dos setores patronais é um exemplo de como a Ditadura Militar teve impacto nas formas de articulações políticas da sociedade civil. O que, de certo modo ajuda a compreender o caso do futebol. Por contraste, a influência dos militares na AFA não foi capaz de cercear a autonomia dos clubes. Os clubes argentinos demonstraram uma grande capacidade de adaptação às mudanças políticas. Sua histórica centralidade nas comunidades e a manutenção de mecanismos de participação dos associados nas eleições de diretores fortaleceu os vínculos com seus adeptos, tornando essas entidades menos permeáveis mesmo em períodos autoritários. Não à toa, o futebol argentino permaneceu como importante fonte de recrutamento de lideranças políticas (Levita, 2019; Moreira, 2013b). Nesse aspecto, a existência da AFA garantiu essa instância de coordenação que, apesar de não contar com uma bancada no Congresso dotada de coesão, foi eficiente para encaminhar seus interesses. Notem que a ação de Macri contra o *Fútbol para Todos* ocorreu em um momento de desarticulação da AFA (morte do Grondona, ação da IGJ para evitar vitória de Moyano, comitê de regularização da FIFA). Ao contrário, após uma recomposição da articulação dos clubes, sobretudo por meio do fortalecimento da Superliga, a SAD naufragou.²⁴⁴ Vejamos a figura 4:

²⁴⁴ Diferente do que os militares conseguiram com as interferências na UIA e a perda de solidez da SRA, a AFA sofre intervenções desde a presidência, mas os clubes demonstraram relativa autonomia, seja nas posições contrários aos peronistas na AFA nos 1950, seja no enfraquecimento da gestão de Alfredo Cantilo, que demonstrava submissão ao vice-almirante

Figura 4: Configuração da coordenação de interesses do futebol na Argentina em múltiplas arenas (Tsebelis, 1998)²⁴⁵



A dinâmica de organização para encaminhar demandas ou defender interesses se dá em múltiplas arenas, tendo os atores a possibilidade de escolher estrategicamente a arena ou as arenas em que vão atuar em busca de *payoffs*. No entanto, diferente do caso brasileiro com a “bancada da bola”, não existe um mecanismo consolidado dentro dos canais institucionais formais o que eleva a dependência da iniciativa dos poderes executivos (nacionais e provinciais), das lideranças provinciais e do duplo pertencimento (Moreira, 2013b) de atores que transitam no futebol e na política. Importante registrar que o quadro institucional argentino também explica o protagonismo do Executivo. Esse protagonismo não é apenas uma construção dos períodos autoritários, uma vez que a CN94 não modificou os poderes do presidente e de seus ministros.

Em resumo, o sistema político argentino é marcado pela grande influência das lideranças provinciais, pelo protagonismo do Executivo, inclusive em termos de mecanismos proativos

Lacoste, durante a Ditadura Militar (1976-83). Outrossim, ações de dirigentes de clubes enfraqueceram as ações de O’Reilly (gestão Alfonsín) contra Grondona, bem como a posição da FIFA desmobilizou os planos de Menem emplacar De Stéfano (dirigente do Racing) no lugar do mesmo Grondona. Ao contrário, a capacidade de Cristina Kirchner emplacar o *Fútbol para Todos* advém, não da tentativa de emplacar dirigentes e encaminhar pautas pela AFA, mas dos valores atrativos para os clubes e inviáveis para contraproposta do consórcio *Clarín/TyC* (sobretudo pelas limitações impostas pela *Ley de Medios*) e da fragilização de Grondona – que aparentava distanciamento do kirchnerismo – pós-investigações na gestão Néstor Kirchner.

²⁴⁵ O fortalecimento da Superliga estimula estudos para verificar se haverá substituição ou complementação da articulação realizada no âmbito da Assembleia da AFA. Além disso, é importante notar que na Argentina, a Assembleia da AFA é composta pelos 87 clubes diretamente afiliados (contra mais 3500 clubes indiretamente afiliados, vinculados às federações e ligas regionais); enquanto no Brasil, as deliberações internas à CBF têm participação das federações estaduais – como legado das mudanças ocorridas durante a Ditadura Militar.

para formulação de políticas e pela ausência de arenas institucionais formais para a negociação entre grupos de interesses e poderes executivos e legislativos (nacional e provinciais). No entanto, esse quadro não impediu a capacidade dos atores ligados ao futebol obterem êxito no encaminhamento de suas demandas e, portanto, na institucionalização dos interesses organizados do futebol que são encaminhados de modo complexo com a importância da iniciativa das lideranças provinciais e do Executivo Federal.

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA: das similaridades

É possível atestar que a relação entre futebol e política pode ser verificada desde os primórdios da estruturação do futebol em clubes e federações na Argentina e no Brasil. Nesses países, até os anos 1930 era evidente a divisão dos dirigentes no debate amadorismo *versus* profissionalismo. Atribuía-se ao amadorismo valores positivos de honra, cavalheirismo, higiene, educação e valores civilizatórios adequados à representação diplomática para o intercâmbio entre elites. No entanto, nos dois países há relatos da adoção de alguma forma de remuneração ainda na era amadora do futebol, prática que ficou conhecida como amadorismo marrom. O profissionalismo, apesar de representar o oposto daqueles valores exaltados e, por isso, ser visto com desconfiança, passa a ser admitido quando a profissionalização de outros países, principalmente Itália e Espanha, fomenta o êxodo dos melhores atletas argentinos e brasileiros. É assim que os dirigentes de futebol passam a considerar os ganhos em profissionalizar o futebol. A forma como se deu a profissionalização é diferente no Brasil e na Argentina. Porém, a divisão em torno do debate amadorismo versus profissionalismo é o fator inicial da sistematização dos interesses organizados na agenda do Estado nos dois países, pois nos dois casos a participação de atores políticos ligados aos governos é atestada.

Outra similaridade é o fato de que *modalidades do populismo* nesses países (varguismo no Brasil e peronismo na Argentina) ocuparam lugar central no processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol, na organização esportiva e na formatação da participação estatal nas políticas esportivas e na acomodação dos interesses organizados do futebol. É fato, porém que cada uma dessas variantes populistas chegou ao poder em épocas diferentes e participaram de modo diferente no processo de institucionalização. Ainda assim, ambos estão relacionados à formatação da configuração inicial da trajetória de institucionalização dos interesses organizados do futebol.

As ditaduras cívico-militares na Argentina e no Brasil interferiram (direta ou indiretamente) na federação/confederação nacional, utilizaram os êxitos esportivos da seleção nacional e incharam seus respectivos Campeonatos Nacionais. Apesar disso, não é possível afirmar que o conjunto dos clubes tenha sido cooptado por essas ditaduras. No Brasil a relação dos militares com a CBD, gerida por João Havelange, foi marcada por poucos embates. O sucessor de Havelange foi o Almirante Heleno Barros Nunes, ex-presidente da ARENA. Já nessa gestão, os militares aprovaram lei reduzindo o peso dos clubes nas eleições das federações, evidenciando justamente o incômodo com a manutenção de certa autonomia dessas agremiações. Na Argentina a autonomia dos clubes pode ser percebida na necessidade de os militares realizar o bloqueio dos bens da AFA para destituir David Bracutto e viabilizar a interferência de Lacoste na AFA durante a preparação para a Copa de 1978. Tal medida fez com que os clubes adotassem uma postura de desconfiança em relação ao presidente da entidade, Alfredo Cantilo, visto como submisso aos militares. Mesmo assim, a influência de Lacoste na escolha do sucessor Julio Grondona, não deve obscurecer a necessidade de o militar abrir mão de um dirigente colega de River Plate.

A partir da redemocratização avança um processo de mercadorização do futebol. Isso se acentua nos anos 1990 durante a hegemonia neoliberal que guarda outra similaridade: o projeto neoliberal avançou com êxito nos governos de Carlos Saul Menem e Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, Menem um peronista neoliberal e FHC um neoliberal em uma legenda com o rótulo social-democrata.

Os governos petistas (Lula/Dilma) e peronista de orientação kirchnerista não romperam totalmente com os fundamentos neoliberais do futebol, mas adotam medidas de participação econômica do Estado no fomento dos esportes em geral e, em especial, do futebol. Há diferenças de graus: sem deixar de fortalecer o futebol como produto e mercado, a participação estatal é mais intensa e significativa na Argentina – grande exemplo é o *Fútbol para Todos* após a lei de regulação econômica das empresas de comunicação. No Brasil, o modelo conciliatório acomodou melhor os interesses neoliberais.

A eleição de Mauricio Macri, que assume a presidência da Argentina em dezembro de 2015, anuncia o retorno da hegemonia neoliberal pós-2016 na América Latina. O governo Macri recorre a decretos para sustar os principais efeitos da regulação econômica dos meios de comunicação, para extinguir o ENADED e para restringir o financiamento ao ENARD. Além

disso, Macri acaba com o *Fútbol para Todos*. No Brasil, os governos Temer e, principalmente, Bolsonaro adotaram medidas com sentido inequivocamente neoliberal.

O conjunto das entidades de futebol na Argentina e no Brasil atuam como instituição política informal, pois se constituem fontes regulares de recrutamento de lideranças políticas e, no caso dos clubes, de delimitação de território de caça para o voto e de organização de uma base eleitoral claramente identificável. Na Argentina é mais documentada a participação das *barras bravas* na mobilização eleitoral. Enquanto no Brasil, há estudos no nível local atestando essa atuação das torcidas organizadas (Levita, 2019; Moreira, 2013a; 2013b; Silva, 2015).

5.4 ANÁLISE COMPARATIVA: das diferenças

O processo de oficialização do futebol viabilizado pela estruturação dos clubes e federações seguiram um padrão distinto. Na Argentina, essa oficialização se deu de modo concêntrico, centralizado em Buenos Aires e bairros e municipalidades vizinhas. A existência da clivagem centro *versus* periferia estruturava o sistema político e teve papel relevante nessa configuração inicial, marcada pela exclusão do interior e de regiões distantes de Buenos Aires. No Brasil, o processo de oficialização ocorreu de forma policêntrica. Esse formato indica uma estruturação cuja base eram as unidades federativas brasileiras, coerente com o modelo político vigente na Primeira República (1889-1930) e com o grande protagonismo das oligarquias regionais. Esse regionalismo indica percursos distintos nos estados, mas internamente às unidades federativas houve, no geral, um desenvolvimento baseado, prioritariamente, nas capitais estaduais. Essas características ecoam até hoje. Na Argentina, os clubes de Buenos Aires e cercanias são, no geral, mais ricos, populares e com mais títulos do que os clubes do interior. No Brasil, ainda que haja uma dispersão, ela se limita às capitais estaduais: os principais clubes estão nas capitais dos respectivos estados, o Santos Futebol Clube do litoral paulista é a exceção e somente um clube interiorano foi campeão brasileiro: em 1978, o Guarani Futebol Clube de Campinas-SP (município distante 99 quilômetros de São Paulo)²⁴⁶.

²⁴⁶ Também é exceção na Copa do Brasil, considerado o torneio mais democrático do país por reunir clubes de diferentes divisões e adotar sistema eliminatório (mata-mata), aumentando a possibilidade de surpresas. Em 33 edições finalizadas, apenas quatro saíram dos clubes capitalinos e do Santos: em 1991, o Criciúma (de cidade homônima no estado de Santa Catarina); em 1999, o Juventude (de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul); e em 2004 e 2005, dois clubes do estado de São Paulo, o Santo André (cidade homônima localizada na região metropolitana de São Paulo) e o Paulista (de Jundiaí-SP), respectivamente. A metade dessas conquistas ocorreram entre 2001 e 2012 quando os clubes brasileiros classificados para a Libertadores da América não participavam da competição. Ou seja, edições sem o campeão da Copa do Brasil anterior e sem os melhores colocados no Campeonato Brasileiro – geralmente, os melhores clubes da temporada.

Os motivos que legitimaram a ação estatal sistemática também são diferentes. Na Argentina, o Estado precisou arbitrar o conflito capital (clubes) *versus* trabalho (jogadores). Tal questão marcou a trajetória dos interesses organizados do futebol argentino, contando com uma forte articulação dos atletas (primeiramente, pela *Asociación Mutualista de Footballers* e, posteriormente, pela FAA – atuante até hoje). Não por acaso, a quantidade de greves de jogadores de futebol chega à casa da dezena. No Brasil, o Estado é chamado para arbitrar uma questão entre elites regionais – ainda que seja necessário reconhecer iniciativas mais conectadas com as classes populares que pressionara tais elites, como o caso do Vasco da Gama. Os embates entre os dirigentes era o elemento mais enfatizado como entrave para a nacionalização e o desenvolvimento do futebol brasileiro. De modo que se pode afirmar que a divisão entre os defensores do amadorismo e os defensores do profissionalismo se desenvolveu para um problema vertical na Argentina (entre classes) e horizontal no Brasil (interior das classes dominantes). Novamente o futebol não era exceção, a própria ascensão de Hipólito Yrigoyen e da UCR estava associada ao fortalecimento da classe trabalhadora argentina. No Brasil, em que pese o fortalecimento da classe trabalhadora – vide Greve Geral de 1917, fundação do PCB, movimento anarquista – o esgotamento do pacto que sustentou a Primeira República esteve mais vinculado às cisões no interior da elite política, impulsionando Vargas ao poder, com apoio de alguns segmentos das camadas médias, como o Tenentismo.

O início da atuação do Estado argentino no futebol não resolveu os desdobramentos da clivagem centro-periferia no futebol, ao contrário, ratificou a exclusão da “periferia” (interior) do futebol oficial, inclusive na negociação para finalização da Greve de 1931 e na prioridade de concessão de créditos na década de 1930. Sua participação se torna sistemática em um contexto de crise na transição da próspera década de 1920 para *Década Infame* (1930) visando se aproximar da sociedade civil por meio de um esporte que já havia atingido caráter massivo e contava com clubes que se constituíram pilares comunitários nos bairros e nas municipalidades de Buenos Aires e arredores – com potencial de pressão política concentrada sobre o poder Executivo Federal. A atuação do Estado brasileiro, por sua vez, nacionalizou o comando do futebol submetendo os dirigentes das federações regionais à CBD, a exemplo do que ocorreu com as oligarquias regionais submetidas pelas interventorias. Além disso, salvo algumas exceções, o caráter elitista dos clubes não permitiu um grau de enraizamento dessas entidades nas suas comunidades a ponto de ser possível afirmar a centralidade dos clubes de futebol no processo de associativismo civil no Brasil. O argumento para aproximação de

dirigentes ao regime varguista e da campanha midiática é a necessidade de organizar e modernizar o futebol nacional para se tornar expressão adequada da nacionalidade brasileira.

As modalidades de populismo desses países possuíram papéis relevantes, mas não idênticos. A Era Vargas, como um modelo protopopulista, inaugurou a sistematização das relações entre futebol e política e marca um período de fortalecimento do futebol, começando com a profissionalização e se desenvolvendo com a aproximação da CBD e membro do governo, tendo condições de se afirmar e tomar uma série de medidas estruturantes, sobretudo na Ditadura do Estado Novo. O segundo varguismo (1951-54) e seus sucessores, no bojo do populismo moderno, estavam mediados por processos eleitorais, mas mantiveram um sentido de continuidade aos fundamentos postos em marcha na Era Vargas. O Peronismo foi a forma inaugural e clássica do populismo moderno, no entanto, em relação ao futebol intensificou e consolidou a sistematização dos interesses organizados do futebol na agenda estatal. Porém, Juan Perón assumiu quando o futebol argentino vivia o auge, já era uma manifestação de massa, quando ser jogador de futebol já era visto como meio de ascensão social legítima, quando os estádios recebiam grandes públicos e quando já estava em curso a concessão de subsídios e empréstimos do governo para os clubes construírem seus estádios.

A efetiva nacionalização das principais competições na Argentina e no Brasil ocorreu em governos militares. No Brasil, competições nacionais (com caráter limitado e excludente) começam em 1959 para definir o representante brasileiro na Copa Libertadores da América. A intensificação desse processo de nacionalização da competição nacional ocorre durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1970) e se conectava com os intentos de integração nacional defendido pelo regime. Para isso, foi criada a Loteria Esportiva. Com o passar dos anos, a partir da posse do Almirante Heleno Barros Nunes, a inclusão de clubes atende o projeto de interiorização da ARENA, partido oficial do regime. Na Argentina, a definição do representante nacional na Copa Libertadores não era uma questão, uma vez que os representantes eram definidos pela classificação no Campeonato Metropolitano. Porém, a pressão da FIFA para que as federações nacionais tivessem jurisdição realmente nacional levou à criação do Campeonato Nacional argentino. Em uma época de crise, foi criado o PRODE (modalidade lotérica de prognósticos dos jogos de futebol) para ajudar a financiar a AFA e os clubes. No entanto, é a alteração realizada sob o governo de Isabelita Perón que regulamenta o destino dos recursos destinados ao futebol, deixando claro percentuais fixos aos clubes de acordo com sua divisão. Nesse caso, fica evidente a longevidade do peronismo ao retornar à cena quase duas décadas

depois e contribuir para definir a configuração do início da trajetória de institucionalização dos interesses organizados do futebol.

A importância de Vargas e Perón nesses países ficou evidente também nas leis que regulamentam as bases da organização esportiva nesses países. No Brasil, isso ocorre em 1941 ainda na Era Vargas (não no governo em que Vargas foi eleito, 1951 a 1954). Na Argentina, ocorre inicialmente pela constituição do conselho nacional de educação física na década peronista (1946-55) e, definitivamente, sob o segundo governo de Perón (1973-1974) com a Ley 20.655, um dos últimos atos antes de sua morte e da posse de Isabelita. A lei argentina guarda importantes similaridades com a lei brasileira, porém a deposição desse governo pela ditadura cívico-militar em 1976 impediu a adequada regulamentação da lei na época – o que só ocorreu na redemocratização durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-89), da UCR.

A redemocratização a partir dos anos 1980 inaugura o regime democrático de maior duração em ambas as unidades de análise no período estudado. No Brasil, apesar dos partidos serem oriundos ou do bipartidarismo da Ditadura (ARENA *versus* MDB) ou criados a partir de 1979, o sistema partidário se mostrou mais efetivo na canalização de demandas e na capacidade de representar grupos de interesses. Na Argentina, a coexistência de um sistema partidário nacional diferente dos sistemas partidários provinciais, a centralidade dos atores políticos provinciais e o tipo de lista fortalecem o Poder Executivo Federal e Provincial e limitam a capacidade do sistema partidário canalizar os interesses, levando os grupos de interesses a formular estratégias para se aproximar dos Poderes Executivos. Daí que é comum a existência de bancadas temáticas no Brasil e, com exceção dos *dipusindicales*, a formação de agrupamento temático no Congresso argentino é recente (a partir de 2008, com os parlamentares rurais).

Há similaridades no sentido neoliberal dos interesses do futebol durante os anos 1990 e pós-2016. Com diferenças no locus da atuação dos grupos de interesse: Executivo na Argentina e Legislativo no Brasil. Além disso, sobretudo o governo de Cristina Kirchner foi mais enfático na participação econômica do Estado nos esportes, em geral, e no futebol em particular. Isso não é uma exceção. Katz (2016) identifica o esforço de Néstor e Cristina Kirchner em retomar a variante social-democrata preconizada por Raúl Alfonsín e misturá-la com o peronismo. Para isso, utilizaram um modelo político informal baseado na liderança presidencial, na proeminência do Executivo e no diálogo com organismos e agências em busca de construir consenso, em busca de um neodesenvolvimentismo regulado pelo Estado. Lula e Dilma apostaram numa continuidade social-liberal, preservando a estrutura herdada do governo FHC,

com um modelo de governança aos moldes de um “institucionalismo negociado”, transformando o PT “[...] em um típico partido da ordem vigente” (Katz, 2016, p.57).

5.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O conjunto das entidades de futebol na Argentina, como no Brasil, se consolidaram como instituição política informal: são fontes de recrutamento de atores políticos, mecanismos de delimitação de território de caça para o voto e de organização e mobilização de bases eleitorais (com participação das *barras bravas*). Tais entidades instituem práticas políticas, são estratégicas para os atores políticos e possuem capacidade de pressão junto aos poderes do Estado em busca de interesses seletivos. Contudo, em um gradiente é uma institucionalização mais fraca que a brasileira devido à dependência da iniciativa dos poderes Executivos nacional e provincial para encaminhar tais interesses. O alto escalão do futebol argentino ainda não encontrou meios nos canais institucionais formais para garantir a autonomia relativa dos seus interesses em relação a outros e à base. Diferente do Brasil, onde a relevância do sistema partidário no encaminhamento de interesses organizados permitiu uma institucionalização mais forte, por possibilitar a autonomia relativa – evidente sobretudo com a “bancada da bola”.

Para encerrar esta seção, foram apresentadas as considerações parciais com base no modelo comparativo mostrado no quadro 6 da seção 2. Nesse momento, o quadro é apresentado preenchido, respondendo às perguntas comparativas da última coluna. Após o quadro, as perguntas apresentadas na última linha são respondidas, exceto a que sintetiza o objetivo geral da tese que será apresentada nas Considerações Finais. Segue o quadro 11:

Quadro 11: Apresentando a Análise “entre casos”

Comparar	Brasil	Argentina	<p align="center">Pergunta para cada período comparado:</p> <p align="center">Quais as semelhanças e diferenças entre os mecanismos causais de cada unidade de análise neste período?</p>
<p align="center">Antecedente com potencial explicativo</p>	<p align="center">Origem do Futebol (1864-1920)</p>	<p align="center">Origem do Futebol à profissionalização (1867-1931)</p>	<p>1 – Quanto ao formato: a estruturação do futebol se dá de modo <i>policêntrico no</i> Brasil (cujas bases foram as principais capitais estaduais) e de modo <i>concêntrico</i> (baseado em Buenos Aires e as municipalidades circundantes)</p> <p>2 – Quanto ao contexto político: o Brasil estava na Primeira República (1889-1930), marcada pela força das oligarquias regionais; a Argentina havia superado <i>El Orden Conservador</i> com a ascensão de Yrigoyen e a UCR, resolvendo a questão federal reafirmando a centralidade de Buenos Aires e os levantes interioranos já tinham sido superados sem, no entanto, resolver a clivagem política centro (Buenos Aires) <i>versus</i> periferia (interior).</p> <p align="center">3 – O futebol e o contexto social:</p> <p>a) Os principais clubes das principais capitais estavam majoritariamente nas mãos das elites econômicas, com bastante proximidade com atores políticos no Brasil. Em que pese o “amadorismo marrom” ainda não estava consolidada na sociedade brasileira a ideia do futebol como meio de ascensão social. Desse modo, as ações organizadas da classe trabalhadora não atingiam o futebol.</p> <p>b) Na Argentina, em que pese a existência de clubes mais elitizados, a chamada “militância pelo futebol” havia estimulado a criação de vários clubes nos bairros da região Metropolitana da capital. Além disso, em um momento de forte associativismo, os clubes assumiram funções culturais e de lazer, convertendo-se em elemento central na vida comunitária dos bairros. Outro fator é que o “amadorismo marrom” no período de grande crescimento econômico fez do futebol, já nos anos 1920, um meio legítimo de ascensão social com a organização e atuação política dos jogadores em busca de melhores condições de trabalho.</p> <p align="center">4 – Das relações políticas:</p> <p>a) No Brasil, a proeminência das elites econômicas nos clubes e federações e a proximidade (e até coincidência) entre elite econômica e política facilitavam as relações entre futebol e instituições políticas. Além disso, os valores atribuídos ao futebol (disciplina, higiene, honra etc.) eram positivados pela sociedade e interessantes para atores políticos buscarem associação. Em contrapartida, clubes e federações buscavam influência política e benefícios materiais (isenções fiscais, doações e outros).</p> <p>b) Na Argentina, além de clubes elitizados (e dessa proximidade e/ou coincidência entre elite política e econômica), a centralidade dos clubes na <i>identidad barrial</i> tanto projetava os dirigentes de clubes para a política, quanto atraía políticos interessados em criar e/ou fortalecer vínculos com bases eleitorais.</p>

<p style="text-align: center;">Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1)</p>	<p style="text-align: center;">Da Era Vargas à Ditadura Militar (1930-1964)</p>	<p style="text-align: center;">Da Greve de 1931 ao Peronismo (1931- 1976)</p>	<p style="text-align: center;">1 – Quanto às justificativas para a atuação estatal sistemática:</p> <p>a) No Brasil, a necessidade de organização, modernização e desenvolvimento do futebol, sobretudo pela inferioridade dos resultados do país em relação aos vizinhos Argentina e Uruguai. No contexto de crise do liberalismo, a intervenção do Estado era apoiada como forma de superar os interesses particulares dos dirigentes.</p> <p>b) Na Argentina, a Greve de 1931 colocou em evidência as contradições entre capital (clubes) <i>versus</i> trabalho (jogadores) e o êxodo de atletas associado à evolução dos países com futebol profissional, diminuía a força dos argumentos pela manutenção do amadorismo comum a elites daquele período. Além disso, em um contexto de crise do liberalismo, a atuação estatal para amortecer as contradições de classe era vista como legítima e até desejável.</p> <p style="text-align: center;">2 – Quanto ao contexto político:</p> <p>a) <i>Brasil</i>. O protopopulismo (Era Vargas, 1930-45) chegava ao poder e reformava o Pacto Federativo, submetendo às oligarquias estaduais ao novo arranjo. A saída de Vargas do poder não significou modificação na relação entre Estado e futebol e, principalmente, governo e CBD, continuando a oferta de empréstimos a clubes, a abertura de créditos à CBD. O segundo governo Vargas, entendido como a inauguração do populismo moderno brasileiro, também não alterou as relações e coube ao seu sucessor João Goulart a medida mais clara no sentido da conciliação de classes. No Decreto 53.820/64 reconhece o passe, mas garante direitos aos jogadores profissionais (percentual do passe, férias, intervalo entre jogos, etc.)</p> <p>b) O protopopulismo argentino já havia rompido com <i>El Orden Conservador</i> há 15 anos pelas vias eleitorais e, seu líder Hipólito Yrigoyen, era destituído do poder em favor de uma ditadura militar. No entanto, o yrigoyenismo e a UCR constituíam-se as principais forças políticas, cabendo a dissidências da própria UCR o papel de principais forças opositoras a Yrigoyen. Apesar de retirado do poder, a capacidade de mobilização do yrigoyenismo pressionava as ditaduras e as dissidências da UCR a manter a atenção às mobilizações sociais. Coube à Perón, inaugurando o populismo moderno, inserir um novo elemento articulador das identidades políticas argentinas. No entanto, não houve mudanças substanciais na relação entre Estado e futebol, intensificando o que vinha ocorrendo ao emplacar peronistas para o comando da AFA. Porém, as reações dos clubes à Greve de 1948 e ao reconhecimento de algumas demandas trabalhistas aos jogadores mostram que o avanço do peronismo não significou controle sobre os clubes. Outro avanço, porém, deve ser reconhecido: as mudanças no PRODE deram mais segurança aos clubes, inclusive do interior e reafirmou o reconhecimento da FAA, como representante trabalhista de jogadores.</p> <p style="text-align: center;">3 – O futebol e o contexto social:</p> <p>a) Brasil. A retórica da mestiçagem como representativa da identidade nacional e do futebol como um elemento importante para o nacionalismo avançou. Sobretudo com o terceiro lugar na Copa de 1938 com destacada atuação dos atletas negros Domingos da Guia e Leônidas da Silva (o primeiro</p>
--	---	---	--

<p>(cont.) Conjuntura Crítica (INÍCIO DA TRAJETÓRIA – CAMADA 1)</p>	<p>(cont.) Da Era Vargas à Ditadura Militar (1930-1964)</p>	<p>(cont.) Da Greve de 1931 ao Peronismo (1931- 1976)</p>	<p>jogador a tornar-se fenômeno de marketing). Em que pese a presença popular até antes da constituição dos clubes de elite, havia ainda uma série de restrições à participação popular na década de 1920, sobretudo para os negros no futebol oficializado. A Era Vargas vai ser o início da virada.</p> <p>b) Argentina. O futebol como fenômeno de massa e fortemente articulado com a identidade argentina já estava consolidado desde os anos 1920. Por isso, atender aos interesses futebolísticos poderia ser um recurso político relevante.</p> <p>4 – Das relações políticas:</p> <p>a) No Brasil, a relação entre atores políticos e dirigentes do futebol, mesmo no Estado Novo, ocorreu a partir de interesses recíprocos. A entrada e ascensão de Luiz Aranha na CBD contou com articulação do dirigente Rivadávia Meyer. Essa proximidade avançou em recursos para o fortalecimento da CBD e a seleção brasileira e resultou em contrapartidas para os clubes: a profissionalização ocorreu, sob fiscalização, e resultou no Decreto-Lei 5.342/43 dando garantias aos clubes em relação aos vínculos com os atletas (visto como a base para o instituto do “passe”).</p> <p>b) Na Argentina, a ação de Uriburu/Guerrico para a profissionalização também não resultou na imediata extinção da <i>Ley Candado</i> (uma espécie de “passe”); além disso, a relação não modificou após o fim desse governo ditatorial: Justo concedeu empréstimos e financiamentos para construção de estádios. Logo, quando Perón assumiu, o futebol já estava sistematicamente na agenda do Estado, cabendo a intensificação dessa relação. Entre as duas épocas peronistas, alguns golpes militares que também não recuaram ou alteraram o sentido: cria o PRODE para ajudar a financiar o início da nacionalização do futebol e, em reação à mobilização dos atletas com decisão judicial favorável, elabora o Estatuto dos Jogadores Profissionais. O retorno de Perón é marcado pela regulamentação do destino do PRODE, reduzindo a discricionariedade da AFA e dando segurança aos clubes e ampliando o reconhecimento da FAA como órgão legítimo da representação trabalhista (garantindo percentual do PRODE para obras sociais e culturais).</p>
<p>Contexto de Ponto focal</p>	<p>1964-1979: o auge da Ditadura</p>	<p>1976-1983: Ditadura Militar</p>	<p>Argentina. A Copa como estratégia de obtenção de apoio popular, controle indireto da AFA (influência sobre Cantilo). Ampliação de clubes do interior no Nacional. Reações de clubes demonstram que a centralidade do clube na vida comunitária dava a essas entidades mais força para se opor ao regime do que outras associações civis.</p> <p>Brasil. A militarização do futebol a partir da Copa de 1970 amplia clubes no campeonato nacional (simbolizando integração nacional e buscando fortalecer a ARENA) e obtém controle direto da CBD, via Barros Nunes. Se o controle não era completo, como Barros Nunes foi eleito? A inclusão de clubes no campeonato nacional 1971-75 inseriu dirigentes de clubes e federações próximos ou gratos à ARENA. Meses depois da posse de Barros Nunes, a mudança no regulamento eleitoral retirou os clubes do colégio eleitoral da CBD, impondo voto unitário por federação. Esse fechamento, reduzia a capacidade de oposição dos clubes e permitiu um aumento indiscriminado de clubes no Campeonato Brasileiro, observando apenas o fortalecimento da ARENA, ancorada na retórica que explorava o simbolismo da integração nacional.</p>

<p>Conjuntura crítica (CAMADA 2)</p>	<p>1980-2002: Declínio da Ditadura, Abertura democrática e neoliberalização</p>	<p>1983-1999: Abertura democrática e neoliberalização</p>	<p>1 – Qual a mudança para indicar nova conjuntura crítica?</p> <p>O futebol mundial inaugurou uma fase de intensa mercadorização e desnacionalização nos anos 1970, sobretudo a partir da posse de João Havelange na FIFA (Nicolau Neto e Cavalcante, 2020). Esse contexto geral impactou o futebol nacional do Brasil e da Argentina a partir dos anos 1980. Contudo, nos anos 1990, o sentido dessa mercadorização passa a ser claramente neoliberal. Desse modo, os interesses organizados do futebol permanecem na agenda do Estado, mas o sentido de atuação estatal foi para criar condições para o gerenciamento privado, abertura para investidores estrangeiros (marcas esportivas, patrocinadores etc.), bem como para agentes de jogadores, favorecendo o êxodo de atletas desses países para a Europa ao adequar o ordenamento local aos parâmetros da Lei Bosman.</p> <p>2 – Quanto ao contexto político:</p> <p>a) Brasil. A abertura democrática ocorreu com a retomada do sistema multipartidário. As forças pré-Ditadura Militar estavam desarticuladas. O trabalhismo varguista foi desestruturado, de modo que o PTB e o PDT reivindicavam esse papel. Na prática, esse legado foi visível enquanto Leonel Brizola liderou o PDT. Porém, mesmo assim, não foram os herdeiros do varguismo a estruturar a Nova República. Quem o fez foram os herdeiros da ARENA (PDS e PFL, que deram origem ou tiveram dissidências envolvidas na fundação de uma série de legendas, como PP, PL, DEM, PSD) e do MDB (que deram origem direta ao PMDB/MDB e ao PSDB, além de terem membros participando em outros partidos). A outra força a estruturar o debate político foi o PT, advindo de movimentos sociais (sindicalismo, comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, intelectuais). Essa nova configuração gerou um equilíbrio de forças (vigente até 2016) baseado na oposição entre PSDB e PT e na participação do PMDB/MDB como apoio de todos os governos até então. O que se tornou o sistema partidário brasileiro pós-2016 ainda está em fase de estudos. O certo é que se esse equilíbrio se rompeu com o drástico enfraquecimento do PSDB no plano nacional após 2018.</p> <p>Quanto ao sistema, o Federalismo brasileiro conta com um sistema partidário estruturado nacionalmente, cujas unidades federativas compartilham as regras e, até 2016, o sistema partidário tinha se caracterizado o canalizador das demandas da sociedade, tendo importante destaque nas relações intergovernamentais. É por essa razão que bancadas temáticas de representação setorial têm destaque no Congresso. Assim, o Legislativo nacional ganha força nesse período e se constituiu em instância central para o <i>input</i>.</p> <p>b) Argentina. A abertura democrática retoma o sistema multipartidário. Diferente do Brasil, as forças políticas que estruturavam as disputa pré-Ditadura (1976-83), a UCR e o PJ, se reorganizaram e voltaram a estruturar o sistema partidário. Nos anos 1980, o peronismo vivia a sua crise. Enquanto a UCR passa por uma crise iniciada nos anos 1990. Nos anos 2000, surge o PRO que conseguiu atrair lideranças da UCR em algumas <i>provincias</i>, contou com apoio de peronistas antikirchneristas para se projetar como a grande oposição ao peronismo atualmente.</p> <p>Quanto ao sistema, o federalismo argentino conta com sistemas partidários. Um estruturado nacionalmente e os sistemas provinciais dotados de regras próprias. Além disso, o pacto federativo</p>
---	---	---	--

<p>(cont.) Conjuntura crítica (CAMADA 2)</p>	<p>(cont.) 1980-2002: Declínio da Ditadura, Abertura democrática e neoliberalização</p>	<p>(cont.) 1983-1999: Abertura democrática e neoliberalização</p>	<p>deu às <i>provincias</i> a prerrogativa do gasto dos repasses federais sem grande fiscalização e os municípios não são unidades federativas, dependendo do governo provincial. O modelo de lista fechada amplia o protagonismo das lideranças provinciais nos partidos. De modo que a disciplina dos partidos depende do apoio dos líderes provinciais. Outro ponto relevante é que o Legislativo argentino é estruturado em torno das múltiplas capacidades do Executivo, obrigando a oposição se articular para formar o bloco opositor, com isso há governo <i>versus</i> oposição. A falta de canais institucionais legítimos para a articulação dos grupos de interesses deu ao Executivo também esse protagonismo, se tornando o <i>locus</i> para ação desses grupos visando o <i>input</i> de demandas no sistema político. Esse cenário se agravou com a ação dos militares para desarticular entidades representativas. Assim, como bancada setorial apenas os <i>dipusindicales</i> possuem atuação consolidada há mais tempo, tendo os parlamentares ruralistas começado essa articulação em 2008.</p> <p>3 – O futebol e o contexto social:</p> <p>a) Os governos democráticos no Brasil e na Argentina não empreenderam grandes esforços para o controle de suas federações nacionais. As intenções iniciais no governo Alfonsín e o empenho pessoal de Menem em desalojar Grondona nunca passou do campo das intenções. Ao contrário, como no Brasil, os governos democráticos demonstraram mais ou menos proximidade a essas lideranças, sem grandes embates. O período marcou também o início de uma progressiva queda das seleções nacionais em mobilizar a população, algo que se torna evidente após os anos 2000. No entanto, os clubes continuaram a ser importantes fatores de identidade nessas sociedades. Tal como outros campos da vida social, os anos 1990 marcou a hegemonia neoliberal, marcada pela menor permanência dos ídolos nos clubes (Lei Bosman, empresários, diferenças econômicas em relação à Europa, fortalecimento de mercados intermediários como o Oriente Médio, Leste Europeu, por um tempo o Japão e recentemente a China), em coerência com o avanço das privatizações cresceu o debate sobre clubes-empresa (não se tornou dominante em nenhum dos países, mas avançou mais no Brasil), o avanço do punitivismo penal (com foco nas <i>barras bravas</i> argentinas e nas torcidas organizadas brasileiras), a exaltação do torcedor consumidor e a consolidação do futebol como mercado e produto.</p> <p>4 – Das relações políticas:</p> <p>No Brasil, o ganho de importância do legislativo e a consolidação do sistema partidário como canal legítimo de demandas, provocou a formação de bancadas temáticas no Congresso. O futebol seguiu esse padrão com a organização informal suprapartidária conhecida como “bancada da bola”. Em que pese sua atuação em todo período e nos períodos subsequentes, sua divulgação na imprensa tende a ocorrer quando se opõem ou bloqueiam medidas pró-mercado. Além da projeção oportunizada pelos clubes, as federações são entidades intermediárias para recrutamento ou apoio de políticos alinhados aos interesses do futebol, mas a coordenação dessa representação cabe à CBF. Na Argentina, o enraizamento dos clubes na sociedade produz fenômenos peculiares: como demonstrou Verónica Moreira (2013a;2013b) as <i>barras bravas</i> são utilizadas como elementos para mobilização do</p>
---	---	---	--

(cont.) Conjuntura crítica (CAMADA 2)	(cont.) 1980-2002: Declínio da Ditadura, Abertura democrática e neoliberalização	(cont.) 1983-1999: Abertura democrática e neoliberalização	eleitorado. No entanto, a projeção política gerada pelos clubes, sobretudo os maiores que estão nas proximidades de Buenos Aires, oportunizou aos partidos uma fonte de recrutamento de quadros. Ao mesmo tempo que a presença nos clubes é uma estratégia para atores políticos fortalecerem seu capital. Além disso, como interesses organizados a AFA sofreu influências nos governos autoritários, mas a relativa autonomia dos clubes sempre limitou a capacidade de imposição por parte dos ditadores e garantiu uma capacidade de recomposição e articulação para defesa dos interesses organizados do futebol durante o período democrático (exemplo: as sucessivas derrotas do projeto das SADs defendida por Macri).
Contexto de Pontos Focais	2003-2016 – A ambiguidade da atuação da centro-esquerda nos governos do PT	2003-2015 – A ambiguidade da atuação de Néstor e Cristina Kirchner, a centro-esquerda do PJ	<p>Por que é o único dos três contextos focais nomeado no plural?</p> <p>No Brasil e na Argentina, os governos retomaram a presença econômica substancial no esporte e, principalmente, o futebol. A Argentina, com o <i>Fútbol para Todos</i>. O Brasil com a Timemania, o patrocínio das estatais, as contrapartidas públicas para a construção das arenas da Copa. Essas ações remetem à primeira camada em que a institucionalização dos interesses organizados na agenda do Estado estava se iniciando com importante participação do Estado, inclusive econômico. O que foi reafirmado nas suas respectivas Ditaduras Militares.</p> <p>No entanto, em nenhum dos países houve a ruptura com o legado neoliberal da segunda camada, erigida na Conjuntura Crítica dos anos 1980-1990. Menos na Argentina, em que se mantém a tônica de medidas de segurança simplistas pautadas pelo populismo penal. Mais no Brasil em que isso também ocorre e acontece com indicação literal do foco nas torcidas organizadas; outra medida foi a proposição da Lei de Responsabilidade Fiscal – um mecanismo neoliberal – para as entidades esportivas, corporificada na LRFE</p>
Contexto de Ponto Focal	2016-2020: o retorno neoliberal	2015-2019: o retorno neoliberal	<p>Esse período marca uma nova hegemonia neoliberal.</p> <p>Na Argentina o fim do <i>Fútbol para Todos</i> em favor dos interesses privados transnacionais (<i>Fox Sports</i>). No Brasil, a retirada dos patrocínios de estatais. Além disso, em ambos o punitivismo se faz presente com foco expresso literalmente nas <i>barras argentinas</i> (projeto de lei que não tramitou a tempo, com o fim do mandato) e nas torcidas organizadas (na lei nº 13.912). Outras medidas podem ser citadas o empenho de Macri (mal sucedido) na retomada do projeto das SADs e de Bolsonaro (temporariamente mal sucedido) na MP nº 984 (tendo como alvo a Globo e os sindicatos, justificado pela livre negociação).</p>
Resultados (Resposta às seguintes perguntas)²⁴⁷	I	II	III.1 (Como) III.2 (Quais)

Fonte: Pesquisas e análises apresentadas ao longo da tese.

²⁴⁷ As perguntas são respondidas nas páginas a seguir, como encerramento dessas Considerações Parciais.

(I) Os interesses organizados do futebol no Brasil se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, assumidas como algo seguro (*taken for granted*), como é detalhado agora. A partir da atuação do regime caracterizado por Finchelstein (2019) como protopopulismo como justificativa de resolver o embate entre federações estaduais para organizar, modernizar e desenvolver um futebol, até então, prejudicado pelos interesses particulares de dirigentes esportivos. Esse modelo seguiu até 1964. A Ditadura Militar intensifica esse processo com uma proposta de militarização e nacionalização do futebol. Esse processo ocorrido ao longo de cinco décadas (1930-80) tornou sólido e seguro os interesses do futebol na agenda do Estado. Ademais, o fato da Ditadura Militar (1964-1985) não suspender por completo as eleições legislativas e a ampliação de clubes e federações representadas no Campeonato Brasileiro para fortalecimento da ARENA, consolida a relação política em duas vias: eleições de dirigentes de federação duplês de lideranças políticas (SARMENTO, 2006) e recrutamento de dirigentes esportivos. A presença desses interesses organizados como algo seguro antes da formatação de um sistema partidário nacionalizado e minimamente institucionalizado fez com que, dada a dificuldade da retirada desses assuntos, a escolha foi mudar o sentido por meio de uma nova camada, a neoliberal. Desse modo, a resiliência desses assuntos está vinculada à sua presença na agenda estatal antes da existência do novo canal legítimo e institucionalizado para o *input* de demandas, significando também a presença de atores políticos comprometidos com tais interesses formados e socializados politicamente em um contexto anterior e que continuaram atuando após a mudança de um determinado ciclo político.

(II) Os interesses organizados do futebol na Argentina se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, assumidas como algo seguro (*taken for granted*), como segue. A justificativa para o começo da institucionalização dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado na Argentina foi a solução para a Greve de 1938. Na ocasião, o yrigoyenismo já era politicamente estruturante sendo responsável pela superação *El Orden Conservador* e contava com grande apelo popular, bem como a organização das classes trabalhadoras na região metropolitana de Buenos Aires era intensa. O futebol se desenvolveu nessa região e permeado pelos conflitos sociais daqueles tempos. Assim, como ocorria naquele momento, o associativismo civil era forte e gerou a “militância pelo futebol”, que resultou na constituição de diversos clubes de futebol, ocupando o papel cultural e de lazer. Como a institucionalização já começa com o futebol tendo caráter massivo em Buenos Aires e

cercanias, a aproximação aos clubes permitia recrutar políticos (pela projeção dos dirigentes em bairros e municipalidades), permitia consolidar uma base eleitoral (levando a atores políticos se aproximarem dos clubes). Ao mesmo tempo em que esse reconhecimento social dava aos agentes do futebol um bem político relevante: paralisações ou problemas nas competições geravam turbulências sociais e políticas preocupantes para as autoridades. Assim, Justo, Perón, militares golpistas entre 1955 e 1973 e a Junta Militar (1976-83) prosseguiram com atuação estatal nos interesses do futebol. A consolidação da presença dos interesses organizados do futebol, tornando-os algo seguro, o enraizamento social dos clubes na vida comunitária e, por isso mesmo, sua relativa autonomia inclusive em tempos autoritários deram aos clubes a capacidade de se adaptarem às mudanças contextuais se mantendo com importante capacidade política.

Nas Considerações Finais sintetizaremos os principais resultados da pesquisa, incluindo as respostas às questões *III.1* e *III.2* que se encontram na intersecção da última linha com a última coluna dos Quadros 6 e 11 e que configuram os objetivos gerais da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol é um esporte que se constituiu em importante instituição no Brasil e na Argentina, mobilizando ações sociais e políticas com impacto sobre a atuação do Estado. No entanto, o processo de institucionalização aqui estudado é praticamente inédito na Ciência Política. Para dar conta desse esforço o referencial teórico metodológico mobilizado revelou que não se trata de um processo unilateral, contando com a passividade dos agentes do futebol, mas de uma institucionalização de interesses *organizados*.

Existem vários elementos justificando estudos comparativos entre Brasil e Argentina – que inclusive são comuns por meio de diversos temas em diferentes áreas do conhecimento. À luz da História há significativa proximidade na trajetória: o debate sobre o populismo em torno de Vargas e Perón; a existência de Ditaduras Militares; a abertura democrática ao longo dos anos de 1980; a virada neoliberal nos anos 1990; o retorno da centro-esquerda com Néstor e Cristina Kirchner e com Lula e Dilma; bem como a retomada da hegemonia neoliberal pós-2016. Além disso, no caso em tela, são países considerados potências futebolísticas, contando com diversos títulos de clubes e de seleções em âmbito mundial e continental.

Sobre o desenho institucional, o Senado brasileiro tem maior capacidade de influenciar no desenho de políticas públicas do que o argentino; e o modelo do desenho institucional brasileiro é mais consensual. Mas, ainda assim ambos os desenhos institucionais são enquadrados em um modelo consensual de democracia (com variação de graus como mencionado acima) cuja organização ocorre em repúblicas federativas. Esse enquadramento como modelo consensual se justifica pela existência de um regime federalista com bicameralismo forte e simétrico (sem primazia de nenhuma das Casas), com sistema eleitoral proporcional para a Câmara Baixa e com grau considerável de distorção geradas pelas diferentes magnitudes das unidades federativas.

Foi realizada a tese a partir de uma *definição fraca* da dependência de trajetória, pois é admitida a possibilidade de contingência e, por isso, não foi mobilizada a *path dependence* como um elemento determinístico. Para tanto, a capacidade de agência é baseada em cálculos racionais moldados pelo contexto histórico, mas elementos da configuração inicial de uma trajetória estruturam a capacidade de agência ao provocar reações e contrarreações. Desse modo, em determinados contextos ocorre o reforço dos elementos contextuais do início da trajetória, bem como permite a transformação e abre possibilidades para sua reversão. Assim,

a mudança institucional pode resultar de elementos endógenos e, neste caso, pode ser analisada por camadas (*layering*). Em conjunturas críticas, os atores perceberam altas possibilidades de veto e não puderam ou não viram conveniência em retirar totalmente da agenda do Estado os assuntos relativos ao futebol, tornando a atividade efetivamente foro da iniciativa privada. Essa incapacidade ou indisposição para a ruptura estimulou tentativas de criar gradativamente políticas e práticas institucionais ou de produzir adaptações nas políticas consolidadas (Bengtsson e Ruonavaara, 2017; Page, 2006, Mahoney, 2001; 2006).

Foi adotada a definição de institucionalização como a aquisição da estabilidade de um padrão de presença dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado ao longo do tempo em diferentes governos e contextos políticos. A institucionalização está relacionada à existência de uma base social de sustentação para tais interesses – agentes identificados com a atividade futebol, capazes de participar das decisões mais importantes para o esporte e de controlar os recursos indispensáveis para a continuidade da referida atividade – à representatividade perante à base social; e se caracteriza pela autonomia relativa desses interesses em relação a outros e em relação à própria base. A informalidade atua como um elemento estratégico adicional: quando se trata de políticas que gozam de apoio popular, a comunicação se dá no sentido de promover a iniciativa e os agentes envolvidos; quando se trata de medidas impopulares a informalidade fornece meios para dificultar o *accountability* dos cidadãos. Porém, cumpre esclarecer: como se constituiu essa instituição informal?

Inicialmente, era avaliada a hipótese de que se tratava de uma institucionalização decorrente da resposta a contextos institucionais formais, posto que as instituições formais podem ser eficientes para influenciar comportamentos e práticas, mas não podem prever e abranger todas as situações possíveis. No entanto, havia uma confusão resolvida com o avanço da pesquisa: o contexto de crise do liberalismo não impôs, por si só, desafios às instituições formais que responderam com a incorporação sistemática dos interesses organizados do futebol à agenda do Estado. A crise do liberalismo facilitou o tipo de arranjo aos problemas sociopolíticos específicos a cada uma das unidades de análise (na Argentina, organização dos atletas exigindo melhores condições, no Brasil conflito entre dirigentes). Porém, ela não explica sozinha o processo. No Brasil, a proximidade e até coincidências dos dirigentes das entidades de futebol com as elites econômicas e políticas facilitavam essa forma de solução. Na Argentina, o caráter massivo do futebol, o crescente associativismo civil e a articulação trabalhistas dos jogadores de futebol pressionavam a recém instaurada Ditadura Uruburu a

pacificar rapidamente focos de mobilizações sociais. Desse modo, se o contexto de crise do liberalismo retira os custos de coerções culturais que poderiam bloquear o encaminhamento político de relações privadas no futebol, os fatores que causaram essa forma de institucionalização também podem ser identificados como *endógenos a arranjos institucionais formais*. O modo como o processo de institucionalização começa é “top-down”: na Argentina, por ordem do ditador Uriburu, o intendente de Buenos Aires José Guerrico se reúne com os *dirigentes dos clubes* para formalizar a profissionalização, sem incluir da mesma forma os representantes dos atletas e sem pautar a imediata extinção da *Ley Candado*; no Brasil, dirigentes vinculados à elite – destaque para Rivadávia Meyer – operam para cacifar Luiz Aranha, vinculado ao Governo Vargas na CBD²⁴⁸. Como se vê, ser “top-down” não significa que, no pequeno número de atores envolvidos estivessem só os atores políticos vinculados a instituições formais estatais, atores do “mundo do futebol” buscavam vantagem competitivas.

Quanto à tipologia, recorreu-se às *instituições informais de acomodação* para explicar a institucionalização dos assuntos do futebol. Primeiramente, como foi visto ao longo da tese, a institucionalização dos interesses organizados do futebol não violou obrigatoriamente as regras formais abrangentes produzindo resultados que eram diferentes em termos de priorização das demandas do futebol, apesar de se inscrever *formalmente* como política esportiva – que é um compromisso do Estado. Isso não quer dizer que a priorização do futebol e mesmo a sua inscrição como parte da política esportiva seja apenas positiva ou negativa para o conjunto da sociedade, afinal as instituições informais tendem a ser ambivalentes. A questão é que a precedência do futebol no Brasil e na Argentina não viola regras formais e a posição destacada do futebol em relação aos demais esportes advém de uma alta visibilidade desse esporte que está inscrito culturalmente nos países analisados, por isso o aumento da eficácia se daria ao *preencher lacunas*, ou seja, ajudar os atores a perseguir objetivos de modo mais eficaz dentro de um determinado quadro institucional formal, facilitando a tomada de decisão. Nem sempre os objetivos perseguidos pelos atores é uma política desportiva para o conjunto das modalidades, muitas vezes o objetivo é mais imediato: estar associado a decisões em assuntos

²⁴⁸ Novamente importante registrar: Meyer era contrário à profissionalização. No entanto, não é contraditório esse movimento. Ao apoiar Aranha, afasta o grupo de dirigentes defensores do profissionalismo e, ao se aproximar do poder, controla a forma da profissionalização – mantida sob desconfiança e vigilância como é possível verificar literalmente no Decreto-Lei nº 3.199. Cabe lembrar que, do outro lado da contenda estava: Arnaldo Guinle do Fluminense com articulação internacional por meio dos contatos com Raul Paranhos do Rio Branco que poderia liderar o processo de filiação de federação especializada de futebol junto a FIFA; de modo contrastante, o Vasco da Gama – pioneiro na admissão de negros em cargos diretivos e de defesa de um futebol mais popularizado – o Bangu – de origem operária; além dos paulistas filiados à APEA/APSA com histórica rivalidade com cartolas tradicionais do Rio de Janeiro, incluindo Rivadávia Meyer.

de alta visibilidade é recurso estratégico para a sobrevivência política. Logo, o aumento da eficácia para os objetivos dos atores, ainda que sejam coerentes com o ordenamento formal, não é o mesmo que aumentar a eficácia da instituição formal que abriga os atores decisivos ou das políticas por ela formuladas. Esta tese analisou um processo marcado pela precedência do futebol em relação a outros esportes e aspectos culturais no interior do Estado, que se construiu historicamente pela obtenção de privilégios via legislação ou proteção por meio do sistema político, gerando a concentração de recursos no futebol e a diferença de estrutura em relação a outras modalidades.

A ferramenta analítica utilizada foi o *comparative process tracing* (CPT) ou rastreamento comparativo de processos realizados em duas etapas: o rastreamento de processos dentro do caso, em cada unidade de análise; e o elemento comparativo que consiste na comparação entre processos identificados em cada unidade análise a fim de confrontar para buscar aproximações e diferenças entre eles. Com essa ferramenta perseguiu-se o *objetivo geral* de verificar como ocorreu na Argentina e no Brasil o processo de institucionalização política dos interesses organizados do futebol, respondendo: (III.1) *Como* os interesses organizados do futebol nesses países se institucionalizam na agenda política do Estado como “[...] normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (*‘taken for granted’*)”? (III.2) *Quais* elementos explicam as diferenças de tratamento desses interesses no sistema político de cada unidade de análise?

(III.1) É detalhado agora *como* os interesses organizados do futebol no Brasil e na Argentina se institucionalizam na agenda política do Estado como “normas não formalizadas, mas assumidas como algo seguro (*taken for granted*). Nas duas unidades de análise, as variantes do populismo tiveram relevância. No Brasil, foi no protopopulismo da Era Vargas (1930-1945) que as relações entre futebol e política – verificáveis desde, pelo menos, a Primeira República (1889-1930) – se tornaram sistemáticas com atuação direta e crucial do governo de Getúlio Vargas, apoio da imprensa e colaboração decisiva de dirigentes esportivos. Na Argentina, essa sistematização ocorreu a partir da ação encabeçada pelo ditador Urriburu e o intendente de Buenos Aires, José Guerrico, em reação à Greve de 1931. No entanto, as influências do yrigoyenismo (protopopulismo) no modelo de associativismo e na projeção da UCR tiveram participação indireta, mas relevante. Em primeiro lugar, porque a ditadura em questão ocorre como golpe ao governo de Hipólito Yrigoyen. Em segundo lugar, porque as mobilizações sociais urbanas se tornaram recorrentes em Buenos Aires e municipalidades circundantes,

obrigando agilidade de Uriburu/Guerrico para pacificar os conflitos sociais e, assim, viabilizar seu governo – à serviço da oligarquia rural. As formas de populismo moderno tiveram seu papel na consolidação de um processo de institucionalização em curso. O peronismo (com Juan e Isabelita) intensificou o processo, dando continuidade à concessão de empréstimos para estádios, exercendo influência sobre a AFA, fomentando outros esportes e conectando essas práticas esportivas a valores perseguidos pela nação. Do mesmo modo, o Segundo Vargasismo (1951-54) dá continuidade no Pós-Guerra ao que foi iniciado pelo mesmo líder no contexto entreguerras, inclusive com a adesão de seus herdeiros políticos, como João Goulart. As ditaduras militares (Argentina, 1976-83; Brasil, 1964-85) atuaram para consolidação dos interesses do futebol na agenda do Estado, continuando a injeção de recursos e conectando os êxitos esportivos aos valores nacionais, com sentido ufanista para silenciar as contradições sociais. Por fim, a construção de uma nova camada nesse processo de institucionalização se dá em governos democráticos (principalmente, com o peronista Menem e com o psdbista FHC)²⁴⁹, respondendo aos impactos da Crise da Dívida com mecanismos defendidos pelo Consenso de Washington, fortalecendo o receituário neoliberal que atinge sua hegemonia nos anos 1990.

Na Inglaterra, cujo desenvolvimento do futebol se deu em um contexto de consolidação dos ideais liberais, o desenvolvimento dos clubes e da FA se deu em um arranjo cujas questões do futebol, inclusive profissionalização, “passe” e constituição de clubes como empresas, foram encaminhados pela iniciativa privada. No Brasil e na Argentina, diferentemente, se deu na crise do liberalismo, quando as coerções culturais não bloqueavam, ao contrário, estimulavam a participação de atores político-estatais nas questões do futebol.

(III.2) É detalhado agora *quais* elementos explicam as diferenças de tratamento desses interesses no sistema político de cada unidade de análise. O arranjo concêntrico argentino potencializou os efeitos do contexto urbano marcado pela ascensão do associativismo civil e do movimento operário. Isso se traduziu no futebol em expansão dos clubes de bairros e municipalidades próximas à Buenos Aires, acelerando a popularização do futebol, e na consistente organização dos jogadores de futebol em busca de melhores condições de trabalho – em um campo cuja sociedade já reconhecia como meio legítimo de ascensão social. Além disso, esse desenvolvimento concêntrico, próximo às instituições políticas centrais do

²⁴⁹ Finchelstein (2019) caracteriza Menem como um populista neoliberal que teve Collor como representante brasileiro. No entanto, apesar de ter iniciado o processo com a Lei Zico, o governo Collor foi breve, tendo as principais medidas ocorridas no governo de FHC (PSDB). Apesar da implementação do receituário neoliberal, não se pode colocar FHC e Menem como completamente iguais. Apesar da consolidação da democracia, segundo Levitsky (1997), Menem teria demonstrado pouco apreço às instituições representativas – o que é típico do populismo. Até o momento, não consta que FHC tenha feito o mesmo.

federalismo argentino, deu aos agentes do futebol a capacidade de exercer pressão sobre o poder central. No Brasil, o arranjo policêntrico deslocou os conflitos para as disputas entre dirigentes esportivos em duas linhas: entre dirigentes de diferentes Estados e na divisão em torno da questão profissionalismo *versus* amadorismo. Os embates intra-elites protagonizados pelas oligarquias regionais também se fez presente no futebol e na relação dele com o sistema político. Assim, a entrada do Estado em cena ocorre na mesma época, sob justificativa diferentes e as consequências disto são identificáveis: a importância dos campeonatos e dos clássicos estaduais, sobretudo entre grandes clubes rivais da mesma cidade (normalmente capital estadual) no Brasil; a capacidade de mobilização dos jogadores argentinos ao longo do tempo e a concentração dos principais clubes em Buenos Aires e arredores.

Outro ponto distintivo é o desenho institucional. A história importa, mas especificidades do sistema político atuam decisivamente para ajudar na diferenciação de um processo de institucionalização. Nos casos em tela, a configuração das relações intergovernamentais no Federalismo e a capacidade do sistema partidário canalizar demandas impactam na forma como se estruturam os mecanismos de influência política e defesa dos interesses do futebol. Como resultado, as estratégias para atuação também no Legislativo no período pós-redemocratização no Brasil – vide a formação da “bancada da bola” coordenada pela CBF; e a articulação em dois níveis na Argentina: visando os líderes provinciais, pela sua proeminência no arranjo político, e visando o Executivo Federal. Se no Brasil a passagem para a Nova República demandou uma articulação suprapartidária e multirregional coordenada pela CBF – com baixa participação efetiva dos clubes (assembleia composta por federações; capacidade de pressão esparsa e desigual dos clubes); na Argentina, a assembleia da AFA e, recentemente, a Superliga se tornaram importantes instâncias de organização dos interesses do futebol por meio da participação dos clubes argentinos – que mantiveram relativa autonomia inclusive em períodos autoritários como foi visto.

Os *objetivos específicos* desta tese foram: (a) verificar quais os papéis do Peronismo na Argentina, da Era Vargas no Brasil e das Ditaduras Militares em ambos, na transformação desses interesses em algo assumido como seguro na agenda do Estado; (b) averiguar, a partir da reabertura democrática, quais foram as estratégias dos grupos representantes do campo esportivo e do político visando acomodar seus interesses e incentivos seletivos; e (c) identificar quais os fatores presentes em cada um dos países desafiam os atores individuais e institucionais a formular estratégias distintas para realizar os seus objetivos.

(a) A pesquisa demonstrou que a comparação da Era Vargas com o Peronismo é problemática do ponto de vista conceitual. Pessoalmente, Getúlio Vargas e Juan Perón são comparáveis pela importância como lideranças históricas. No entanto, a Era Vargas (1930-1945), um período de governo protopopulista, ocorre em um contexto entreguerras e atravessa a Segunda Guerra Mundial, tendo como período de maior reformismo a ditadura varguista do Estado Novo (1937-45). Perón chegou ao poder em 1946, pós-guerras, e seu movimento político sempre esteve respaldado por processos eleitorais, ainda que preconize um tipo de democracia diferente da liberal-representativa, pautada por um partido dirigente sintetizador da vontade nacional. O peronismo era antiliberal, anticomunista, antissocialista e organicista, mas promoveu política de classes mobilizando sobretudo a classe operária argentina, sem o emprego da mesma violência política utilizada pelas ditaduras, inclusive a do primeiro varguismo (Finchelstein, 2019). Desse modo, esse primeiro objetivo específico carecia dessa distinção para apresentar as diferenças na relação com os interesses organizados do futebol. A Era Vargas inaugura a sistematização da relação entre futebol e Estado, que inicia o processo de institucionalização dos interesses organizados do futebol no Brasil. O Peronismo, por meio de Juan e Isabelita, intensifica um processo iniciado por Uriburu/Guerrico e ampliado por Justo.

Para comparar as Ditaduras Militares também é preciso ponderações. A Argentina viveu um período com diversas intervenções e governos militares entre 1930 e 1976. No Brasil, a despeito de ensaios golpistas em 1954 e 1956, o golpe foi efetivado em 1964. Outra diferença é que a Ditadura Militar brasileira (1964-85) conseguiu se institucionalizar de modo reorientar o processo político pós-reabertura. As forças vinculadas ao varguismo precisaram se incorporar no esquema bipartidário da competição eleitoral para o Congresso. De modo que a direita varguista se incorporou majoritariamente ao partido oficial da ditadura, a ARENA; enquanto a centro-esquerda varguista atuou dentro do MDB. Com efeito, a redemocratização brasileira, contando com o retorno do esquema multipartidário, teve nos herdeiros da ARENA e do MDB as forças estruturantes do sistema partidário, ao lado do PT, advindo do movimento sindical, das comunidades eclesiais de base e de intelectuais de esquerda. Assim, os herdeiros do varguismo e as forças que estruturaram o sistema partidário entre 1946 e 1964 não retornaram ao jogo eleitoral como protagonistas. Na Argentina, a Ditadura Militar (1976-83) não se institucionalizou a ponto de diluir ou desarticular os protagonistas do jogo eleitoral do período anterior, a UCR e o PJ – recentemente, o PRO obteve êxito em quebrar o duopólio peronistas-radicais. No entanto, tiveram importante participação para enfraquecer entidades dos segmentos

econômicos que atuavam anteriormente como grupo de interesses. Quanto ao futebol, o destaque de Carlos Alberto Lacoste na condução da preparação do país para a Copa, tornou-o a figura de destaque do futebol argentino, mas não significou o controle direto da AFA. No Brasil, esse controle foi obtido pela vitória do Almirante Barros Nunes, ex-presidente da ARENA, para sucessão de João Havelange na CBD. Em relação aos resultados, uma Copa do Mundo conquistada para cada país, a intensificação da nacionalização do futebol e a utilização de recursos públicos para fomentar o futebol. O fortalecimento anterior da representação trabalhista dos jogadores argentinos fez com que os atletas chegassem ao período ditatorial com importantes garantias profissionais, diferente dos brasileiros que viram a Lei 6.354/76 consolidar o “passe” com retrocessos nas condições de trabalho (extinção do intervalo entre jogos, a questão da concentração etc.).

(b) A reabertura democrática nesses países coincidiu com uma fase de intensa mercadorização e desnacionalização do futebol (Nicolau Neto e Calvacante, 2020). Assim, os interesses organizados do futebol permanecem na agenda do Estado, tendo os poderes do Estado como instâncias de arbitragem, mas o sentido de atuação estatal se modificou visando criar condições para o gerenciamento privado. Os governos democráticos no Brasil e na Argentina não empreenderam grandes esforços para controlar as federações nacionais e demonstraram mais ou menos proximidade em relação aos dirigentes sem, no entanto, confrontos importantes. Nos anos 1990, o neoliberalismo alcançou hegemonia e impactou no futebol com a maior circulação de jogadores, o crescente debate sobre clubes-empresa (avançou mais no Brasil, mas não se tornou dominante em nenhum dos países estudados), a adoção punitivismo penal no combate à violência no futebol (com foco nas *barras bravas* argentinas e nas torcidas organizadas brasileiras) e a consolidação do futebol como mercado e produto, tendo como ideal o torcedor consumidor.

A ascensão da centro-esquerda (governos petistas no Brasil e kirchnerismo na Argentina) interrompeu a hegemonia neoliberal e resgatou práticas de participação econômica mais evidente do Estado em relação aos interesses organizados do futebol – remetendo à primeira camada – sem, no entanto, reverter os elementos neoliberais. Ao contrário, sobretudo no Brasil, houve também medidas coerentes com o receituário neoliberal nesse período. Por fim, o pós-2016 ficou marcado pelo retorno da hegemonia neoliberal reforçando a camada da neoliberalização erigida nos anos 1990.

(c) No Brasil, o ganho de importância do Legislativo e a consolidação do sistema partidário como canal legítimo de demandas estimulou a formação de bancadas temáticas e/ou setoriais no Congresso. Por isso, além das relações e negociações com o Executivo – tendentes à incerteza dada a rotatividade de poder típica da democracia – os interesses organizados do futebol, coordenados pela CBF, edificaram sua organização informal suprapartidária conhecida como “bancada da bola”. Desse modo, o alto escalão do futebol passa a contar com um recurso para atuar com base em um cálculo partidário e regional.²⁵⁰ Além da projeção oportunizada pelos clubes, as federações são entidades intermediárias para recrutamento ou apoio de políticos alinhados aos interesses do futebol, mas a coordenação dessa representação cabe à CBF. Temos assim um sistema organizacional e decisório marcado internamente por uma estrutura de poder vertical, seguindo, portanto, a estrutura federativa do país.

Na Argentina, o enraizamento social dos clubes na dinâmica de associativismo civil gerou os seguintes resultados: oportunizou aos partidos uma fonte de recrutamento de lideranças, permitiu a utilização estratégica dessa proximidade para atores políticos fortalecerem seu capital político e a centralidade dos clubes para alguns bairros e municipalidades serviu para mobilização eleitoral (inclusive, com a utilização das *barras bravas* para tal finalidade). Ademais, a concentração dos maiores clubes nas proximidades de Buenos Aires potencializa a capacidade de exercer pressão política sobre o governo nacional. Apesar da influência de governos autoritários sobre a AFA, os clubes mantiveram relativa autonomia limitando a capacidade de imposição por parte dos ditadores e facilitando a recomposição e articulação para defesa dos interesses organizados do futebol durante o período democrático (exemplo: as sucessivas derrotas do projeto das SADs defendida por Macri). Essa articulação precisa mirar tanto as lideranças provinciais que detém os recursos-chave para disciplina partidária quanto o Executivo Federal.

Será detalhado agora o que se confirmou ou não nas hipóteses e nos argumentos da pesquisa.

Hipótese para o caso argentino. As relações entre futebol e política, identificadas desde o início do século XX, por interesse mútuo (atores políticos se aproximando dos clubes, que ocupavam papel central nas comunidades; dirigentes esportivos em busca de vantagens para o clube ou ingressando na política a partir do capital possibilitado pela centralidade dos clubes

²⁵⁰ Os partidos canalizam as demandas e as bancadas regionais contam para as disputas parlamentares no Congresso, permitem concentrar disputas em distritos eleitorais que demandam menos recursos para vitória em função da distorção eleitoral/vagas e aumenta visibilidade dos interesses em função da capilaridade.

nos bairros), *fizeram com que não houvesse coerção cultural* (1), vetando a entrada das demandas do futebol para decisão e ação política; bem como os reguladores estruturais (partidos políticos, grupos de interesse, líderes de opinião e os meios de comunicação de massa) viam nos interesses organizados do futebol um elemento estratégico para consecução de objetivos. Como antecedentes com potencial explicativo, temos a forma de oficialização das entidades esportivas de modo concêntrico, em torno de Buenos Aires. Tal concentração abria uma janela de oportunidades em função da proeminência do poder Executivo Federal e da proximidade em relação ao centro do poder dos maiores clubes, seus dirigentes e torcedores. O processo de institucionalização se relaciona com a atuação do Peronismo, sendo esse contexto a consolidação dos elementos definidores das configurações iniciais da trajetória que foram ganhando corpo a partir de 1931. A Ditadura Militar tem o papel de intensificação da institucionalização reforçando as configurações originais. *As características do sistema político argentino pós-redemocratização não alteram a dinâmica e o locus (Executivo) da entrada dos interesses organizados na agenda do Estado* (2). Logo, as conjunturas críticas, dada a falta de incentivos ou a incapacidade dos atores de alterar a configuração dessa relação política, resultaram em camadas (*layering*) alterando o sentido e não o fundamento da participação.

(1) A inexistência de coerção cultural não está apenas relacionada ao contato anterior entre atores políticos e dirigentes esportivos. Esse fator e a centralidade dos clubes nos bairros e municipalidades é uma parte da explicação. A outra parte, igualmente relevante, é o contexto de crise dos valores liberais, que se iniciou na Primeira Guerra Mundial (1914-18) e se acentuou a partir da Crise de 1929, reforçando a desconfiança da resolução de conflitos pela livre iniciativa. Esse fator contextual tem influência sobre os reguladores estruturais para facilitar uma saída pela atuação estatal, possibilitando a utilização do futebol como recurso político estratégico. (2) De fato, o Executivo permanece como *locus* da entrada de interesses na agenda do Estado, mas a dinâmica se altera devido ao fortalecimento das lideranças provinciais, incluindo a centralidade dessas lideranças na disciplina partidária no Congresso, seja para atuar como amparo ao grupo ocupante do Executivo Federal, seja organizando os partidos de oposição como bancada opositora. No mais, as hipóteses se confirmaram.

Hipótese para o caso brasileiro. As relações entre futebol e política, identificadas desde o início do século XX, por interesse mútuo (atores políticos se aproximando dos clubes em busca de apoio político e associação de sua imagem aos valores vinculados ao esporte na época; dirigentes esportivos em busca de vantagens para o clube ou ingressando na política a partir do

incremento de capital possibilitado pelos clubes e federações, ambos geridos por membros da elite econômica e com relações próximas às elites políticas estaduais), *fizeram com que não houvesse coerção cultural vetando a entrada das demandas do futebol para decisão e ação política* (1). Bem como os reguladores estruturais (partidos políticos, grupos de interesse, líderes de opinião e os meios de comunicação de massa) viam nos interesses organizados do futebol um elemento estratégico para consecução de seus objetivos. Um elemento adicional foi a crença no poder modernizador do Estado, durante a Era Vargas (1930-1945), em contraste com a desconfiança em relação à capacidade das elites estaduais e dos dirigentes racionalizar o futebol no país (em defasagem organizativa e em resultados esportivos em comparação aos vizinhos Argentina e Uruguai). Como antecedentes com potencial explicativo, encontra-se o pioneirismo da organização futebolística nos estados com ritmo e nível de desenvolvimento distintos (policêntrico). A estrutura do futebol se desenvolveu em termos nacional de modo similar ao pacto federativo: uma confederação nacional forte e centralizadora e a relevância das federações estaduais, marcada pela heterogeneidade entre elas. Esse arranjo federativo e a existência de um sistema partidário nacionalizado com elevado grau de disciplina (pelo menos, até 2016) explicaria o ganho de *protagonismo do Congresso Nacional no período pós-redemocratização* (2).

(1) Tal como esclarecido sobre o caso argentino, a proximidade e/ou coincidência entre dirigentes do futebol e elite econômica e política não é suficiente para explicar o encaminhamento dos interesses organizados do futebol na agenda do Estado. Se os elementos hipotéticos fossem suficientes nada explicaria por que tais assuntos passaram a ganhar tratamento sistemático nos anos 1930 e não antes. Portanto, além das especificidades apontadas nas hipóteses específicas, é reforçada a necessidade de considerar a crise do liberalismo e o fortalecimento de soluções via Estado para superação de conflitos. (2) Além disso, o termo protagonismo não está bem colocado. O Executivo continua dispondo de importantes recursos para obtenção de sucesso. O que houve foi o fortalecimento do Legislativo obrigando maior atenção para as ocorrências do sistema partidário e do interior do Congresso para o êxito da presidência e também, dos grupos de interesses. Em primeiro lugar, discorda-se do argumento de que houve um enfraquecimento do Poder Legislativo²⁵¹ para o encaminhamento dos

²⁵¹ Feloniuk (2014) trata do ativismo judicial e do ganho de prerrogativas do Judiciário na criação de políticas públicas. A emergência ou positivação de direitos individuais, o reforço das instituições judiciárias e o controle de constitucionalidade pelo STF dão um destaque ao judiciário nas questões sociais e demandas populares. Além disso, o autor menciona o histórico do Executivo de ter utilizado com êxito a prerrogativa de iniciativa Legislativa. Contudo, a alegada perda de legitimidade associada à judicialização não ocorre de modo uniforme em toda atuação do Legislativo. A suposta diminuição da atuação do poder

interesses organizados, pois mensurar a iniciativa legislativa não considera o processo de negociação para a acomodação e coordenação desses interesses. Em segundo lugar, a dispersão do poder da presidência e os importantes dispositivos das lideranças partidárias, como observou Palermo (2000), tornam até mesmo a MP um possível instrumento de negociação – não é invariavelmente um mecanismo de submissão do Legislativo. Por isso, os grupos de interesses no Brasil têm aperfeiçoado a suas estratégias de atuação para encaminhar as demandas e, nesse aperfeiçoamento, o Legislativo tornou-se um *locus* indispensável de atuação. No caso em tela, a “bancada da bola” é um exemplo, mas é possível identificar o crescente destaque às frentes parlamentares e bancadas setoriais/temáticas. Desse modo, em que pese a manutenção de importantes prerrogativas do Executivo, o Legislativo importa mais (e não menos), mesmo que sua relevância seja por meio de políticas públicas iniciadas pelo Executivo, mas resultantes de uma negociação com o Congresso e representantes (parlamentares ou não) dos interesses em questão. Essa modificação é, inclusive, uma forma de otimização no encaminhamento de demandas, uma vez que o processo de tramitação de iniciativas de parlamentares é mais complexo, moroso e sem os mecanismos de urgência.

Hipótese geral. Nas duas unidades de análise, o futebol se constituiu em importante *instituição política informal*. Não só porque seus interesses organizados passaram por um processo de institucionalização que os colocou de modo seguro na agenda estatal, mas também pela capacidade de ofertar bens relevantes para o jogo político. *A institucionalização seria decorrente da resposta a contextos institucionais formais, posto que as instituições formais podem ser eficientes para influenciar comportamentos e práticas, mas não podem prever e*

Legislativo mensurada pelo exitoso uso dos poderes legislativos do Executivo não mede, como é possível verificar em Palermo (2000), a dispersão do poder da presidência e a necessidade de negociação do gabinete presidencial (normalmente suprapartidário) com as bancadas do Congresso. Em um nível, os partidos vinham em marcha de institucionalização (Braga, 2012) – ao menos até 2014 – e, em outro, o destaque às frentes parlamentares e bancadas temáticas fortalecem o poder de atuação setorial. O que estamos afirmando, pelo exemplo da institucionalização dos interesses organizados do futebol, é que o Legislativo se tornou forte a partir do processo de redemocratização e a constituição de uma “bancada da bola” (a exemplo de outras bancadas temáticas) organiza a negociação com o Executivo e aumenta a capacidade de demandar políticas setoriais. Ao longo da tese, foram citados dois exemplos: o êxito do primeiro governo Lula em aprovar a Lei da Timemania quase sem alterações em relação à MP (concebida de modo negociado e aprovada) e o bloqueio à MP 984 (do Mandante) no governo Bolsonaro ao excluir os atores decisivos dos interesses do futebol. A MP perdeu validade e, após a negociação com os atores decisivos, a Lei do Mandante passou sem sobressaltos. Demonstrando que a negociação é um requisito para o sucesso da iniciativa legislativa do Poder Executivo. Dallari (2015) analisa a história do veto e, por ela, é possível verificar o ganho de capacidade do Legislativo após 1988. A capacidade do Legislativo para derrubada do veto é medida pela quantidade de votos necessária (quanto mais votos para a derrubada, menor a força) e pelo tipo de voto (nominal indica menor força que o secreto por permitir retaliações da presidência). O veto presidencial consta em todas as Constituições republicanas, desde 1891. Apenas na Constituição de 1934 e na CF88 a derrubada do veto é por maioria absoluta. De 1891 a 1934, de 1937 a 1961 e de 1963 a 1988 eram necessários 2/3 dos votos, variando se a votação era nominal e se a proporção era em cada casa ou na sessão conjunta. Excepcionalmente, entre 1961 e 1963 o Legislativo precisava de 3/5 dos presentes em sessão conjunta. Após 1988, passou à necessidade de maioria absoluta, sendo até 2013 voto secreto e, após 2013, com voto nominal (Dallari, 2015). Ou seja, apesar do voto nominal reduzir um pouco essa capacidade após 2013, o Legislativo ganhou força para derrubar o veto presidencial a partir de 1988 em relação aos períodos anteriores (exceção do curto período 1934-37).

abranger todas as situações possíveis (1). Os clubes, desde muito tempo, têm sido utilizados para recrutamento de lideranças políticas (não é por acaso a quantidade de políticos oriundos dos quadros e da direção dos clubes) e têm sido fundamentais para a oferta de bases eleitorais claramente identificáveis para estratégias políticas, o que estimula a aproximação de atores da política. Não se trata apenas da exposição proporcionada pelo futebol, mas de um recurso potencialmente estratégico para o jogo político dada a possibilidade de socialização política (caráter associativo dos clubes e federações, regidos por estatutos e marcados por eleições e disputadas políticas internas, contato com atores políticos). *Essa relevância como instituição política informal eleva os custos para a retirada dos interesses do futebol da agenda política. Por isso, as mudanças de ciclo político ou se constituíram em pontos focais dando sequência à trajetória ou conjunturas críticas onde o sentido se alterou (mais ou menos investimento estatal, mais ou menos neoliberal), sem a retirada dos interesses da agenda do Estado* (2). As diferenças na forma como esses interesses são tratados no sistema político expressam a influência de elementos antecedentes com potencial condicionante na trajetória (portanto, explicativo para a tese) e do desenho do sistema político. Afinal, a configuração das instituições exige dos atores a formulação de estratégias coerentes para a consecução dos objetivos e o processo de aprendizagem institucional amplia a possibilidade de êxito dos atores e, conseqüentemente, aumenta a resistência para aceitar desenhos institucionais completamente diferentes, mesmo nas mudanças de ciclos políticos. Ainda mais em contextos presidencialistas competitivos polarizados, como os aqui analisados.

(1) Foi aberta essa seção de *Considerações Finais* esclarecendo que não se confirmou a ideia de uma institucionalização informal como resposta a contextos institucionais formais. De fato, houve uma resposta coerente com um contexto político mais amplo: a crise do liberalismo. Esse contexto retira os custos das coerções culturais que poderiam bloquear o encaminhamento político de relações privadas no futebol, porém isoladamente isso não explica o início do processo de institucionalização. É preciso considerar que os fatores locais que causaram essa forma de institucionalização não são exclusivamente contextos de instituições formais, mas ocorrências externas às instituições formais estatais (Greve na Argentina; divisão entre dirigentes no Brasil). A opção permitida pela ausência de coerção cultural foi operada *endogenamente aos arranjos institucionais formais* e, com interesse mútuo entre atores políticos e dirigentes esportivos, foram encaminhadas por um número limitado de agentes, de

modo “top-down”, gerando conseqüentemente assimetria de poder (vantagens competitivas aos atores políticos próximos ao futebol e aos dirigentes esportivos próximos ao Estado).

(2) A questão da elevação dos custos para a retirada dos interesses da agenda do Estado também precisa ser tratada com um esclarecimento sobre como o tempo de institucionalização eleva os custos. Ao longo desse tempo existe um processo de aprendizagem dos atores. Foi trabalhado com a perspectiva de que a dependência de trajetória não é determinística, por isso, é preciso detalhar como a capacidade de agência baseada em cálculos racionais moldados pelo contexto histórico operam nesse objeto. Recorre-se à fala de Silvio Torres:

[...] a grande linha de defesa deles que a gente quebrou quando constituiu a CPI, era que se tratava de uma atividade privada: o futebol era privado e o Estado não tinha que se meter. E isso, tinha jurista que defendia, jurista que não defendia. Era ainda uma questão muito polêmica e que permeou toda briga pelo futebol, toda a nossa luta e de outros, de antes ou depois [...] Chegou ao ponto, o ápice disso foi a influência de um Ministro do Supremo, que foi o caso do Jobim, em um momento ele impediu o acesso da gente a um monte de coisa. Isso mostrou o quanto o futebol estava forte naquela época, o poder futebol dentro do Congresso e das instituições de uma forma geral. Foi o auge da influência deles (Torres, 2021).

O processo de aprendizagem faz com que referências consolidadas, mesmo que características de períodos anteriores influenciem nas estratégias dos atores, pois elementos da configuração inicial de uma trajetória estruturam a capacidade de agência provocando reações e contrarreações. Nesse exemplo brasileiro, o que estava em jogo? O combate à corrupção na CBF e nas federações estaduais. Em função da histórica relação entre a CBF e o Estado (desde quando ainda era CBD), o envolvimento político sempre conferiu vantagens para a operação dessas instituições, inclusive a caracterização como entidade sem fins lucrativos (reduzindo o percentual de impostos pagos) e a baixa fiscalização sobre os recursos movimentados por essas entidades. Para modificar o cenário, a saída foi reconhecer a presença desses interesses na agenda do Estado, formando uma CPI. A forma de evitar tal investigação era descaracterizar a legitimidade da influência do Estado (a mesma influência que ajudou na estruturação e desenvolvimento dessas instituições), por isso o recurso à Justiça para consagrar o caráter privado da CBF e das federações e inviabilizar a CPI. O fato de não haver consenso entre os juristas demonstra como é controversa essa relação Estado-futebol, que se consolidou historicamente como segura na agenda do Estado, não de um modo formal e juridicamente inequívoco, sim de maneira informal. Nesse momento, alguns atores políticos desejando a fiscalização das entidades de futebol optou por recorrer e consolidar tal questão como assunto de Estado, legitimando as práticas de contextos anteriores – havendo entre os atores políticos defensores da CPI interessados em emplacar a obrigatoriedade do clube-empresa (coerente com

o pressuposto *hayekiano* da licitude da intervenção estatal em defesa do gerenciamento privado).

Para exemplificar com o caso argentino, Mauricio Macri era defensor da redução da participação econômica do Estado, para tentar implementar o seu projeto de clube-empresa (SADs) apresentou a proposta na assembleia da AFA. Uma vez derrotado, recorreu a ministros do governo De la Rúa, reconhecendo a legitimidade da atuação estatal. O mesmo Macri, como presidente, repetiu as práticas ao utilizar a IGJ para evitar a vitória de Hugo Moyano e ao reencaminhar o projeto das SADs (novamente sem sucesso). Ou seja, visando encaminhar um projeto de interesse econômico sobre o futebol, um ator político adepto ao neoliberalismo age coerente com a tese *hayekiana* segundo a qual a atuação estatal não deve ser rejeitada, como o era na vigência de uma concepção liberal clássica.

Por esses exemplos, pode-se verificar que a interrupção de um ciclo político não significa a renovação total de atores e a vigência automática de novos elementos estruturantes da agência. Atores formados no ciclo anterior e soluções bem-sucedidas em outros contextos continuam a estruturar a racionalidade e, por isso, ampliam a resiliência. Desse modo, a *path dependence* não é determinística e a força de uma institucionalização não se explica genericamente pelo tempo e, sim, pela capacidade de aprendizagem dos atores e pelo fato de que *a mudança de ciclo político não significa automaticamente a construção de um contexto inteiramente novo com atores estreatantes*, impermeáveis às influências de conjunturas antecedentes.

O argumento é que a configuração atual de institucionalização dos interesses do futebol guarda relação direta com a origem da trajetória. *Quando um processo de institucionalização de interesses de um grupo social antecede o sistema partidário, aumenta a resiliência das práticas presentes na configuração original* (1). Nesses casos de restrição da capacidade reformista, o alcance institucional do sistema partidário parece encontrar um *veto player* cuja força é proporcional à antiguidade do fenômeno analisado. Assim, a possibilidade de mudança institucional tende a ser maior por camadas (*layering*) e não pela ruptura completa com os elementos originários da trajetória. Cenários como esse, encontram em rupturas bruscas (golpes, trocas de regime político, intervenção estrangeira, etc.) as conjunturas críticas mais favoráveis às reformas substanciais. O que não elimina o custo de tais mudanças perante à opinião pública e à base social de sustentação política das elites políticas do novo marco institucional. *Por exemplo, esses custos limitaram o ímpeto transformador das Ditaduras*

Militares no Brasil e Argentina, e os benefícios disponíveis no aprofundamento das relações do Estado com o futebol fizeram os atores das ditaduras militares optarem por novas medidas, não para reverter a trajetória, mas para continuá-la (2). Esses contextos de pontos focais ajudaram nos processos de institucionalização que transformaram os interesses do futebol em um dos temas presentes na agenda do Estado mais resistentes ao amplo reformismo que os dois países passaram sob a égide da hegemonia neoliberal (anos 1990 e pós-2016). Ademais, no período após a reabertura democrática, em ambos os países, as reminiscências da formação do contexto originário estavam refletidas e reforçadas nas próprias características do sistema partidário: o caráter dual e o aprofundamento do conflito centro-interior na Argentina; o caráter nacional da negociação partidária e o sistema partidário como canal de resolução dos problemas federais de ação coletiva no Brasil, pelo menos até 2016 (SIMPSON, 2017). *Se não pode romper com a configuração de uma trajetória que o antecede, o sistema partidário explica em resultados eleitorais o impacto das clivagens no funcionamento do Estado e na dinâmica da politização de interesses organizados* (3).

Quanto ao argumento, seguem três considerações finais. A primeira consideração demanda desenvolvimento. (1) Essa parte do argumento deve ser testada em outros trabalhos, sobre outros processos de institucionalização, de modo sistemático. Pois, identifica-se, a partir das análises aqui detalhadas, um caráter generalizante da necessidade de considerar o ordenamento dos acontecimentos. Em função do processo de aprendizagem dos atores, da sua ação racional contextualizada e da tendência das reações e contrarreações ao contexto inicial, a sequência dos fatos pode se constituir em variável independente. No caso em tela, o sistema partidário, mesmo quando atuou como canalizador das demandas, demonstrou poucas condições para romper com um processo de institucionalização antecedente, o que ajuda a compreender a mudança por camadas como um mecanismo para reorientar as políticas, visando fins mais coerentes com o novo contexto, sem uma ruptura completa com o início da trajetória. Dito de outro modo, práticas consolidadas em uma sociedade antes da estabilização do sistema partidário tendem a se legitimar socialmente elevando os custos para atores políticos eletivos encaminharem o rompimento, daí o aspecto gradual, cumulativo e incremental das mudanças de aqui identificadas.

A segunda consideração tem caráter corretivo, pois não é claro o ímpeto transformador das Ditaduras Militares nos dois países. (3) Ao contrário, o caráter conservador desses contextos marcou a continuidade da trajetória reforçando elementos da configuração inicial e

intensificando o uso dessa relação para a sua consolidação enquanto regime. No Brasil e na Argentina, as estruturas erigidas e consolidadas pelos líderes protopopulista e populistas foram reorientadas com caráter ufanista e militarizadas para maior controle e generalização do valor das hierarquias, sem a construção de um novo arranjo ou de um novo sentido na participação (sobretudo econômica) do Estado – além do potencial para explorar objetivos materiais mais imediatos, como cargos e controle de recursos, ou simbólicos como o capital político.

A terceira consideração tem caráter complementar. (3) Na Argentina, o início da institucionalização se dá num contexto em que os efeitos da clivagem centro (Buenos Aires) *versus* periferia (interior) se fazia presente e influenciava até na forma de desenvolvimento do futebol, a ascensão do peronismo modificou o cenário: ainda que persistam tensões oriundas da clivagem centro-periferia, outro fator passou a estruturar as disputas políticas: o peronismo *versus* antiperonismo. O triunfo do peronismo após os anos 1990, com o enfraquecimento da UCR, fez surgir uma oposição (PRO) que não recorreu a elementos culturais e estéticos do antiperonismo para se tornar competitiva. Assim, o sistema partidário traduz em resultados eleitorais essas clivagens e está relacionado à dinâmica da politização de interesses organizados que não pode romper por si só. No Brasil, as influências dos estados e do regionalismo ainda se faz presente. E por esses elementos se fazerem presentes, também precisam ser considerados para elaboração de estratégias a fim de emplacar interesses na agenda do Estado.

Existem diferenças de graus de institucionalização que ficaram implícitas ao longo do trabalho e que foi apresentada na quinta seção. Se é possível traçar um gradiente entre Brasil e Argentina, tais diferenças podem ser explicadas pelo papel do sistema partidário. Na Argentina é uma institucionalização mais frágil em função da grande dependência da capacidade de iniciativa dos Executivos (nacional e provinciais) e da ausência de meios nos canais institucionais formais para garantir a autonomia relativa dos interesses organizados do futebol em relação a outros e à sua base social. Ainda assim é uma instituição política informal com o cumprimento de papéis políticos estratégicos (meio seguro e constante para recrutamento de lideranças políticas, definição de uma base eleitoral claramente identificável e a capacidade de mobilização eleitoral, incluindo a participação das *barras bravas* nesse processo). Em resumo: o futebol argentino institui práticas políticas, é uma ferramenta estratégica para os atores políticos e possui capacidade de pressão em busca de vantagens competitivas. Contudo, a fragilidade não pode ser confundida como inerente às instituições informais. No Brasil, a institucionalização que foi pesquisada é mais forte e cumpre os requisitos da definição, tendo a

“bancada da bola” como evidência da obtenção de autonomia relativa em relação aos outros interesses e à base social, diferentemente do caso argentino. A explicação para essa diferença é o grau de relevância do sistema partidário brasileiro para encaminhar interesses organizados (possibilitando a atuação dos grupos de interesses com base em estratégias partidárias e regionais visando ao êxito no Legislativo).

Conforme detalhado, o intento foi compreender o processo de institucionalização dos assuntos do futebol na agenda do Estado entre 1930 e 2020, em perspectiva comparada entre as unidades de análise: Brasil e Argentina. Os anos 1930 marcam rupturas políticas e a inclusão sistemática dos assuntos do futebol na agenda do Estado nos dois países. Note-se que, de modo algum foi afirmado que os anos 1930 inauguraram todo tipo de ação político-estatal relacionado ao futebol. Falou-se de inauguração de um processo sistemático com presença constante e segura na agenda estatal. Enquanto o ano de 2020 fecha o marco temporal evidenciando o retorno, nas duas unidades de análise, de uma lógica neoliberal mais evidente e intensa cuja abertura para o capital privado não pode ser confundida com a retirada do futebol da agenda do Estado.

Esta tese foi impactada pelas limitações impostas pela pandemia de Covid-19, dificultando o acesso a entrevistados, o que atrasou sua finalização. No Brasil, essas dificuldades foram sanadas parcialmente com o auxílio de intermediários, que apresentaram os entrevistados. No entanto, em relação à Argentina essas limitações se tornaram obstáculos. O atraso para a liberação de viagens internacionais empurrou para o início de 2022 a possibilidade de ida à Argentina e, mesmo assim, com tempo reduzido para o estabelecimento de contatos que dessem acesso aos potenciais entrevistados. Infelizmente, no caso argentino, os contatos por recursos digitais e telefônicos não foram suficientes. A ausência dessas entrevistas restringiu a comparação entre a imagem produzida pela pesquisa e a impressão/avaliação de observadores qualificados. Além das limitações impostas pelo contexto sanitário, foi avaliado que a inclusão de dirigentes esportivos como público-alvo das entrevistas, sobretudo aqueles que possuem atuação política (direta como parlamentar ou indireta em relações institucionais na CBF, AFA e clubes) pode oferecer um panorama mais amplo para a compreensão do processo de institucionalização dos interesses organizados.

Como agenda futura de pesquisa é necessário observar os seguintes percursos. Na Argentina, uma pesquisa interessante é averiguar se há relação (e como se dá essa relação, caso haja) entre a continuidade da maior nacionalização do futebol no período pós-redemocratização

e a capacidade dos clubes regionais exercerem pressão sobre os líderes políticos provinciais – centrais no jogo político do país. Cumpre investigar, também, se a ascensão dos parlamentares rurais (*agrodiputados*) estimulará uma corrida por bancadas setoriais em outros segmentos e avaliar como essa corrida (caso ocorra) pode afetar os interesses organizados do alto escalão do futebol. Outra linha de investigação necessária é acompanhar se o fortalecimento da Superliga conduzirá o encaminhamento das demandas do futebol para a sociedade civil, distanciando-se do Estado como ocorre em países europeus com liga de clubes fortes. Ou, por outro lado, se o peso da trajetória vai consolidar a Superliga, tal como foi a Assembleia de Clubes da AFA por algum tempo, como instrumento de pressão para encaminhar os interesses organizados do futebol junto ao Estado.

No Brasil, como agenda futura, a pesquisa deve mensurar o impacto do federalismo bolsonarista nas relações intergovernamentais e as alterações no sistema partidário que ficaram mais evidentes em 2016 e 2018. A compreensão dessas mudanças é central para o entendimento de como os interesses adentram o sistema político, como se institucionalizam na agenda do Estado e oferece parâmetros de como os grupos de interesse devem elaborar estratégias para uma atuação bem-sucedida no encaminhamento de suas demandas. Outra investigação necessária é avaliar se a SAF vai emplacar como modelo relevante de clubes e, em caso positivo, como a entrada da figura do empresário (“dono”) e do *chief executive officer* – CEO vai afetar as relações entre dirigentes, que deixarão de representar associações civis sem fins lucrativos, competindo esportivamente e passarão a ser empresas concorrentes esportiva e financeiramente. Desse modo, é fundamental observar ainda como esse novo arranjo vai impactar na articulação para a defesa dos interesses organizados do futebol, bem como a eminente constituição de uma Liga de Clubes cuja organização no Brasil está sendo disputada pela *Codajás Sports Kapital* com participação do *BTG Pactual*, pela empresa de tecnologia e negócios *LiveMode* e por executivos da *La Liga* (liga de clubes da Espanha) com intermédio da *XP Investimentos* e da *Alvarez & Marsal*.²⁵² De início, as tratativas para a liga já começam com

²⁵² Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro, foi um dos fundados do *BTG*. A equipe de agentes da *Codajás* conta com Flávio Zveiter (ex-membro do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, sobrinho do ex-deputado Sérgio Zveiter, filho do ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Rio, Luiz Zveiter, e neto de Waldemar Zveiter, membro do Superior Tribunal de Justiça); Ricardo Fort (ex-executivo global de patrocínios da Visa e da Coca-Cola); Charles Stilitano (um dos desenvolvedores da Major League Soccer, a liga estadunidense de futebol); e com o consultor Rick Parry (um dos criadores e primeiro CEO da Premier League Inglesa). A *LiveMode* promete desenvolver tecnologia e novos modelos de negócios adequados ao contexto digital para as entidades esportivas, essa empresa foi fundada pelos ex-donos do canal por assinatura Esporte Interativo, vendido para estadunidense *TNT Sports (Turner Network Television)*. A *Alvarez & Marsal* é uma empresa multinacional de consultoria, fundada por um ex-banqueiro do Citibank e seu sócio, já teve clientes como o banco *Lehman Brothers* e a rede de lojas de varejo estadunidense *Target*. O nome *Alvarez & Marsal* foi muito mencionado na imprensa recentemente pela contratação de Sérgio Moro, ex-juiz, ex-Ministro e ex-candidato à presidência em 2022.

uma divisão importante acerca da distribuição dos valores relativos aos direitos de transmissão. Alguns clubes paulistas (Corinthians, Palmeiras, Santos, São Paulo, RB Bragantino e Ponte Preta), Flamengo, Vasco e Cruzeiro assinaram o estatuto da Libra – Liga do Futebol Brasileiro, que distribui apenas 40% de modo igualitário e mantém 30% por critérios de audiência que são polêmicos (como assinatura de pay-per-view e interação em redes sociais). No entanto, 23 clubes das séries A e B compõem o grupo Forte Futebol, dentre os quais Ceará, Fortaleza, Athletico Paranaense e Coritiba, que é contrário ao critério defendido pela Libra e propõem um percentual de divisão igualitária maior, à exemplo da Premier League inglesa.

REFERÊNCIAS:

Livros, artigos e demais fontes acadêmicas

ABRANCHES, Sergio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio et al (eds.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp.11-34.

ABRUCIO, Fernando. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Depto de Ciência Política-USP/Hucitec, 1998.

ABRUCIO, Fernando; GRIN, Eduardo J.; FRANZESE, Cibele; SEGATTO; Catarina I.; COUTO, Claudio G. Combate à COVID-19 sob o federalismo *bolsonarista*: um caso de descoordenação intergovernamental. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 54 (4), pp.663-677, jul.-ago. 2020.

ACEPROJECT. Can independent candidate compete in presidential or legislative elections? *ACE Project – The Electoral Knowledge Network*, [1998-2021]. Disponível em: <<https://aceproject.org/epic-en?question=PC008&f=>>. Acesso em 04.out.2021

ALABARCES, Pablo. Cidadania e narrativas nacionais do futebol argentino contemporâneo. *Eco-Pós*, v. 5, n.1, 2002, pp.27-36.

_____. Maradona, el fútbol, la Patria, el peronismo y otros gremios paralelos: um heroe en disponibilidad. *Encrucijadas*, n.33, 2005. Universidad de Buenos Aires, pp. [s/n], online. Disponível em: <http://repositorioubi.sisbi.uba.ar>. Acesso em 14.fev.2020

ALABARCES, Pablo; DUEK, Carolina. Fútbol (argentino) por TV: entre el espectáculo de masas, el monopolio y el Estado. *Logos 33 – Comunicação e Esporte*, vol. 17, n.2, 2010, pp.16-28.

ALBANO ABREU, Gustavo. El pobre federalismo del fútbol Argentino. Comparación con el sistema de competición de Brasil. *Revista de Derecho del Deporte*, n.01, abr. 2012. Disponível em: <https://ar.ijeditores.com/articulos.php?idarticulo=48765&print=2>. Acesso em 11.fev.2020.

AMORIM NETO, Octávio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplinas legislativas no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 43, n.3, 2000, pp.479-519.

ANDRADE, Vera R.P. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARRETCHE, Marta. The veto power of subnational governments in Brazil: political institutions and parliamentary behavior in the post-1988 Period. *Brazilian Political Sciences Review*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2007, pp.40-73.

_____. Continuidades e discontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. *Dados*, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, pp.377-423.

AZEVEDO, Aldo A. *Dos velhos aos novos “cartolas”: uma interpretação do poder e suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília.

BARBIERI, Pablo C. El Estatuto del futbolista profesional y algunas inconsistencias. *Sistema Argentino de Información Jurídica – SAIJ*, 30.out.2013, Id SAIJ: DACF130333. Disponível

em: <http://www.saij.gob.ar/pablo-carlos-barbieri-estatuto-futebolista-profesional-algunas-inconsistencias-dacf130333-2013-10-30/123456789-0abc-defg3330-31fcanirtcod>. Acesso em 18.abr.2022.

BARBOZA, Kalleb; SIMÕES, Klaus; KIELING, Nicolas. *Futebol, uma questão de Estado: o desenvolvimento e a consolidação do futebol brasileiro através da propaganda*. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017.

BARRIENTOS, Miguel. *O Federalismo comparado entre Brasil e Argentina: o poder dos governadores desde a redemocratização*. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BECKER, Gary S. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education (3rd Edition)*. The University of Chicago Press, 1994.

BEIRED, José Luis B. “A Grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina”. *Revista Brasileira de História*, v.21, n.42, São Paulo, pp.303-322, 2001.

BELMAR, Thiago H. *Grupos de interesse e o processo de modernização do futebol brasileiro: da redemocratização ao Bom Senso Futebol Clube*. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

BENGTSSON, Bo; RUONAVAARA, Hannu. “Comparative Process Tracing: Making Historical Comparison Structured and Focused”. *Philosophy of the Social Sciences - POS*, [S.I.], v. 41, Issue 1, pp. 1-23, 2017. DOI: 10.1177/0048393116658549.

BERNARDI, Bruno B. O conceito de Dependência da Trajetória (*Path Dependence*): definições e controvérsias teóricas. *Perspectivas*, São Paulo, v.41, p.137-167, jan./jun. 2012.

BOITO, A. Neofascismo e Neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, v.4, n.2, jul-dez, 2020, pp.8-30.

BONVECCHI, Alejandro; ZELAZNIK, Javier. Recursos de gobierno y funcionamiento del presidencialismo en Argentina. *Fundación Manuel Giménez Abad de Estudios Parlamentarios y del Estado Autonómico*, Zaragoza, 2010, pp. 1-44. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5743048.pdf>. Acesso em 3.mar.2022.

_____. Poder de decreto presidencial y comportamiento legislativo en Argentina. *Rev. Urug. Cienc. Polít.*, Montevideo, v.26, n.1, p.111-130, jul. 2017. Disponible en http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2017000100111&lng=es&nrm=iso. Accedido en 04 marzo 2022.

BORGES, André. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v.1, n.2, 2007, pp.108-136.

_____. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, Rio de Janeiro, v.58, n.3, 2015, pp.651-688.

BOTANA, Natalio. *El Orden Conservador*. Epublibre, 2019 (Digitalização da Edição de 1977 – Biblioteca Argentina de História e Política, *Proyecto Scriptorium Ex-Libris*).

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papius, 1996.

BRANCO, Marcello S. *A democracia federativa brasileira e o papel do Senado no ajuste fiscal dos anos 1990*. São Paulo: 2007. 215f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRAGA, Maria S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

_____. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, pp.43–73, 2010.

BRAGA, Maria S; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. Organización, territorio e sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. *América Latina Hoy*, n.62, p.15-45. 2012.

BREITKREITZ, Luciano A. “A Ditadura e o Futebol na América do Sul: a construção de um imaginário coletivo através das Copas do Mundo de 1970 e 1978”. *Revista Semina*, v.11, n.1, 2012, pp.1-13.

CALVO, Ernesto; ESCOLAR, Marcelo. *La nueva política de partidos en la Argentina: crisis política, realineamientos partidarios y reforma electoral*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

CALVO, Ernesto; SZWARCBERG, Mariela; MICOZZI, Juan P.; LABANCA, Juan F. Las “Fuentes Institucionales del gobierno dividido en la Argentina: sesgo mayoritario, sesgo partidario y competencia electoral en las legislaturas provinciales argentinas”. In: CALVO, Ernesto & ABAL MEDINA, Juan. M. (Ed.). *El Federalismo Electoral Argentino: Sobre representación, Reforma Política y Gobierno Dividido en la Argentina*. Buenos Aires: SGP – Secretaría de la Gestión Pública, Jefatura de Gabinete de Ministros, Proyecto de Modernización del Estado, 2007. p. 63-112.

CALVO, Ernesto; ABAL MEDINA, Juan. M. Prefacio a la Segunda Edición. In: CALVO, Ernesto & ABAL MEDINA, Juan. M. (Ed.). *El Federalismo Electoral Argentino: Sobre representación, Reforma Política y Gobierno Dividido en la Argentina*. Buenos Aires: SGP – Secretaría de la Gestión Pública, Jefatura de Gabinete de Ministros, Proyecto de Modernización del Estado, 2007, p.7-10.

CAO, Horacio; RUBINS, Roxana. Administración nacional y administraciones provinciales: similitudes y diferencias. In: CALVO, Ernesto & ABAL MEDINA, Juan. M. (Ed.). *El Federalismo Electoral Argentino: Sobre representación, Reforma Política y Gobierno Dividido en la Argentina*. Buenos Aires: SGP – Secretaría de la Gestión Pública, Jefatura de Gabinete de Ministros, Proyecto de Modernización del Estado, 2007, p.257-272.

CAPRARO, André M. *Football, uma prática elitista e civilizadora: investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX*. 2002. 150f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

CARVALHO, José M. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, ed. atualizada e revisada, 2019.

CASTILLO, Hernán. *Todo pasa: fútbol, negocios y política de Videla a los Kirchner* [EBook]. 1a. ed. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2012.

CASULLO, María E. “Argentina: del bipartidismo a la ‘democracia peronista’”. *Nuso – Nueva Sociedad*, n.258, Coyuntura, jul.-ago. 2015, pp.16-28. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/argentina-del-bipartidismo-la-democracia-peronista/>. Acesso em 05.abr.2022.

CHAIM, Aníbal R. M. *A bola e o chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Universidade de São Paulo.

CHEIBUB, José A.; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos e Governadores como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, pp.195-231.

COLLIER, David; BRADY, Henry E.; SEAWRIGHT, Jason. Sources of Leverage in causal inference: toward an alternative view of methodology. In: BRADY, Henry & COLLIER, David. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2004. pp.180-199.

_____. Outdate views of qualitative methods: time to move on. *Political analysis*, Cambridge, v. 18, pp.506-513, 2010.

COPEs – CENTRO DE OPINIÓN PÚBLICA Y ESTUDOS SOCIALES. *Fútbol una pasión de los argentinos – Encuesta de Opinión Pública*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales de la UBA – UBA Sociales, 5 y 7 de diciembre de 2014. Disponível em: <http://www.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/Informe-sobre-F%C3%BAAtbol-Argentino-Diciembre-2014.pdf>. Acesso em 21.dez.2021.

DAL SANTO, Luiz Felipe. Populismo Penal: o que nós temos a ver com isso? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 168/2020, p. 225-252, jun.2020.

DALLARI, Paulo M. O Instituto do Veto Presidencial no Constitucionalismo Brasileiro Contemporâneo. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015.

DAMANTE, Nara. *Grandes nomes da mídia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUCA, Miguel. Political Recruitment and Candidate Selection in Argentina: Presidents and Governors (1983-2005). Trabalho apresentado na *Conference Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin America*, Winston-Salem, 2004.

_____. Del príncipe y sus secretarios. Cinco apuntes sobre gabinetes presidenciales en la Argentina reciente. In: MALAMUD, Andres & DE LUCA, Miguel. *La política en tiempos de los Kirchner*. Buenos Aires, Eudeba, 2012, pp.37-48.

DI TELLA, Torcuato S. *Historia de los partidos políticos en América Latina, siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *Ideas para una nueva etapa en la política argentina*. Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 2008.

_____. Comparação entre os sistemas políticos da Argentina, do Brasil e do Chile – Raízes Históricas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, vol.25, n.72, São Paulo, fev. 2010, pp.9-20.

DONATELLO, Luis. Elites econômicas e elites políticas frente à democracia: as fontes da debilidade institucional argentina em comparação com o Brasil. In: BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago. *Brasil e Argentina: políticas e trajetórias de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, pp.147-166.

DRUMOND, Mauricio. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos Históricos*, vol.22, n.44, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2009, pp. 398-421.

_____ (2020). “Entre políticos e paredros: as relações políticas do futebol brasileiro na primeira metade do século XX”. In: GIGLIO, Sérgio S. & PRONI, Marcelo W. (orgs.) (2020). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, pp. 44-61.

EATON, Kent. “Menem and the Governors: Intergovernmental Relations in the 1990s”. In: LEVITSKY, Steven & MURILLO, María V. (Ed.): *The Politics of Institutional Weakness Argentine Democracy*. Pennsylvania State University Press, 2005. p.88-114.

EASTON, David. *Uma Teoria de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

ECHT, Leandro. Fundación Pensar y PRO en Argentina: ¿asesoramiento basado en evidencia o apoyo político-partidaria? *International Network for Government Science Advice – INGSA*, 12.jan.2021. Disponível em: <https://ingsa.org/ingsa-news/echt-lac2020/>. Acesso em 15.abr.2022.

EGÜES, Nicolás. Notas sobre Sistemas Electorales Comparados, con Especial Referencia a la Elección de Senadores Nacionales en Argentina. *Resenha Eleitoral (Florianópolis)*, v. 21, n. 1, pp.143-158, nov. 2017.

FAIR, Hernán. Fantasías, mitos y creencias ideológicas em los tiempos de Macri. *InterSedes – Revista Electrónica de las regionales de la Universidad de Costa Rica*, v. XXII, n.45, jan.-jul. 2021, pp.220-262. DOI: 10.15517/isucr.v22i45.47066.

FELONIUK, Wagner S. Poder Legislativo e ativismo judicial: fatores institucionais que influem na separação dos Poderes no Brasil. *Revista Quaestio Iuris*, v.7, n.2, p. 533-563, out. 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/rqi.2014.13424>.

FERNANDES, Antônio S.A. Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, São Paulo, n.53, 1.º Semestre de 2002. pp.79-102

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados*, Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995, pp.479-525.

_____. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados*, Rio de Janeiro, v.45, n.2, 2002, pp.303-344.

FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. Jogada de Médici: o uso da Loteria Esportiva pelo Regime Militar Brasileiro. *Revista Rua*, n.23, v.2, Campinas: nov. 2017, pp.267-289.

FLORENZANO, José P. A dimensão política do futebol-arte. In: GIGLIO, Sérgio S.; PRONI, Marcelo W. (orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas-SP: Editoria da Unicamp, 2020, pp.80-96.

FOER, Franklin. *Como o Futebol Explica o Mundo: Um Olhar Inesperado sobre a Globalização*. Tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FREITAS JUNIOR, Miguel A.; HIRATA, Edson. Bastidores do jogo: as interferências na elaboração da Lei Pelé. *Projeto História*, n. 49, São Paulo, Abr. 2014, pp.119-155.

FRIEDMAN, Milton. Neoliberalism and its Prospects. Farmand, Feb. 17, 1951. In: Collected Works of Milton Friedman Project records. *Hoover Institution*, Stanford University, pp.1-4. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/214957/full>. Acesso em 14 mar. 2022.

FRYDENBERG, Julio D. *Historia social del fútbol: del amateurismo a la profesionalización*. Buenos Aires, Siglo Veintuno Editores, 2011.

FRYDENBERG, Julio; SAZBON, Daniel. “La huelga de jugadores de 1948”. In: REIN, Raanan (comp.). *La Cancha Peronista – Fútbol y Política 1946-1955 [ebook]*. 1.º Edición. San Martín: Universidad de General San Martín. UNSAM EDITA, 2016. pp. 80-103 de 321.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2019 (Coleção L&PM Pocket, v. 383).

GAMBETA, Wilson. *A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol*. São Paulo: SESI-Editora, 2015.

GAMBINA, Julio C. La Fundación Mediterránea: burguesía industrial y asociaciones corporativas: pasado y presente. *Estudios – Centro de Estudios Avanzados (Universidad Nacional de Córdoba)*, Córdoba, n.24, dez.2010, pp. 91-102.

GEORGE, Alexander L; BENNETT, Andrew. *Case studies and theory development in the social sciences [ebook]*. Cambridge/London: MIT Press, 2005.

GIGLIO, Sérgio S.; PRONI, Marcelo W. (orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

GIL, Gastón J. La modernización imaginada del fútbol Argentino: Entre club y la empresa. *Civitas*, v.3, n.2, jul-dez 2003, pp. 339-348

GIMÉNEZ, Sebastián R. FORJA revisitada. La Fuerza Orientadora Radical de la Joven Argentina y su programa político e intelectual. *Sociohistórica*, n. 31 (1.º semestre 2013). Disponível em: <https://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SHn31a05>. Acesso em: 8.mar.2022.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol – Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GONÇALVES, José E. Futebol e poder: algumas reflexões sobre o jogo da política. IN: DIEGUEZ, Gilda K. (org.). *Esporte e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GRUSCHETSKY, Mariano. Esplendor y auge de los clubes de fútbol, sociales y deportivos durante los años de la dictadura. In: DASKAL, Rodrigo; REIN, Raanan & GRUSCHETSKY, Mariano. *Clubes de fútbol en tiempos de dictadura* [libro digital, EPUB]. 1º edición digital. San Martín: UNSAM EDITA, 2019. pp.22-37 de 336.

GUIMARÃES, Andre R.S.; RODRIGUES, Malena R.; BRAGA, Ricardo de J. A Oligarquia Desvendada: Organização e Estrutura dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados*, Rio de Janeiro, v.62, n.2, 2019, pp.1-41.

HAYEK, F. *El camino de la servidumbre*. Alianza, 2007.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n.58, 2003, p. 193-224.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Introduction. In: HELMKE, G. & LEVITSKY, S. (eds). *Informal Institutions and Politics in Latin American*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006, pp.2-30.

HÉMEURY, Lucie. Le pouvoir hors-jeu? Football et péronisme en Argentine (1946-1955). *Cahiers des Ameriques latines*, n.74, 2013, pp.55-74. <https://doi.org/10.4000/cal.2984>

HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

_____. *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

JEPPEPERSON, Ronald L. Institutions, institutional effects and institutionalism. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J. *The new institutionalism in organizational analysis*. London: University of Chicago Press, 1991, p.143-163.

JONES, Mark P.; HWANG, Wonjae; MICOZZI, Juan P. Government and Opposition in the Argentine Congress, 1989-2007: Understanding InterParty Dynamics Through Roll Call Vote Analysis. *Journal of Politics in Latin America*, v.1, n.1, 2009, pp.67-96.

JORGE, Vladimyr L.; FARIA, Alessandra M.T.; SILVA, Mayra G. “Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala direita-esquerda: dilemas metodológicos e revisão da literatura”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3, e227686, 2020, pp.1-44.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

KAY, Adrian. A critique of the use of path dependency in policy studies. *Public Administration*, v.83, n.3, p.553-571, 2005.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LEVITA, Gabriel. Llegar a la Cámara de Diputados de Argentina “desde afuera”: recursos, inversiones y marginalidades. *Revista de Sociología e Política*, v.27, n.71, e001, 2019. DOI 10.1590/1678-987319277101.

LEVITSKY, Steven. Crisis, adaptación partidaria y estabilidad del régimen en la Argentina: el caso del peronismo, 1989-1995. *Revista de ciencias sociales*, n.6, 1997, pp.85-131. Disponível em <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1450>. Acesso em 10.jan.2022.

LEVORATTI, Alejo. Un estudio sobre política pública deportiva en Argentina: nociones del deporte social en el menemismo y el kirchnerismo. *Movimento*, v.22, n.4, Porto Alegre, out.-dez.2016, pp.1091-1104.

_____. “El deporte en el Estado Nacional: continuidades y rupturas (Argentina 1989-2015)”. *Materiales para la Historia del Deporte*, n.15, 2017. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/view/2424>. Acesso em 15.fev.2020.

LEVORATTI, Alejo; MOREIRA, Verónica. “Notas sobre la relación entre Política Pública y Deporte en la Argentina Contemporánea (2008-2018)”. *Cuestiones de Sociología*, 18, e052, pp. [s/n], 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/23468904e052>. Acesso em 14.fev.2020.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.44, 1998, pp.81-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

LLANOS, Mariana. Los senadores y el senado en Argentina y Brasil. Informe de una encuesta. *Arbeitspapier Nr. 10*, Institut für Iberoamerika-Kund (IIK) Hamburg, fev. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281451507_LOS_SENADORES_Y_EL_SENADO_EN_ARGENTINA_Y_BRASIL_INFORME_DE_UNA_ENCUESTA/link/55e85d8b08aeb651626306ba/download>. Acesso em 08.out.2020.

LOPES, Felipe T.P. Dimensões ideológicas do debate público acerca da violência no futebol brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, out-dez, 2013, v. 27, n. 4, pp.597-612.

_____. Narrativas sobre violência no futebol: (des)construindo a categoria “torcedor violento”. In: GIGLIO, Sérgio S.; PRONI, Marcelo W. (orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, pp.687-701.

LUCCA, Juan B. Origen e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, jan.-jul., 2011, pp.287-320.

LUPU, Noam. Nacionalización e institucionalización de partidos en la Argentina del siglo XX. In: TORCAL, Mariano (ed.) *Sistemas de partidos en América Latina: Causas y consecuencias de su equilibrio inestable*. Buenos Aires: Anthropos/Siglo XXI, 2015, pp. 183-202.

MACK, Charles S. *When Political Parties DIE. A Cross-National Analysis of Desalignment and Realignment*. Santa Barbara, Praeger – An Imprint of ABC-CLIO, LLC, 2010.

MAGALHÃES, Livia G. A Copa do Mundo da Ditadura ou da Resistência? Comemorações e disputas de memória da Argentina de 1978. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 68, Rio de Janeiro, set.-dez. 2019, pp.675-694.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, v.29, p.507-548. 2000.

_____. Path-Dependent Explanations of Regime Change: Central America in Comparative Perspective. *Studies in Comparative International Development*, Spring, 2001, vol. 36, n.1, pp. 111-141.

_____. Analyzing path dependence: lessons from the social Sciences. In: WIMMER, Andreas & KÖSSLER, Reinhart. (Eds.). *Understanding change: models, methodologies, and metaphors*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2006. pp.129-139.

MAHONEY, James; SCHENSUL, Daniel. Historical context and path dependence. In: GOODIN, Robert. E.; TILLY, Charles. (Eds.). *Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006. p.454-471.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (eds.). *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp.1-37.

MAINWARING, Scott. Party System Institutionalization in Contemporary Latin America. In: MAINWARING, Scott (ed.). *Party Systems in Latin Americas: Institutionalization, Decay, and Collapse*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2018, pp.34–70.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995, pp.1-34.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e Institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas-SP, v. XI, n.2, out. 2005, pp.249-286

MALAMUD, Andrés. O presidencialismo na América do Sul: Argentina e Brasil em perspectiva comparada. *Análise Social*, vol. 38, n.168, Lisboa, Outono de 2003, pp.715-742.

MALAMUD, Andrés; DE LUCA, Miguel. ¿Todo sigue igual que ayer? Continuidad y ruptura en el sistema de partidos argentino (1983-2015). IN: FREIDENBERG, Flávia (ed.). *Los sistemas de partidos en America Latina 1978-2015 – Tomo 2: Cono Sur y Países Andinos*. Grupo de Investigación sobre Partidos Políticos y Sistemas de Partidos en America Latina – GIPSAL/ALACIP. Ciudad de México: Universidade Nacional Autónoma de México / Instituto Nacional Electoral, 2016, pp. 27-68.

MANCUSO, Wagner P.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CAMARGO, Neilor C. “Financiamento Empresarial Direto e Indireto nas Eleições Nacionais de 2014”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 27, Brasília, dez. 2018, p. 9-36.

MARCILESE, José. La formación del Partido Justicialista. El peronismo entre la proscripción y la reorganización (1958-1959). *Quinto Sol – Revista de Historia*, v.19, n.2, maio-ago, 2015, pp.1-24. DOI: <https://doi.org/10.19137/qs.v19i2.1048>

MARQUES, Rodolfo S.; CONCEIÇÃO, Bruno da S. A Ley de Medios na Era Macri: reversão no processo de regulação da mídia. *Aurora – Rev. de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v.10, n.28, pp.13-36, fev.-mai. 2017.

MARTINS, Mariana Z. *Aperfeiçoando o imperfeito: ação sindical dos jogadores de futebol no período pós-Lei Pelé*. 2016. 355f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas.

MATHIAS, Suzeley K. “O Projeto Militar de Distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 4/5, 1995, pp. 149-159.

MAURO, Sebastián. Coaliciones electorales y nuevos partidos en Argentina: el caso de Propuesta Republicana. *Convergencia*, v.27, 2020, e12116, DOI: <https://doi.org/10.29101/crcs.v27i0.12116>.

MELO, Carlos R.F de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, Brasília, jul.-dez 2010, pp.13-41.

MELO, Victor A.; DRUMOND, Maurício. Esporte, cinema e política na Argentina de Juan Perón (1946-1955). *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 35, n.1, Porto Alegre, jan-jun. 2009, pp. 56-72.

MENDES, Alessandra D. *A Política da Política de Esporte: uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54.º Legislatura*. 2017. 260f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba-PR: Universidade Federal do Paraná.

MESQUITA, Altair F. A história da problemática do passe (profissional) no futebol brasileiro e as relações sociais de produção dos futebolistas. *Boletim SPEF – Sociedade Portuguesa de Educação Física*, n.23, maio-ago., 2002, pp.87-92

MOREIRA, Verónica (2013a). Fútbol, violencia y política: redes de relaciones en Argentina. *Revista Colombiana de Sociología*, vol. 36, n.1, jan-jun.2013, pp. 65-76.

_____. (2013b). “Participación, Poder y Política en el Fútbol Argentino”. *Nueva Sociedad – NUSO*, n. 248, Buenos Aires, nov.-dez. 2013, pp. 52-63.

MURAD, Maurício. “Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro”. *Revista USP*, São Paulo, n.99, p. 139-152, set./out./nov. 2013.

MURZI, Diego; TREJO, Fernando S.M. Hacia un mapa de la ‘violencia en el fútbol’: actores, dinámicas, respuestas públicas y desafíos en el caso de Argentina. *Revista de Gestión Pública*, v. VII, n. 1, jan-jun. 2018, ISSN 0719-1820, pp. 43-75.

MUSTAPIC, Ana. Oficialistas y Diputados: las relaciones Ejecutivo-Legislativo en la Argentina. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v.39, n.156, 2000, p. 571-595.

_____. “Del Partido Peronista al Partido Justicialista: las transformaciones de un partido carismático”. In: CAVAROZZI, Marcelo & ABAL MEDINA, Juan Manuel (h) (orgs.). *El asedio a la política: los partidos latinoamericanos en la era neoliberal*. Rosário: Homo Sapiens, 2002, pp.137-162

NICOLAU, Jairo M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro: 1985-94*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU NETTO, Michel; CAVALCANTE, Sávio. Futebol e Capitalismo Global: mercadorização do esporte e a formação de uma cultura neoliberal. In: GIGLIO, Sérgio S. & PRONI, Marcelo W. (orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, pp.232-254.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and the Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OLIVEIRA, Luzia H.H. Presidencialismos em Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Uruguai. *Dados*, Rio de Janeiro, v.49, n.2, 2006, pp.301-343.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio T. Esporte e Política na Ditadura Militar Brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.18, n.04, p.155-174, out/dez 2012.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OURIQUES, Nilso. O gol contra do rei: a Lei Pelé e suas consequências. *Motrivivência*, Ano XI, n. 12, maio 199, pp. 37-64.

PACHECO, Sylvio L.C. *Antes de ser campeão*. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2015.

PAGE, Scott E. Path Dependence. *Quarterly Journal of Political Science*, v.1, n.1, 2006, pp. 87-115. DOI: <http://dx.doi.org/10.1561/100.00000006>

PALACIOS, Ariel; CHACRA, Guga. *Os hermanos e nós*. São Paulo: Contexto, 2014.

PALERMO, Vicente. Como se governa no Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol.43 (3), 2000, pp. 521-557.

PEREIRA, Leonardo A.M. *Footballmania – Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. 1998. 380f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Eduardo F. *Entre amadores e profissionais: os agentes políticos da oficialização do futebol profissional paranaense*. 2014. 173f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

PIERSON, Paul. “Increasing returns, path dependence, and the study of politics”. *American Political Science Review*, v.94, n.2, p.251-267, 2000.

_____. *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. El Institucionalismo Histórico en la Ciencia Política Contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo: Instituto de Ciencia Política – Facultad Ciencias Sociales Universidad de la República, v. 17, n. 1, 2008, pp.7-38.

QUEIROZ, João M. de. *Vocabulário do futebol na mídia impressa: o glossário da bola*. 2005. 948f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2005.

RAPOPORT, Mario. *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003.

RAUSCHENBERG, Nicholas. “La Ley de Medios de Comunicación en Argentina: del debate público ao ocaso macrista”. In: SILVA, Dilma M. et al (orgs.). *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. ISBN: 978-85-7205-159-0.

REBELO, Aldo; TORRES, Silvio. *CBF-NIKE*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

REIN, Raanan. Introducción. In: REIN, Raanan (comp.). *La Cancha Peronista – Fútbol y Política 1946-1955 [ebook]*. 1.º Edición. San Martín: Universidad de General San Martín. UNSAM EDITA, 2016a, pp.8-19 de 321.

_____. Uso y abuso del deporte en la década peronista. In: REIN, Raanan (comp.). *La Cancha Peronista – Fútbol y Política 1946-1955 [ebook]*. 1.º Edición. San Martín: Universidad de General San Martín. UNSAM EDITA, 2016b, pp.20-54 de 321.

REIS, Bruno P.W.; EDUARDO, Felipe L. A Distância entre Intenção e Gesto: consequências da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016. *Boletim de Análise Político-institucional*, n. 21, Brasília, out. 2019, p. 67-76. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9900/1/bapi_21_artigo_6.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

REZENDE, Flávio da C. Razões emergentes para a validade dos estudos de casos na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 297-337.

REYNA, Franco D. (2019). El decreto de “apertura al interior” de La AFA y la intervención militar en el fútbol cordobés. In: DASKAL, Rodrigo; REIN, Raanan & GRUSCHETSKY, Mariano. *Clubes de fútbol en tiempos de dictadura [libro digital, EPUB]*. 1º edición digital. San Martín: UNSAM EDITA, 2019, pp.64-86 de 336.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol e Política. In: GIGLIO, Sérgio S. & PRONI, Marcelo W. (orgs.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, pp.25-43.

RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan U. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.22, n.46, p. 160-181, jan/abr. 2021.

RIBEIRO, Pedro F.; LOCATELLI, Luis. Time after time: party organizational strength in new and old democracies. *Opinião Pública*, Campinas-SP, v.25, n.1, jan.-abr., pp. 199-233, 2019.

ROCHA, José S. *Club de Regatas Vasco da Gama, histórico: 1898-1923*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975. Vol. 1.

ROCHA, Luiz Guilherme B.S.P. Os empresários, a pátria e a bola: nacionalismo, organização empresarial e o financiamento da seleção brasileira de futebol de 1970. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 68, Rio de Janeiro, set.-dez., 2019, pp. 655-674.

RODRIGUES, Marcus L.C. *A institucionalização dos partidos políticos na Argentina e no Brasil pós-terceira onda de democratização: uma análise comparada*. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria.

ROSA, Sebastián G. Respuesta Final. Un análisis del proyecto de modificación de ‘Régimen penal y procesal para la prevención y represión de delitos en espectáculos futbolísticos. *II Jornadas de Sociología / Universidad Nacional de Mar del Plata – La sociología ante las transformaciones de la sociedad argentina*, ISBN 978-987-544-895-7. Mar del Plata, 28 y 29 de marzo, 2019. Disponible em: <https://fh.mdp.edu.ar/encuentros/index.php/jsoc/jsoc2019/paper/viewFile/5692/1395>. Acesso em 23 dez. 2021.

ROTHSTEIN, Bo. Las instituciones políticas: una visión general. In: GOODIN, R & KLINGEMAN, H. (eds.). *Nuevo Manual de Ciência Política*. Madrid: Istmo, 2001, p. 199-246.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio (2018). *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMUELS, David; SNYDER, Richard. “El valor de un voto: una perspectiva comparada sobre la desproporcionalidad territorial”. In: CALVO, Ernesto & ABAL MEDINA, Juan Manuel (eds.) (2007). *El federalismo electoral argentino: sobrerrepresentación, reforma política y gobierno dividido en la Argentina*. Buenos Aires: SGP – Secretaría de la Gestión Pública, Jefatura de Gabinete de Ministros, Proyecto de Modernización del Estado, 2007. pp.29-62

SANTOS, Joel R. *História Política do Futebol Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

SANTOS, Fabiano. Democracia e Poder Legislativo no Brasil e na Argentina. IN: LLADÓS, José M. & GUIMARÃES, Samuel P. (orgs.). *Perspectivas Brasil y Argentina*. Brasília/Buenos Aires, IPRI/CARI, 1997, pp. 55-76.

_____. Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil. *Dados*, vol. 42, n.1, Rio de Janeiro, 1999, p. 111-138.

_____. “Parties and Committees in the Coalition Presidential System”. *Dados*, Rio de Janeiro, p. 237-64.v. 45, n.2, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SCHARPF, Fritz. The Joint-Decision Trap: Lessons from German Federalism and European Integration. *Public Administration*, [S.l.], v. 66, n.3, 1988, pp.239-278.

SILVA, Francisco C.T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A.N. (orgs.). *O tempo do regime autoritário* [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, recurso digital, (O Brasil Republicano; 4). Capítulo 9.

SILVA, Silvio R.; RIBEIRO, Maria das Graças. O 1º de Maio do Trabalhador. *Motrivivência*, dez. 1995, pp. 177-180.

SILVA, Thiago M. O futebol como fator de mobilização: a identificação clubística e o engajamento político-eleitoral. *Esporte & Sociedade*, n. 26 (10), set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48458>>. Acesso em 15 jun. 2021.

SIMPSON, Ximena. Dinâmicas federalistas no Brasil e Argentina: O impacto do conflito intergovernamental nas políticas públicas. In: GAITÁN, Flavio; DEL RÍO, Andres (Org.). *Instituições, Política e Desenvolvimento: América Latina frente ao século XXI*. Curitiba: Editora CVR, 2013. v. 1. pp.109-136.

_____. (2015). *Dinâmicas intergovernamentais comparadas: Brasil e Argentina em Foco*. [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

_____. O NEXO FEDERAL: a relação entre sistemas partidários e políticas públicas no Brasil e na Argentina. *Caderno CRH* [online]. 2017, v. 30, n. 80, pp. 293-313.

SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976

SOUZA, Denaldo A. *O Brasil entra em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Jhonatan U. *O jogo das tensões: clube imigrantes italianos no processo de popularização do futebol em Curitiba (1914-1933)*. 2014. 260f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

_____. A “Candidatura Sportiva” e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República. *Revista Vozes, Pretérito & Devir*, Ano VI, Vol. V, n. 1, 2016, pp. 122-148.

SOUZA, Gustavo L.P. *Violencia en las canchas de fútbol en América del Sur: causas y soluciones*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

SPILLER, Pablo T. & TOMMASI, Mariano. Un país sin rumbo. ¿Cómo se hacen las políticas públicas en Argentina? In: SCARTASCINI, Carlos; SPILLER, Pablo; STEIN, Ernesto & TOMMASI, Mariano (eds.) *El juego político en América Latina ¿Cómo se deciden las políticas públicas?* Bogotá: Mayol Ediciones / BID - Banco Interamericano de Desarrollo, 2010, pp.75-116.

STEPAN, Alfred. Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos. *Dados*, vol. 42, n.2, Rio de Janeiro, 1999.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economies. Oxford. In: STREECK, W.; THELEN, K. (eds.). *Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 1-39.

STREAPCO, João Paulo F. “Cego é aquele que só vê a bola.” *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S.C. Corinthians Paulista, S.E Palmeiras e São Paulo F.C. (1894-1942)*. 2010. 227f. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

TAROUCO, Gabriela. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, pp. 169-186, 2010.

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, n.2, p.369-404, 1999.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, 2003, pp.225-255.

TOLEDO, Luiz H. de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TSEBELIS, George. Processos decisórios em sistemas políticos: *veto players* no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.34. São Paulo, jun. 1997, *online*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/203-rbcs-34>. Acesso em 30 jan. 2020.

_____. *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

TULA, María Inés & DE LUCA, Miguel. Reglas electorales y dinámicas políticas en la selección de candidatos. Cambios y continuidades de Afonsín a los Kirchner. In: MALAMUD, Andres & DE LUCA, Miguel. *La política en tiempos de los Kirchner*. Buenos Aires, Eudeba, 2012, pp.73-84.

ULIANA, Santiago. Transformaciones en el capitalismo global y mercado de jugadores de fútbol. *Em Tese*, Florianópolis, v.18, n.2, 2021, pp.317-341, set-dez., DOI <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e71775>

VELHO, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VICENTE, Néstor. *Puntapie Inicial: hacia política deportiva*. Buenos Aires: Galerna, 2000.

VISENTINI, Paulo G.F. A experiência histórica do Brasil e da Argentina Contemporâneos: Autoritarismo e Desenvolvimento. In: LLADÓS, José M. & GUIMARÃES, Samuel P. (orgs.) (1997). *Perspectivas Brasil e Argentina – Volume 1*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997, pp.435-485.

VOMMARO, Gabriel. “Meterse en política”: a construcción de PRO y la renovación de la centroderecha argentina. *Nueva Sociedad – NUSO*, n. 254, Buenos Aires, nov.-dez. 2014, pp. 57-72.

_____. De la construcción partidaria al gobierno: PRO-Cambiamos y los límites del “giro a la derecha” en Argentina. *Colombia Internacional*, n.99, 2019, pp.91-120. <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.04>

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZELAZNIK, Javier. Las coaliciones kirchneristas. In: MALAMUD, Andrés & DE LUCA, Miguel. *La política en tiempos de los Kirchner*. 1° ed., 1° reimp. Buenos Aires: Eudeba, 2012, pp. 95-104.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage Publications, 2015.

Legislação e documentos oficiais

ARGENTINA. *Ley 19.336*. “Bienestar social – juegos de azar – Pronósticos Deportivos”. Promulgada: Noviembre 5 de 1971. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1971). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7044830/19711112?busqueda=1>. Acesso em 06.fev.2022.

_____. *Ley 19.661*. “Modificación parcial de la Ley 19.336”. Promulgada: Mayo 17 de 1972. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1972). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7046994/19720605?busqueda=1>. Acesso em 06.fev.2022.

_____. *Ley 20.160*. “Estatuto del jugador de fútbol profesional”. Promulgada: Febrero, 15 de 1973. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1973). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7050445/19730223?busqueda=1>. Acesso em 18.abr.2022.

_____. *Ley 20.655: Ley del Deporte*. “Promoción de las actividades deportivas en todo el país”. Sancionada: Marzo 21 de 1974. Promulgada: Abril 2 de 1974. *InfoLeg – Información Legislativa*, (1974). Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/27274/norma.htm>. Acesso 27.jan.2020.

_____. *Ley 21.133*. “Modificación parcial de Decreto Ley nº 19.336”. Sancionada: Setiembre 30 de 1975. Promulgada de hecho: Octubre 6 de 1975. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1975). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7067174/19751106?busqueda=1>. Acesso em 06.fev.2022.

_____. *Decreto de Ley 21.349*. “Declárase de interés nacional la organización y realización del XI Campeonato de Fútbol por la Copa Mundial de la F.I.F.A. 1978. Créase el Ente Autárquico Mundial 1978”. (1976). Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/300000-304999/303587/norma.htm>. Acesso em 27.Jan.2020.

_____. *Ley 21.709*. Sancionada y promulgada: 23 de diciembre 1977. Publicada: 28 de diciembre de 1977. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1977). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7075324/19771228?busqueda=1>. Acesso em 06.fev.2022.

_____. *Ley 11.179*. “Código Penal de La Nación Argentina (T.O. 1984 actualizado)”. *Infoleg – Información Legislativa*, (1984). Disponível em:

<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm#2>.
Acesso em 23.dez.2021.

_____. *Ley 23.184*. “Régimen penal y Contravencional para la violencia em los citados eventos. Responsabilidad civil”. Sancionada: Mayo 30 de 1985. Promulgada: Junio 21 de 1985. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1985). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7095690/19850625?busqueda=1>.
Acesso em 22.mar.2022.

_____. *Ley 23.648*. “Modificación de la Ley nº 21.133”. Sancionada: Setiembre 29 de 1988. Promulgada de hecho: Octubre 24 de 1988. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1988). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/71107639/19881107?busqueda=1>.
Acesso em 06.fev.2022.

_____. *Ley 24.192*. “Modificación de la Ley nº 23.184”. Sancionada: Marzo 3 de 1993. Promulgada de hecho: Marzo 23 de 1993. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1993a). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7133974/19930326?busqueda=1>.
Acesso em 22.mar.2022.

_____. *Ley 24.199*. “Normas aplicables al concurso PRODE que explotará la Lotería Nacional en todo el territorio de la República”. Sancionada: Mayo 12 de 1993. Promulgada de hecho: Junio 3 de 1993. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1993b). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7135452/19930608?busqueda=1>.
Acesso em 06.fev.2022.

_____. Ministério del Interior. *Decreto 1.466*. Bs. As., 30/12/1997. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (1997). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7174088/19980106?busqueda=1>.
Acesso em 23.mar.2022.

_____. *Ley 25.295*. “Pronósticos Deportivos”. Sancionada: Agosto 9 de 2000. Promulgada de hecho: Septiembre 20 de 2000. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (2000). Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/7208285/20000921?busqueda=1>.
Acesso em 07.fev.2022.

_____. *Ley 26.358*. “Modificación de la Ley nº 23.184, modificada por la Ley nº 24.192”. Sancionada: Febrero 28 de 2008. Promulgada: Marzo 18 de 2008. *Infoleg – Información Legislativa*, (2008). Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/135000-139999/138847/norma.htm>.
Acesso em 23.dez.2021.

_____. *Ley 26.522*. “Regúlense los Servicios de Comunicación Audiovisual en todo el ámbito territorial de la República Argentina.” Sancionada: Octubre 10 de 2009. Promulgada: Octubre 10 de 2009. *Infoleg – Información Legislativa*, (2009a). Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>.
Acesso em 22.dez.2021.

_____. *Ley 26.573*. “Ente Nacional de Alto Rendimiento Deportivo (ENARD).” Sancionada: Diciembre 2 de 2009. Promulgada: Diciembre 21 de 2009. *Infoleg – Información Legislativa*, (2009b). Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/160000-164999/161877/norma.htm>. Acceso em 21.dez.2021.

_____. Ministerio de Justicia Seguridad y Derechos Humanos (2010). *Resolución 1065/2010*. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-1065-2010-167068/texto>. Acceso em 23.dez.2021.

_____. Ministerio de Seguridad (2011). *Resolución 652/2011*. Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-625-2011-185396/texto>. Acceso em 23.dez.2021.

_____. *Ley 27.201*. “Ente Nacional de Desarrollo Deportivo (ENADED)”. Sancionada: Octubre 28 de 2015. Promulgada: Noviembre 3 de 2015. *Argentina.gob.ar*, (2015a). Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27201-254347/texto>. Acceso em 21.dez.2021.

_____. *Ley 27.202*. “Modificación”. Sancionada: Octubre 28 de 2015. Promulgada: Noviembre 3 de 2015. *Argentina.gob.ar*, (2015b). Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27202-254345/texto>. Acceso em 21.dez.2021.

_____. *Decreto DNU 267/2015*. Creación del Ente Nacional de Comunicaciones. Modificación de las Leyes n° 26.522 y n° 27.078. *Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.)*, (2015c). Disponible em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-267-2015-257461/texto>. Acceso em 22.dez.2021.

_____. *Decreto 743/2016*. “Lotería Nacional Del Estado”. Ciudad de Buenos Aires, 02 jun. 2016. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (2016). Disponible em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/146070/20160603?busqueda=1>. Acceso em 7.fev.2022.

_____. *Decreto 138/2017*. “Lotería Nacional Del Estado”. Ciudad de Buenos Aires, 02 mar. 2017. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (2017a). Disponible em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/159516/20170303?busqueda=1>. Acceso em 7.fev.2022.

_____. *Ley 27.430*. Impuesto a las ganancias. *Infoleg – Información Legislativa*, (2017b). Disponible em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/305000-309999/305262/norma.htm>. Acceso em 21.dez.2021.

_____. *Decreto 95/2018*. “Ley de Ministerios – Modificación”. Buenos Aires, 01 fev. 2018. *Boletín Oficial de La República Argentina*, (2018a). Disponible em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/178382/20180202?busqueda=1>. Acceso em 7.fev.2022.

_____. *Proyecto de ley n° INLEG-2018-61818260-APN-PTE*. “Régimen penal y procesal para la prevención y represión de delitos en espectáculos futbolísticos”. *Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.)*, (2018b). Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/proyecto_de_ley_para_la_prevenccion_y_represion_de_delitos_en_espectaculos_futbolisticos.pdf. Acesso em 23.dez.2021.

_____. *Decreto DNU 92/2019*. Modificación de la ley n° 20.655 y sus modificatorias. Derogase la ley n° 24.052. Derongase los artículos 1°, y 9° al 49 de la ley n° 27.201. Crease la Agencia de Deporte Nacional. *Poder Ejecutivo Nacional (P.E.N.)*, (2019). Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-92-2019-319384>. Acesso em 21.dez.2021.

_____. Ministerio del Interior. Dirección Nacional Electoral. *Partidos Políticos. Financiamiento partidário. Campañas Electorales*. Presidencia de la Nación. *Argentina.gob.ar*, (2020a). Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/agrupaciones-politicas/financiamiento>>. Acesso em 29 mar. 2021.

_____. Ministerio de Hacienda. *Balance de Gestión, 2015-2019*. Presidencia de la Nación. *Argentina.gob.ar*, (2020b) Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/balance_de_gestion_2015-2019_-_hacienda_2.pdf. Acesso em 23.abr.2022.

BRASIL. *Decreto-Lei n° 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasil: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em 08 fev. 2020.

_____. *Decreto-Lei n° 5.342, de 25 de março de 1943*. Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5342-25-marco-1943-415517-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20compet%C3%Aancia%20do,desportivas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em 18.abr.2022.

_____. *Decreto-Lei n° 9.875, de 16 de setembro de 1946*. Altera a composição do Conselho Nacional de Desportos e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9875.htm#art1. Acesso em 09.fev.2020.

_____. *Decreto n° 53.820, de 24 de março de 1964*. Dispõe sobre a profissão de atleta de futebol, disciplina sua participação nas partidas e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53820-24-marco-1964-393794-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18.abr.2022.

_____. *Lei n° 4.638, de 26 de maio de 1965*. Modifica a redação do artigo 14 do Decreto-Lei n° 3.199, de 14 de abril de 1941. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4638.htm#art1. Acesso em 09.fev.2020.

_____. *Decreto-Lei n° 593, de 27 de maio de 1969* (1969a). Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência. Brasil: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-593-27-maio-1969-361587-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09.fev.2020.

_____. *Decreto-Lei n° 594, de 27 de maio de 1969* (1969b). Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0594.htm. Acesso em 09.fev.2020.

_____. *Decreto-Lei n° 872, de 15 de setembro de 1969* (1969c). Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0872.htm. Acesso em 09.fev.2020.

_____. *Decreto n° 66.118, de 26 de janeiro de 1970*. Regulamenta o disposto no Decreto-Lei 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66118.htm. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Decreto n° 68.702, de 3 de junho de 1971* (1971a). Dá nova redação ao artigo 15 do Decreto n° 66.118, de 26 de janeiro de 1971. Brasil: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68702-3-junho-1971-410445-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Decreto n° 68.703, de 3 de junho de 1971* (1971b). Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68703.htm. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Lei n° 5.988, de 14 de dezembro de 1973*. Regula direitos autorais e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5988.htm. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Decreto n° 75.508, de 18 de março de 1975* (1975a). Regulamenta a Lei n° 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social - FAS. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75508.htm. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Lei n° 6.251, de 8 de outubro de 1975* (1975b). Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251.htm. Acesso em 09 fev. 2020.

_____. *Lei n° 6.354, de 2 de setembro de 1976*. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6354-2-setembro-1976-357010-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18.abr.2022.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto n° 2572, de 1983*. Repassa aos respectivos governos, 50% da renda líquida apurada do total bruto arrecadado em cada Estado, Território e

Distrito Federal, obtido com a exploração das Loteria Federal em qualquer das suas modalidades e Loteria Esportiva Federal. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=09C26771EFDC67785CB61CE5B2D666BB.proposicoesWebExterno2?codteor=1183712&filename=Dossie+-PL+2572/1983. Acesso em 21.dez.2021.

_____. *Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993*. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm. Acesso em 07.jun.2019.

_____. *Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998*. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm#art96. Acesso em 07.jun.2019.

_____. *Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000*. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm. Acesso em 28.abr.2022.

_____. *Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001*. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110264.htm. Acesso em 28.abr.2022.

_____. *Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (2003a)*. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.671.htm>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. *Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003 (2003b)*. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.672.htm. Acesso em 28.abr.2022.

_____. *Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006*. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nº s 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11345compilado.htm>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. *Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007*. Regulamenta a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não-tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6187.htm>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. *Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010*. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei

nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm#art4>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. *Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011*. Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm. Acesso em 18.abr.2022.

_____. *Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015*. Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm. Acesso em 15.nov.2021.

_____. *Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018*. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa [...]. Brasil: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/lei/L13756.htm. Acesso em 26.abr.2022.

_____. *Lei nº 13.912, de 25 de novembro de 2019 (2019a)*. Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para ampliar o prazo de impedimento de que trata o art. 39-A, estender sua incidência a atos praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos e instituir novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13912.htm>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. Senado Federal. *Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2019 (2019b)*. Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135819>. Acesso em 21.dez.2021.

_____. *Medida Provisória nº 984, de 2020*. Direitos de Transmissão e duração de contratos de trabalho de atletas durante a pandemia da COVID-19. MPV984/2020: Presidência da República. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/142594>>. Acesso em 26 ago. 2021.

_____. *Lei nº 14.193, de 06 de agosto de 2021 (2021a)*. Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil): Presidência da República. Acesso em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.193-de-6-de-agosto-de-2021-336939965>>. Acesso em 26 ago. 2021.

_____. *Projeto de Lei nº 2336/2021 (2021b)*. Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. NOVA EMENTA Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para modificar as regras relativas ao direito de arena sobre o espetáculo

desportivo: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2288387>. Acesso em 26.ago.2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Partidos Políticos Registrados no TSE*. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>. Acesso em 05.abr.2022.

DIPUTADOS ARGENTINA (2020). “Reglamento de la Honorable Cámara de Diputados de la Nación (Anexo I). In: SECRETARÍA PARLAMENTARIA (2020). *Guía del legislador*. Disponível em: <https://www.hcdn.gob.ar/institucional/reglamento/index.html>. Acesso em 07 mar. 2022.

DIPUTADOS BONAERENSES (2018). “La prehistoria de la SAD: el proyecto que Macri presentó en 2001 para ‘transparentar el fútbol’”. *Diputados Bonaerenses*, 17 fev. 2018. Disponível em: https://diputadosbsas.com.ar/la_prehistoria_de_la_sad_el_proyecto_que_macri_presento_en_el_2001_para_transparentar_el_futbol/. Acesso em 14.mar.2022.

OBSERVATORIO ELECTORAL ARGENTINO – OEAR ([2015-2021]). “Datos electorales y legislación por Provincia”. *Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento – CIPPEC*, Buenos Aires, [2015-2021]. Disponível em: <https://oear.cippec.org/provincia/rio-negro/>. Acesso em 11 fev. 2021.

SENADO ARGENTINA. Secretaria Parlamentaria (2016). “*Reglamento de la Cámara de Senadores de la Nación*”. Disponível em: <https://www.senado.gob.ar/reglamento>. Acesso em 07 mar. 2022.

Entrevistas

KFOURI, José C.A. (2021). *Futebol e política na ótica do observador especializado*. [videoconferência via Zoom Meetings, 9.jun.2021].

TORRES, Silvio (2021). *Futebol e política na ótica do ator político*. [videoconferência via Zoom Meetings, 10.mar.2021].

Levantamento de dados

CORREIO BRAZILIENSE ([1960-2014]). Pesquisa “bancada da bola”. *Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital, Hemeroteca Digital Brasileira*, 17 mar. 2022. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=028274&pesq=%22bancada%20da%20bola%22>. Acesso 17.mar.2022.

GOOGLE TRENDS®. *Brasil. 01/04/2006 – 31/01/2022. Pesquisa Google na Web*, 16.mar.22. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=Bancada%20da%20bola>. Acesso 16.mar.2022.

JORNAL DO BRASIL ([1891-2010]). Pesquisa “bancada da bola”. *Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital, Hemeroteca Digital Brasileira*, 17 mar. 2022. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015&pesq=%22bancada%20da%20bola%22>. Acesso em 17.mar.2022.

LIMA, ANTÔNIO JORGE MACHADO. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-antonio-jorge-machado>>. Acesso em: 25.ago.2021.

Jornais, revistas e sites

442. Qué clubes están a favor y en contra a las SAD. 442, 24.out.2018. Disponível em: <https://442.perfil.com/noticias/futbol/2018-10-24-648709-sad-sociedad-anonima-deportiva-que-clubes-estan-a-favor-y-en-contra.phtml>. Acesso em 14.mar.2022.

AGÊNCIA ESTADO. CBF obtém vitória contra a CPI no STF. *Estadão*, São Paulo, 17.set.2001. Disponível em <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,cbf-obtem-vitoria-contra-cpi-no-stf,20010917p44421.amp>>. Acesso em 25.ago.2021.

AGÊNCIA SENADO. CPI do Futebol termina com dois relatórios e nenhum indiciamento. *Senado Notícias*, 20.dez.2016. Disponível: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/20/cpi-do-futebol-termina-com-dois-relatorios-e-nenhum-indiciamento>>. Acesso em 29.jul.2019.

_____. Nova lei amplia punição para torcidas organizadas infratoras. *Senado Notícias*, 26.nov.2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/26/nova-lei-amplia-punicao-para-torcidas-organizadas-infratoras>>. Acesso em 06.dez.2021.

_____. (2021). “Futebol: Senado aprova projeto da lei do mandante para transmissões”. *Senado Notícias*, 24 ago. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/24/futebol-senado-aprova-projeto-da-lei-do-mandante-para-transmissoes>>. Acesso em 26.ago.2021.

ALEIXO, Fábio. Presidente da CBF manda FIFA preparar taça para o Brasil. *Folha de São Paulo*, 11.jun.2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/06/presidente-da-cbf-manda-infantino-preparar-a-taca-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em 27.ago.2021.

ARES, Carlos. Un hinchista muere en Buenos Aires alcanzado por un trozo de cañería de hierro en la cabeza. *El País*, 15.dez.1990. Disponível em: https://elpais.com/diario/1990/12/16/deportes/661302002_850215.html. Acesso em 22.mar.2022.

ATHLETICO. Presidente Jair Bolsonaro recebe primeiro exemplar do livro do Athletico Paranaense. *Athletico, Clube, Notícias*, 01.jul.2020. Disponível em: <<https://www.athletico.com.br/noticia/presidente-jair-bolsonaro-recebe-o-primeiro-exemplar-do-livro-do-athletico-paranaense/>>. Acesso em 30.ago.2021.

AVANCINI NETO, Marcelo & MANSSUR, José Francisco C. Aspectos Jurídicos do Estatuto do Torcedor. *Migalhas*, 18.set.2003. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/depeso/2705/aspectos-juridicos-do-estatuto-do-torcedor>>. Acesso em 27.ago.2021.

AZEVEDO, Marcelo. CBF, a origem do caos – Parte 3. *Lei em Campo / Futebol S/A*, 27.jul.2021. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/cbf-da-origem-ao-caos-parte-3/>. Acesso em 30.nov.2021.

BAIBICH, André. Os fatores que levaram ao fim o Bom Senso F.C. *GZH Esportes*, 13.jan.2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2017/01/os-fatores-que-levaram-ao-fim-o-bom-senso-f-c-9321138.html>. Acesso em 01.dez.2021.

BONSANTI, Bruno. Fox e Turner compram direitos do Argentino (quase) pelo dobro do que pagava o governo. *Trivela*, 15.mar.2017. Disponível em: <https://trivela.com.br/america-do-sul/argentina/fox-e-turner-compram-direitos-do-argentino-quase-pelo-dobro-do-que-pagava-o-governo/>. Acesso em 21.dez.2021.

BRASIL DE FATO. Na Argentina, federação denuncia intervenção estatal no futebol. *Brasil de Fato*, 3.jun.2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/03/na-argentina-federacao-denuncia-intervencao-estatal-na-afa/>. Acesso em 21.dez.2021.

BURGO, Andrés. Fútbol y política se mezclan en Argentina. *El País*, 20.out.2019. Disponível em: https://elpais.com/deportes/2019/10/18/actualidad/1571409181_172857.html. Acesso em 21.dez.2021.

BULLRICH, Lucrecia. Fútbol para todos mejora la imagen de Cristina Kirchner. *La Nación*, 27.jan.2013. Disponível em: <http://www.poliarquia.com/pdf/FPT.pdf>. Acesso em 23 dez. 2021.

BUSARG. Genealogia de los números de líneas de Buenos Aires. *BusARG – Primer Museo Virtual del Transporte Argentino*, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://www.busarg.com.ar/genealo.htm>. Acesso em 21 dez. 2021.

CAPELO, Rodrigo. O mapa do clube-empresa no futebol brasileiro. *GE / Negócios do Esporte*, 08.fev.2022. Disponível em: <https://interativos.globoesporte.globo.com/negocios-do-esporte/materia/o-mapa-do-clube-empresa-no-futebol-brasileiro>. Acesso em 14.mar.2022.

CARAZZA, Bruno. O futebol parou, mas a Bancada da Bola continua jogando sujo. *Bruno Carazza* (sítio), 18.jun.2020, Disponível em: <https://brunocarazza.com.br/o-futebol-parou-mas-a-bancada-da-bola-continua-jogando-sujo/>. Acesso em 15.mar.2022.

CECONELLO, Douglas. Onde a terra treme: o Clássico da Villa Crespo. *Blog Meia Encarnada / Globoesporte.com*, 20.nov.2014. Disponível em: <http://ge.globo.com/blogs/especial-blog/meia-encarnada/post/onde-terra-treme-o-classico-da-villa-crespo.html>. Acesso em 21.dez.2021.

CEPAL – Nações Unidas. Argentina - Sistema Político e Eleitoral. *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe – OIG*, 2020a. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/5/system>. Acesso em 07 jan. 2020.

CEPAL – Nações Unidas. Brasil - Sistema Político e Eleitoral. *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe – OIG*, 2020b. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/system>. Acesso em 07 jan. 2020.

CLARÍN. La Ley del Deporte. *Clarín.com*, 05.set.1997 (atualizado em 24.fev.2017). Disponível em: https://www.clarin.com/ediciones-antiores/ley-deporte_0_B1Lm9TgW0tg.html. Acesso em 22.mar.2022.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL – CBF. Leônidas da Silva: a primeira joia rara do futebol brasileiro. *Assessoria CBF*, 06.set.2018. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/torcedor/jogadores-imortais/leonidas-da-silva-a-primeira-joia-rara-do-futebol-brasileiro>. Acesso em 08.fev.2020.

COSTAS, Ruth. De onde vem o dinheiro da Copa? *BBC Brasil*, Londres, 26.jun.2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_copa_gastos_ru. Acesso em 27 ago. 2021.

DAMATO, Marcelo. Vetos aproximam Lei Pelé do original. *Folha de São Paulo*, 23.mar.1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk23039828.htm>. Acesso em 11.jan.2022.

DI SANTI, Matías; GARDEL, Lucía. ¿Cómo se financian nuestros gobernantes para llegar al poder? *Chequeado*, Explicadores, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://chequeado.com/el-explicador/como-se-financian-nuestros-gobernantes-para-llegar-al-poder/>. Acesso em 29 mar. 2021.

DIARIO POPULAR. Scasserra, el triste antecedente de la violencia en el fútbol. *Diario Popular*, 07.abr.2015. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.ar/te-acordas-de-scasserra-el-triste-antecedente-la-violencia-el-futbol-n221720>. Acesso em 22.mar.2022.

DIAS, Roberto. Câmara “derruba” a CPI sobre Nike-CBF. *Folha de São Paulo*, 16.abr.1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk16049910.htm>. Acesso em 06.dez.2021.

EXAME. Limite de crédito no BNDES para Olimpíadas cresce R\$1 bi. *Exame*, 31.mar.2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sobe-para-r-1-bi-limite-de-credito-no-bndes-para-olimpiadas/>. Acesso em 27.ago.2021.

FIORI, José Luís (2012). O protótipo argentino. *Outras Palavras*, 09.nov.2012. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/o-prototipo-argentino/>. Acesso em 03.mar.2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Maradona se oferece para ser vice de Menem. *Folha de S. Paulo*, 04.dez.2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0412200107.htm>. Acesso em 21.dez.2021.

FOLHAPRESS (2022). “Confira a lista de todos os campeões do Mundial de Clubes desde 1960”. *O Tempo*, 12 fev. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/futebol/confira-a-lista-de-todos-os-campeoes-do-mundial-de-clubes-desde-1960-1.2612119>. Acesso em 04 mar. 2022.

G1. Novos Dirigentes da FIFA são presos na Suíça. *Portal G1*, Mundo, 3.dez.2015. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/novos-dirigentes-da-fifa-sao-detidos-na-suica-diz-jornal.html>. Acesso em 30.jul.2019.

GABARDO, Eduardo; OLIVEIRA, Rodrigo. “Coronéis do Futebol: as doações eleitorais e a formação da Bancada da Bola”. *Rádio Gaúcha*, 25.jun.2015. Disponível em

<<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/coroneis-do-futebol-as-doacoes-eleitorais-e-a-formacao-da-bancada-da-bola-141047.html>>. Acesso em 31.jul.2019.

GABILONDO, Aritz. Las SAD no son un tema de debate en el fútbol argentino. *As*, 25.set.2019. Disponível em: https://argentina.as.com/argentina/2019/09/25/futbol/1569431117_566488.html. Acesso em 14.mar.2022.

GADANO, Lucía; HERRERA, Rocio. Consecuencia del sistema electoral rionegrino. *Diario Río Negro*, General Roca, 11.maio.2005, Disponível em: <<https://www.rionegro.com.ar/consecuencia-del-sistema-electoral-rionegrino-FDHRN05051116111003/>>. Acesso em 11 fev. 2021.

GAZETA ESPORTIVA. Conheça todos os campeões e vices da Libertadores. *Gazeta Esportiva*, 28.nov.2021. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/times/palmeiras/conheca-todos-os-campeoes-e-vices-da-libertadores/>. Acesso em 04 mar. 2022.

GEDDES, Diego. “Saturnino se murió”: el trágico final de un hincha de Boca en los años salvajes del fútbol argentino. *A24 / Ovación*, 14.dez.2021. Disponível em: <https://www.a24.com/ovacion/saturnino-se-murio-el-tragico-final-un-hincha-boca-los-anos-salvajes-del-futbol-argentino-n885442>. Acesso em 22.mar.2022.

GLOBOESPORTE.COM. Relatório do TCU: Vasco tem que devolver R\$ 73 milhões para a Eletrobrás. *GE*, Rio de Janeiro, 19.mar.2015. Disponível em: <<http://ge.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2015/03/vasco-pode-ter-que-devolver-r-73-milhoes-para-eletobras.html>>. Acesso em 27.ago.2021.

_____. Há 35 anos, UEC empatava com o Remo e conquistava a Taça CBF de 1984. *GE*, 1.abr.2019. Disponível em: <https://ge.globo.com/mg/triangulo-mineiro/futebol/times/uberlandia/noticia/ha-35-anos-uec-empatava-com-o-remo-e-conquistava-a-taca-cbf-de-1984.ghtml>. Acesso em 22.mar.2022

_____. Argentina chega ao 15º título da Copa América e alcança Uruguai no topo do ranking dos campeões; veja lista. *GE*, 10.jul.2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-america/noticia/argentina-chega-ao-15o-titulo-da-copa-america-e-alcanca-uruguai-no-topo-do-ranking-dos-campeoes-veja-lista.ghtml>. Acesso em 04 mar. 2022.

GOIS, Ancelmo. O vice dos sonhos de Bolsonaro para 2022. *O Globo, Ancelmo.com*, 18.jun.2021 (2021a). Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-vice-dos-sonhos-de-bolsonaro-para-2022-rodolfo-landim-o-presidente-do-flamengo.html>>. Acesso em 30.ago.2021.

_____. O secretário do governo Bolsonaro que atua para manter Rogério Caboclo na CBF. *O Globo, Ancelmo.com*, 26.jun.2021 (2021b). Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/o-secretario-do-governo-bolsonaro-que-atua-para-manter-rogerio-caboclo-na-cbf.html>>. Acesso 30.ago.2021.

GOMES, Luiz F. O “novo” Estatuto do Torcedor e o populismo penal. *Jusbrasil / LFG*, 17.set.2010. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2377993/artigo-do-dia-o-novo-estatuto-do-torcedor-e-o-populismo-penal>>. Acesso em 27.ago.2021.

IANDOLI, Rafael. O que é o Profut e como o Supremo influencia a sua efetividade. *Nexo*, 19.set.2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/19/O-que-%C3%A9-o-Profut-e-como-o-Supremo-influencia-sua-efetividade>. Acesso em 01.dez.2021.

INFOBAE. El olvidado antecedente de un fallo contra la AFA. *Infobae*, 7.mar.2007. Disponível em: <https://www.infobae.com/2007/03/07/305184-el-olvidado-antecedente-un-fallo-contra-la-afa/>. Acesso em 22.mar.2002.

_____. El gobierno nacional dispuso el final del histórico Prode. *Infobae*, 2.fev.2018. Disponível em: <https://www.infobae.com/deportes-2/2018/02/02/prode-se-termino-decreto-macri/>. Acesso em 07.fev.2022.

JIMÉNEZ, Pablo; GOLLETI, Andrés. El gobierno ya ofrece modelos de clubes para instalar las SAD. *Doble Amarilla*, 21.fev.2018. Disponível em: <https://www.dobleamarilla.com.ar/rosca/el-gobierno-ya-ofrece-modelos-de-clubes-para-instalar-las-sad-a5a8d68b01ddf455eea2ee3d9>. Acesso em 14.mar.2022.

KASEKER, Luana; CORDEIRO, Vinicius. Petraglia divulga apoio a Bolsonaro, Atlético muda faixa na Arena e jogadores entram em campo com camisas amarelas. *Gazeta do Povo*, 06.out.2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/atletico-pr/petraglia-divulga-apoio-a-bolsonaro-atletico-muda-faixa-na-arena-e-jogadores-entram-em-campo-com-camisas-amarelas-ewtot8ghjinnki1a092bt7pp5/>. Acesso em 30.ago.2021.

LA CAPITAL. El gobierno y la AFA prohibieron las hinchadas visitantes. *La Capital Ovación*, 12.jun.2013. Disponível em: <https://www.lacapital.com.ar/ovacion/el-gobierno-y-la-afa-prohibieron-las-hinchadas-visitantes-n424256.html>. Acesso em 22.dez.2021.

LA NACIÓN. Racing moviliza al poder. *La Nación*, 27.abr.1999. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/racing-moviliza-al-poder-nid136336/>. Acesso em 21.dez.2021.

_____. Los antecedentes del gerenciamiento en la Argentina. *La Nación*, 25.mar.2016. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/futbol/los-antecedentes-del-gerenciamiento-en-la-argentina-nid1883182/>. Acesso em 21.dez.2021.

_____. La historia del PRODE, el juego de apuestas de Fútbol llega a su fin tras 46 años. *La Nación*, 2.fev.2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/futbol/la-historia-del-prode-el-juego-de-apuestas-de-futbol-que-llega-a-su-fin-tras-46-anos-nid2106013/>. Acesso em 7.fev.2022.

LANCE!. Bolsonaro: “No que depender de mim e dos ministros, haverá Copa América no Brasil”. *Lance!*, 01.jun.2021. Disponível em: <https://www.lance.com.br/fora-de-campo/bolsonaro-que-depender-mim-dos-ministros-havera-copa-america-brasil.html>. Acesso em: 30.ago.2021.

LEZA, Germán (2017). Los deportistas rechazaron la reforma que quita el financiamiento del Enard y pedirán una reunión con Mauricio Macri. *La Nación*, 17.nov.2017. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/los-deportistas-rechazaron-la-reforma-que-quita-el-financiamiento-del-enard-y-pedir-an-una-reunion-con-mauricio-macri-nid2083395/>. Acesso em 21.dez.2021.

LIMA, Bernardo. Governo indica Landim, presidente do Flamengo, para conselho da Petrobras. *Correio Braziliense*, 7.mar.2022. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4991045-governo-indica-landim-presidente-do-flamengo-para-conselho-da-petrobras.html>. Acesso em 15.mar.2022.

LOPES, Pedro. MP do Flamengo: por que ela gera tanta divergência no futebol brasileiro. *Uol*, 22.jun.2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/06/22/mp-do-flamengo-por-que-ela-gera-tanta-divergencia-no-futebol-brasileiro.htm>>. Acesso em 30.ago. 2021.

LOZETTI, Alexandre; KESTELMAN, Amanda; FERNANDEZ, Martín. Campeões mundiais: veja a lista de títulos da Copa do Mundo. *Ge*, 15.jun.2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/franca-bate-a-croacia-e-e-bicampea-veja-lista-de-titulos-da-copa-do-mundo.ghtml>. Acesso em 04.mar.2022.

MAGALHÃES, Vagner. Derrotado em 2001, relator da CPI CBF/NIKE vê bancada da bola fragilizada. *Uol*, 29.mai.2015. Disponível em <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/05/29/censurado-em-2001-relator-da-cpi-cbfnike-ve-bancada-da-bola-fragilizada.htm>>. Acesso em 27.jul.2019.

MARTEL, Isabel. Há 100 anos, jogadores negros eram excluídos da Seleção. *DW*, 21.mar.2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-100-anos-jogadores-negros-eram-exclu%C3%ADdos-da-sele%C3%A7%C3%A3o/a-56931231>. Acesso em 25.mar.2022.

MARTÍNEZ, Facundo. Julio Frydenberg es un sério y apasionado historiador de fútbol argentino – “De la huelga nasce el fútbol profesional”. *Página 12*, Deportes, 27.jul.2003. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/deportes/8-23266-2003-07-27.html>. Acesso em 11 fev. 2020

MELITO, Leandro. Saiba quem é José Maria Marin. *Portal EBC*, 29.mai.2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/2015/05/saiba-quem-e-jose-maria-marin>. Acesso em 13.jul.2019.

MORALES, Adolfo. Julio Grondona: el “animal político” del fútbol argentino. *télam Digital*, 18.set.2021. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202109/568973-julio-grondona-argentina-futbol-afa-fifa-90-anos-messi-maradona-politica.html>. Acesso em 5.fev.2022.

O GLOBO. Ricardo Teixeira na CBF: 23 anos de título e polêmicas. *Jornal O Globo*, 12.mar.2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/ricardo-teixeira-na-cbf-23-anos-de-titulos-polemicas-4287918#ixzz3gibRqlvh> Acesso em 07.fev.2020.

OLIVEIRA, José C. Estatuto do Torcedor enfrentou resistências de dirigentes de federações esportivas. *Câmara dos Deputados, Notícias*, 15.maio.2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/404006-estatuto-do-torcedor-enfrentou-resistencias-de-dirigentes-de-federacoes-esportivas/>>. Acesso em 27.ago.2021.

PAGINA/12. Aggiornado y con nuevas apuestas, el Prode resurgió de las cenizas. *Página/12*, 1.abr.2001. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/2001/01-04/01-04-12/pag18.htm>. Acesso em 7.fev.2022.

PASQUATO, Júlio C. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo I (1857-1886). *El Gráfico*, 12.out.2019 (2019a). Disponível em:

<https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34673/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-i-%281857--1886%29>. Acesso em 5.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo VII (1931-1933). *El Gráfico*, 1.nov.2019 (2019b). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34789/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-vii-%281931-%E2%80%931933%29>. Acesso em 12.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo VIII (1933-1940). *El Gráfico*, 5.nov.2019 (2019c). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34789/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-vii-%281931-%E2%80%931933%29>. Acesso em 12.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo X (1946-1950). *El Gráfico*, 12.nov.2019 (2019d). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34852/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-x-%281946%E2%80%931950%29>. Acesso em 12.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo XIII (1961-1965). *El Gráfico*, 27.nov.2019 (2019e). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34939/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-xiii-%281961-1965%29>. Acesso em 13.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo XIV (1966-1970). *El Gráfico*, 2.dez.2019 (2019f). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34970/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-xiv-%281966-1970%29>. Acesso em 13.fev.2020.

_____. Historia del fútbol argentino, por Juvenal. Capítulo XV (1971-1975). *El Gráfico*, 5.dez.2019 (2019g). Disponível em: <https://www.elgrafico.com.ar/articulo/1088/34996/historia-del-futbol-argentino-por-juvenal-capitulo-xv-%281971-1975%29>. Acesso em 13.fev.2020.

PIRES, Breiller. O legado da Copa sonogado pelo CBF. *El País*, 29.mai.2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/25/deportes/1527281229_552478.html. Acesso em 16.mar.2022.

_____. Vasco da Gama, o clube que abriu as portas do futebol para os negros. *El País*, São Paulo, 07.abr.2019 (2019a). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/deportes/1554498170_792322.html. Acesso em 17.ago.2021.

_____. Bancada da Bola se recompõe no Congresso enquanto atrai Bolsonarismo. *El País*, 27.dez.2019b Recuperado em 15.mar.2022, de: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/05/deportes/1572967701_015102.html.

PLACAR. Desviaram dinheiro da Seleção! *Revista Placar*, n.3, 3.abr.1970. Disponível em: <http://revistamelodias.blogspot.com/2012/06/revista-placar-pele.html>. Acesso em 21.dez.2021.

PSDB. Livro da CBF/Nike escrito por Silvio Torres é liberado após 14 anos de censura” *PSDB Acompanhe*, [s.l.], 10.jun.2016. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/acompanhe/livro->

da-cbfnike-escrito-por-silvio-torres-e-liberado-apos-14-anos-de-censura>. Acesso em 25.ago.2021.

REBOSSIO, Alejandro. Mauricio Macri decreta fim do controle kirchnerista da mídia Argentina. *El País*, 24.dez.2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/23/internacional/1450887728_777766.html. Acesso em 22.dez.2021.

REIS, Rafael. Pioneiro do marketing no futebol, Leônidas completaria 100 anos. *Jornal Folha de São Paulo*, 31.ago.2013. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/08/1335179-pioneiro-no-marketing-no-futebol-leonidas-da-silva-completaria-100-anos.shtml>. Acesso em 08.fev.2019.

_____. O Brasil disputou todas as Copas, mas só porque furou boicote dos vizinhos. *UOL*, 29.mar.2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rafael-reis/2022/03/29/brasil-disputou-todas-as-copas-mas-so-porque-furou-boicote-dos-vizinhos.htm>. Acesso em 29.mar.2022.

RIZEK, André. Rizek: Caboclo prometeu ao governo federal trocar Tite por Renato Gaúcho. *GE*, 06.jun.2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/rizek-caboclo-promete-ao-governo-federal-a-troca-de-tite-por-renato-gaucha-na-terca-feira.ghtml>>. Acesso em 30.ago.2021.

SAIZ, Gastón. La evolución del deporte argentino. *La Nación*, 25.out.2011. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/la-evolucion-del-deporte-argentino-nid1417631/>. Acesso em 21.dez.2021.

SANTOS, Irlan S.C. (2018). Las SAD – A ofensiva da empresarização dos clubes de futebol da Argentina. *Ludopedio*, 7.maio.2018. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/las-sad/>. Acesso em 14.mar.2022.

SESMA, Edson. O Polêmico Estatuto e a Responsabilidade Objetiva. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 11.jun.2003. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2003-jun-11/estatuto_defesa_torcedor_proposta_inovadora> Acesso em 27.ago.2021.

SINDICATO DE ATLETAS SÃO PAULO. Secretaria da Previdência e Trabalho nega registro de sindicato ligado ao Bom Senso FC. *Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo*, 1.mar.2021. Disponível em: <https://sindicatodeatletas.com.br/noticias/juridico/secretaria-da-previdencia-e-trabalho-nega-registro-de-sindicato-ligado-ao-bom-senso-fc.html>. Acesso em 25.mar.2022

SOUZA NETO, Georgino J.; PEREIRA, Tomaz S.A. A bancada da bola banca quem? *Ludopedio*, 23.abr.2015. Disponível: <<http://www.ludopedio.com.br/arquibancada/a-bancada-da-bola-banca-quem/>>. Acesso em 28.jul.2019.

SUTTO, Giovanna. Caixa gastou R\$ 663,6 milhões com futebol em 7 anos; patrocínio pode acabar. *InfoMoney*, 08.jan.2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/caixa-gastou-r-6636-milhoes-com-futebol-em-7-anos-patrocínio-pode-acabar/>>. Acesso em 27.ago.2021.

TEÓFILO, Sarah. Copa América: Bolsonaro se irrita e não aceita recusa dos jogadores. *Correio Braziliense*, 06.jun.2021. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4929238-bolsonaro-nao-aceita-recusa-dos-jogadores.html>>. Acesso em 30.ago.2021.

UOL. Tudo sobre o caso Rogério Caboclo: entenda o caso que afastou o presidente da CBF. *Uol*, 07.jun.2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/06/07/tudo-sobre-rogerio-caboclo---entenda-o-caso.htm>>. Acesso em 27.ago.2021.

VEIGA, Gustavo. Fútbol Argentino Sociedad Anónima”. *Página/12*, 28.ago.2016. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/deportes/8-307947-2016-08-28.html>. Acesso em 14.mar.2022.

VENCESLAU, Pedro; HUPSEL FILHO, Valmar. Relator da reforma política, Vicente Cândido é “cartola” da CBF. *Estadão*, Política, 24.jul.2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,relator-da-reforma-politica-vice-candido-e-cartola-da-cbf,70001901550>>. Acesso em 29.jul.2019.

VERGARA, Fernando. Enard: lo que Gerardo Werthein decía cuando cambió la ley en 2017 y lo que piensa ahora. *La Nación*, 30.out.2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/deportes/gerardo-werthein-enard-coa-nid2494920/>. Acesso em 21.dez.2021.

Filmes

EL HINCHA (1951). Direção: Manuel Romero. Argentina: Argentina Sono Film SAIC, 1951. *YouTube* [Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D1_Yv0qTtqs. Acesso em 21.mar.2022].

LA FIESTA DE TODOS (1979). Direção: Sergio Renán. Argentina: Ente Autárquico Mundial 1978, 1979. *YouTube* [Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gPcGa5FCfyg>. Acesso em 22.mar.2022].

YO GANÉ EL PRODE, ¿Y USTED? (1973). Direção: Emilio Vieyra. Argentina: Cinematográfica Victoria, 1973. *YouTube* [Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkC8U0ONi20>. Acesso em 23.mar.2022].

APÊNDICE 1: Entrevista com o ex-deputado Sílvio Torres (PSDB)

Quem é o entrevistado?

O deputado Sílvio Torres é formado em Ciências Sociais e Jornalismo, foi prefeito de São José do Rio Pardo (1983-1988), deputado estadual (1991-95) e deputado federal em diversas ocasiões entre 1995 e 2019. Foi vice-líder do Bloco PSDB-PTB, em 1999, foi três vezes vice-líder do PSDB na Câmara.

Sílvio Torres esteve como membro suplente ou titular das Comissões Permanentes do Esporte (CESPO) e de suas antecessoras, tais como a Comissão Permanente da Educação e Cultura e da Educação, Cultura e Desporto, foi autor do PL 4874/01 (Estatuto do Desporto). Bem como compôs comissões especiais do Estatuto do Desporto, do PL nº 5186/05 (que altera a Lei Pelé) e do PROFORTE. Além disso, foi membro da CPI da CBF/Nike e da Máfia do Futebol.

A Entrevista

Foi realizada por meio do *software Zoom* no dia 10 de março de 2021 e teve a duração de 1h09m34s. A gravação foi autorizada pelo entrevistado como pode ser atestado na abertura do vídeo e no início da transcrição. A transcrição foi realizada com o auxílio da ferramenta de “Digitação por voz” do *Google Docs* e, para a digitação por voz ser possível diretamente no arquivo de vídeo gravado, utilizamos o programa *VB-Audio Virtual Cable*. Os textos abaixo estão de acordo com a transcrição feita pelos aplicativos, sem correções.

[Antes de iniciar gravação] *JEFFERSON NASCIMENTO (JN) - Bom dia, gostaria de consultar a possibilidade de gravar a entrevista.*

[00:00:00] *SÍLVIO TORRES (ST) - Não tem problema, pode gravar.*

[00:00:02] *JN - Tá certo. Primeiro eu quero agradecer o senhor pela disponibilidade, pela atenção em aceitar a entrevista... né... Serão... serão, assim, 10 perguntas abertas, mas elas serão muito mais leves do que aquilo que já foi escrito pelo senhor e pelo Aldo Rebelo no livro, né, da... sobre a CPI da CBF e da Nike. Então aqui tem declarações muito mais pesadas, de modo que minha as minhas questões são muito mais para compreender um pouco qual é a percepção do senhor sobre processo legislativo envolvendo futebol, o papel tanto do Legislativo, quanto do Executivo. São questões, assim, mais genéricas, que estão ligadas à*

experiência do senhor no Legislativo, que é uma longa experiência aí, em um trabalho de muito engajamento nas comissões. Então seria muito mais em relação às experiências mesmo, as percepções, do que buscar algum tipo de revelação, de informação... não é esse intuito.

[00:01:17] ST - É um trabalho de Universidade, né? É de final de curso ou é...

[00:01:28] JN - *É de doutorado.*

[00:01:31] ST - Ah... De doutorado. A Gilda [refere-se à Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, que intermediou o contato] que é sua orientadora?

[00:01:35] JN - *Não. A Gilda foi... foi minha orientadora na graduação, quando eu estudei na UNICAMP e agora no doutorado eu estou na UFSCar, né? E a minha orientadora é a Maria do Socorro Braga...*

[00:01:47] ST - Certo...

[00:01:48] JN - *Que estuda sistema partidário, né?*

[00:01:53] ST - Tá bom, Jefferson, vamos lá!

[00:01:55] JN - *Então obrigado novamente pela atenção.*

[00:01:57] ST - Têm coisas que eu não me lembro bem, né? É bom que você saiba que é muito tempo já que foi a CPI, né? Agora... depois houve uma certa sequência que não é material do livro, eu fui presidente de uma Comissão de fiscalização da Câmara, e aí com isso eu acabei... ahm... interferindo também na questão da Copa e das Olimpíadas. Nós montamos uma comissão, uma subcomissão para fiscalizar os gastos [refere-se à Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas 2016, vinculada à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle], enfim teve uma sequência no mandato... dois mandatos depois, quando eu voltei, mas isso acho que não tá na tua na tua proposta aí, né? Pelo que eu li, o objetivo é outro, né?

[00:02:54] JN - *É... mas, em uma das questões acho que essa participação em outras comissões entra sim, né? Porque, na realidade, os meus objetivos... como o estudo é em perspectiva, que a gente chama de institucionalismo histórico, então é de longo prazo, né? Começando lá com o levantamento de documentos da era Vargas e chegando até agora na eleição do último presidente. Então vai ter uma questão que envolve sim esses trabalhos posteriores.*

ST - *É... a gente... eu também participava da Comissão de Esportes, depois teve essa comissão [falando da Subcomissão Permanente da Copa 2014 e Olimpíadas 2016], acho que, daquilo que eu me lembrar, eu acho que talvez valha a pena comentar.*

[00:03:37] JN - *Vai me ajudar muito, sem dúvida!*

ST - Que bom! Então, vamos lá.

[00:03:41] JN - *A primeira, assim, ela é um pouco anterior à eleição do senhor, mas envolve um pouco das pesquisas que o senhor e os outros parlamentares fizeram na época da CPI, né? Então, assim, na maioria dos textos das pesquisas que relacionam futebol e política existe uma ênfase muito grande ao poder Executivo, que teria sido lá no passado, era Vargas, na Ditadura, o responsável para... por trazer os temas do futebol para dentro do Estado, para fazer parte de uma agenda política, por assim dizer, e... e até no livro do senhor com Aldo Rebelo tem uma menção lá na página 64 de que quando tava sendo tramitada a Lei Zico, né? Ainda no governo Collor, o Ricardo Teixeira antecipou as eleições da CBF para ser eleito só pelos 27 presidentes de Federação, né? E tem alguns pesquisadores e jornalistas que relacionam também a tramitação da Lei Zico, como se fosse ali o surgimento da Bancada da Bola. Então, aqui, eu queria saber se o senhor tem algum conhecimento sobre a formação dessa Bancada da Bola? Se o senhor acredita que foi, de fato, naquele momento, se foi antes ou depois?*

ST - *Olha... bom... Até onde eu pude viver, né, lá dentro da Câmara e antecipar alguns fatos, quando a gente foi estudar melhor e nos prepararmos para CPI, a gente sabe que tanto a Lei Collor [refere-se à Lei Zico, no governo Collor] como a Lei Pelé elas... elas tiveram bastante influência, que foi o primeiro momento, acho, que houve uma tentativa de regulamentar a atividade do futebol, exercer algum controle sobre as federações, a própria Confederação e... e sobre os clubes principalmente, porque até um certo momento os clubes tinham um poder quase que absoluto. Eles, antes de eles repassarem isso quando... Na verdade é o seguinte: os recursos estavam na mão dos clubes, toda... e eles se acertavam ou não. Não havia, assim, uma centralização do comando do futebol. O que foi acontecer realmente depois que o Havelange assumiu, né? Na verdade, ele assumiu primeiro a antiga Confederação Brasileira de Desportos, se não me engano, e acho que ele é quem teve um papel preponderante, teve a visão do que o futebol poderia representar, o que poderia ser. Especialmente, na área econômica, também. Mas, vamos dizer assim, a textura política já tava pronta, né? Os presidentes de Clubes, diretores, o pessoal ligado ao futebol já tinha uma influência política no Congresso, seja diretamente com próprio dirigente sendo eleitos (sic), como através de terceiros que tinham o apoio do mundo do futebol nas eleições e com isso retribuía. Mas, o fato também é que não se dava muita importância ao futebol dentro do Congresso. Isso é real. Por isso, que era fácil manipular, as pessoas nunca se importaram; os congressistas, na grande maioria, não se importavam com essas coisas, deixavam e terceirizavam “isso daí Fulano cuida”, não se preocupavam em discutir e refletir sobre os efeitos de tudo o que acontecia no futebol, dentro e*

fora do Congresso. E acho que isso veio desde sempre. Quando o Zico foi lá começar a mexer em alguma coisa, eu acho que isso acabou se institucionalizando, foi o início da institucionalização, o pessoal que não tava interessado, muita gente que antigamente não se interessava começou a se interessar mais pelo futebol. Os dirigentes começaram a se organizar dentro do congresso como se fosse uma bancada informal. A exemplo, por exemplo, da própria bancada evangélica, né? Que começou lá com um pouquinho de gente e, de repente, se transformou numa bancada expressiva. E a chamada Bancada da Bola eu acho que teve origem nessa reação a alguma tentativa de alguém mexer nos interesses estabelecidos, tá? E acho que a Lei Zico... ela teve a importância de, pela primeira vez, fazer alguma coisa, depois a Lei Pelé foi aprofundando, alguma... eu acho que é até foi precursora de uma futura mudança, que só... ainda acho que até agora ainda não aconteceu. Mas, enfim, acho que o desenvolvimento dessa institucionalidade do futebol no Congresso começa aí mesmo e... e ela se mostrou visível, essa organização interna, em termo de bancada realmente na CPI. Aí eles tiveram que sair do armário, digamos assim, né? E... e atuaram assim com muita influência. Eles montaram, como tá escrito aí no livro, montaram uma casa em Brasília e, nessa casa, contrataram pessoal de mídia influentes, contrataram assessores para trabalhar dentro do congresso e fizeram realmente um *lobby* muito grande, porque sabiam da vulnerabilidade dos negócios que eles estavam metidos, né? Se houvesse alguma influência do Estado, maior, aconteceria o que eles não queriam, né? Que era modificar e tirar o poder deles, principalmente, e também todo esquema de corrupção que o futebol já tinha montado. O foco, a grande linha de defesa deles que a gente, acho, que quebrou quando a gente constituiu a CPI, era que era uma atividade privada, o futebol era privado e o Estado não tinha que se meter. E isso, tinha jurista que defendia, jurista que não defendia. Era ainda uma questão muito polêmica e que permeou toda briga pelo futebol, toda a nossa luta e de outros, de antes ou depois, o tempo todo cada vez que você tentava alguma coisa. Chegou chegou ao ponto, o ápice disso foi a influência de Ministro do Supremo, que foi o caso do Jobim, que chegou um momento que ele impediu o acesso da gente a um monte de coisa. Isso mostrou o quanto o futebol estava forte naquela época, o poder futebol dentro do Congresso e das instituições de uma forma geral. Foi o auge da influência deles. E aí a gente tem que considerar uma coisa que não se fala muito, que é a cumplicidade da mídia, da grande mídia, inclusive da própria Rede Globo, né? Que tinha uma força tremenda dentro futebol, porque ela era a maior beneficiária da nova fase do futebol e de toda a visibilidade, né, da transmissão de jogos em nível nacional, como latino-americano, Mundial. E a gente nunca

chegou ao ponto de estabelecer uma conexão real, nunca teve uma “delação premiada”, assim digamos entre aspas. Mas, com certeza o pessoal da Globo tinha total influência, a tal ponto que quando chegou o Teixeira [refere-se à Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF] que, em determinado momento, quis mudar as regras dos direitos de televisão, a Globo entrou com tudo na CPI do Futebol e estava dando uma cobertura até que o Teixeira se entregou e isso ficou muito claro. Até aquele ponto era de um jeito, daí para frente... Aí o pessoal que era contra futebol, que era contra o futebol não, que tentava fiscalizar, agir, que tentava fazer uma moralização era muito... era ignorado pela Globo. Eu mesmo, né, não chegava ao ponto de conflito, mas eles não davam nenhuma cobertura à nossa atuação. Nenhuma! E isso ficou... na minha visão, isso ficou assim bastante mais evidente na medida em que se aproximava a história da... do Brasil sediar uma Copa, uma Olimpíada. Porque aí começou se entrelaçar o interesse dos outros comandantes de Confederações [referindo-se às federações estaduais] que, como você sabe, eram todos corruptos, né? Não tinha exceção, então todo mundo no sentido de autoproteção contra qualquer interferência do Estado. Alguma coisa começou a mudar quando o Estado instituiu mecanismo de financiamento também para o esporte de uma forma geral, a Timemania que acabou sendo um financiamento indireto pro esporte, porque os clubes começaram a entrar em dificuldade, a CBF milionária, bilionária... Porque a partir do contrato com a Nike ela abriu um campo, né, ilimitado para ganhar, para ganhar dinheiro e usava isso só para ela. A nossa grande luta sempre foi derrubar essa história do monopólio da CBF sobre a seleção brasileira, que não tem sentido você... uma entidade ter o monopólio, era como se ela fosse a dona da Seleção Brasileira e a Seleção Brasileira, na nossa visão, é o resultado de tudo que se pratica de futebol no Brasil, desde a várzea, na periferia, até os grandes clubes. De uma forma de outra, o Estado tem alguma influência nisso e precisa ter... precisava ter. A grande luta sempre foi essa: é privada ou não é privada? E isso que blindou durante muito tempo e até a hora... e blindou até mesmo com o interesse do próprio Executivo. Nós fizemos a CPI, durante a CPI, os membros do PT tinha uma atuação, discurso anticorrupção contra os cartolas e, quando o Lula ganhou a eleição, eles mudaram de posição. O próprio Aldo Rebelo virou ministro, né meu amigo, companheiro, mas, ele virou ministro e se viu numa posição de ter que conviver com esse pessoal. O Lula estendeu o tapete, eu acho assim, o Lula estava com a cabeça de sediar o mundial, achou que para ele ia ser o auge, ele também muito ligado ao futebol e acabou sendo envolvido. Eu acho que a CPI ela conseguiu abrir uma brecha, registrou isso, apesar de terem impedido que o relatório fosse aprovado oficialmente, ele se tornou

efetivamente público não só porque a gente colocou na Internet, mas porque o livro deu... é uma coisa mais permanente, o livro deu visibilidade a isso aí. E você sabe que o livro ficou proibido por vinte anos, sei lá quinze ou vinte anos, ele foi censurado durante todo esse tempo com a conivência do Judiciário do Rio [de Janeiro]... lá, o Teixeira, ele tinha no Rio... quase que reinava absoluto, no poder Judiciário, no poder Legislativo, ele e o sogro [refere-se à João Havelange], né? Que era influência do sogro mais a dele, juntos, eles tinham essa influência muito grande. Aí o livro descreve como era isso, aí você deve já saber tudo. Mas, a... aí eu só vou continuar o que eu tinha iniciado com você. A gente continuou na Comissão de Esportes, lá, pautando temas não eram do interesse da maioria, mas a Comissão de Esportes sempre era dominada, tinha bastante pessoal da CBF, que estava lá presente, já era escalado para essa comissão, para evitar que a gente desenvolvesse alguma atividade contra, eu mesmo tive vários projetos que eu propus, talvez você pudesse consultar aí na minha... de clube-empresa, que eu achava que o único jeito de derrubar essa estrutura era através dos clubes e à medida que os clubes deixassem de ser feudos de cartolas que repetiam, que replicavam o modelo do... da CBF, das federações... pudesse haver a mudança e tem outros projetos que a gente tentava, mas... mas, nunca conseguiam prosperar, se passava em uma comissão, não passava na outra... Eu tive oportunidade de voltar a cuidar do assunto quando, em 2010, eu voltei a Câmara... deixa eu me lembrar, em 2006 eu voltei, em 2011 eu não estava porque estava Secretário de Habitação do Estado de São de Paulo. Isso, foi de 2006 a 2010. E aí eu ocupei, além da Comissão de Esporte, uma comissão de fiscalização que começou a acompanhar a história do Brasil sediar a Copa, os investimentos, a ideia era evitar que o Brasil fizesse o que acabou acontecendo, né? Uma corrupção tão evidente, tão clara, jogou dinheiro fora por todo lado e isso a gente vinha batendo, mas o pessoal estava tão obcecado é que o Teixeira ele tinha, sim, um tapete vermelho. Os governadores ficaram todos fascinados pela ideia de sediar, entendeu? E ele jogou com isso muito claramente, tanto é que eu propus uma CPI para investigar a lavagem de dinheiro no futebol, na forma geral, com base no que tinha ocorrido na Europa, não me lembro se na Inglaterra ou na Itália, onde teve um escândalo que de alguma forma rebateu no Brasil, acho que foi no tempo do Corinthians, com aquele... não sei se você se lembra.

[00:21:48] JN - *Com Hicks Muse [na verdade, o correto seria MSI - Media Sports Investment], né? Que um iraniano [Kia Joorabchian] representava um russo [Boris Berezovsky] aqui?*

ST - Isso, exatamente. Aí a pretexto disso eu propus uma CPI logo no começo do mandato, eu obtive as assinaturas necessárias. Aí, quando eu fui entregar, porque você tem prazo, né? Aí os

governadores trabalharam contra, aí [os parlamentares] retiraram [as assinaturas], inviabilizaram a CPI porque retiraram na última hora. E foi, assim, bem típico dessa institucionalização que você estuda, começou lá embaixo, Assembleias Legislativas, Câmara e tal e, depois atingiu o poder Executivo em todos os Estados do Brasil. Não havia um Estado que não... os governadores iam lá pedir pros deputados não assinar, assim foi uma coisa tão escandalosa, mas não havia... a mídia não dava cobertura a isso propositadamente porque ela estava mancomunada com isso, principalmente essa mídia da Globo, mesmo em emissoras de rádio, uma outra que... que se atiravam, né, contra esse esquema. E aí dessa comissão, essa CPI não se instalou, mas aí eu acabei sendo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, aí criei uma subcomissão só para acompanhar as coisas da Copa, a campanha pela Copa e tudo que viria depois. Essa subcomissão atuou bastante, a gente conseguiu abertura para visitar, eu fui até no exterior, em países que já tinham sediado para ver como tinha sido a... a Comissão, para ver como tinham funcionado as comissões organizadoras da Copa, quanto o país tinha gasto e tal e isso me deu uma oportunidade de falar muito sobre isso. Porque aí boa parte da mídia dava cobertura, eu tenho bastante material da imprensa sobre isso, porque as pessoas já estavam bem conscientes do que significava o Ricardo Teixeira e todos esse esquema no Brasil. Bom, é óbvio que a despeito do que eu fiz, não mudou nada, né? Construíram os doze estádios, fizeram como quiseram, mas era assim uma profecia anunciada, um caos anunciado, que eu cheguei até dizer uma entrevista para o *Lance!* que o Brasil ia fazer a Copa mais cara da história e foi efetivamente que aconteceu, fez a Copa mais cara do mundo e sobram todos os elefantes brancos, tudo isso foi jogado fora. Mas, aí depois disso em 2010 é... eu voltei para São Paulo, ser secretário e tal, a Copa aconteceu e os resultados todos sabemos. E o que acabou, né, sendo a única coisa que eu acho que... não sei se foi influência de alguma forma, chegou quando o copo transbordou, né? Foi a história dos Estados Unidos ter entrado em virtude do J. Hawilla [José Hawilla, proprietário da Traffic], no fundo foi o J.Hawilla é que detonou por dentro o esquema. Você sabe a história, ele foi se tratar nos Estados Unidos de um câncer e aí acabaram descobrindo uma transação dele por lá e aí ele acabou entregando, puxou o fio da meada lá e explodiu com todo mundo. E é lamentável, né, que o Brasil, as coisas do Brasil tiveram que ser resolvidas nos Estados Unidos, né? Aliás, o futebol mundial, né, entrou na mesma crise, né? Enfim, ao menos tudo o que foi feito foi corroborado e confirmado.

[00:26:58] JN - *E... bom... e um trabalho em relação a essa ação dos Estados Unidos que derrubou dirigentes da FIFA, né? Foi realmente, foi aquela história do dominó, né? Foi caindo...*

ST - *É...*

[00:27:11] JN - *E além, assim, desses elementos, no livro também fica muito evidente a questão das doações para o financiamento de campanha...*

ST - *É verdade.*

[00:27:25] JN - *E ali no livro, ele termina na época da CPI, mas depois tem uma reportagem de 2015, da Rádio Gaúcha, né, do Eduardo Gabardo e do Rodrigo Oliveira, que identificou que esse financiamento continuou pelo menos até 2008, né? E a gente sabe também que há um histórico de dirigentes sendo eleitos. E aí, pela experiência que o senhor tem como parlamentar...*

ST - *Aliás, eu queria só fazer um aparte, eu fui autor da emenda que proibiu doação eleitoral de clubes de futebol [proíbe doações para campanhas eleitorais por clubes, federações e pela confederação]... consegui fazer com que isso, e olha que não foi fácil, a gente conseguiu impedir que continuassem doando.*

[00:28:11] JN - *Que vai ter um efeito mais direto a partir de 2008, né?*

ST - *É. Exatamente.*

[00:28:17] JN - *E, nesse caso, assim, até esse período que havia doação, pela experiência que o senhor tem como parlamentar esses que foram eleitos com esse dinheiro, seja de clubes, mas principalmente da CBF, eles atuavam especificamente para os interesses da CBF das federações ou até seria possível ver um outro lado da moeda: um engajamento em relação à políticas públicas mais amplas pro futebol?*

ST - *E políticas fora do futebol você está dizendo?*

[00:28:52] JN - *Não. Políticas públicas mais amplas para o futebol que não necessariamente estivessem ligadas aos interesses imediatos das federações e da CBF.*

ST - *Teve a Timemania, o Estatuto do Desporto, que inclusive foi proposta minha.*

[00:29:18] JN - *Teve o Estatuto do Torcedor, né?*

ST - *É... o Estatuto do Torcedor veio até antes, né?*

[00:29:24] JN - *Isso. Foram dois. O Estatuto do Torcedor em 2003 e o Novo Estatuto do Torcedor em 2010.*

ST - Isso... Não. Em todo tipo de Legislação, em qualquer Legislação que tivesse o menor impacto no futebol era imediatamente assumida... ahn... eles tentavam o controle disso ou fazer *lobbies* para mudar o que não fosse do interesse deles. Isso é claro, sempre foi assim. Todos eles [Bancada da Bola], em todas as legislações, por mínima que fosse.

[00:29:58] JN - *E isso ajudaria explicar, por exemplo, explicar o fato de que houve mais dificuldade para avançar o Estatuto do Torcedor [erro, pois refere-se ao Estatuto do Desporto, na verdade], que é de autoria do senhor e aí ele vai ser modificado, mas aquele original, ele ficou parado, a última movimentação, pelo que eu conferi, era de 2007, né? Aí depois o senhor foi relator do PL5186, que também falava de um estatuto do desporto, né?*

ST - É o Estatuto do Desporto que foi um projeto meu, quando terminou a CPI.

[00:30:34] JN - *Isso. E aí trata de uma série de questões, como a formação de atletas, a questão do contrato, responsabilização de dirigentes, é... as sanções às entidades devedoras de impostos e direitos de imagem... O senhor atribui a essa... a essa organização desses parlamentares o fato de que esses estatutos, eles tiveram mais dificuldade de prosseguir do que, por exemplo, os dois, o Estatuto e o Novo Estatuto do Torcedor, que tinha como base o Código de Defesa do Consumidor?*

ST - Ah! Sem dúvidas... O Estatuto do Torcedor... ele, de alguma forma, até interessava aos clubes em alguns pontos, estabelecia algum controle, tinha a questão de como as pessoas... o torcedor consumidor que em algum ponto sensibilizava e tal. Mas, o Estatuto do Desporto tratava do desporto em geral. Então... ele mexia com muitos interesses, né? Desde o impedimento para a reeleição sistemática, estabelecendo limites para reeleição, prazos... o que acabou passando de alguma maneira, né? Meio à fórceps... Tudo isso, né? A gente responsabilizava dirigentes, os clubes passaram a ter que ser mais transparente também, publicado no balanço, auditado e nós propusemos isso no final da CPI, em 2000/2001 que eu propus, e demorou muitos anos para avançar alguma coisa e assim... não saiu como a gente imaginava, mas muita coisa foi conseguida, né? [grifos meus]

[00:32:30] JN - *E nesse... no texto do Estatuto do Desporto, o primeiro, né? Na primeira versão, aparece textualmente, né, que há um entendimento, ali no primeiro artigo, que o Estado é responsável pelo fomento do desporto de uma maneira ampla. A questão do fomento do desporto, o senhor acredita que isso também se aplica a uma responsabilidade do Estado a fomentar políticas públicas de financiamento direto e indireto das instituições como, por exemplo, as loterias, o refinanciamento de dívidas de clubes e federações... isso também*

entraria como fomento ou o fomento no sentido de estímulo da prática do desporto de base? Como é que o senhor entende isso?

ST - O maior interesse era fomento para estimular na base, né? A gente tinha objetivo de fazer com que o Estado fosse protagonista, porque em muitos lugares do Brasil não teria condições de... da iniciativa privada, de alguém fazer, se não fosse o próprio Estado. E, ao mesmo tempo, o Estado poderia dar incentivos, por exemplo, para... para clube-empresa, incentivos que fizessem esses clubes se transformar em empresa, que não eram incentivos muito generosos, mas poderiam estimular os investimentos nessa área, a ideia sempre foi... era profissionalizar o futebol no Brasil, né? O desporto de uma forma geral, mas principalmente o futebol. Agora, a questão da Timemania, loteria e tal, seriam maneiras indiretas, mas que... de ajudar e teriam que ter contrapartidas, né? Não era só dar por dar. Tinha que ter “olha, você vai ganhar esse benefício, mas em compensação você vai ter que agir assim, assado e tal”. E acho que, com o tempo, isso foi... foi acontecendo, né? Foi acontecendo. Porque infelizmente ninguém estava disposto a fazer uma revolução lá, na legislação esportiva do Brasil e, gradativamente, foi... Agora o que aconteceu... eu tenho um fato que eu avalio... o futebol ele era um elemento assim... a proximidade com o futebol, com os clubes, a ligação com os torcedores, era um estímulo para dirigente e outras pessoas entrarem na política, ou continuarem nela, né? Agora, para quem era contra isso, era ruim. Uma pessoa como eu era boicotado. A minha atitude e de outro... de outros que tivessem essa postura... não tinha ganho eleitoral, né? Ao contrário, corria muito risco de ser considerado inimigo do futebol, tal, e o torcedor, se não fosse informado pela mídia, ele nunca ia sentir o efeito do trabalho, né? Tô contando isso porque acho que isso desanimava as pessoas... os companheiros de bancada, em geral, na Câmara, de entrar nessa luta, né? Eles falavam: “Ah! Esse negócio do futebol não vamos mexer, né? Vamos largar!”. Acho que foi um espírito corporativo que prevalecia sobre o interesse público, que se transformou numa corporação dentro do Estado, tanto no Legislativo, como nos Executivos e até no Judiciário. [grifos e destaques meus]

[00:36:49] JN - *Essa palavra, ela é ilustrativa, é muito interessante a ideia de que virou uma corporação dentro do Estado, então... então, de fato, a gente pode imaginar uma instituição, mesmo que informal, que tá funcionando dentro das instituições estatais, né?*

ST - Era assim, meio que, entre aspas, era uma “máfia” organizada, era uma corporação destinada a proteger os interesses do futebol e de quem estivesse em torno dele, não só dentro do Estado, como fora do Estado, né? [grifos e destaques meus]

[00:37:29] JN - *E... e aí, nesse caso, imaginando então a existência dessa corporação, o senhor tem mais de 20 anos de experiência como parlamentar e muito atuante tanto na Comissão de Esporte, quanto nas antecessoras, na Comissão de Educação e Cultura, na Comissão de Desporto e Turismo. Então o senhor tem uma trajetória aí, e, dentro dessa trajetória, as demandas relativas ao futebol, assim de uma maneira geral, elas tendem a chegar até o Congresso, normalmente, por parlamentares, por grupos de interesse, por pressão popular? Assim, o que o senhor entende como decisivo para que essas demandas saiam da sociedade e adentrem a um debate, por exemplo, no legislativo?*

ST - *Decisivo, eu acho que seria conscientizar, né? Principalmente, nos meios de comunicação ter gente independente da CBF, dos clubes, né? O problema é que muitos meios de comunicação dependem disso e não se atrevem... quanto, quantas vezes você ouvia contra o esquema da CBF, na imprensa, entre os grandes comunicadores? O pessoal tinha interesse. Interesse ou da emissora, às vezes, em algumas emissoras tinham pessoas muito dispostas a brigar pela moralização e tal, mas que tinham suas limitações também. Então... é.. era, mas era muito desproporcional entre aqueles que defendiam uma moralização abertamente e aqueles que se omitiam, né? Ou, às vezes, até falavam contra esse trabalho.*

[00:39:29] JN - *Então, de uma maneira assim, eu poderia então entender que o fato de não haver essa essa cobertura midiática mais independente também pesa para que algumas medidas sejam bem sucedidas como foi a CPI, que apesar do relatório não ter sido aprovado, ela produziu um documento muito robusto, e outras acabam sendo não tão fortes assim, como a última CPI do Futebol, que teve participação do Romário e, que no final das contas, o relatório que foi aprovado foi do Romero Jucá, que não indiciava a quantidade de pessoas. Essa questão da cobertura midiática também influencia os rumos do trabalho lá dentro do Congresso?*

ST - *Não só, é em tudo. Não só nisso. A gente está vendo, né, isso no dia-a-dia. O que aconteceu com a Lava Jato, a cobertura que a Lava Jato teve, obteve e toda mudança no quadro político nacional e que levou a isso que nós estamos vivendo hoje. E... isso vale para qualquer assunto que seja polêmico, de interesse de alguém. Lá no Congresso, ele é movido a mídia, não tenha dúvida (sic). Por isso, que a gente teve muita dificuldade no futebol, para mudar o futebol.*

[00:40:57] JN - *E... no livro, né, até tem uma parte que o senhor e o Aldo Rebelo relatam que aquele momento era, por assim dizer, sui generis até pelo fato do fracasso da seleção na Copa, né? E dos problemas que vinha... vinham acontecendo no futebol brasileiro, a questão de calendário e tudo. E, talvez, infelizmente a imprensa tenha deixado a parte que, a meu ver, foi muito significativo e foi muito bem sucedido pelos resultados, inclusive, fora que é... que são as descobertas em relação ao tráfico de menores, a falsificação de documentos, né, principalmente com agentes na Europa para fazer falsificação de passaportes. Então esse tipo de resultado, que é muito expressivo, ele transcende o futebol porque envolve a questão do tráfico de pessoas e relações de trabalho das mais diversas formas e, mesmo isso, teve pouco espaço na imprensa, né?*

ST - *E isso teve resultado, né? E, você sabe, foram dois assuntos que a própria FIFA acabou tomando atitudes, né? Porque não mexia com o dinheiro dela e dava um jeito de falar: “Olha, nós estamos moralizando, né, alguma coisa!”. Realmente, como você diz, isso não valeu muito, né, assim para empresa de uma forma geral, né?*

[00:42:32] JN - *O que daria, inclusive, para ser aproveitado para outras investigações para tratar do tráfico de brasileiros e brasileiras para a Europa e os Estados Unidos, né?*

ST - *E isso já foi há 20 anos atrás, né? E poderia ter avançado nessa parte, né?*

[00:42:52] JN - *Exatamente. Com nomes, inclusive, no livro, né? O que entendo de mais corajoso e mais valioso desse trabalho é que estão aqui os nomes, todos os nomes de quem... que estiveram envolvidos com essas práticas, né?*

ST - *Verdade.*

[00:42:13] JN - *Bom, Como o senhor foi respondendo algumas, eu tô chegando ao fim... Faltam quatro só que a gente não tocou, o restante o senhor já foi tratando, né? Mas, dentre essas, eu queria começar pela seguinte, né? Numa das páginas do livro, na 131, os senhores dizem o seguinte, né, que havia uma recomendação Ministério Público para entrar com uma Ação Civil Pública porque, inclusive era uma definição da Lei Pelé, né, “que aqueles fatos se relacionavam aos interesses difusos”, né, “que estavam integrados ao esporte, que eram patrimônios culturais, era patrimônio cultural do Brasil” e, depois na página 157, argumenta que “a CBF e as federações não são empresas privadas. Na verdade, elas são delegadas da nação para a organização do esporte”. Então, dessa maneira assim, que fica bem clara essa... o senhor inclusive já falou que é contra esse monopólio da CBF sobre a exploração da seleção, que é um símbolo nacional. Eu gostaria que o senhor dissesse para mim o seguinte: quando,*

então, a ação do Estado em relação ao futebol, seja ele sobre as federações, à CBF, aos clubes, ela deve acontecer? E quais são os limites que o estado não deveria adentrar? Ou seja, quando a atuação do estado é legítima, nessa CPI fica muito claro toda essa preocupação para combater financiamento ilegal de campanha, tráfico de pessoas, sonegação fiscal, né, porque muito era omitido em quase todas as federações não havia declaração. Então aí fica muito claro o interesse público, mas de uma maneira geral, como é que o senhor resumiria quando é legítimo que o Estado atue e quando o Estado não deve interferir em relação ao esporte?

ST - É... primeiro, eu queria falar... você fez uma referência a questão patrimônio público. Um dos meus projetos considerava a Seleção Brasileira patrimônio cultural. Que era a forma indireta que a gente tava tentando para fazer com que a CBF prestasse contas, prestasse contas do... o Ministério Público poderia acompanhar os contratos, enfim, teria uma interferência de fiscalização do Estado mais direta e isso foi meio que a pedra-de-toque, os caras não admitiram isso. Foi uma coisa, assim, impressionante. Aí se juntou todo mundo contra isso, porque “não, não vamos abrir brecha para...”, então é... devido a interesse de clube, da seleção, da Rede Globo, de todo mundo. Porque você abre uma... o Ministério Público vai lá fazer uma auditoria e vai encontrar o que teve lá para trás, entendeu? Os caras ficavam apavorados com isso. Essa foi uma das lutas também que a gente travou e que não prosperou, foi boicotado todo o tempo. E eu acho o seguinte, eu acho que o Estado, ele deve interferir no sentido de fazer o fomento, acho que tem que incentivar a prática esportiva em todas as áreas, acho que ele pode dar incentivo para que isso ocorra através de terceiros. O Estado não tem braço pra tudo isso é óbvio, né? E deve exercer um papel... eu tinha uma ideia antes, a gente conversou sobre uma agência de esportes, uma agência reguladora dos esportes e, através da agência, poder controlar todos os investimentos na área esportiva, fossem públicos ou fossem privados. Seria uma agência reguladora que... Podia até falar “a lá, vai montar mais um órgão burocrático”. Mas, eu acho que... porque o Ministério do Esporte é muito limitado no Brasil, né, além de ser sempre destinado para partidinhos pequenos, para não sei o quê, não é tratado como um ministério de alcance social, de alcance, né, infelizmente... Então, como as atividades esportivas ganharam uma dimensão muito grande no Brasil, eu acho que poderia caber um agência reguladora e, através dela, o Estado definir qual seria mais claramente o seu papel. Eu não sou estatista, estatizante, não, eu acho que o que puder... o que a iniciativa privada puder fazer desde que fiscalizada, regulada e tal, o Estado não precisa fazer. Mas, eu acho que o esporte, ele tem o mesmo papel que tem, vamos supor, a telecomunicação... eu to dizendo que

ele é um [inaudível], e poderia ser tratado como uma atividade educacional, de cultura, tem... Ela envolve muitas coisas, talvez não fosse uma agência, fosse uma sub-agência, o que fosse. E a iniciativa privada, eu acho que ela deve ser estimulada, considero que o clube-empresa é ainda a única solução pro futebol do Brasil e outros esportes também. Mas, principalmente, no futebol pela dimensão que ele tem. E você sabe muito bem na Inglaterra todas, todos os clubes são empresa e isso já há 100 anos, sei lá quanto, 50 anos. E, na Espanha, o Barcelona e o Real Madrid eles não são empresas, mas eles seguem regras de... regras empresariais. Eles são tratados como se fossem assim, tanto é que, você vê, se derruba dirigente por conta disso. E em outros países, a Itália, a Alemanha, o pessoal tem uma... ou a empresa ou tem toda a estrutura como se fosse uma empresa, bem profissionalizada. Acho que no Brasil para fazer a mudança é preciso incentivar. Você vê os clubes estão inviabilizados... como é que vai... a conta de um é R\$ 900 milhões, de outro não sei quanto, tem que ter uma solução para isso. Porque eles não vão pagar. Assim, se continuar sendo administrado assim eles não vão pagar. A experiência da Red Bull é a experiência agora mais bem-sucedida que nós temos, né? Eu acho que tem clubes que podem se transformar no curto prazo e pode acabar. Desde que o Estado ajude. Agora, a resistência vem de conselheiros vitalícios, esse pessoal... que esses conselhos vão perder poder, né, não vai ter [inaudível], vai ser conselho para nada. Então, internamente o clube é muito ainda sensível a essa abordagem política interna, tal. Sabe, você tem acompanhado as disputas, é grupo desse contra o grupo desse e não saem do lugar, né? Então eu acredito para o futebol, eu acho que a solução... Aliás, inclusive, tem uma lei aprovada, eu fui o autor da primeira lei, tem uma lei aprovada, mas que eu acho que ela não avançou a ponto de promover a mudança. Aí o Estado não pode obrigar a fazer, mas eu pego um clube que nem o Corinthians deve R\$ 900 milhões, falam que o torcedor não vai aceitar, é bobagem. Os torcedores aceitam no mundo inteiro, o torcedor quer resultado, quer a camisa do seu time com resultado. Tanto é que quando fez aquele acordo com aqueles russos lá [refere-se à parceria com a MSI, de Boris Berezovsky, representado por Kia Joorabchian] o Corinthians estava feliz. O torcedor não queria saber de onde vinha o dinheiro, né? Tava todo feliz. Porque o Corinthians deve R\$ 900 milhões e não vai pagar. Não tem como ele pagar. Então, eu acho que pode começar particularmente, fala “Olha, Corinthians, se vocês se enquadrarem nisso e nisso a gente ajuda de alguma forma, dá algum tipo de incentivo”. O empresário sabe que o Corinthians é uma fonte de renda e que pode fazer uma grande mudança internamente. Mas, precisa quebrar essa resistência da cartolagem.

[00:52:26] JN - *O que é muito difícil, né? Até...*

ST - É.

[00:52:28] JN - *Até pelo fato do que foi narrado no livro de usarem, muitas vezes, o clube como trampolim político, como uma fonte também de majoração de ganhos...*

ST - É e tem aquela coisa do apelo também, você sabe é o *glamour* do futebol, entendeu? O sujeito é... Ele é muito sensível a isso, se sente importante, sabe, ninguém... o cara não quer só torcedor quer ser alguém que... é... essa é uma cultura realmente difícil de se mudar.

[00:53:02] JN - *Sim, a cultura da cartolagem no Brasil, né? Bom... de uma forma assim bem específica. O senhor foi parlamentar e é membro do PSDB, tem vastas, uma vasta atuação nas comissões e no processo legislativo do futebol. E... como é que o senhor descreve o papel do governo Fernando Henrique e o papel do Legislativo, a relação entre ambos na tramitação da Lei Pelé? Por que ali foi também um embate complexo, né? Então como é que o senhor... o senhor lembra daquele período? De algo que pudesse descrever?*

ST - Olha, eu acho que... o Fernando não estava muito preocupado com a questão do futebol, né? O governo dele estava voltado para aquelas reformas, que foram realmente emblemáticas, muito difíceis, a gente passou por um momento muito difícil para quebrar monopólio, para fazer reforma administrativa, uma parte da reforma da Previdência, que acabou se perdendo, e ele meio que não dava tanta importância. E no segundo, quando eu virei relator da CPI quem... o líder da bancada era o Aécio Neves, que... é né? A única coisa que ele perguntou, ele me chamou "Olha, tal, você tem alguma ligação com o futebol?" E eu falei: "Não. Eu não tenho nada assim...". "Ah... você gostaria de fazer, ser relator.". "Ah deixa eu pensar, eu acho que sim". "Pensa logo que eu preciso nomear". Então foi meio assim. Só que, na medida que avançou e o pessoal começou a ficar preocupado, porque talvez eles não imaginassem que ia ser com a profundidade que foi. E o Teixeira fez muita pressão em cima do Aécio, a turma da cartolagem fez muita pressão. O Aécio queria ser presidente da Câmara, como de fato acabou conseguindo, e sofria assim, então, a influência da Bancada da Bola que poderia ser um obstáculo a mais. Tanto é que, assim, ele não ficou muito feliz com a minha atuação, foi um momento meio complicado, mas não dava para recuar, eu não tinha intenção de fazer concessão nenhuma, para esse tipo... porque, quando mais você se aprofundava no assunto, mais você se envolvia. Mas, enfim, não teve nenhuma retaliação, nada. Mas, tô dizendo que o governo Fernando Henrique nessa questão da CPI ele não atuou. A Lei Pelé, eu acho que, quando... o Fernando Henrique entrou com um ímpeto reformador, de renovação da estrutura, tal, e acho que por isso que o Pelé teve esse espaço, né? Pra poder mudar alguma coisa. Mas, o Pelé

também sempre teve uma postura meio polêmica, né? Nunca foi de assumir posição, né? Na própria CPI ele ficou distante, não queria se envolver porque consta que o Teixeira teria prometido para ele ser o homem da Copa, uma coisa assim. Ou até anteriormente, né? O Teixeira tinha ligação forte com a FIFA. Mas, enfim, a lei eu acho que ela... ela veio fazer alguma mudança na Lei do Zico, né? E nem sempre foi seguida, também foi contestada em muitas das suas propostas. O que eu tenho lembrança dela é pouco isso, mas no momento... a não ser que você tenha alguma coisa que você fale e eu lembre.

[00:57:25] JN - *Não, não... Era nesse sentido mesmo, para entender se houve um empenho direto do Executivo para aprovação da Lei, mas o senhor respondeu que havia esse ímpeto modernizador, né, de reforma do FHC que vai dar o espaço para o Pelé defender a legislação. E, a despeito da resistência da Bancada da Bola, ela passa, mas, como o senhor falou, muita coisa foi contestada, muita coisa foi alterada, quase que uma vitória de pirro, né?*

ST - É verdade. Eu acho que, em certo ponto, a Lei Zico foi mais, assim... mais importante porque ela abriu o caminho.

[00:58:14] JN - *E naquele momento em que ela tava falando lá no início dos anos 90, já tinha lá a indicação que não foi aprovada, mas já tinha um debate para a defesa do clube-empresa, né? Ou seja, 30 anos atrás, né?*

ST - Exatamente.

[00:58:28] JN - *É... bom... Assim, em termos de atuação, até o senhor já falou um pouco que não era muito a preocupação do Fernando Henrique, mas se fosse para diferenciar os governos pós-redemocratização, né? Collor, FHC, dos governos petistas, né? E, se o senhor tiver acompanhado alguma coisa, esse governo atual. É... A relação deles com o futebol, apesar do senhor ter respondido do FHC, como é que o senhor enxerga a dos demais, assim... Eles têm uma visão mais de participação, estímulo, de distanciamento. Como é que o senhor avalia?*

ST - O Lula foi total envolvimento com o futebol, clube, CBF. Ele foi assim companheiro, recebia camisa, o Ricardo Teixeira era recebido no Palácio constantemente, tem a história da Copa, tal... Mas, eu acho que a Dilma, a relação dela foi um pouco mais difícil com o Ricardo Teixeira e com esse pessoal, ela não dava esse espaço todo, não. Então, mas no tempo do Lula, o Orlando Silva era bem aberto ao pessoal do futebol, fazia bastante média com eles e tal. Agora, isso tinha um objetivo, né? Que era sediar a Copa. Então justificava muita coisa também com isso, né?

[01:00:05] JN - *Sim. E no caso da... Recentemente teve a tramitação da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte e ela também sofreu enorme resistência da Bancada da Bola, por um momento teve a organização daquele grupo de ex-jogadores e jogadores, o Bom Senso Futebol Clube defendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, no final, ela foi aprovada com muitas modificações. Se o senhor acompanhou, assim, o desfecho dela. Ainda assim, com essas modificações, pode ser considerado um avanço ou ela não propõe mudanças significativas da maneira que foi aprovada?*

ST - *Eu acho que pode ser considerado um avanço, não é um grande avanço, mas obrigar os clubes a prestarem contas, publicar o balanço, os balanços auditados e tal, eu acho que isso realmente avançou. Eu acho que o que trouxe mais a moralização foi o fato do José Maria Marin estar preso, o Ricardo Teixeira não poder sair do país, isso que apavorou os dirigentes de uma forma geral, poucos dirigentes teriam coragem de fazer... praticar uma corrupção. Aquele esquema de empresário [proíbe que empresários, empresas e grupos de investidores sejam donos de direitos federativos dos atletas, apenas clubes podem ter tais direitos] também foi uma mudança que... na verdade partiu mais da FIFA, né, e o Brasil assumiu... diminui um pouco a [inaudível]. Os jogadores também começaram a ser mais bem esclarecidos da própria situação, acho que foi uma evolução dentro... interna, né? Que ajudou muito.*

[01:01:55] JN - *E essa onda de prisões, né, na CBF os últimos [dirigentes foram] implicados, o Ricardo Teixeira, José Maria Marin, [Marco Polo] Del Nero, na Fifa a implicação do [Joseph] Blatter e acabou tendo efeitos mundiais. Isso também, de uma certa maneira, dificulta a articulação da Bancada da Bola ou ela ainda continua... ou ela continua ainda funcionando digamos assim?*

ST - *Eu acho que talvez um pouco mais latente, assim, né? Mas, assim, para ser utilizada na hora que precisar, porque ainda tem dirigentes esportivos lá na Câmara, tal, alguns deles são influentes, né, dentro de comissões... o Renan Calheiros era um caso óbvio, né? Um dirigente da CBF era assessor dele para você ter uma ideia [refere-se à Vandenbergue dos Santos Sobreira Machado, foi assessor de Renan, foi indicado por Renan para ser o representante do Senado no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações, no governo Lula e ficou até 2013, bem como foi identificado pelo "Congresso em Foco" como um lobista da CBF, com cargo identificado como "Diretor de Assuntos Legislativos", com salário de R\$ 100 mil para defender os interesses da CBF nas CPIs que tramitaram no Congresso, desde o início dos anos 2000 e permanecia até ao menos 2016, quando gravações vazaram indicando que ele*

era responsável por repassar informações à defesa do ex-senador Delcídio do Amaral, cujo advogado era Luís Henrique Sobreira, filho de Vandenbergue. Além dele, Renan Calheiros empregou, como assessor, Douglas de Felice que foi também assessor de comunicação da CBF²⁵³].

[01:02:57] *JN - O Sarney tem um filho, né... [referindo-se ao Fernando José Macieira Sarney, vice-presidente da CBF e representante da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) no Conselho da FIFA].*

ST - *É o Sarney tinha um filho, a presença era muito clara e forte, né? Diminuiu. Eu acho que diminuiu, é porque toda essa questão mundial acho que fez com que o pessoal se recolhesse e os espaços também não são mais os mesmos.*

[01:03:24] *JN - E aí só para encerrar, mais uma dúvida bem pontual mesmo, né? No livro tem duas referências, um ao ex-presidente da Federação do Mato Grosso, Carlos Orione, e outra ao ex-presidente da federação de Rondônia, o Heitor Luiz, em que eles admitiram que usaram os recursos da CBF para campanha, né? Mas, eles negam que tenha repassado dinheiro e, sim, materiais esportivos. Isso me soou um pouco estranho assim, como é que esses materiais esportivos poderiam ter finalidade eleitoral? Ou senhor acha que isso é uma ligação só para dificultar os trabalhos da CPI?*

ST - *Todos eles recebiam ajuda, né? Isso ficou muito claro, evidente. A prática de doar material da CBF para as federações, das federações para os clubes, para as ligas, isso continua, assim, material esportivo, tal. Isso realmente era difícil você transformar. O que... a legislação eleitoral é que avançou e isso foi proibido, né? Então perdeu esse efeito, mas o pessoal recebia recurso mesmo e muito provavelmente tinha recurso por fora também. Não tenho dúvida. Não era só aquilo que estava declarado. As empresas doariam, outras empresas doariam, a CBF doava R\$ 40 mil, mas o cara recebia de outra forma.*

[01:05:08] *JN - Muitas vezes... tem um... tem um trabalho de doutorado de uma ex-aluna da [Universidade] Federal do Paraná que que trata isso [e mostra] como as empresas que patrocinavam a CBF aumentaram as doações aos mesmos parlamentares que recebiam da CBF depois da proibição do financiamento por parte de entidades esportivas.*

ST - *Ah é?*

²⁵³ Ver mais em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/o-papel-do-assessor-de-renan-na-defesa-de-delcidio/>

[01:05:34] JN - *Bom... aí depois no final a gente tem um corte, né, que proíbe o financiamento empresarial, mas nesse hiato de 2008 e antes da proibição, tem um aumento de empresas como Itaú, Ambev, né, para, para esses mesmos parlamentares que recebiam da CBF e de federações no passado.*

ST - Interessante. Não sei se eu já tinha visto alguma coisa disso. E tem as empresas menores, que não aparecem, que não são grandes [inaudível], elas dão por fora mesmo, essas que têm menos controle, né?

[01:06:14] JN - *Aí é totalmente o caixa dois mesmo, né, por assim dizer. Bom, as perguntas, assim, que eu tinha para fazer, elas são essas. Primeiro, eu gostaria muito de agradecer a disponibilidade do senhor, pelo o fato de ter respondido com bastante paciência, né? Até porque não deve ser, tem uma agenda aí corrida e, de repente, parar as coisas para atender. Mas, eu agradeço muito a sua atenção.*

ST - Eu estou um pouco fora, né? É difícil eu me lembrar, tem muita coisa que a gente fez, o livro foi uma parte, mas depois do livro teve bastante e a gente nunca... eu tenho registrado, na Câmara está tudo registrado, eu tenho material que eu imprimia, mas eu meio que me descolei na... da Câmara e dessa coisa do futebol, principalmente. Tem outros atores e eu saí de lá em 2018, mas eu estava já numa fase que eu estava envolvido com a campanha presidencial do Alckmin, lá no partido. Mas, é bom que tenha alguém disposto ainda a resgatar, de alguma forma, perenizar isso que foi feito, na imprensa dificilmente eles têm interesse em mexer nessas gavetas aí, né? Mas, de qualquer forma, estou à disposição, depois que você terminar o trabalho, quando você pretende entregar?

[01:08:01] JN - *Então... eu pretendo defender em março do ano que vem, porque eu vou terminar essa parte do Brasil e, como é um trabalho comparativo, eu tenho algumas coisas para fazer ainda sobre a Argentina, né? Porque o objetivo....*

ST - Ah! É verdade.

[01:08:15] JN - *O objetivo é entender como é que funciona nos dois países essa relação, né? Para ver se tem diferenças, se o desenho institucional do sistema político impacta na forma como essas relações se dão e como é que isso impacta, né? Então, como tem ainda a parte da Argentina, eu pretendo defender lá para março ou abril do ano que vem .*

ST - É, tá bom. Vai ter bastante ainda pela frente então.

[01:08:40] JN - *Tem, tem bastante, tem bastante.*

ST - Mas, acho que vai valer a pena. É um assunto que poucos vão ter sua visão de tudo o que acontece e a sua tese é bastante consistente.

[01:08:57] JN - *Ah. Muito obrigado e será mais consistente com essa colaboração aí que o senhor pode me oferecer gentilmente hoje. Muito obrigado.*

ST - Ah. Tá bom. Boa sorte e qualquer dúvida me escreva.

[01:09:14] JN - *Tá ok. Obrigado, hein?*

ST - Um abraço. Tchau.

[01:09:20] JN - *Abraço. Tchau.*

[Gravação encerrada após 01:09:34]

APÊNDICE 2: Entrevista com o jornalista Juca Kfourri

Quem é o entrevistado?

José Carlos Amaral Kfourri, conhecido como Juca Kfourri, formado em Ciências Sociais pela USP, atua como jornalista desde os anos 1970, conquistou o Prêmio Esso em 1982, trabalhou na Editora Abril, em jornais, em diversas emissoras de TV e de Rádio. Juca Kfourri publicou seis livros, o primeiro “*A emoção corintiana*” (1982) e o mais recente “*Confesso que perdi: memórias*” (2017).

Juca Kfourri é um dos principais jornalistas esportivos do país, com grandes matérias investigativas, como da Máfia da Loteria Esportiva, a entrevista em que Pelé denunciava a CBF por corrupção, denúncias contra Eduardo José Farah (FPF) e Ricardo Teixeira (CBF) e é um dos jornalistas mais críticos do país.

A Entrevista

Foi realizada por meio do *software Zoom* no dia 9 de junho de 2021 e teve a duração de 1h19m18s. A gravação foi autorizada pelo entrevistado como pode ser atestado na abertura do vídeo e no início da transcrição. A transcrição foi realizada com o auxílio da ferramenta de “Digitação por voz” do *Google Docs* e, para a digitação por voz ser possível diretamente no arquivo de vídeo gravado, utilizamos o programa *VB-Audio Virtual Cable*. Os textos abaixo estão de acordo com a transcrição feita pelos aplicativos, sem correções.

[Antes da gravação] *JEFFERSON NASCIMENTO (JN) - Boa tarde! Juca, gostaria de agradecer sua disponibilidade e a oportunidade de entrevistá-lo e gostaria de consultar a possibilidade de gravar a entrevista.*

[Antes da gravação] *JUCA KFOURI (JK) concorda com a gravação da entrevista.*

[00:00:03] *JEFFERSON NASCIMENTO (JN) - Bom, então eu comecei a gravar. Posso começar?*

[00:00:10] *JUCA KFOURI (JK) - Claro!*

[00:00:11] *JN - Então vamos lá! Antes de ir direto às questões ligadas à tese, eu tô, junto com a minha orientadora, desenvolvendo um artigo e esse artigo com certeza tem algum... tem uns pontos que a sua entrevista me ajuda porque parte dele é sobre a Democracia Corintiana.*

[00:00:32] JK - Uhum...

[00:00:33] JN - *E, apesar de não ser um corintiano - acho que isso também me dá alguma condição como pesquisador, assim, mais a distância para fazer a investigação - mas, já aqui, considerando um dos maiores acontecimentos da história do futebol brasileiro, né? Então, sobre esse tema, são três pequenas questões que eu gostaria de te ouvir. A primeira é mais direta e mais simples sobre a sua percepção da importância da Democracia Corinthiana na luta pelas Diretas Já!*

[00:01:13] JK - Ela teve uma importância relativa. Evidentemente, ela não foi decisiva, mas o fato de os jogadores do Corinthians - Casagrande, Sócrates, Wladimir - irem para o palanque das Diretas no grande ato do Vale do Anhangabaú, aquela promessa do Sócrates de que, se a Emenda Dante de Oliveira passasse, ele não ia jogar na Europa - e eu sempre costumo dizer, Jefferson, que na campanha das Diretas o único que tinha a perder se a emenda fosse aprovada era o Sócrates porque ele deixaria de ganhar uma fortuna, né, caso a emenda passasse. Então, sem dúvida nenhuma, eu acho que teve um peso e se inscreveu naquele momento, né, de clamor pela democracia no Brasil. Mas, eu te diria mais... eu te diria que o Corinthians foi mais beneficiado pela Democracia Corinthiana do que a Democracia Corinthiana colaborou com as Diretas Já! Ou seja, as Diretas Já! foram mais importantes para o Corinthians do que o Corinthians para as Diretas Já! Por que? Porque ali - e só ali - de fato, o Corinthians se transformou num clube nacional, até então o Corinthians era um clube de província, tá? Ali ele se transformou no clube nacional porque ele chamou atenção do Brasil inteiro, ele virou objeto de novela da Globo, tá? Lembre-se: o Corinthians, até então, não havia ganhado nenhum Campeonato Brasileiro. O Corinthians vem ganhar o primeiro campeonato brasileiro em 1990, tá? Até então, os títulos do Corinthians se limitavam a campeonato paulista e Rio São Paulo, no máximo, né? Mas, ali o Corinthians se transformou num clube nacional. Então, teve esse benefício para a marca "Corinthians" o fato dos jogadores terem se empenhado na campanha pelas Diretas, o Sócrates jogar de caneleira amarela, tudo aquilo que aconteceu.

[00:03:36] JN - *Certo. E tem um outro ponto relacionado a esse. Eu fiz a entrevista com alguns torcedores, inclusive um membro de torcida organizada sobre o seguinte: no passado, bem próximo ao período da Democracia Corinthiana, o Zé Maria (o Super Zé) e o Biro Biro foram eleitos vereadores de São Paulo e contaram com certo apoio da torcida, da Fiel. E, recentemente, o Marcelinho e o Dinei tentaram algumas vezes e não conseguiram vencer as eleições, né? E, além da diferença de contexto, né, final dos anos 80 para o início do Século*

21, na sua avaliação existe uma diferença entre esses dois mais recentes que não foram eleitos e o Super Zé e o Biro-Biro na relação com a torcida?

[00:04:37] JK - Bom... Primeiro, eu acho que tanto o Super Zé quanto o Biro-Biro tiveram uma participação política que nem Marcelinho nem Dinei tiveram. Então, Dinei e Marcelinho são, digamos, dois paraquedistas que tentaram, em função, da popularidade por terem sido jogadores do Corinthians, ídolos do Corinthians se elegerem. O Super Zé e o Biro-Biro tinham essas duas características também de serem ex-jogadores e ídolos, mas tinham uma participação política que dava, digamos, ao eleitor um argumento a mais para votar neles, né? Mas, não se reelegeram, né?

[00:05:33] JN - *Sim, sim. Não se reelegeram.*

[00:05:35] JK - Porque... Porque não era praia deles.

[00:05:39] JN - *Certo. É e tem aí um caso recente que venceu a eleição e muito da campanha teve esse apelo à Fiel Torcida e totalmente apartado da Democracia Corintiana - que tem lá sua importância histórica tanto pro Corinthians quanto pro Brasil - que é o Andrés Sanches, né?*

[00:05:58] JK - Sim.

[00:05:59] JN - *Ele usa a trajetória de torcedor e dirigente e ele consegue se eleger deputado federal, em 2014, e esse êxito do Andrés Sanches? De alguma maneira, essa trajetória dele gera uma certa relação de um pertencimento clubístico que aumenta esse argumento para o voto?*

[00:06:19] JK - Veja, claro que sim. Lembremos: o Márcio Braga fez essa trajetória também no Flamengo, o Macri virou o presidente da Argentina depois de ser presidente do Boca Juniors, né? Mas, diferentemente, do Macri e menos - mas também diferentemente - do Márcio Braga, o Andrés: (1) ele foi eleito pelo PT, no momento em que o PT estava no governo, surfou na onda da popularidade do Lula e foi pensado para ser um substituto do José Genoíno. E não teve a votação que se esperava que tivesse. Embora ele tenha tido uma votação, digamos, importante, ficou muito longe daquilo que imaginavam que ele teria, né? E também não se revelou vocacionado, não é, para grandes voos políticos, né? Tanto que nem se candidatou à reeleição, né? Então... eu acho que é também um forasteiro da política, um oportunista, né, que, de fato, gozava da confiança da torcida do Corinthians, era responsabilizado por uma virada na vida corintiana que, na verdade Jefferson, não foi dele, foi do Lula. Eu costumo brincar - e isso causa grande estupor - dizer que o Lula é o melhor presidente da história do Corinthians e é verdade.

Não é exatamente uma atitude republicana, tá? Mas que o Lula teve influência, tanto na construção de Itaquera, como do CT do Corinthians, isso é indiscutível. Não adianta quererem negar porque é óbvio que teve.

[00:08:21] JN - *Sim. Bom... aí eu já vou passar para as... essa tem a ver com o artigo que eu tô ainda construindo, né?*

[00:08:28] JK - Tá.

[00:08:21] JN - *Então, eu vou passar para as questões relacionadas à tese. Fique à vontade, caso você queira complementar alguma coisa.*

[00:08:35] JK - Tá.

[00:08:38] JN - *Também no meio da pergunta, se quiser fazer alguma colocação, fique à vontade, tá? Então vamos lá! No seu no seu texto “Lições da Copa” que foi publicado no livro “Porque não desisto” você enfatiza que não falta competência aos dirigentes, né, e que, na verdade, o problema é que eles priorizam o interesse privado em detrimento do interesse público, né? Tem um professor de História que pesquisa futebol na Federal do Paraná, chamado Luiz Carlos Ribeiro. Ele escreveu um capítulo num livro chamado “O Futebol nas Ciências Humanas” e ele argumenta uma coisa muito interessante: que historicamente existe uma mitificação de que o futebol é um lugar neutro, de que o futebol é um espaço apolítico e que, na verdade, essa mitificação é uma das estratégias mais eficientes para se fazer política, né?*

[00:09:34] JK - Claro.

[00:09:35] JN - *E, nesse ponto, né, a partir dessa mitificação, é muito comum que se apresente o futebol, as federações e os clubes como sujeitos ativos de decisões práticas... de decisões e práticas, né? Então, é o interesse do futebol, o interesse da CBF, o interesse de determinado clube e os dirigentes não aparecem muito bem. Principalmente, quando são pautas impopulares, né? Como se fossem sujeitos passivos de um interesse maior do clube, da federação ou do esporte. E isso também, historicamente, facilita aquele argumento de que o futebol, como um todo, foi usado simplesmente pelos regimes autoritários, desaparecendo por completo a figura do dirigente, né? Então, o dirigente aí não teria a responsabilidade de se aproximar de uma ditadura, no caso brasileiro, do fascismo, no caso italiano, né? E aí eu chego na pergunta: assim, ao longo da sua carreira como jornalista, como autor de diversas matérias investigativas, como é que você descreveria a diferença - se existe uma diferença - na*

forma de fazer política ou de influenciar decisões políticas dos dirigentes de futebol no Brasil na época da ditadura e agora pós-redemocratização?

[00:11:02] JK - Bom... Isso aí vale um seminário. Vamos lá: vou tentar ser o mais sintético possível, mas essa é uma resposta longa necessariamente. Primeiro, tudo se mistura com política. Esse discurso de que esporte e política não se misturam, futebol e política não se misturam, é uma balela para fazer o pior tipo de política que existe. O *sêo* João Havelange fazia esta pregação: sou presidente da FIFA, uma entidade apartidária, suprapartidária, que só se preocupa com o futebol e isso é tão verdade que, por causa disto, temos mais filiados do que a própria ONU. Com isto, *sêo* João Havelange praticou sempre o pior tipo de política possível. Andou de braços dados com ditadores da África, com ditadores da América do Sul, fez uma Copa do Mundo na Argentina sob a ditadura Vilela, cuja final foi disputada no Estádio Monumental de Nuñes, a 500m da prisão da Escola da Marinha, onde se torturava e matava presos políticos. Dizer que isto é uma maneira apolítica de agir é uma mentira, não tem outro nome, é um engodo, é uma fraude, não é? Todo e qualquer regime, Jefferson - e isto para mim faz uma diferença -, não são apenas os regimes autoritários que se utilizam das vitórias esportivas das suas... dos seus ídolos. Todo e qualquer regime usa e dou um exemplo que, para mim, é claro. Você deve conhecer esse episódio. O Brasil ganha o tetracampeonato... mentira, o Brasil ganha o pentacampeonato, em 2002, no Japão. Faz um voo de 26 horas para o Aeroporto de Brasília. Em vez do presidente Fernando Henrique Cardoso, professor, sociólogo, eleito democraticamente, ir ao aeroporto condecorar os jogadores, abraçá-los e dizer “Muito obrigado gente, vão para suas casas descansar!”; os coloca em caminhões do Corpo de Bombeiros e eles levam 7 horas do Aeroporto de Brasília até o Palácio do Planalto. Naquele dia, a única pessoa correta era o Vampeta, que se embebedou e deu cambalhota na rampa do Palácio. Porque, se aquilo tivesse sido feito pelo Médici, pelo Geisel, a gente diria “A ditadura militar desrespeitava Direitos Humanos até o ponto que nem os Direitos Humanos dos jogadores foram respeitados!”. No entanto, era o professor Fernando Henrique, que de futebol não sabia nada. Achava que Biro-Biro era uma jogada e não o nome de jogador - isso eu sou testemunha, tá? Portanto, a utilização do esporte como ação política é absolutamente clara e que se misturam, se misturam. O que não significa que haja o determinismo “Ah! O governo ganhou a Copa e vai se reeleger!”. Porque temos casos em que governos ganharam a Copa e se reelegeram, governos que perderam a Copa e se reelegeram da mesma maneira; e outros que ganharam e não se reelegeram. Ou lembremos: o Juscelino e o Jango morreram cassados pelo

Golpe; a Dilma foi chamada de “filha da puta” em Itaquera na abertura da Copa, o Brasil tomou de 7 e ela se reelegeu; o Mussolini “ganhou duas Copas”, entre aspas, e morreu... e foi pendurado de cabeça para baixo pelo povo italiano. Então, não há esse determinismo, há evidentemente influência. E aí, Jefferson, eu tenho uma teoria, que é apenas uma teoria, tá? Mas que, de alguma maneira, eu vi se consubstanciar na minha frente. E aí eu imagino uma cena, é bom deixar claro para você que isso aqui é uma construção do imaginário, tá? Eu advogo a tese de que o futebol no Brasil se mantém com essa estrutura arcaica, não democrática, essa superestrutura reacionária, corrupta, muito em função do poder de sedução que o futebol tem. Como é que isso se dá? Então eu imagino a seguinte cena: governo Lula, apaixonado pelo futebol, corintiano, com os fundilhos das calças puídos pelas arquibancadas, como me disse um dia Gabriel Cohn, ele chama o seu chefe de gabinete e pergunta:

- “Como é que é a minha agenda hoje... amanhã?”

O cara responde para ele:

- “O senhor toma café da manhã às 8 horas com o ministro da saúde”.

E ele:

- “Vixi... lá vem problema, falta de leitos”.

- “Às 9:30, o senhor recebe o embaixador da Dinamarca para apresentar credenciais.”

- “Bom, vem com tradutor, né?”

- “Não. Claro que ele vem com tradutor!”

- “Putz... que coisa chata!”

- “Bom... às 11 horas vem o fulano de tal, empresário.”

- “Ihhh... vai pedir isenção para soja, já sei qual é o papo.”

- “Meio-dia e meia, o senhor almoça com a Dona Marisa.”

- “Não podia ser com a Gisele Bundchen?”

- “Não, não... é com a Dona Marisa.”

- “Tá bem”

- “Duas e meia, vem o presidente do Bradesco.”

- “Ah... Vai me pedir para aumentar o juro e tudo mais, não sei o quê.”

- “Às quatro e meia, o senhor recebe o embaixador do Congo.”

- “Sei”

- “Às cinco, vem o presidente da CBF com o Ronaldo.”

E ele fala:

- “Putá! Traz as camisas, avisa meus netos, os meus filhos e tal... as bolas para eles autografarem.”

E fica com o presidente da CBF e com Ronaldo até às 7:30 da noite e dá primeira página do Jornal e abertura Jornal Nacional. E aí, esse cara pede para ele o Profut, pede a Lotomania, como é que chama aquilo?

[00:18:08] JN - *Timemania*.

[00:18:10] JK - *Timemania*. E vai dando e vai dando sem exigir contrapartida de modelo de gestão. Permanece tudo como está e se dá dinheiro para quem construiu as dívidas pagar dívidas, não paga as dívidas e se faz um novo financiamento... E o resumo - também aí é testemunho, não é imaginação - “Ô Juquinha, você acha que eu vou fechar o Flamengo?” [imitando a voz de Lula]. Entendeu? Então... não, não abstraia este poder de sedução que o futebol tem. Principalmente, para quem gosta de futebol - não era o caso do Fernando Henrique, não era o caso da Dilma, mas era muito o caso do Lula, muito... muito. Quer dizer, o Lula quando teve a generosidade de assinar como a primeira lei dele, a única lei aprovada por unanimidade em oito anos do Fernando Henrique, por acordo de lideranças, o chamado Estatuto do Torcedor, o Gilberto Carvalho telefonou me perguntando se eu iria para assinatura. Eu disse para ele que não iria. Ele falou: “Porra, venha! Porque o presidente quer que você venha.”. Eu falei tá bom e eu fui. Quando eu cheguei no Palácio do Planalto, veio alguém do cerimonial e me levou para a primeira fila. Eu falei: “Não, não... eu vou lá no fundo. não quero...”. Disseram: “Não, não. O senhor faça o favor, isso aqui é tudo marcado”. Ficaram os ministros e eu. O Lula começou o discurso, isso tem gravado na agência nacional: “Nunca mais vamos ouvir o jornalista Juca Kfourri dizer que, no Brasil, o torcedor é tratado feito gado”. E vieram aplausos. Eu não sabia onde eu enfiava a gravata, Jefferson, de sem graça. Não tinha um cartola. Era uma lei enfiada goela abaixo dos cartolas, tá? Terminou o discurso dizendo - eu tinha sido... tinha sido... a FIFA... o João Havelange e o Teixeira tinham tentado não me dar a credencial para Copa do Mundo de 98, tá? Acabaram dando. Mas, o Lula virou no final e disse: “A presença do jornalista Juca Kfourri aqui é a minha homenagem a todos os jornalistas que, durante esses anos todos, foram perseguidos, processados, tiveram credenciais negadas... parará, parará, parará [sons para dar a entender que houve a continuidade] por esta cartolagem que nos infelicita há tantos anos, coisa que o valha. Ô Jefferson, eu então já tinha 52 anos, 53 anos, sem o direito da ingenuidade. Eu tomei um táxi do Palácio para o aeroporto e eu esmurrava o ar dentro do táxi, dizia: “Pegamos os caras! Esses caras vão ter a vida complicada com Lula.” Seis

meses depois, ele tava de braço dado com o Ricardo Teixeira naquele jogo do Haiti. E logo depois deu a Timemania. E logo depois fez um discurso dizendo: “Olha, a imprensa critica muito cartola de futebol porque não sabe das dificuldades que é dirigir um clube, bé bé bé... A ponto de eu escrever uma coluna no Diário Lance! - que era onde eu trabalhava na época - o chamando de traidor, Lula é um cartola, o que azedou nossa relação por muitos anos, tá? Ahn... é isso, o futebol tem esse poder. Entendeu? Que o presidente do Bradesco não tem, com o presidente do Bradesco é outra conversa, ele pode até financiar o Caixa 2 da campanha, mas não tem essa... não tem esse glamour. O futebol tem! Só o Ricardo Teixeira põe o Ronaldo na minha sala.

[00:22:21] JN - *Sim.*

[00:22:22] JK - Entendeu?

[00:22:23] JN - *Entendi.*

[00:22:24] JK - “E eu vou conversar aqui de futebol com Ronaldo. Qual é o habitante do planeta Terra que não quer conversar com o Ronaldo? Com o Amador Aguiar, eu, se eu pudesse, não conversar, preferia não conversar. Entendeu?”

[00:22:38] JN - *Uhum... E... no seu livro você fala um pouco disso, do Lula “cartola”, né? E faz também menção à aproximação, não só ao Ricardo Teixeira, mas com o Nuzman, do COB, né?*

[00:22:51] JK - *Sim... Mas, veja, Jefferson... vejo o que aconteceu com o Nuzman. Nuzman foi o primeiro presidente do Comitê Olímpico nacional que foi também o chefe do Comitê Organizador de uma Olimpíadas. Na Inglaterra, escolheram lá... agora esqueci o nome dele... aquele fabuloso, que virou Sir [refere-se a Sebastian Coe, ouro olímpico no atletismo em 1980 e 1984 nos 1500m, prata nos 800m nas mesmas Olimpíadas, detentor de 11 recordes mundiais, foi membro do Parlamento Britânico entre 1992 e 1997 pelo Partido Conservador e condecorado com títulos de nobreza “Sir” e “Lord”, desde 2015 é o presidente da Associação Internacional de Federações de Atletismo, conhecida pela sigla do nome em inglês IAAF]. Aqui no Brasil foi o Nuzman, [que] acabou acabou preso na Polícia Federal. É outro. Os presidentes da CBF banidos do futebol, não podem sair do Brasil. O outro passou um tempão preso na Suíça e nos Estados Unidos [refere-se a José Maria Marin]. Eu tive uma conversa com a Dilma um dia e falei: “Presidente, como é que a senhora consegue conviver com José Maria Marin, que fez o elogio do Delegado Fleury que torturou seu ex-marido? Pai da sua filha?” Ela me respondeu: “As nossas relações são institucionais e ele é que tem que dar explicações e não eu,*

Juca. Ele é quem fez o elogio do torturador, não eu.” Bom, Jefferson, é por isso que o que são pessoas públicas e enveredou pelo caminho da política e é por isso que você é professor universitário²⁵⁴ coisa que, aliás, eu quis ser e acabei não sendo, e virei jornalista. Mas, é isso... eu não teria estômago para isso. Imagina se eu receberia um cara que torturou minha mulher? Em hipótese alguma! Bom, mas você pode dizer, o Getúlio [Vargas] fez pior... O [Luís Carlos] Prestes fez pior: conciliou com o Getúlio, que mandou a Olga [Benário Prestes] para o campo de concentração e morreu lá, pariu lá a filha deles, né? “Ah, bom... mas o que estava em jogo ali era a entrada do Brasil ou do lado certo da guerra ou do lado errado, então ele revelou-se ali um político da melhor qualidade.” Tudo bem, eu jamais seria. Então é bom eu ser jornalista. “Fica de jornalista e não te meta nisso!” [como quem simula uma mensagem a si mesmo]. É isso!

[00:25:07] JN - *Tá... e obrigado, assim... na verdade, pela... pela aula, né? Você revela bastidores aí que, apesar de alguma coisa estar nos seus textos, é bem diferente ouvir sintetizado assim em uma pergunta... em uma resposta melhor dizendo. Eu vou... eu vou continuar, mais ou menos, nessa linha, né? Então... a Bancada da Bola, famosíssima, principalmente, depois da CPI CBF/Nike. Mas ela já começava a ficar perceptível ali na tramitação da Lei Zico, né? E vai... e ganha mais notoriedade ali na CPI da CBF/Nike. E aí tem até um livro que o Aldo Rebelo e o Silvio Torres escreveram...*

[00:25:56] JK - Que eu prefaciei.

[00:25:58] JN - *Sim. A partir dos resultados, né, que a CPI trouxe apesar do relatório não ter sido devidamente aprovado. E aí eles vão descrever o funcionamento de uma “Embaixada” da CBF, em Brasília, que era uma mansão usada para arregimentar apoio de parlamentares, né? E também alguns anos atrás, já não diretamente ligado ao livro, veio à tona um lobista ligado à CBF e ao Renan Calheiros, né? O senhor Vanderbergue Machado. Ao longo da sua carreira como jornalista, fazendo essa cobertura, principalmente, de matérias investigativas - que uma delas sobre Ricardo Teixeira e [Eduardo José] Farah trouxe até dificuldades no seu... em um dos seus empregos, né, algumas dificuldades de relacionamento, né? - é possível identificar como é que a CBF, as federações e alguns clubes articulavam antes da redemocratização?*

²⁵⁴ Juca se refere ao meu cargo no Instituto Federal de São Paulo - que, na prática envolve aulas e pesquisas no ensino superior, apenas para fins de informação a um possível leitor da entrevista: legalmente, a carreira federal de EBTT, como a minha, é considerada distinta do Magistério Superior nas universidades federais. Provavelmente, a minha pesquisa de Doutorado, que gera o vínculo com a Universidade Federal de São Carlos, também pode contribuir para essa percepção. Na Carta-convite enviada ao Juca constam minhas informações.

Porque agora a gente consegue ver: financiamento de campanha, um lobista aqui, a CBF... desculpa... a CPI deixou isso mais claro. Mas, e antes da redemocratização?

[00:27:13] JK - Ué... tinha seus cabos, tinha seus políticos, né? Sempre teve. Porque nós tivemos uma ditadura *sui generis* com eleição para deputado, com eleição para senador... tinha lá seus senadores biônicos, né? Mas, enfim, a CBF, a CBD sempre tiveram, né, o seu... as suas pontas de lança no Congresso Nacional por razões óbvias, né? A ação da Bancada da Bola na CPI da Nike foi uma coisa absolutamente descarada, eles não fizeram nenhuma questão de disfarçar... é... Ciro Nogueira, Eurico Miranda... essa gente... tanto que, quando viram que seria aprovado uma... um texto que seria absolutamente calamitoso para a estrutura do futebol melaram. Não conseguiram melar no Senado, né, que acabou se apropriando, inclusive, de boa parte da CPI da Câmara, né? Dessas coisas do Brasil, né? Porque puseram ali um senador que era inteiramente novo no pedaço, né? Que tinha sido suplente daquele um texto que seria absolutamente calamitoso para a estrutura do Senador de Santa Catarina que morreu de câncer, agora esqueci o nome [*refere-se a Geraldo Althoff, que era suplente de Vilson Kleiniübing e assumiu em virtude do falecimento do titular em outubro de 1998 em decorrência de câncer no pulmão; Althoff foi relator da CPI do Futebol no Senado, em 2000, e foi o autor do pedido das quebras de sigilo*]. Ahh... Enfim, puseram ele lá, o PFL o colocou para que ele não não fizesse nada e ele era um médico de família, um pediatra, uma pessoa digna que simplesmente se tomou de nojo ao começar mexer naquilo e levou adiante, né? Mas, o Vanderbergue estava há anos trabalhando como lobista da CBF. Essa casa da CBF me custou, acho, que uns três processos do Ricardo Teixeira e de outros presidentes de Federação porque ali, entre outras coisas, tinham encontros sexuais e tudo mais. Era, na verdade... era um lugar de bandalheira, né? Mas, sempre jogaram pesado porque é muito dinheiro, é muito dinheiro envolvido, né? E é o que eu digo sempre: essa gente é tão ávida, tão sedenta, é tão gananciosa, que é incapaz de se organizar para roubar mais a longo prazo, eles raspam o tacho, matam a galinha dos ovos de ouro e estão matando. Tanto que você tem um futebol quase sem ídolos no Brasil, que os ídolos vão logo embora, não é isso? Nós viramos um país que é exportador de “pé-de-obra”, não mantemos mais nossos jogadores aqui, perdemos a hegemonia mundial, né? A gente não cogita de ver a Seleção Brasileira ganhando na outra Copa do Mundo, você não cogita ver um time brasileiro ganhando o mundial de clubes... o último foi o Corinthians há 11 campeonatos atrás, não é 11 anos porque a copa do mundo você conta de 4 em 4 anos, mas aí no caso são 11, né? E, algumas vezes, sem sequer chegar à final. Por que? Porque nós dizíamos nossos... nossos times com

esse modelo de gestão. Que é ainda de meados do século passado. Enquanto a Alemanha tem o modelo que tem, enquanto os outros países têm seus modelos, cada um com suas falhas, mas muito mais avançados do que nós. Estamos de novo discutindo a tal da SAF [*refere-se ao debate sobre a Sociedade Anônima do Futebol - SAF que prevê a transformação de clubes de futebol em empresas e que foi aprovado no dia seguinte dessa entrevista (10/06/2021) no Senado e prevê a transformação facultativa dos clubes em empresas e com concessão de estímulos*], né? Amanhã deve ser votado, deve ir para a discussão no Senado. Mas, desde a Lei Zico, você faz uma lei que tinha um escopo e, de repente, metem um contrabando, o Bingo, que explode tudo e vira escândalo. Onde você punha que era obrigatório mudar o modelo de gestão, você torna facultativo e dá dinheiro para os clubes que não mudam o modelo de gestão. Entendeu? É assim e eu não vejo o fim disso. Se você me perguntasse no começo dos anos 90 como é que o Brasil estaria no futebol em dois e... em 2000, eu te diria: “Olha... em 10 anos, o capitalismo brasileiro vai se dar conta que esse negócio é bom demais para deixar na mão dessa gente. É mais ou menos como dizia Churchill: a guerra é uma coisa muito importante para deixar na mão de general, entendeu? Vão passar por cima e você vai ter aí uma nova geração de administradores e tal pá pá pá que vão colocar o futebol brasileiro onde ele pode e onde ele deve.” Nós estamos em 2021 e não aconteceu nada nessa direção e se você me perguntasse: “Em 2030 será muito diferente?” Eu tenho obrigação de dizer que acho que não, que continuará igual.

[00:32:36] JN - *Um dos... acho que um dos pontos assim.... A gente chega nesse momento que, com certeza, não dá para ter uma avaliação sobre o futuro muito positiva, né? Mas, seria uma das raízes - e aí é uma pergunta e não uma afirmação - aí essa dificuldade de mexer com essa cúpula do futebol, principalmente da CBF, aquela estratégia da Ditadura Militar na criação do Campeonato Brasileiro em que eles diziam “onde a Arena vai mal, um time no Nacional”?* Então isso acabou gerando uma capilaridade de políticos vinculados à direita, mais notadamente à Arena naquela época, e ligados ao futebol que é muito difícil de se alterar da noite para o dia, né?

[00:33:25] JK - Sem dúvidas... Aí está a origem. Mas, quando eu me refiro às capitâneas hereditárias veja... a estruturação por meio das federações estaduais antecede, né? Não se esqueça do seguinte, né, a nossa legislação esportiva data do Estado Novo, inspirada na *Carta del Lavoro*. Quer dizer, o esporte como prática da eugenia e o escambau, né? Eu acho, Jefferson - até justiça seja feita veja como suas coisas nesse país - que um cara como Giulite Coutinho, que era um empresário conservador, “Delfim Boy”, mas honesto - ele, de certa maneira, deu

uma quebrada nisso quando conseguiu fazer com que o Campeonato Brasileiro tivesse “só” 40 clubes [risos], porque que tinha passado de “90 e picos” e já foi... já foi um puta progresso. Infelizmente, ele não conseguiu fazer o sucessor porque a ideia, né, com Medrado Dias, se tivesse vencido, seria continuar essa transformação. Mas, ele... ele indicava um caminho que dependeria menos dessas federações, seria menos herdeira desse período do “Arena vai mal, um time Nacional”, tá? Mas, que essa herança tá aí até hoje, ela tá, ela tá, né? Porque não é só no futebol, né Jefferson? É você olhar o Senado Brasileiro, é você olhar a Câmara dos Deputados, né? Quer dizer, nós somos ainda um país de coronéis. Ô Jefferson, não tenha dúvida nenhuma sobre o seguinte: existem apenas - não são dois estados - duas cidades brasileiras em que você pode praticar jornalismo independente, São Paulo e Rio de Janeiro. E mais nenhuma! Em Belo Horizonte você não faz. Ora é o Aécio, ora é o Zema sei lá quem, mas a influência do poder político sobre a imprensa em todas as demais capitais brasileiras ainda é do tempo dos coronéis.

[00:36:03] JN - *Estarrecedor de ouvir. Eu imaginaria que falasse nas capitais e não só em duas cidades, né?*

[00:33:13] JK - Não... não. Vai fazer jornalismo independente em Maceió, em Teresina, não faz... não faz. Em Fortaleza, não faz. Porque dependem do governo, dependem da Prefeitura, dependem e ponto. Quando não manda matar que é o que acontece mais no interior, mas asfixia. Ô Jefferson, você fez referência a problemas que eu tive com Farah e Ricardo Teixeira, eu saí de 25 anos, eu não fui mandado embora, ao contrário ofereceram até ano sabático e o “diabo a quatro”, mas eu não podia. Porque não poderia me olhar no espelho. Mas foi uma interferência direta deles porque a Editora Abril queria entrar em televisão [*refere-se ao projeto da Abril para criação da TVA*] e precisava desses caras. Quer dizer, a empresa que tinha Revista Veja, que se orgulhava de ter derrubado o Collor, capitulou para o futebol. “Ah! Porque também o futebol não tem essa importância! Pera aí, também... também já chega o desgaste político. Pô, futebol?! Ô Juca, manera, não precisa falar bem, mas também não... Larga do pé dos caras.” Entendeu? É isso...

[00:37:38] JN - *Por um lado, né, não tem essa importância. Mas, por outro... Não houvesse a importância eles não precisariam fazer esse enquadra... enquadramento, né?*

[00:37:49] JK - Exatamente. Exatamente... Exatamente.

[00:37:52] JN - *Bom... Seguindo um pouco, né? Você já abordou muito bem... Então, além da questão mais ampla, a própria estrutura e os regulamentos internos da CBF construíram*

uma... uma Confederação que é muito fechada apesar de monopolizar um símbolo nacional que é muito importante, né? E esse tipo de estrutura que ela construiu acaba sendo praticamente impermeável à opinião pública, né? A gente poderia até citar o exemplo desse caso, agora, está muito mais em jogo na queda do Caboclo... tem a ver com pressões de patrocinadores do que propriamente uma preocupação com quem comanda o futebol. Tanto é que o sucessor é quem é... o Coronel Nunes aí com o histórico, não só de ligação com a ditadura, mas, também, de ter vendido voto, né, em eleições... em decisões de sedes para a Copa do Mundo, né? Então... é... Além disso aí a gente tem uma soma de fatores, né? Uma bancada da bola que é articulada, ela desaparece num certo momento, mas quando é de interesse aparece e impede modificações. Nesse sentido, eu gostaria que a exemplo daquilo que você já escreveu no “Porque não desisto”, que escreveu há 12 anos, eu queria ver hoje como é que... como é que você imagina uma ou algumas medidas para realmente democratizar o esporte no Brasil? Então, assim, não necessariamente dizer se elas são possíveis nesse cenário, mas que seriam necessárias.

[00:39:37] JK - Primeira coisa, a criação da Liga dos Clubes. O Brasil é o único país do primeiro mundo no futebol que não tem a Liga de Clubes. No que você tivesse uma liga de clubes e deixasse a Confederação Nacional cuidando apenas da seleção, você já estabelecia uma nova ordem. Sem ó... Isso sem mexer na estrutura das eleições dos clubes, que necessariamente teria que ser mexida. Quer dizer, o que nós não podemos é permitir que quem exerça o poder no futebol brasileiro sejam as federações estaduais, que não tem times, ninguém torce pela Federação Paulista de Futebol, você torce para o Palmeiras e não torce pelo... pela federação, né? Então eu vejo que esse é o primeiro passo. Agora, para que este passo seja dado, é necessário romper com as estruturas e, como são farinhas do mesmo saco, com perdão do chavão, não interessa muito. Porque, no fundo, no fundo, Jefferson, olha é o seguinte: “Rouba aí o seu quinhão e me deixa roubar o meu aqui e ficamos em paz”. Então, é ninguém, a não ser uns abnegados, idealistas, que, de repente, falam: “Isso aí tá demais! Vamos tentar...” Mas veja, ô Jefferson, não se esqueça de uma coisa, velho, o Clube dos 13 nasceu cinco anos antes da Premier League. O Clube dos 13 era a Liga dos clubes... não foi por outra razão que eu me encantei tanto, que [a Revista] Placar se empenhou e deu a taça da Copa União. “Aqui está a semente!” E, no ano seguinte, por um acordo espúrio, voltou tudo ao velho regime. Porque, no fundo, no fundo... Deixa eu te contar uma coisa: eu sempre fiz esse eu sempre fiz esse exercício e a cartolagem ficava “p” da vida comigo. Eu dizia o seguinte: durante anos e anos e anos, o

Brasil sofreu - parece que vai voltar a sofrer - com o processo inflacionário e eu, que não entendo de economia, olhava e dizia “Cacilda! Eu não ouvi ninguém elogiar o processo inflacionário, todo mundo diz que é necessário controlar o processo inflacionário. Por que não consegue?” Aí um belo dia veio o Plano Real, controlou-se o processo inflacionário. O que acontece em seguida? Quebradeira de bancos. Foi necessário um salvamento, uma ação de salvação dos bancos, né? Dizia: “Ah! Taí quem ganhava com o processo inflacionário.” O tal do *overnight*, os papéis, o dinheiro volátil, ninguém investia um tostão para fabricar uma agulha, ganhava dinheiro no *overnight*. Muito bem! Você faz seminários, congressos - eu já não vou mais - de futebol com preparador físico, treinador, médico, técnico, jogador, cartola... nenhum deles diz que está feliz com a maneira como futebol é tocado no Brasil. Por que não muda? Por que não muda? Porque tem gente que está ganhando muito com isso. Muito! E mantém a coisa desse jeito. A figura razoavelmente nova, mais moderna, de 30 a 40 anos para cá, é do empresário de futebol, de jogador, né? Alguns deles mandam nos clubes porque tem meio time e os clubes devem para eles, eles emprestam dinheiro para os clubes. Pense nisso: o cara tem o jogador e empresta o dinheiro para o clube comprar o jogador dele, né? E aí você tem você tem uma outra coisa que é bem brasileira, né, que é a tal da... que o artigo 217 da Constituição garante autonomia das entidades dirigentes, né? Aí um belo dia a gente começou a bater que autonomia não significava soberania, que não significava terra de ninguém, que o mundo futebol não ia fazer o que quisesse, que autonomia também tem a Universidade e nem por isso ela não se submete à legislação do país, que o futebol não estava se submetendo. Aí vem o Estatuto do Torcedor, aí um partido desses entra com uma ADIn arguindo a inconstitucionalidade [*refere-se ao Partido Progressista que ingressou com a ADIn 2.397 solicitando a declaração de inconstitucionalidade de diversos do artigo do Estatuto do Torcedor sob alegação de afrontar a autonomia desportiva conferida pelo artigo 217 da Constituição*]. Eu... olha Jefferson, eu me bato de São Paulo, com meu pobre dinheirinho, para conversar com o ministro Cezar Peluso [*ministro do STF e relator da referida ADIn*], que foi com quem caiu o parecer... o relatório sobre esta ADIn. Passo duas horas com ele, explicando para ele porque a autonomia do jeito que estava sendo entendida estava fazendo mal, saí de lá com a sensação que ele tinha entendido e, meses depois, constatei que, de fato, ele tinha entendido. E, por unanimidade, o STF decide que autonomia não é sinônimo de soberania e que o Estatuto do Torcedor não tinha nada de inconstitucional. Jefferson, acredite você ou não, ainda hoje o mais frequente em primeira instância pelo país afora é a autonomia ser arguida...

ser... ser... ser levantada como argumento para absolver ou para dar continuidade às estruturas da cartolagem. Os juízes, simplesmente, desconhecem ou fazem tábula rasa do que decidiu o STF.

[00:46:32] JN - *Ou seja, não tem um... não tem um critério, né?*

[00:46:36] JK - Não.

[00:46:38] JN - *E, nessa nessa linha, né, de que então seria necessário primeiro uma Liga de Clubes, né?*

[00:46:50] JK - E depois democratizar as eleições dos clubes, né? Fazer o que o Internacional está fazendo, o que o Grêmio faz, torcedor ter mais participação e mais voz. Mas, para isso, é necessário você separar o departamento de futebol do departamento social dos clubes, criar o clube empresa, né? E aí você garantir 51% [das ações], como é na Alemanha, né, da gestão na mão do clube com participação do torcedor - de um tipo especial de sócio que é o sócio-torcedor. Mas, isso aí, eu te diria, a esta altura é uma utopia no Brasil.

[00:47:34] JN - *Certo. Bom, uma outra pergunta que eu ia fazer aqui você já falou, sobre a questão do Lula, a CBF e o COB, né? Já fez uma análise falando sobre a questão da sedução do futebol e aí eu queria uma outra questão...*

[00:47:52] JK - E aí... e aí é importante você lembrar que, para o Lula, era essencial fazer Olimpíadas e Copa do Mundo no Brasil na luta do Brasil por um lugar no Comitê de Segurança da ONU. Como é que chama? Não é comitê...

[00:48:10] JN - *Conselho.*

[00:48:12] JK - No Conselho de Segurança da ONU, né? E aí ele engoliu qualquer coisa e foram duas vitórias pessoalíssimas dele, as Olimpíadas mais ainda, né? Ganhou do Obama, que queria a cidade dele, Obama, Chicago, né? O Lula não queria levar as Olimpíadas para Pernambuco, estava querendo fazer no Rio. O Obama queria fazer em Chicago; o Lula, sem falar inglês, foi lá e seduziu aquela gente toda, né? Mas, depois pagou... pagou um preço alto.

[00:48:54] JN - *Sim. E parte nós estamos, enquanto sociedade...*

[00:48:58] JK - Pagando até hoje.

[00:49:01] JN - *A outra pergunta é mais ligada, assim, à sua trajetória, né? Formado em Ciências Sociais, como eu, né? E tem uma passagem no outro livro seu, o “Confesso que perdi”, logo no primeiro texto você conta que foi detido em um determinado momento em 1971, né? E também conta que havia uma certa desconfiança dos seus colegas de curso de esquerda em relação à, não sou futebol, mas a certos símbolos nacionais, né? Então... do hino,*

da Seleção Brasileira - tem a passagem interessante lá da votação [para decidir se haveria ou não a prova] com o Gabriel Cohn e, no final das contas, ele só tinha esquecido a data [do jogo da Seleção na Copa de 1970], né - sua torcida pelo basquete brasileiro contra Cuba, né, que gerou uma certa reação. E aí, na sua opinião - que é uma opinião embasada, né, tanto de um jornalista com essa trajetória importante quanto de um cientista social - você acha que essa desconfiança da esquerda em relação ao futebol e aos elementos simbólicos, que não só futebol, mas outros esportes também, teria facilitado a permanência do comando do futebol, principalmente, por políticos e oligarcas ligados à ditadura?

[00:50:22] JK - Ah! Jefferson, Jefferson do céu... Essa aí... essa conversa eu tive com o professor Fernando Henrique, entendeu? Essa conversa eu tive com ele, né? Ele, Presidente da República, dizendo: “Veja bem, Presidente! A nossa *intelligentsia* entregou uma das maiores paixões populares desse país, que é o futebol, para a mão da Direita por achar que era ‘Pão e Circo’...” Ô Jefferson, assim como com o Carnaval... alienante! A nossa *intelligentsia*... a formação europeia da nossa *intelligentsia* fez com que dois... duas das manifestações culturais mais arraigadas do povo brasileiro fossem tratadas... uma acabou na mão de bicheiro e a outra acabou na mão da direita corrupta. Sem dúvida! Eu não tenho a menor dúvida disso. Nunca entenderam! O [o historiador Eric] Hobsbawm entendeu [o historiador marxista argumenta, junto com Terence Ranger em *A invenção das Tradições, que o futebol é uma das formas simbólicas da nacionalidade e elemento de coesão social e a história do campeonato britânico de futebol permitiria compreender “o desenvolvimento de uma cultura urbana operária”*; além disso, trata o futebol como esporte proletário de massa que é “quase uma religião leiga” em *Mundos do Trabalho*; também tratou do tema em *Nações e Nacionalismo desde 1870 e analisa o jogo de interesses da FIFA e de grandes clubes internacionais em Globalização, Democracia e Terrorismo*]. O Hobsbawm foi capaz de entender a importância que tem, mas a nossa intelectualidade não foi. Eu não tenho dúvida disso! Você pode dizer: “Ah Juca! É muito idealismo da sua parte!” Talvez seja. Tem a ver com paixão, tudo bem. Mas, a minha indignação é... Ô Jefferson, eu queria fazer carreira universitária porque eu queria fazer uma tese, eu queria provar que o futebol não é alienante e que a gente não podia permitir que a ditadura tomasse da gente aquilo que a gente tem de mais íntimo. Então, o Hino do Brasil é da ditadura e não é mais do Brasil? Eu não posso me comover com o Hino do Brasil, né? Essa campanha contra a camisa amarela, eu digo não. Nós temos é que resgatar a camisa amarela e tirar da mão deles. Jefferson, não tem nada a ver com a sua tese é para ilustrar para você... às vésperas do impeachment houve

um ato aqui no Largo da Batata, aqui em Pinheiros, “Não vai ter golpe!” era o mote do ato. Estava o Boulos, a Letícia Sabatella, ah tava... estava um bando de gente e eu fui convidado para falar. Eu nem sei porque que eu fui convidado, acho que eu fui convidado em nome da ABI [Associação Brasileira de Imprensa], não sei, não sei... porque, em regra, eu não vou para comício e tal. E eu acho que eu fui o antepenúltimo a falar. E, quando me deram o microfone tinha, sei lá, umas 10 mil pessoas. E, quando me deram o microfone, eu falei assim: “Olha, eu sou o Juca Kfourri, jornalista, e, claro, sou cidadão, mas tenho uma obrigação... não sou político, mas tenho uma obrigação de falar a verdade ou de falar, pelo menos, como eu estou vendo os fatos. Então, eu tenho uma notícia para dar para vocês que eu sei que vocês não vão gostar: não é que não vai ter golpe, já houve o golpe, a Dilma não será mais presidente do país.” Tomei uma vaia, Jefferson, mas uma vaia de uns 2 minutos e fiquei segurando o microfone. Acabou a vaia e eu falei assim: “Olha, não é a primeira e não vai ser a última vaia que eu tomo na minha vida de quase 70 anos. Mas, eu quero dizer para vocês que eu tô convencido, por tudo que sei, que o Golpe está dado, que ela vai sofrer o impeachment e que, daqui para frente, o que vocês tem a fazer é não deixar essa gente que vai tomar o poder ter um dia de tranquilidade. Tem que pegar...” Aí foi uma explosão e bateram palmas e pé pé e pé pé.... E, quando terminei de falar, eu disse assim: “Agora tem uma outra coisa que eu quero dizer. Eu gostaria de ver mais bandeiras verde-e-amarelas aqui, não tenho nada contra o vermelho. Fui do Partido Comunista Brasileiro, não tenho nada contra o vermelho. Mas gostaria de ver mais bandeiras verde-e-amarela e que nós terminássemos os nossos atos cantando o Hino do Brasil. Porque ele não pertence à direita. Nós estamos deixando...” Aí houve um zum-zum-zum. Não teve vaia, mas também não teve aplauso. Para mim, isso é muito claro, Jefferson, é muito claro. Mas, infelizmente não é... não é uma posição majoritária eu sei. E o futebol é isso, o Fernando Henrique nunca achou... ele dizia “Mas, Juca!” Eu achava que... Eu estive com ele umas quatro ou cinco vezes como Presidente da República, a minha sensação é que, quando eu saía da sala, o próximo que entrava ele dizia assim: “O Juca é maluco. Ele acha que eu vou, com a Rússia quebrada, com o Brasil devendo o que está devendo no FMI [Fundo Monetário Internacional] e tal, ele acha que eu vou me preocupar com futebol, pô! Não posso! Agora, eu o convidei para vir aqui ser o Secretário de Esporte e ele não quis e vem aqui me encher o saco?” É isso!

[00:55:34] JN - *Curiosa essa o convidei questão do Fernando Henrique. O próprio Silvio Torres, que é do PSDB, falou a mesma coisa, né? Inclusive, na própria CPI a gente não estava nem aí e a questão da Lei Pelé ele também não se importou muito. Ele colocou o Pelé lá para*

fazer e o apoio que ele deu foi porque ele acreditava numa ideia de modernização, né? Não, necessariamente, era o futebol na Lei Pelé.

[00:55:58] JK - Sim.

[00:55:59] JN - *E, na CPI, foi o Aécio que procurou, ele olhou para o Sílvio e falou “Ah! Você quer tocar? Quer ser o relator?” “Ah! Quero.” E vai assim... Não teve uma análise. Não houve um posicionamento oficial nem do partido nem do governo, né?*

[00:56:13] JK - Não não não. Não queriam problemas. Não queriam criar casos. Se ajoelharam para o avião, para o avião baixar lá [*refere-se ao avião com os atletas pentacampeões mundiais na Copa de 2002*]. Aquele Caio, Caio “não sei das quantas”, que era Caio Pompeu, não... não... Como é que chamava? Que era ministro do Turismo e do Esporte quando o Brasil ganhou o penta? [*Refere-se ao ex-ministro do Esporte e Turismo Caio Luiz Cibella de Carvalho, que ocupou o cargo de março a dezembro de 2002*].

[00:56:35] JN - Não lembro.

[00:56:36] JK - O ministro Caio “qualquer coisa” [*não se tratava de tom de menosprezo, apenas não se lembrava do sobrenome*] pediu pelo amor de Deus para o avião... Porque o Ricardo Teixeira estava dizendo que não ia... Exatamente porque o Fernando Henrique tinha baixado a Medida Provisória, né? Ele não queria... não queria descer em Brasília e tal... Queria descer em Pernambuco para agradecer o povo de Pernambuco que tinha apoiado a seleção nas eliminatórias...

[00:57:03] JN - *Aquela história que a Seleção era vaiada no Sudeste e lá era...*

[00:57:06] JK - Isso.

[00:57:08] JN - *Seguindo um pouco... Também, se tiver no seu tempo, você me fala, viu Juca? Não quero...*

[00:57:14] JK - Tá... Não. Vamos lá!

[00:57:16] JN - *Falta pouco aqui para terminar. Mas, eu também vi - e aí você também já comentou aqui - que o seu projeto era uma tese demonstrando essa questão do futebol como mobilizante não alienante, né? E, além disso, eu li uma entrevista sua para um blog que chama Literatura na Arquibancada, de alguns anos atrás, onde ali você explica que a maior possibilidade de matérias investigativas sobre o futebol, na época da ditadura, e também prêmios, né, que eram dados a essas matérias, né? Prêmio Esso... tinha muito a ver com o fato do futebol ser uma válvula de escape, né, para sociedade brasileira. E aí você citou o exemplo do “João Sem Medo”, o João Saldanha ter virado o técnico da Seleção Brasileira ali em 1969,*

né? Eu queria entender um pouco como é que você analisa essa permissão da ditadura militar para que o futebol tenha se constituído, em alguns momentos, essa válvula de escape. Inclusive, com um tipo de ativismo e de análise crítica que não era permitida em outros campos da vida?

[00:58:29] JK - *É... mas eu acho que é exatamente por não considerar que fosse uma coisa tão importante, né? Mas, ao mesmo tempo, por uma tentativa de manipulação, né? De fazer, de fato, uma coisa que fosse o circo, que fosse o ópio, né? “Vamos fazer esse povo feliz, vamos ganhar a Copa do Mundo!” Tanto que militarizaram a seleção da maneira como militarizam, né? Não imaginavam... Quer dizer, como é que o João Saldanha é chamado? É para atender uma crise. A seleção brasileira perdendo, perdendo, perdendo, perdendo... tinha lá... tinha feito a COSENA [Comissão Seleccionadora Nacional] que era um conselho de... “E aí, bom, vamos chamar o João Saldanha, que é um cara querido pela imprensa porque é jornalista. E aí a imprensa aquietada e a gente para de apanhar, né? E vamos esperar que o João Saldanha se comporte.” Ledo Ivo engano, né? É óbvio que o João Saldanha não ia se comportar, o temperamento dele, de uma vida inteira, nunca foi de uma pessoa que se comportasse, né? E aí tocou o terror... pera só um pouquinho... [telefone da casa dele toca]*

[00:59:45] JN - *Tá. Tudo bem.*

[01:00:04] JK - *Enfim, tocou o terror dele voltar tricampeão do mundo... Um comunista que tinha ido ver o sorteio da Copa do México e entregue uma lista para a imprensa estrangeira de presos políticos do Brasil, né? Aí, bom, tem que tirar, né? Então... agora, não tinha evidentemente sobre as editorias de esporte o controle que havia sobre a área política, econômica... de saúde pública - não se esqueça que houve uma epidemia de meningite em São Paulo que não pode ser noticiada, né? Mas futebol deixava, né? Então... na Placar a gente fez uma porção de “contrabandos” [no sentido de driblar as restrições impostas pela censura], né? A gente botou até Dom Paulo na capa. Tá bom, Dom Helder não dava para por, mas Dom Paulo dava e passava.*

[01:00:56] JN - *E... é curioso, né? Que, apesar desse espaço para o João Saldanha, paralelamente, a isso aquele “Planejamento México”, para captar dinheiro para preparação junto com empresários, que tinham ligação com a ditadura funcionava a todo vapor, né?*

[01:01:11] JK - *Isso... isso.*

[01:01:14] JN - *Bom... E aí, assim, para... para encerrar são duas últimas mais diretinhas, assim. Então, você acompanhou muito de perto tanto a Democracia Corinthiana e as Diretas Já! E, recentemente, a gente tem uma inflexão política, né, da esquerda institucional e*

curiosamente, nesse período, também tem havido um crescimento de coletivos anti-fascistas, né? Então... se por um lado, institucionalmente a esquerda perde espaço, nas torcidas ela vem ganhando e, nesse mesmo período, o interesse pela Seleção Brasileira - que é muito mais uma seleção da CBF - diminui. Então, a gente tá vendo agora um momento um pouco diferente porque ali havia uma convergência das aspirações populares e, no caso, a Democracia Corinthiana. E aqui a gente vê, de certo modo, uma reação ao cenário político institucional no futebol. Então, é claro que o futebol pode gerar manifestações populares, os anos que se passaram e provaram a sua tese, né? No entanto, a gente tem visto que institucionalmente esses dirigentes estão lá obtendo políticas favoráveis. Eles conseguem se reproduzir no poder, que são totalmente desconectados com aquilo que a população que gosta de futebol espera. Na sua opinião, essa diferença, esse descompasso entre o crescimento de anseios populares e coletivos antifascistas versus as derrotas ali... é simplesmente reflexo do nosso sistema político que sub-representa alguns e sobre representa outros ou tem alguma especificidade aí desse mainstream do futebol, desses agentes, desses atores do futebol...

[01:03:14] JK - Vamos lá, vamos lá! Também não é uma questão simples. Jefferson, primeiro, vamos ... vamos lembrar a importância da seleção brasileira e como é que ela vai se esgarçando. A primeira grande... o primeiro grande trauma da história do Brasil, por incrível que pareça, ao que tudo indica, foi o *Maracanazo* 1950 [*termo utilizado para se referir à derrota do Brasil para o Uruguai no Maracanã na Copa do Mundo de 1950*]. “O Brasil é um país de incompetentes!”, complexo de vira-lata... Nelson Rodrigues. Então, ganhar uma Copa do Mundo virou uma obsessão. Em 58 ganha-se. Será que foi por acaso? Em 62 repisa. “Opa! Nós somos bons mesmo nisso aqui!” [*simula a fala de um torcedor*] Em 66 há o fiasco em que João Havelange se mete no trabalho de Paulo Machado de Carvalho. Vai 70, a ditadura investe o que investiu e o Brasil ganha. A partir daí, já começa um pouco um processo de o torcedor estar mais interessado no seu time, no seu clube do que na seleção. Por que, bom, enfim... “Já ganhamos esse troço aí três vezes e tal... blá blá blá. O Corinthians não ganhou nenhuma vez” [*simula a fala de um torcedor novamente*]. Né? E isto se avoluma à medida que os ídolos vão embora e que você perde o vínculo da Seleção Brasileira com o torcedor pelos jogadores. Você não discute mais a convocação da Seleção Brasileira, que convocou o centroavante do Fluminense e não do Vasco. Porque convoca o do Bayern Munique ou do Paris Saint-Germain. “Tô pouco me lixando! Os cara não joga mais aqui...” [*simula a fala de um torcedor novamente*] Por outro lado, o talento do jogador brasileiro é de tal ordem que ele é capaz de

ganhar da cartolagem. O Juninho, aquele quarto zagueiro, dizia isso: “Quando a gente desce do avião para jogar um jogo contra uma seleção estrangeira e o primeiro a descer é o Nabi Abi Chedid já tá um a zero para Alemanha. Nós temos que virar, se a gente ganhar da Alemanha, a gente ganhou também do Nabi.” Mas, ganhavam. Hoje está mais difícil. Hoje está mais difícil... porque também aquilo que nós.. só nós tínhamos, a nossa miscigenação, hoje ela é um fenômeno que se dá também na Europa, né? Você olha a seleção holandesa e vê 4, 5 negros e fala “Opa! Perdemos esta... essa originalidade.” Mas, de toda a forma, eu pelo menos sou daqueles que acham que quanto pior, pior. Eu não sou capaz de torcer contra, tá? Porque eu não acho que isso tem uma interferência nos rumos do poder, não acho mesmo. Porque o Brasil já tomou de sete e o máximo que fez foi trocar o técnico. Não é isso? E não foi porque ganhou em 2002 que o Teixeira permaneceu mais tanto tempo, se tivesse perdido permaneceria também porque tinha perdido em 98. Não é isso? Então eu acho isso a gente... Às vezes a gente fica buscando uma relação de causa e efeito que... que ela não se dá com essa... pelo menos automaticamente como seria mais simples se se desse. Tem uma porção de intermediações aí, né? E que se resolvem dentro do quadrilátero mágico, Jefferson, que é o que nos apaixona e que a gente não controla. Que é o que, para mim, faz do Tostão o maior analista de futebol que tem no Brasil porque ele é capaz, com a experiência de quem jogou e com o talento de quem escreve como quem jogou, minimalista, ser capaz de descrever para você os aspectos táticos e, ao mesmo tempo, fazer a homenagem ao detalhe, ao circunstancial, ao acidental, né? Que é, em última análise, o que faz o futebol ser o que é, o 4 de julho ganhar do São Paulo, não é isso? Aí todos nós vamos olhar o jogo de ontem e eu dizia: “Vai ser 5 a 0 para o São Paulo!” Com 30 segundos os caras fazem 1 gol e eu falo: “Meu Deus do céu, eu falei que vai ser 5 a 0 para o São Paulo e, se duvidar, o São Paulo vai ser eliminado”. Para o jogo acabar 9 a 1. Quer dizer... bom, sei lá, quanto acabou... se 8 a 1 ou 9 a 1. Quanto foi?

[01:08:56] JN - *É... foi 9 a 1...*

[01:08:59] JK - Ah é! O 4 de Julho mudou para 9 de Julho. Isso, 9 a 1, né? Enfim, como é que você controla isso? Como é que você decupa isso? Esse é um grande desafio para uma tese como a que você está fazendo, né? Porque tem a coisa do “deus dos estádios”, quer dizer, eu que sou ateu vivo falando no “deus dos estádios”, né? Ô Jefferson, eu moro pertinho do Pacaembu, da minha janela eu vejo uma parte do Pacaembu... do estádio, tá? No dia 4 de julho de 2012, eu acordei, abri a janela, respirei e não tive a menor dúvida: o Corinthians vai ser campeão hoje à noite contra o Boca Juniors porque que está no ar do Pacaembu, tem uma

energia em torno do bairro, o Corinthians vai ser campeão! Saí para caminhar e era como se, a cada passo, eu fosse energizado. Fui para o Pacaembu eu não tinha a menor dúvida. Todo mundo dizendo: “Porra, Juca...”. E eu dizia: “Mas, o Corinthians vai ser campeão. Mas, não é possível que vocês... Tem a mesma energia do dia gol do Basílio. A mesma sem tirar nem pôr.” “Ah! Você tá de sacanagem!” [simula a resposta]. “Não. Mas, não é possível que vocês não percebam isso,” Você vai falar: “Você é louco!” Talvez eu seja. Você sabe em que circunstância idêntica eu senti a mesma coisa? Olha, o que eu estou te falando: do dia em que o Corinthians saiu de 23 anos de jejum e do dia que ganhou a primeira Libertadores... [Foi] numa noite em que o Corinthians tinha que virar um jogo que tinha perdido na Copa do Brasil para o Cianorte de 3 a 0. E eu fui para o Pacaembu e disse para todo mundo “O Corinthians vai 5, 6!” Eu nem me lembro quanto foi, mas meteu uma porrada e eliminou o Cianorte. Não há hipótese... tem maneira... não é possível que vocês não percebam! Foram as três vezes que eu senti isso na minha vida. Agora, é claro, você fala para mim: “Porra, velho, conta isso na televisão!” A essa altura, eu até sou capaz de contar. Há dez anos atrás eu não contaria por nada. Diriam: “Esse cara tá maluco! Tá que nem o Ayrton Senna que viu Jesus na curva Tamburello, sei lá onde é que ele viu Jesus”. Mas, futebol tem isso. É isso!

[01:11:32] JN - *E não sei... tô saindo daqui até mais apaixonado por futebol porque, além de ser seu fã no jornalismo, é muito... é muito legal conversar com alguém com a sua importância no Jornalismo e que nutre a mesma paixão pelo futebol e que não é só aquela coisa protocolar de estar trabalhando no futebol... é algo...*

[01:11:56] JK - Não... não... Claro.

[01:12:59] JN - *E isso é... me deixa muito feliz. Assim, para encerrar, né? E te liberar porque por mim eu ficaria horas, né, como eu te falei aqui tenho muita admiração. Mas, por fim assim, o Estado, no geral, né, o Estado Brasileiro ele... ele é estimulado a arbitrar sobre temas ligados ao futebol, né? Inclusive, questões de financiamento, que não deveria ser a função do Estado, via loterias... isso já começou lá na época da Loteria Esportiva, na Ditadura, e veio passando. Ou de refinanciamento de dívidas dos impostos, né? Ao mesmo tempo, existe esse argumento aí de que os clubes e as federações não são responsabilidade do Estado. Então... que é o que você já colocou sobre o debate sobre autonomia, né? Que está na Constituição. Inclusive, um dos elementos fundamentais aí é a questão daquela... fundamental não... mas é um exemplo aquele debate sobre a responsabilidade objetiva que constava no Estatuto do Torcedor, né? Que... o que seria isso e como é que se dava. E aí, no fim e ao cabo, eu gostaria assim... dentro*

da sua trajetória, das suas análises, essa relação como... como ela foi se constituindo? Porque, assim, via Legislativo a gente já conversou um pouco sobre os deputados eleitos, o Lobby, né? Mas, em muitos momentos, o Executivo tem esse papel. Ele toma para si essa demanda, né? Então como é que isso se constitui? Tem a ver com aquilo do futebol apaixonante?

[01:13:48] JK - Então... eu acho que tem... tem... tem de cara aquilo que ouvi do Lula: “Ê, você acha que eu vou deixar o Flamengo quebrar?” [*imitando a voz rouca do ex-presidente Lula*]. Qualquer Presidente da República que receba uma demanda desse tipo, por menos que eles se interessem pelo assunto, ele diz [Passa a simular um diálogo]:

- “Cacilda... o cara veio aqui me disse que, se eu não fizer isso, o Vasco, que tem 12 milhões de torcedores, vai fechar. Não... não pode deixar o Vasco fechar e isso eu sei. Como é que a gente faz para ajudar o Vasco?”
- “Ah! Presidente... não dá para ajudar só o Vasco, se fizer alguma coisa para o Vasco, o Fluminense vai querer igual.”
- “Bom. Então... como é que a gente pode fazer para todos?”

E assim as coisas caminham. E sempre... e sempre com meio corpo. Nunca se faz um mergulho profundo para ver a causa estrutural e mexer nela. É sempre uma reforminha, nunca é uma ruptura. E, neste particular, ô Jefferson, entenda, né? Se é uma coisa que os governos do PT não fizeram foram rupturas... foram rupturas. É curioso você observar isso... quer dizer, eu sempre digo que é o ridículo daquele editorial do Estadão de dizer que o Lula era o extremo oposto do Bolsonaro. Porque... porque aí é outra história... aí escapa da opinião, aí é mentira. Porque o Lula é o inverso do Bolsonaro, o Lula é um conciliador por natureza. O Lula não quer criar caso. O Lula não deixou mexer na... progredir na discussão sobre uma lei de mídia, que era absolutamente necessária e que não tem nada a ver com censura... Imagina se eu ia tá aqui defendendo censura? Mas, tem na Grã-Bretanha, tem nos Estados Unidos, tem em Portugal, tem em todo lugar no mundo e não é censura. É o controle social da mídia, não é do Estado, né? Jefferson, não se desmilitarizou as PMs tantos anos depois do fim da Ditadura. E aí estamos com problema, né? O que se diz é que o golpe do Bolsonaro virá pelas PMs - e não pelo Exército - e pelas milícias. Não é isso, né? Então... no futebol acontece a mesma coisa. Não se... aquilo que eu te disse que eu esmurrava o ar de alegria porque achava que ia haver ruptura, não houve! Conciliou-se. Aquele jogo do Haiti foi a pedra de toque e foi uma coisa realmente muito bonita e foi uma coisa muito comovente, tem um documentário lindo em relação a... Pô e aquilo encantou o Lula... encantou o Lula. E aí você ouvia o Ricardo Teixeira chamar o Lula de meu

presidente. “Não! Seu é ô cacete!” [riso] Mas, então o que que... o que que o Ricardo Teixeira achava - e isso foi muito... ficou muito claro no famoso perfil dele feito pela Daniela Pinheiro para a Revista Piauí, né, que eu imagino que você tenha lido - ele, em determinado momento, se achou o cara mais poderoso do Brasil. “Prendo e arrebento porque... porque o Collor era o meu presidente” - ele tinha paixão pelo Collor e tomavam garrafas Logan juntos e ele foi atravessando, caiu Collor, veio Itamar e veio... veio... e ele foi, ele foi. Quem mais causou problema para ele, com quem ele teve menos intimidade, por incrível que pareça, foi o Fernando Henrique. Que, para condecorá-lo na volta do penta o levou para sala dele e condecorou-o sem um fotógrafo. Você não acha uma foto do Fernando Henrique com o Ricardo Teixeira. Você acha do Lula “prá cacete”? Entendeu? Então é complicado, meu!

[01:18:12] JN - *Aliás, o Haiti tem tanta simbologia do que a gente tá vivendo. Além desse jogo, vários dos militares que estão aí agora...*

[01:18:21] JK - Sim, senhor...

[01:18:22] JN - *Vieram daquela operação, né?*

[01:18:24] JK - Sim, senhor. E fizeram barbaridade lá, né velho? Fizeram barbaridades.

[01:18:33] JN - *Juca... de novo... agradeço demais a sua atenção, a sua generosidade e simpatia!*

[01:18:40] JK - Espero que tenha sido útil, Jefferson! E depois quero ler a tese, tá?

[01:18:44] JN - *Pode deixar. E assim que eu terminar a transcrição, eu te mando uma cópia dela por e-mail, se você quiser guardar, né, enfim, para o que você quiser fazer.*

[01:18:52] JK - Tá... Tá legal. Tá bom... tá bom... Use e abuse, não... não... não se preocupe com nada! Porque o que eu disse, tá dito, tá?

[01:19:03] JN - *Tudo bem.*

[01:19:05] JK - Abraço forte!

[01:19:07] JN - *Grande abraço! Obrigado.*

[01:19:09] JK - Tchau, velho.

[01:19:10] JN - *Tchau.*

[Depois de 01:19:18 a gravação foi encerrada

APÊNDICE 3: Divisões do Campeonato Argentino

Quadro 12: Campeonato Argentino²⁵⁵

Divisão	Divisões Nacionais		Acesso e rebaixamento	
Primeira	<i>Superliga/ Primera</i> (24 clubes na 2019-20, 22 clubes em 2020-21 e 20 a partir de 2021-22)		Até a temporada 2021-20 serão rebaixados 4 para <i>Primera Nacional</i> . Sobem 2 da <i>Primera Nacional</i> . Depois, quando chegar a 20 clubes, cairão 2 e subirão 2.	
Segunda	<i>Primera Nacional / Primera B Nacional</i> (32 clubes)		Sobem 2 (Campeão e o vitorioso do Torneio reduzido, disputado pelos 8 seguintes, do segundo ao nono). Caem 6 (pela média das últimas quatro temporadas), se for diretamente filiado vai para <i>Primera B</i> , se for indiretamente filiado vai para o <i>Torneo Federal A</i> .	
Divisões Inferiores	“Diretamente Filiados” à AFA	“Indiretamente Filiados” à AFA	Acesso e rebaixamento para “Diretamente Filiados” à AFA	Acesso e rebaixamento para “Indiretamente Filiados” à AFA ²⁵⁶
Terceira	<i>Primera B</i> ou <i>Primera B Metropolitana</i> (20 clubes)	<i>Torneo Federal A</i> (36 clubes)	Sobem 2 (Campeão e o vitorioso do Torneio Reduzido, disputado pelos 8 seguintes, do segundo ao nono). Cai para <i>Primera C</i> o pior promedio (pela média das últimas quatro temporadas).	O campeão sobe à <i>Primera Nacional</i> e o vencedor da Reválida jogam a <i>Primera B</i> . Caem para o <i>Torneo Regional Federal</i> os 4 piores colocados.
Quarta	<i>Primera C</i> (20 clubes)	<i>Torneo Regional Federal</i> (241 clubes)	Sobem 2 (Campeão e o vitorioso do Torneio reduzido, disputado pelos 8 seguintes, do segundo ao nono). Cai para <i>Primera D</i> o pior promedio (pela média das últimas quatro temporadas).	Os quatro melhores sobem para o <i>Torneo Federal A</i> .
Quinta	<i>Primera D</i> (15 equipes)	<i>Ligas Regionales</i> (cerca de 3200 clubes divididos em 225 ligas regionais)	Sobem 2 (Campeão e o vitorioso do Torneio reduzido, disputado pelos 8 seguintes, do segundo ao nono). Não tem rebaixamento ou desfiliação.	O melhor de cada liga compõe o <i>Torneo Regional Federal</i> .

²⁵⁵ São 87 clubes diretamente filiados à AFA, sendo 22 da cidade de Buenos Aires, 45 em cidades da Região Metropolitana bonaerense, 10 clubes do interior da *Provincia* de Buenos Aires, quatro na região da Grande La Plata e seis clubes na *provincia* de Santa Fé. Enquanto são cerca de 3560 clubes “indiretamente filiados”. Normalmente além da dificuldade para o acesso, já que 3562 clubes vão disputar poucas vagas até chegar às divisões nacionais, os times indiretamente filiados estão submetidos a maiores gastos logístico em função do deslocamento, se comparados com os clubes “diretamente filiados”. Além do elemento histórico, que permitiu uma trajetória mais ampla de fortalecimentos dos clubes “diretamente filiados”.

²⁵⁶ “[...] el sistema argentino de ascensos y descensos entre categorías, como consecuencia de la división de los clubes en directa o indirectamente afiliados, perjudica claramente el desarrollo integral de la competición y vulnera el derecho de igualdad de los clubes del interior del país. Las posibilidades de ascenso de los indirectamente afiliados son infinitamente menores a las de los clubes directamente afiliados generando una injustificable desigualdad” (Albano Abreu, 2012, *online*)